

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DÉBORA RINALDI

**ESTUDO BIOGRÁFICO SOBRE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA  
CONDICIONADA NO BRASIL:  
ATENDER NECESSIDADES PARA DESENVOLVER CAPACIDADES**

Porto Alegre  
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

DÉBORA RINALDI

**ESTUDO BIOGRÁFICO SOBRE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA  
CONDICIONADA NO BRASIL:  
ATENDER NECESSIDADES PARA DESENVOLVER CAPACIDADES**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Santos  
Coorientadora: Prof. Dra. Michaela Köttig

Porto Alegre  
2022

## Ficha Catalográfica

R578e Rinaldi, Débora

Estudo biográfico sobre políticas de transferência de renda condicionada no Brasil : atender necessidades para desenvolver capacidades / Débora Rinaldi. – 2022.

371.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira Santos.

Coorientadora: Profa. Dra. Michaela Köttig.

1. Transferência de renda condicionada. 2. Programa Bolsa Família. 3. efeitos. 4. pesquisa biográfica. 5. narrativas biográficas. I. Santos, Hermílio Pereira. II. Köttig, Michaela. III. , . IV. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

DÉBORA RINALDI

**ESTUDO BIOGRÁFICO SOBRE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA  
CONDICIONADA NO BRASIL:  
ATENDER NECESSIDADES PARA DESENVOLVER CAPACIDADES**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Hermílio Santos – PUCRS (orientador)

---

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka – PUCRS

---

Profa. Dra. Gissele Carraro – UNB

---

Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida – UFPel

Porto Alegre  
2022

## AGRADECIMENTOS

Após uma longa trajetória acadêmica, iniciada na graduação em outubro de 2006, na cidade de Würzburg, na Alemanha, e temporariamente concluída com o doutorado em Porto Alegre, o presente trabalho representa para mim um encontro entre passado e presente e diversas expectativas de futuro. Vivenciei essa última etapa como um processo de amadurecimento intelectual, profissional e também pessoal, no qual pude compreender com mais clareza minhas capacidades e dificuldades diante do trabalho científico, além de identificar os temas que despertam o meu interesse e a minha curiosidade. Não apenas paixão foi necessário para a conclusão desse trabalho, mas também dedicação e persistência. Me sinto, por isso, grata por ter chegado até aqui e por todos aqueles que fizeram parte desse processo.

Em especial, agradeço minhas entrevistadas e meus entrevistados por compartilharem suas histórias de vida, suas alegrias e sofrimentos. Espero que o curto tempo que passamos juntos possa ter significado algo de positivo em suas vidas, assim como significou para mim. Além dos entrevistados, gostaria de agradecer os profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social e da FASC por ceder seus espaços e conhecimento para esta pesquisa. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nivel Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado, sem a qual o desenvolvimento deste trabalho não teria sido possível. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nivel Superior – Brasil – Código de Financiamento 001. Além da bolsa integral no âmbito da Pós-Graduação, sou grata a CAPES pela oportunidade concedida para a realização do meu doutorado sanduíche em 2019 na *Frankfurt University of Applied Science*, na Alemanha, durante o período de seis meses. Agradeço também o apoio financeiro concedido pelo Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) de Porto Alegre para a apresentação de trabalho em 2018 durante a Conferência dos Centros do *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD) intitulada “*Envisioning the Future: Zukunftsvisionen für Deutschland und Europa*”. Tenho igualmente muito a agradecer à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul (PUCRS), bem como aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que contribuíram de diversas maneiras para a conclusão deste trabalho, especialmente durante o período da pandemia de covid-19.

Muito obrigada também aos meus colegas do Grupo de Pesquisa em Narrativas Biográficas, que ajudaram na geração de hipóteses e na discussão dos casos. Agradeço também ao meu

professor e orientador, Dr. Hermílio Santos, por todos esses anos de trabalho conjunto, pela confiança, pelo conhecimento compartilhado e pelas críticas. Cabe, aqui, também expressar toda a minha gratidão à professora Dra. Michaela Köttig, minha coorientadora, por me encorajar e motivar como pesquisadora e me acompanhar de forma generosa e sensível durante o todo o período de levantamento e análise dos dados, me agraciando com todo o seu conhecimento e experiência em pesquisa. *Liebe Michaela, ich danke Dir ganz herzlich, dass Du mich als Forscherin immer ermutigt und motiviert hast und mich während der gesamten Zeit der Datenerhebung und -analyse großzügig und einfühlsam begleitet hast. Für das und vieles mehr herzlichen Dank!*

Agradeço também aos estudantes dos encontros de pesquisa (*Forschungswerkstatt*), coordenados pela professora Michaela, cujo suporte na análise e discussão dos casos foi essencial. Meus sinceros agradecimentos também à professora Dra. Gabriele Rosenthal por ter me recebido em seus encontros realizados de forma semestral e remota com estudantes de seu instituto na Universidade de Göttingen. *Herzlichen Dank!* Com muito carinho, agradeço também ao meu colega e amigo Lucas Cè Sangalli por sua paciência, conhecimento e imensa amizade por ter lido, corrigido, discutido e criticado os meus casos e meus textos. Muito obrigada amigo! Obrigada aos professores da banca examinadora, Marilis Lemos de Almeida, Gissele Carraro e Emil Sobottka pelo compartilhamento de textos e autores, pelas críticas teóricas e metodológicas, que contribuíram imensamente para o aperfeiçoamento desta pesquisa. Também meu imenso agradecimento a meus amigos Greta Schwankenhaus Oliveira, Stefani Sendelbach e Lorenz Wagner por ter trabalhado como tradutores nas línguas português-alemão durante a defesa da tese.

Por fim, agradeço aos meus pais e irmãos pelo afeto e pelo reconhecimento, que nunca me faltaram e sempre me encorajaram e acompanharam por todos os lugares que estive. Agradeço também a família querida do meu companheiro, que sempre nos deu apoio nesses mais de quatro anos, tentando acomodar a parentalidade com o trabalho. Obrigada também aos nossos amigos Teresa Schneider Marques e Guillaume Leturcq pela preocupação e carinho durante a construção da tese. De forma muito especial, agradeço também meu filho amado, Lucca, pelos momentos de distração e simplesmente pelo amor que alimenta tanto a minha vida, bem como o meu querido parceiro, André Ricardo Salata, amigo, colega e professor, pela paciência, pelos cuidados, pelas discussões, pelas críticas, por compartilhar seu conhecimento comigo, por me fazer duvidar sempre das minhas certezas e por sempre me encorajar a mudar hábitos, a fazer aquilo que me custa mais, a acreditar nos talentos desenvolvidos. Enfim, por agregar imensamente a minha vida, obrigada!

*Die Ungeduldigen.* – Gerade der Werdende will das Werdende nicht: er ist zu ungeduldig dafür. Der Jüngling will nicht warten, bis, nach langen Studien, Leiden und Entbehrungen, sein Gemälde von Menschen und Dingen voll werde: so nimmt er ein anderes das fertig dasteht und ihm angeboten wird, auf Treu und Glauben an, als müsse es ihm die Linien und Farben *seines* Gemäldes vorweg geben, er wirft sich einem Philosophen, einem Dichter ans Herz und muß nun eine lange Zeit Frohndienste tun und sich selber verleugnen. Vieles lernt er dabei: aber häufig vergißt ein Jüngling das Lernens- und Erkennenswerteste darüber: sich selber; er bleibt zeitlebens ein Parteigänger. Ach, es ist viel Langeweile zu überwinden, viel Schweiß nötig, bis man seine Farben, seinen Pinsel, seine Leinwand gefunden hat! – Und dann ist man noch lange nicht Meister seiner Lebenskunst – aber wenigstens Herr in der eigenen Werkstatt (Friedrich Nietzsche, 1954, p. 977-978).

## RESUMO

O presente estudo analisa o papel do Programa Bolsa Família (PBF) na vida dos beneficiários, moradores da cidade de Porto Alegre, usuários de um dos 22 Centros de Referência da Assistência Social (Cras) em funcionamento no município. Com base em uma metodologia interpretativa de pesquisa, analiso as experiências dos beneficiários com o PBF a partir do seguinte questionamento: considerando suas experiências biográficas como um todo, qual é o papel que o programa de transferência de renda demonstra desempenhar em suas vidas? Ao total foram realizadas dez entrevistas narrativas biográficas com homens e mulheres, titulares do benefício. Dessas, três entrevistas foram reconstruídas a partir do método de reconstrução biográfica de caso, cujos resultados foram sintetizados em três tipos diferentes de papéis ou funções desempenhados pelo programa. Como complemento à renda familiar, adquirida no mercado de trabalho informal, o benefício não permitiu em nenhum dos três casos a superação da insegurança alimentar e com ela da extrema pobreza, as quais só foram alcançadas após a (re-)colocação dos beneficiários no mercado de trabalho formal. Por outro lado, seu recebimento, bem como o acesso aos demais serviços da rede socioassistencial, se destacaram por ter funcionado como forma de compensar vínculos sociais inseguros, apesar de todos os seus limites em cumprir esse papel. Além disso, os resultados indicam que, em algumas circunstâncias, o programa possibilitou o desenvolvimento de novas capacidades por parte dos beneficiários. Se, como política-fim, o programa não foi capaz de prestar proteção social nos casos analisados, como política-meio ele foi mais efetivo, funcionando como canal de aproximação dos entrevistados à rede socioassistencial, bem como de fomento e desenvolvimento de capacidades.

**Palavras-chave:** Transferência de renda condicionada; Programa Bolsa Família; efeitos; pesquisa biográfica; narrativas biográficas;



## **ABSTRACT**

This study analyzes the role of the Bolsa Familia Program (PBF) in the lives of beneficiaries, residents of the city of Porto Alegre, users of one of the 22 Reference Centers for Social Assistance (Cras) operating in the municipality. Based on an interpretative research methodology, I analyze the beneficiaries' experiences with the PBF based on the following question: considering their biographical experiences as a whole, what is the role that the cash transfer program is shown to play in their lives? In total, ten narrative biographical interviews were conducted with men and women who were benefit holders. Of these, three interviews were reconstructed using the biographical case reconstruction method, whose results were synthesized into three different types of roles or functions played by the program. As a complement to the family income, acquired in the informal labor market, the benefit did not allow in any of the three cases the overcoming of food insecurity and with-it extreme poverty, which were only achieved after the (re)placement of beneficiaries in the formal labor market. On the other hand, its receipt, as well as access to the other services of the social assistance network, stood out as having functioned as a way to compensate insecure social ties, despite all its limits in fulfilling this role. Moreover, the results indicate that, in some circumstances, the program has enabled the development of new capabilities on the part of beneficiaries. If, as a policy of ends, the program was not able to provide social protection in the cases analyzed, as a policy of means it was more effective, working as a channel to bring the interviewees closer to the social welfare network, as well as to foster and develop capabilities.

**Keywords:** Conditional Cash Transfer; Bolsa Familia Program; effects; biographical research; biographical narratives;

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

AE – Auxílio Emergencial

PAB – Programa Auxílio Brasil

AIBF – Avaliação de Impacto do Bolsa Família

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSP – Benefício de Superação da Extrema Pobreza

BVJ – Benefício Variável Jovem

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial para adultos

CAPS – Ad Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CECOBI – Centro de Comunidade bairro Ipiranga

CECOFLOR – Centro de Comunidade Vila Floresta

CECOVE – Centro de Comunidade Vila Elisabeth

CEGEB – Centro Esportivo George Black

CEJUME – Centro de Cuidados Judith Meneghetti

CEVI – Centro Esportivo Vila Ingá

CF-88 – Constituição Federal de 1988

CIT – Comissão Intergestores Tripartite

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CPM – Círculo de Pais e Mestres

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CT – Comunidades Terapêuticas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DF – Distrito Federal

EESCA – Equipe de Saúde Mental Criança e Adolescente  
ESMA – Equipe de Saúde Mental Adulto  
FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária  
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FSP – Folha de S. Paulo  
IA – Insegurança Alimentar  
IGD – Índice de Gestão Descentralizada  
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC – Ministério da Educação  
MS – Ministério da Saúde  
MUNIC – Suplemento de Assistência da Pesquisa de Informações Básicas Municipais  
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas  
PAF – Programa Ação Família  
PAIF – Serviço de proteção e Atendimento Integral à Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB – Produto Interno Bruto  
PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PSB – Proteção Social Básica  
PBE – Proteção Social Especializada  
PTRC – Programas de transferência de renda condicionada  
RBE – Renda Básica Emergencial  
SAGE – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
SASE – Serviço de Apoio Sócio-Educativo  
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SENARC – Secretária Nacional de Renda de Cidadania

SESAN – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SNAS – Secretária Nacional de Assistência Social

SRT – Serviços Residenciais Terapêuticos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

OESP – O Estado de S. Paulo

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gráfico 1</b> - Total de investimentos em Assistência social em Porto Alegre entre 2010 e 2022....         | 75  |
| <b>Quadro 1</b> - Caracterização das linhas de pobreza e de extrema pobreza .....                             | 104 |
| <b>Quadro 2</b> - Comparativo entre os benefícios do Programa Bolsa Família e do Programa Auxílio Brasil..... | 104 |
| <b>Figura 1</b> – Genograma familiar de Celso Menezes .....   | 263 |

## SUMÁRIO

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>16</b>  |
| <b>2</b> | <b>POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA: TRAJETÓRIA E O PAPEL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS</b> .....        | <b>27</b>  |
| 2.1      | O sistema de proteção social brasileiro: o início de tudo .....  | 27         |
| 2.2      | As primeiras experiências com Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil: focalização e investimento em “capital humano” ..... | 34         |
| 2.3      | A implementação do Programa Bolsa Família e os primeiros impactos midiáticos e sociais na vida de quem mais precisava.....                     | 43         |
| 2.4      | A implementação do Suas em Porto Alegre e o fortalecimento do Programa Bolsa Família .....   | 65         |
| 2.5      | Bolsa Família e programas complementares: avançando através do Plano Brasil Sem Miséria .....  | 78         |
| 2.6      | Recessão econômica e corte de gastos: impactos na política e na vida de quem mais precisava .....  | 85         |
| 2.7      | A pandemia de covid-19 e a necessidade de um plano de emergência: o Auxílio Emergencial .....  | 94         |
| 2.8      | Novas eleições presidenciais e a substituição do Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil: perspectivas de futuro .....             | 102        |
| 2.9      | Resumo e balanço .....   | 108        |
| <b>3</b> | <b>METODOLOGIA: PESQUISA BIOGRÁFICA INTERPRETATIVA E TRIANGULAÇÃO DE RECONSTRUÇÕES DE CASO</b> .....   | <b>114</b> |
| 3.1      | Abordagem metodológica e a formulação do problema de pesquisa .....  | 115        |
| 3.1.1    | <i>A pesquisa biográfica interpretativa: considerações teóricas, conceitos e algumas orientações metodológicas</i> .....                       | 115        |
|          | <i>Excursão: Precisamos falar cada vez mais sobre nós e escutar sobre o outro?</i> .....   | 122        |
| 3.1.2    | <i>O interesse de pesquisa e a formulação do problema</i> .....  | 125        |
| 3.2      | O processo na prática.....   | 127        |

|   |            |
|---|------------|
| 3.2.1 Acesso ao campo, contato com entrevistadas e entrevistados e a tentativa de permanência no campo .....  | 127        |
| 3.2.1.1 O Cras Horizontes .....   | 129        |
| 3.2.1.2 O Cras Esperança.....   | 132        |
| 3.2.1.3 A pandemia de covid-19 e minha permanência no Cras Horizontes.....  | 133        |
| 3.2.2 Entrevistas narrativas biográficas e a formação da amostra teórica .....  | 140        |
| 3.2.3 Análise das entrevistas narrativas biográficas e tipificação .....  | 148        |
| 3.2.3 Princípios da triangulação de reconstruções de caso e a condução e análise de entrevistas narrativas temáticas com profissionais da assistência social .....  | 155        |
| 3.2.4 Apresentação e discussão dos resultados através da comparação contrastante entre os casos .....   | 160        |
| <br>  |            |
| <b>4 RECONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS DE CASO E TIPOLOGIA .....</b>  | <b>161</b> |
| 4.1 O caso de Pedro Amaro – Uma vida marcada pela constante mobilização de novos recursos .....   | 161        |
| 4.1.1 Primeiro contato e as situações de entrevista.....  | 161        |
| 4.1.2 Autoapresentação biográfica.....  | 167        |
| 4.1.3 A reconstrução da história de vida .....  | 172        |
| 4.1.3.1 Nascimento e infância junto à família materna: a prática da circulação de crianças e a experiência da rejeição.....   | 172        |
| 4.1.3.2 Passagem da infância para a adolescência: experiências escolares e laborais e suas consequências para a autocompreensão como “aquele que dá trabalho” ..... | 177        |
| 4.1.3.3 Adolescência e a primeira tentativa de migração para a capital: frustrando expectativas .....   | 180        |
| 4.1.3.4 Nova tentativa de migração: expansão do capital social e a conciliação de expectativas, um primeiro <i>turning point</i> .....                              | 182        |
| 4.1.3.5 Estabelecendo-se como trabalhador e responsável familiar ao final da ditadura militar.....  | 185        |
| 4.1.3.6 O segundo <i>turning point</i> : desligamento do setor de transportes e uma piora da condição social .....  | 189        |
| 4.1.3.7 O terceiro <i>turning point</i> : problemas de saúde, dissolução do grupo familiar e piora da condição social.....  | 191        |
| 4.1.3.8 O quarto <i>turning point</i> : mudança para o interior, dificuldade de acesso à renda e o enfraquecimento das relações sociais .....                       | 196        |

|   |     |
|---|-----|
| 4.1.3.9 Retorno para Porto Alegre e a necessidade de recomeçar a vida: mobilização de serviços socioassistenciais e seu papel na vida do entrevistado.....              | 197 |
| 4.1.4 <i>Resumo e hipótese estrutural: mobilizando pessoas e grupos como forma de lidar com a escassez de recursos e desenvolver autonomia.....</i>                     | 203 |
| 4.1.5 <i>O Programa de Transferência de Renda como parte de um somatório de recursos: reprodução da condição de escassez de recursos e falta de autonomia.....</i>      | 208 |
| 4.2 O caso de Celso Menezes – Uma vida marcada pela dificuldade em construir e manter vínculos seguros.....   | 209 |
| 4.2.1 <i>O primeiro contato e as situações de entrevista .....</i>  | 209 |
| 4.2.2 <i>Autoapresentação biográfica .....</i>  | 213 |
| 4.2.3 <i>A história da família de Celso e sua relação com a dificuldade do entrevistado em construir vínculos seguros .....</i>   | 218 |
| 4.2.4 <i>A reconstrução da história de vida .....</i>   | 222 |
| 4.2.4.1 Nascimento e a formação de vínculos afetivos com a mãe: segurança emocional e material .....  | 222 |
| 4.2.4.2 A experiência do suicídio da mãe, um primeiro <i>turning point</i> : perda de vínculos familiares, a experiência do abandono e a perda da proteção social ..... | 227 |
| 4.2.4.3 Formação de vínculos no mercado de trabalho: o papel do provedor familiar e o trabalho como um lugar seguro .....   | 234 |
| 4.2.4.4 O primeiro casamento e a tentativa frustrada de receber proteção: o trabalho como uma fuga .....  | 236 |
| 4.2.4.5 O fim do primeiro casamento e o início do segundo: apoio mútuo e a formação de vínculos.....  | 241 |
| 4.2.4.6 O fim do segundo casamento e a tentativa frustrada de um terceiro: o abandono como solução para os problemas .....  | 244 |
| 4.2.4.7 O acolhimento institucional da filha caçula: apoio mútuo e o início de formação de vínculos.....  | 247 |
| 4.2.4.8 Perda de oportunidades no mercado informal e a possibilidade de construção de vínculos na assistência social .....  | 250 |
| 4.2.4.9 O constante enfraquecimento de vínculos e a tendência de isolamento na terceira idade.....  | 256 |
| 4.2.5 <i>Resumo e hipótese estrutural: a constante fragilização dos vínculos familiares e o trabalho como forma de compensar vínculos inseguros.....</i>                | 257 |
| 4.2.6 <i>O Programa de Transferência de Renda como forma de compensar vínculos inseguros: reprodução da falta de proteção social .....</i>                              | 264 |
| 4.3 O caso de Lara Oliveira – Uma vida marcada pela busca por cuidado e apoio.....  | 265 |



|          |  |            |
|----------|--|------------|
| 4.3.1    | <i>O primeiro contato e as situações de entrevista</i> .....   | 265        |
| 4.3.2    | <i>Autoapresentação biográfica</i> .....   | 269        |
| 4.3.3    | <i>A reconstrução da história de vida</i> .....  | 278        |
| 4.3.3.1  | <i>Nascimento e infância em um ambiente de risco: insegurança alimentar, violência doméstica, alcoolismo e a dificuldade dos pais em cuidar de si mesmos e dos filhos</i> .. | 278        |
| 4.3.3.2  | <i>Processo de separação dos pais e a entrada na juventude: a busca por afeto e segurança em um casamento precoce</i> .....  | 288        |
| 4.3.3.3  | <i>Violência doméstica e a primeira separação: o difícil retorno para a casa da mãe e o início de um novo casamento</i> .....  | 295        |
| 4.3.3.4  | <i>Da terceirização do cuidado em direção ao autocuidado: a descoberta da quarta gestação e o primeiro grande <i>turning point</i> biográfico</i> .....                      | 298        |
| 4.3.3.5  | <i>A difícil função de cuidar e prestar apoio emocional aos filhos: impotência e a mobilização da rede de apoio</i> .....  | 308        |
| 4.3.4    | <i>Resumo e hipótese estrutural: o desenvolvimento do autocuidado e de uma rede de apoio ao longo da socialização</i> .....  | 314        |
| 4.3.5    | <i>O Programa de Transferência de Renda como parte de uma ampla rede de proteção e fomento para o desenvolvimento e a estabilização do papel de provedora familiar</i> ..... | 318        |
| <b>5</b> | <b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....  | <b>321</b> |
| 5.1      | Comparação contrastiva entre os tipos e generalização teórica.....   | 322        |
| 5.1.1    | <i>O papel de complementar a renda familiar: o benefício como parte de um somatório de recursos financeiros</i> .....  | 323        |
| 5.1.1.1  | <i>A garantia de proteção social desde a perspectiva do programa</i> .....   | 324        |
| 5.1.2    | <i>O papel de compensar vínculos sociais inseguros: a busca por reconhecimento e o atendimento de necessidades individuais</i> .....   | 327        |
| 5.1.3    | <i>O papel de fomentar capacidades e desenvolver funcionalidades</i> .....   | 334        |
| 5.2      | Contribuições para o aprimoramento dos programas de transferência de renda condicionada no âmbito do Suas .....  | 339        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>345</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>355</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A minha caminhada para chegar até este trabalho foi longa, levou muitos anos e eu sigo caminhando rumo a uma direção em grande medida ainda desconhecida. Assim como escrito pelo filósofo Friedrich Nietzsche (1954, p. 977-978, tradução nossa) “é preciso bastante suor e superar muito tédio até encontrarmos nossas cores, nossos pincéis e nossa tela! - E mesmo assim estaremos longe de ser o mestre de nossa obra - mas pelo menos seremos o senhor dentro de nossa própria oficina”<sup>1</sup>. Uso essa frase de Nietzsche não apenas para falar sobre mim e meu percurso biográfico, mas de todos nós e em especial das pessoas que conheci e tive a alegria de entrevistar ao longo da pesquisa. Não é nada fácil e exige muito suor sermos quem nós queremos ser. Embora a receita para o futuro parecia muitas vezes bastante clara, o percurso percorrido me mostrou que não era bem assim. Dificuldades, dúvidas e incertezas me fizeram repensar, por vezes, a meta traçada, mas com o apoio do coletivo e com os recursos, que meu destino social me proporcionou, posso dizer, ao menos, que cheguei até aqui. Entre muitas outras coisas, acredito que esse trabalho trata exatamente disso: de sermos quem nós queremos ser e da segurança das condições para que isso seja possível.

O momento que o mundo demonstra estar passando vem apresentando, entretanto, novas resistências ao chamado “projeto de modernidade”, o qual consiste, segundo o sociólogo alemão Jürgen Habermas (1990; 1998), na promessa das sociedades modernas por autonomia individual e coletiva, resumida pela ideia de que “nós mesmos poderíamos decidir quem gostaríamos de ser e gostaríamos de viver” (ROSA, 2009 *apud* REGO; PINZANI, 2014, p. 64). Diferentes períodos de crises econômicas, instabilidade política e democrática nos países ocidentais, o avanço de partidos de extrema direita, a pandemia de covid-19 e mais recentemente a Guerra da Ucrânia são alguns eventos, que têm estremecido o globo terrestre e com ele as bases desse projeto. Uma sensação de maior risco e insegurança passou a fazer parte da rotina do mundo. Por vezes mais de perto, outras vezes mais distante, vimos a insegurança material e imaterial agravar a vulnerabilidade de alguns e piorar a vida de outros.

---

<sup>1</sup> Em alemão: “es ist viel Langeweile zu überwinden, viel Schweiß nötig, bis man seine Farben, seinen Pinsel, seine Leinwand gefunden hat! - Und dann ist man noch lange nicht Meister seiner Lebenskunst – aber wenigstens Herr in der eigenen Werkstatt“.

Ulrich Beck (2011) com sua obra “Sociedade de risco” deve ter voltado a fazer parte da lista dos autores mais requisitados entre os sociólogos - ao menos na minha ganhou nova importância. Segundo a concepção de sociedade moderna de Beck como uma sociedade global, as fronteiras nacionais impõem cada vez menos limites aos problemas e riscos<sup>2</sup>, que vão sendo construídos cada vez mais em escala mundial e se sobrepondo a problemas antes regionalizados. Essa penetração pode ser constatada tanto de forma prática, como teórica a exemplo de acordos multilaterais de redução da emissão de gases estufa, da difusão de ideias, conceitos ou metas referentes à proteção ambiental ou de combate à pobreza ou ainda dos processos de distanciamento social durante a pandemia de covid-19, com destaque para o papel exercido pela ciência nesse processo. Dessa forma, além dos nossos problemas, também as questões problematizadas em nível mundial passaram a se tornar os nossos problemas, correndo o risco de que esses últimos possam um dia se sobrepor aos primeiros, ao ponto de perdermos a total clareza da gênese de nossa sociedade e de como chegamos até aqui.

No âmbito das políticas públicas de combate à pobreza, um exemplo emblemático é a construção e uso dos conceitos de risco e vulnerabilidade social. Se por um lado, esses conceitos abriram espaço para uma compreensão de pobreza para além da insuficiência de renda, incluindo a ausência de diversos tipos de recursos e cujas consequências e riscos podem ser prevenidos, há autores que defendem como esses conceitos acabaram por deixar sucumbir, tanto no debate público, como no acadêmico, as razões fundamentais da pobreza, como a desigualdade social (ALVARENGA, 2012). Não mais a redistribuição de renda se tornou o foco das políticas públicas, mas antes o fortalecimento individual dos pobres através de ações profissionalizantes e do microcrédito, que em si são muito louváveis, mas que sozinhas, sem ações de proteção social, não são capazes de melhorar a vida dos mais pobres no longo prazo. Dessa forma, além de nos ajudar a pensar a relação entre problemáticas e crises nacionais e globais, a teoria de Beck também nos convida a lembrar, especialmente como cientistas sociais, que o nosso projeto de modernidade depende em primeiro lugar do que acontece aqui, entre nós, do que em qualquer outro lugar.

Se considerarmos o caminho, que a sociedade brasileira vem traçando desde a redemocratização, vemos crescentes e progressivas tentativas de redistribuição de renda através do aumento do investimento público em políticas sociais como saúde, educação, habitação e

---

<sup>2</sup> De acordo com Beck (2011), risco significa a antecipação do futuro, ou seja, a prevenção de ameaças, envolvendo por isso decisões humanas em forma de probabilidades e tecnologias. O risco está para além da ameaça em si (doenças, catástrofes, epidemias), ele é a sua antecipação.

assistência social, com destaque para a expansão do sistema brasileiro de Seguridade Social (BICHIR, 2011). Se a atuação do sistema de proteção social se resumiu, inicialmente, no Brasil, à prestação de benefícios sociais destinados a trabalhadores do setor formal como forma de protegê-los em momentos de desemprego, doença ou gravidez, vimos, a passos largos, ao longo do século XX, esses benefícios serem estendidos, primeiramente, aos trabalhadores do campo, através do Funrural, independentemente de contribuição previdenciária, e mais tarde, a partir de 1988, às pessoas acima de 65 anos e com deficiência através da criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passou a garantir o valor de um salário mínimo aos seus destinatários independentemente de contribuição previdenciária. Além da criação do BPC, a Constituição federal de 1988 (CF-88) trouxe diversos avanços, mesmo que primeiramente teóricos, para a expansão da Seguridade Social. Certamente, uma das mais importantes mudanças foi o reconhecimento da assistência social como parte fundamental e constituinte da Seguridade Social ao lado da Saúde e da Previdência Social. Nesse processo, o Estado brasileiro passou a ser legalmente responsabilizado pelo provimento dos recursos necessários ao enfrentamento da pobreza, conferindo às novas ações em assistência social o status de política pública (SPOSATI, 2011). De modo geral, “o novo texto constitucional abriu uma nova fase de desenvolvimento [da política socioassistencial], consolidada por normatização posterior, cujos principais marcos foram a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), a Política Nacional de Assistência Social (Pnas) e a Norma Operacional Básica (NOB) que regulamentou o Sistema Único de Assistência Social (Suas) (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, p. 175).

Apesar desses primeiros passos rumo à universalização dos serviços socioassistenciais, assim como foi ocorrendo também com as políticas de saúde e educação, os programas de transferência de renda mínima, a exemplo do próprio BPC, foram sendo implementados de forma focalizada, característica que se mantém até os tempos atuais. Com base nas discussões de José Murilo de Carvalho (2008)<sup>3</sup> sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil, argumento, que a dificuldade de efetivação da universalização de benefícios e serviços socioassistenciais por parte dos governos, que a cada quatro anos vêm compondo o Estado brasileiro, reside, especialmente, na dificuldade de fazer valer os direitos básicos e fundamentais estabelecidos pela Constituição federal na ordem correspondente, a saber: os direitos civis, políticos e então os sociais. No caso do Brasil, Carvalho

---

<sup>3</sup> Discussão semelhante pode ser encontrada na década de 1990 entre pesquisadores da área do serviço social, a exemplo de Sposati (1995).

(2008) argumenta como a expansão dos direitos sociais se deu desde os seus primórdios, durante os governos ditatoriais, em detrimento dos direitos políticos e civis, tendo como consequência a excessiva valorização do executivo em oposição às esferas representativas (vereadores, deputados ou senadores). Desde a perspectiva dessa comunicação direta entre o executivo na forma de um “Pai do povo” ou “Salvador da Pátria” vimos consolidar-se uma relação corporativista e clientelista entre o Estado e a população dentro da lógica da distribuição de benefícios, vantagens ou privilégios àqueles grupos, que conseguiam se articular em prol de seus interesses e de seus semelhantes, ao passo que a noção de direitos universais foi ficando resignada a sua existência teórica. Mesmo que a Constituição federal de 1988 tenha significado um avanço no campo dos direitos sociais, em especial dos socioassistenciais, em face dos motivos supracitados, esses estavam mais uma vez voltados, sobretudo, a segmentos específicos da população – idosos, pessoas com deficiência e também crianças – ao passo que a grande parcela da população, que vivia igualmente em situação de pobreza e extrema pobreza mantinha-se fora do sistema de proteção social. Seja por motivos de baixa representatividade junto aos governos ou pela baixa capacidade de mobilização do poder público em prol de seus direitos, a população vivendo em situação de miséria e pobreza estaria dentro dessa lógica clientelista no final da fila dos beneficiários do sistema.

O que vem a mudar essa tendência radicalmente, quase que de forma acidental, foi a introdução pelo país dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), criados primeiramente em nível municipal e mais tarde em nível federal. Por serem igualmente focalizados, ou seja, por alcançar primeiramente um segmento específico da população vivendo, neste caso, abaixo de linhas de pobreza e extrema pobreza<sup>4</sup>, estabelecidas pelo Estado, esses programas acabaram por alcançar de fato, ao longo dos anos, os mais pobres entre os pobres. Embora controversa, a gradativa implementação em grande escala dos programas de transferência de renda focalizados nos mais pobres, a exemplo do Programa Bolsa Família, pode ser vista como uma mudança de paradigma no campo das políticas de combate à pobreza no país (LEITE; PERES, 2013; TOMAZINI, 2013a, entre outros). A meu ver, essa ideia se justifica, sobretudo, porque os

---

<sup>4</sup> As linhas de extrema pobreza e pobreza são categoriais estabelecidas de forma burocrática e administrativa pelo próprio poder público com o objetivo de fixar parâmetros a partir dos quais indivíduos e famílias possam ser considerados elegíveis para o recebimento de determinado benefício ou para acessar serviços socioassistenciais como um todo.

ditos PTRC acabaram por antecipar a entrada desses grupos na “ordem natural” dos beneficiários do sistema - algo até então bastante improvável.

As disputas ideológicas e políticas em torno dos princípios norteadores do maior programa de transferência de renda, que o país havia visto até então foram muitas (TOMAZINI, 2013a). Haviam aqueles que defendiam, que ele deveria ser *incondicional*, liderados pela iniciativa do, então, Senador Eduardo Suplicy, que conseguiu aprovar no Senado federal, em 1991, a primeira lei que institui um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) em nível nacional. Apesar de ter sofrido mudanças em 2004, que pudessem viabilizar sua implementação, ficando conhecida pelo nome de “Renda Cidadã”, a lei nunca saiu do papel. Também haviam outros que apoiavam a criação de um programa capaz de garantir, em primeiro lugar, a *segurança alimentar*, visto que o acesso à alimentação era visto como o recurso fundamental para a garantia da vida. Por fim, havia ainda o grupo de especialistas e políticos, que vinham também desde da década de 1990, colhendo e difundindo experiências com programas de transferência de renda dentro e fora do país, que visavam o fomento do *capital humano*, condicionando os repasses monetários a contrapartidas educacionais e em saúde por parte das famílias. Após um período de intensas disputas, o governo recém eleito decide dar continuidade ao Programa Bolsa Escola, instituído ainda no governo anterior, unificando em 2003 esse e os demais programas de transferência de renda existentes à época voltados ao fornecimento de alimentos (Cartão e Bolsa Alimentação) e gás de cozinha (Vale Gás) em um único programa: o Programa Bolsa Família (PBF).

Todos os esforços nos primeiros anos de sua implementação estavam voltados principalmente para as ações de reconhecimento e cadastramento das famílias beneficiárias através do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico). Uma vez cadastradas, as famílias foram sendo progressivamente inseridas no programa, passando a receber o benefício. Segundo Soares e Sátyro (2009), em 2004, ano de sua implementação mediante medida provisória (BRASIL, 2004), o programa contava com em torno de 3.601 milhões de famílias, ao passo que três anos depois, em 2007, o programa já havia atingido o seu objetivo de incluir 11 milhões de famílias. Desde o início de sua elaboração, o programa visava contribuir para o alívio imediato da pobreza no curto prazo, o aperfeiçoamento dos serviços públicos nos setores da saúde, educação e assistência através de uma rede eficiente e a quebra geracional da pobreza no longo prazo. Esse êxito de cobertura veio acompanhado de uma grande preocupação com a qualidade da focalização, ou seja, o benefício tinha que chegar naquelas pessoas, que mais dele precisavam. E de fato, levantamentos mostraram

como o programa já havia contribuído para a redução, principalmente, dos extratos de mais baixa renda (SOUZA *et al.*, 2018). Entre 2001 e 2017, o PBF já havia sido responsável pela redução da extrema pobreza em 25% e a pobreza em 15%. Resultados melhores não haviam sido ainda alcançados, sobretudo, em razão da necessidade de aumento da cobertura – muitas pessoas, que necessitavam do benefício, ainda se encontravam fora do programa - e pelo fato de que os valores transferidos eram ainda muito baixos (OSÓRIO; SOARES, SOUZA, 2011). O objetivo maior do programa deixa de ser em 2013 o alívio da pobreza passando para a erradicação da extrema pobreza (CAMPELLO, 2013). Vimos isso acontecer através da criação de um novo benefício variável no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), concedido em 2012 de forma suplementar à renda do trabalho e aos valores já obtidos pelo programa às famílias extremamente pobres com crianças para que superassem a linha de extrema pobreza (PAIVA; BARTHOLO; SOUSA, 2021). A partir de 2013, o benefício foi estendido a famílias com jovens até 15 anos (COSTA; MAFRA; BACHTOLD, 2014).

Apesar de todos os esforços empreendidos para a universalização do programa através do progressivo aumento da cobertura e do aumento dos valores transferidos como forma de se erradicar a extrema pobreza, o balanço atual é de que infelizmente nem um e nem o outro objetivo foi atingido efetivamente (SOUZA *et al.*, 2018; BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). Seguindo a argumentação de Soares e Sátyro (2009), o Bolsa Família – e isso vale também para seu sucessor, o Auxílio Brasil - não se efetivou como uma política de direito, visto que a inclusão das famílias sempre foi determinada pelo tamanho do orçamento colocado à disposição a cada início de ano, assim que nem todo cidadão, que do benefício necessitava, tinha o direito de recebê-lo. Ainda que não tenha se efetivado como uma política de direito, o Bolsa Família se tornou em cobertura a mais importante ação socioassistencial de combate à pobreza já vista no país, mesmo tendo se originado e desenvolvido fora da institucionalidade da assistência social (BICHIR, 2011). Não é em vão, que o Programa Bolsa Família seja considerado o carro-chefe da proteção social brasileira (SILVA; YASBEK; DI GIOVANNI, 2012). Desde o ponto de vista da relação entre o PBF e os demais serviços socioassistenciais disponibilizados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), há autores como Renata Bichir (2011; 2016), que defendem como a implementação do PBF nas esferas locais contribuiu para o fortalecimento dos serviços municipais, visto que repasses financeiros federais destinados à ampliação do CadÚnico possibilitaram melhorias, seja na forma da contratação de recursos humanos, da aquisição de novas salas e tecnologias, necessárias para o

cadastramento das famílias, até a capacitação e formação de quadros. Segundo a autora, os esforços do governo federal ao longo dos anos de implementação do programa não estavam mais voltados apenas à boa focalização e uma ampla cobertura, mas também à construção de um conjunto de ações, as quais juntas fossem capazes de oferecer uma “rede de proteção social” às famílias beneficiárias. Há uma série de estudos que se dedicaram a compreender essa articulação de forma direta e indireta, destacando, sobretudo, a dificuldade dos beneficiários do PBF em acessar outros serviços da rede socioassistencial (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; SANTOS; MAGALHÃES, 2012; SERAPIÃO, 2018; MARTINS, 2020, entre outros). Muito embora meu interesse de pesquisa não tenha surgido através da leitura do referente estudo, acredito que os resultados aqui alcançados podem também colaborar para nos aproximarmos dessa questão, visto que é impossível analisar o papel do programa na vida das famílias sem considerar tudo aquilo que acontece, quando o usuário acessa à política.

Antes, o tema aqui abordado referente ao *papel de políticas de transferência de renda na vida dos beneficiários*, resulta de um antigo interesse em estudar políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho. Ao longo dos anos esse interesse foi sendo amadurecido, dando espaço ao desejo de compreender as repercussões biográficas de políticas socioassistenciais, a exemplo do PBF, na vida dos usuários. Foi dessa forma, portanto, que cheguei ao seguinte problema de pesquisa: *se considerarmos suas experiências biográficas como um todo, qual é o papel, que o programa de transferência de renda demonstra desempenhar na vida dos beneficiários?* A escolha por um problema de pesquisa voltado ao “papel do programa” e não “seus efeitos” ou “impactos” se justifica pelo interesse em compreender a forma como o programa intervêm nos cursos de ação e na vida dos indivíduos para apenas num segundo momento refletir sobre seus impactos.

Do ponto de vista da literatura, temos visto como estudos qualitativos (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; PINTO, 2010; ÁVILA, 2013; REGO; PINZANI, 2014) têm contribuído para a análise do PBF ressaltando seu significado para os titulares (em sua grande maioria, mulheres) como uma ajuda ou auxílio financeiro – e menos um direito –, o qual contribui no orçamento familiar, melhorando o acesso ao consumo, especialmente aos alimentos. Boa parte desses estudos foi unânime em afirmar, que o benefício age, especialmente, no campo da sobrevivência, ao passo que não é capaz de tirar as pessoas de sua situação de pobreza. Quando o estudo analisou os efeitos do programa sobre a autonomia de mulheres, seus resultados indicaram efeitos ainda incipientes nessa direção (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2014). Além disso, se destacam



aqueles resultados que reafirmam a importância do benefício - apesar dos modestos valores - como uma renda certa e regular, ao passo que outros enfatizam a falta de conhecimento dos titulares em relação ao programa e sua baixa adesão aos programas complementares (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; PINTO, 2010; ÁVILA, 2013; REGO; PINZANI, 2014).

Se por um lado já aprendemos muitas coisas sobre os efeitos macro- e microsociais do programa, por outro, especialmente, as análises qualitativas apresentam muitas lacunas. Não que o Bolsa Família tenha sido pouco estudado, pelo contrário. Na verdade, qualquer procura rápida no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes nos revela centenas de registros de trabalhos que levam o programa como palavra-chave. Um levantamento (VIANA; KAWAUCHI, 2018) realizado entre 2014 e 2017 em diferentes portais nacionais e internacionais de produção científica, identificou 855 trabalhos (661 teses e dissertações e 194 artigos científicos) publicados entre 2005 e 2016, dedicados a estudar o programa sob diferentes pontos de vista e métodos. Desses, apenas 31 monografias e 8 artigos eram da sociologia. As áreas do conhecimento, que mais desenvolveram estudos no período foram saúde, economia, serviço social, seguido de políticas públicas e educação. Embora 416 trabalhos dos 855 se dedicaram a estudar os efeitos e impactos do programa, sendo que desses 170 utilizaram métodos qualitativos de pesquisa, apenas 27 se voltaram a compreender os efeitos do programa sobre as condições de vida dos beneficiários. Em outras palavras, isso significa dizer, que embora possa ser constatado um grande interesse por compreender os efeitos e impactos do programa, com destaque para a forte presença dos estudos qualitativos, parece ainda bastante desafiador para esses últimos, empregar seus métodos tomando a vida dos indivíduos como referência. É certo que existe uma diferença importante entre analisar os impactos do programa na vida ou na condição de vida dos beneficiários, mas na ausência dos primeiros, também recorri aos resultados encontrados na literatura referente aos segundos, visto que esses compreendem a temática que mais se aproxima do meu interesse de pesquisa. Enquanto a primeira perspectiva prima pela análise dos efeitos considerando toda a história de vida, tanto de forma sincrônica, como diacrônica, a segunda busca dar conta da amplitude da vida, exclusivamente, a partir do presente, com base naquelas dimensões sociais, que melhor definem a condição de vida das pessoas: consumo, trabalho, educação, saúde, habitação, religião, entre outros. Assim, compreender o papel do programa na vida dos beneficiários desde a perspectiva do presente é um dos aspectos que me interessa.

Durante meu próprio processo de leitura e revisão da bibliografia, me chamou a atenção como mesmo os estudos qualitativos, que analisam os efeitos do programa sobre a vida ou condição de vida dos beneficiários, tendem a analisar um número extenso de casos, em torno de 145 em média, investindo na frequência, na qual os impactos alcançados pelo programa são identificados e menos na profundidade das relações possíveis encontrados em cada caso. Em alguns estudos, fica até mesmo difícil considera-los pesquisas qualitativas, a não ser em razão do uso de entrevistas mais abertas do que aquelas que conhecemos dos instrumentos quantitativos, a exemplo de questionários. Isso muda quando recorremos aos estudos qualitativos realizados no âmbito acadêmico, como dissertações e teses, que acabam de fato trabalhando com um escopo menor de entrevistas. No que tange aos métodos biográficos, foi possível encontrar pouquíssimos trabalhos, que versavam sobre os efeitos do programa desde a perspectiva de histórias de vida<sup>5</sup>, em torno de três ao total, ao passo que não foi possível encontrar nenhum estudo, que autodeclarou utilizar algum método biográfico.

Outro aspecto que caracteriza os estudos qualitativos realizados até então sobre a temática é a incorporação das interpretações dos entrevistados sobre o programa e seus efeitos, com pouca ou nenhuma distinção entre interpretação e experiência, ou ainda, discurso e prática. Dito de outra forma: embora esses estudos considerem e se apropriem muito bem das interpretações subjetivas, elas são na maior parte do tempo reproduzidas para explicar os efeitos do programa sem que sejam devidamente contrastadas com fatos e escolhas dos entrevistados, que também permeiam essas interpretações. Isso não significa que a interpretação dos sujeitos não seja verdadeira, pelo contrário. Mas, normalmente, ela não é suficiente para explicar as repercussões como um todo. Se

---

<sup>5</sup> Na pesquisa biográfica sociológica é feita uma importante diferenciação entre biografia e histórias de vida (também relatos de vida). Enquanto a vertente alemã de pesquisa biográfica interpretativa esteve sempre empenhada em desenvolver um arcabouço teórico de base fenomenológica e hermenêutica, bem como métodos voltados a compreender as interpretações de mundo dos indivíduos – incluindo sentimentos, representações sociais e sua gênese no processo biográfico -, a vertente francesa de pesquisa biográfica, liderada pelo sociólogo Daniel Bertaux (1999), centrou seus esforços em desenvolver métodos de fundo estruturalista, capazes de capturar as práticas sociais (a ação propriamente dita) e seu desenrolar ao longo da trajetória de vida, abrindo mão, entretanto, de interpretações subjetivas. A diferença primordial entre os métodos biográficos interpretativos e aquele desenvolvido por Bertaux de relatos de vida (*récit de vie*) reside, portanto, na compreensão desse último de que apenas as práticas sociais – por permitirem o acesso objetivo à realidade social - são capazes de nos aproximar dos fenômenos sociais. Diferente dessa perspectiva, a pesquisa biográfica interpretativa busca compreender a realidade social tanto a partir das interpretações, bem como de sua gênese ao longo da trajetória biográfica com base nas experiências de vida. Outro importante desdobramento da pesquisa biográfica sociológica francesa oferece os estudos realizados por Bernard Lahire (2005), que apresenta, assim como Bertaux, uma forte influência da sociologia positivista e estruturalista francesa. Também Lahire direciona seus métodos de pesquisa sobretudo às dimensões práticas da realidade social, trabalhando de forma dedutiva-indutiva, diferenciando-se das abordagens abduativas interpretativas. Mais detalhes cf. Cé Sangalli e Rinaldi (2018, p. 116) e Pape (2018).

uma entrevistada diz que o benefício não trouxe mudanças importantes em sua vida e vincula isso ao baixo valor disponibilizado, ainda não está tudo dito e explicado porque isso acontece. Para tanto é necessário compreendermos com base na experiência, ou seja, a partir da vivência prática de acontecimentos à época dos fatos e da tomada de decisão daí resultante, como o recebimento do benefício repercute na vida como um todo. É a dinâmica social por trás da constatação da entrevistada, que melhor nos ajuda a compreender o papel, que o programa desempenha na vida presente e futura. Nesse caso, as experiências funcionam como um importante contraponto às interpretações dos entrevistados em relação ao programa, fazendo emergir aqueles aspectos, que normalmente ficam submersos na atitude natural do senso comum ou ainda nos motivos “porquê” desconhecidos pelos biografados e pelo pesquisador.

Considerando, portanto, a carência de estudos qualitativos, que visem a profundidade e não a frequência ao analisar as repercussões do programa na vida dos beneficiários, o presente trabalho se justifica por oferecer uma análise rica, com base na separação analítica entre interpretação e experiência, própria do método biográfico aplicado, capaz de encontrar relações causais explicativas, primeiramente, dentro de cada caso, para expandir as generalizações teóricas a partir da comparação contrastiva entre os casos, sem perder, entretanto, a profundidade de vista. Para tanto, segui ao longo da pesquisa de campo os seguintes *objetivos*: 1) reconstruir a história de vida dos beneficiários evidenciando o processo de desenvolvimento de suas experiências, a compreensão que possuem de si mesmos e de suas biografias; 2) compreender a experiência dos beneficiários com o Programa Bolsa Família e 3) os demais serviços socioassistenciais por eles acessados para 4) explicar as repercussões do programa, tanto imediatas, como no longo prazo na vida dos beneficiários, no intuito de num segundo momento 5) contribuir para o desenvolvimento da política com reflexões a partir dos resultados alcançados.

Se tratando de uma pesquisa qualitativa, busquei o acesso aos entrevistados por via institucional, com a ajuda de profissionais de um dos 22 Centros de Referência da assistência social em funcionamento em Porto Alegre, o qual chamo de Cras Horizontes. A entrada no campo se deu em maio de 2019 e se estendeu até setembro desse mesmo ano. A segunda fase de coleta de dados foi apenas retomada em julho de 2021, quando uma grande parte da população já se encontrava imunizada contra à covid-19. Tanto a coleta, como a análise dos dados foram realizadas com base em métodos interpretativos de pesquisa, a saber: *entrevistas narrativas biográficas, entrevistas narrativas temáticas e reconstrução biográfica de caso* (ROSENTHAL, 2014). Ao total, foram

conduzidas dez entrevistas biográficas com beneficiários do programa e duas entrevistas temáticas com Técnicas Sociais, responsáveis pelo acompanhamento familiar de meus entrevistados. Além da reconstrução de três biografias, analisei, portanto, uma entrevista narrativa temática mediante *análise de texto e campo temático* (ROSENTHAL, 2014), cujos resultados foram utilizados de forma complementar no processo de reconstrução da história de vida do entrevistado Pedro Amaro de acordo com a *triangulação de dados* na pesquisa qualitativa (KÖTTIG, 2004; 2005; FLICK, 2009).

Diante do exposto, o estudo se encontra estruturado da seguinte forma: após esta introdução, discuto no *capítulo 2* de forma diacrônica com base na literatura acadêmica em Ciências sociais, Economia e Serviço social a trajetória e relevância do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito do Sistema brasileiro de proteção social, abordando temas como: origem, processo de implementação, funcionamento, articulação com a rede socioassistencial e efeitos macro- e microsociais. Ao final trato do momento atual dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil, bem como suas perspectivas de futuro. Além da revisão bibliográfica, busquei trazer nesse mesmo capítulo importantes referências teóricas, que têm influenciado a discussão sociológica sobre programas de transferência de renda condicionada no Brasil. No *capítulo 3*, discorro sobre a metodologia de pesquisa aplicada, ressaltando os fundamentos teóricos por trás da abordagem biográfica interpretativa e a maneira como esses fundamentos determinaram meu acesso ao campo, a interação com o universo de pesquisa e a geração dos dados, incluindo levantamento e análise, com destaque para a triangulação de dados e teorias na pesquisa qualitativa. No *capítulo 4* foram apresentadas as reconstruções biográficas de três entrevistados, bem como os tipos construídos a partir de cada uma das reconstruções tomando a pergunta de pesquisa como referência. No *capítulo 5* apresento os resultados alcançados a partir das reconstruções de caso mediante comparação entre os casos, considerando suas semelhanças e diferenças, trazendo, num segundo momento, algumas reflexões com base nas teorias, aqui, desenvolvidas para o aprimoramento de programas de transferência de renda condicionada no âmbito do Suas. Por fim, teço no *capítulo 6* últimas considerações sobre o objeto de estudo.

## 2 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA: TRAJETÓRIA E O PAPEL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS

Ao longo deste capítulo o leitor encontrará uma discussão com base na literatura acadêmica em Ciências sociais, Economia e Serviço social sobre o papel, efeitos e impacto do Programa de Transferência de Renda Condicionada Bolsa Família (PBF) na vida ou ainda na condição de vida dos beneficiários. Essa discussão foi realizada buscando compreender a trajetória e relevância do programa no âmbito do sistema brasileiro de proteção social durante esses quase 20 anos de sua elaboração e implementação. Nela, recorro a autores, que nos ajudam a compreender a origem dos programas de transferência de renda no Brasil, com destaque para os programas condicionados, o processo de implementação do PBF, seu funcionamento, principais efeitos macro- e microssociais identificados por diferentes pesquisadores ao longo dos anos, bem como sua relevância presente e futura no âmbito do sistema de proteção social. Além de sua caracterização técnica e seus impactos na vida da população alvo, busquei também trazer para a discussão a relação do PBF com o Sistema Único de Assistência Social, a fim de melhor compreender os avanços conquistados com essa articulação para a melhoria da condição de vida dos usuários do sistema. Aproveito também o presente capítulo para trazer algumas teorias, que têm influenciado a discussão sociológica sobre os programas de transferência de renda condicionada no Brasil, com destaque para os trabalhos de Amartya Sen (2018) e o seu “*capability approach*”. Diante de uma literatura, pode-se dizer, gigantesca e bastante consolidada sobre os efeitos do Programa Bolsa Família, meus esforços estiveram voltados, principalmente, à tentativa de desenvolver uma discussão ampla e, dentro dos limites, original sobre a trajetória do programa e sua importância social: tanto para o sistema de proteção social, como para a vida de quem dele necessita.

### 2.1 O sistema de proteção social brasileiro: o início de tudo

Sabidamente, o sistema de proteção social brasileiro, assim como o conhecemos hoje, envolvendo políticas em saúde, assistência social e previdenciárias foi se desenvolvendo e se ampliando de forma gradual, mais especificamente a partir da década de 1930 (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, SPOSATI, 2011, entre outros). E assim como em muitos países ocidentais, incluindo os europeus, ele começa a ser implementado no contexto da garantia de

direitos sociais voltados aos trabalhadores do mercado de trabalho formal (DIETZ; FROEVEL, TOENS, 2015). Ao passo que os trabalhadores e seus empregadores passaram a destinar valores atrelados aos salários para o financiamento da previdência social, programas e serviços foram sendo implementados como forma de garantir segurança e proteção aos trabalhadores em momentos de necessidade, como desemprego, maternidade ou doença. Mas diferente do que também aconteceu na maior parte desses países, o sistema de proteção social brasileiro se inicia e se mantém exclusivamente contributivo ao longo de quase todo o século XX, mais precisamente até 1988, quando foi promulgada a nova Constituição Federal. Dessa forma, aqueles trabalhadores e suas famílias, que por ventura se encontravam fora do mercado de trabalho formal e necessitassem da ajuda do Estado – que se diga de passagem correspondiam à época um grande quantitativo da população –, podiam contar apenas com iniciativas privadas de assistência social, disponibilizadas de forma esporádica, insuficiente e regionalizada. Neste período, o Estado brasileiro funcionava como um mero apoiador financeiro de serviços, que eram tradicionalmente formulados e executados por entidades privadas em nível municipal, como as religiosas (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009). Em relação à política pública de combate à pobreza, essas famílias deveriam ser incorporadas no médio e longo prazo no sistema de proteção social mediante inclusão no mercado de trabalho formal; entretanto, isso não aconteceu (SOARES; SÁTYRO, 2009). Como podemos ver, a pobreza era encarada como um problema individual, naturalizada como algo que sempre existiu e não como um problema social, cujo enfrentamento dependeria da intervenção do Estado (BICHIR, 2011). Além da pobreza ser tratada, no período, como consequência da falta de trabalho, vimos despontar a partir da década de 1960 as discussões em torno da marginalidade como efeito adverso da pobreza (mais detalhes cf. *Ibidem*, p. 65).

No caso da cidade de Porto Alegre, as primeiras iniciativas públicas socioassistenciais estavam voltadas à criação de centros de lazer e recreação dentro de comunidades periféricas, denominados Centros de Comunidade e Esportivos (PORTO ALEGRE, [2019a?]). As primeiras unidades foram disponibilizadas a partir da década de 1970, tendo sido gradativamente expandidas nos anos que se seguiram<sup>6</sup>. Essas comunidades compreendiam um conjunto de vilas populares, que

---

<sup>6</sup> O primeiro centro a ser criado foi o Centro de Comunidade bairro Ipiranga – Cecobi, em 1970. Entre 1972 a 1975 foram criados novas unidades, mais ou menos na seguinte ordem: Centro Esportivo Vila Ingá (Cevi) na região norte Eixo Baltazar, Centro de Comunidade Vila Floresta (Cecoflor) no antigo Parque Florestal, Centro de Comunidade Vila Elisabeth (Cecove), no bairro Sarandi, o Centro Esportivo George Black (Cegeb), no bairro Medianeira e o Centro Social Vila Mapa, no bairro Lomba do Pinheiro (PORTO ALEGRE, [2019c?]).

se originaram no contexto dos movimentos migratórios do campo para a cidade e do processo de urbanização dos grandes centros, apresentando por isso diferentes níveis de infraestrutura urbana, acesso a serviços básicos e conseqüentemente a falta deles (MOLINA, 2004). Na descrição dos centros, encontramos serviços socioassistenciais voltados inicialmente à educação, preparo profissional<sup>7</sup>, recreação, cultura e saúde ao passo que ao longo dos anos foram assumindo, em alguns casos, um caráter político associativo voltado à formação de grupos comunitários, que passaram a reivindicar de forma organizada a melhoria de infraestrutura urbana em suas localidades, trabalhando assim uma consciência cidadã para além do lazer, a exemplo do Centro de Comunidade Vila Elisabeth (Cecove), no bairro Sarandí (Ibidem). Além da organização associativa, o Cecove por exemplo, também ofertava serviços de atendimento jurídico aos moradores; esses, por sua vez, apresentavam especialmente demandas voltadas ao grupo familiar, como divórcio, separação, pensão alimentícia, guarda e investigação de paternidade (PORTO ALEGRE, 1998).

Diante da expansão dos centros e da necessidade de se ter um órgão público capaz de administrá-los, é criada em 1977 a Fundação de Educação Social e Comunitária, a Fesc (PORTO ALEGRE, [2019a?]). A partir de 1978, vemos um novo serviço especializado ser criado: o Centro de Cuidados Judith Meneghetti (Cejume), voltado a crianças entre três e seis anos. Também em outros centros, como no Cecove, as atividades recreativas passaram a se especializar nas áreas de educação infantil e terceira idade. Nesse sentido, entre 1970 a 1990, os serviços públicos de assistência social estavam voltados em Porto Alegre especialmente a ações educativas de lazer, recreação e esporte, bem como à saúde, logrando em alguns casos o desenvolvimento de um trabalho, que envolvia a organização da comunidade em prol de melhorias de infraestrutura urbana na sua localidade e com ela o desenvolvimento de uma consciência política e cidadã.

Até mesmo as primeiras iniciativas de acesso à alimentação (e não de combate à fome) foram criadas no Brasil a partir de 1967 no contexto da Previdência social, com a implementação de restaurantes populares e ações voltadas ao tema da nutrição, preocupadas com as condições de vida do operariado nacional (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009). Esta divisão entre trabalhadores e não trabalhadores mercedores do direito à proteção social estava diretamente

---

<sup>7</sup> Embora conste nos artigos encontrados a menção de oferta de formação profissional pelos centros, essa é realizada de forma vaga. A única informação concreta encontrada é de que esses faziam referência a cursos de artesanato. Mais detalhes cf. Molina (2004) e o site da Prefeitura de Porto Alegre sobre a história da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), disponível em: [www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_secao=56](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56).

associada às noções de cidadania, que tomaram lugar ao longo do século XX na sociedade brasileira e que podem ser compreendidas no sentido auferido por Wanderley Guilherme dos Santos (1987) em seu conceito de “cidadania regulada” ou ainda na definição de José Murilo de Carvalho (2008) de “estadania” em contraste com a ideia de cidadania. Ambos os autores argumentam em direções bastante semelhantes, destacando o papel dos governos ditatoriais para o estabelecimento da cidadania no Brasil, não como uma condição de membro de uma comunidade, que goza de direitos que lhe permitam participar da vida política, mas antes em razão da qualidade da sua relação com o Estado. Enquanto Santos (1987) argumenta que a ideia de cidadão se desenvolveu no Brasil a partir da era Vargas diretamente associada às ocupações e profissões reconhecidas e definidas em lei, bem como aos direitos conferidos a essas, Carvalho (2008) retoma o longo caminho percorrido pela construção da cidadania no Brasil, concluindo como a expansão dos direitos sociais, com destaque aos previdenciários, em detrimento dos direitos políticos e civis durante governos ditatoriais, com a excessiva valorização do Executivo, acabou gerando uma preferência pelo Estado (na forma de um salvador da pátria ou messias) do que pela representação (vereadores, deputados ou senadores) a fim de garantir direitos fundamentais, que mais tardar em uma democracia deveriam ser para todos. Essa relação clientelista entre o Estado e a população organizada em grupos como forma de garantir privilégios e benefícios, mas não direitos, não se restringiu, entretanto, aos períodos ditatoriais, se reproduzindo ao longo dos governos democráticos e na forma como políticas sociais, e em especial as socioassistenciais, foram se consagrando até os tempos atuais.

Dessa forma, a política desenvolvimentista e meritocrática do governo militar acabou por legitimar e fortalecer ainda mais esse sistema desigual de proteção social em curso, especialmente nos centros urbanos, contribuindo para o aumento da concentração de renda e com isso da desigualdade social, que se fez perceber especialmente ao final da década de 1980 (CARVALHO, 2008). No meio rural, vivenciamos, entretanto, um avanço nos direitos sociais com a criação do Fundo de Assistência Rural (Funrural) em 1971, que passou a garantir o direito à aposentadoria e à pensão a todos os trabalhadores rurais, ensaiando, como lembram Soares e Sátyro (2009, p. 7), os primeiros passos em direção a “um novo paradigma no processo de construção do sistema de proteção social brasileiro - a solidariedade<sup>8</sup>”. Mas de modo geral, o período entre 1930 e 1985 (fim

---

<sup>8</sup> Segundo Dietz, Froebel e Toens (2015, p.10, tradução nossa) solidariedade em um sistema moderno de proteção social “significa, que as pessoas desenvolvem um senso de pertencimento, que lhes permite ajudar aqueles que precisam de ajuda, apesar das diferenças e interesses sociais”.



do governo militar) configurou, sobretudo, constantes movimentos nas políticas previdenciárias de Seguridade Social, enquanto avanços na proteção social não-contributiva encontravam ainda pouco espaço, tanto no Estado brasileiro, como na sociedade como um todo. Historicamente, “falar da Assistência Social no Brasil significava falar de uma ação residual, suplementar em termos de recursos, fragmentada em termos de programas e ações e pouco clara quanto aos seus objetivos e ao seu público” (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, p. 178).

Assistência social no sentido de uma política de proteção social, começa a ser introduzida no país apenas a partir da promulgação da nova Constituição federal em 1988, na qual primeiras mudanças significativas em termos da universalização de acesso a políticas socioassistenciais começam a aparecer. Até então, o sistema de proteção social brasileiro se resumia, como supracitado, a políticas previdenciárias e de saúde. As mudanças impulsionadas pela Constituição federal no que tange à expansão do sistema de proteção social foram muitas, com destaque para: 1) o reconhecimento da assistência social como política pública de direito, diferenciando-a de filantropia e beneficência. Ou seja, ela recebe status de estratégia sistemática e organizada de ações aos pobres, ao passo que seu acesso se universaliza a todos aqueles que dela necessitarem, independentemente de contribuições previdenciárias (PEREIRA, 1996, JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009; SOTO; LIMA; TRIPIANA, 2016). Além disso, seu status de política pública passa a garantir legalmente o envolvimento do Estado na provisão de programas socioassistenciais e de políticas de combate à pobreza; 2) sua inclusão no tripé da Seguridade Social, composta, até os tempos atuais, pela previdência social como política contributiva, pela saúde como política universal e pela assistência social como política não-contributiva (SOTO; LIMA; TRIPIANA, 2016); 3) a criação do primeiro programa federal de transferência de renda mínima no valor de um salário mínimo disponibilizado para pessoas acima de 65 anos ou com deficiências severas, que apresentassem uma renda familiar *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, chamado de Benefício de Prestação Continuada (BPC). E por fim 4) a organização e implementação descentralizada das políticas socioassistenciais entre os três membros da federação (governo federal, estados e municípios), contando ainda com a participação da iniciativa privada na oferta de serviços e de entidades da sociedade civil tanto na formulação como no controle das políticas.

Com base na literatura científica (CARVALHO, 2008; SOTO; LIMA; TRIPIANA, 2016) sobre os acontecimentos em torno da elaboração e promulgação da nova Constituinte, vemos os muitos significados e expectativas gerados por ela: se por um lado ela significou a inclusão e

representação na forma da lei de grupos sociais, antes totalmente desassistidos – não obstante ela foi chamada de *constituição cidadã* -, por outro ela foi a prova viva, assim como defendido por José Murilo de Carvalho (2008), da relação clientelista construída até então pelo Estado brasileiro com a população, assim que cada grupo, à sua forma e dentro de suas possibilidades, procurou defender, aumentar ou garantir privilégios, sem que víssemos nos anos que se seguiram problemas fundamentais serem enfrentados, os quais afetavam, entretanto, a maior parte da população. O argumento por trás dessa crítica é de que a nova Constituinte não alterou o fato de que como os direitos civis (ou seja, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade) não são praticados no Brasil, também os direitos sociais e políticos acabam sofrendo com a falta de equidade. Esse padrão acabou por afetar a forma como os direitos sociais são vivenciados no Brasil via a distribuição de vantagens, favores ou privilégios pelo Estado a grupos sociais sem que reformas profundas ocorram. Um exemplo disso no campo das políticas socioassistenciais foi a introdução do próprio Benefício de Prestação Continuada (BPC), que se por um lado significou um avanço ao reconhecer a pobreza enquanto um risco social (SOARES; SÁTYRO, 2009), protegendo idosos e pessoas com deficiência, por outro reduziu o direito à proteção social não-contributiva a dois grupos sociais bem específicos, que demonstraram à época estar bem organizados em torno de interesses comuns, com destaque para o movimento das pessoas com deficiência, que assim como Jaccoud, Hadjab e Chaibub (2009) apontam, lograram exercer pressão sobre os grupos políticos cerca de um ano antes da promulgação da Constituição federal, assim que conseguiram ser incluídos ao lado da população idosa como grupo beneficiário do BPC, ficando todo o resto da população necessitada de fora.

Se um tanto de igualdade não está garantido, os indivíduos encontrarão muita dificuldade em cumprir o papel, que a sociedade espera que cada um cumpra. Entretanto, tanto a falta de igualdade entre a população ao final da década de 1980, como de esforços do Estado para a sua garantia mantiveram-se como um ponto-cego no texto da nova Constituinte, que se por um lado trouxe importantes avanços ao responsabilizar o poder público na provisão de benefícios socioassistenciais não contributivos, por outro continuou sobrepondo a responsabilidade da família ao papel do Estado diante de seus membros, especialmente no caso dos grupos mais vulneráveis, assim como lembram Jaccoud, Hadjab e Chaibub (2009, p. 186) ao afirmar, que na constituição “[o] dever da família é citado antes do dever da sociedade e do Estado no que se refere à garantia da proteção às crianças, aos adolescentes e aos idosos”. Aqui podemos destacar dois aspectos

importantes, que continuaram a repercutir na forma como políticas socioassistenciais foram sendo introduzidas e formuladas ao longo do processo de desenvolvimento da proteção social não-contributiva no país, a saber: primeiro de que o papel do Estado é complementar à família e à comunidade em relação à proteção social, ou seja, ele não os precede. Dessa forma, o significado preventivo das ações do Estado se perde totalmente nesta atitude perante às famílias. E segundo de que a família é um meio estratégico no que tange aos cuidados e à proteção dos indivíduos, com destaque àqueles tidos como os mais vulneráveis: as crianças, os adolescentes e os idosos (Ibidem).

A relevância dada a determinados grupos e fases da vida também é reforçada no artigo 203 da CF-88, que define o papel da assistência social no sistema de Seguridade Social, ao passo que podemos identificar que não há uma menção direta à população adulta, normalmente representada pelos chefes de família e que de modo geral parecem desaparecer no conceito de “família” ou na ideia de “proteção à família”. A atenção dada na proteção social a determinados segmentos de vulneráveis em detrimento de outros não se limita apenas à Constituição, se estendendo também a ações tomadas após 1988, vindo a mudar apenas a partir de 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (Pnas). Sendo assim, *proteção social* significa nos termos da Constituição federal o acesso a políticas previdenciárias, de saúde e socioassistenciais. No âmbito da assistência social, o conceito de proteção social foi detalhado em seu artigo 2 da Lei Orgânica da assistência social (Loas) de 1993 na medida em que dá destaque “à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos”, ao passo que reitera a relevância de determinados grupos, como as crianças, os adolescentes, as pessoas com deficiência e os idosos (BRASIL, 1993).

Uma vez estabelecidos, portanto, os fundamentos para o desenvolvimento de uma política nacional de assistência social no sentido de proteção social, esses precisavam ser gradativamente implementados. No que concerne o caso brasileiro, sua execução encontraria primeiras barreiras já no início da década de 1990 durante o governo Collor, em razão da introdução de políticas com viés neoliberal voltadas à redução do déficit fiscal, com consequências para o controle das despesas públicas voltadas à Seguridade Social aliado a uma ideia de Estado mínimo. Assim que a Lei Orgânica da assistência social (Loas) foi sancionada pelo Congresso Nacional apenas em 1993, após ser vetada pelo presidente Collor em 1990. E mesmo tendo sido sua sanção de grande importância para o estabelecimento das linhas gerais de uma política nacional de assistência social, incluindo especificações de acesso ao BPC, não tivemos avanços práticos no processo de descentralização da política socioassistencial entre os três membros da federação e com isso na

expansão dos serviços assistenciais (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009). Portanto, a década de 1990 foi marcada sobretudo pela continuidade de ações públicas de assistência social realizadas de forma isolada, fragmentada e regionalizada, com consequências para a forma como as primeiras experiências com os programas de transferências de renda foram realizadas no país.

## 2.2 As primeiras experiências com Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil: focalização e investimento em “capital humano”

Apesar das ambições de universalização das políticas socioassistenciais país a fora, as poucas iniciativas que encontrávamos na década de 1990 mantinham ainda a marca dos municípios. Em Porto Alegre, esse período significou poucos avanços na oferta de serviços públicos socioassistenciais. Esses se resumiam, ainda, a serviços socioeducativos de lazer e esporte, bem como de saúde ofertados nas próprias comunidades através de centros, ao passo que a administração pública já havia logrado instituir um órgão que se responsabilizasse por sua administração, conhecida à época como Fesc (Fundação de Educação Social e Comunitária) e vinculada à Secretária Municipal de Educação e Cultura. Especialmente ao final da década de 1970, vimos alguns centros desenvolvendo trabalhos associativos no intuito de formar grupos comunitários, capazes de reivindicar melhorias de infraestrutura junto ao ente público. Essas experiências passaram a ser exploradas, por exemplo, a partir da década de 1990 na implementação do Orçamento Participativo pela administração municipal (MOLINA, 2004). Além disso também o princípio da intersetorialidade começa a ganhar força nesta mesma gestão, buscando a integração dos serviços disponibilizados pelas diferentes secretarias municipais, com destaque para a integração entre os centros e os postos de saúde que já ofertavam a atenção básica em saúde nos diferentes territórios (Ibidem).

Após a aprovação da Loas, a gestão municipal passou a buscar a adequação dos serviços à lei constitucional, delegando à Fesc a partir de 1994 a responsabilidade legal de implementar no município as políticas previstas (PORTO ALEGRE, [2019a?]). Entretanto, assim como apontam Jaccoud, Hadjab e Chaibub (2009), o período possibilitou sobretudo o adensamento das discussões e reflexões acerca de uma política pública, que pudesse ser implementada nacionalmente, enquanto os serviços se mantiveram na ponta em grande medida os mesmos. Em nível municipal podemos identificar como resultado desse momento, a sanção de leis municipais, a criação de conselhos e

foros formados pelo poder público e sociedade civil, a realização de conferências, bem como a elaboração de planos municipais de assistência social (PORTO ALEGRE, [2019b?]). Dessa forma, através da Lei N.º 7.414 de 1994, vemos que além da criação de novos Centros de Comunidade, como no bairro Restinga, a prefeitura já contava em 1994 com os serviços de Albergue para pessoas em situação de rua (Albergues Municipais Bom Jesus e Inga Brita), uma Casa de Passagem e uma Casa de Oficinas, conquanto não fique claro a que público essas últimas estavam destinadas (PORTO ALEGRE, 1994). Além disso, os Centros de Comunidade a exemplo do Centro de Comunidade Vila Elisabeth (Cecove) no bairro Sarandi já desempenhavam em 1998 um trabalho importante com crianças e jovens em situação de risco pessoal e social através do Serviço de Apoio Sócio-Educativo, o Sase, que vem ser incorporado mais tarde nas ações do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Até o ano 2000, esses demonstraram ter sido, portanto, os serviços, que o município dispunha para a oferta de serviços socioassistenciais, voltados sobretudo ao lazer, à recreação, à educação informal com destaque para o engajamento de uma parcela dos moradores na organização dos centros e da atenção que especialmente crianças, jovens e idosos, passaram a receber. Diante da demanda por políticas sociais principalmente voltadas ao acesso à renda, à insegurança alimentar, ao saneamento básico e à habitação, foi possível identificar com base na literatura (PORTO ALEGRE, 1998; MOLINA, 2004; PORTO ALEGRE, [2019a?]) como o período significou muito mais o desenvolvimento de capacidades de uma minoria da população atendida, enquanto os problemas da grande maioria permaneceram intocados.

De forma paralela, foi também na década de 1990, muito antes de termos um sistema de proteção não contributivo consolidado, que vimos despontar as primeiras experiências com programas de transferência de renda condicionada no Brasil, as quais ocorreram também em nível municipal. Antes é necessário ressaltar, que as primeiras iniciativas em torno de um programa de combate à pobreza através da transferência de renda já existiam e haviam sido introduzidas em nível federal. O primeiro exemplo é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantido pela CF-88 e que passa a ser implementado em 1993. O segundo faz referência ao projeto de Lei n.º 80 do então Senador Eduardo Suplicy, que propunha um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) e que acabou sendo aprovado no Senado Federal em 1991. Embora a lei nunca tenha saído do papel, é importante nos atermos, que essa iniciativa partia de uma lógica universalista e incondicionada de transferência de renda, possivelmente em consonância com os ideais da proteção social não-contributiva defendidos na Constituição federal. Se tivesse saído do papel teria

significado um imenso avanço em relação ao BPC; considerando, entretanto, a trajetória da proteção social não-contributiva, que vinha se desenhando no país, o projeto se mostrou ambicioso e utópico demais. Por outro lado, há pesquisadores como Tomazini (2013b) e Soares e Sátyro (2009), que defendem que a aprovação da lei abriu, sobretudo, espaço para que as políticas de transferência de renda pudessem ser pautadas e ampliadas, fortalecendo o estabelecimento de um sistema de proteção social baseado na solidariedade nacional.

Assim, na direção contrária, começam a ser feitas, neste mesmo período, as primeiras experiências com programas de transferência de renda condicionada tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, a exemplo do México. Esses programas se destacavam, sobretudo, por terem surgido em um contexto de debates sobre políticas de combate à pobreza e à desigualdade de renda desde a perspectiva de um novo entendimento de desenvolvimento social<sup>9</sup>, defendido por agências internacionais como o Banco Mundial e que atribuía, especialmente, à focalização uma forma eficiente de se aplicar recursos públicos em políticas sociais (TOMAZINI, 2013b; LEITE; PERES, 2013).

As políticas de transferência de renda mínima começaram a ser implementadas em nível mundial a partir da década de 1980 na Europa e nos Estados Unidos na onda de reformas governamentais, que visavam a redução dos investimentos públicos através de cortes orçamentários, que acabaram por atingir especialmente as políticas sociais (LAVINAS, 1998). Desde uma perspectiva compensatória, focalizada e complementar à renda, elas ganharam força em países como Inglaterra, Alemanha, França, Itália, entre outros (mais detalhes cf. COBO, 2010). Existe, entretanto, uma diferença primordial entre a forma como políticas de transferência de renda mínima foram introduzidas nesses países e nos países da América Latina: enquanto nos primeiros, políticas sociais universais e focalizadas caminharam lado a lado desde o início, sendo que os programas focalizados visavam complementar as políticas universais, na América Latina as políticas focalizadas ganharam primeiro relevância, ao passo que as políticas universais de proteção social, a exemplo da assistência social, foram sendo ampliadas e fortalecidas apenas depois dos programas focalizados (COBO, 2010; LAVINAS, 2007). Até hoje, a relevância do principal

---

<sup>9</sup> A ideia por trás desse conceito reside mais especificamente na premissa de que o desenvolvimento econômico e social dos países só poderia ser alcançado através do combate à pobreza e à desigualdade social. Mais detalhes cf. Peres e Leite (2013). Os programas de transferência de renda condicionada são vistos como uma nova forma de política de combate à pobreza, especialmente nos países latino-americanos (BICHIR, 2011).

programa de transferência do Brasil parece maior do que a campo da assistência social como um todo na proteção social não-contributiva.

Diferentemente de políticas universais, a exemplo de educação e saúde, as políticas focalizadas se caracterizam por estarem voltadas a grupos sociais específicos, como pessoas que se encontram há muito tempo fora do mercado de trabalho formal ou que vivem abaixo de uma determinada faixa de renda. Se considerarmos a trajetória da proteção social brasileira não-contributiva dentro da lógica clientelista entre o Estado e os grupos sociais, a população mais pobre, devido seu baixo *lobby* político, estaria hipoteticamente no final da fila dos beneficiários do sistema. Entretanto, as políticas focalizadas de transferência de renda demonstram ter mudado esta tendência de forma determinante, antecipando a entrada deste grupo na fila dos beneficiários. Em países como o Brasil, nos quais sempre faltaram, tradicionalmente, políticas de proteção social abrangentes e robustas, os programas focalizados de transferência de renda, mesmo que suplementares em sua função e princípio, demonstram ter significado, portanto, uma verdadeira mudança de paradigma com a inclusão da população mais pobre, se tornando ao longo dos anos o carro-chefe da proteção social não-contributiva nos países latino americanos.

São diversos os fatores, que podem ter contribuído para que os programas de transferência de renda condicionada (PTRC) fossem introduzidos e ganhassem força em solo brasileiro. Enquanto autores, como Bruno Lautier (2010), interessados nos fatores exógenos, que explicam o desenvolvimento de um consenso à favor da implementação dos PTRC no combate à pobreza na América Latina, argumentam que esse consenso foi impulsionado por agências internacionais como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), outras autoras como Carla Tomazini (2013a; 2013b) e Cristiane Leite e Ursula Peres (2013) estão empenhadas em compreender os fatores endógenos, que podem explicar o surgimento do Programa Bolsa Família, dando ênfase ao papel desempenhado pelas experiências locais para o estabelecimento do programa em nível nacional. Segundo Lautier (2010), os programas de transferência de renda condicionada passaram a ser introduzidos na América Latina ao final da década de 1980, a exemplo do México, como programas ultra-focalizados, ou seja, eles estavam fortemente voltados a segmentos específicos da população, separados por região, gênero, idade ou situação econômica sem a preocupação devida de que uma grande parte da população pobre se mantinha ainda fora da cobertura (cf. também TOMAZINI, 2013a). Mesmo diante de uma série de problemas voltadas à focalização e da ausência de uma análise mais detalhada sobre essa estratégia de combate à pobreza

a partir de segmentos mais vulneráveis da população, o autor (LAUTIER, 2010) chama a atenção para o fato de que esses programas são defendidos e difundidos pelos órgãos internacionais ao ponto de terem se tornado indispensáveis na agenda política de qualquer país preocupado com o problema da pobreza, resultando em sua multiplicação e popularização a partir do ano 2000.

Todo esse sucesso especialmente entre os órgãos internacionais veio acompanhado, segundo esse mesmo autor, pela influência exercida pelo Economista Amartya Sen e a introdução de seus conceitos como *capabilities* (capacidades) e *empowerment* (empoderamento) no debate sobre políticas de combate à pobreza. Sua influência ao final da década de 1990 foi tão grande, que o próprio Banco Mundial passou a substituir em seus relatórios o conceito de pobreza por conceitos mais abrangentes como vulnerabilidade (LAUTIER, 2010; LEITE; PERES, 2013). Embora suas teorias e reflexões sejam muito mais amplas, essa primeira recepção de seus escritos foi utilizada, a meu ver, especialmente como forma de reforçar o papel dos próprios indivíduos no processo de superação da pobreza, enquanto o Estado mantinha um papel secundário como mero facilitador, e não promotor das mudanças através de ações estruturais profundas.

Se colocarmos, todavia, esse uso ideológico de suas teorias de lado, conseguimos identificar o potencial explicativo de suas discussões para o complexo tema da pobreza. Um importante legado de Amartya Sen (2018) reside de fato na ampliação do conceito de pobreza como um fenômeno multifatorial e multidimensional, tendo como causa não apenas a insuficiência de renda, mas também outros fatores como idade, localização geográfica, papéis sociais, condições epidemiológicas, entre outros. Para Sen são muitos os fatores que levam as pessoas a viver em uma condição de pobreza, ou melhor dizendo, em uma condição de privação de capacidades, as chamadas, *capabilities*. Sem poder trazer todas as especificidades, que este conceito tem para o autor, gostaria de frisar a relação, que a noção de capacidades tem com o conceito de funcionalidades, especialmente porque essa diferença me parece especialmente importante quando se trabalha com métodos interpretativos de pesquisa. Enquanto o conceito de funcionalidades “reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter [...]”, a ideia de “capacidade (*capability*) de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela” (SEN, 2018, p. 75). Ou seja, ao passo que funcionamentos fazem referência ao plano dos desejos, sonhos, mas também das normas e com elas do fazer ideal, as capacidades são aquilo que os indivíduos conseguem colocar em prática. Embora o conceito de capacidades ganhe centralidade na teoria de Sen sobre o desenvolvimento humano,



sociologicamente sabemos a importância das normas e do fazer ideal para a interpretação da realidade e com ela para a tomada de decisão dos indivíduos, mesmo que na prática tais ideais não sejam sempre alcançados. Dada a sua natureza prática, a capacidade é um tipo de liberdade; a liberdade de escolher e agir de determinada forma e com isso um meio, que nos permite alcançar determinadas realizações - sejam elas quais forem - ao passo que para alcançarmos um determinado nível de bem-estar social em uma determinada sociedade, certas ações são necessárias, como o acesso à alimentação adequada, serviços de saúde, educação, habitação, etc. (TOMAZINI, 2013a). Portanto, a pobreza reflete a privação em relação ao desenvolvimento de certas capacidades, que permitem alcançar aquilo que chamamos de bem-estar social.

Embora o arcabouço conceitual de Amartya Sen possa ser compreendido desde uma perspectiva determinista, em vários momentos de seus escritos ele também nos convida a pensar o conceito de capacidades não apenas como algo passivo, que se adquire no convívio social, mas também como algo que desenvolvemos e vivemos de forma ativa, através da nossa própria ação, ao ponto de revertermos capacidades em renda, como também em outros recursos, como capital social, por exemplo. Dessa forma, podemos identificar duas dimensões importantes em sua teoria: tanto a dimensão individual, como a social. Se capacidades são algo, que os indivíduos possuem, por outro lado elas também são competências ou recursos socialmente desenvolvidos e adquiridos e por isso contingentes e não naturalmente dados, com os quais nascemos e morremos.

É, portanto, com o conceito de “capacidades”, que Sen passa a influenciar o debate público acerca de políticas de combate à pobreza ao final da década de 1990. A defesa de que a pobreza não resultaria apenas da insuficiência de renda e de que para a sua superação seria necessário muito mais do que valores em dinheiro, encontrou ressonância em vários grupos, especialmente dentre os defensores políticos do capital humano, todavia, dentro da lógica “é preciso ensinar a pescar e não dar o peixe” (TOMAZINI, 2013a). Programas de transferência de renda mínima que condicionassem os repasses das famílias à frequência escolar de crianças e jovens, bem como a visitas regulares aos serviços de saúde estariam, com isso, promovendo, no curto prazo, o alívio da pobreza, especialmente em sua manifestação mais grave, a fome, e no longo prazo o desenvolvimento da autonomia da população em relação ao Estado através da educação e com ela da obtenção autônoma da renda. Dentro da lógica neoliberal de Estado mínimo, em plena virada de século, o conceito de capacidades de Amartya Sen demonstrou reforçar, sobretudo, o papel dos

indivíduos na melhoria de sua condição de vida e menos o papel do próprio Estado neste processo (ALVARENGA, 2012).

No caso do Brasil, foram exatamente os grupos pró-capital humano, que apresentaram força na hora de determinar o formato dos primeiros PTRC, com destaque para os programas de Campinas (pioneiro) e do Distrito Federal (DF)<sup>10</sup>. Segundo Carla Tomazini<sup>11</sup> (2013a; 2013b), os atores envolvidos com esta causa eram movidos pela crença de que uma vez privados do acesso ao conhecimento educacional formal e a serviços de saúde, os pobres estariam fadados a ser menos produtivos. Apesar de as discussões em torno de programas de renda mínima terem ganhado força no país a partir de 1991 através dos defensores da renda incondicionada, representados pela Lei nº 80, os PTRC só saíram do papel após a introdução de famílias com crianças em idade escolar como beneficiárias. Tanto o programa de Campinas, como do DF, chamado Bolsa Escola, ganham destaque especialmente pela iniciativa de condicionar o repasse de um salário mínimo a determinadas contrapartidas, como a frequência escolar entre crianças de 07 a 14 anos, bem como o acompanhamento em saúde (FONSECA; MONTALI, 1997; TOMAZINI, 2013a). Especialmente Cristovam Buarque, governador do DF à época, fazia parte de um grupo de políticos e técnicos, que defendiam a implementação de programas de transferência de renda condicionada em razão dos impactos em capital humano, que essas iniciativas proporcionavam (TOMAZINI, 2013a).

---

<sup>10</sup> Além de Campinas e Distrito Federal, programas importantes foram implementados neste mesmo período de forma gradativa em outras cidades, como Ribeirão Preto (SP), Salvador (BA) e Vanessa (ES) (LEITE; PERES, 2013). Ao longo da década encontrávamos programas de transferência de renda em 12 estados brasileiros, incluindo o DF, ao passo que apenas 20% dos municípios estavam incluídos (TOMAZINI, 2013a).

<sup>11</sup> Em seu estudo a autora (TOMAZINI, 2013a; 2013b) está interessada em analisar desde a perspectiva do neoinstitucionalismo histórico a evolução gradual ocorrida a partir da década de 1990 nas instituições do Estado brasileiro envolvidas na formulação de políticas de combate à pobreza. Com base nos resultados obtidos, ela argumenta como foi possível identificar no Brasil com base em valores e percepções da pobreza, três tipos de “coalização de causa”, que entre si disputavam a determinação dos programas de transferências de renda, a saber: renda incondicionada, capital humano e segurança alimentar. Enquanto os representantes da coalização capital humano defendiam que as transferências de renda ocorressem aliadas ao fomento do capital humano através da educação e saúde, os representantes da renda incondicionada argumentavam que a prioridade no combate à pobreza estava na distribuição de renda, possibilitando um padrão de vida modesto, mas socialmente aceitável, ao passo que os repasses deveriam ser universais, ou seja, não focalizados e nem condicionados a contrapartidas. Já um terceiro grupo, a coalização segurança alimentar reunia atores, que entendiam que o acesso a alimentos deveria ser a prioridade das transferências de renda, visto que a fome e a insegurança alimentar são as manifestações mais elementares da pobreza. Todas as três coalizões se formam no mesmo período, envolvendo diferentes atores e setores do governo. Dentre as três, a coalização pró capital humano é aquela que tem mais êxito, visto que consegue fazer valer suas crenças em torno da importância de condicionar os repasses à frequência escolar e ao acompanhamento médico de crianças e jovens. Sua legitimação se dá, entretanto, num processo gradual de mudanças, ocorridas da margem (governos locais) para o topo (instituições federais), não tendo significado o “colapso” completo de instituições anteriores, visto que operava dentro da lógica do sistema, logrando, todavia no longo prazo mudanças importantes no funcionamento dos antigos programas de combate à pobreza.

Em sintonia com a noção de políticas de combate à pobreza aliadas ao desenvolvimento social defendida por órgãos internacionais como o Banco Mundial, todas essas primeiras iniciativas tinham claramente como foco o fomento do capital humano entre crianças e adolescentes, visto que esses eram tidos como os grupos mais suscetíveis a romper a pobreza geracional através, especialmente, da educação. A transferência de renda era realizada diretamente às famílias, as quais usavam o dinheiro da forma que considerasse mais adequada. Tanto os valores recebidos, como sua autonomia no uso do dinheiro podem ser vistos como uma verdadeira revolução no que diz respeito à política socioassistencial voltada à população adulta, a qual estava, até então, mais familiarizada com a distribuição local de cestas básicas num contexto de tímido fortalecimento das políticas de segurança alimentar. A maior parte dos programas de transferência de renda mínima surgidos à época estava localizada na região sul e sudeste, que já concentravam em 2002 quase 80% dos programas de todo o país (SILVA, 2004). Esse número pode ser explicado por um lado pela capacidade financeira desses estados e municípios em financiar seus programas sem ajuda do governo federal, e por outro pelo fato de que o conhecimento em torno dos PTRC estava concentrado entre especialistas uma parcela significativa dos especialistas que atuavam nessas regiões (SILVA, 2004; LEITE; PERES, 2013). Em 2001, por exemplo, um importante programa de renda, o Renda Mínima, foi implementado pela gestão de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo. Embora tenha sofrido mudanças ao longo da legislatura, esse programa estava inicialmente voltado a famílias com crianças entre 0 e 15 anos, que frequentavam creches e escolas, disponibilizando um valor mensal de no máximo um salário mínimo e um décimo (BICHIR, 2011).

Que os defensores do capital humano triunfariam, começa a se evidenciar mais claramente a partir de 1996, quando o governo federal implementa o seu primeiro programa federal de renda condicionada, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Peti<sup>12</sup>, altamente focalizado em crianças e adolescentes entre sete e 15 anos, que trabalhavam ou corriam o risco de trabalhar em atividades insalubres, envolvendo repasses condicionados a uma frequência escolar de 75 % (SOARES; SÁTYRO, 2009). Outro evento importante no período foi a aprovação Lei nº 9.533 em 1997, que passou a permitir o financiamento de programas de renda mínima vinculados à educação

---

<sup>12</sup> Além de financiar programas executados nos âmbitos municipais, o governo federal passa a implementar em 1996 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), voltado ao combate do trabalho infantil. Sua repercussão demonstra ter sido pequena, se considerarmos, que em 2007 ele atendia em torno de 900 mil crianças e adolescentes (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009). Mais tarde, o programa vem a ser incorporado pelo Programa Bolsa Família.

em municípios que não dispunham de recursos próprios para a sua realização (TOMAZINI, 2013a). Após a aprovação da lei, o próximo passo em direção à aquisição de um segundo programa federal de transferência aliado ao fomento do capital humano, dessa vez mais amplo, foi dado no Brasil em 2001, quando o governo federal instituiu seu próprio Bolsa Escola. Embora inspirado no programa de Brasília, o Bolsa Escola federal fornecia às famílias beneficiárias apenas R\$ 15,00 por criança de seis a 15 anos de idade matriculada na escola, com um limite de R\$ 45,00 por família. Como contrapartida, as crianças deveriam apresentar uma frequência escolar de 85%. Para serem escolhidas, as famílias deveriam possuir uma renda mensal *per capita* de até R\$ 90,00. Dessa forma, assim como a grande parte dos demais programas ofertados até então nos níveis municipais e estaduais, também o Bolsa Escola tinha um caráter de bolsa de estudos voltado ao fomento de crianças e adolescentes, o que explica também porque se encontrava alocado no Ministério da Educação (LAVINAS, 1998). Em 2002, ele atendia em torno de 5,1 milhões de famílias (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009).

Já neste período havia uma separação descentralizada de tarefas, na qual os municípios eram responsáveis pelo cadastramento das famílias, a execução de atividades socioeducativas complementares e o acompanhamento das condicionalidades, enquanto o governo federal era responsável pela elaboração do programa e pelos repasses financeiros às famílias, que ocorria de forma direta, por meio da Caixa Econômica Federal (BICHR, 2011). Ao passo que os repasses diretos significaram um avanço na relação entre o Estado e a população atendida, rompendo com possíveis práticas clientelistas, as principais dificuldades encontradas no período estavam relacionadas exatamente à descentralização, visto que os recursos necessários para a implementação do programa nas esferas locais não haviam sido disponibilizados pelo governo federal, afetando assim o próprio controle das contrapartidas (Ibidem).

Além do Peti e do Bolsa Escola, foram instituídos durante este mesmo governo mais outros programas de transferência de renda como o Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), o Agente Jovem (Assistência Social) e o Auxílio Gás (Minas e Energia). O período entre o final da década de 1990 e início do ano 2000 configurou, como podemos ver, um grande emaranhado de diferentes programas em nível federal, implementados por diferentes pastas, executados em diferentes níveis, com pouca ou nenhuma comunicação entre as instituições envolvidas (SOARES; SÁTYRO, 2009). Se comparados entre si, todas essas iniciativas se assemelham pelo seu caráter focalizado (privilegiando os mais pobres, mas voltando-se ao mesmo tempo a grupos específicos e não

disponibilizados de forma universal) e complementar à renda das famílias e aos demais programas existentes, com destaque para os baixos valores disponibilizados em cada modalidade.

### 2.3 A implementação do Programa Bolsa Família e os primeiros impactos midiáticos e sociais na vida de quem mais precisava

Com apenas mais de um ano de implementação do Programa Bolsa Escola, o comando do governo federal é substituído em 2003 pelo governo federal, impulsionando, em razão de uma agenda política voltada fortemente a investimentos em políticas sociais, mudanças importantes na trajetória dos PTRC em específico e do sistema de proteção social não contributivo em geral. Primeiramente é importante destacar, como essa nova fase de ampliação do sistema de proteção social não contributivo deixa patente, assim como argumenta Renata Bichir (2011; 2016), como os PTRC vinham sendo desenvolvidos fora da institucionalidade da assistência social, cada qual seguindo inicialmente princípios diferentes, ou seja, enquanto os primeiros vinham buscando satisfazer às expectativas em relação à focalização, a busca do outro seria por cada vez mais universalização. Essa mudança de roteiro ao longo da década de 1990 foi acompanhada por maiores investimentos nas políticas focalizadas em detrimento de políticas universais socioassistenciais, com consequências importantes para a trajetória do sistema de proteção social não contributivo no país. Assim como mostram Castro *et al.* (2008), os investimentos em políticas socioassistenciais subiram de R\$ 1,3 milhões em 1995 para R\$ 18,8 milhões em 2005, ao passo que nesse ano os valores destinados ao PBF passam a ser computados, contribuindo de forma significativa para o aumento do valor investido, que assim como podemos ver foi 13 vezes maior em relação ao ano de 1995.

A primeira grande ação do novo governo no que correspondia à ampliação dos PTRC estava voltada à segurança alimentar, criando mais um programa, o chamado Cartão Alimentação. Esse programa visava a transferência de R\$ 50,00 por família para que o valor fosse investido exclusivamente na alimentação. Dado, entretanto, a complexidade do programa inicial e principalmente dos limites, que ele impunha à autonomia das famílias no gasto do valor disponibilizado, as políticas de segurança alimentar passam a perder força dentro do novo governo em relação às ações que visavam a transferência de renda aliada à educação e saúde (TOMAZINI, 2013a).

De modo geral, a equipe de transição primou pela continuidade dos programas desenvolvidos pelo governo anterior. Um exemplo disso foi o projeto do Cadastro Único de Programas Sociais, conhecido como CadÚnico, iniciado no governo FHC e ampliado no novo governo do presidente Luíz Inácio da Silva (Lula), tendo inicialmente como principais objetivos: a) o cadastramento das famílias pobres em um sistema uniformizado e acessível a todos os municípios do país, b) apoiar o processo de focalização do programa, facilitando por fim c) a coordenação e sobreposição dos programas disponibilizados (BICHIR, 2011). Com ajuda do CadÚnico, a segunda ação voltada à ampliação dos PTRC e a qual surtiu mais efeitos foi, então, a unificação em 2003 dos programas de transferência supracitados em um, ou seja, os programas Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação foram incorporados naquele que veio a se chamar *Programa Bolsa Família* (PBF). Atores importantes que participaram, por exemplo, da criação do Programa Renda Mínima da cidade de São Paulo, como Ana Fonseca, integraram a equipe, que unificou todos esses programas. Seu conhecimento técnico e experiência acumulada nos programas anteriores foram primordiais para o desenho futuro do PBF, bem como daquele que deveria ter sido seu substituto, o Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011 (LEITE; PERES, 2013).

Se considerarmos os pontos altos da trajetória de formação do sistema de proteção no Brasil dentro da lógica clientelista da relação entre o Estado e a população, incluindo sua origem voltada exclusivamente para a proteção contributiva dos trabalhadores do mercado formal, seguida pela aposentaria rural em 1971, mais tarde pela criação do BPC e sua implementação em 1993, trazendo um primeiro importante avanço na proteção social não-contributiva, embora tenha se restringido a dois segmentos sociais, idosos e pessoas com deficiência, enquanto todo o resto de necessitados encontravam-se desassistidos, os programas de transferência de renda mínima condicionada configuraram um verdadeiro ponto de inflexão nessa trajetória ao “antecipar” a inclusão dos mais pobres entre os pobres na fila dos beneficiários do sistema. A focalização é que permitiu isso. Tanto as autoras Peres e Leite (2013), como Tomazini (2013a; 2013b) apontam para uma confluência de fatores, que contribuíram, portanto, para a incorporação no país dos programas focalizados voltados ao fomento do capital humano, incluindo o PBF. Esses fatores podem ser resumidos a) pela produção e difusão de uma vasta literatura sobre os programas de transferência condicionada, tanto dentro como fora do país, com destaque para o papel das agências internacionais nesse processo e da importância atribuída à focalização com vistas à quebra geracional da pobreza no longo prazo através do fomento em educação de crianças e adolescentes, b) pelos resultados

positivos obtidos com as experiências municipais, c) pelo compartilhamento do conhecimento acumulado nas margens das intuições públicas e de sua difusão no topo, o qual foi capaz de alterar no longo prazo o funcionamento das políticas de combate à pobreza, permitindo, por exemplo, a fusão dos diversos programas em um, d) por um cenário político propício ao investimento em políticas de combate à pobreza, bem como e) pela articulação de atores pró-capital humano no meio político e na opinião pública. Embora outros grupos, como aquele voltado à defesa da “renda incondicionada”, não tenham atingido seus objetivos iniciais, Tomazini (2013b) argumenta, que a existência de uma certa abertura para a interpretação das regras no processo de implementação do programa permitiu, que o Bolsa Família passasse a ser visto por esse grupo como um estado transitório da política de combate à pobreza, que culminaria mais tarde em um programa incondicionado de renda. A Lei “Renda de Cidadania” aprovada em 2004, um dia antes da aprovação da lei que cria o PBF e que dava continuidade às ambições de uma renda básica universal, pode ser vista como um reflexo dessa posição (Ibidem).

Após a fusão dos programas em 2003, a criação do novo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) foi outro importante evento, que reforça o caminho que a proteção social não-contributiva vinha traçando ao longo da década de 1990. Ou seja, da separação entre políticas focalizadas e universais, com destaque para as vantagens orçamentárias da primeira em relação à segunda. Indo na contramão das expectativas dos atores envolvidos com o desenvolvimento da assistência social à época, o antigo Ministério de Assistência Social é extinguido e incorporado ao MDS como Secretária Nacional de Assistência Social (Snas) ao lado de outros setores estratégicos como a Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>13</sup> (Sesan) e a Secretária Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) (SPOSATI, 2011; BICHIR, 2011). Enquanto a Senarc ficou responsável pelo PBF, a Snas coordenava as ações em assistência social.

Tendo em sua composição especialmente economistas, as atribuições da Senarc estavam todas voltadas à elaboração das normas, estabelecendo os critérios para o recebimento e seus valores, à coordenação do programa entre o ente federal, estados e municípios, ao controle das contrapartidas, estabelecendo metas e definindo também o orçamento anual a ser investido, bem como à avaliação do programa, cuja atribuição era dividida com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sage), também alocada no MDS (FLEURY, 2007; SOARES, SÁTYRO, 2009; BICHIR, 2011). Dessa forma, o programa trabalha com metas e um orçamento definido a cada

---

<sup>13</sup> Antigo Ministério da Segurança Alimentar.

início de ano, não podendo ser considerado, por isso, como um *direito* que todo brasileiro, que dele necessitar, possa acessar, mas sim como um *benefício*<sup>14</sup>, que só pode ser concedido, se o orçamento for suficiente (SOAREAS; SÁTYRO, 2009). Em 2004, ano de sua implementação, o programa buscava atingir os seguintes objetivos: 1) a inclusão social das famílias pobres; 2) o alívio imediato da pobreza e fome no país; 3) o aperfeiçoamento dos serviços estatais nos setores da saúde, educação e assistência através de uma rede eficiente e da coordenação da cooperação administrativa e 4) a melhora do desempenho educacional de crianças e adolescentes com vistas a reduzir a reprodução da pobreza familiar (BRASIL, 2004).

Desde o início de sua elaboração e execução, o programa previa a transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Ao longo dos anos tanto essas linhas de elegibilidade, como os valores foram sendo atualizados. Embora nunca tenha sido definida qualquer regra de indexação formal para os valores, esses foram sempre corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) (SOARES, SÁTYRO, 2009). A não regulamentação das regras de atualização dos valores sempre foi alvo de muitas críticas, visto que ela acabou contribuindo para que o programa não se tornasse uma política de Estado, ficando submetido aos interesses de cada novo governo (BICHIR, 2011). Em 2004, quando o PBF passa a ser implementado com base na Lei nº 10.836, a linha de extrema pobreza havia sido estabelecida em até R\$ 50,00 *per capita*, enquanto a linha de pobreza era de menos de R\$ 100,00 *per capita*. Em 2021, ano, no qual o PBF é substituído pelo atual Programa Auxílio Brasil, as linhas se encontravam em R\$ 89,00 *per capita* para a extrema pobreza e R\$ 178,00 *per capita* para a pobreza.

Ao longo dos quase 20 anos do Bolsa Família (2003 – 2021), a estrutura do programa havia sofrido porquíssimas alterações, mantendo-se simples, com base em dois únicos benefícios: um básico e o outro variável (PAIVA; BARTHOLO; SOUSA, 2021). Essa estrutura enxuta sempre foi a marca do programa, facilitando sua execução. Foi apenas em 2008, que ele sofre uma primeira mudança importante, que acabou por estender o benefício variável a jovens até 17 anos (o denominado BVJ - Benefício Variável Jovem), concedido antes somente a crianças e jovens de zero a 14 anos. A segunda importante modificação ocorreu entre 2012 e 2013, quando o programa

---

<sup>14</sup> Embora o termo *benefício* ou ainda *beneficiário* encontre muitas críticas na literatura, acredito que ele ilustra muito bem a experiência da população com o Estado brasileiro, o qual vem trabalhando ao longo do século XX e XXI muito mais no sentido de conceder, de fato, benefícios e menos direitos a determinados segmentos da sociedade. Substituir o termo benefícios ou beneficiários no processo de pesquisa por aquele que nos pareça mais socialmente justo implica invariavelmente no apagamento desse dado histórico.



estende o benefício variável a gestantes e lactantes e cria mais um benefício variável, o chamado Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), concedido de forma suplementar à renda do trabalho e aos valores já obtidos pelo programa às famílias extremamente pobres com crianças até seis anos e mais tarde também com jovens de até 15 anos para que pudessem superar a linha de extrema pobreza. Os anos que antecederam essa mudança se caracterizaram pela problematização dos baixos valores pagos e pela cobertura atingida até então pelo programa por autores como Soares (2009) e Osório, Soares e Souza (2011), que defendiam, como esses dois fatores – baixos valores e cobertura – estavam impedindo, que o PBF pudesse erradicar a extrema pobreza; uma oportunidade que o país estaria deixando escapar pelos dedos. Dito de outra forma, com base em seus estudos, esses pesquisadores do Ipea argumentavam, que nem todas as famílias em situação de extrema pobreza, que recebiam os benefícios do programa estavam logrando superar essa condição devido à grande volatilidade de sua renda base. Isso se torna bastante compreensível se considerarmos, que a esmagadora maioria das famílias beneficiárias atua no mercado de trabalho informal, contraindo uma renda insegura, fortemente suscetível a crises econômicas e suas consequências. Para muitas dessas famílias, o benefício é a única renda constante e sobretudo segura num contexto de tantas inseguranças geradas pela condição de pobreza. Os achados dos autores ficaram também bastante evidentes em minhas próprias análises, assim como será discutido nos *capítulos 4 e 5*. O Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) foi incluído em 2012 e aperfeiçoado em 2013, vindo a fazer parte dos objetivos de erradicação da extrema pobreza do Plano Brasil Sem Miséria, disponibilizando um valor suplementar à renda das famílias com crianças e jovens até 15 anos em situação de extrema pobreza (PAIVA; BARTHOLO; SOUSA, 2021). Esse valor não era fixo e sim variava de acordo com a renda de cada família, complementando-a até que a linha de extrema pobreza *per capita* (R\$ 89,00 em 2013) fosse superada.

Em 2021, no último ano de vigência do programa, sua estrutura se mantinha praticamente igual: as famílias, que viviam à época abaixo da linha de extrema pobreza tinham direito ao chamado *benefício básico*, que em 2021 era de R\$ 89,00. As famílias com crianças, jovens até 14 anos, gestantes e lactantes, cuja a renda era inferior à linha da pobreza, ou seja, até R\$ 178,00 *per capita*, tinham direito a um *benefício variável* no valor de R\$ 41,00, que era pago de acordo com o número de crianças de zero a 14 anos presentes no domicílio, com um limite de no máximo três crianças. Aos jovens até 17 anos era pago R\$ 48,00. Já o Benefício de Superação de Extrema

Pobreza era calculado, portanto, caso a caso, para superar a renda *per capita* de R\$ 89,00. A título de exemplo, uma família, cuja composição familiar fosse de 5 integrantes (dois adultos, duas crianças até 14 anos e um jovem de até 17 anos) e a renda familiar *per capita* estivesse abaixo da linha de extrema pobreza (digamos que R\$ 80,00 por pessoa, ou seja, em torno de R\$ 400,00 somando a renda de todos os integrantes), ela receberia um total de R\$ 219,00, que serviria de complemento à renda do trabalho existente, contabilizando uma renda mensal total de R\$ 619,00 ou ainda uma renda de R\$ 123,80 por pessoa. Segundo um dos princípios, que regem o programa, essas pessoas teriam passado - desde a perspectiva da renda monetária - de uma condição de extrema pobreza para a pobreza (entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00), ao passo que me parece necessário ressaltar a variação da renda base de R\$ 400,00 ao longo do tempo como um fator preponderante para a superação ou não da extrema pobreza. Longe dos números e olhando para o dia-a-dia das famílias, bem como para a sua condição de vida ao longo dos anos que recebem o benefício, a variação sofrida pela renda do trabalho, especialmente em situações de crise econômica aliada aos baixos valores concedidos pelo programa acaba gerando uma permanente situação e sentimento de insegurança, que demonstra afetar o convívio familiar, as relações afetivas, a saúde física e mental para além de fatores mais conhecidos e mais debatidos como a própria segurança alimentar.

Para finalizar o funcionamento básico do programa, o recebimento de todos esses benefícios vem atrelado a contrapartidas como frequência escolar de 85% para crianças e jovens, seu acompanhamento médico, além do acompanhamento médico de gestantes e lactantes. Além de garantir o acompanhamento em saúde e a frequência escolar de seus filhos, os responsáveis familiares (os adultos) teriam que estar dispostos a participar de cursos de alfabetização e formação profissional, conquanto o recebimento dos valores não estivesse condicionado a essas atividades.

Essa estrutura simples e clara demonstrou ter corroborado ademais para que o programa pudesse ser conduzido por muitas mãos, facilitando o processo de descentralização da política entre os três entes da federação – governo federal, estados e municípios - e seus respectivos órgãos institucionais – principalmente MDS, Ministério da Educação (MEC), Ministérios da Saúde, Caixa Econômica Federal, Secretárias de Saúde, Educação e assistência social. O papel dos estados foi inicialmente pequeno, ao passo que ao longo do tempo sua participação foi aumentando através de mecanismos de incentivo desenvolvidos pelo ente federal (BICHIR, 2011). Se o MDS, ou ainda mais em específico, a Senarc era responsável por toda a elaboração, controle e avaliação do programa, os municípios através de suas secretárias eram os responsáveis por sua execução,

contando especialmente com o papel dos burocratas de nível de rua, responsáveis pela entrega direta dos serviços públicos (Ibidem). Faziam parte de suas atribuições a identificação das famílias e seu cadastramento no CadÚnico, bem como a disponibilização de uma boa parte dos serviços de educação, saúde e assistência (escolas, creches, postos de saúde, centros de referência, etc.) para que as famílias pudessem cumprir as contrapartidas (SOARES; SÁTYRO, 2009). Sendo assim, as estruturas e os recursos humanos disponíveis na esfera local sempre foram decisivos para um bom desempenho do programa, ou seja, as famílias tinham que ser encontradas, cadastradas e uma vez beneficiárias do programa, as condicionalidades teriam que ser acompanhadas. Mas como sabemos, a realidade dos pouco mais de 5.507 municípios era à época e é ainda hoje bastante diversa, demandando financiamento e apoio, principalmente, por parte do governo federal. Foi assim, então, que o governo federal decidiu, a partir de 2006, apoiar financeiramente os municípios através de repasses atrelados ao Índice de Gestão Descentralizada (IGD), ou seja, ao alcance de determinadas metas voltadas, em parte, à qualidade do cadastro e, por outra, ao acompanhamento das contrapartidas (mais detalhes cf. SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 18). Segundo Bichir (2011; 2016), os investimentos, que seguiram sendo feitos no aperfeiçoamento do CadÚnico foram um meio importante de reforçar as estruturas dos aparelhos municipais, a exemplo de repasses feitos para a ampliação dos espaços, onde ocorriam as entrevistas do CadÚnico, bem como para o recrutamento de novos profissionais e sua formação.

Enquanto as escolas e os postos de saúde eram responsáveis na esfera local pela coleta das informações referente à frequência escolar e dos acompanhamentos médicos, o MEC e o Ministério da Saúde eram responsáveis pelo recebimento e a entrega dessas informações ao MDS, que por sua vez controlava as contrapartidas e fazia os comunicados às famílias e às instituições socioassistenciais locais em caso de descumprimento (SOARES; SÁTYRO, 2009). No que corresponde à inclusão das famílias no programa, o desenho do Bolsa Família sempre garantiu uma maior objetividade na seleção das famílias, com pouca margem para a interferência das administrações locais, evitando, sobretudo, o benefício indevido de pessoas. Embora os servidores locais possam exercer influência sobre as informações, que irão constar no CadÚnico, o processamento dessas informações sempre ocorreu em nível federal, através da Caixa Econômica Federal, com base principalmente na renda declarada, assim que em última instância, a seleção dos beneficiários e o cálculo dos valores a serem recebidos com base nas regras estabelecidas pelo programa ocorriam – para o bem e para o mal - longe das subjetividades locais (SOARES;

SÁTYRO, 2009; BICHIR, 2011). Esses são, portanto, alguns exemplos de como o processo de descentralização se deu no caso do Bolsa Família.

Em comparação aos programas municipais de transferência de renda e mesmo à versão federal do Bolsa Escola, o Programa Bolsa Família, assim como podemos observar pela mudança de nome, desloca o foco da política para a unidade familiar, antes fortemente voltado aos indivíduos, na medida que passa a se preocupar com a composição familiar e as estratégias de sobrevivência em seu interior (BICHIR, 2011). Nesta mesma direção, gostaria de chamar a atenção, em especial, para a gradativa ampliação do foco de intervenção do programa à população adulta, antes fortemente voltado a crianças e jovens, privilegiando em seu escopo especialmente as mulheres, chefes de família, e entre elas, inicialmente as gestantes e mais tarde as lactantes. Essa gradativa ampliação fica mais evidente na tentativa de aprimoramento do PBF através do Programa Brasil Sem Miséria, como veremos mais adiante. Embora ainda claramente insuficiente, a consideração da unidade familiar como um todo na política de combate à pobreza, incluindo os adultos, demonstra ter ocorrido de forma gradual, ao passo que esse grupo começa a receber mais atenção no programa em forma de ações de acompanhamento e serviços disponibilizados pela assistência social, além da gradativa oferta de cursos de alfabetização e profissionalização, bem como a expansão de vagas de creches às famílias participantes do programa, especialmente após a criação do Programa Brasil Carinhoso, em 2012. Entre os pesquisadores, a maior parte das críticas em torno do peso atribuído no programa a determinados segmentos do público-alvo está voltada às possibilidades e limitações do mesmo em impulsionar a emancipação das mulheres.

Desde o início do programa, em 2004, os benefícios eram disponibilizados por um período de dois anos. Ao final da vigência, a família precisava atualizar o seu cadastro, caso quisesse continuar participando do programa. Se ela continuasse correspondendo aos critérios de elegibilidade, os pagamentos seguiriam sendo realizados e as contrapartidas acompanhadas por mais um período de dois anos. A atualização das informações cadastrais das famílias, embora soe meramente burocrático, apresenta duas principais implicações: primeiro, a necessidade de acompanhamento das mudanças ocorridas na condição econômica da família ao longo do período como forma de garantir a qualidade da focalização e segundo, como forma de manter, minimamente, o contato dos agentes municipais com as famílias (SOARES; SÁTYRO, 2009). Dessa forma, além da identificação, do cadastramento e da atualização das informações referente às famílias, é possível percebermos no plano federal um desejo de agregar cada vez mais as ações

locais em assistência social ao PBF, e vice-versa. Embora o trabalho conjunto dessas duas políticas possa ser encarado com certa obviedade, no caso brasileiro, ele apresenta peculiaridades próprias de sua trajetória, que num primeiro momento podem ter dificultado a sua integração, visto que, assim como já anteriormente mencionado, enquanto os PTRC nascem e se desenvolvem em um campo epistêmico voltado especialmente aos princípios econômicos das políticas sociais, a política socioassistencial foi elaborada a partir de grupos, que priorizavam a sua universalização e sua garantia como direito.

Quem se dedicou a discutir a relação entre o PBF e os serviços socioassistenciais dentro do processo de descentralização do programa, especialmente a partir de 2004, com a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social, foi a Cientista Política Renata Bichir (2011), em sua tese de doutorado e trabalhos posteriores<sup>15</sup>. Segundo a autora, políticas implementadas em nível federal, como o Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), contribuíram ao longo dos primeiros anos do programa para a criação de parâmetros nacionais para a sua implementação em nível local, a exemplo de São Paulo e Salvador, garantindo qualidade na focalização e na ampliação da cobertura. Ao passo que o governo federal passou a condicionar, a partir de 2006, repasses financeiros aos municípios para a execução do programa a determinadas metas como à porcentagem de famílias com renda inferior à meio salário mínimo cadastradas, de famílias visitadas num período de menos de dois anos, do acompanhamento das condicionalidades escolares e de saúde, bem como à qualidade das informações prestadas, ele passa também a fortalecer o Sistema Único da assistência social e os serviços disponibilizados. Esse fortalecimento pode ser identificado através de melhorias nas estruturas institucionais impulsionadas pela ampliação dos serviços do CadÚnico ou pelos repasses condicionados a metas. Com isso, Bichir (2011) defende a tese de que se num primeiro momento, os objetivos do governo federal em relação ao PBF estavam voltados principalmente à garantia de uma boa focalização e da ampla cobertura da população mais necessitada dentro do público-alvo, num segundo momento, mais ao final do governo Lula, seus esforços estavam concentrados na integração do programa no âmbito da política mais ampla de assistência social. Mais especificamente, ela diz:

---

<sup>15</sup> Em sua tese, a autora se dedica a compreender, entre outras coisas, o processo de integração do PBF no âmbito do Suas a exemplo das cidades de Salvador e São Paulo. Mais detalhes cf. BICHIR, R. M. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família**. 2011, 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Ver também Bichir (2016).

Neste governo, os objetivos do PBF foram sendo progressivamente ampliados, passando da preocupação com a boa focalização e a ampla cobertura nas populações mais vulneráveis para objetivos mais ambiciosos ligados à formação [de] uma rede de proteção social para os mais pobres, articulando não só a área mais ampla da assistência social bem como outras políticas sociais estruturais (BICHIR, 2011, p. 240).

Se do ponto de vista institucional, a formação de uma rede de proteção social para os mais pobres é identificada pela autora, resta saber se ela chega e como se manifesta na vida do público-alvo. Nos últimos anos foram produzidos uma série de estudos que se dedicaram a compreender essa articulação de forma direta e indireta, destacando, sobretudo, a dificuldade dos beneficiários do PBF em acessar outros serviços da rede socioassistencial (mais informações cf. a seguir SUAREZ; LIBARDONI, 2007 e no subcapítulo 2.6 desse trabalho cf. SANTOS; MAGALHÃES, 2012; SERAPIÃO, 2018; MARTINS, 2020, entre outros). O presente estudo espera poder contribuir para essa questão (mais detalhes, cf. capítulos 5 e 6).

Apesar desses movimentos de integração, vemos também uma “utilização seletiva” pelo governo federal de determinados instrumentos e capacidades em nível local, ao passo que outras continuam sem ser fortalecidas (BICHIR, 2016). Um exemplo, que ilustra bem essa questão é a Resolução Comissão Intergestores Tripartite – CIT, n.º 7 de 2009, denominada Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de renda no âmbito do Suas, a qual preconiza, que os serviços socioassistenciais sejam ofertados prioritariamente às famílias do PBF, do Peti e do BPC, por serem consideradas famílias em maior situação de vulnerabilidade social. Se desde a perspectiva do investimento eficiente do dinheiro público, bem como do gradativo aprendizado de uma determinada política, quase no sentido de seu “teste piloto”, pareça razoável que se invista em políticas focalizadas, essas continuam sobrepondo às políticas socioassistenciais universais, com consequências importantes para o sistema de proteção social no longo prazo. Antes de adentrarmos, entretanto, o tema das mudanças ocorridas no âmbito da assistência social e de sua relação com o programa ao longo dos anos de implementação do Suas, gostaria de trazer os principais achados em torno dos efeitos do programa, tanto em nível macrosocial, considerando os impactos sobre a pobreza e a desigualdade social, como e em especial em nível microssocial, com destaque para os efeitos sobre a condição de vida dos beneficiários.

Como pesquisadores dentro e fora do mundo acadêmico gostam de lembrar, o Bolsa Família sempre foi uma das políticas públicas mais frequentemente estudada e avaliada no país. Como

citado em diferentes momentos desse trabalho, ela foi se tornando o alvo do interesse de muitos pesquisadores, tanto dentro da academia como em instituições públicas e privadas de pesquisa, tendo acumulando muitos estudos sobre os mais diversos aspectos da política. Em relação aos *efeitos sobre pobreza* registrados antes e a partir do ano de implementação do programa, recorro aos resultados de estudos de pesquisadores do Ipea para o período como Soares e Sátyro (2009), Souza e Osório (2013) e Souza, Osório e Soares (2018). De modo geral, esses autores concluíram que o Bolsa Família apresentou efeito sobre a taxa de pobreza especialmente para as faixas de menor renda, ou seja, principalmente entre os extremamente pobres, enquanto os efeitos entre os pobres eram tendencialmente menores (SOUZA; OSÓRIO, 2013), quando não muito pequenos (SOARES; SÁTYRO, 2009). Segundo Souza *et al.* (2018), essa diferença de impacto entre os grupos beneficiários se dá devido a boa focalização nos grupos mais empobrecidos, mas também em razão dos baixos valores pagos pelo programa. Como a população extremamente pobre apresenta menos inserção no mercado de trabalho como um todo, tanto formal, como informal, a renda obtida através do programa de transferência de renda ganha maior peso e importância na renda total do que para a população em situação de pobreza, que tendencialmente apresenta maiores recursos para garantir a renda através do mercado de trabalho, assim como demonstraram Souza e Osório (2013). Assim como destacam esses autores, com o progressivo reajuste do salário mínimo ao longo dos anos 2000, ele acabou se tornando “um seguro contra a pobreza extrema” (Ibidem, p.145), ao menos até 2014, quando o reajuste passa a ficar cada vez mais abaixo da inflação. Como o Bolsa Família é um programa focalizado, a sua cobertura foi sendo ampliada de forma progressiva. Enquanto em 2006 ela atendia em torno de 9 milhões de famílias, em 2008 elas já somavam 11,3 milhões e em 2013 correspondiam 13,8 milhões. Entre os extremamente pobres, o PBF aumentou sua cobertura em 2003 de menos de 50% para 80% em 2011 (Ibidem). Esse gradativo processo de ampliação da cobertura, bem como sua qualidade de focalização é o que explica, em parte, porque os efeitos do programa entre os extremamente pobres foi, portanto, maior.

A boa focalização e a ampliação da cobertura apresentaram, sobretudo, *efeitos sobre a desigualdade*. Segundo Soares e Sátyro (2009), o coeficiente de Gini<sup>16</sup> caiu quase três pontos entre

---

<sup>16</sup> O Índice de Gini é um instrumento que serve para medir o grau de concentração de renda existente em um determinado grupo. Ele varia de zero a um: zero significa total igualdade de renda entre a população e um representa a total desigualdade. Para calcular o Gini, se costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Mais detalhes cf. a página do Ipea, disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28). Acesso em: 16 set. 2022.

os anos 1995 e 2004, sendo que a queda ganha força a partir de 2001, ano de implementação do programa nacional Bolsa Escola. Essa queda significativa se deve, entretanto, especialmente à renda do trabalho, responsável por 73% da queda da desigualdade neste período, enquanto o PBF apresentou uma participação de 19% contra 7% do BPC. Entre os extremamente pobres, Soares e Osório (2013) demonstraram que a renda do trabalho correspondia, em 2003, 77,5% da renda total, caindo, em 2011, para 33,2% ao passo que o PBF compunha, em 2003, 10,5% indo, em 2011, para 66,9%. Isso não significa, que esse grupo passou a trabalhar, necessariamente, menos e sim que a importância do benefício na renda total se sobrepunha à renda do trabalho. Por outro lado, o peso da renda do trabalho entre os pobres se mantinha nos dois períodos (2003 e 2011) quase a mesma, 77,4% e 66,9% respectivamente, enquanto a importância do PBF era de 3,1% subindo para 17,6%. Este é, portanto, mais um exemplo de como a focalização e a progressiva cobertura se manifestaram, especialmente, entre os beneficiários em situação de extrema pobreza, ao passo que vemos como a renda do trabalho demonstra ter sido sempre um fator importante entre os beneficiários em situação de pobreza para que não caíssem em situação de extrema pobreza. De modo geral, a renda média das famílias havia crescido mais de 30% entre 2001 e 2011, a desigualdade social caído mais de 10% e as taxas de extrema pobreza e de pobreza diminuído 4 pontos percentuais<sup>17</sup>, respectivamente, assim como relembram Souza e Soares (2020), quase em tom de nostalgia. Ao final dos anos 2010 havia, sobretudo, uma preocupação de que o programa fosse capaz de erradicar a extrema pobreza, mesmo que de forma residual (OSÓRIO; SOARES; SOUZA, 2011; CAMPELLO, 2013; SOUZA; OSÓRIO, 2013). Se esse objetivo fosse alcançado, os esforços por uma boa focalização e a gradativa ampliação da cobertura teriam valido a pena. Embora a sensação fosse de que estávamos chegando perto, especialmente após a implementação do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), esse objetivo não foi, entretanto, alcançado, assim como veremos mais adiante.

Desde o ponto de vista dos impactos macrossociais, o balanço feito no período foi, portanto, mais que positivo em nível de distribuição de renda. O mesmo entusiasmo e avaliações positivas podemos encontrar em estudos acerca das mudanças ocorridas na condição de vida dos beneficiários, com destaque para a autonomia das mulheres. Os estudos de Avaliação de Impacto

---

<sup>17</sup> Nos primeiros dez anos do PBF foram realizados diversos estudos sobre os impactos do programa sobre a pobreza e a extrema pobreza. Esses divergem, especialmente, sobre os efeitos em relação à pobreza, apontando maiores ou menores impactos sobre o fenômeno. Mas de modo geral, todos convergem em relação à significativa redução da extrema pobreza.



do Bolsa Família (AIBF) sobre a condição de vida dos beneficiários, promovidos pelo governo federal, são todos quantitativos (mais informações cf. JANUZZI; PINTO, 2013). Esses estudos se destacam por avaliar a condição de vida dos beneficiários em comparação aos não beneficiários, tanto aqueles que se encontram inscritos, como também não inscritos no CadÚnico. Esses estudos consideraram aspectos como impacto sobre educação, saúde, trabalho, consumo e a autonomia das mulheres, entre outros. Eles também chamam a atenção por seus resultados fazerem referência especialmente às mulheres, crianças e jovens, possivelmente por esses serem o público-alvo do programa. Se considerarmos alguns resultados obtidos em um desses estudos, realizado para o ano de 2005 e 2009 (JANUZZI; PINTO, 2013), ou seja, para os anos iniciais de implementação do programa, vemos que já foi possível constatar uma melhora significativa na progressão escolar, que foi de seis pontos percentuais a mais que crianças não beneficiárias, bem como na frequência escolar. No campo da saúde os avanços identificados estiveram voltados, sobretudo, a crianças e gestantes: redução da desnutrição aguda entre crianças pequenas, garantia do cumprimento de seu esquema vacinal e no caso das gestantes, observou-se um aumento entre 2005 e 2009 no número de atendimentos do pré-natal em relação a mulheres não beneficiárias. Desde a perspectiva da participação de mulheres no mercado de trabalho, o estudo mostrou, que mulheres beneficiárias apresentam menor taxa de ocupação do que as não beneficiárias. Também esses resultados refletem o aspecto da focalização do programa voltada às famílias extremamente pobres, que por motivos diversos, apresentam menos recursos para acessar oportunidades no mercado de trabalho, especialmente o formal. Por outro lado, o estudo traz como importante resultado uma maior autonomia e poder das mulheres beneficiárias nas decisões familiares e na compra de bens duráveis, remédios e vestuário, comparado a mulheres não beneficiárias. Semelhantes resultados foram encontrados para o mesmo período também em estudos qualitativos como de Suarez e Libardoni (2007) e Rego e Pinzani (2014).

O estudo realizado por Suarez e Libardoni (2007) trata de uma pesquisa em parte qualitativa, que buscou compreender os impactos do programa na condição social de mulheres beneficiárias. O trabalho de campo foi realizado em dez municípios durante os meses de março a junho de 2006, a saber: Belém (PA), Floriano (PI), Riachão (MA), São Luís (MA), Aracaju (SE), Candeias (BA), Passo do Camaragibe (AL), Belo Horizonte (MG), Chapada do Norte (MG), Ecoporanga (ES). O estudo contou com a aplicação de questionários com 145 beneficiárias e 30 grupos focais, além de entrevistar agentes locais. Os resultados obtidos são bastante interessantes, entretanto, sua

contribuição explicativa foca mais na frequência de como determinados aspectos se repetem entre as entrevistas e menos na complexidade das relações identificáveis em cada caso. A seguir, diante de um grande volume de informações produzidas pelo estudo, irei me ater a apresentação de alguns aspectos levantados pelo estudo como a) o perfil das famílias pesquisadas, b) formas de apropriação do programa pelas beneficiárias e por fim c) o impacto do programa na condição social das beneficiárias.

Desde o ponto de vista do perfil das famílias, o estudo destaca a grande incidência de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, contabilizadas em 46% dos casos. Atrelado a esse dado, os autores chamam a atenção para o fato de que o cumprimento das condicionalidades envolve principalmente mulheres. Entretanto, independentemente de estarem sozinhas ou acompanhadas, os autores apontam, que a feminilidade das mulheres entrevistadas se ancora neste papel materno do cuidado. No que corresponde ainda à composição familiar, também se observou como as mulheres apresentaram assumir, em muitos casos, não apenas a tutela e os cuidados dos filhos, mas também de sobrinhos e netos. O benefício complementa a renda do trabalho da maior parte das beneficiárias. Essas trabalham em domicílios ou na lavoura, realizam atividades por conta própria, especialmente no comércio informal e a sua minoria trabalha com carteira assinada. O restante, em torno de 48 entrevistadas verbalizou não realizar nenhuma atividade laboral. De modo geral, a sociabilidade das mulheres se limita fortemente ao ambiente familiar e à vizinhança, sendo que dentre as atividades realizadas pelas entrevistadas, pouco mais da metade de todas elas estão voltadas a atividades domésticas não remuneradas nas próprias casas (48,7%) ou nas casas de familiares (2,2%). Como até mesmo o lazer é praticado especialmente no domicílio, ver televisão até visitar familiares e amigos, os autores falam do “distanciamento social” vivenciado por essas mulheres, especialmente se nos atermos as múltiplas possibilidades de filiação social que encontramos na atualidade. A participação na igreja, embora pouco expressiva numericamente (9,3%), supera de longe as atividades educativas (3,5%) e políticas (1,0%). Organizações comunitárias também demonstram ser muito pouco frequentadas (0,8%). Ao passo que o distanciamento social se destaca no dia-a-dia dessas mulheres, chama a atenção como os esforços dos agentes socioassistenciais registrados nas observações de campo estavam voltadas quase que exclusivamente às atividades voltadas ao CadÚnico. Esse fato é explicado pelos autores, primeiramente em razão do período de coleta de dados ter coincido com o recente cadastramento das famílias no contexto dos contínuos aperfeiçoamentos realizados no CadÚnico

ao longo dos anos, com destaque para o ano de 2006 com a implementação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Por outro lado, os avanços ocorridos no programa não eram acompanhados por avanços mais efetivos no campo socioassistencial, assim que os serviços municipais analisados no estudo não apresentavam a estrutura necessária, nem para dar conta dos (re)cadastamentos e nem para ampliar os serviços já prestados.

A apropriação do programa pelas beneficiárias aparece no estudo diretamente ligado ao papel da maternagem<sup>18</sup>, ou seja, de receber um valor fixo que lhes possibilite cuidar melhor daqueles sobre os quais são responsáveis. Pouquíssimos foram os casos, nos quais o benefício era compreendido pelas entrevistadas como um direito. E mesmo nesses casos, por vezes, ele ainda aparecia como uma ajuda devida às mulheres para cuidar das crianças. De modo geral, o programa aparece em suas falas como o recebimento de uma *ajuda monetária fixa e certa* diante de uma renda familiar insegura e instável, advinda principalmente de atividades informais. No quesito impacto, o estudo destaca três principais efeitos do programa na condição social das mulheres: a) visibilidade das beneficiárias enquanto consumidoras b) afirmação da autoridade das mulheres no espaço doméstico e c) percepção das mulheres como parte da cidadania brasileira. Enquanto consumidoras, as mudanças observadas estavam voltadas ao ganho de crédito e com ele de confiabilidade no comércio local por parte das mulheres, embora não tenha sido identificado um aumento do prestígio social ao ponto de considerarmos que houve uma inclusão social. Pelo contrário, os autores argumentam que no quesito consumo as conquistas se situam apenas no âmbito da sobrevivência e não da afirmação concreta da cidadania. Vinculado ao aumento do poder de compra das mulheres, os autores reconhecem como o benefício foi impulsionando mudanças na hierarquia familiar em razão da ampliação do poder de escolha das beneficiárias e com ele da possibilidade de negociar sua autoridade no âmbito doméstico. Elas passaram a ter mais influência sobre as decisões familiares, bem como a serem mais respeitadas por colaborarem com os gastos domésticos. Enquanto essa última mudança foi identificada especialmente na área rural, as mulheres moradoras de centros urbanos destacaram especialmente a capacidade de fazer escolhas e negociar decisões com seus maridos, alcançando uma maior autoridade nas relações familiares.

Do ponto de vista econômico, vemos, portanto, uma maior independência dessas mulheres em relação a seus maridos e companheiros, ao passo que mudanças significativas no tocante à

---

<sup>18</sup> Os autores diferenciam entre maternidade e maternagem. Enquanto o primeiro conceito faz referência ao cuidado dos filhos biológicos, o segundo se destina ao papel de cuidar de crianças, sejam elas seus filhos biológicos ou não (mais detalhes cf. Suarez e Libardoni (2007), p. 125).

negociação de seu status de gênero na hierarquia familiar não puderam ser, entretanto, identificadas. Isso resulta, portanto, no fortalecimento, sobretudo, da identidade feminina no âmbito da maternagem em detrimento de outros possíveis papéis sociais desempenhados pelo gênero feminino como esposa, estudante, profissional, cliente, consumidora, ou seja, mulher em um sentido mais amplo. Todavia, fica igualmente claro que o benefício vinha provocando no mínimo inquietudes e novas percepções sobre si mesmas. A essas novas percepções inclui-se, por fim, a interpretação das mulheres como parte da cidadania brasileira. Os autores justificam, que essa mudança se deve pela necessidade das mulheres de confeccionar, em muitos casos pela primeira vez na vida, documentos básicos para a obtenção do cartão do programa. Embora os autores defendam o desenvolvimento de uma maior consciência como cidadãs por parte das mulheres, não fica claro como essa percepção pode ser identificada e se manifesta de forma prática na fala e na tomada de decisão das entrevistadas. Em síntese, o então estudo pôde identificar, sobretudo, mudanças significativas no quesito sobrevivência e no cumprimento do papel feminino no cuidado das crianças através da ampliação do consumo, com destaque para a limitação do benefício em expandir as alternativas de identificação e pertencimento dessas mulheres, trazendo-as para fora do distanciamento social e possibilitando-lhes a assunção de novos papéis sociais para além da maternagem, conquanto tenha sido possível identificar potencialidades neste sentido.

O estudo certamente de maior repercussão no âmbito acadêmico foi o de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2014) por ter nos trazido informações muito importantes referentes às possíveis mudanças impulsionadas pelo programa na vida de moradoras em situação de extrema pobreza de regiões extremamente pobres do Brasil como o sertão nordestino (Alagoas), Vale do Jequitinhonha (MG), periferia de Recife, interior do Piauí, interior do Maranhão e periferia de São Luís (MA). Este estudo qualitativo é particularmente importante para a presente pesquisa não apenas por trabalhar com elementos biográficos – conquanto não possa ser considerado um estudo biográfico – mas também por oferecer uma perspectiva teórica bastante rica, que será utilizada assim como seus próprios resultados para a discussão dos achados aqui alcançados. Nele, os autores estiveram interessados em compreender os *efeitos políticos e morais* do programa sobre os usuários com base no conceito de autonomia individual desenvolvida a partir da teoria de *capability approach* de Amartya Sen e Martha Nussbaum, bem como da relação entre renda monetária e autonomia individual na perspectiva de Georg Simmel. A partir de Amartya Sen e Georg Simmel os autores buscaram mostrar a relação entre renda em dinheiro e autonomia, a qual lhes permitiu

desenvolver a tese de que “a presença de uma renda monetária regular [...] permite o desencadeamento de processos de autonomização individual em múltiplos níveis” (REGO, PINZANI, 2014, p. 46). Essa foi a primeira pesquisa no Brasil, que resgatou as contribuições de importantes conceitos de Amartya Sen para pensarmos o potencial intervencionista de programas de transferência de renda condicionada na vida dos beneficiários.

Sem dúvida, o primeiro fundamento de grande importância para o estudo foi o conceito de *capability* e com ele a compreensão de pobreza como um fenômeno pluridimensional, ou seja, como resultado da privação de *capabilities*. Aqui, os autores ressaltam, com base nas discussões de Sen, a importância de compreendermos a pobreza não apenas como resultado da insuficiência de renda, mas também como a falta ou escassez de uma série de fatores ou recursos necessários para a garantia de bem-estar dos indivíduos. É fato, que a renda é em grande medida um importante meio de acesso a recursos (*capabilities*), entretanto, assim como Rego e Pinzani (Ibidem) destacam, não é o único. Um meio importante de acesso a recursos são sem dúvida as políticas públicas, como educação, saúde, trabalho, previdência social, infraestrutura, habitação, assistência social, entre outros. Se essas não são historicamente asseguradas em um país, as pessoas terão que fazer muito a partir de sua renda, independentemente se ela for baixa ou muito alta. Infelizmente este é o caso do Brasil, especialmente no que tange à vida da população mais pobres, conquanto tenhamos visto nos anos após a redemocratização esforços contínuos para que essa realidade fosse transformada. Dessa forma, a relação entre renda e capacidades varia de pessoa para pessoa de acordo com a comunidade, família ou país, sendo ela, portanto, contingente e condicionada (SEN, 2018). Em locais onde há pouca presença do Estado, a tendência é de que a renda assumirá grande importância para a garantia de bem-estar social, enquanto em locais com forte presença de políticas públicas, o salário, mesmo que modesto, poderia assegurar bem-estar social sem grandes dificuldades. São, portanto, muitos os fatores, recursos ou ainda *capabilities*, para além da renda, que implicam na determinação da pobreza, com destaque para a intrínseca relação entre renda e capacidades.

Além de buscar compreender de que forma o PBF possibilitou às beneficiárias o acesso e o desenvolvimento de um conjunto de capacidades, os autores também querem compreender com base no conceito de *functioning* (SEN, 2018), em português, funcionalidades, a repercussão prática do benefício na vida das entrevistadas, partindo, assim, de dois pontos de referência normativos: a autonomia individual e cidadania. Como conceituar autonomia parece ser uma tarefa especialmente

difícil, os autores preferem mantê-la “relativamente ampla”, mas “normativamente fraca”, como eles mesmos afirmam. Vejamos:

Atribuimos autonomia a um sujeito quando ele é capaz de agir conforme um projeto pessoal de vida boa (projeto, que contudo, pode ser inspirado em modelos pré-existentes) e de considerar a si e a outros sujeitos como capazes de estabelecer relações de direitos e deveres (em outras palavras: quando é capaz de ver a si e aos outros titulares de direitos e possuidores de deveres). Essa definição se refere ao que podemos chamar de grau mínimo de autonomia, já que esta última é uma qualidade que pode ser possuída de forma maior ou menor: a autonomia de um sujeito se torna maior (1) quanto mais constrói seu projeto de vida boa de forma independente dos modelos fornecidos pelo seu ambiente mais próximo (a família, o âmbito social mais restrito, sua cultura, etc.) e (2) quanto mais atribui (a si e aos outros) direitos e deveres com base em princípios universais, e não locais ou sociais. Enquanto no caso 1 uma maior autonomia é relevante apenas para o próprio sujeito, já que se trata de ampliar as possibilidades de sua vida boa, no caso 2 se torna relevante para os outros também (REGO; PINZANI, 2014, p. 65).

Esse conceito ético-moral de autonomia mira na relação entre três ideias básicas: direito, dever e um grau mínimo de autonomia. Como uma autonomia mínima pode ser alcançada e ampliada? A autonomia depende sempre da liberdade de escolha, determinada tanto por elementos externos, como internos. Com base no conceito de “liberdade real” de Philippe van Parijs, o qual vem mais tarde ser ampliado a partir do conceito de “liberdade de escolha” de Sen, os autores argumentam que a liberdade não é limitada apenas por fatores externos, como a coerção no sentido da violação do sujeito como o senhor de si mesmo ou da violação de direitos, mas também por fatores internos, como habilidades e capacidades. Em estudos sobre pobreza, especialmente fatores externos limitadores da liberdade, como a falta de segurança e a dependência dos outros, ganham relevância. Entretanto, mesmo que esses pudessem ser superados através da provisão de políticas públicas, os obstáculos internos (habilidades e capacidades) não estariam resolvidos. Fazendo uso do conceito de *capabilities*, fica claro que habilidades e capacidades não são para nossos autores características meramente biológicas e natas de cada sujeito, mas sobretudo condições físicas e mentais (*capabilities internas*), bem como condições materiais e sociais (*capabilities externas*), desenvolvidas e adquiridas na interação social ao longo da socialização, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

Nesse sentido, as *capabilities* se referem não somente a capacidades e habilidades, mas também a estados mentais, a outros estados subjetivos (como estar com saúde, ser alfabetizado etc.) e a circunstâncias externas. Portanto, podem ser

pensadas somente como um conjunto, e não como qualidades isoladas (REGO; PINZANI, 2014, p. 69).

Para ser realmente livre no sentido de ter oportunidades, o sujeito precisa desenvolver um certo conjunto de *capabilities*, as quais variam desde potencialidades até a execução prática de capacidades, ou seja, *functionings*. É por isso que elas são vistas como chances ou oportunidades de funcionalidades, ou seja, opções de se fazer algo de forma concreta. O que mede sobretudo a autonomia individual são, portanto, as funcionalidades como uma realização prática das capacidades, as quais se manifestam em forma de escolhas. Nas palavras dos autores, isso significa dizer, que a autonomia do indivíduo dependerá do “conjunto de *capabilities* que lhe permite escolher entre um leque de opções de *functionings*, cuja amplitude depende das *capabilities* que o indivíduo desenvolve ao longo da vida” (REGO; PINZANI, 2014, p. 75).

Nas sociedades modernas de economia capitalista, o desenvolvimento de um conjunto de *capabilities* necessários para a condução de uma vida digna, depende em grande medida de recursos econômicos disponibilizados pela família, pelo mercado e pelo Estado. Quando os sujeitos não tem a possibilidade de desenvolver esse conjunto de *capabilities* de forma autônoma, os autores argumentam que essas deveriam, então, ser garantidas através de políticas públicas, a exemplo de programas de transferência de renda. Em se tratando o universo de pesquisa de seu estudo de regiões historicamente desassistidas pelo Estado brasileiro, o papel da renda obtida pelo programa demonstrou ser de grande importância para o desenvolvimento de *capabilities* por parte das beneficiárias: mulheres, chefes de família, casadas ou em uma condição monoparental, em alguns casos sem nunca ter tido antes qualquer tipo de fonte de renda fixa e regular como aquela percebida com o benefício, o qual configurava, na maior parte das famílias, o único rendimento. Dessa forma, a renda assumiu verdadeira importância no estudo, assim que para melhor compreender o seu papel da vida das usuárias, os autores recorreram à Georg Simmel e sua obra “Filosofia do dinheiro”, na qual encontramos a diferenciação elementar entre “não dependência” e “independência”.

Em linhas gerais, essa diferenciação se mostra basilar para compreendermos a autonomia nas sociedades modernas capitalistas. Enquanto as relações sociais em sociedades pré-modernas eram caracterizadas de modo geral por laços pessoais de fidelidade, que mantinham os indivíduos presos em redes de compromissos, que lhe possibilitavam quase nenhuma liberdade, as relações sociais em sociedades mercantilistas e capitalistas, foram ganhando cada vez mais impessoalidade à medida que o dinheiro passa a ser introduzido como mediador dessas relações. Dessa forma, a

fidelidade vai perdendo cada vez mais espaço para a impessoalidade, dando origem àquilo que chamamos na sociologia de relações secundárias, ou seja, a relação entre funcionários e empregadores, clientes e prestadores de serviços, entre outros. Suas implicações foram resumidas pelos autores da seguinte forma:

Isso torna os indivíduos independentes uns dos outros, no sentido de que sua dependência mútua (que segue existindo, naturalmente) está ligada não a uma rede de relações pessoais inescapáveis, mas a uma rede de relações impessoais” [...]. Por meio do dinheiro compramos nossa independência de qualquer laço ou compromisso pessoal, ainda que sigamos dependendo de outros para a nossa vida (REGO; PINZANI, 2014, p. 80).

O que diferencia as relações entre os indivíduos nas sociedades modernas capitalistas não é, portanto, a ideia de autonomia como uma vida isolada do coletivo – na verdade não há vida humana que prospere sem o coletivo - mas como “independência na dependência” no sentido de que os indivíduos, apesar da necessidade do outro para a sobrevivência, são capazes de se libertar de relações indesejáveis em prol de desejos e escolhas próprias, mesmo que essas contraponham as expectativas e obrigações sociais do meio social imediato. Para Rego e Pinzani (2014), o dinheiro em forma de renda é o que permite independência material e com ela emancipação e autonomia; todos os demais tipos de recursos materiais como alimentos, vestuário ou abrigo, por mais importantes que possam ser em situações de emergência, mantêm os sujeitos dependentes dos seus meios sociais imediatos, que no limite agem como causa da falta de autonomia, restringindo a possibilidade de escolha, a realização prática de um gosto próprio e a construção de uma identidade, que possa divergir dos papéis sociais impostos pelo meio. O dinheiro é, portanto, um elemento necessário para a construção de uma base material, que permite o desenvolvimento de *capabilities* (internas e externas) e com isso de autonomia e liberdade no sentido de escolhas, devendo ser considerado, segundo os autores, um bem básico a ser garantido por políticas públicas.

Se considerarmos os resultados alcançados pelo estudo<sup>19</sup>, em muitos pontos eles se assemelham aos resultados obtidos pelo estudo de Suarez e Libardoni (2007), com destaque para a

---

<sup>19</sup> Ao total foram entrevistadas cerca de 150 mulheres com base em um método de entrevista aberta, conquanto contava com um roteiro pré-definido. No que tange à apresentação dos resultados, não fica sempre claro se os autores se referem às interpretações das usuárias sobre o programa e seus impactos ou se estão se baseando em suas experiências propriamente ditas. De modo geral, o volume de material apresentado é grande e rico, mas demonstra carecer de maiores análises, especialmente desde o ponto de vista da profundidade, visto que os resultados se voltaram, sobretudo, à frequência de sua manifestação e menos do como. Mais detalhes cf. Rego e Pinzani, 2014, capítulos 3 e 5.



ampliação do poder de consumo das mulheres e dos aspectos daí resultantes, como uma maior independência em relação aos companheiros. No caso das beneficiárias em questão, vale, primeiramente, mencionar aqueles efeitos voltados à importância do benefício para o direito à vida, ou seja, para o início da superação da cultura da resignação voltada à espera da morte pela fome ou por doenças associadas a ela. Esse dado é especialmente relevante se considerarmos que o público-alvo da pesquisa compreendeu mulheres, extremamente pobres de bairros, cidades e localidades rurais com pouca ou nenhuma infraestrutura e oportunidades educacionais, de saúde e trabalho. Considerando as possíveis mudanças impulsionadas pelo benefício, os autores apontam, ainda, o acesso à renda, que em alguns casos possibilitou a primeira experiência de uma renda regular e segura, enquanto em outros configurava o único rendimento familiar. Todas as mulheres indicaram que o benefício trouxe mudanças na sua vida material, embora uma grande parcela tenha verbalizado ser o valor disponibilizado muito baixo, chamado por muitas de “ajuda”. A grande maioria considerou ser melhor que o cartão estivesse em seu nome do que do cônjuge, visto que as mulheres saberiam gerenciar melhor o dinheiro desde o ponto de vista das necessidades da família. Cerca de 75% das entrevistadas verbalizou entender, que o benefício é um gesto de favor do governo ou uma ação motivada pelo fato do então presidente já ter sido pobre. O restante afirmou ser o programa um dever do governo, ao passo que cinco entrevistadas alegaram ser um direito.

No que tange à relação entre dinheiro e autonomia, as análises dos casos empíricos apontaram para o fato de que o programa age como impulsionador daquilo que os autores chamam de “potencialidades liberatórias” nas relações pessoais, ou seja, o recebimento do benefício não apresentou um efeito numérico na possibilidade das mulheres entrevistadas renunciar de relações conjugais ou obrigações familiares, embora os autores cite casos, nos quais pode ser constatado uma relação entre autonomia econômica proporcionada pelo benefício e a escolha pela separação conjugal (mais detalhes cf. p. 108). Desde a perspectiva do consumo, os autores ressaltam tanto mudanças materiais, como psicológicas. As transformações materiais identificadas foram: acesso a alimentos e outros produtos, especialmente materiais de higiene e acesso ao “crédito” no comércio local. Já as psicológicas fazem referência a um maior investimento do tempo em outras atividades, que não a de garantir o alimento, a um ganho de autonomia ao se tornarem responsáveis pela gestão do dinheiro recebido, ao desenvolvimento de dignidade pessoal e autorrespeito através da conquista de confiança e credibilidade no comércio local em razão de conseguirem honrar o pagamento das contas. Desde a perspectiva de possíveis impactos políticos sobre as beneficiárias,

os autores ressaltam a dificuldade das mesmas em compreender o recebimento do benefício como um direito e não como um favor. Salientam, em contrapartida, a possibilidade de maior independência e liberdade na escolha política regional, visto que o recebimento do benefício não depende da relação com políticos locais. Em síntese, os autores concluem como o valor recebido pelo programa possibilitou a essas mulheres a criação e a ampliação de espaços pessoais de liberdade, impulsionando uma crescente autonomização na vida em geral. Esse efeito, sobretudo, incipiente do benefício sobre a autonomia das beneficiárias foi igualmente destacado pelos pesquisadores Suarez e Libardoni (2007), seis anos antes da publicação do estudo “Vozes do Bolsa Família”.

Se nos atermos a outros estudos qualitativos (PINTO, 2010; ÁVILA, 2013) realizados no mesmo período sobre os efeitos do programa sobre a condição de vida de homens e mulheres titulares do programa, os resultados que mais se repetem estão voltados à percepção do benefício como uma ajuda, que contribui no orçamento familiar, ampliando – mesmo que em alguns estudos de forma tímida (ÁVILA, 2013) - o acesso ao consumo e com ele a uma maior variedade na alimentação. Além disso, se destacam aqueles achados que reafirmam a importância do benefício, apesar dos baixos valores, por garantir uma renda certa e regular, com a qual as famílias sabem que poderão contar, ao passo que outros enfatizam a falta de conhecimento das titulares a respeito do programa e sua baixa adesão a programas complementares (incluindo SUAREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2014). Todos os autores até aqui discutidos são unânimes em afirmar, que a maior parte de seus entrevistados não veem o benefício como um direito e sim como uma ajuda ou ainda um favor.

Se os resultados encontrados na literatura acadêmica e em avaliações de instituições governamentais em relação aos primeiros dez anos de implementação do programa podem ser considerados bastante positivos, beirando em alguns casos até mesmo uma certa euforia, o clima na sociedade era ainda de modo geral de hostilidade em relação ao avanço do programa. No caso brasileiro, essa hostilidade podia ser reconhecida à época especialmente nas repercussões sobre o programa na grande mídia, que assim como lembram Rego e Pinzani (2014), refletia, sobretudo, a posição da classe média-alta, a qual embora fosse minoritária, exercia desde sempre grande poder político em um país com tamanha desigualdade como o Brasil. Estudos sobre a repercussão midiática do Bolsa Família nos primeiros dez anos do programa em jornais de grande circulação, a exemplo do Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, mostraram como o discurso, que tratava

do programa e dos beneficiários tendia a reproduzir e reforçar estereótipos ao invés de desfazê-los, ao passo que fazia resistência conservadora ao avanço da agenda de direitos sociais no país (CERQUEIRA, 2020; LEITE; FONSECA; HOLANDA, 2019).

Mesmo havendo resistência de uma parcela importante da sociedade brasileira, é inegável o espaço, que os programas de transferência de renda foram ganhando ao longo dos anos 2000 no debate público e principalmente na esfera política. Embora encontremos no mesmo período movimentos relevantes na Política Nacional de Assistência Social, verdadeiros avanços só começaram a aparecer em torno de sete anos depois, que o Bolsa Família já havia sido implementado. Que movimentos foram esses, como se manifestaram no dia-a-dia dos serviços socioassistenciais e que relação passou a ser construída entre o Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social nas diferentes esferas governamentais são questões das quais tratarei a seguir.

#### 2.4 A implementação do Suas em Porto Alegre e o fortalecimento do Programa Bolsa Família

Se os primeiros esforços de implementação do Bolsa Família estavam centrados, sobretudo, no reconhecimento, cadastramento e inclusão das famílias através do CadÚnico, essa verdadeira “força tarefa” parece ter sido realizada com pouca e em alguns casos, com quase nenhuma infraestrutura por parte dos órgãos municipais (SUAREZ; LIBARDONI, 2007). Faltava desde o conhecimento mais abrangente sobre o funcionamento do programa, os espaços e equipamentos necessários como computadores até serviços e recursos humanos, que pudessem receber um número crescente de novos usuários. Que os primeiros estudos aqui abordados (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; PINTO, 2010; ÁVILA, 2013) apontaram para uma tímida participação dos beneficiários em programas complementares não é de se admirar diante dos avanços ocorridos, para o mesmo período, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. Primeiramente, é importante resgatarmos para a discussão o fato problematizado por Bichir a partir de outros autores (2011; 2006) de que os programas de transferência de renda condicionados se constituíram no Brasil fora da institucionalidade da assistência social, privilegiando, principalmente, no início a boa focalização ao invés da universalização da política. No mesmo ano da aprovação do Programa Bolsa Família, em 2004, vemos o campo da assistência social ganhar força com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (Pnas).

A Pnas instituiu as diretrizes, necessárias, para o estabelecimento de um novo modelo de assistência social, que viria mais tarde, a partir de 2005, ser colocado em prática através da implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil (Suas). Se por um lado ela veio reafirmar e fortalecer princípios já presentes na Loas, como a responsabilização do Estado na oferta de serviços socioassistenciais e sua gestão descentralizada e integrada, por outro ela instituiu diferentes níveis de proteção, determinados pelo território e complexidade, passando a definir as bases necessárias para a garantia da integralidade do atendimento, incluindo a integração das entidades privadas na rede pública de serviços (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009). Em 2006 foi, então, aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/Suas). Sua importância para a implementação do Suas é, sobretudo, prática, pois instaura suas bases operacionais, com destaque para “a especificação das responsabilidades entre as diversas esferas de governo e da oferta de serviços, pautada por níveis de complexidade” (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, p. 191). No que tange à oferta de serviços, a NOB-RH/Suas trata da garantia das seguintes *seguranças*, afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas) (PUCRS, 2013; D’ALBUQUERQUE, 2017):

- a) *acolhida*: visa a oferta de espaços e ação profissional para a realização da proteção básica e especial;
- b) *renda e autonomia*: independentemente de contribuição previdenciária, todos os cidadãos idosos e em situação de desemprego, deficiência e outras vulnerabilidades têm direito a uma forma monetária de garantir sua sobrevivência através da transferência de rendimentos de caráter contínuo ou eventual. Essas ações conciliadas ao acesso a outros serviços visam a promoção de liberdade, dignidade e autonomia.
- c) *convívio ou vivência familiar, comunitária e social*: oferta pública de uma rede continuada de serviços que possibilitem o fortalecimento e a construção de vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como a promoção de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

Já a importância da Pnas (2004) e conseqüentemente da NOB/Suas (2005 e 2012) para o processo de descentralização da política esteve voltada, especialmente, à instituição de novas formas de financiamento fundo a fundo, o cofinanciamento e gestão envolvendo os três níveis de

governo e a construção de espaços de participação da sociedade civil no desenvolvimento de políticas socioassistenciais. De acordo com Marta Arretche (2010), o Brasil vem imprimindo após a redemocratização um modelo de trabalho na área das políticas sociais, a exemplo da saúde, assistência social e educação, que consiste na concentração de tarefas como regulamentação, elaboração e implantação da política na esfera federal, enquanto a execução fica a cargo dos governos municipais, ao passo que as administrações locais possuem um papel importante na qualidade dos serviços prestados (cf. também BICHIR, 2010). Embora esse formato tenha garantido, sobretudo, impessoalidade e universalismo na garantia de acesso aos serviços e benefícios, a exemplo dos programas de transferência de renda, por outro lado a falta de regulamentação que vincula as receitas subnacionais a determinadas políticas, a exemplo da assistência social, acabou por reforçar desigualdades na prestação de serviços dos diferentes estados e municípios.

Assim, no que diz respeito ao orçamento, o governo federal é o responsável pelo financiamento e implementação dos programas de transferência de renda como o BPC e o Bolsa Família, enquanto o financiamento dos serviços socioassistenciais no âmbito do Suas fica a cargo das três esferas de governo. Essa forma de cofinanciamento acabou, portanto, por produzir disparidades orçamentárias para a implementação dos serviços na esfera local, visto que os municípios e estados são autônomos em determinar os valores, que serão investidos no setor a cada início de exercício. Não existe nenhuma lei, que fixa porcentagens mínimas a serem disponibilizadas pelos orçamentos municipais e estaduais para a realização da política socioassistencial, nem serviços mínimos a serem ofertados em cada município, prejudicando a implementação do sistema (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009).

Se tornou até mesmo difícil para os pesquisadores mensurar o investimento público com a assistencial social devido às diferentes fontes de repasses, assim que encontramos, sobretudo, estudos que tratam do financiamento da política considerando apenas os montantes disponibilizados pelo governo federal, destinados, em especial, para o pagamento dos programas de transferência de renda como o BPC e o PBF (CASTRO *et. al.*, 2008; SCHMIDT; SILVA, 2015). Um levantamento, que inclui o investimento público em assistência social realizado pelos municípios é o Suplemento de Assistência da Pesquisa de Informações Básicas Municipais

(Munic)<sup>20</sup> realizada desde 1999 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para explorar as capacidades institucionais locais, Bichir (2011) usa em seu estudo resultados dessa pesquisa, indicando que em 2005, os municípios investiram em média 3,1% de seu orçamento na área socioassistencial.

Para a Proteção Básica, a Norma Operacional Básica do Suas (NOB-Suas) de 2005 estabeleceu critérios para a partilha dos recursos federais, considerando “o porte populacional dos municípios, a proporção de população vulnerável e o cruzamento de indicadores socioterritoriais e de cobertura” (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009, p. 197). De modo geral, assim como mencionado anteriormente, podemos constatar, ao longo dos anos, um aumento expressivo dos investimentos em assistência social no plano federal. Entretanto, esses investimentos fazem referência, sobretudo, ao financiamento dos programas de transferência de renda, como o BPC e o PBF, enquanto os valores investidos em serviços da rede Suas são baixíssimos. Estudos (SCHMIDT; SILVA, 2015) mostraram, por exemplo, um crescimento de 122% dos recursos aplicados entre 2005 e 2013, ao passo que dos cerca de 28,2 bilhões investidos em 2013, 24,8 bilhões foram destinados apenas ao PBF, enquanto os valores restantes, cerca de 3,4 bilhões, haviam sido aplicados em outros serviços da chamada Assistência Comunitária, como os de Proteção Básica. Assim como mostra Castro *et. al.* (2008), os investimentos em assistência social em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), saltou de 0,08% em 1999 para 0,83% em 2005, com forte participação dos programas de transferência de renda. Em 2015, o investimento social federal com políticas socioassistenciais correspondia 1,26% do PIB (PAIVA *et al.*, 2016). Com a aprovação da Emenda Constitucional 95<sup>21</sup> em 2016, que prevê o congelamento dos gastos públicos com políticas sociais por um período de 20 anos, vimos os modestos repasses federais para a implementação do Suas cair drasticamente: se em 2019, o governo federal havia repassado um pouco mais de R\$ 108 milhões para a execução da Proteção Social Básica nos municípios gaúchos, em 2020 esse valor caiu para a metade, contabilizando R\$ 53 milhões, evidenciando o processo de desfinanciamento do setor (PAPI; JONER, 2021).

Do ponto de vista da concretização da política socioassistencial, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), hoje denominado Ministério da Cidadania, é

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19879-suplementos-munic2.html?edicao=18193&t=destaques>. Acesso em: 09 set. 2022.

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 12 set. 2022.

o responsável pela implementação da política, enquanto os municípios por sua execução, ambos empenhados em colocar em prática as diretrizes aprovadas tanto na Pnas (2004), como na NOB-Suas (2012). Foi, assim, portanto, que vimos surgir as unidades públicas existentes, hoje, nos municípios brasileiros, responsáveis pela execução dos serviços e benefícios no âmbito do Suas. De maneira semelhante à área da saúde, os serviços de proteção social foram divididos em *básica* e *especializada*, representando a porta de entrada no sistema. A Proteção Social Básica (PSB) prevê a *prevenção de situações de vulnerabilidade e risco* por meio de um conjunto de atividades com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na sociabilidade, na convivência e integração comunitária e no desenvolvimento de potencialidades. Já a Proteção Social Especializada ou Especial (PSE) está voltada a *indivíduos, que por diversos motivos tiveram seus vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos*, sendo dividida, ainda, em média e alta complexidade. O objetivo, aqui, é a reconstrução desses vínculos através de serviços prestados nos Centros Especializados de Assistência Social (Creas).

Como podemos ver, os serviços de proteção social atuam sobre e através dos vínculos familiares e comunitários, seja no seu fortalecimento ou reconstrução, ao passo que principalmente a família desempenha um papel fundamental neste processo. Essa abordagem se diferencia muito daquela utilizada até 2005, quando as ações estavam centradas em determinados indivíduos e segmentos, como crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência (JACCOUD; HADJAB; CHAIBUB, 2009). É neste contexto, que a *matricialidade sociofamiliar* passa a ganhar centralidade na política socioassistencial como dimensão mediadora na relação entre sujeitos e sociedade, embora se alerte para que não se regreda a concepções conservadoras do significado de família e nem se amplie ainda mais a pressão sobre as muitas responsabilidades das famílias, especialmente das pobres (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010). Além dessa mudança de escopo, também aparece expressa na Pnas (2004) o desejo de se ampliar os usuários da política a fim de se superar a fragmentação resultante da abordagem por segmentos (Ibidem). Na página 27 da Pnas (BRASIL, 2004) consta:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: *famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos* de afetividade, pertencimento e sociabilidade; *ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual*; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; *uso de substâncias psicoativas*; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e

indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social<sup>22</sup>.

Além da ampliação dos grupos, que normalmente eram convidados a acessar os serviços socioassistenciais, vemos uma nova preocupação em relação à dimensão biográfica, ou seja, aos diferentes ciclos de vida dos indivíduos, determinantes para a socialização. Ao público adulto, ou seja, homens e mulheres, tanto na sua condição de chefes de família, como em outro tipo de papel social<sup>23</sup>, o qual vinha sendo pouco contemplado pelas políticas socioassistenciais, se destinam atualmente alguns serviços, como o Serviço de Atenção Integral às Famílias (Paif) e o Serviço de Atendimento à Família (SAF), ao passo que esse último não faz parte da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (mais detalhes cf. abaixo; cf. também VELHO, 2018, p. 87). Nesse sentido, também para esse grupo, a Pnas (2004) significou um grande avanço. É certo, que especialmente os programas de transferência de renda, incluindo o BPC e PBF, estão também voltados ao bem-estar e proteção social desse público. Entretanto, resta saber em que medida o PBF foi capaz de garantir proteção social e uma base sólida, a partir da qual os adultos puderam se desenvolver e cuidar de seus familiares.

No caso de Porto Alegre, o processo de implementação do Suas se deu de forma tardia se considerarmos que a cidade passou a aderir ao Suas, ainda, em 2005, ano da pactuação, mas sua implantação no município foi efetivada apenas em 2011 (PAPI; ROSA; HAMERSKI, 2017; VELHO, 2018). Assim como mencionado nos *subcapítulos 2.1 e 2.2*, o município passou a contar, a partir de 1994, com uma secretaria própria, denominada Fundação de Educação Social e Comunitária (Fesc), responsável pela formulação da política socioassistencial e a coordenação dos Centros de Comunidade existentes à época. No ano 2000, a Fesc passou a ser denominada Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), demonstrando assumir de vez seu caráter socioassistencial. Os serviços socioassistenciais mantiveram sendo realizados nas unidades operacionais existentes, na medida em que essas passaram a ser chamadas, à época, de Centros Regionais de Assistência (PORTO ALEGRE, [2019a?]). Os Centros Regionais continuaram efetuando, sobretudo, atividades socioeducacionais e de lazer, com as quais já possuíam experiência. Nesse sentido, vemos uma preocupação dos agentes públicos em garantir certa

---

<sup>22</sup> Grifo da autora.

<sup>23</sup> Com exceção da população em situação de rua.



continuidade nos serviços, aproveitando o conhecimento já acumulado, construindo algo novo sobre o fundamentado estabelecido. Um exemplo dessas atividades foi o Serviço de Apoio Sócio-Educativo, o Sase, voltado a crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, que veio ser incorporado mais tarde nas ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no âmbito do Suas.

Esse, por sua vez, começou a ser implementado em Porto Alegre, a partir de 2007, a partir de um estudo de avaliação da Fasc. A Fasc, como órgão gestor da política em Porto Alegre, teve que garantir a implementação e o funcionamento do Suas, dando também condições para a participação de conselheiros, de representantes do governo e da sociedade civil (LIMA, 2019). Como a cidade já contava com unidades de serviços públicos instaladas e prestadoras privadas, em 2010 se iniciou o reordenamento e ampliação da rede existente pela proteção básica e especial de média complexidade, levando 22 Cras e nove Creas para os bairros mais pobres da cidade (PORTO ALEGRE, [2019a?]). A partir de 2011, é iniciado o reordenamento da rede de proteção social especial de alta complexidade (Casas de passagem, Abrigos infanto-juvenis, Albergues, etc.). Em 2011, o Decreto N° 17.256<sup>24</sup> implanta, por fim, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) no município. Atualmente, a Proteção Social Básica realizada em Porto Alegre nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e em entidades privadas, vem contando com os seguintes serviços (VELHO, 2018; PORTO ALEGRE, [2019c?]):

- a) *Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)*: cadastro de identificação e caracterização das famílias de baixa renda. Podem se inscrever no CadÚnico, famílias com renda familiar *per capita* mensal de até meio salário mínimo ou com uma renda familiar total de até três salários mínimos.
- b) *Serviço de Atenção Integral às Famílias (Paif)*: o acompanhamento familiar tem caráter continuado e tem o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, prevenindo sua ruptura e promovendo o acesso a outros serviços e benefícios. Pertence ainda ao Paif, a denominada *acolhida individual ou coletiva*, que consiste em um espaço de escuta, reflexão e orientações sobre demandas e necessidades dos indivíduos, que chegam até o Cras. Elas devem ocorrer em 7 turnos semanais, através da modalidade de acolhida individual e da

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031969.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 11 set. 2022.

acolhida coletiva. A acolhida é a porta de entrada na PSB, demandando atenção e sensibilidade por parte dos profissionais.

- c) *Serviço de Atendimento à Família (SAF)*: são ações voltadas a famílias, com destaque para a participação do público adulto, que precisam de cuidados, com foco no acesso à informação sobre a primeira infância, adolescência, juventude, envelhecimento e deficiências. Se trata de um espaço para a troca de experiências, de dificuldades e do reconhecimento de possibilidades. Esse serviço é referenciado no Cras, mas executado apenas pela rede conveniada. Atualmente existem cerca de 29 SAFs no município.
- d) *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*: esse serviço é complementar ao Paif e foca na prevenção de situações de vulnerabilidade, no desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, na valorização e resgate da cultura das famílias e da comunidade através de vivências lúdicas, no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e identidade, bem como na promoção da convivência. Esse serviço está dividido nas seguintes faixa-etárias:
- i. *Crianças e jovens de seis a 14 anos*: o SCFV está voltado para crianças e jovens com deficiência, que passaram por experiências de trabalho infantil ou sofreram outras violações, na medida em que as atividades ofertadas visam especialmente a redefinição de experiências, bem como desenvolver capacidades e potencialidades. Trata-se de espaços de convivência e formação. Em Porto Alegre existem 99 SCFVs voltados a esse público, ao passo que seis são ofertados na rede própria e o restante em instituições parceiras.
  - ii. *Jovens de 15 a 17 anos*: os centros que realizam atividades para esses jovens têm como foco o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o retorno ou permanência dos jovens na escola, contribuindo para a sua formação no mundo do trabalho. No caso desse último, trabalha-se a capacidade comunicativa e a inclusão digital. Além disso, as atividades visam uma abordagem ampla sobre a juventude, valorizando a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade. A cidade conta com em torno de 59 serviços parceiros espalhados pelos diferentes territórios. Para esse grupo existe ainda o *Projovem*, um programa de incentivo ao protagonismo juvenil, que combina educação e emprego

- e atendia até 2018 em torno de 172 jovens na rede parceira, além de cursos profissionalizantes no âmbito de oficinas educativas, executadas pela rede parceira.
- iii. *Adultos de 18 a 59 anos*: o serviço de convivência existente para a população em situação de rua em Porto Alegre busca o fortalecimento e o resgate dos vínculos familiares e comunitários, bem como a potencialização de capacidades, saberes e a elaboração de experiências, muitas vezes traumáticas. A cidade conta com um único centro, que oferta esse serviço. Além do centro de convivência, encontramos três Centros POP pela cidade, vinculados à Proteção Social Especializada de média complexidade.
  - iv. *Pessoas idosas*: por fim, a PSB conta ainda com centros de convívio para pessoas acima de 60 anos, que visam igualmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a construção de uma rede de apoio, de educação e lazer para a terceira idade, ofertando palestras, oficinas, festas, reuniões de grupo como espaços de fala e escuta, além de excursões. O município possui cerca de 32 grupos, desenvolvidos nos Cras e na rede socioassistencial parceira.

Além desses serviços, os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) contam também com benefícios sociais de natureza contínua ou eventual para a realização das seguranças defendidas na Pnas (2004). Os benefícios contínuos são os já mencionados Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com mais de 60 anos e com deficiência, bem como os benefícios ofertados no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF). Já os benefícios eventuais vêm se caracterizando por serem de caráter complementar e provisório, mas também incerto, visto que sua oferta depende do orçamento público disponível, variando de município para município. Com a falta de lei que regulamente a oferta (mesmo que mínima) dos benefícios eventuais, a universalidade de acesso fica cada vez mais comprometida, assim que, assim como acontece com o PBF, também os benefícios eventuais não poderiam ser considerados direitos (BOVOLENTA, 2013). Há no mínimo três anos atrás, os benefícios eventuais compreendiam em Porto Alegre um conjunto de auxílios como a realização de segunda via de documentos, o encaminhamento para instituições que fornecem vestuário e mobília, o Aluguel Social (destinado a famílias que se encontram sem moradia por um período de seis meses), cestas básicas, Auxílio Funeral, Auxílio Transporte, entre outros. Com a aprovação do novo Decreto N° 20.814, que passou a regulamentar

a partir de 2020 a oferta dos benefícios eventuais no município, Porto Alegre parece ter ampliado a oferta, que compreende, atualmente, seis modalidades<sup>25</sup> de auxílios eventuais, cujo recebimento ocorre mediante avaliação da equipe técnica, a saber (PORTO ALEGRE, 2020b; [2022a?]; 2022b):

- a) *Auxílio Alimentação*: compreende o fornecimento de cestas básicas às famílias acompanhadas pelas equipes técnicas dos Serviços e as comunidades de Povos Tradicionais, como Quilombolas e indígenas. Desde abril de 2022, os Cras têm ofertado um cartão alimentação no valor de R\$ 200,00 mensais por trazer mais autonomia aos indivíduos e estimular o comércio local. Até julho desse mesmo ano, a prefeitura havia alegado, que o benefício havia chegado acerca de 5.000 famílias.
- b) *Auxílio Moradia*: destinado às famílias em situação de extrema pobreza e/ou vulnerabilidade e risco social, no valor de R\$ 500,00 mensais por período temporário.
- c) *Auxílio Transporte*: disponibilizado por meio do TRI Assistencial, é ofertado para auxiliar famílias que necessitam de deslocamentos especiais, como: consultas médicas e/ou entrevistas de emprego.
- d) *Auxílio Viagem*: ofertado para famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, que necessitam retornar a sua cidade de origem.
- e) *Auxílio Proteção Especial*: ofertado no valor de R\$ 400,00 para o indivíduo ou a família pelo prazo de quatro meses, renováveis até o limite de 12 meses com o objetivo de prevenir a situação de rua e/ou acolhimentos institucionais de crianças, adolescentes, idosos e/ou famílias.
- a) *Auxílio Funeral*: é um benefício eventual, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social - Loas, para auxiliar famílias enlutadas quando se encontram em situação de carência. Em Porto Alegre, o benefício é concedido através do Sepultamento Gratuito Municipal.

As mudanças realizadas na oferta dos benefícios eventuais são bastante recentes, assim que não sabemos se esses benefícios têm chegado efetivamente nas famílias e como têm impactado em suas vidas. Como a disponibilidade desses benefícios depende sempre do orçamento, tradicionalmente é conhecida a dificuldade de se garantir a entrega desses recursos na rede de

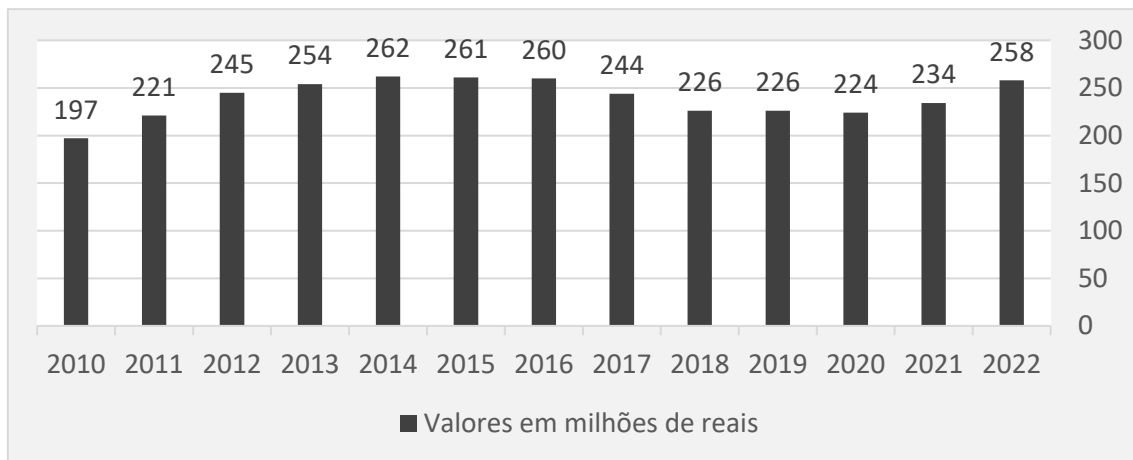
---

<sup>25</sup> Mais detalhes, cf. <https://prefeitura.poa.br/fasc/projetos/beneficios-eventuais#:~:text=Os%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20nos%20termos,prote%C3%A7%C3%A3o%20especial%20e%20situa%C3%A7%C3%A3o%20emergencial>. Acesso em: 12 set. 2022.

proteção básica. No caso do Cras Horizontes, o universo de pesquisa deste estudo, a partir de 2019, período de minha inserção no campo, o Cras já vinha sofrendo com a falta temporária de benefícios como o TRI Assistencial e o Auxílio Moradia, bem como com a escassez de recursos como cestas básicas. Dessa forma, o financiamento de serviços e benefícios no âmbito do Suas continua sendo um aspecto central para a universalização da política.

Desde 1993, Porto Alegre conta com um Conselho Municipal de Assistência Social (Cmas), cujo grupo de trabalho denominado Foro Municipal da Assistência Social é o responsável por elaborar o Plano Municipal de Assistência Social (PAPI; ROSA; HAMERSKI, 2017). Assim como estabelecido no pacto federativo (Pnas, 2004), o financiamento ocorre fundo a fundo, através de repasses dos três entes federativos, além de dispor de recursos próprios alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). Assim como ocorreu em nível federal, o investimento público municipal em assistência social também teve um aumento nos investimentos, sobretudo, a partir de 2011, ano da implantação do Suas no município, ao passo que a partir de 2015 essa tendência é revertida, sofrendo diversas quedas. No gráfico abaixo podemos acompanhar essa trajetória em valores extraídos do Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2022c)<sup>26</sup>:

**Gráfico 1** Total de investimentos em Assistência social em Porto Alegre entre 2010 e 2022



Tabulação da autora.  
Preços constantes para outubro de 2022 (IPCA)  
Os valores para 2022 são apenas estimados.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/despesas/totais-grupo/orgao>. Acesso em: 19 set. 2022.

Como podemos ver, no ano de 2010, os valores destinados ao Suas ainda eram baixos, em torno de R\$ 197 milhões em valores atualizados. A partir de 2011, ano da implantação do Suas em Porto Alegre, os aportes foram aumentando, chegando no seu ponto mais alto em 2014, com em torno de R\$ 262 milhões. Nos anos que se seguiram, em plena crise econômica, aumento do desemprego e queda na renda do trabalho, a tendência foi de forte queda nos investimentos, com destaque para 2017, quando ele despencou para R\$ 244 milhões, voltando a subir, levemente, apenas em 2021, segundo ano de pandemia. Para 2022, a expectativa é de um aumento de um pouco mais de R\$ 20 milhões, sem ultrapassar, entretanto, os investimentos realizados em seu melhor momento em 2014. De modo geral, foi possível observar como o reordenamento da política no município veio acompanhado de maiores investimentos no setor e do reconhecimento da importância da política no combate à pobreza, ao passo que a partir de 2015 o setor já começa a apresentar sinais de desfinanciamento, apesar da crise econômica. E como de fato, esses investimentos em assistência social foram financiados em Porto Alegre no período? Quem nos ajuda a responder essa pergunta é o pesquisador Mario Jaime de Lima (2019), que analisou os investimentos do município com a política socioassistencial nos últimos anos. De acordo com o autor, Porto Alegre era até 2017 o segundo município brasileiro, que mais investiu recursos próprios no aprimoramento do Suas, em torno de 94,91% do total de recursos investidos, ficando apenas atrás de Florianópolis, com participação de 100% do total de recursos aplicados. Sendo assim, até esse período, os repasses do governo federal, para o desenvolvimento do Suas representavam um pouco mais de 5% dos valores investidos – sem claro, incluir os repasses para os programas de transferência de renda.

Os efeitos dessas mudanças orçamentárias, especialmente, as bruscas, podem ser facilmente identificados pelo número de usuários, que passaram a acessar as políticas socioassistenciais no período. Primeiramente é importante destacar, que os avanços alcançados desde a virada do século XXI no campo das políticas socioassistenciais em nosso país são inegáveis. Assim como mostra Lima (2019), os valores investidos até então em assistência social contribuíram muito para a universalização dos serviços ofertados no âmbito do Suas: se entre 2000 e 2010, a Fasc atendeu 56 mil pessoas, entre 2010 e 2018 foram 228 mil. Esses resultados precisam ser comemorados, entretanto, com cautela. Dados retirados recentemente da página eletrônica do Centro de pesquisa Observa Poa (2022d)<sup>27</sup> mostram, que esse crescimento no número de usuários do Suas também pode ser verificado no número de acompanhamentos familiares realizados pelos 22 Centros de

---

<sup>27</sup> Disponível em: [http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=1\\_13\\_646](http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=1_13_646). Acesso em: 13 set. 2022.

Referência da Assistência social (Cras) a partir de 2011, que foi de 36.118 famílias. Todavia, a partir de 2013, esse valor começa a cair, indo para 31.569 famílias e em 2014 ele despencou para 18.051. A partir de 2017, quando ocorre uma queda significativa no orçamento, vemos o número de famílias acompanhadas despencar, mais uma vez, de 12.502 para 7.981, com uma tendência de crescimento apenas a partir de 2019, quando o Observa Poa registrou 9.449 famílias em acompanhamento. Para os exercícios de 2020 e 2021 não há registros dos acompanhamentos, possivelmente porque os serviços haviam sido prejudicados pela pandemia.

No que tange ao Programa Bolsa Família, o Observa Poa mostrou que mais de 100.000 famílias de Porto Alegre se encontravam cadastradas em 2021 no CadÚnico, ao passo que um pouco mais da metade já era beneficiária do Programa Bolsa Família. Em relação ao ano de 2012, o indicador aumentou 26,16%, variando de 41.447 em 2012 para 52.291 famílias beneficiadas em 2021. O ano de 2020, primeiro ano da pandemia, é o período que registra a pior relação entre as famílias inscritas no CadÚnico e aquelas que já recebiam o benefício: a diferença havia crescido em 17% em relação ao ano anterior, que já vinha numa piora de 0,90%, uma vez que o governo federal não ampliava a cobertura do programa desde 2018. Em 2021, essa relação havia diminuído em 23%, ou seja, melhorado.

Desde o ponto de vista institucional da relação entre as políticas desenvolvidas no âmbito do Suas e o Programa Bolsa Família vemos como ambas as políticas ganharam força em sua implementação a partir de 2004, ao passo que o Bolsa Família já se encontrava bastante consolidado em 2011, ano no qual iniciou-se de fato a operar o Suas em Porto Alegre. Em 2012 Porto Alegre já contava, portanto, com mais de 41 mil famílias beneficiárias. Se comparada à política socioassistencial mais ampla, o Bolsa Família já havia chegado em oito anos a mais pessoas do que a Fasc chegou em dez, atendendo 56 mil pessoas entre 2000 e 2010. Foi apenas a partir de 2011, que vimos aumentar de forma significativa o número de usuários e os investimentos em assistência social no município, mas não em virtude dos repasses realizados pelo governo federal, mas sim em razão dos investimentos realizados pelos diferentes governos locais em exercício. Nesse sentido, foi interessante constatar a crescente importância atrelada também pelo poder local à assistência social, mesmo diante dos modestos repasses federais ao Suas como um todo. Por outro lado, há autores que ressaltam o ganho de legitimidade do campo socioassistencial através da grande visibilidade do PBF, o que poderia ajudar a explicar a relevância dada ao setor pelo agente local (BICHIR, 2016). Esse aumento nos investimentos não se reverteu, entretanto, a um aumento

sustentável do número de famílias em acompanhamento, pelo contrário, desde 2012 a parcela de famílias acompanhadas diminuiu drasticamente, passando de 31.569 em 2013 para 7.981 em 2017, pior valor da série histórica desde 2012. Vale destacar, que o acompanhamento familiar é possivelmente o serviço mais importante para o acompanhamento das condicionalidades no âmbito do PBF, bem como para as próprias portas de saída do programa.

Do ponto de vista das contribuições do PBF para o fortalecimento do Suas vale destacar o acesso à renda através dos valores transferidos, o enfrentamento do trabalho infantil e sobretudo, a aproximação do público-alvo ao Suas, visto que a procura pelo programa demonstra ter sido uma das mais importantes razões porque os usuários procuraram a rede socioassistencial (SILVA; YASBEK; DI GIOVANNI, 2012; COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013). Se, por um lado, o PBF pode ter se tornado um recurso importante para as famílias e em alguns casos para a relação entre as famílias e as instituições socioassistenciais locais, por outro, a falta de investimentos por parte do governo federal, seja para o próprio PBF ou ainda diretamente ao Suas, tem limitado, a exemplo de Porto Alegre, a universalização das políticas socioassistenciais na esfera local. Diante do que foi dito, vemos como políticas focalizadas, como o PBF, continuam mantendo sua centralidade na proteção social, enquanto a universalização dos serviços e benefícios não se consagra como prioridade. Embora tenhamos assistido o fortalecimento do PBF em Porto Alegre a partir de 2012, passando de em torno de 41 mil famílias para 52 mil em 2021, também esse aumento, que depende de recursos federais, pode ser considerado como tímido. Resta saber, em que medida essa rede de proteção social, constituída pelo PBF e as demais ações realizadas no âmbito do Suas a partir de sua implementação nos municípios foi chegando até a população e quais impactos na vida das pessoas puderam ser identificadas no período. Possivelmente encontraremos algumas respostas na relação entre o programa e os programas complementares.

## 2.5 Bolsa Família e programas complementares: avançando através do Plano Brasil Sem Miséria

Quando se passou a identificar, em torno de 2009, o potencial do Programa Bolsa Família (PBF) para a redução da pobreza e extrema pobreza, intensificaram-se também as discussões acerca do tema “portas de saída” (BICHIR, 2011). “Portas de saída” significa, aqui, maneiras específicas de que um programa dispõe para fazer com que os usuários não dependam mais dele (SANTOS, 2014). Originalmente, as portas de saída do PBF estavam diretamente associadas à superação da



pobreza intrageracional através do fomento do capital humano. Essa se daria, portanto, a partir de ações complementares de longo prazo, como as educacionais (Ibidem). Entretanto, se pensou ser necessário o estabelecimento de condicionalidades em saúde e educação como forma de evitar que as famílias deixassem de levar os filhos à escola, prejudicando o princípio maior do programa. As discussões em torno das condicionalidades continuam sendo até os tempos atuais bastante polêmicas, especialmente pelo fato de que o seu não cumprimento pode antecipar a saída das famílias do programa – mas, não pela porta da frente, e sim pela porta de trás. Isso não seria bom, nem para a política e muito menos para as famílias. Desde o início da implementação do programa, vimos, entretanto, cuidado e preocupação para que isso não acontecesse. Assim como argumentam Soares e Sátyro (2009), até que o benefício pudesse ser efetivamente cancelado em razão do descumprimento das condicionalidades em saúde e/ou em educação, a tentativa de remediar essa situação passava por muitas fases. Caso o motivo da baixa frequência escolar ou a não manutenção periódica dos atendimentos em saúde fosse informada ao MDS através da escola e do posto de saúde, num processo normalmente informatizado, que envolvia tanto instituições locais (escolas e postos de saúde), como federais (Ministérios de Educação e de Saúde), o MDS não tomava nenhuma atitude e a situação se mantinha a mesma. Se o motivo não fosse justificado, era enviada uma carta à família ou um aviso via conta bancária. Se mesmo com o aviso, o descumprimento não fosse regularizado ou justificado, o primeiro bloqueio parcial ocorria dois meses depois do primeiro aviso, mediante uma nova carta. Quando regularizada a situação, o valor bloqueado retornava sem perdas. Se a situação perdurasse por mais um mês, ocorria então um bloqueio integral do benefício. Neste caso, o valor bloqueado, não poderia ser retirado posteriormente. Depois de uma quarta e quinta rodada de avisos, ou seja, um ano após o primeiro descumprimento é que o benefício era totalmente cancelado. Nesses casos, o envolvimento dos serviços locais em saúde, educação e assistência social sempre foi essencial para que os motivos, que levavam ao descumprimento fossem compreendidos, evitando a perda do benefício. Para tanto, especialmente o acompanhamento familiar no âmbito do Suas me parece primordial, visto que ele pode desempenhar um papel chave na comunicação entre as famílias e os demais serviços.

Ao longo dos anos, pensou-se até mesmo em estipular um período máximo de permanência no programa, como forma de garantir que outras famílias pudessem ser contempladas. Mas essa proposta ia totalmente contra ao princípio do fomento do capital humano, uma vez que as famílias precisavam de um período longo no programa até que seus filhos finalizassem sua formação

(SOARES; SÁTYRO, 2009). Diante do exposto, o governo brasileiro preferiu manter suas ações sob a égide do capital humano, passando a investir cada vez mais em programas complementares, tanto para os jovens, como para a população adulta, capazes de auxiliar as famílias a sair de sua condição de pobreza (Ibidem). Dito de outra forma: havia uma expectativa de que o benefício, aliado a outras iniciativas, como acompanhamento familiar, cursos de qualificação, alfabetização, linhas de microcrédito e até mesmo programas, que auxiliassem no pagamento de energia elétrica, fosse capaz de auxiliar neste processo de saída do programa.

Ao longo da existência do PBF, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), instituído em 2011, pode ser visto como a maior iniciativa realizada até então de busca pelo aprimoramento das chamadas “portas de saída”. O BSM surge com a proposta ambiciosa de aprofundar e ampliar as iniciativas existentes para a redução da pobreza e desigualdade social buscando uma melhor articulação entre as diferentes políticas, que passaram a compor três eixos de ação: a) garantia de acesso à renda, b) acesso a serviços e c) inclusão produtiva. O Sistema Único de Assistência Social foi o parceiro principal nos três eixos de ação. Embora o Plano Brasil Sem Miséria não estivesse voltado apenas aos beneficiários do PBF, esses eram os principais endereçados da política, que visava especialmente a erradicação da miséria no país.

O eixo de acesso à renda faz referência ao acesso da população pobre e extremamente pobre aos programas de transferência de renda como o PBF, o BPC e aos benefícios eventuais. A novidade residia, aqui, tanto no aumento dos valores repassados pelo PBF, especialmente com a criação do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), bem como pelo aumento da cobertura entre as famílias em situação de extrema pobreza. Vale destacar, aqui, a importância da criação, em 2012, da Ação Brasil Carinhoso, voltada à superação da fome de crianças pequenas aliada à educação, buscando a ampliação de vagas em creches públicas e conveniadas para crianças de até seis anos de famílias extremamente pobres, beneficiárias do PBF, bem como a transferência do BSP, primeiramente, para famílias com crianças até seis anos e mais tarde com jovens até 15 anos. O principal objetivo desse eixo era, portanto, a boa focalização e a ampliação da cobertura com o objetivo de universalização de acesso ao PBF entre os mais pobres. Ambas as iniciativas visavam colocar em prática o objetivo, já mencionado neste estudo, de acabar com a extrema pobreza no país, mesmo que de forma residual. Além dos repasses do BSP para todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o novo plano trouxe as seguintes mudanças nos benefícios do PBF: a) reajuste de 45% do valor do benefício variável para crianças entre 0 e 15

anos; b) ampliação do limite do número de benefícios por filhos, de 3 para 5; gestantes e nutrizes são incluídas e ainda c) o reajuste da linha da extrema pobreza de R\$ 70,00 para R\$ 77,00 *per capita* (COLIN; GONELLI; MORENO, 2014). De acordo com o relatório “O Brasil Sem Miséria no seu Município”, 15.465 novas famílias em situação de extrema pobreza haviam sido incluídas no BPF em Porto Alegre entre 2011 a 2014 (SILVA, 2014). Além do PBF, também o BPC e os benefícios eventuais mencionados acima compuseram os principais programas e auxílios monetários do BSM.

No que tange ao eixo de acesso a serviços, a assistência social juntamente com outras áreas como educação, saúde, saneamento, energia elétrica, entre outros, fizeram parte do conjunto de ações, que juntas visavam à melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população como um todo. O Suas passou, portanto, a integrar o eixo oferecendo os benefícios acima mencionados, outros programas e os serviços de Proteção Social Básica e Especial, relacionados anteriormente (COLIN; GONELLI; MORENO, 2014). A novidade trazida pelo BSM no tocante ao acesso a serviços básicos residia na tentativa de aproximar a população em situação de pobreza à rede que se estava fortalecendo através da chamada Busca Ativa. Embora esse trabalho de constituição de equipes, que se deslocam no território já era uma ação prevista na Pnas (BRASIL, 2004), o BSM iniciou a partir de 2012 o cofinanciamento dessas equipes volantes como forma de fortalecer o serviço e possibilitar especialmente àquelas famílias, que mais dificuldade possuíam de chegar até aos Centros de Referência de Assistência Social, quer por questões territoriais, econômicas ou pela simples falta de conhecimento, que acessassem os serviços de atendimento e convivência, bem como os programas de transferência de renda e outros benefícios.

Além do eixo de acesso à renda, o eixo que mais trouxe novidades para as políticas de combate à pobreza foi no meu ponto de vista o eixo de inclusão produtiva, dividido em urbano e rural. Considerando apenas as iniciativas para o setor urbano, essas compreendiam ações capazes de promover o acesso da população ao mundo do trabalho e isso de diferentes maneiras: através de cursos de qualificação profissional de curta e média duração, incentivos à geração de renda ou ainda pela intermediação de mão de obra. No presente eixo, a assistência social operou, sobretudo, como intermediadora entre as oportunidades e a população. Em relação aos cursos de qualificação técnica, que eram ofertados e administrados pelo principal programa existente à época, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a assistência social funcionou como ponte entre as oportunidades de qualificação e os usuários. Para tanto, sua participação de dava

através do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) (COLIN; GONELLI; MORENO, 2014). Nele, os profissionais da assistência social eram responsáveis pela mobilização, encaminhamento e monitoramento dos usuários nos cursos de qualificação. No que tange à população em situação de extrema pobreza, esses tinham acesso a cursos específicos, que normalmente exigiam menos escolaridade, ofertados no âmbito do Pronatec Brasil sem Miséria. Em 2014, foram colocadas à disposição em torno de 100 mil vagas ao total em Porto Alegre (SILVA, 2014). No âmbito do Pronatec Brasil sem Miséria os cursos disponíveis eram de curta duração em áreas como serviços gerais, construção civil, cabelereiro, manicure, pedicure, recepcionista, auxiliar de cozinha, padaria, costura, entre outros. As inscrições ocorriam pela internet ou através do SINE Municipal. Com o passar dos anos, foi possível também observar uma maior proximidade entre os Centros de Referência de Assistência Social e o Sine Municipal como forma de facilitar o acesso dos usuários do Suas a ofertas de emprego na cidade.

Com o objetivo de chegar naquelas pessoas, que mais precisavam acessar às políticas sociais, o BSM havia conseguido incluir 1,22 milhões de famílias em situação de extrema pobreza entre 2011 e 2014, chegando quase na meta traçada de 1,5 milhões de famílias. Além dos programas supracitados, o BSM previa, ainda, uma série de outros programas como o Programa Bolsa Verde (iniciativas de proteção ambiental), Programa Água para Todos, Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), Programa Luz, entre outros. Sem dúvida, o Plano Brasil Sem Miséria era ambicioso. Por isso, fica ainda a pergunta *se e o que* o plano conseguiu colocar em prática. Se não tudo, ao menos a maior parte daquilo que estava previsto no papel. Dentre algumas constatações, gostaria primeiramente de salientar, que o BSM foi a primeira grande iniciativa implementada em nível federal por meio da qual vimos a população adulta do Programa Bolsa Família ser efetivamente contemplada com ações educativas e profissionalizantes.

No caso de Porto Alegre, com base em um relatório fornecido pela Fasc, órgão gestor da Política de Assistência Social no município, com dados extraídos do CadÚnico, Silva (2014) demonstrou como aqueles bairros, que apresentavam as maiores incidências de famílias em situação de extrema pobreza inscritas no CadÚnico - Restinga, Leste e Eixo Baltazar - eram também os bairros com o maior número de famílias beneficiárias, atestando a boa focalização que vinha sendo aprimorada no âmbito do programa. No que corresponde à chance das famílias beneficiárias do programa de alcançar as almejadas “portas de saída”, este mesmo autor argumenta, que o caminho demonstrava ser mais árduo para essa população, uma vez que o perfil das famílias

analisadas era caracterizado pelo baixo nível educacional (70% não sabia ou não tinha escolaridade<sup>28</sup>, apenas 7% tinha até o 8º ano do ensino fundamental e o restante possuía uma escolaridade abaixo do 8º ano), bem como pela baixa renda (maioria esmagadora possuía uma renda de até R\$ 70,00 *per capita*, ou seja, vivia abaixo da linha da extrema pobreza), que dificultam o acesso e a locomoção de adultos e jovens até os cursos de qualificação, bem como às oportunidades de trabalho. Em Porto Alegre, a maior parte dos cursos era ministrada na região central da cidade, distante dos bairros de moradia dos beneficiários, o que exigia das famílias o custeio do transporte público. Uma exceção era o bairro Restinga, onde encontrávamos alguns cursos sendo ministrados na própria localidade.

Além da baixa escolaridade e da baixa renda, o perfil das famílias exige, normalmente, para além da transferência de renda, um acompanhamento mais próximo, que perpassa questões internas do tipo emocionais e afetivas, fornecendo também assessoria para que os adultos e os jovens possam melhor aproveitar as oportunidades de estudo, qualificação e trabalho. Especialmente o eixo de acesso a serviços do BSM previa essa articulação, com destaque para o papel fundamental do Suas neste processo. Tanto os Centros de Referência Básica de Assistência Social (Cras) e Referência Especializada (Creas) contam com equipes interdisciplinares, cuja composição é determinada pela NOB-Suas (TEIXEIRA, 2010). Assistentes sociais e psicólogos são os profissionais mais requisitados a compor as equipes técnicas, visto que sua formação os credencia a trabalhar com as famílias, tanto suas questões materiais, como imateriais. Esses cargos parecem ser majoritariamente ocupados por mulheres. Embora os psicólogos possuam uma formação voltada ao atendimento clínico, sua função dentro das Proteções Sociais é semelhante à do Assistente Social, ou seja, eles não realizam acompanhamento psicológico propriamente dito, conquanto suas ações perpassem técnicas e saberes da área da psicologia clínica. Antes, a ambos profissionais é incumbida a tarefa de realizar o acolhimento coletivo e individual, o acompanhamento familiar e de seus integrantes nos diversos serviços de convivência, praticar escuta qualificada, conduzir estudo de caso e realizar os diferentes tipos de encaminhamento, tanto dentro da própria rede socioassistencial, incluindo serviços e benefícios, bem como para outras políticas setoriais (Ibidem). Nos casos que se faz necessário atendimento psicológico clínico, os técnicos do Cras e Creas podem encaminhar seus usuários para os serviços em saúde mental ofertados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em Porto Alegre os serviços são divididos

---

<sup>28</sup> Esse valor de 70% parece compreender também as crianças pequenas, de 0 a 7 anos que não possuem escolaridade.

pelo nível de complexidade (PORTO ALEGRE, [2015?]<sup>29</sup>). Os casos menos graves recebem atendimento nas Unidade de Saúde Básica através de Equipes de Saúde Mental Adulto (Esma) e Equipes de Saúde Mental Criança e Adolescente (Eesca). Atualmente, Porto Alegre conta com nove equipes, tanto para o público adulto, como para o atendimento de crianças e adolescentes. Já os casos de maior gravidade são atendidos pelos Centros de Atenção Psicossocial para adultos (Caps), pelos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) e Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-Ad). Ao total existem quatro Caps, três Capsi e oito Caps-ad em Porto Alegre. Além dos atendimentos ambulatoriais, o SUS conta ainda com serviços de longa permanência como Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e Comunidades Terapêuticas (CT). Em Porto Alegre encontramos cinco SRTs e três CTs. Na prática, a demanda pelos serviços públicos de saúde mental no município demonstra ser muito maior do que a oferta, assim que essa relação acaba prolongando o sofrimento dos usuários, que necessitam dos atendimentos e representando um entrave para os serviços socioassistenciais, que tem dificuldade de avançar no seu acompanhamento devido à falta dos serviços psicológicos especializados.

Na ausência desses serviços psicológicos em saúde, essa demanda acaba exercendo pressão sobre o acompanhamento familiar e individual realizado pelos técnicos do Cras e na capacidade dessas profissionais de ofertar espaços de escuta através dos quais seja possível compreender a realidade dos usuários e de lhes proporcionar meios para o autoconhecimento. Durante minha pesquisa de campo, as Técnicas Sociais do Cras Horizontes me falaram sobre a gradativa importância dada à dimensão biográfica nos acompanhamentos familiares, conquanto não tenha sido possível averiguar como dados biográficos vêm sendo trabalhados nos acompanhamentos familiares e de seus integrantes. Nos casos analisados para esse estudo foi possível, entretanto, constatar que temas como “vínculos familiares” haviam sido abordados pelas profissionais com meus entrevistados de forma superficial, sem a devida atenção, fazendo com que dificuldades de relacionamento intrafamiliares, que estavam colocando em risco a solidariedade entre os membros, passassem totalmente despercebidas pelas profissionais.

A qualidade dos acompanhamentos demonstra estar associada a diferentes fatores, que variam desde a contínua capacitação de gestores e técnicos, a disponibilidade adequada de recursos humanos em relação à quantidade de famílias referenciadas, autonomia profissional, espaços

---

<sup>29</sup> Mais informações cf. a página eletrônica da Prefeitura de Porto Alegre, disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p\\_secao=686](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=686). Acesso em: 21 set. 2022.

físicos adequados, capazes de garantir o sigilo das informações pessoais prestadas pelos usuários e a inviolabilidade dos registros, recursos financeiros e materiais como computadores, ar-condicionado, telefone e o acesso à internet (TEIXEIRA, 2011; SÁTYRO; CUNHA, 2019). E todos esses fatores estão invariavelmente relacionados ao orçamento destinado ao Suas.

Atualmente não se ouve mais falar sobre o Plano Brasil Sem Miséria. Não foi possível descobrir se ele existe ainda ou se já foi extinto. Enquanto os eixos garantia de acesso à renda e a serviços se mantiveram, visto que eram ações que já existiam e por isso seguiram sendo realizadas independentemente da existência do BSM, o eixo de inclusão produtiva foi o mais afetado. Atualmente é possível encontrar vagas do Pronatec apenas para a população com maior escolaridade, ao passo que oportunidades profissionalizantes para pessoas com baixa escolaridade dependem de ações ofertadas pela esfera local.

No que tange ao desempenho do Programa Bolsa Família em nível nacional, sua maior cobertura antes da Pandemia de Covid-19 foi atingida em 2014, quando o programa passou a ter em torno de 14 milhões de famílias beneficiárias (SOUZA *et. al.*, 2018). O caminho percorrido parecia aquele imaginado pelos defensores da focalização em busca da universalização (BICHIR, 2011). Entretanto, depois de 2014, a tendência foi de oscilação para menos. Embora tanto a pobreza, quanto a desigualdade social vinham caindo, isso começou a mudar radicalmente a partir de 2015, como consequência da crise econômica e política, que passou a assolar o país. A partir de 2018 se inicia, então, uma recuperação, que vem ser barrada dois anos mais tarde, com o início da Pandemia de Covid-19.

## 2.6 Recessão econômica e corte de gastos: impactos na política e na vida de quem mais precisava

Os números não restam dúvida de que o Brasil vinha num bom caminho de desenvolvimento para todos. Poderia ser melhor? Sim, poderia. Mas os fatos indicavam, que a direção que vinha sendo traçada, especialmente a partir do ano 2000, estava no mínimo certa e que as ações de redistribuição de renda, incluindo o Bolsa Família, estavam surtindo efeito. Em uma análise recente realizada por pesquisadores do Ipea (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020) sobre o percurso da desigualdade social, da pobreza e do bem-estar da população no Brasil entre os anos 2012 a 2018, vimos como a pobreza e a desigualdade vinham caindo de forma gradativa até 2014, ao passo que a partir de 2015 elas voltam a subir rapidamente como resultado da crise econômica, que se instala

no país já ao final de 2014. Assim como vinha acontecendo nos anos anteriores, a renda do trabalho continuava sendo a maior responsável pela queda na desigualdade social. Entre 2012 e 2014 a renda média do trabalho cresceu 7%, fazendo com que o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, caísse 3% no período. Na faixa de renda a baixo das linhas de pobreza e extrema pobreza do PBF, R\$ 178,00 e R\$ 89,00 *per capita* respectivamente, os valores medidos no período para a pobreza e extrema pobreza haviam caído 13% e 12,5%. Essas quedas, mesmo que tímidas, foram, portanto, possíveis em razão da renda do trabalho, que associada a outras formas de renda, como as da Seguridade Social, vinha permitindo uma maior distribuição das riquezas produzidas no país.

Do mesmo modo, foi também através da renda do trabalho, mas neste caso de sua queda devido ao aumento do desemprego e da redução e desvalorização dos salários, que presenciamos a desigualdade aumentar 4% entre 2015 e 2018 e a pobreza e extrema pobreza subirem 30,4% e 57,9%, respectivamente. Diante desse quadro de recessão econômica, aumento do desemprego e de queda de 3% na renda média do trabalho em 2015, os autores argumentam que o governo federal deveria ter utilizado, com o início e/ou ao longo da crise, os instrumentos de proteção social da Seguridade – PBF, PBC, seguro-desemprego – como forma de mitigar os efeitos do estrago causado pelo mercado de trabalho, que acabou por afetar, principalmente, aos grupos sociais localizados na base da pirâmide. Afinal, é isso que se espera de um Sistema de Proteção Social eficiente. Mas isso não aconteceu. O governo não aumentou a cobertura do PBF e nem os valores dos benefícios. Pelo contrário, assim como mencionado anteriormente, a cobertura do PBF sofreu diversas quedas desde 2015, voltando ao patamar de 14 milhões de famílias apenas em 2018. Diante da crise e da atitude do poder público, os autores concluem, por fim, que a década de 2010 acabou se tornando uma década perdida para a distribuição de renda no país, visto que a crise e a falta de uma ação estatal, capaz de mitigar seus efeitos, acabaram levando os indicadores retroceder a níveis iguais ou piores aos observados no começo da década.

Dessa forma, vimos surgir os primeiros possíveis efeitos provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o congelamento dos investimentos públicos com políticas sociais por um período de 20 anos. Para um Sistema de Proteção Social em plena expansão, a Emenda do corte de gastos se apresentou como uma ameaça e na prática um retrocesso. Assim como já mencionado na seção 2.4, a redução de transferências federais para a realização da Proteção Básica e Especial se agravou especialmente a partir de 2020, quando o governo federal cortou seus investimentos pela metade (PAPI; JONER, 2021). No âmbito dos programas de



transferência de renda, a cobertura do PBF voltou a encolher, chegando em fevereiro de 2020 a 13,8 milhões de famílias, ao passo que tanto as linhas de elegibilidade, quanto os valores dos benefícios não vinham sendo reajustados. O benefício médio do PBF em 2020 se mantinha em patamares de 2017, quando ele chegou a R\$ 180,00. Antes do início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, o cenário era de estagnação com tendência de retrocessos. A falta de controle das contas públicas somada a crise econômica demonstrou produzir um terreno fértil para os segmentos da sociedade contrários aos investimentos em políticas socioassistenciais. Possivelmente, eles não eram a maioria, mas suas posições tinham poder frente aos governos e ao debate público. Embora um levantamento realizado pelo Ibope em 2004, tenha mostrado que as políticas de combate à fome e à pobreza do governo Lula vinham sendo avaliadas pela população como as melhores ações de seu governo, a grande mídia brasileira, a exemplo dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP), assumiu uma postura crítica conservadora em relação ao Programa Bolsa Família durante todo período de sua existência antes de adentrarmos à crise pandêmica, mais especificamente de 2003 a 2017 (LEITE; FONSECA; HOLANDA, 2019). Nesse período, o programa era caracterizado por esses veículos de imprensa, sobretudo, como assistencialista e inócuo. A cobertura dos jornais não se comportou, entretanto, da mesma forma ao longo do tempo. Primeiramente, chama a atenção a baixa incidência de reportagens escritas sobre o programa ao longo desses 15 anos. A FSP, por exemplo, passou a informar sobre o PBF apenas a partir de 2008, ao passo que 2016 foi o ano que o jornal mais citou a política, ou seja, em torno de 15 vezes. Já o OESP passou a escrever sobre o PBF a partir de 2003, ao passo que as opiniões negativas sobre o programa, com exceção de uma única vez em 2010, se sobrepujam às positivas. 2006 e 2014 foram os anos, nos quais o jornal mais escreveu sobre o programa, 20 vezes respectivamente. De modo contrário, houve vários períodos, nos quais a FSP, por exemplo, apresentou a mesma incidência de abordagens positivas e negativas sobre o programa, apresentando posições divergentes dentro do jornal. Em 2012, 2013 e 2015 as opiniões positivas até mesmo se sobrepujaram às negativas. Se considerarmos o ano de 2016, que é quando as discussões em torno da Emenda de corte de gastos começaram a ganhar força no governo federal, as abordagens negativas sobre o programa cresceram em ambos os jornais, se sobrepondo de forma significativa às positivas (mais detalhes cf. LEITE; FONSECA; HOLANDA, 2019, p. 886). Diante dos diversos problemas, que o país enfrenta historicamente em razão de sua grande desigualdade social, chama a atenção como os veículos estudados reportaram pouco sobre o programa e sua importância

durante todo o período. Embora o PBF tenha sido avaliado por pesquisas, sobretudo, positivamente ao longo dos anos, tanto em estudos realizados por universidades, por organizações internacionais como o Banco Mundial ou por instituições de pesquisa governamentais bastante autônomas como o Ipea, os autores do estudo argumentam, como esses jornais foram capazes de ignorá-las, em alguns casos, por completo, demonstrando que suas posições não eram nada imparciais, como defendiam.

Também novos estudos qualitativos, que analisaram os efeitos do programa sobre a vida e/ou trajetória de vida dos beneficiários a partir de 2010, continuaram a documentar avanços do programa sobre a possibilidade de autonomia das mulheres, com destaque para seu efeito positivo sobre as expectativas de futuro das beneficiárias, tanto para si mesmas, como para seus filhos (MORTON, 2013; SILVA, 2014; RAMIRES, 2018). Esses estudos estiveram igualmente voltados a compreender os efeitos do programa, especialmente, sobre a vida das mulheres, visto que essas continuam sendo, majoritariamente, as titulares do benefício. De acordo com Bartholo, Passos e Fontoura (2018), 92% das famílias beneficiadas tinham em março de 2018 mulheres como titulares. Apesar disso, vimos também alguns poucos estudos surgirem, dedicando sua atenção a compreender os efeitos do programa sobre as relações de gênero não apenas desde a perspectiva das mulheres, mas também dos homens (TEBET, 2012).

Gostaria de me ater, primeiramente, a alguns resultados encontrados em estudos que analisaram os efeitos do programa desde a perspectiva de trajetórias de vida, como de Ramires (2018) e Martins (2020). Desde a perspectiva teórica e metodológica, ambos trabalharam com as noções de relato de vida do sociólogo francês, Daniel Bertaux, analisando em torno de 20 entrevistas cada. Além disso, tanto um, quanto o outro alegaram realizar suas análises considerando as experiências e a trajetória de vida como um todo, em que pese o fato de que não fazem uma distinção entre a experiência, assim como vivenciada no passado e a experiência interpretada no presente, como faz Rosenthal (2014), ou ainda, entre narrativas ou argumentações, assim como sugere Schütze (1983), tendo como principal consequência, um maior foco sobre as condições de vida no presente, em detrimento de sua relação com as experiências biográficas do passado.

Ramires (2018), por sua vez, destaca em seus resultados o efeito complementar de renda do PBF, configurando mais uma alternativa de renda diante das existentes, com destaque para a segurança no recebimento dos valores mensalmente e durante um período longo de tempo. Diante disso, o autor aponta para a importância do benefício para a reconfiguração das estratégias de

sobrevivência das beneficiárias, bem como para os seus projetos de futuro. Referente ao primeiro aspecto, se evidencia o papel do benefício no âmbito da sobrevivência, com destaque para uma maior liberdade e possibilidades de consumo, aproximando-se dos resultados encontrados nos primeiros estudos qualitativos sobre o PBF, como de Rego e Pinzani (2014) ou ainda de Suarez e Libardoni (2007). Seu efeito complementar à renda também é apontado pelo autor como uma possibilidade de reconfiguração das estratégias de sobrevivência, visto que o PBF acaba por expandir as alternativas monetárias das famílias. Se considerarmos, entretanto, a trajetória de vida dos beneficiários como um todo, a exemplo das minhas próprias entrevistas e análises, a manifestação do benefício como mais uma alternativa de renda entre as demais, oriundas geralmente do trabalho informal, não configura uma novidade no conjunto de ações empreendidas pelos beneficiários, visto que esses estão acostumados a ter que mobilizar constantemente fontes alternativas de renda em razão da escassez de recursos, que os acompanha, em muitos casos, uma vida inteira e que o PBF tende a não cessar. Vale lembrar que a mobilização constante de novos recursos ocorre com a intenção de sanar necessidades muito básicas como alimentação, higiene, pagamento de aluguel, transporte e pagamento de água, gás de cozinha e luz, possibilitando apenas pontualmente a ampliação do consumo para além dos itens básicos de sobrevivência. O autor indica, ainda, outras possibilidades de reconfiguração de estratégias de sobrevivência impulsionadas pelo recebimento do benefício como uma maior autonomia das mulheres nas suas relações familiares (se desfazem de relações indesejáveis ou passam a depender menos dos companheiros ou do mercado de trabalho), bem como o surgimento de novas expectativas de futuro para si e para seus filhos vinculadas à educação.

Os resultados alcançados por Martins (2020) a partir de dados qualitativos levantados entre 2018 e 2019 dialogam mais com aqueles estudos, que destacam os limites do programa em promover mudanças na vida das beneficiárias. Segundo a autora, não foi possível constatar mudanças no comportamento da maior parte das entrevistadas em relação ao acesso à saúde e oportunidades educacionais após o recebimento do benefício, visto que elas já acessavam essas políticas antes de sua entrada no programa. Nesta mesa direção, a autora ressalta a inexistência de articulação entre o Programa Bolsa Família e os demais serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) nos bairros pesquisados pertencentes à capital Porto Velho, no estado de Rondônia. Nenhuma das 23 entrevistadas acessava outros serviços ofertados pelos Cras, ao passo que na região rural de Porto Velho, onde a autora também

entrevistou beneficiárias, não havia nenhum Cras, apenas uma Equipe Volante, que visitava os oito distritos pertencentes a cada 15 dias. Seria interessante saber se essa Equipe Itinerante foi algum legado do Plano Brasil Sem Miséria ou se já era um serviço que vinha sendo realizado no âmbito do Suas. Mas essa informação não consta no estudo. A autora alega, ainda, que mesmo na região urbana de Porto Velho haviam poucas unidades socioassistenciais, além dos serviços contarem com poucas ofertas e funcionários, capazes de dar conta da demanda. Se as instituições socioassistenciais demonstraram estar pouco presentes na vida das beneficiárias, as organizações que mais apresentaram relevância no seu dia-a-dia eram as instituições religiosas, com destaque para a igreja pentecostal. Esse resultado se assemelha àquele levantado, já em 2006, por Suarez e Libardoni (2007) em seu estudo. Por fim, a autora ressalta, ainda, a violência física (violência doméstica) e simbólica (autoapresentação condizente com aquela esperada pelo Estado para que conseguissem ter acesso a benefícios), que as beneficiárias estavam frequentemente sujeitas.

Dada a importância das relações de gênero na vida dos beneficiários, vale ressaltar, ainda, alguns desdobramentos mais recentes acerca do tema. Em um artigo publicado por Bartholo, Passos e Fontoura (2018) sobre autonomia feminina e equidade de gênero no âmbito do PBF, as autoras buscaram sintetizar os principais achados sobre o tema publicados no período entre 2006 e 2016. Se nos atermos aos resultados dos estudos qualitativos, levantados e analisados, sobretudo, na segunda década de implementação do PBF, podemos encontrar diferenças e semelhanças em relação aos resultados alcançados em estudos anteriores, mencionados no *subcapítulo 2.3* deste trabalho. As principais semelhanças fazem referência ao consenso de que o PBF acaba por reforçar o papel feminino do cuidado e da maternidade, ao passo que ele consegue, desde sua perspectiva intersetorial, oferecer apenas poucas oportunidades educacionais e de profissionalização às beneficiárias. E apesar da escassez de oportunidades, que permitam o desenvolvimento dos adultos, a maior parte desses autores reconhece o potencial do programa para impulsionar processos de autonomização na vida das mulheres beneficiárias, identificados pelos autores através de mudanças na percepção das mulheres sobre si mesmas, pela possibilidade de questionarem relações conjugais indesejadas, bem como pela ampliação da liberdade de fazer escolhas relacionadas ao consumo, mas também às relações familiares. Nesses casos, o PBF significava, sobretudo, uma renda regular e segura e em alguns domicílios a maior renda familiar.

Atrelado à ampliação das possibilidades de consumo e a esse movimento geral de maior autonomização, outros autores como Santos (2014) e Morton (2013) puderam igualmente atestar,

assim como Rego e Pinzani (2014) e Ramires (2018), o surgimento de novas expectativas e projetos de vida, que rompem com a cultura da resignação e reconfiguram as estratégias de sobrevivência dessas mulheres. Após o recebimento do benefício, Santos (2014) pode observar uma relação entre a rejeição de trabalhos precários por parte das mulheres e o surgimento da expectativa de alcançar empregos formais, que garantissem direitos trabalhistas. E mesmo em domicílios muito pobres, onde o benefício não era usado diretamente para o bem-estar das mulheres e sim apenas para o consumo dos filhos, Morton (2013) chama a atenção para o cultivo de sonhos, como de enviar os filhos à faculdade, mas também de realizar negócios próprios usando parte do benefício.

Nesse contexto é importante ressaltar, que o programa não se resume apenas a transferências monetárias, compreendendo ainda ações voltadas a saúde e a educação dos beneficiários como um todo, por mais que antes do Plano Brasil Sem Miséria seu foco estivesse voltado apenas ao fomento do capital humano de crianças e jovens. Entretanto, assim como já apontavam Suarez e Libardoni (2007), os estudos que seguiram abordando a relação do PBF com outras políticas como as socioassistenciais, de saúde e educação considerando a perspectiva das mulheres continuaram a apontar a baixa presença dessas políticas em suas vidas e conseqüentemente a baixa efetividade da articulação existente em impulsionar mudanças (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2018). Santos (2014), por exemplo, chama a atenção para o desejo de mulheres titulares do benefício de acessar métodos contraceptivos, mas isso sem sucesso, devido a problemas de funcionamento do próprio sistema de saúde. Para essa autora, o programa acaba fortalecendo o acesso a saúde pública das beneficiárias apenas em seu papel materno, limitando o seu desenvolvimento como um todo.

Desde o ponto de vista da relação do PBF e as políticas socioassistenciais, a Resolução CIT, n.º 7 de 2009 passou a determinar que os serviços socioassistenciais fossem ofertados prioritariamente às famílias do PBF, do Peti e do BPC por serem consideradas grupos em maior situação de vulnerabilidade social. Na prática, vemos, entretanto, a dificuldade que mesmo os beneficiários do PBF têm em acessar outros serviços socioassistenciais a exemplo do estudo de Martins (2020), que constatou que das 23 entrevistadas da cidade de Porto Velho (Rondônia), nenhuma acessava outros serviços nos Cras para além dos programas de transferência de renda. Apesar da dificuldade de ampliação da rede socioassistencial, os autores aqui abordados são unânimes em avaliar a importância do PBF como porta de entrada para uma rede de proteção social mais ampla. O problema é o que acontece depois da entrada dos usuários no programa. Nos casos, em que a família passou a acessar serviços como o Paif, a baixa oferta de programas e serviços

complementares acabou reduzindo a ação dos técnicos do Cras ao acompanhamento das condicionalidades (SANTOS; MAGALHÃES, 2012). Além da baixa oferta de programas e serviços adicionais, Serapião (2018) elenca, ainda, com base em um estudo mais recente sobre a articulação das políticas sociais em um bairro pobre localizado na cidade de São Paulo, os seguintes fatores como limitadores da construção de uma rede pública de apoio e proteção às famílias: em primeiro lugar, a opacidade dos serviços, que se manifesta na dificuldade das famílias em receber informações que lhes permitam compreender o funcionamento dos benefícios que já recebem ou daqueles que teriam direito em receber. Essa dificuldade passa invariavelmente pelo fato de que muitos técnicos ou desconhecem o funcionamento dos benefícios ou apresentam dificuldade em se comunicar com as famílias. Além disso, o excesso de burocracia, que poderia ser evitada, gera o atraso no recebimento de outros auxílios, como os eventuais. Em segundo lugar a autora aponta para o desequilíbrio entre demanda e oferta, ou seja, há muito mais pessoas em busca de apoio do que a rede é capaz de oferecer. Em seu estudo, a autora destaca a frequente menção entre os entrevistados sobre a falta de vagas em creches e atividades de lazer para as crianças, bem como a necessidade de transporte escolar. Indo nesta mesma direção, a autora argumenta, em terceiro lugar, a falta de equidade na distribuição de serviços, fazendo com que as famílias tenham que se deslocar, por vezes, mais de 20 km para receber um atendimento médico simples e, por último, a fragmentação das políticas sociais, a exemplo das educacionais e socioassistenciais, fazendo com que muitas famílias tenham que alocar cada filho em uma escola diferente em razão da falta de vagas, mas também pela falta de comunicação e planejamento entre as famílias, os Centros de Referência, que as acompanham e as escolas da região.

As principais diferenças levantadas por outros estudos fazem referência à forma de consumo das famílias (MORTON, 2013) e ao efeito das condicionalidades no dia-a-dia das mulheres (PEREIRA; RIBEIRO, 2013; SANTOS, 2014). Morton (2013), por sua vez, reconhece uma diferença na autonomia da titular para o gasto do benefício entre os domicílios mais pobres e menos pobres. Enquanto o benefício é usado nos domicílios mais pobres, sobretudo, para a aquisição de produtos básicos, como alimentos e remédios, as famílias menos pobres, cuja alimentação depende menos do PBF, tendem a usá-lo para a aquisição de bens duráveis, pagos muitas vezes em prestações. Nesses casos, as mulheres passam a gozar mais reconhecimento no meio familiar em razão da aquisição do bem. Sendo assim, a maior ou menor liberdade de escolha dos produtos a

serem consumidos, se com itens básicos ou bens duráveis, demonstra depender, em grande medida, da renda à disposição de cada família.

Do ponto de vista das condicionalidades, a maior parte dos autores não identificou uma relação entre o recebimento do benefício e uma maior sobrecarga das mulheres no âmbito doméstico. Caso os estudos tenham considerado apenas a percepção das mulheres sobre um possível aumento das tarefas e responsabilidades familiares após a entrada no programa, é possível que o fator sobrecarga possa ter passado despercebido em razão de sua naturalização por parte das entrevistadas, assim como ponderaram Pereira e Ribeiro (2013) e Santos (2014) em seus estudos. Por outro lado, há autores como Pires (2013) que defendem que a destinação do benefício às mulheres acabou por proporcionar a construção de um vínculo entre elas e o Estado, no qual sentem que sua existência é reconhecida pelo poder público, tornando-se detentoras de direitos e deveres, valores próprios da cidadania. Essa tese também pode ser encontrada entre os resultados de Rego e Pinzani (2014). Outro estudo bastante importante, que tratou o tema das condicionalidades foi o de Tebet (2012), que se aproximou tanto das percepções dos homens, como das mulheres sobre o benefício. Neste estudo a autora destaca o alívio gerado pelo benefício a alguns homens por seu recebimento ter lhes permitido uma maior divisão do papel de provedor com a companheira, diminuindo a pressão sobre eles. Este mesmo efeito não pode ser identificado entre as mulheres do casal, que não viram suas tarefas domésticas serem mais frequentemente compartilhadas com seus companheiros.

De modo geral, é possível considerar que embora a década de 2010 se iniciou ambiciosa com a criação do Plano Brasil Sem Miséria em 2011, prevendo o fim da extrema pobreza no país através do aumento da cobertura do programa, aliado a inclusão de novos benefícios e programas complementares, a expectativa de ampliação do Sistema de Proteção Social começa a perder força a partir de 2014, com o início da recessão econômica, seguida de crises políticas e de políticas de corte de gastos, que culminaram no *impeachment* da, então, Presidenta Dilma Rousseff. Se houve avanços no fortalecimento da articulação entre o PBF e as demais políticas sociais, possíveis efeitos na melhoria da condição de vida do público adulto do programa se mantiveram modestos de acordo com os estudos qualitativos aqui mencionados. Que a existência desse Sistema de Proteção Social e sua função primordial – de proteger - não se instalaram ainda na cultura do Estado brasileiro, se evidência, entre outros, na omissão do governo federal com a população pobre e miserável em um momento de desemprego e perda da renda, na qual vimos mais uma vez a desigualdade social se

acentuar, assim como apontado por Barbosa, Souza e Soares (2020) e retificado por outros estudos como o de Neri (2019). O país havia logrado, que um benefício social não contributivo chegasse à população com menor poder de mobilização política. Sua importância é tamanha, que ao longo do tempo percebeu-se que mesmo diante de uma mídia contrária a ele, nenhum político que pretendia se reeleger, demonstrou considerar seriamente acabar com o Bolsa Família, sem ao menos lhe oferecer um substituto (BICHIR, 2011; 2016). Difícil se tornou, entretanto, fazer com que esse programa avançasse, superando a extrema pobreza, e mais adiante, se universalizasse. Essa era a situação até 2019. A partir de 2020, em meio a uma das maiores crises sanitárias e econômicas de nosso tempo, os programas de transferência de renda demonstram ter ganhado uma nova força no país, assim como discutiremos a seguir.

## 2.7 A pandemia de covid-19 e a necessidade de um plano de emergência: o Auxílio Emergencial

Quando os primeiros casos de contaminação pelo vírus da covid-19 começaram a surgir no Brasil em torno de fevereiro de 2020, o momento socioeconômico do país já era, portanto, de queda na renda do trabalho e conseqüentemente da piora dos indicadores de pobreza e desigualdade social. O aumento acelerado dos casos, que obrigou o Estado brasileiro a determinar períodos por vezes mais longos, por vezes mais curtos de distanciamento social, teve impactos imediatos sobre a saúde e o mercado de trabalho, piorando ainda mais essa situação de queda na renda, sobretudo, dos mais pobres. Diante da necessidade de se evitar o contato social, o setor de serviços e a indústria foram as áreas mais atingidas, resultando em demissões. Foi assim que vimos o desemprego saltar de 12,2% no primeiro trimestre de 2020 para 14,6% no terceiro trimestre, fechando o ano em 13,9%. (MATTEI; HEINEN, 2021). No primeiro trimestre de 2020, o setor mais atingido já era o informal, acumulando 70% das vagas perdidas no período (BARBOSA; PRATES, 2020). O apelo social da grande mídia por programas federais capazes de mitigar os efeitos socioeconômicos da pandemia sobretudo nas camadas sociais mais pobres foi grande, assim que as primeiras ações começaram a surgir a partir de abril de 2020 com a criação do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (Medida Provisória N°. 936/2020) e da Renda Básica Emergencial – RBE (Lei N°. 13.982/2020).

A aprovação da Renda Básica Emergencial (RBE), conhecida popularmente como “Auxílio Emergencial” (AE), não se deu, entretanto, de forma fácil, tendo sido uma iniciativa dos partidos



de oposição ao governo federal na Câmara dos Deputados e não do Executivo. Ela foi um programa de transferência incondicional paga, primeiramente, num total de cinco parcelas de R\$ 600,00 para a população considerada elegível entre os meses de abril e agosto de 2020. No caso de famílias monoparentais, as parcelas eram de R\$ 1.200,00. O benefício estava voltado a maiores de 18 anos ou mães com menos de 18, que estivessem desempregados ou exercendo atividade na condição de Microempreendedores Individuais (MEI), contribuinte individual da Previdência Social ou trabalhador informal, cuja renda familiar fosse de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) *per capita* ou cuja renda familiar total fosse de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) (BRASIL, 2020). O Ministério da Cidadania, antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, era o responsável pela gestão do benefício. O CadÚnico foi utilizado para se chegar naquelas famílias mais carentes, com o objetivo de assegurar a boa focalização. Dessa forma, garantiu-se a participação de famílias já cadastradas no CadÚnico e os beneficiários do PBF. Durante os períodos de recebimento do AE, os beneficiários do Bolsa Família contemplados passaram a ter o valor de seus benefícios completados pelo valor do auxílio.

Para o restante da população elegível, a implementação do programada foi realizada por intermédio de meios digitais, com o objetivo de acelerar o processo de cadastramento, aprovação e recebimento do benefício, bem como de evitar filas e o contato social direto. No entanto, isso funcionou apenas para aquela parcela da população economicamente menos vulnerável. Dificuldades de cadastramento, ocasionadas pela falta de informação, pela dificuldade de acesso a um celular e à internet acabou levando as pessoas às sedes da Receita Federal, Agências da Caixa Econômica, unidades do Centro de Referência de Assistência Social e lotéricas por todo o país, produzindo filas e aglomerações (MARINS *et al.*, 2021). Nem todas as famílias que estavam inscritas no CadÚnico e/ou já recebiam o PBF, foram consideradas elegíveis para o Auxílio Emergencial<sup>30</sup>. Em agosto de 2020, o benefício havia chegado acerca de 68,2 milhões de pessoas (Ibidem). Se comparado com o Programa Bolsa Família (PBF), que cobria em abril de 2020, um total de 14,3 milhões de famílias (43,7 milhões de pessoas ao todo), o Auxílio Emergencial havia

---

<sup>30</sup> A distribuição dos beneficiados se deu de acordo com Marins *et al.* (2021, p. 682-683) da seguinte forma: “[a]pós o lançamento do aplicativo de cadastramento, segundo dados oficiais da Caixa Econômica Federal (atualizados em 30 de maio de 2020), foram 116 milhões de cadastros processados. Desse total, 50,7 milhões foram solicitações via aplicativo, mas apenas 38,2 milhões do total de beneficiários deste tipo de solicitação foram considerados elegíveis. Dentre os 32,1 milhões cadastrados no Cadastro Único, mas que não recebem o Bolsa Família, foram considerados elegíveis 10,5 milhões de pessoas. E, por fim, entre 19,9 milhões de pessoas analisadas que recebem o Bolsa Família, 19,5 milhões foram consideradas aptas a receber a Renda Básica Emergencial”.

atingido 24,5 milhões de pessoas a mais, além de ter disponibilizado valores, significativamente, maiores (BARBOSA; PRATES, 2020). De acordo com um levantamento de pesquisadores do Ipea (Ibidem, p.66), “o valor médio do benefício [chegava] a ser superior à renda domiciliar dos mais pobres – ou seja: para muitos, isso [representou] uma adição de renda inédita”. Sendo assim, a expectativa de que o Auxílio Emergencial pudesse mitigar os efeitos da pandemia era grande; não que ele fosse reduzir a pobreza e a extrema pobreza a longo prazo, visto que havia data para o fim das transferências, mas ao menos durante o período de sua vigência ele poderia causar impactos positivos, evitando um estrago ainda maior nas condições de vida da população.

Segundo resultados alcançados na segunda edição do Boletim Desigualdades nas Metrôpoles (SALATA, RIBEIRO, 2020), que mediu os efeitos dos primeiros meses de pandemia sobre a distribuição de renda nas metrôpoles brasileiras<sup>31</sup> e o papel exercido pelo Auxílio Emergencial em mitigar esses efeitos, a desigualdade de renda, calculada pela média do coeficiente de Gini, caiu 11,3% entre 2019 e agosto de 2020 nessas regiões, considerando todos os rendimentos. Essa queda só foi possível, de acordo com os autores, através da implementação do Auxílio Emergencial, visto que sem ele a desigualdade de renda teria na verdade subido 17,3%. Outro exemplo da importância do plano emergencial foi seu efeito atenuador sobre a queda no rendimento médio. Considerando o auxílio, os rendimentos médios caíram de R\$ 1.860 para R\$ 1.582 *per capita*, contabilizando uma redução de 14,9% entre 2019 e agosto de 2020. Sem as parcelas do Auxílio Emergencial, os autores destacam que essa queda teria sido, ainda, maior, chegando a R\$ 1.457 *per capita*, ou seja, 22,7%. Entre os 40% mais pobres o efeito do auxílio nos rendimentos foi muito expressivo: ela variou +3,8% entre 2019 e agosto de 2020, ao passo que sem o auxílio, ela teria sofrido uma queda de -31,8%. Além da redução na desigualdade, também as taxas de pobreza caíram nas metrôpoles de 19,1% em 2019 para 15,9 % em 2020. No caso da região metropolitana de Porto Alegre, vemos, entretanto, um pequeno aumento de 9,6% em 2019 para 10,8% em 2020. Sem o Auxílio Emergencial esse valor teria chegado a 18,8%! No caso da extrema pobreza, foi registrada uma queda de 2,5% em 2019 para 1,9% em 2020, ao passo que sem o auxílio ela teria subido 7,9%. Em setembro de 2020, o governo federal voltou a prorrogar o pagamento do benefício, cortando seu valor, entretanto, pela metade e reduzindo a cobertura. Passaram a ser pagas três parcelas de R\$

---

<sup>31</sup> A importância das regiões metropolitanas para se medir a desigualdade de renda se evidencia pela participação da população brasileira apenas nessas regiões, que concentra em torno de 40%, ou seja, em torno de 80 milhões de pessoas (SALATA, RIBEIRO, 2020). O restante vive em municípios de maior ou menor porte, além da zona rural.

300,00 ou R\$ 600,00 a famílias monoparentais, ao passo que apenas 55 milhões de pessoas receberam pelo menos uma das parcelas da nova fase (MARINS *et al.*, 2021).

Como Salata e Ribeiro (2020) ressaltam, há poucos motivos para festejar. Embora o auxílio tenha possibilitado a redução da desigualdade no período, esses números não podem ser confundidos com maior bem-estar. Antes, o que vimos acontecer foi o abrandamento dos impactos da pandemia sobre a população mais vulnerável para que os danos não fossem ainda maiores. Atesta-se, portanto, mais uma vez, o sucesso dos programas de transferência de renda em mitigar o efeito de crises econômicas. E por mais que tenhamos assistido o governo brasileiro agir quando havia sido necessário, foram muitas as críticas referentes à forma como o programa foi implementado. Além dos problemas de cadastramento supracitados, se destacam, ainda, aqueles referentes a sustentabilidade do programa, problemas de focalização e cobertura e, sobretudo, a decisão de interromper o programa nos primeiros quatro meses de 2021, quando o país continuava registrando altos índices de contaminação, mortes em decorrência do vírus, desemprego e queda na renda.

Em relação ao primeiro ponto ressalta esclarecer, que embora os valores disponibilizados fossem baixos quando comparados ao salário-mínimo em vigor, que era de R\$ 1.045,00 ou ainda ao salário-mínimo necessário para uma família de quatro pessoas, calculado para o ano de 2020 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no valor de R\$ 4.483,20, desde o ponto de vista da limitação do orçamento disponível, a generosidade pouco refletida do governo brasileiro demonstra ter colocado em cheque a sustentabilidade<sup>32</sup> do programa e a previsibilidade financeira das famílias, que viram a sua renda passar por diferentes fases de forte volatilidade, vivendo uma verdadeira Montanha-russa financeira, assim como avaliam os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri e Marcos Hecksher (2022). Os valores colocados à disposição não demonstraram terem sido estabelecidos considerando que a pandemia poderia perdurar por muitos meses ou até por anos, que foi o que aconteceu de fato. A previsão de pagamentos, primeiro, em cinco parcelas, sua prorrogação disponibilizando mais quatro, sua interrupção por um período de quatro meses e por fim uma breve retomada mais adiante, são a prova de que o governo federal, sobretudo, o poder executivo, subestimou a crise que o país vinha enfrentando, ao passo que representantes-chave negaram a crise sanitária e suas consequências.

---

<sup>32</sup> Agradeço ao meu companheiro e cientista social André Salata pelas inúmeras discussões sobre os programas de transferência de renda no Brasil, que me trouxeram novas ideias e perspectivas sobre o assunto.

Além da inconstância nos pagamentos, o número de parcelas e os valores foram sendo gradativamente reduzidos prejudicando a capacidade do benefício de trazer algum tipo de previsibilidade, além de mitigar os efeitos da crise.

Embora fosse possível reconhecer que houveram esforços para que o benefício alcançasse os mais pobres, problemas crassos de inclusão de pessoas, que não correspondiam aos critérios de elegibilidade como militares, empresários e outras pessoas que possuíam bens, também marcaram a implementação do Auxílio Emergencial (AE). Ao mesmo tempo, vimos beneficiários em potencial, inscritos no CadÚnico, não conseguirem atualizar suas informações, ficando de fora do programa<sup>33</sup>. A falta de cuidado com a focalização e com os valores a serem disponibilizados, acabou atingindo, invariavelmente, a cobertura do programa. Se em agosto de 2020, o AE já havia chegado a 68,2 milhões de pessoas, ao final deste mesmo ano esse número já havia caído para 55 milhões e entre abril e outubro de 2021 para um pouco mais de 32 milhões, menos da metade da cobertura de 2020 e 12 milhões a menos de pessoas, que receberam o Bolsa Família em 2019 (ANDRADE, 2022).

As consequências negativas dessa falta de constância nos valores e pagamentos sobre a desigualdade social e a pobreza foram imediatas. Se foi possível identificarmos com o início do pagamento do AE em abril de 2020 o abrandamento das consequências da pandemia, tanto a redução dos valores, bem como da cobertura, seguida de períodos de suspensão do benefício apresentaram efeitos catastróficos sobre a pobreza. “Entre 2020 e 2021 mais de 3,8 milhões de brasileiros residentes nas metrópoles brasileiras entraram em situação de pobreza, registrando 19,8 milhões de pessoas no conjunto das Regiões Metropolitanas, o maior valor da série histórica.”, como aponta um estudo realizado por Salata e Ribeiro (2022, p.3) sobre a trajetória da pobreza e da desigualdade social no Brasil entre 2012 e 2021. Situação semelhante vale também para a extrema pobreza, que registrou recorde histórico em 2021, atingindo 5,3 milhões de pessoas nas regiões metropolitanas do Brasil. Ao longo dos últimos sete anos, 3,1 milhões de pessoas entraram nesta situação, ao passo que dessas 1,6 milhões caíram em 2021 na extrema pobreza. E foi também em 2021 que o Brasil registrou o maior valor da série histórica para a desigualdade de renda, medida desde 2012 pelo Coeficiente de Gini, chegando a 0,565 nas regiões metropolitanas. Se

---

<sup>33</sup> Isso se deu em razão de o governo federal não ter permitido a atualização ou novas solicitações via aplicativo de pessoas inscritas no CadÚnico e nem o acesso ao cadastro na rede socioassistencial para atualização ou esclarecimentos, visto que essa última não estava autorizada a realizar alterações após 20 de março de 2020 (MARINS *et al.*, 2021).

comparada ao ano de 2014, que antecede o início de resseção econômica em 2015, a média de rendimentos caiu na região metropolitana de Porto Alegre de R\$ 2.218,00 para R\$ 1.947,00 em 2021, enquanto a pobreza subiu de 9,4% para 11,4% e a extrema pobreza de 1,5% para 3,4%. Essa piora nos indicadores é atribuída pelos autores, sem dúvida, à situação econômica de recessão, mas também à suspensão do AE pelo período de quatro meses e sua extinção a partir de novembro de 2021.

Um quadro bastante semelhante, mas ainda mais dramático, visto que adentra à situação alimentar das famílias, foi ilustrado pelo Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia de Covid 19, realizado pela Rede de Pesquisa Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022), que mostra como o número de brasileiros vivendo em situação de insegurança alimentar grave (fome) dobrou de 2020 para 2022, passando de um pouco mais de 19 milhões para 33,1 milhões. Segundo o estudo, um total de 125 milhões de pessoas se encontravam, em 2022, em situação de insegurança alimentar<sup>34</sup>. Em face desses resultados, pode-se dizer que os indicadores de insegurança alimentar retrocederam na atualidade chegando a patamares semelhantes a 30 anos atrás, quando 32 milhões de brasileiros se encontravam em situação de insegurança alimentar, em plena década de 1990 (MENA, 2022). Se nos atermos aos achados referentes à insegurança alimentar entre os beneficiários do PBF, veremos que mesmo em posse do benefício 73,3% apresentaram sofrer de algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, 30,4% apresentaram Insegurança Alimentar Leve, 21,4% Insegurança Alimentar Moderada e 21,5% Insegurança Alimentar Grave, ou seja, fome. Especialmente os valores altos para IA moderada e grave atestam a vulnerabilidade dessa população em razão da insegurança e da alta volatilidade de sua renda, oriunda sobretudo de atividades informais, aspectos esses que já haviam sido problematizados por autores como Soares (2009) e Osório, Soares e Souza (2011), na virada da década de 2010, ao apontarem para a necessidade de se aumentar os

---

<sup>34</sup> Na lei de Segurança Alimentar e Nutricional N° 11346/2006, em seu artigo 3, segurança alimentar é definida como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]”. Dessa forma, insegurança alimentar representa a dificuldade de acesso aos alimentos, diferenciando-se em: a) leve, que é quando há queda na qualidade dos alimentos consumidos e preocupação com o acesso a alimentos no futuro, b) moderada, que é a restrição no acesso aos alimentos, isto é, na quantidade que é consumida. Já c) grave representa a escassez de alimentos para todos os indivíduos de uma família, chegando até mesmo à condição de fome, ou seja, quando alguém não tem o dia inteiro o que comer (VALADARES, 2022).

valores transferidos pelo programa, como forma de garantir a retirada das famílias da condição de extrema pobreza.

Além do Auxílio Emergencial, vale ressaltar que o Sistema Único de Assistência Social continuava operando com os benefícios já existentes como o próprio Bolsa Família - nos períodos de suspensão do AE - o BPC e os poucos benefícios eventuais existentes à época, como cestas básicas e kits nutricionais. A procura pelos serviços ofertados no âmbito do Suas aumentou mais de 100% na atenção básica entre o primeiro e segundo trimestre de 2020, o que reflete a reação rápida das famílias pobres em busca de auxílios, como o próprio Auxílio Emergencial (SANTOS, 2022). Dessa forma, essa procura por apoio do Estado passou a exercer uma enorme pressão sobre os serviços e os profissionais, que atuavam de forma presencial nos centros de referência. Quando a situação de emergência em saúde pública é declarada no Brasil, uma série de medidas protetivas, como teletrabalho para funcionários pertencentes a grupos de risco ao vírus e aqueles acima de 60 anos, acabaram reduzindo o número de funcionários trabalhando na linha de frente. Embora tenhamos visto alguns municípios, a exemplo de Porto Alegre, contratar profissionais temporários para o atendimento presencial das famílias, conversas com a gestora e as Técnicas Sociais do Cras Horizontes demonstraram, que essas iniciativas não foram capazes de reduzir o desgaste mental e físico dos profissionais, que vinham também sofrendo com os riscos de saúde gerados pelo próprio contexto pandêmico, incluindo atrasos no fornecimento de EPIs (máscaras, álcool em gel, entre outros) pelas secretárias e espaços impróprios para o trabalho. Enquanto os atendimentos individuais realizados no âmbito do Paif puderam ser minimamente mantidos, especialmente as atividades coletivas ofertadas pelos SCFVs para idosos, crianças e adolescentes foram temporariamente suspensos (CAMARGO *et al.*, 2022).

Cada município e Estados passaram, portanto, a agregar às iniciativas federais com programas próprios, fazendo uso do CadÚnico para chegar até as famílias. Durante o período de pandemia, a prefeitura de Porto Alegre chegou a ofertar benefícios monetários às famílias inscritas no CadÚnico, que não faziam parte de nenhum programa federal de transferência de renda, assim como o Estado do Rio Grande do Sul passou também a destinar R\$ 400,00 por ano em quatro parcelas a famílias cadastradas no CadÚnico, que possuíam membros estudando na rede estadual de ensino médio (RIO GRANDE DO SUL, [2021?])<sup>35</sup>. No caso do Programa Temporário de Transferência de Renda aprovado em julho de 2020, a prefeitura instituiu três benefícios, que

---

<sup>35</sup> Mais informações cf. <https://www.devolveicms.rs.gov.br/o-que-e-o-devolve-icms>. Acesso em: 23 set. 2022.

poderiam ser pagos pelo período de três meses (PORTO ALEGRE, 2020a). O primeiro no valor de R\$ 150,00 era destinado a famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 89,00, o valor de R\$ 100,00 era pago a famílias com renda mensal *per capita* de R\$ 89,00 a R\$ 178,00 e R\$ 50,00 era entregue a famílias com uma renda entre R\$ 178,00 e R\$ 522,50. Em todas as faixas, era somado individualmente R\$ 50,00 para cada um dos demais integrantes da família: cônjuge, criança de zero a 12 anos, adolescente de 13 a 17 anos, pessoas com deficiência e idosos, sem limite de número de integrantes da família. Todas essas iniciativas chamam, todavia, a atenção por totalizarem valores modestos, disponibilizados, sobretudo, por um curtíssimo período de tempo, se considerarmos que as restrições de contato em decorrência da pandemia perduraram por um período de mais de dois anos, em que pessoas perderam empregos, oportunidades de renda desapareceram e escolas públicas estavam fechadas.

Diante do exposto, é possível concluir que a crise sanitária e econômica significou tanto avanços, como retrocessos no desenvolvimento do sistema de proteção social não contributivo no Brasil. Enquanto os avanços estiveram voltados, sobretudo, à retomada das discussões em torno da importância de um programa de renda básica incondicional, mostrando também a força dos programas de transferência de renda no combate à pobreza em todo o país, os retrocessos podem ser identificados na própria implementação do Auxílio Emergencial, cujas decisões tomadas refletem a negação de uma parte importante dos aprendizados realizados com a boa focalização do Programa Bolsa Família, além da falta de recursos, especialmente, para o atendimento das famílias no contexto mais amplo do Suas. As consequências desses erros foram nefastas, fazendo com que o país retrocedesse 30 anos em suas ações de combate à pobreza e à insegurança alimentar. Particularmente, acredito que um dos maiores aprendizados em um contexto de crise de tal magnitude foi a de que a universalização de acesso a programas socioassistenciais sofre não apenas com o baixo orçamento, mas também com a qualidade da focalização. A focalização progressiva e sustentável, seguida de um orçamento correspondente à demanda existente por serviços e programas, que é hoje facilmente acompanhada pelo CadÚnico, pode ser o caminho para o Brasil alcançar políticas socioassistenciais universais e de qualidade. Não que esse caminho seja a trajetória ideal de um sistema de proteção não contributivo, mas ele é, sobretudo, o caminho que o Brasil vem traçando em face de sua história. Essa constatação não é nova, mas reforça o que já vinha sendo apontado por outros pesquisadores como Bichir (2011), abrindo novas perspectivas de

futuro para os programas de transferência de renda em específico e para o sistema de proteção social em geral, assim como veremos a seguir.

## 2.8 Novas eleições presidenciais e a substituição do Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil: perspectivas de futuro

Apesar do visível desinteresse do executivo federal em implementar um programa emergencial de transferência de renda durante a pandemia, o qual foi viabilizado apenas por iniciativa da Câmara Federal dos Deputados em abril de 2020 e não do executivo, a corrida pela nomeação dos padrinhos do programa foi grande. As discussões em torno dos possíveis ganhos políticos e eleitorais com a criação de programas de transferência de renda sempre estiveram dentre os temas mais polêmicos sobre o PBF e programas anteriores a ele, tanto no debate público, como em pesquisas científicas (mais informações cf. BICHIR, 2011). Estudos que buscam reduzir programas sociais já bastante maduros e consolidados como o PBF a fenômenos como o “neopopulismo” ou o “clientelismo” acabam os confundindo com políticas eleitoreiras, ou seja, ações pontuais, que geralmente ganham força poucos meses antes de novas eleições. Isso não significa negar o potencial eleitoral de programas de transferência de renda, que assim como ocorre no Brasil, acaba levando à *apropriação simbólica*<sup>36</sup> (SOBOTTKA, 2015) dos programas por partidos, dificultando seu estabelecimento como políticas de Estado, mantendo-os reféns do orçamento colocado à disposição pelo governo em exercício, bem como de seus interesses político-ideológicos. Os argumentos que levam, autores como Bichir (2011), a criticar estudos que caracterizam o PBF como uma política meramente populista ou clientelista, tomam como base o fato de que o programa sempre garantiu certa objetividade em sua concessão, visto que ele sempre foi executado tanto em nível federal, como municipal, limitando a tentativa de governos de privilegiar pessoas específicas e a si mesmos. Embora o cadastro das famílias no CadÚnico ocorra até hoje através dos Centros de Referência de Assistência Social de cada município, a concessão do benefício acontece através da Caixa Econômica Federal com base no perfil das famílias e não no seu capital social. Se considerarmos todos os quase 20 anos de existência do PBF e os esforços dos

---

<sup>36</sup> Sobottka (2015) define apropriação simbólica como a transformação da política pública por governantes e seus grupos em uma ajuda através da qual os destinatários lhe devem alguma forma de reciprocidade.



governos em mantê-lo com uma boa focalização, traçando objetivos cada vez mais ambiciosos, como a erradicação da extrema pobreza e a ampliação de sua cobertura, podemos dizer que o PBF sempre foi tratado com seriedade e responsabilidade, se tornando, sobretudo, uma política sustentável de combate à pobreza. Isso nada tem a ver com assistencialismo ou clientelismo, embora tenhamos visto, especialmente, nos últimos seis anos inúmeras tentativas de enfraquece-lo através de políticas de corte de gastos, que acabaram prejudicando tanto o programa, como também a ampliação do Suas.

A crise social e econômica provocada pela pandemia de covid-19 parece ter trazido tanto novas oportunidades para as políticas de transferência de renda, bem como riscos e inúmeras incertezas. As oportunidades residem na recente ampliação da cobertura do programa, no reajuste das linhas de elegibilidade e dos valores dos benefícios a serem pagos, realizados todos no processo de substituição do PBF em novembro de 2021 pelo Programa Auxílio Brasil (PAB). Ao mesmo tempo, os riscos e incertezas residem no recente uso eleitoral do programa pelo, então, presidente e candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro, que promoveu, juntamente com sua equipe, seguidos reajustes nos benefícios, além de mudanças na sua concessão e no aumento da cobertura sem garantir o financiamento do programa para os próximos anos, colocando em risco a sua viabilidade e sustentabilidade, assim como ocorreu com o Auxílio Emergencial. Esse uso clientelista do programa há menos de um ano das eleições, somado à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 15 de 2022<sup>37</sup>, que permitiu um novo aumento dos valores do PAB e outras “ações de bondade” há três meses das eleições, acabou trazendo muitas incertezas em relação ao futuro do programa, além de contribuir para a deslegitimação desse tipo de política de combate à pobreza.

Quando o PBF foi substituído mediante o Decreto Nº 10.852<sup>38</sup> pelo Programa Auxílio Brasil, o governo realizou mudanças no desenho, atualizando as linhas de elegibilidade, extinguindo benefícios, mas incluindo outros, além de fazer, inicialmente, um pequeno incremento nos valores. O Auxílio Brasil (AB) começou a ser pago em novembro de 2021, com um valor médio de R\$ 224,00 para aproximadamente 14,5 milhões de famílias. Os quadros abaixo objetivam ilustrar as principais mudanças em relação ao PBF:

---

<sup>37</sup> Mais informações disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153518>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

<sup>38</sup> Mais informações disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/D10852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10852.htm). Acesso em: 25 de set. de 2022.

**Quadro 1 - Caracterização das linhas de pobreza e de extrema pobreza**

| <b>Referências</b>     | <b>R\$ anteriores</b>        | <b>R\$ atualizados (Dec. 10.852/2021)</b> | <b>% aumento</b> |
|------------------------|------------------------------|---|------------------|
| <b>Extrema Pobreza</b> | Até R\$ 89,00                | Até R\$ 100,00                            | 12,35%           |
| <b>Pobreza</b>         | Entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00 | Entre R\$ 100,01 a R\$200,00              | 12,35%           |

Fonte: Conselho Estadual de Assistência Social/Paraná e Departamento de Assistência Social - DAS/SEJUF (2021)

**Quadro 2 - Comparativo entre os benefícios do Programa Bolsa Família e do Programa Auxílio Brasil**

| <b>Programa Bolsa Família</b>  | <b>Total de benefícios</b> | <b>Programa Auxílio Brasil</b>   | <b>Total de benefícios</b> |
|--|----------------------------|--|----------------------------|
| Básico – R\$ 89,00   | 1                          | Extinto  | 0                          |
| Variável 0 a 15 anos – R\$ 41,00   | 5                          | Primeira Infância (0 a 36 meses) - R\$ 130,00  | 5                          |
| Variável à Gestante – R\$ 41,00  |                            | Composição familiar (4 anos a 21 anos - matriculados no ensino básico e gestantes) R\$ 65,00   |                            |
| Variável à Nutriz – R\$ 41,00  |                            | Extinto  | 0                          |
| Variável ao Adolescente – R\$ 48,00  | 2                          | Extinto  | 0                          |
| Superação de Extrema Pobreza – calculado caso a caso, para superar a renda per capita de R\$ 89,00 | Por pessoa                 | Superação de Extrema Pobreza - calculado caso a caso para garantir que nenhuma família fique abaixo da linha da extrema pobreza, tendo R\$ 25,00 por pessoa como valor mínimo. | Por pessoa                 |

Fonte: Conselho Estadual de Assistência Social/Paraná e Departamento de Assistência Social - DAS/SEJUF (2021)

Além dos benefícios acima citados, compunha, ainda, o novo programa o *Benefício Compensatório de Transição*, concedido às famílias que eram beneficiárias do Programa Bolsa Família na data da sua revogação, com o objetivo de compensar alguma possível perda financeira em decorrência do enquadramento na nova estrutura de benefícios. Se nos atermos à composição dos benefícios básicos do PAB ilustrada no quadro, essa parece até mesmo mais enxuta que a do

PBF. Entretanto, além dos benefícios básicos, o novo governo também passou a somar ao programa outros benefícios disponibilizados a partir de um processo que prima pela meritocracia, a saber:

- a) *Auxílio Esporte Escolar* no valor de R\$ 100,00 em doze parcelas mensais ou R\$ 1.000,00 em parcela única concedido às famílias integrantes do Auxílio Brasil que apresentem, em sua composição, atletas que se destacarem em competições oficiais do sistema de jogos escolares brasileiros, nos termos do regulamento.
- b) *Bolsa de Iniciação Científica Júnior* no valor de R\$ 100,00 em doze parcelas mensais ou R\$ 1.000,00 em parcela única concedida a estudantes de famílias do Auxílio Brasil, que se destacarem em competições acadêmicas e científicas, de abrangência nacional, vinculadas a temas da educação básica, nos termos do regulamento.
- c) *Auxílio Inclusão Produtiva Rural* é concedido às famílias do campo beneficiárias do programa para incentivo à produção, doação e consumo de alimentos saudáveis no valor de R\$ 200,00 mensais;

Além desses benefícios, existia ainda o *Auxílio Inclusão Produtiva Urbana*, que era concedido àqueles beneficiários, que conseguiam se incluir no mercado de trabalho. O valor de R\$ 200,00 passava a ser pago a partir do mês seguinte à comprovação do vínculo de emprego formal por período indefinido. Esse benefício foi revogado em julho de 2022, quando o “pacote de bondades” do governo federal foi aprovado, aumentando os valores pagos pelo PAB em R\$ 200,00 mensais até dezembro de 2022. Não há até o momento previsão orçamentária para a continuidade do programa para o ano de 2023.

Quando o AB começou a ser pago em novembro de 2021, o valor médio era de R\$ 224,00, alcançando aproximadamente 14,5 milhões de famílias. Já em dezembro de 2021, o valor da segunda parcela do AB havia subido para R\$ 400,00 mediante a aprovação da PEC 46/2021. Em setembro de 2022, o valor médio do AB foi de R\$ 607,52, alcançando um pouco mais de 20 milhões de famílias (BRASIL, 2022). Em relação ao primeiro pagamento do AB ocorreu um acréscimo de R\$ 383,00 no valor médio do benefício. Desde o ponto de vista dos valores repassados pelos benefícios básicos, essa melhora é significativa, embora não saibamos, ainda, de que forma e se podemos reconhecer uma melhora na condição de vida das famílias.

Se considerarmos a maneira como o PBF vinha operando, vemos que o PAB desloca o foco sobre a boa focalização, transferindo-o para o mercado de trabalho com base em mecanismos meritocráticos de distribuição de renda. Se antes a ideia era de que os maiores valores chegassem primeiro nos extratos extremamente pobres, o AB tinha como objetivo de que os maiores valores chegassem primeiro àquelas famílias, que provavelmente já conseguiam auxiliar os seus filhos a ter melhores desempenhos escolares. É certo que todas as famílias sempre precisaram de transferências com valores mais altos, independentemente da própria capacidade em melhorar de vida; entretanto, é possível aumentar os valores garantindo a equidade, ou seja, fortalecendo de forma igualitária as bases materiais e imateriais das famílias tendo sua situação econômica como referência, sem fomentar a divisão entre elas a partir de critérios morais. Em outras palavras, isso significa dizer, que quem tem menos, receberá mais - e não ao contrário - como forma de garantir, que todos cheguem, minimamente, juntos lá na frente.

Dessa forma, não há sentido em se criar programas sociais de transferência de renda que fomentem a meritocracia em grupos sociais, cujas bases econômicas não estão garantidas. Essa crítica valeria também para as condicionalidades? Da forma como vimos elas sendo gerenciadas no contexto do PBF, acredito que não. Pois, a meu ver, as contrapartidas demonstram funcionar como um mecanismo artificial, que induz as famílias a passar por cima dos seus desafios diários e daquilo, que possivelmente seria o mais natural para elas em face da sua socialização, como envolver os filhos em sua rotina de trabalho em detrimento da frequência escolar. Ao longo do tempo, esse mecanismo artificial deixaria de ser vivenciado como uma obrigação imposta apenas por fatores externos, tornando-se cada vez mais atitude natural, ou seja, parte integrante e indissociável do hábito individual e familiar. Quando o grupo familiar apresentava dificuldades em cumprir as condicionalidades, outros mecanismos adicionais eram mobilizados (acompanhamento da família pelos setores públicos da saúde, educação e assistência social) como forma de prestar apoio à família para que essa pudesse dar seguimento às combinações. Sendo assim, as condicionalidades se distinguem bastante daquilo, que vem sendo praticado no PAB.

Além de fomentar a segregação social, esses benefícios adicionais de incentivo ao mercado de trabalho acabaram deixando o programa de transferência de renda mais complexo, tanto para as instituições federais, como para as municipais, sem esquecer das próprias famílias, que precisam compreender as suas chances em receber esses benefícios, além de garantir o seu recebimento ao longo do tempo. O uso recente de programas de transferência de renda de forma clientelista e

eleitoreira tem provocado, assim como anteriormente mencionado, uma montanha-russa na vida financeira das famílias (NERI; HECKSHER, 2022). O aumento desordenado dos valores disponibilizados ao longo dos últimos dois anos tem gerado, sobretudo, instabilidade financeira e emocional na vida das famílias, que não conseguem dispor dos valores de forma segura por um período mais longo de tempo. Essa dinâmica tende a prejudicar o planejamento familiar no curto e no médio prazo, impondo às famílias períodos de insegurança econômica e prejuízos à saúde mental e às próprias relações familiares.

Não há, todavia, como não reconhecer as oportunidades geradas pela criação de um programa incondicional de renda, a exemplo do Programa Auxílio Emergencial, bem como pelo aumento dos valores e a ampliação de cobertura do principal programa de transferência de renda condicionado do país, como é o caso do Programa Auxílio Brasil. A crise sanitária, seguida do agravamento das consequências da crise econômica iniciada em 2014, reascendeu as discussões sobre a importância de programas universais de renda, sejam eles condicionados ou incondicionados. Uma série de autores (LUCCA-SILVEIRA; BARBOSA, 2021; PAIVA *et al.* 2020) passaram a desenvolver discussões teóricas como forma de fundamentar e orientar a criação de um programa universal de transferência de renda no Brasil e até mesmo sugerir modelos de transferência de renda capazes de mitigar os efeitos da pandemia com base nas experiências acumuladas com o PBF. As sugestões são diversas, mas se assemelham por combinar viabilidade orçamentária com a expansão da cobertura e aumento dos valores, buscando, entre outras coisas, a universalização através da focalização. Retoma-se, sobretudo, o aspecto da volatilidade de renda, que vem sendo apontada desde 2009 como um problema para a superação da extrema pobreza e para a melhoria das condições de vida dos beneficiários (LUCCA-SILVEIRA; BARBOSA, 2021). Além de termos voltado a discutir a possibilidade de implementação de programas universais de transferência de renda, sigo também a tese de que a pandemia acabou fortalecendo a experiência, que vínhamos tendo com o PBF de que a boa focalização é uma maneira de pensarmos a universalização de políticas socioassistenciais, uma vez que ela permite alcançarmos a universalização de forma progressiva e sustentável, evitando retrocessos, seja em razão da necessidade de acúmulo de conhecimento e experiência com a política ou da necessidade de tempo até que uma cultura pública pró-direitos para todos se estabeleça no longo prazo. Especialmente esse último, parece estar, entretanto, ainda longe de se concretizar no Brasil, apresentando verdadeiras barreiras para o estabelecimento de uma política de transferência de renda de Estado (não de governo) e garantida

como direito (não apenas ajuda), ou seja, uma política, que possa ser acessada por todos aqueles que dela precisarem.

## 2.9 Resumo e balanço

Assim como visto até aqui, meus esforços estiveram voltados ao longo do *capítulo 2* à discussão da trajetória e relevância do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito do sistema brasileiro de proteção social durante esses quase 20 anos de sua existência. Nele, tratei da origem dos programas de transferência de renda no Brasil, com destaque para o PBF e seus principais efeitos macro- e microssociais, levantados em diferentes estudos ao longo do tempo, bem como sua relevância presente e futura no âmbito do sistema de proteção social. Além de sua caracterização técnica e seus efeitos, me dediquei também a discutir a relação do PBF com o Sistema Único de Assistência Social, a fim de melhor compreender os avanços conquistados com essa articulação para a melhoria da condição de vida dos usuários do sistema. Quais foram, portanto, as principais conclusões retiradas desse capítulo?

De forma cronológica busquei mostrar como o Programa Bolsa Família surge no ano de 2003 no contexto de um sistema de proteção social não contributivo totalmente incipiente. Enquanto nos foi possível acumular a partir da primeira metade do século XX experiência com benefícios de proteção social voltados exclusivamente aos trabalhadores do mercado de trabalho formal, aqueles trabalhadores, que se encontravam fora dele e do apoio do Estado necessitassem, podiam contar apenas com algumas poucas iniciativas pontuais, ofertadas, sobretudo, por instituições religiosas. Nesse período, não era possível falarmos de políticas públicas socioassistenciais, e sim apenas de ações filantrópicas e beneficentes. E mesmo os direitos sociais conquistados no mercado de trabalho eram, portanto, destinados a grupos específicos: primeiramente aos trabalhadores urbanos formalizados, para num segundo momento serem expandidos aos trabalhadores do campo com a criação do Funrural, em 1971. Sendo assim, o sistema de proteção social brasileiro nasce na década de 1930 já bastante desigual, no contexto de governos autoritários, que passaram a sacrificar os direitos civis e políticos, fazendo uso dos direitos sociais como forma de garantir sua hegemonia e poder, centrado na figura do Presidente da República. Segundo Carvalho (2008), esse padrão acabou por afetar a forma como os direitos sociais são vivenciados no Brasil via a distribuição de vantagens, privilégios, favores ou benefícios – não direitos – pelo Estado a grupos sociais

específicos, sem que reformas profundas aconteçam. Mesmo com a promulgação da nova Constituinte em 1988, não vimos esse padrão se modificar. Embora a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) possa ser considerado um importante avanço nas políticas socioassistenciais ao reconhecer a pobreza enquanto risco social, protegendo idosos e pessoas com deficiência, também ele acabou atuando de forma seletiva, deixando a maior parte da população empobrecida de fora do sistema de proteção social.

Se considerarmos a trajetória da proteção social brasileira não-contributiva dentro da lógica clientelista entre o Estado e os grupos sociais, a população mais pobre, devido seu baixo *lobby* político, estaria hipoteticamente no final da fila dos beneficiários do sistema. Entretanto, as políticas focalizadas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) demonstraram ter mudado esta tendência de forma determinante, antecipando a entrada deste grupo na fila dos “beneficiários” do sistema. Em países como o Brasil, nos quais sempre faltaram, tradicionalmente, políticas de proteção social abrangentes e robustas, os programas focalizados de transferência de renda, mesmo que suplementares em sua função e princípio, acabaram provocando uma verdadeira mudança de paradigma com a inclusão da população mais pobre. Embora a focalização tenha sido sempre alvo de uma parte significativa das críticas sobre os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), foi ela que fez com que a população mais pobre entre os pobres fosse finalmente assistida no Brasil, assim como foi, possivelmente, por causa dela – da boa focalização – que o Bolsa Família conseguiu sobreviver e se legitimar gradativamente como a mais importante política de combate à pobreza do país, uma vez que estava efetivamente chegando nos domicílios, que dela mais precisavam sem alterar totalmente as regras do jogo. Sendo assim, o programa pode ser visto tanto como conservador, quanto progressista. Até mesmo apoiadores de programas de transferência de renda incondicionada acabaram vendo na focalização uma chance de se alcançar, um dia, a universalização de acesso à renda no país (TOMAZINI, 2013b).

Já nos primeiros anos de existência, o PBF ganhou rapidamente força, tendo sua cobertura ampliada entre os anos de 2006 e 2014 de 9 milhões de famílias para 14 milhões, se tornando o maior programa de transferência de renda do país em termos de cobertura. Diante da grande volatilidade de renda dos beneficiários, pesquisadores já começaram a pontar a partir de 2009 as limitações do programa em retirar as famílias da condição de extrema pobreza, preocupados, sobretudo, com o grande número de crianças, que se mantinham nessas condições. A partir disso,

vimos os valores dos benefícios aumentarem com a criação em 2012 do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSE), além da expansão dos benefícios variáveis para jovens até 17 anos e nutrizes. Paralelamente, passaram a ser realizados maiores investimentos nas “portas de saída” do programa visando uma maior articulação com a rede socioassistencial, bem como a oferta de cursos de qualificação para jovens e adultos através do Pronatec Brasil Sem Miséria. O curto período de existência desse programa no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria não permitiu, entretanto, que pudéssemos avaliar seus efeitos no longo prazo. Os impactos do estreitamento entre o PBF e os demais serviços socioassistenciais, ofertados no âmbito do Suas, mantiveram-se também limitados. Embora o PBF seja considerado a porta de entrada dos beneficiários para o Suas, uma vez que esses se encontram no programa, sua relação com os Centros de Referência demonstrou não ter ido muito além do acompanhamento das condicionalidades, assim como apontaram diversos estudos. Em síntese, o período entre 2004 e 2014, ou seja, seus primeiros dez anos de implementação, apresentou momentos de avanços, especialmente nos primeiros anos; momentos de manutenção e um novo período de maiores investimentos, que tiveram, entretanto, vida curta, uma vez que a Emenda de corte de gastos públicos entrou em vigor em 2016, reduzindo os investimentos em políticas sociais para os próximos 20 anos.

Embora tenhamos assistido uma melhora significativa dos indicadores de desigualdade social e pobreza no Brasil nesse período, quando olhamos para os efeitos microssociais do programa, fica mais claro de que forma ele foi mexendo na vida das pessoas. Considerando, portanto, os resultados de estudos qualitativos, vimos que o benefício possibilitou, apesar dos baixos valores, uma melhora no consumo de alimentos das famílias, seguido de produtos de higiene, beleza, material escolar, móveis e eletrodomésticos. Diferente dos estudos quantitativos, chama a atenção que nenhuma pesquisa qualitativa apontou para os limites do programa em possibilitar a saída das famílias da condição de pobreza extrema. Desde a perspectiva simbólica, se destacam aqueles achados referentes ao fortalecimento do papel feminino do cuidado e da maternagem, da possibilidade das mulheres em se libertar de relações familiares indesejáveis, de sentir-se reconhecidas na família e na comunidade por tornar-se parte do circuito econômico, expandindo, em alguns casos, seus espaços de sociabilidade do domicílio para organizações sociais, como o próprio Cras ou organizações comunitárias. Além disso, foi possível encontrar autores, que defenderam a possibilidade de reconfiguração – sobretudo simbólica – dos projetos de vida e de futuro dessas mulheres a partir do recebimento do benefício, tanto para si mesmas, quanto para seus filhos.



Quando buscou-se compreender os efeitos do benefício para os homens, vimos como o PBF significou alívio ao diminuir a pressão social sobre eles em cumprir o papel de provedor familiar. Isso não significou, entretanto, uma mudança nos papéis sociais tradicionais, ou seja, as mulheres continuaram assumindo a maior parte dos cuidados da casa e dos filhos, ao passo que os homens – especialmente em termos morais - a responsabilidade em promover o sustento da família. Desde a perspectiva da saúde, escolaridade e mercado de trabalho, os estudos quantitativos apontaram, ainda, para a melhora na frequência e progressão escolar de crianças beneficiárias em comparação a não beneficiárias, para o aumento dos atendimentos em saúde desse público e de gestantes, para a redução da desnutrição aguda entre crianças pequenas, bem como para a garantia de um esquema vacinal mais regular. Sobre o mercado de trabalho, percebe-se uma menor participação dos beneficiários em relação aos não beneficiários, explicada, sobretudo, pela baixa escolaridade e inclusão social encontrada entre os integrantes desse primeiro grupo. De modo geral, os estudos aqui recorridos apontaram, em especial, para problemas na oferta de ações em saúde, educativas e socioassistenciais voltadas ao bem-estar e qualificação da população adulta do programa, seja em razão da baixa quantidade, como efetividade dos serviços existentes.

Quando a pandemia de covid-19 começou a assombrar também o Brasil, o país vinha ainda em ritmo de recuperação da crise econômica, que havia se instalado ao final de 2014. Os indicadores de pobreza e desigualdade social, que começaram a apresentar piora a partir de 2015, sofreram mais uma queda vertiginosa durante a pandemia. Apenas o Auxílio Emergencial, criado em abril de 2020, foi capaz de amortecer essa queda. Entretanto, diante da suspensão do auxílio nos primeiros quatro meses de 2021 e do crescimento do desemprego, vimos a renda cair mais uma vez, agravando a insegurança alimentar mesmo nos domicílios que recebiam benefícios do PBF. O uso eleitoral dos programas de transferência de renda ganhou nova força durante a pandemia, atingindo o seu ápice nos nove meses, que antecederam as eleições presidenciais em 2022. Neste período, os usuários do programa viram sua renda descer e subir inúmeras vezes, sem a garantia de recebimento dos valores disponibilizados no médio ou longo prazo, incidindo sobre o planejamento familiar, as relações familiares e a sua saúde mental. Dessa forma, o período pandêmico possibilitou tanto oportunidades para as políticas de transferência de renda, como também riscos e inúmeras incertezas à sustentabilidade do principal programa de transferência de renda, além de ter afetado sua forma de operar. O futuro orçamentário do principal programa de transferência de renda do país se mantém ainda incerto, ao passo que políticos e pesquisadores exploram o momento

para retomar a discussão sobre a necessidade de programas de transferência de renda mais universais, sejam eles condicionados ou incondicionados.

Minha posição é de que a maneira como o governo em exercício conduziu a implementação do Auxílio Emergencial, bem como do Auxílio Brasil prova a importância da boa focalização como ponto de partida para se alcançar a universalização de políticas socioassistenciais de forma progressiva e sustentável, evitando retrocessos, seja em razão da necessidade de acúmulo de conhecimento e experiência com a política ou da necessidade de tempo até que uma cultura pública pró-direitos para todos se estabeleça no longo prazo. Vale ressaltar que esse ponto de partida já existe, ele já foi dado e funcionou muito bem durante a implementação do PBF. Enquanto não avançarmos, entretanto, para o próximo passo, ou seja, para o aumento efetivo, duradouro e sustentável dos repasses financeiros do governo federal para a expansão da cobertura e dos valores dos benefícios, não iremos muito além dos efeitos modestos e incipientes do programa na vida dos beneficiários, assim como apontados em diversos estudos. A longo prazo tais mudanças implicariam invariavelmente na conversão de programas como o PBF em políticas de Estado e não de governo, contando com um orçamento mínimo definido por lei, garantindo, assim, o acesso a todos os cidadãos que deles necessitarem. Isso vale tanto para os programas de transferência de renda, como também para o Sistema Único de Assistência Social como um todo. Especialmente esse último sofreu retrocessos nos últimos anos com seu desfinanciamento por parte da União e as limitações financeiras dos municípios em promover o seu desenvolvimento. Desde o ponto de vista orçamentário e dos efeitos macrossociais de curto prazo, acredito que os dois programas de transferência de renda criados nos últimos dois anos, nos serviram como um importante experimento. Por fim, gostaria de frisar, que se a desigualdade social e a pobreza estão entre os maiores problemas enfrentados por nossa sociedade, reduzi-los implica invariavelmente em fortalecer o sistema de proteção social, seja como meio de proporcionar segurança e qualidade de vida à população em momentos de crise coletiva ou individual, ou como forma de garantir uma base sólida e segura a partir da qual elas possam desenvolver capacidades. Considerando, que 125 milhões de pessoas se encontram atualmente em situação de insegurança alimentar no Brasil, assim como levantado pelo recente estudo da Rede Penssan (2022), vemos que esse sistema de proteção social não está funcionando da forma necessária. É certo que a pandemia de covid-19 foi uma crise sem precedentes, mas ela apenas tornou ainda mais patente aquilo que já existia: a vulnerabilidade da população pobre e a dificuldade do Estado em prestar apoio e proteção. Mesmo diante dos

retrocessos vivenciados na distribuição de renda desde 2015, acredito que a presente pesquisa conseguiu evidenciar uma parte daquilo que continua funcionando nesse sistema, além de retomar antigos debates e lançar novas perspectivas sobre o programa e o papel que ele tem na vida dos usuários.

### **3 METODOLOGIA: PESQUISA BIOGRÁFICA INTERPRETATIVA E TRIANGULAÇÃO DE RECONSTRUÇÕES DE CASO**

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa aplicada, destacando os princípios teórico-metodológicos da abordagem adotada, bem como do caminho traçado desde a determinação do tema e do objeto a ser pesquisado, passando pelas primeiras tentativas de formulação do problema de pesquisa até a condução da investigação propriamente dita. Diante do desejo de ampliar meu conhecimento sobre métodos e técnicas de pesquisa qualitativa, acabei por optar pela aplicação e combinação de diferentes métodos, cujas análises pudessem contribuir com os resultados finais da pesquisa. Devido às restrições de acesso ao campo durante a pandemia de Covid-19, minha escolha recaiu apenas sobre o uso de dois diferentes tipos de entrevista aberta, a saber: entrevistas narrativas biográficas e entrevistas narrativas temáticas. Além da possibilidade de expandir meu conhecimento sobre métodos de pesquisa, sua combinação resultou, portanto, na experiência de trabalhar com o cruzamento de métodos na pesquisa qualitativa, a qual é denominada *triangulação*. Como veremos mais adiante, o processo de triangulação na pesquisa qualitativa se dá de diferentes formas, podendo ocorrer dentro da própria reconstrução de caso ou entre reconstruções. Enquanto a primeira possibilidade, a qual utilizo em meu estudo, envolve o uso de dados objetivos e/ou resultados finais de análise, obtidos através de diferentes fontes textuais (entrevistas, cartas, registros oficiais, material digital, propaganda, entre outros) durante o processo de reconstrução do caso, a segunda trata do contraste entre as reconstruções no intuito de ampliar e aprofundar os resultados obtidos, contribuindo no desenvolvimento de teorias sobre o objeto em estudo.

A apresentação do caminho percorrido na pesquisa está organizada, portanto, da seguinte forma: enquanto o leitor encontra no *subcapítulo 3.1* uma breve apresentação das concepções teóricas e princípios metodológicos que norteiam a pesquisa (3.1.1), bem como algumas reflexões sobre meu interesse de estudo e sua concretização em um problema de pesquisa (3.1.2), no *subcapítulo 3.2* será possível acompanhar o processo de pesquisa na prática, desde o acesso ao campo e a forma como foi realizado o contato com as entrevistadas e entrevistados (3.2.1), avançando sobre os métodos biográficos de levantamento de dados

(3.2.2) e de análise (3.2.3). Na sequência (3.2.4), trago mais detalhes sobre o processo de triangulação de dados, teorias e métodos e sua aplicação na reconstrução de casos, bem como sobre a condução das entrevistas narrativas temáticas e de sua análise mediante análise de texto e campo temático. Por fim, discorro (3.2.5) de que forma conduzo a discussão dos resultados obtidos, tendo como fio condutor o contraste entre os três diferentes tipos construídos com base nas reconstruções biográficas de caso.

### 3.1 Abordagem metodológica e a formulação do problema de pesquisa

#### 3.1.1 *A pesquisa biográfica interpretativa: considerações teóricas, conceitos e algumas orientações metodológicas*

A abordagem metodológica adotada no presente estudo tem como base teórica e operacional a *pesquisa biográfica interpretativa*, assim como ela vem sendo desenvolvida na Alemanha desde os anos de 1970 por cientistas sociais como Martin Kohli (1978), Schütze (1983), Peter Alheit (1985), Wolfram Fischer (1978) e mais recentemente Rosenthal (1995; 2017), entre outros. Como o próprio nome já indica, esse programa de pesquisa compõe uma perspectiva qualitativa de fazer ciência social mais ampla, denominada *pesquisa social interpretativa* (SCHRÖER, 1994; ROSENTHAL, 2014), da qual fazem parte, ainda, representantes da ciência social compreensiva como o interacionismo simbólico, a sociologia do conhecimento, a etnometodologia, a hermenêutica objetiva, a teoria fundamentada (*grounded theory*), entre outros. Embora possamos encontrar na sociologia estudos realizados com base em material biográfico, assim como o desenvolvimento de métodos biográficos ainda na primeira metade do século XX<sup>39</sup>, é somente a partir dos anos de 1970-1980 que encontramos o florescimento da pesquisa biográfica interpretativa nas ciências

---

<sup>39</sup> Aqui destacam-se o pioneiro estudo realizado com base em material biográfico de William Issac Thomas e Florian Znaniecki, intitulado “O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos”, bem como os esforços de Ernest W. Burgess e Robert E. Park em desenvolver um método biográfico (ROSENTHAL, 2014). Ambos foram realizados por pesquisadores da Universidade de Chicago (EUA). A partir dos anos de 1970, ocorre uma releitura e incorporação desses estudos por sociólogos alemães, com destaque para o Grupo de Trabalho dos Sociólogos de Bielefeld, resultando no desenvolvimento de métodos e programas de pesquisa biográficos na sociologia alemã. Especialmente as transformações sociais que ocorreram nos grandes centros urbanos relacionadas aos movimentos migratórios, ao longo do século XX, despertaram o interesse de pesquisadores por buscar compreender esses fenômenos através das biografias.

sociais, com destaque para a sociologia alemã. Neste país foram sendo desenvolvidas com o passar dos anos concepções em torno do significado e o papel das biografias nas sociedades modernas, bem como metodologias e métodos capazes de superar de forma empírica através da biografia o tradicional dualismo sociológico entre indivíduo e sociedade (ROSENTHAL, 2017). O método de entrevistas narrativas biográficas de Fritz Schütze (1983), que é aplicado neste estudo, já havia se consolidado como método sociológico de pesquisa na Alemanha na década de 1990, vindo a se firmar poucos anos mais tarde também no âmbito internacional.

Especialmente Wolfram Fischer e Martin Kohli (1987) realizaram primeiras contribuições teóricas em solo alemão buscando distanciar-se da representação científica de biografia somente como um método de pesquisa. Antes trata-se de compreender biografia como parte do mundo social e com isso como um construto, cuja existência apresenta determinada racionalidade, a qual consiste fundamentalmente no controle e na integração dos indivíduos nas sociedades modernas. Para esses autores, *biografia* como um fenômeno típico das sociedades modernas<sup>40</sup>, significa um padrão de orientação social ou ainda um sistema de regras, cuja aplicação não pode ser vista de forma rígida, como tende uma sociologia funcionalista ou sistêmica, e sim como um sistema de orientação da ordem social. Desde a perspectiva dos sujeitos, histórias de vida correspondem um importante recurso para a autodescrição em sociedades modernas, o qual implica, por um lado, na possibilidade de se refletir sobre si mesmo considerando diferentes alternativas, mas por outro, em um ato que continua envolvendo exigências e expectativas de normalidade (FISCHER-ROSENTHAL; ROSENTHAL, 1997; FISCHER, 2018).

A essa concepção interpretativa de biografia pertence, ainda, o pressuposto de que os sujeitos não apenas internalizam as regras e normas sociais, mas que são capazes de refleti-las (interpretá-las) e aplicá-las de forma ativa e criativa na interação social (ROSENTHAL, 2014; KELLER, [202-]). Diferente daqueles que buscam reduzir a pesquisa biográfica a uma microsociologia, Fischer e Kohli (1987) argumentam, que “[n]ão o indivíduo é o tema da pesquisa biográfica sociológica e sim o construto social “biografia”” (FISCHER; KOHLI, 1987, p. 26, tradução nossa). Isso não significa dizer, que os sujeitos não interessam à análise biográfica, bem pelo contrário. O que está, entretanto, em jogo, é clarificar de que o ponto de

---

<sup>40</sup> Mais detalhes sobre a discussão sobre biografia como um fenômeno da modernidade cf. Fischer-Rosenthal e Rosenthal (1997) e mais recentemente Fischer (2018).

partida da análise não é o sujeito e sim o construto biografia, cujo sentido sim, resulta, de um processo de construção individual, mas também coletiva. Quando os sujeitos falam sobre si mesmos, nunca o fazem de forma solitária e sim sempre em relação a alguém ou alguma coisa. Ou seja, o que falam e como falam está diretamente relacionado à sua expectativa sobre a interação, bem como a um estoque de conhecimento adquirido ao longo da socialização. Nas palavras de Rosenthal (2017), isso significa dizer que biografia como formação social constitui a realidade social e os mundos de experiências e vivências dos indivíduos. Desde a perspectiva dessa dialética entre realidade subjetiva e objetiva, Michaela Köttig (2020, p. 62, tradução nossa) levanta o cerne da questão: “[n]as biografias, o geral - ou como Rosenthal o chama "a realidade social" - é processado individualmente, assim como essas formas de processamento fluem de volta, provocando, assim, transformações na realidade social”.

Segundo Wolfram Fischer (1990), essa compreensão dual de biografia como uma construção individual e coletiva se apresenta como uma resposta importante ao tradicional antagonismo - teórico e empírico - levantado pela sociologia desde sua fundação entre os dois polos: indivíduo e sociedade. Biografia como um fenômeno típico das sociedades modernas, busca reaproximar os indivíduos, cada vez mais individualizados<sup>41</sup>, ao coletivo. Essa tentativa se evidencia empiricamente na forma de cada autoapresentação e -descrição biográfica. Em outras palavras, isso significa dizer que as biografias funcionam como meios de estruturação social, como forma de os indivíduos dar ordem e sentido a sua história de vida de maneira específica, ou seja, individual<sup>42</sup>, sem perdermos de vista o tempo e o espaço, nos quais essa biografia emerge e se constituiu. Em cada biografia existe, portanto, uma forma, uma ordem e uma estrutura a ser compreendida.

Um importante desdobramento teórico e empírico dessa noção de biografia como formação e estruturação social foi realizado pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal (1995; 2014; 2017), a qual desenvolveu na década de 1990, com o intercâmbio de mentores e

---

<sup>41</sup> Desde a perspectiva da conceituação clássica de Ulrich Beck (2011), o processo de individualização dos sujeitos resulta num distanciamento dos mesmos em relação aos grupos de origem – família e classes sociais – os quais não assumem mais um papel fundamental de orientação social. Esse processo de individualização tem como principal consequência a desestabilização e desintegração social dos indivíduos.

<sup>42</sup> Individual ou particular não significa único, e sim que cada sujeito apresenta uma maneira específica de dar sentido a sua biografia, cuja particularidade queremos compreender antes de encontrarmos outros tipos ou subtipos semelhantes no universo social.

colegas, um método biográfico de análise denominado *reconstrução biográfica de caso*, o qual será utilizado neste estudo. Nele, Rosenthal (2014; 2017) busca concretizar de forma empírica os pressupostos teóricos discutidos por ela com base na teoria da *Gestalt* de Aron Gurwitsch sobre a relação entre o vivenciado, recordado e narrado, estabelecendo a importante diferença entre experiências biográficas assim como vivenciadas no passado (*história de vida vivenciada*) e a interpretação dessas experiências assim como recordadas e apresentadas no presente (*história de vida narrada*), sendo o estabelecimento dessa diferença, a qual será aprofundada mais adiante (cf. subcapítulo 2.2.3), uma de suas maiores contribuições para a pesquisa social interpretativa<sup>43</sup>. A partir de Rosenthal, biografias são analisadas sempre em sua forma – *Gestalt* em alemão – com base naquilo que é verbalizado e por isso manifesto, mas também através daquilo que já foi naturalizado e que por isso se apresenta no relato de forma latente. Rosenthal (2017, p. 20) elucida sua posição da seguinte forma: “A visão geral biográfica não é operação intencional do indivíduo, mas a estrutura latente de ordenação da organização de experiências e ação”.

De forma prática, o método de reconstrução biográfica de caso permite a análise da interpretação dos sujeitos sobre os mais variados fenômenos sociais com base na biografia, e isso desde a perspectiva da trajetória biográfica, como também das construções biográficas atuais (ROSENTHAL, 2014). Em outras palavras, isso significa dizer que um determinado fenômeno social, como o significado de programas de transferência de renda para aqueles que o recebem, não é analisado somente desde sua perspectiva biográfica atual, mas também desde a perspectiva de suas experiências passadas com o programa, bem como de experiências que antecedem ou precedem o recebimento do benefício. Compreender o significado do programa de transferência de renda (ou qualquer fenômeno) desde a perspectiva biográfica interpretativa significa analisá-lo *sempre* em seu processo de constituição, considerando tanto toda a história de vida no intuito de capturar sua *gênese*, como também a *construção* biográfica atual dos entrevistados (ROSENTHAL, 2014). O fenômeno de análise em questão é parte constituinte de determinada biografia, assim que ele precisa ser analisado considerando todo o processo biográfico. Não nos interessa somente uma descrição do fenômeno desde a perspectiva atual, mas também sua compreensão a partir

---

<sup>43</sup> Agradeço a Professora Michaela Köttig pelas inúmeras conversas e ensinamentos dentro e fora da sala de aula sobre pesquisa biográfica interpretativa, especialmente, sobre o método de reconstrução biográfica de caso de Rosenthal, a qual foi sua orientadora na tese de doutorado defendida no início dos anos 2000.



de seu processo de constituição, de tal forma que seu surgimento, modificação e reprodução possam ser identificados e em sua relação explicados. Para tanto, há orientações específicas de como a interpretação dos sujeitos sobre um determinado fenômeno é analisado na perspectiva biográfica interpretativa, as quais se diferenciam fortemente dos métodos biográficos normalmente aplicados no Brasil.

Antes de adentrarmos as especificidades da metodologia aplicada neste estudo, gostaria de contextualizar brevemente o uso de métodos biográficos na sociologia brasileira. De modo geral, podemos dizer que não há uma tradição específica ou alguma escola teórica que domine as práticas biográficas de pesquisa na sociologia em nosso país. Por mais que pequena, encontramos sim uma pluralidade de perspectivas sobre o tema. Dessa forma, contamos com pesquisadores que adotam em seus estudos biográficos, tanto uma perspectiva estruturalista representada especialmente pelos trabalhos de Daniel Bertaux (1999) e Bernard Lahire (2005), bem como uma perspectiva interpretativa representada especialmente pelos esforços teóricos e metodológicos de Fritz Schütze (1983) e colegas. Entretanto, a pesquisa biográfica não apresenta, atualmente, na sociologia brasileira, uma unidade programática em torno de objetivos comuns, apesar de esforços para a sua organização e institucionalização junto à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) com a criação do Grupo de Trabalho e mais atualmente da Comissão de Pesquisa “Biografia e Sociedade”, impulsionada pelos sociólogos Hermílio Santos e Wivian Weller. Antes, a pesquisa biográfica sociológica é realizada no Brasil predominantemente de forma dispersa e fragmentada: alguns poucos pesquisadores trabalhando em grupos na aplicação de métodos biográficos e outros, os quais correspondem possivelmente a maioria, trabalhando de forma solitária, utilizando exclusivamente técnicas de história oral para o estudo de biografias ou até mesmo reduzindo o material biográfico a fontes de apoio em suas pesquisas.

Se comparada a outros métodos biográficos de pesquisa, mas também a muitos outros métodos qualitativos, a pesquisa biográfica interpretativa se diferencia por realizar suas interpretações com base na reconstrução de relações causais a partir do caso concreto e não na frequência como determinados aspectos se repetem no caso ou entre os casos. Seguindo a diferenciação de Rosenthal (2014) entre os métodos qualitativos, podemos dizer que as Ciências Sociais contam atualmente com dois grandes grupos de métodos e abordagens: aqueles que operam a partir de uma lógica quantitativa e outros que funcionam a partir de

uma lógica qualitativa. Enquanto os primeiros fazem referência a métodos qualitativos de pesquisa, que seguem uma lógica quantitativa de representatividade vinculada à frequência de como algo se manifesta, a procedimentos padronizados de levantamento e análise de dados, bem como à verificação de teorias e hipóteses, os últimos estão voltados a métodos abertos de pesquisa, interessados na profundidade das relações possíveis a partir do caso, buscando a descoberta de hipóteses e teorias. Alguns exemplos de métodos e técnicas que seguem a lógica quantitativa são as entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, bem como os diversos tipos de análise de conteúdo ou análise do discurso. Já os métodos que funcionam a partir da lógica qualitativa seriam a observação participante, análise da conversação, entrevistas narrativas, o método de reconstrução biográfica de caso, entre outros.

A essa lógica qualitativa de pesquisa em profundidade e densa, no sentido atribuído por Geertz (1978) ao método etnográfico na antropologia, fazem parte, portanto, os critérios de abertura no levantamento e análise de dados, bem como de descoberta de hipóteses e teorias no caso concreto<sup>44</sup>. Assim como nos estudos etnográficos, busca-se manter também na pesquisa interpretativa uma postura de abertura para o novo durante todo o processo de pesquisa. A postura de abertura se traduz de forma concreta a partir das seguintes práticas: 1) adaptação do problema que guia o estudo, o qual deve se manter aberto por todo o processo de pesquisa, podendo ser modificado; 2) geração e verificação de hipóteses e teorias ocorrem a partir do material empírico assumindo uma lógica da descoberta<sup>45</sup>; 3) aplicação de métodos abertos de pesquisa, que permitam que o entrevistado conduza e estruture o seu relato de forma autônoma; 4) desenvolvimento da amostragem no decorrer da pesquisa e 5) estabelecimento de uma relação circular entre campo e teoria. Depois de ter levantado os primeiros dados, que no meu caso ocorreu através de entrevistas abertas, dá-se início a análise do primeiro caso. E à medida que o caso vai sendo reconstruído, são mobilizadas teorias que possam contribuir na análise, conquanto essas não façam referência direta ao objeto de estudo

---

<sup>44</sup> A influência da etnografia e da antropologia na pesquisa social interpretativa é notória. Isso se explica pelo fato de que sua lógica empírica passa a ser fortemente incorporada na pesquisa sociológica com base na experiência de pesquisadores da Escola de Chicago com estudos etnográficos e com métodos como a observação participante (ROSENTHAL, 2014; KELLER, [202-]). Resulta daí o surgimento de importantes métodos e programas de pesquisa como a etnometodologia de Harold Garfinkel (2018) e colegas, bem como a teoria fundamentada (*grounded theory*) de Glaser e Strauss (2006). Na Alemanha, essa influência se faz igualmente presente entre pesquisadores da pesquisa social interpretativa, com destaque para o método de entrevistas biográficas de Fritz Schütze (1983).

<sup>45</sup> Essas duas primeiras práticas correspondem um importante legado da teoria fundamentada de Glaser e Strauss (2006) na pesquisa interpretativa.

intendido, visto que podem influenciar a interpretação dos dados. Caso a análise acabe suscitando novas questões sobre o caso, o pesquisador pode e deve voltar ao campo e aos dados no intuito de coletar novas informações, as quais serão colocadas sob análise a partir de novas hipóteses. Essa relação circular entre campo e teoria demonstra como análises interpretativas não podem ser feitas desprovidas da teoria já existente, conquanto exista uma compreensão clara de qual teoria, como e quando é aplicada, sendo que o campo, e não a teoria, é sempre o ponto de partida da pesquisa, assim como o desenvolvimento de teorias é o ponto de chegada.

A pesquisa social interpretativa, bem como a perspectiva biográfica interpretativa têm, portanto, contribuído fortemente para o desenvolvimento de metodologias e métodos nas ciências sociais de modo geral. Vimos, entretanto, que poucos métodos interpretativos e qualitativos de pesquisa oferecem uma análise tão abrangente de fenômenos sociais como os métodos biográficos interpretativos, visto que apesar de buscar compreender e explicar fenômenos sociais com base em construções biográficas subjetivas, eles são capazes de demonstrar empiricamente de que forma o estoque de conhecimento coletivo (SCHÜTZ, 2018) molda essas últimas através da interação. A relação entre o geral e o particular ou o coletivo e o individual, tão caro à sociologia, encontra, portanto, respaldo empírico nos métodos biográficos interpretativos. Com frequência, métodos de pesquisa, sejam eles quantitativos ou qualitativos, esbarram no dilema de que seus procedimentos se limitam em discutir a perspectiva micro ou macro sobre os fenômenos sociais. Assim como supracitado, os métodos biográficos interpretativos buscam dar conta desse antagonismo através da análise do individual no seu processo de constituição através da interação com o coletivo. Portanto, se um entrevistado beneficiário de um programa de transferência de renda avalia o programa desde a perspectiva do baixo valor do benefício, apresentando-o como insuficiente, o significado “insuficiente” não buscará ser explicado na frequência de como os membros do grupo “beneficiários de programas” avaliam o benefício dessa ou de outra forma, visto que aqui o subjetivo só ganha relevância e significado desde a perspectiva do grupo “beneficiários” - e sim com base nas relações sociais evidenciadas como relevantes ao longo da biografia (família, grupo de amigos, escola, trabalho, etc.) e que fizeram com que o programa fosse percebido dessa e não de outra forma, além de especificar as nuances do significado “insuficiente” em cada caso. Ou seja, que processo e estrutura social explica essa

maneira de tratar o programa como insuficiente? Como cheguei à formulação de generalizações teóricas a partir do meu processo de pesquisa é o assunto sobre o qual irei discorrer daqui para frente.

*Excurso: Precisamos falar cada vez mais sobre nós e escutar sobre o outro?*

Assim como exposto, o conceito de biografia em seu significado e função como um sistema de regras e orientação social foi discutido tendo o desenvolvimento e o estabelecimento das sociedades modernas como pano de fundo. Neste sentido, essa discussão se insere no debate sociológico mais amplo acerca da modernidade e de suas consequências, com destaque a uma tendência de individualização dos sujeitos, que acabou por provocar sua desestabilização e desintegração social (BECK, 2011; FISCHER, 2018). Mesmo diante de um contexto social plural de opções de significado e ação, estudos biográficos têm contribuído para esse debate, demonstrando empiricamente como as biografias apresentam formas de estruturação social e com isso de estabilização dos indivíduos diante desses contextos e processos (FISCHER-ROSENTHAL, ROSENTHAL, 1997; FISCHER, 2018).

Estabilização e continuidade se materializam desde a perspectiva biográfica através da mobilização de processos reflexivos de autocompreensão e de compreensão do outro. Através do trabalho biográfico<sup>46</sup> é possível unirmos muitas das pontas soltas sobre nossas experiências de vida, e com isso compreendermos um pouco mais sobre como foi possível que nos tornamos quem somos, ou seja, o que pode explicar nosso comportamento, a tomada de decisão, nossos desejos, medos, frustrações e nossos sonhos. Esses processos reflexivos não se reduzem mais, entretanto, a subuniversos<sup>47</sup> específicos, como a religião, se

---

<sup>46</sup> O conceito de trabalho biográfico foi introduzido na literatura por Anselm Strauss *et. al.* (1985, p. 137) como um tipo de trabalho realizado nos espaços hospitalares como forma de chegar-se a um diagnóstico mais amplo de determinada doença ou condição de saúde do paciente. Os autores argumentam de que forma extrair informações biográficas da história de vida do paciente, incluindo histórico da doença, hábitos gerais e estilo de vida, corrobora para um diagnóstico mais preciso sobre a doença. Trata-se da relação e o alinhamento reflexivo entre sujeito, história de vida e diagnóstico. Wolfram Fischer-Rosenthal (2003) é que, por sua vez, amplia o conceito de trabalho biográfico na pesquisa biográfica interpretativa no sentido de “estruturação biográfica”, ou seja, como um processo através do qual os sujeitos e as instituições utilizam a biografia e os padrões biográficos como forma de orientação e integração social. “O trabalho biográfico se aplica tanto ao indivíduo quanto à instituição e é utilizado por ambos” (FISCHER-ROSENTHAL, 2003, p. 115, tradução nossa), podendo ser evidenciado em processos de autocompreensão e compreensão do outro.

<sup>47</sup> Subuniversos são espaços da experiência, nos quais são produzidos e compartilhados o chamado conhecimento especializado, sendo eles a ciência, a religião, a política, as ideologias, a escola, o esporte e

considerarmos o ato da confissão, à psicologia ou à psicanálise através de sessões terapêuticas, ao mercado de trabalho com a construção do *Curriculum Vitae* ou à redação de autobiografias literárias, tendo se estendido à vida cotidiana, mais especificamente aos processos de compreensão biográficos na vida cotidiana<sup>48</sup>. Questionamentos do tipo “*quem sou eu e quem é o outro*” são gradualmente substituídos por indagações como “*o que foi que vivi até aqui e o que viveu o outro?*”, como forma de compreendermos o presente e o futuro, assim como argumentam Rosenthal e Köttig (2010, p. 233). Esses processos reflexivos biográficos se justificam e são impulsionados pela complexidade do conhecimento nas sociedades modernas e com ela por um sentimento de insegurança em relação a esse conhecimento, que cada vez mais se distingue daquele adquirido no passado, colocando muitas vezes o presente e o futuro em risco.

Falarmos sobre a modernidade e suas transformações sociais implica diretamente em falarmos sobre os movimentos migratórios e suas consequências para as relações sociais, visto que esse fenômeno é paradigmático em muitos sentidos, mas aqui em especial em processos de compreensão e interação social. A migração faz parte daquelas poucas experiências sociais capazes de nos tornar um pouco mais conscientes sobre as diferenças culturais, de visão de mundo e de comportamento entre os sujeitos. Mesmo aqueles que habitam centros urbanos com um menor número de habitantes e mais distantes das grandes metrópoles, não são mais economizados do fato de que não basta mais escutarmos o sobrenome de alguém para sabermos de quem se trata. Bem pelo contrário. Se quisermos estar devidamente informados sobre aqueles com os quais nos relacionamos, seja no trabalho, na escola ou na igreja, teremos que recrutar mais informações do que de costume, caso contrário é provável que a interação social e a comunicação encontrem verdadeiros obstáculos, sendo até mesmo inviabilizadas. Nas palavras de Rosenthal e Köttig (2010, p. 234, tradução nossa), isso significa dizer, que “[a] necessidade de encontrar um caminho em uma sociedade diferente ou em um novo ambiente social está se tornando uma exigência

---

assim por diante. Os subuniversos apresentam interesses e objetivos próprios, que em certa medida se diferenciam da realidade da vida cotidiana, considerada na sociologia construtivista do conhecimento de Berger e Luckmann (2014) como a realidade dominante, ou seja, o espaço de experiência de uma sociedade em sua totalidade.

<sup>48</sup> Existem várias manifestações práticas da biografização em diferentes subuniversos para além dos exemplos citados. Outras formas são a autobiografização literária, a ficha policial, os prontuários médicos e da assistência social e mais recentemente as redes sociais como Facebook ou Instagram.

geral e, portanto, não apenas aos migrantes”. Processos reflexivos que impulsionam a autocompreensão biográfica e a compreensão biográfica do outro significam, em tempos modernos, a possibilidade de orientação na vida cotidiana. E “quanto mais claramente o presente e o futuro desejado ou temido se diferencia do passado, maior a necessidade de trabalho biográfico, de reflexão biográfica” (FISCHER-ROSENTHAL, 1995 *apud* ROSENTHAL; KÖTTIG, 2010, p. 234, tradução nossa).

Em que medida esses processos reflexivos considerando a história de vida podem ajudar os sujeitos a compreender o presente e mensurar suas chances em relação ao futuro irá depender fortemente da possibilidade de obterem contato com um acompanhamento profissional adequado. Um olhar e uma escuta atenta ao meu redor, já me possibilitou perceber como cada vez mais pessoas apresentam a competência de falar sobre si mesmas, incluindo suas dificuldades e sucessos considerando suas experiências biográficas, logrando, assim, uma compreensão mais abrangente sobre seu comportamento e escolhas ao longo da vida. Entretanto, não é possível que essa possibilidade se restrinja, mais uma vez, a um grupo seleto de pessoas que apresentam, em geral, experiências prévias com atendimento psicológico ou com outras formas de apoio emocional.

Estudos biográficos nas mais diversas áreas do conhecimento, especialmente na sociologia e no serviço social, têm demonstrado empiricamente, como os sujeitos são capazes de falar e refletir sobre si mesmos e sua história de vida, além de destacar a sua necessidade em compartilhar e pensar sobre suas experiências (ROSENTHAL *et al.* 2006; ROSENTHAL, 2017). Embora, muitas vezes, pareça ser ainda possível lidarmos com os desafios do dia-a-dia a partir de perguntas simples sobre nós e os outros, a complexidade de nossas experiências e muitas das descontinuidades resultantes daí demonstram exigir, cada vez mais, das ciências sociais a realização de estudos capazes de dar conta dessa complexidade, bem como de diferentes áreas do conhecimento especializado, como a assistência social e as políticas sociais, a necessidade de incorporem esse conhecimento científico às suas práticas profissionais.

### 3.1.2 O interesse de pesquisa e a formulação do problema

O tema do presente estudo voltado ao *papel de políticas de transferência de renda na vida dos beneficiários*, resulta de um antigo interesse em estudar políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho. Desde o início da minha trajetória acadêmica no Brasil, meus interesses de pesquisa estavam voltados à análise de políticas públicas de trabalho e renda desde a perspectiva dos usuários. Entretanto, durante o mestrado me dediquei a compreender a interpretação de catadores de resíduos sobre o seu trabalho (RINALDI, 2018), adiando esse projeto. Ainda durante o mestrado, tive contato com uma pesquisa realizada na Alemanha por Rosenthal e colegas (2006) sobre os efeitos de um programa social para jovens no mercado de trabalho. Esse estudo foi realizado com base em métodos biográficos interpretativos e visava também, além de compreender os efeitos do programa, apresentar sugestões para o aperfeiçoamento do acompanhamento social a partir dos resultados obtidos acerca dos efeitos das entrevistas biográficas sobre o desenvolvimento da autoconsciência desses jovens. Além de reacender meu interesse em estudar políticas públicas, esse estudo me inspirou a fazê-lo voltando a minha atenção às possibilidades do método biográfico tanto para a análise de políticas públicas, como também na aplicação de seus fundamentos no desenvolvimento de tecnologias de trabalho na assistência social, algo que já vem acontecendo há mais de duas décadas entre pesquisadores na Alemanha (SCHÜTZE, 1993; KÖTTIG; RÄTZ, 2005; VÖLTER, 2008).

Embora o papel de ações socioassistenciais na trajetória biográfica de minhas entrevistadas não fosse o foco de meu estudo durante o mestrado, as reconstruções biográficas já sinalizavam a importância da presença e da constância dos serviços socioassistenciais na vida das entrevistadas para a mudança de padrões de comportamento, bem como para a sua estabilização (mais detalhes cf. RINALDI, 2018, p. 140). Essa relação e as mudanças, aparentemente, impulsionadas por essas ações acabaram igualmente por me motivar a retomar no doutorado meu antigo interesse de pesquisa em políticas públicas, mais especificamente em políticas socioassistenciais.

O tema “políticas socioassistenciais” compreende, entretanto, um campo vasto de ações, assim que se fez necessário um primeiro recorte para o estudo. Em razão da crescente importância atrelada pela sociedade como um todo ao Programa Bolsa Família (PBF) no

combate à pobreza, decidi torna-lo meu objeto de estudo. Após essa primeira delimitação do objeto, iniciei uma leitura sistemática sobre o programa, através da qual foi possível constatar a escassez de estudos biográficos sobre o assunto. À medida que avançava na leitura, me deparava cada vez mais com estudos centrados nos “efeitos do programa”, e isso desde sua perspectiva institucional, como dos próprios beneficiários a partir de metodologias e métodos de pesquisa variados. Com base nessas leituras, foi, portanto, que iniciei a pesquisa me colocando como questão, os efeitos exercidos pelo programa sobre a biografia dos usuários. Ao longo da pesquisa de campo e das reconstruções de caso, não os “efeitos do programa” começaram, entretanto, a ganhar relevância e sim uma ideia de “função” ou ainda de “papel”, visto que não me parecia mais razoável conduzir uma pesquisa qualitativa aberta, que pudesse estar flertando com uma ideia de efetividade do programa, quando na verdade o que estava em jogo era compreender as experiências dos entrevistados com a política e isso desde a perspectiva do presente, como também do passado. Para tanto, não apenas suas interpretações sobre o programa interessam a este estudo, mas também aquilo que está para além delas, ou seja, “os motivos porquê” da ação, aos quais muitas vezes, assim como Schütz (2018) nos ensina, nem mesmo os próprios indivíduos têm acesso. Trata-se da reconstrução de suas vivências biográficas com o programa, considerando as experiências de vida como um todo, ou seja, tanto as vivências que antecedem, como também as que precedem sua entrada na política, buscando explicar de que forma essas determinam a maneira como os entrevistados interagem com ela e se beneficiam ou não – apontando possibilidades e limitações - de sua intervenção. Foi dessa forma, portanto, que cheguei ao seguinte problema de pesquisa: *se considerarmos suas experiências biográficas como um todo, qual é o papel, que o programa de transferência de renda demonstra desempenhar na vida dos beneficiários?* Além de responder a essa questão, meus esforços também estiveram centrados em utilizar os resultados alcançados para oferecer reflexões sobre algumas ações realizadas, até então, no âmbito da política. Antes de adentrarmos, todavia, a discussão das reconstruções e seus resultados, apresentarei a seguir o caminho percorrido para a geração dos dados, ou seja, a forma como esses foram levantados e analisados ao longo da investigação.



### 3.2 O processo na prática

Na presente seção irei discorrer sobre o meu processo de pesquisa na seguinte ordem: 1) tratarei da entrada no campo e da realização do contato com as entrevistadas e entrevistados, 2) falarei de como conduzi as entrevistas narrativas biográficas e como a amostra da pesquisa, denominada amostragem teórica, se desenvolveu a partir daí, 3) sigo explicando como ocorreu a reconstrução das entrevistas narrativas biográficas e quais princípios teóricos encontramos por trás da análise, 4) tratarei da condução e análise das entrevistas temáticas, realizadas com as profissionais da assistência social, lembrando seu significado para esse estudo, para por fim, 5) apresentar de que forma conduzi a discussão dos resultados obtidos, avançando na formulação de teorias sobre o tema de pesquisa. Em relação à apresentação dos métodos utilizados, não se trata de explicar, em detalhes, o seu funcionamento, mas sim oferecer uma visão geral de sua aplicação. Todo o processo de pesquisa foi realizado tendo os princípios de abertura e comunicação (ROSENTHAL, 2014) como norteadores da prática empírica. Sobre eles tratarei também ao longo do texto.

#### 3.2.1 *Acesso ao campo, contato com entrevistadas e entrevistados e a tentativa de permanência no campo*

Uma vez estabelecidos o tema e o objeto de estudo – o papel de políticas de transferência de renda na vida dos titulares a exemplo do Programa Bolsa Família – passei a buscar maneiras de *como* e *onde* conseguir participantes para o estudo. Como possuía desde o início da pesquisa a compreensão de que pessoas que participam de programas de transferência de renda com frequência também acessam outros serviços e programas sociais e que mesmo tendo o Bolsa Família como foco de estudo, os demais programas também apresentariam relevância biográfica, preferi conduzir a pesquisa em uma instituição do Estado, através da qual me pareceu, primeiro, ser mais fácil ter acesso aos meus informantes, e em segundo, se necessário fosse, poderia obter, facilmente, informações sobre esses demais serviços.

Tendo essas primeiras preocupações como pano de fundo foi que decidi procurar a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) em Porto Alegre, a qual possui status de

secretaria na administração municipal, sendo responsável, entre outros, pela oferta de serviços e programas sociais no município. Dessa forma, serviços como o CadÚnico e as solicitações de participação em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil, ocorrem via de regra, nos estabelecimentos dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), conquanto a concessão dos benefícios permaneça acontecendo pelo sistema da Caixa Econômica Federal. Visto que o Cras é a instituição socioassistencial, que oferece os serviços básicos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), sua escolha como universo de estudo me pareceu desde o início a mais adequada e suficiente para meus fins de pesquisa.

Como eu conhecia pouco a Fasc e me sentia insegura a respeito de sua postura em relação à realização de pesquisas em seu ambiente institucional, busquei informações junto a colegas e amigos, que já haviam tido contato com ela. Após algumas conversas, as opiniões divergiam entre “busque os meios eletrônicos” ou “busque pessoalmente as pessoas” ao solicitar a autorização. Na dúvida, compareci pessoalmente em abril de 2019 na instituição<sup>49</sup>. Uma vez na recepção, fui encaminhada à pessoa responsável pelos pedidos de autorização de estudos, a qual me explicou que o processo ocorreria, para a minha surpresa, integralmente de forma eletrônica. Assim, no mesmo dia enviei os formulários solicitados e o meu projeto de pesquisa, no qual constava as informações principais sobre a pesquisa, os métodos a serem aplicados, bem como a solicitação de autorização para a realização do estudo em *um* dos Centros de Referência de Assistência Social da escolha da própria Fasc.

Como eu não tinha nenhum interesse específico sobre em qual centro trabalhar, deixei essa decisão a cargo da própria instituição. Menos de duas semanas depois, recebi um telefonema da encarregada de analisar o meu caso, me perguntando em quantos centros eu gostaria de trabalhar e se possuía interesse por algum Cras específico. Reforcei, que gostaria de trabalhar somente em um, podendo ser qualquer Cras. Além de me questionar, se havia interesse em algum centro específico, ela também me sugeriu realizar a pesquisa em um ou dois Cras Ampliados, argumentando que nesses centros haveria uma maior oferta de serviços do que em centros não ampliados. Como era de meu interesse conhecer os demais serviços, aceitei a sugestão. Me lembro, ainda, como havia finalizado aquele telefonema com a

---

<sup>49</sup> Todas as minhas visitas pessoais às instituições socioassistenciais, bem como as conversas telefônicas foram documentadas em um diário de campo, com base no qual descrevo minha inserção no campo.

sensação de ter causado estranheza na funcionária por não ter manifestado nenhum desejo específico. Poucos dias depois, recebi mais um telefonema da mesma pessoa, me sugerindo visitar três centros da cidade, dois Cras Ampliados e um não ampliado. Segundo ela, os respectivos coordenadores estariam informados sobre o meu interesse de pesquisa e que me receberiam para uma conversa. Nesse sentido, embora a própria Fasc houvesse me autorizado o pedido, na prática eu ainda teria que passar pelo crivo dos centros. Num primeiro momento já me sentia, entretanto, aliviada com o retorno positivo do alto escalão da instituição. Se penso hoje sobre essas primeiras tentativas de acesso ao campo, vejo como o fator receptividade foi fundamental para mim. Por mais que, intelectualmente, eu soubesse que possíveis manifestações de resistência em relação à minha presença nesses espaços faria parte do próprio estudo e das minhas análises, na prática eu também sabia, que emocionalmente seria difícil para mim ter que lidar com rejeição.

Em junho de 2019, tive minha primeira reunião em um dos três Cras sugeridos à época. A primeira visita foi realizada, portanto, ao Cras Amanhecer<sup>50</sup>, que não era ampliado. Durante uma longa conversa com Carla Pacheco, coordenadora do Cras à época, ela me sensibilizou da inviabilidade de realização do estudo devido às limitações de espaço do centro, destacando, ainda, que não encontraria apoio no grupo de colegas para a minha permanência. As instalações do Cras Amanhecer contavam com em torno de 60 metros quadrados, apresentando uma divisão de salas pequenas. A partir das minhas anotações de campo a respeito da visita, vejo como a fala da coordenadora estava fortemente voltada, à época, à caracterização da região e atrelado a isso, aos desafios diários enfrentados pelo grupo. Em síntese, as limitações físicas do centro foram apresentadas como o principal obstáculo para a realização do estudo, assim que minha atenção passou, então, a voltar-se às minhas outras duas opções, o Cras Horizontes e o Cras Esperança.

### **3.2.1.1 O Cras Horizontes**

O Cras Ampliado Horizontes foi o segundo local que procurei. Assim como no caso anterior, o primeiro contato foi realizado por telefone com a coordenadora da instituição, Marilda Costa, seguido por um convite para conhecer o centro. No encontro, que foi

---

<sup>50</sup> Todos os nomes dos centros e de respectivos profissionais foram modificados.

agendado para metade de junho de 2019, estariam, ainda, presentes outros colegas de equipe, os quais deveriam também ficar a par da minha pesquisa, assim como sugerido por Marilda. Assim que cheguei no Cras, fui recebida por Marilda, a qual me acompanhou e acomodou em uma sala de reuniões, onde fiquei sentada à medida que os outros participantes foram chegando. Desse encontro participaram além de Marilda, que tinha formação em Serviço Social, também quatro Técnicas Sociais, a saber: Amanda e Agnes com formação em Serviço Social, Cornélia com formação em Psicologia e Neusa, com formação em Educação Física. Enquanto num primeiro momento falei do meu interesse de pesquisa e dos métodos que pretendia aplicar (entrevistas biográficas, temáticas e observação participante), no segundo momento, todas se apresentaram, falaram do seu trabalho e do funcionamento do Cras, incluindo atividades e serviços. Depois dessa explanação, passaram a tirar dúvidas sobre o estudo, fazendo comentários sobre suas experiências com os beneficiários do Programa Bolsa Família e indicando alguns nomes para possíveis entrevistas. Foi a partir daí, que entendi, que havia recebido o aval para a realização da minha pesquisa no centro. Para além dessa recepção positiva, também se evidenciou em suas falas, especialmente na de Marilda, de que poderiam estar compreendendo a minha presença como um tipo de “avaliação”, visto que para além de temas como funcionamento dos serviços, também assuntos como as dificuldades enfrentadas pelo Cras no seu dia-a-dia, como a falta temporária de recursos à população como vale-transporte e auxílio moradia, bem como a recente realização de uma pesquisa de satisfação entre os usuários, dominaram a apresentação do grupo.

A atmosfera do encontro foi, de modo geral, de cooperação com o engajamento das profissionais em me indicar nomes de possíveis entrevistados, bem como de me sugerir espaços e oficinas para visitar, assim que saí da reunião com uma participação agendada no acolhimento coletivo para o dia seguinte. O acolhimento coletivo acontecia uma vez por semana e estava voltado, assim como descrito pelas profissionais, a pessoas que estavam procurando o Cras pela primeira vez ou que gostariam de tirar dúvidas sobre programas e serviços ou ainda que estivessem apresentando qualquer outra demanda. Além da visita, havíamos combinado que elas fariam contato com beneficiários do PBF, com os quais possuíam mais contato, seja porque eram acompanhados pela equipe, seja porque eram pessoas que estavam demandando a equipe mais recentemente. Essa iniciativa havia partido das próprias profissionais, que haviam me sugerido, de forma concreta, o nome de dois

homens em idade de se aposentar e de uma mulher, mãe em uma constelação familiar monoparental. Um dos homens era Pedro Amaro, que já havia conseguido um emprego e que por isso poderia parar de receber o benefício a qualquer momento; e o outro era Celso Menezes, que havia entrado com um pedido de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e que por isso também, provavelmente, deixaria de receber o benefício. Já a mulher era Fabiana da Silva, com cerca de 30 anos, descrita como “uma mulher trabalhadora e de fibra” e que não precisava tanto do benefício, quanto do acompanhamento da equipe. Essa última afirmação me chamou muito a atenção na época, visto que Fabiana, assim como pude perceber na ocasião de nossa entrevista, possuía uma renda de menos de dois salários mínimos, a qual dividia com uma família de sete pessoas. Se considerarmos o perfil dos indicados, chama a atenção, que os três tratavam, em certa medida, de “casos de sucesso”, visto que dois possuíam uma perspectiva de “recebimento de alta” do programa e Fabiana, assim como pude constatar mais tarde, era alguém que se apresentava como uma pessoa bastante proativa na solução de problemas, ao passo que essa autoapresentação estava, ainda, fortemente voltada a uma ideia de merecimento em razão do seu “comportamento disciplinar” e do alto grau de sofrimento vivenciado ao longo da vida. Também esse fator “perfil dos indicados” é um importante indicativo de como o grupo estava preocupado com a avaliação do seu trabalho.

Considerando a minha intervenção em relação ao grupo naquele momento, a tentativa inicial foi de me adaptar ao ambiente e às necessidades das profissionais, possivelmente porque temia algum tipo de discordância e insatisfação em relação à minha presença no espaço. Em palavras simples, meu sentimento era de “não incomodar” como forma de me inserir e me movimentar naquele espaço. Assim, aceitei suas indicações e sugestões sem grandes problemas. Esse meu comportamento não está, entretanto, somente relacionado a um desejo de harmonia e agência, se justificando também e principalmente pela intenção de manter-me aberta àquilo que o campo tinha para me oferecer em nível de dados (mais detalhes sobre o *princípio da abertura* cf. o próximo subcapítulo). Por fim, assim como combinado, voltei ao Cras no dia seguinte e participei do acolhimento coletivo. O aspecto mais importante do acolhimento parece ser o fato de que ele ocorre de forma coletiva, possibilitando um primeiro contato da população com os serviços em geral. Meu objetivo em visitar oficinas ou conhecer os serviços do Cras estava voltado, inicialmente, à tentativa de

compreender que situações ou atividades poderiam ser de interesse do estudo a fim de examiná-los mediante observação participante. Dessa forma, esse primeiro contato com o acolhimento coletivo se deu como uma tentativa piloto de observação participante, mas que infelizmente, assim como será especificado mais adiante, não apresentou continuidade em virtude do distanciamento social no contexto da pandemia de Covid-19. Ao final daquele primeiro contato com Marilda e colegas havíamos combinado que nossa comunicação aconteceria através da coordenadora, mas que se necessário fosse, as Técnicas iriam entrar em contato diretamente comigo.

### **3.2.1.2 O Cras Esperança**

Na mesma semana do meu primeiro encontro com o Cras Horizontes, também tive a chance de conhecer e apresentar meu projeto de pesquisa para os profissionais do Cras Ampliado Esperança. Esse, por sua vez, era coordenado por um homem, Carlos Fonseca, formado em Serviço social. Também Carlos me convidou para um primeiro encontro com a participação de seus demais colegas. Dessa vez, o grupo era, no entanto, tão grande que eu não registrei nem o nome e nem a profissão de todos. De modo geral, foi possível observar que quase todos os funcionários do centro estavam presentes, com exceção daqueles que estavam ocupados com outras atividades, como recepção. Se faziam presentes desde técnicos assistenciais, estagiários até entrevistadores, que são os funcionários responsáveis pela entrevista no CadÚnico. Primeiramente eu me apresentei, falei do projeto e depois os demais se apresentaram. Embora os colegas também se envolvessem na discussão, Carlos foi quem falou mais sobre a região de atuação do Cras, trazendo detalhes sobre sua caracterização, apontando curiosidades e desafios do trabalho. Me chamou a atenção na apresentação do Cras Esperança, assim como ocorreu também nos demais centros que percorri, como a organização da instituição é complexa, com a presença de muitos nomes, siglas, atividades, reuniões, oficinas e interfaces com outras instituições, e isso de tal forma que num primeiro momento foi bastante difícil compreender a relação, na qual todos esses serviços se encontravam. E era exatamente essa relação que eu gostaria de compreender como maneira de delimitar o escopo da pesquisa.

Assim como no Cras Horizontes, também, aqui, os funcionários me deram muitas sugestões sobre por quais atividades e oficinas começar. A grande diferença residiu, entretanto, no fato de que eles não me indicaram, em nenhum momento, nomes para as entrevistas. Pelo contrário, me sugeriram que eu perguntasse pessoalmente aos usuários, se esses teriam interesse de participar do meu estudo. Devo confessar, que no momento fiquei surpresa, possivelmente porque vinha de uma experiência bem diferente com a última instituição. Mas seguindo minha estratégia de abertura em relação ao campo, segui suas orientações e confirmei minha participação a uma oficina de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, agendada para a semana seguinte. Mas logo pensei: “de cara um grande desafio: convidar beneficiários que apresentavam alguma irregularidade com o programa”; apesar do estranhamento, aceitei, visto que a oficina também devia ser de toda a importância para o estudo. Além de ter sido convidada para essa oficina, eles também colocaram os encontros quinzenais de equipe, as reuniões de rede<sup>51</sup> e as entrevistas do CadÚnico à disposição da pesquisa. Ao final desse primeiro encontro, Carlos e os técnicos me passaram seus endereços de E-mail, aos quais poderia recorrer diretamente, se fosse necessário. Nesse sentido, a comunicação não precisava passar, necessariamente, pelo coordenador.

### **3.2.1.3 A pandemia de covid-19 e minha permanência no Cras Horizontes**

Nos meses que se seguiram após minha apresentação no Cras Esperança, participei, portanto, da oficina de descumprimento das condicionalidades do PBF, na qual conheci Cássia, de 30 anos, mãe de duas crianças. Ela foi minha primeira e única entrevistada durante minha presença no Cras Esperança. A entrevista ocorreu na sua residência por iniciativa da entrevistada. Além da oficina de descumprimento, participei, também, de uma reunião de equipe e de um almoço entre colegas.

---

<sup>51</sup> Reuniões de articulação com a rede socioassistencial, chamada no dia-a-dia da assistência social em Porto Alegre de reunião de rede, são encontros que acontecem com certa frequência entre diferentes setores públicos que atuam na área das políticas sociais, envolvendo assistência social, educação, saúde, segurança, saneamento e habitação, entre outros. Profissionais que representam esses setores se reúnem para compartilhar informações a fim de juntos encontrar soluções para questões comuns em torno dos territórios e dos usuários (AVELAR; MALFITANO, 2018).

De forma paralela, fiz também observação participante no processo de triagem no Cras Horizontes, que é o momento que os usuários chegam na instituição e são atendidos na recepção, sendo direcionados para os atendimentos. Ao longo dos meses de junho, julho e agosto de 2019, realizei entrevistas com dois homens e três mulheres nas dependências do Cras Horizontes, os quais compuseram a primeira amostragem teórica (mais detalhes cf. a próxima seção). Todos eles haviam sido convidados pelas próprias Técnicas, assim que não tenho detalhes sobre como as combinações foram feitas. Dentre os entrevistados, três se encontravam em acompanhamento familiar, os outros dois não. Como o cadastramento dos usuários no CadÚnico ocorria em uma sala do Cras, perguntei se eu poderia participar de uma entrevista, mas por considerar antiética a minha presença na sala, a coordenadora descartou a possibilidade. Como imaginava que o próprio usuário e o entrevistador poderiam optar ou não pela minha presença no momento do cadastro, confesso que não concordei com a argumentação da coordenadora, conquanto não tenha discordado de sua decisão. De todas as formas, essa preocupação em relação à proteção das informações pessoais dos usuários me parece totalmente legítima, entretanto, na prática, as próprias instalações dos centros visitados apresentavam dificuldade em zelar pela confidencialidade das informações fornecidas. Em geral, as salas eram divididas por paredes, que possibilitavam a transmissão do som de tal forma que era possível escutar o que os usuários relatavam durante seu cadastramento, além do fato de que a limitação de espaço fazia com que duas ou três entrevistas ocorressem ao mesmo tempo. Ou seja, a confidencialidade das informações trazidas pelos usuários era na prática, duplamente, inviabilizada.

Nesse sentido, a limitação de recursos mencionada pelos funcionários das instituições socioassistenciais visitadas não se evidencia somente em suas falas, mas também em suas ações e em seus espaços físicos observáveis. Sem dúvida haviam diferenças entre as instituições na forma de pensar os espaços e lidar com suas limitações, mas de maneira geral foi possível observar como as salas eram pequenas, divididas por muitas pessoas, ao passo que muitas vezes uma única sala apresentava diferentes funções, ou seja, era usada tanto para os atendimentos individuais, como para atividades coletivas. A maioria não possuía ar-condicionado, apresentando paredes de espessura fina, que dificultavam o distanciamento acústico, além de edifícios com pouca ou nenhuma manutenção. Além desse tipo de precariedade, foi recorrente escutar, ao longo da pesquisa de campo, críticas dos funcionários



aos recursos disponibilizados para o trabalho com os usuários com destaque para a falta temporária de recursos como vale-transporte, cestas básicas e auxílio moradia, bem como a falta de insumos como o gás de cozinha, que não era mais disponibilizado, mas demandado pela população. Especialmente durante a segunda fase de levantamento de dados entre setembro e outubro de 2022, comecei a perceber mais fortemente como a estrutura das salas de atendimento individual se assemelhavam muito a um consultório médico, contando com uma mesa e nas suas extremidades com cadeiras, em uma ponta para o especialista e na outra para o usuário, demarcando um certo distanciamento entre os dois. Considerando, que estávamos saindo de dois anos de uma grave pandemia, essa impressão pode ter ganhado força em razão da tentativa do centro em reconfigurar os espaços de interação como forma de garantir mais segurança aos envolvidos, em que pese o fato de que, na prática, as salas de atendimento individual sempre possuíam essa apresentação<sup>52</sup>.

Como podemos ver, desde o início da minha inserção no campo, minhas possibilidades se deram mais rapidamente no Cras Horizontes, assim que estive mais presente neste espaço, tendo também mais contato com beneficiárias e beneficiários dessa região. Na segunda metade de 2019 estive fora do país, fazendo doutorado sanduíche. Quando retornei ao Brasil, em março de 2020, não pude retomar o trabalho de campo em razão das limitações impostas ao contato pela pandemia de covid-19. Durante quase um ano e meio, ou seja, de março de 2020 até agosto de 2021, eu tive pouco contato com o dois centros e meus entrevistados. Nos primeiros meses de pandemia, mantive contato telefônico e por mensagens apenas com os coordenadores dos centros e com duas entrevistadas. Na ocasião, prestei ajuda às instituições com o fornecimento de máscaras e repassei às duas entrevistadas informações referentes à possibilidade de recebimento do, então, Auxílio Emergencial. Ambas as ações ocorreram por minha iniciativa. Embora tivesse consciência de que meu ato poderia apresentar implicações éticas no futuro, como por exemplo, evocar algum sentimento de dívida dos coordenadores em relação a mim quando retomasse a pesquisa de campo, optei por prestar algum tipo de apoio, mesmo que mínimo. Durante esse período, busquei, todavia, refletir sobre essa minha necessidade em fornecer ajuda aos meus informantes e acredito que me sentia movida por uma série de sentimentos como culpa, devido ao fato de que me sentia mais protegida diante

---

<sup>52</sup> A orientação da política socioassistencial brasileira – tanto institucional, profissional, como também legislativa - em relação às políticas de saúde é bastante conhecida, o que poderia, portanto, explicar, esse enquadramento médico das situações de atendimento individual no Cras.

das minhas condições econômicas e de trabalho, mas também pela sensação de estar perdendo informações preciosas sobre os acontecimentos históricos em torno do meu tema de pesquisa.

Na prática acabei optando por não mobilizar novos entrevistados e nem mais frequentar os espaços dos centros enquanto não houvesse uma melhora do quadro. É certo, que poderia ter tentado fazer entrevistas remotas com beneficiários; mas isso implicaria em trazer demandas para os centros, os quais já se encontravam sobrecarregados com a baixa de funcionários e o aumento da procura por auxílios socioassistenciais, além do fato de que, possivelmente, teria que custear pessoalmente os gastos de meus entrevistados com internet para a realização das entrevistas. Além de problemas éticos, enfrentaria também limitações financeiras. A tentativa de manter contato com as instituições no período não foi, de modo algum, um tema fácil, uma vez que envolvia tanto a estratégia de pesquisa, mas também questões de ética. Se por um lado, eu não queria perder o contato e a relação construída até então com os centros, por outro também não queria extrapolar o limite do ético, especialmente, por estar lidando com pessoas que naquele momento poderiam estar muito vulneráveis. Ainda em 2020, voltei a prestar ajuda com o fornecimento de máscaras para os dois centros, ao passo que fiz mais dois contatos até abril de 2021, perguntando como eles estavam e me colocando sempre à disposição caso quisessem conversar. Os desafios relatados à época estavam voltados, principalmente, ao pequeno número de funcionários na linha de frente, à falta de materiais de proteção e perspectiva de vacinação para esses trabalhadores, bem como a um aumento expressivo de pessoas à procura de auxílios financeiros, ao mesmo tempo que se constatava um desdobramento positivo em razão do aumento significativo de cestas básicas e kits nutricionais.

A partir de abril de 2021, quando já tínhamos os primeiros grupos de risco vacinados no Brasil, voltei a procurar os coordenadores no intuito de entender em que situação eles se encontravam e com isso começar a planejar quando, aproximadamente, poderia retomar a pesquisa de campo. Eu mandei uma mensagem para cada um, expondo essa reflexão e perguntando se eles tinham disponibilidade em conversarmos ao telefone. Inicialmente ambos se manifestaram de forma positiva, mas ao final eu só consegui conversar com Marilda, visto que Carlos não conseguiu encontrar uma forma de me incluir na agenda da equipe, argumentando que a procura pelos Cras no período estava “gigantesca”. De modo

geral, o momento atual foi apresentado por ambos como incerto, seja na troca de mensagens com Carlos ou na minha conversa com Marilda. Enquanto os coordenadores seguiram as suas atividades de forma presencial, mesmo que em sistema de revezamento, um grande número de funcionários se encontrava trabalhando de casa de forma integral, ao passo que novas Técnicas Sociais haviam sido contratadas para prestar os atendimentos presenciais ao público. Esse foi o caso, em especial, do Cras Horizontes, onde foi possível perceber como o trabalho remoto poderia estar causando conflitos entre os funcionários do centro e/ou entre os funcionários e a matriz da instituição socioassistencial. Essa percepção ganhou especialmente força em uma conversa realizada com Agnes, uma das Técnicas Sociais da instituição, a qual me falou, que se encontrava em trabalho remoto devido a orientações médicas. Dessa forma, tanto Marilda, como Carlos demonstraram estar ainda bastante sobrecarregados, o que fez com que meu retorno ao campo se desse de forma lenta.

Esse, por sua vez, começou a se concretizar mais especificamente a partir de junho de 2021, quando consegui agendar uma entrevista narrativa temática com Agnes sobre sua experiência com o acompanhamento de meu entrevistado Pedro Amaro (mais detalhes cf. seção 4.1.3). Depois dessa entrevista, entrei novamente em contato com Pedro em julho de 2021, conseguindo mais dois encontros presenciais, nos quais abordamos temas como infância e relações familiares. Esses encontros possibilitaram a reconstrução do primeiro caso, concluído em janeiro de 2022. Em razão dos atrasos sofridos no meu processo de pesquisa, acabei revendo meu planejamento inicial, reduzindo, portanto, o universo de pesquisa e o número de métodos a serem aplicados. Sendo assim, optei por manter o Cras Horizontes como meu único universo de pesquisa, ao passo que analisei somente os casos vinculados a esse centro. Em relação ao uso de outros métodos de pesquisa, que puderam contribuir com as análises, optei por abrir mão das entrevistas narrativas temáticas com familiares dos titulares e substituir a observação participante por entrevistas temáticas com profissionais da assistência, principalmente, porque esses últimos demandam menos tempo de levantamento e análise.

Além de realizar duas novas conversas com Pedro Amaro e a entrevista temática com Agnes, esta segunda fase de levantamentos de dados foi utilizada para a expansão da amostra com mais quatro entrevistas narrativas biográficas com beneficiárias mulheres do PBF e uma entrevista narrativa temática com outra Técnica Social do Cras. Essas entrevistas ocorreram

recentemente, entre os meses de setembro e outubro de 2022, assim que compreenderam tanto o recebimento do Bolsa Família, como também os programas de transferência de renda criados no período da pandemia, como o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil. Ao longo de toda a pesquisa de campo, realizada, portanto, entre maio de 2019 e outubro de 2022, com duas longas interrupções, foram entrevistados um total de dez beneficiários mediante o método de entrevistas narrativas biográficas e duas Técnicas Sociais do Cras Horizontes a partir do método de entrevistas narrativas temáticas.

Como o Cras Horizontes se manteve como meu universo de pesquisa, gostaria ainda de destacar alguns dados institucionais importantes. Embora sua estrutura institucional tenha sido implementada apenas a partir de 2011 no contexto da implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em Porto Alegre, ela nasce anexada a uma estrutura institucional já existente de um dos Centros de Comunidade em funcionamento à época, responsáveis por ações socioeducacionais, de lazer e esporte (mais detalhes cf. subcapítulo 2.1). À época de minha inserção no campo, o Cras Horizontes ofertava os seguintes serviços e ações socioassistenciais: o CadÚnico, Acolhimento coletivo, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), o Serviço de Atendimento à Família (SAF) e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) divididos em faixas etárias: crianças e adolescentes de seis a 14 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, adultos de 18 e 59 anos e pessoas idosas. Além desses serviços, o Cras contava com a disponibilização de benefícios como o TRI Assistencial, como forma de auxiliar no transporte público dos usuários. Esse benefício estava indisponível à época de minha entrada no campo haviam três meses. Além disso, o Cras oferecia benefícios como cestas básicas, descrito como numericamente limitado, auxílio moradia, cortado desde março de 2019 e o benefício eventual, cuja disponibilidade também estava atrelada ao orçamento.

Ao longo da pandemia, ocorreram algumas mudanças físicas no Cras, como a reforma da sala de recepção da instituição, na qual é feita a triagem dos usuários e que passou a contar com mais cadeiras de espera, especialmente na parte exterior da sala, além de uma proteção acrílica transparente construída no balcão de recepção, como forma de evitar o contato direto entre os profissionais e os usuários. Outra mudança positiva ocorrida no período e mencionada tanto pelos profissionais, como por alguns entrevistados foi, portanto, o aumento significativo de cestas básicas e kits nutricionais, em pese as principais mudanças negativas

apontadas nesta segunda fase de levantamento de dados, como a falta das ações de profissionalização voltados aos jovens, como o Projovem, que segundo a coordenadora da instituição, não era ofertado já faziam seis meses. Durante o período da implementação do Auxílio Emergencial e do Auxílio Brasil, as profissionais do Cras Horizontes, dentro de sua função de burocratas de nível de rua, relataram ter sofrido dificuldade em lidar com o constante desencontro de informações gerado pelo governo federal, o qual divulgava as mudanças nos programas muito antes de sua implementação nos municípios, fazendo com que a população corresse até os Cras em busca dos auxílios. Diante das negativas, os profissionais contam, que precisavam, então, auxiliar os usuários a lidar com a frustração em não ter acesso rápido aos benefícios, prejudicando em alguns casos a sua relação com os mesmos. Esse foi o exemplo da implementação do novo Auxílio Gás, aprovado em dezembro de 2021, mas pago efetivamente, segundo a coordenadora do Cras Horizontes, apenas a partir de outubro de 2022.

Antes de finalizar a presente seção gostaria, ainda, de trazer algumas reflexões sobre minha entrada no campo e minha relação com as instituições socioassistenciais com base em dois aspectos que, a meu ver, se sobressaíram nesse processo: primeiro o aspecto da divisão de poder de escolha e o segundo da divisão de controle. Enquanto a Fasc demonstrou dividir comigo e os centros, ao menos em certa medida, tanto o poder de escolha sobre o local, onde a pesquisa deveria ser realizada, como também o controle do que poderia ser pesquisado ou não, à medida que eu ia me aproximando dos centros esses dois elementos ganham uma nova dinâmica. Assim, ao passo que o Cras Amanhecer optou por não abrir seu espaço para a pesquisa mantendo o poder de escolha e o controle da interpretação da experiência para si, o Cras Horizontes, embora tenha autorizado a realização da pesquisa, tendeu a limitar o meu poder de escolha, aumentando o controle sobre aquilo que, de modo geral, poderia ou não ser pesquisado. Já o Cras Esperança tendeu a dividir o controle, possibilitando uma comunicação mais direta entre mim e os funcionários, bem como a escolha do que seria ou não observado e de quem seria ou não entrevistado. Embora não tenha tido tempo e nem contato suficiente para entender melhor a dinâmica existente no Cras Esperança, minha compreensão é de que o controle institucional estava voltado à necessidade de autonomia dos sujeitos na solução dos problemas diários. Acredito, que o que pode ser concluído até aqui

são as diferentes tendências de controle vivenciadas na relação com os centros, e também com a matriz institucional.

### *3.2.2 Entrevistas narrativas biográficas e a formação da amostra teórica*

De acordo com o que foi relatado até aqui, a grande parte de meus entrevistados chegaram até mim pela indicação das Técnicas Sociais<sup>53</sup>, de tal forma que não tenho detalhes sobre o que eles sabiam a respeito do meu interesse de pesquisa. Meu primeiro contato com os entrevistados, encaminhados pelo Cras Horizontes, ocorreu, com poucas exceções, em uma sala do próprio centro, minutos antes de iniciarmos a entrevista. Tratavam-se de salas, nas quais ocorriam reuniões, bem como atendimentos coletivos ou individuais dos usuários. Nas entrevistas, em que utilizei as salas de atendimento, busquei sempre reconfigurar as salas, retirando a mesa que poderia me separar dos entrevistados, especialmente na tentativa de diminuir uma possível percepção de assimetria social, bem como de sinalizar que eu estava aberta para escutá-los. Em cada uma das situações, me apresentei brevemente como estudante de doutorado da PUC, usando somente a primeira parte da sigla, por considerar que todos sabiam, de que universidade se tratava. Além disso, mencionava brevemente meu tema de pesquisa, dizendo que pesquisava a experiência de beneficiários com o Programa Bolsa Família, agradecendo por fim, pelo seu tempo e interesse em me conceder aquela conversa. Normalmente, acontecia, ainda, uma troca de frases sobre temas corriqueiros, como o frio ou a oferta de água e café, até que iniciássemos oficialmente a entrevista. Todas as entrevistas biográficas realizadas neste estudo foram conduzidas com base no método de entrevistas narrativas biográficas de Fritz Schütze (1983). Esse método se caracteriza, especialmente, pelo seu nível de abertura, ou seja, pela forma como a pergunta inicial de entrevista é formulada e pela maneira como o entrevistador se envolve ao longo da interação. De modo geral, iniciei minhas entrevistas seguindo, mais ou menos, a seguinte pergunta:

Seu Pedro então é o seguinte gostaria que o senhor me contasse a sua vi- a sua história de vida, a história da sua família o senhor pode me contar tudo o que o senhor quiser, o senhor pode usar o tempo, que o senhor quiser, nesse primeiro momento eu não vou lhe perguntar nada \P.: 'sim' \E.: eu só

---

<sup>53</sup> A partir daqui volto-me exclusivamente aos meus entrevistados do Cras Horizonte, visto que apenas essas entrevistas serão consideradas na minha segunda amostragem teórica.

quero escutar, vou fazer algumas anotações e a partir dessas anotações do que o senhor me falou eu gostaria de depois fazer algumas perguntas (Retirado da primeira entrevista com Pedro em 2019, p. 1, linhas 1-5).

Como podemos ver, o enquadramento está voltado para a biografia, incluindo a história da família, ficando a cargo do próprio entrevistado estruturar a sua fala a partir dali. É o entrevistado que determina por onde começar, quais temas mencionar e o que destacar de cada tema. Por trás desse método de entrevista encontramos dois princípios básicos, que fundamentam seu funcionamento, a saber: o princípio da comunicação e da abertura. De forma sucinta, o *princípio da comunicação*<sup>54</sup> faz referência ao fato de que, assim como qualquer outra situação social, também a situação de entrevista é constantemente definida pelos seus envolvidos, sendo ela, portanto, nunca neutra<sup>55</sup> e cujo significado é permanentemente negociado, podendo sofrer alterações no decorrer da interação. De forma prática, isso significa dizer que o pesquisador precisa ter clareza de que estímulos ele quer lançar mão no momento da entrevista e de que ele terá que considerar essa intervenção ao analisar o texto da entrevista e isso independentemente da sua motivação na situação concreta. Em consonância com essa noção de reciprocidade da interação social, a qual não tem como ser eliminada nos métodos de pesquisa social, mas controlada e posteriormente refletida, é que Fritz Schütze sugere que esse controle ocorra de tal forma que os entrevistados tenham a chance de trazer as suas próprias visões de mundo e a sua definição da situação (SCHÜTZE, 1978 *apud* ROSENTHAL, 2014). É assim, portanto, que chegamos ao *princípio da abertura*.

Para Schütze, assim como para demais pesquisadores e pesquisadoras de abordagens interpretativas, a abertura é uma postura científica, que busca a descoberta do novo e que para tanto deve se fazer presente durante todo o processo investigatório, compreendendo

---

<sup>54</sup> O princípio da comunicação é uma premissa de pesquisa discutida na pesquisa social interpretativa por uma série de autores, tendo como base teórica o famoso *teorema de Thomas*, formulado por Dorothy e William Thomas (1928), bem como o conceito de *enquadramento* de Erving Goffmann (2012).

<sup>55</sup> A reflexão a respeito da influência do pesquisador sobre o entrevistado é um preceito bastante consolidado na pesquisa qualitativa de maneira geral, não sendo prática exclusiva da pesquisa biográfica. Essa última fornece, no entanto, de forma bastante clara, as ferramentas para concretizarmos essa reflexão. Além disso, ao contrário do postulado da neutralidade nas Ciências Humanas, que busca o controle da situação de entrevista através da eliminação de ruídos indesejáveis, mesmo aqueles ofertados pela própria situação da entrevista, o princípio da comunicação nos convida a pensar que o que está em jogo, é muito mais a tomada de consciência do pesquisador sobre os estímulos que ele oferece, bem como a compreensão de suas implicações para a situação de entrevista, bem como na análise do caso (Rosenthal, 2014).

desde o problema de pesquisa, passando pela coleta até a análise dos dados, possibilitando o desenvolvimento de *teorias empiricamente fundamentadas*, no sentido defendido por Glaser e Strauss (2006). Nesse sentido, a entrevista é realizada da forma mais aberta possível, permitindo que o entrevistado faça uso do seu próprio sistema de relevância<sup>56</sup>, abrindo mão de uma condução que privilegie os interesses do entrevistador, como no caso de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas. O objetivo, aqui, é que o pesquisador tenha acesso às interpretações e experiências que realmente tenham relevância aos sujeitos, e que essa relevância, em sua gênese e significado, possa ser apreendida e reconstruída.

De modo geral, as entrevistas aconteceram da seguinte forma: antes de iniciarmos, sempre pedia a autorização dos entrevistados para que a conversa fosse gravada. Nenhum pedido foi recusado. Eu conduzi as entrevistas divididas em três partes: 1) pergunta inicial narrativa e relato principal, 2) fase de aprofundamento e 3) perguntas externas. Durante minhas entrevistas busquei que os entrevistados construíssem o relato principal de forma autônoma, sem interferir ou interromper o fluxo da apresentação. Enquanto a pessoa falava, fazia anotações sobre os temas trazidos por ela, mantendo a expressão usada, bem como a ordem de como os temas eram mencionados. Diferente do que estamos acostumados a praticar na comunicação diária ou até mesmo em outros tipos de entrevistas, o único tipo de intervenção sugerida na primeira parte da entrevista é a manutenção de um olhar e uma escuta atenta. Ou seja, evitamos interromper o fluxo do relato com perguntas, mantendo apenas a atenção sobre o falante através do olhar e manifestações paralinguísticas como “hm” ou “aham”. Com frequência, esse tipo de performance causa estranheza nos entrevistados, os quais acabam reagindo, por vezes, com perguntas do tipo: “o que mesmo você gostaria de saber?” ou “o que posso ainda te contar?”. Nesses casos, apoiamos o relato com intervenções como: “pode me contar o que você quiser” ou “me conte o que aconteceu em seguida” (cf. ROSENTHAL, 2014, p. 194). No início de sua aplicação, o método exige concentração e disciplina, entretanto, ao passo que vai sendo internalizado como prática, ele vai se tornando mais “natural”. A maior parte das pessoas que entrevistei até hoje costumam dar retornos positivos sobre a chance de falar sobre si mesmas e de suas histórias, verbalizando chegar a

---

<sup>56</sup> O termo sistema de relevância, assim como cunhado por Alfred Schütz (2004; 2020) corresponde ao nível de aproximação ou distância dos sujeitos em relação ao conhecimento compartilhado socialmente. Nesse sentido, o sistema de relevância apresenta forte determinação biográfica. Mais detalhes cf. também Berger e Luckmann (2014).



reflexões, sobre as quais nunca haviam pensado. O efeito terapêutico das entrevistas narrativas biográficas foi discutido em uma série de artigos sobre o tema (ROSENTHAL, 2003; 2007; ROSENTHAL *et. al.* 2006, entre outros), nos quais foi demonstrado como esse tipo de entrevista estimula e desencadeia processos de autocompreensão (*Selbstverstehen*) e compreensão do outro (*Fremdverstehen*), capazes de permitir novas interpretações sobre o passado e o presente.

Depois que a pessoa finalizava o relato inicial, também chamado de apresentação autobiográfica, eu retomava, portanto, cada tema mencionado, na ordem que foi mencionado através de perguntas, que estimulassem a produção de narrativas. O objetivo, aqui, é atingirmos um *efeito funil*, que apoie o processo de recordar e possibilite que o sujeito se distancie cada vez mais do seu interesse de apresentação no presente em direção às experiências do passado, assim como possivelmente foram vivenciadas<sup>57</sup>. Se um entrevistado relata que a relação com o seu pai dentro de casa era estressante, o objetivo aqui é que estimulemos a pessoa a relatar uma situação, na qual se torne mais visível através de narrativas, o que ela quer dizer com “estressante dentro de casa com meu pai”.

A diferença entre textos narrativos, argumentativos e descritivos foi estabelecida por Fritz Schütze (1983) com base nos trabalhos de William Labov e Joshua Waletzki da área da linguística. Enquanto *narrativas* fazem referência a textos linguísticos que se encontram mais próximos das experiências, assim como ocorridas no passado, apresentando detalhes, como a sucessão de ações concretas, datas, lugares e pessoas, *argumentações* são justificativas e teorias sobre determinados acontecimentos, bem como a reprodução de discursos de valor e julgamento, ao passo que *descrições* são classificadas como acontecimentos estáticos e repetitivos, ocorrendo sempre da mesma forma, sendo indicadas, por exemplo, por advérbios como “sempre que”, “cada vez que”, “toda vez que” e assim por diante (ROSENTHAL, 2014).

Perguntas narrativas que visem o aprofundamento alcançam um efeito funil quando logramos, portanto, que a pessoa consiga se colocar novamente em determinada situação no passado e nos conte detalhes sobre o que está acontecendo. Esse processo de recordar não é, entretanto, fácil, demandando do entrevistador a capacidade de prestar apoio através do

---

<sup>57</sup> O aperfeiçoamento de perguntas que visam o aprofundamento de experiências é uma importante contribuição de Gabriele Rosenthal ao método de entrevistas narrativas biográficas de Fritz Schütze. Mais detalhes sobre esse tipo de perguntas cf. Rosenthal, 2014, p. 198 e Rosenthal, 2017, p.250.

domínio das técnicas de aprofundamento e de sua sensibilidade diante de temas, que envolvam experiências de sofrimento ou até traumas (mais detalhes cf. ROSENTHAL, 2017, p.250). Alguns de meus entrevistados, a exemplo de Pedro, apresentaram, desde nosso primeiro encontro, dificuldade em falar sobre experiências da infância e juventude, especialmente aquelas vivenciadas junto à família de origem. Além da necessidade de realizarmos mais de um encontro até que Pedro conseguisse falar sobre esses temas, foi necessário utilizar a técnica da *recordação cênica* para que Pedro conseguisse se aproximar minimamente de experiências da infância. A recordação cênica consiste em uma técnica, semelhante àquelas utilizadas em terapias, que auxiliam o falante “a assumir a perspectiva de cenas passadas e então traduzi-las em histórias” (ROSENTHAL, 2017, p. 250), evitando apenas a geração de descrições e argumentações em prol de narrativas, capazes de auxiliar a compreensão do passado, tanto para o ouvinte, como para o falante. Na ocasião de nossos segundo e terceiro encontros, busquei não apenas perguntar por experiências da infância com familiares, mas também mencionar objetos, pessoas e lugares que possivelmente faziam parte dessas experiências, como forma de auxiliá-lo a se reportar a essas situações, sobre as quais vinha evitando relatar. Quando perguntei, por exemplo, sobre sua relação com a avó na infância, ele afirmou de forma sucinta, que era uma relação boa e que ela fazia tudo para ele. Na sequência, trouxe o estímulo “e vocês moravam em uma casa” e a partir dali Pedro desenvolveu o seu primeiro longo relato de dez linhas, no qual me descreveu uma fotografia da casa da avó e relatou seu dia-a-dia de trabalho junto a ela na infância. De modo geral, a fase de aprofundamento, é o principal momento da entrevista, no qual processos de autocompreensão e compreensão do outro podem ser iniciados, sendo ele, portanto, fundamental para a reconstrução do caso.

Assim como vimos anteriormente, em nenhum momento da primeira e da segunda parte da entrevista menciono, por conta própria, meu interesse de pesquisa, abordando-o brevemente apenas antes de iniciar as entrevistas. No caso dos meus entrevistados do Cras Horizontes foi inevitável falar sobre o tema de pesquisa, visto que a situação de entrevista era sempre o meu primeiro contato com eles. Normalmente, busca-se introduzir o tema de pesquisa ao pesquisado, dias antes da primeira entrevista, assim que se torna mais fácil retirar o foco sobre a temática. No caso dos meus entrevistados, todos demonstraram orientar-se primeiramente pelo tema “história de vida” até mencionar em algum momento o recebimento

do benefício, tanto que houveram participantes, como Pedro, que nem sequer mencionaram por iniciativa própria o tema Bolsa Família. Nesses casos, quando não há menção sobre determinados temas, a terceira parte da entrevista, dedicada a perguntas externas, é utilizada para que possamos falar sobre esses assuntos. Como Pedro não havia falado, em nenhum momento, sobre o programa, sua infância, seus pais e outros familiares, busquei trazer esses temas nesta terceira fase. Normalmente são realizados mais de um encontro até que todos os assuntos tenham sido retomados. Todas as minhas entrevistas superaram uma hora de conversa, chegando, em alguns casos, a três horas ou mais de duração ao longo de dois ou três encontros.

Por via de regra, é recomendado que nunca se encerre uma entrevista com temas sensíveis e difíceis, que causem algum tipo de sofrimento, buscando sempre nos despedirmos de nossos entrevistados com uma lembrança positiva de seu passado a fim de que voltem a um lugar, para eles, considerado seguro. Em alguns poucos casos, os entrevistados chegaram a apresentar indícios de que estavam passando por algum tipo de crise emocional<sup>58</sup>, conquanto nenhum deles possuísse um diagnóstico de doenças psicológicas, bem como nenhum comportamento ou fala que pudesse sugerir risco de vida, como tentativa de suicídio, por exemplo. De modo geral, não é recomendado, que se conduza entrevistas biográficas com pessoas que se encontram atualmente em alguma crise emocional aguda, visto que uma entrevista significa sempre uma intervenção de menor ou maior impacto, a qual exige, diante desse público, conhecimentos específicos de condução, que garantam, por um lado, a proteção da integridade do entrevistado e por outro a coleta de dados<sup>59</sup>. No tocante a esse último aspecto, a maior dificuldade reside na tendência do entrevistado em crise em focar nas experiências problemáticas do passado, não abrindo espaço para outros tipos de experiência, exigindo assim intervenções específicas, além da capacidade do entrevistador de prestar amparo e ajuda para que o entrevistado volte a se estabilizar (mais detalhes cf. também ROSENTHAL, 2002). Em face das experiências realizadas com os titulares de

---

<sup>58</sup> Crise emocional no sentido da manifestação de desgaste psíquico através do comportamento (tristeza e choro) e dos temas trazidos na entrevista envolvendo sofrimento, tristeza, sentimento de impotência diante dos acontecimentos diários, entre outros.

<sup>59</sup> Essa reflexão resulta de uma discussão conduzida pela professora e pesquisadora Michaela Köttig durante o seu workshop de pesquisa (*Forschungswerkstatt*) na Hochschule de Frankfurt (*Frankfurt University of Applied Science*), ministrado pela docente quinzenalmente durante o primeiro semestre de 2022 e do qual tive a oportunidade de participar.

programas de transferência de renda durante o estudo, julgo ser importante recorrer à avaliação das técnicas responsáveis pelos acompanhamentos na hora de decidir quem pode ou não participar de uma entrevista, evitando, principalmente, prejuízos ao entrevistado.

Ao final da última entrevista, costumo, ainda, levantar alguns dados socioeconômicos específicos como a data de nascimento, cidade de origem, profissão e religião do próprio entrevistado e familiares, se ainda mencionados. Essas informações são utilizadas na fase de análise. Além do levantamento dessas informações, é recomendado a realização de um *memo* ao término de cada encontro. Eu costumo escrever o memo alguns dias depois da entrevista, caso contrário a tendência é de esquecimento das informações do encontro. O memo funciona como uma espécie de diário de campo, contendo informações detalhadas sobre o contato inicial com o entrevistado, sobre o lugar e a forma como transcorreu a entrevista, coisas que foram ditas depois que o gravador foi desligado, bem como os temas mencionados no relato principal e na ordem como foram trazidos. Por fim, escrevemos primeiras impressões sobre o interesse de apresentação e uma relação inicial dos dados biográficos, do nascimento até os dias atuais. O memo funciona, assim, como uma primeira orientação sobre o caso, podendo ser usado na análise propriamente dita ou em uma versão comprimida dos passos de análise, denominada *análise global* (mais detalhes cf. próxima seção), bem como na determinação de qual caso será primeiramente reconstruído, assim como os casos seguintes.

Além das utilidades supracitadas, o memo funciona também como um importante apoio para o desenvolvimento da amostragem teórica. O termo *amostragem teórica* foi cunhado por Barney Glaser e Anselm Strauss (2006), no contexto da pesquisa social como forma de decidir, quais casos seriam escolhidos para compor a amostra da pesquisa. Diferente de uma amostra estatística, a amostragem teórica se desenvolve ao longo da pesquisa, não sendo determinada de antemão. Após o estabelecimento do universo de pesquisa e do primeiro participante, a escolha de cada nova entrevista vai sendo realizada de acordo com as chances de conseguir possíveis entrevistados, mas também de acordo com as respostas e perguntas lançadas por cada nova entrevista ao projeto de pesquisa. O número total de entrevistas é denominado, por isso, de primeira amostragem teórica. Após a realização de um número total de entrevistas, escolhemos uma entrevista com base em sua importância para o projeto de pesquisa para ser reconstruída e compor a segunda amostragem teórica. Depois que ela é reconstruída por completo, precisamos decidir qual será o próximo caso a ser

reconstruído. Para tanto, nos orientamos pelos *critérios de contraste máximo e mínimo*, ou seja, com base nos primeiros resultados obtidos com a análise do primeiro caso, precisamos decidir se nosso próximo caso a ser reconstruído deve apresentar uma resposta diferente ou semelhante àquela encontrada no primeiro caso (ROSENTHAL, 2014). Dessa forma a escolha sobre qual caso deverá ser reconstruído na sequência ocorre sempre de forma analítica. Cada caso resulta em um tipo específico de resposta a nossa pergunta de pesquisa (mais detalhes cf. seção seguinte). A comparação por contraste nos ajuda a determinar se buscaremos tipos semelhantes ou diferentes. Tipos semelhantes buscam, normalmente, a possibilidade de maior profundidade sobre uma determinada resposta ao fenômeno pesquisado, enquanto tipos diferentes nos permitem encontrar diferentes respostas para um mesmo fenômeno.

No que corresponde a minha segunda amostragem teórica, após ter iniciado as análises a partir da entrevista de Pedro, um homem de mais de 60 anos, beneficiário do programa desde de 2018, decidi que meu próximo caso deveria apresentar uma resposta de contraste máximo a minha pergunta de pesquisa. Para tanto, busquei identificar, mesmo que de forma inicialmente superficial, com base nos memos, quais entrevistados apresentavam possivelmente experiências positivas com o programa, já que Pedro atribuía um significado totalmente negativo a sua experiência com o benefício. Foi, assim, então, que me decidi pela entrevista com Celso, também um homem com mais de 60 anos, mas que falava de forma positiva sobre o programa. A escolha por mais um beneficiário do sexo masculino se deu, principalmente, em razão da qualidade da condução da entrevista com Celso, já que a qualidade das entrevistas com mulheres beneficiárias não havia sido satisfatória. Após a realização de quatro novas entrevistas, apenas com mulheres, em uma segunda rodada, quem passou, portanto, a compor a segunda amostragem teórica foi Lara, de 38 anos, beneficiária do PBF desde 2006 e do Auxílio Emergencial por todo o período da pandemia e que também atribuiu um significado positivo a sua experiência com os benefícios, mas que diferente de Celso e semelhante a Pedro, apresentava uma grande capacidade de construir vínculos, com importantes consequências para a sua experiência com os programas. Se inicialmente o critério de escolha para a composição da segunda amostragem foi de uma aparente experiência positiva com o programa, ao final a escolha pela entrevista com Lara havia recaído, portanto, sobre aquilo que a diferenciava do caso anterior, incluindo o fato de ser

uma mulher, como forma de diferenciar ao máximo as possíveis perspectivas sobre um mesmo fenômeno, ou seja, sobre o papel do benefício na vida dos titulares. Como é impossível alcançar a *saturação teórica*<sup>60</sup> em uma monografia de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação, como é o caso da pesquisa de doutorado, minha segunda amostra teórica se restringiu a reconstrução de três entrevistas biográficas duma amostra total de dez entrevistas, cujos métodos de análise apresentarei a seguir.

### 3.2.3 *Análise das entrevistas narrativas biográficas e tipificação*

Com a decisão de qual entrevista será reconstruída, essa é, então, transcrita com base em um sistema de sinas bastante simples, assim como sugerido por Rosenthal (2014, p. 113). Uma vez transcrita, inicia-se a análise da entrevista, que é denominada na pesquisa social interpretativa, em geral, como reconstrução. Como a própria palavra já indica, trata-se de *reconstruir* uma interpretação uma vez já construída (VÖLTER, 2017). Alguém já construiu essa interpretação, resta, entretanto, compreender o caminho percorrido. É por isso que reconstruir significa, de modo geral, analisar um texto, seja ele uma transcrição de entrevista ou um protocolo, ou ainda uma carta ou um documento impresso, seguindo sua estrutura e sequência, sem desmembrar suas partes, como ocorre em outros métodos como a análise de conteúdo. Por trás da reconstrução encontramos a ideia de que as partes só ganham sentido em relação ao todo e vice-versa, assim que desordenar as frases ou palavras do texto e reestruturá-las de forma artificial a partir de categorias estranhas ao texto, nos distancia da construção de seu criador. Em relação à análise de narrativas biográficas através do método de reconstrução biográfica de caso, trata-se de analisar o significado de cada passagem, uma na sequência da outra, tomando o contexto geral da entrevista como referência (KÖTTIG, 2004).

O método de reconstrução biográfica de caso foi desenvolvido por Gabriele Rosenthal ainda na década de 1990 com base na combinação das abordagens da hermenêutica objetiva de Ulrich Oevermann (1979), da análise de texto de Fritz Schütze (1983) e das discussões de Wolfram Fischer (1978) sobre o conceito de campo temático de Aron Gurwitsch, vindo a ser

---

<sup>60</sup> A saturação teórica ocorre sempre quando não for mais possível encontrar novas estruturas, que mudem as perspectivas teóricas desenvolvidas até então e dão origem a novos tipos de um mesmo fenômeno (mais detalhes cf. ROSENTHAL, 2014).

sistematizado no livro “Pesquisa social interpretativo: uma introdução”, publicado em 2014 no Brasil. Uma das maiores contribuições de seu método está associada à relação teórica e sua concretização empírica entre as perspectivas da vida vivenciada e da vida narrada. De forma sucinta, podemos dizer que enquanto a vida vivenciada faz referência às experiências biográficas, assim como possivelmente vivenciadas no passado, a vida narrada está voltada ao vivido, ou seja, à interpretação da biografia no presente. Vida vivenciada e vida narrada não existem, entretanto, dissociadas uma da outra. Pelo contrário, Rosenthal (2017) busca argumentar teoricamente, com base nas considerações teóricas de Aron Gurwitsch (1974) sobre a teoria da *Gestalt*, de que forma uma determina a outra no momento do relato.

Assim, na autoapresentação biográfica encontramos uma integração entre passado, presente e futuro, ou seja, nela se fazem presentes elementos tanto da vivência no passado, como também do voltar-se atual a esse passado e a ideia de um futuro antecipado (KÖTTIG, 2004). Nas palavras de Rosenthal, isso significa dizer que “[d]a mesma forma que o passado também se constitui a partir do presente e da projeção de acontecimentos vindouros, o presente deve ser compreendido como produto do passado e da representação do futuro” (ROSENTHAL, 2014, p. 219). Apesar da forte determinação do olhar do presente sobre o passado, Rosenthal argumenta que é possível nos aproximarmos das experiências no passado, assim como foram, possivelmente, vivenciadas à época dos fatos, especialmente através do uso de narrativas, visto que é no processo de narrar e recordar que outras perspectivas sobre o vivenciado surgem. É essa possibilidade de aproximação ao que foi vivenciado, assim como foi vivenciado no passado, que nos permite reconstruir, desde de sua gênese, o processo de surgimento desse olhar no presente sobre o passado. Dessa forma, não seremos apenas capazes, como pesquisadores, de descrever significados, mas também de explicar seu surgimento e desenvolvimento. Com o passar do tempo, o significado de determinadas vivências vai sendo atualizado, especialmente em razão de momentos de transição na biografia, denominados por Fischer (1978) como *pontos de interpretação*, que levam à reinterpretação de experiências passadas, mas também esquecido, ignorado e omitido ou até mesmo, intencionalmente, reinventado como forma de se reformular a própria biografia. Apesar da dificuldade de se reconstruir a vivência de algo que quer ser esquecido e repaginado, como foi o caso do meu entrevistado Pedro, que visivelmente apresentou dificuldades em falar sobre suas experiências familiares e escolares na infância, bem como

sobre o possível abuso de substâncias químicas ao longo da vida, tanto o método de entrevistas narrativas biográficas como o método de reconstrução biográfica de caso, permitem, através do princípio da abertura, que até mesmo aquilo que o biografado busca omitir ou negar, possa ser evidenciado e analisado com toda a atenção. Através da estruturação autônoma do relato e de uma análise que considera essa estruturação, até mesmo o que se tenta silenciar se faz presente, visto que mesmo “[n]a tentativa de negar a realidade vivenciada, o falante faz referência, em estrutura e conteúdo, ao que é negado” durante o relato (ROSENTHAL, 2014, p. 221).

A análise da vida vivenciada e da vida narrada acontece no método de reconstrução biográfica de caso (ROSENTHAL, 2014) de forma separada, a partir de um procedimento abduutivo e sequencial. Para tanto, o método se encontra dividido em quatro passos principais, a saber: 1) análise dos dados biográficos, 2) análise de texto e campo temático, 3) reconstrução da vida vivenciada e 4) contraste entre vida narrada e vivenciada. Existe ainda um outro passo, que chamamos de microanálise, a qual pode ser realizada em qualquer momento da análise, sempre que uma determinada passagem do texto apresentar sentidos ambíguos ou difusos, ou seja, de difícil compreensão. Toda a análise da biografia é realizada de forma sequencial e abduitiva em consonância com o princípio de abertura. Assim, durante todo o processo de análise, nosso interesse de pesquisa permanece de lado, sendo retomado apenas após a conclusão da reconstrução. Enquanto *sequencialidade* significa que tanto os dados biográficos do entrevistado, como o texto da entrevista são analisados sempre de acordo com a ordem de sua estruturação, o *procedimento abduutivo*<sup>61</sup> faz referência à formulação de hipóteses primárias e secundárias (*follow-ups*) com base nos dados biográficos ou a partir dos trechos da entrevista. Sequencialidade e abdução caminham sempre juntas na análise.

De forma prática, isso significa dizer, que: *no passo 1*, os dados biográficos objetivos<sup>62</sup> são ordenados de acordo com a sequência dos acontecimentos, compreendendo, por exemplo,

---

<sup>61</sup> O procedimento abduutivo foi proposto por Charles Sanders Peirce e comporta nele as três formas do pensamento lógico: abdução, dedução e indução. Na abdução, as hipóteses são geradas a partir do caso. Na dedução, as hipóteses são geradas a partir da teoria e, na indução, as hipóteses são obtidas no campo e testadas no caso (ROSENTHAL, 2014). O procedimento da abdução permite a formulação de hipóteses a partir do caso específico, bem como seu controle, teste, manutenção ou refutação durante o próprio processo de análise, permitindo a descoberta do novo.

<sup>62</sup> Com dados objetivos me refiro a todos os acontecimentos biográficos pertencentes à biografia do entrevistado e que são isentos de julgamento de valores, sendo, por isso, passíveis de validação, como: nascimentos,



desde a data de nascimento do biografado, passando por todos os outros dados, dos quais temos conhecimento, como o nascimento de irmãos, ano de escolarização, possíveis mudanças de endereço, início de relacionamentos afetivos, a morte de familiares, entre outros, até o momento atual. Para cada dado é, então, produzido um texto considerando informações objetivas a respeito da constelação familiar e pertencimento social à época dos fatos (origem, situação socioeconômica, profissão, religião, escolaridade, histórico migratório, ocupação, pertencimento de grupo dos pais e avós), assim como acontecimentos e discursos históricos<sup>63</sup> de cunho econômico, político e social (tanto dos grupos dos estabelecidos, quanto dos outsiders), e teorias da psicologia do desenvolvimento e da teoria da socialização. Trata-se de maneira geral da contextualização de cada dado objetivo a partir de informações biográficas pessoais (isentas de juízo de valor) e de conhecimento sócio-histórico e psicossocial, que permitam ao pesquisador levantar hipóteses sobre oportunidades e limitações para a ação. Nem todos os dados biográficos e informações a respeito de acontecimentos podem ser coletados diretamente com o entrevistado, exigindo uma terceira fonte. Essa terceira fonte pode ser notícias de jornal, informações contidas em registros públicos, cartórios, prontuários médicos ou socioassistenciais, fichas policiais e assim por diante. Nelas não encontramos, entretanto, somente dados objetivos, e sim, sobretudo, dados acompanhados de interpretações, que quando utilizadas pelo pesquisador, precisam passar primeiramente por análise. Dessa forma, tanto o uso de dados objetivos, de teorias científicas, bem como a utilização de resultados de análise de material textual nos passos 1 e 3 do método de reconstrução biográfica de caso correspondem, por si só, práticas de triangulação na pesquisa qualitativa (KÖTTIG, 2005); mais detalhes sobre triangulação cf. também próximos subcapítulos). No caso do presente estudo, faço uso de teorias científicas, especialmente da sociologia, história e psicologia, bem como de dados objetivos sobre a biografia de meus entrevistados obtidos por diferentes fontes, além do uso de resultados de análise textual de uma entrevista com uma das Técnicas Sociais sobre o acompanhamento familiar.

Com base em cada dado objetivo, devidamente contextualizado e sempre seguindo a cronologia dos fatos, são formuladas, portanto, hipóteses primárias e secundárias (buscando

---

escolarização, casamentos, divórcios, doenças, acidentes, trabalho, mortes, etc. O pesquisador deve considerar *todos* os dados objetivos do biografado, dos quais tem conhecimento, tenham eles sido adquiridos através do próprio entrevistado ou de outras fontes (familiares, amigos, instituições, situações sociais, etc).

<sup>63</sup> Mais detalhes sobre o uso de dados históricos na pesquisa em Ciências Sociais no Brasil, cf. Fonseca (1989).

relações de causa e efeito) sobre a tomada de decisão ao longo da biografia, incluindo as diferentes possibilidades para a ação (oportunidades e limitações). O objetivo, aqui, é buscar compreender através de relações, primeiramente, hipotéticas, como determinados contextos e relações sociais podem ter influenciado a ação e conseqüentemente o desenvolvimento de um padrão de comportamento ao longo da trajetória. Enquanto a formulação de hipóteses ocorre no passo 1 sem que façamos referência ao texto, e sim apenas com base naquilo que sabemos tomando os dados objetivos, o *passo 3* visa a confirmação ou a rejeição dessas hipóteses a partir do texto da entrevista. Com a finalização do passo 3, concluímos a reconstrução da história de vida vivenciada, na qual se torna visível as experiências biográficas, assim como foram vivenciadas junto aos grupos de pertencimento à época dos fatos, considerando, ainda, a reprodução e a transformação de práticas, essas últimas geralmente impulsionadas por *turning points*<sup>64</sup>, as quais possibilitaram o desenvolvimento de um determinado padrão de comportamento ao longo da socialização, que chamamos também de estrutura do caso. A *estrutura do caso*, também denominada *hipótese estrutural da vida vivenciada*, corresponde ao resultado mais importante do caso, visto que ela reflete as regras que determinam a reprodução e a transformação de práticas e significados ao longo do processo biográfico. É na estrutura do caso, que vemos se materializar o conceito de biografia como um sistema de regras (mais detalhes cf. a seção 3.1.1 neste capítulo).

Quando possuímos um volume grande de dados sobre a história da família do entrevistado, envolvendo eventos que antecederam seu nascimento, uma maneira de sistematizar essas informações para que possamos melhor utilizá-las na análise do passo 1 é fazermos uso do *genograma familiar* (ROSENTHAL, 2014). Essa técnica desenvolvida no campo da psicologia familiar nos ajuda primeiramente a organizar as relações de parentesco do biografado para num segundo momento construirmos hipóteses, tanto primárias, como secundárias sobre o funcionamento dessas relações para cada geração, padrões de comportamento e dinâmicas sociais possivelmente desenvolvidas no meio familiar, bem como suas conseqüências para as novas gerações, incluindo o contexto de nascimento do

---

<sup>64</sup> Assim como pontos de inflexão interpretativos, *turning points* correspondem a momentos ou acontecimentos na vida de alguém, capazes de provocar mudanças importantes, neste caso, entretanto, voltadas para a ação e para o comportamento e não somente para a interpretação. Dessa forma, uma mudança de cidade, a morte de um familiar ou a perda do emprego podem colocar em marcha verdadeiras transformações na vida do biografado, capazes de mudar o comportamento, evidenciado até então.

entrevistado e as experiências biográficas posteriores. Como podemos ver, os resultados alcançados com a análise do genograma familiar poderão, então, ser usadas como base para a formulação de hipóteses do passo 1. Essa técnica foi usada no presente trabalho no processo de reconstrução da história de vida do entrevistado Celso Menezes (mais detalhes cf. seção 4.3). Em pesquisas biográficas, que têm a família como nível de análise do caso, o genograma familiar é utilizado como ferramenta de análise principal (Ibidem).

Avançando para o *passo 2*, encontramos a análise de texto e campo temático, na qual as frases do texto são, primeiramente, classificadas de acordo com o tipo de texto (narrativa, argumentação ou descrição, mais detalhes cf. ROSENTHAL, 2017, p. 294), para serem analisadas, em seguida, com base na formulação de hipóteses considerando o conteúdo do que é dito, a forma como é dito, mas também aquilo que é evitado. A partir de cada sequência, determinada pelo tipo de texto, troca de falante ou mudança de conteúdo, formulamos hipóteses acerca dos temas trazidos pelo biografado ao referir-se aquele conteúdo, bem como sobre a possível perspectiva, a partir da qual o biografado está falando sobre esses temas, perspectiva essa tratada, aqui, a partir de Gurwitsch como *campo temático* (ROSENTHAL, 2014). O campo temático faz referência a uma estrutura composta por uma série de partes (ou temas), cuja relação constitui um todo (campo temático) repleto de significado. Dessa forma, assim como um trecho de cinco linhas do texto pode guardar um ou mais campos temáticos a depender de seus temas, também todo um relato principal de uma entrevista narrativa biográfica, concebido como uma autoapresentação biográfica, pode conter um ou mais campos temáticos. Compreender o campo temático da autoapresentação biográfica significa chegar à *hipótese estrutural para a vida narrada*, ou seja, ele reflete a estrutura da construção biográfica no presente da fala, incluindo o interesse de apresentação dos biografados.

Como já supracitado, a essa estrutura não pertence apenas aquilo que é problematizado, verbalizado e por isso, manifesto, mas também aquilo que não é dito, uma vez que foi naturalizado e esquecido, ou também um dia, deliberadamente, omitido, encontrando-se copresente de forma latente. O que está em jogo, aqui, é compreendermos, desde a perspectiva do presente, por que alguém inicia falando de sua biografia a partir de um determinado tema, seja ele seu nascimento ou o divórcio ou ainda a morte de um familiar importante, avançando pela perda da casa, dos filhos ou da esposa e o que esses elementos

podem, ainda, significar para a autoconstrução biográfica se nos ativermos ao fato de que a pessoa conclui sua fala, mencionando o novo emprego, o novo parceiro ou a espera pela aposentadoria. O que pode, num primeiro momento, soar como totalmente aleatório, não é nunca tido na pesquisa biográfica como coincidência, tendo que ser compreendido sempre em sua manifestação formal, conquanto não possa, igualmente, ser visto como uma operação deliberada dos indivíduos e sim como uma estrutura latente de ordenação (ROSENTHAL, 2017).

Uma vez reconstruídas as perspectivas da vida vivenciada e da vida narrada, busca-se no *passo 4* explicar de que forma a interpretação do sujeito sobre a sua biografia no momento da fala está relacionada com as experiências de vida, destacando possíveis diferenças entre o vivenciado e o narrado. É através dessa possibilidade de diferenciarmos o que é passado e o que é presente, bem como de evidenciarmos o processo que dá origem ao presente através da compreensão da estrutura do caso, que a reconstrução nos possibilita não apenas a descrição, mas também a explicação de fenômenos.

Como já anteriormente mencionado, há ainda uma versão comprimida dos passos de análise, denominada *análise global*. Como o próprio nome já indica, trata-se de uma análise mais global do caso, ou seja, mais superficial de cada um dos passos acima indicados. Não existe uma receita de quão detalhada a análise global deva ser feita; antes cada pesquisador precisa decidir, a depender de seu interesse – se busca com a análise apenas escolher qual caso será analisado na sequência ou se a análise deverá servir apenas para agregar o caso aos casos já reconstruídos – quão profunda a análise deverá ser.

Finalizada a reconstrução biográfica do caso, a qual foi realizada, a título de lembrança, apenas com base na biografia e nas experiências como um todo, a pergunta de pesquisa é, por fim, retomada e discutida com base nos resultados obtidos na estrutura do caso. Ou seja, que possível resposta a estrutura do caso pode oferecer a minha pergunta de pesquisa? Dessa forma, cada reconstrução de caso oferece uma possível resposta a minha pergunta de pesquisa, correspondendo *tipos diferentes ou semelhantes* de respostas do fenômeno pesquisado. Assim como acima exposto (cf. seção 3.2.2), os tipos são construídos com base em estudos comparativos de contraste máximo ou mínimo, ou seja, eles deverão assemelhar-se, como forma de aprofundar conclusões a respeito do fenômeno, ou diferenciar-se, a fim de apresentar respostas diversificadas. No presente estudo, os tipos foram desenvolvidos no

sentido do contraste máximo. Embora os tipos representem a resposta final à pergunta de pesquisa, é importante destacar que o fenômeno pesquisado já é discutido ao longo de todos os passos da reconstrução, sendo parte constituinte da biografia analisada, assim que a formação do tipo já se inicia e pode ser verificada ao longo de toda a reconstrução do caso.

Embora as entrevistas narrativas biográficas correspondam o método principal aplicado, procurei refletir e aprender, ao longo da pesquisa, que outros aspectos do universo de pesquisa a partir de que métodos poderiam contribuir para a compreensão do fenômeno pesquisado. Devido à presença, que o acompanhamento social demonstra ter, ao menos num primeiro momento, na vida dos beneficiários, é que decidi usar o acompanhamento social como perspectiva agregadora para a análise do objeto em questão, ou seja, para a compreensão do significado que os beneficiários atribuem ao programa Bolsa Família nas suas vidas. A seguir gostaria, portanto, de detalhar de que forma e por quais motivos pretendo trabalhar com a combinação de métodos na presente pesquisa, especificando, ainda, que outros métodos de entrevista e análise serão utilizados para tanto.

### *3.2.3 Princípios da triangulação de reconstruções de caso e a condução e análise de entrevistas narrativas temáticas com profissionais da assistência social*

Como mencionado na última seção, a triangulação é realizada na pesquisa social qualitativa através da combinação de métodos, dados e teorias como forma de se estudar um determinado fenômeno social (KÖTTIG, 2005). Na sociologia brasileira, encontramos poucos autores que se dedicam a discutir e desenvolver o procedimento da triangulação, assim que a maior parte das minhas referências advém de outros países<sup>65</sup>. De modo geral, muitos pesquisadores realizam a combinação de dados, teorias e métodos sem muitas vezes denominar suas práticas como triangulação. Em particular, acabei esbarrando no conceito de triangulação quando procurava maneiras de combinar diferentes métodos em um único estudo. Embora meu interesse inicial fosse trabalhar com entrevistas e observação participante, os acontecimentos ocorridos durante o processo de pesquisa, envolvendo especialmente as limitações de acesso ao campo durante os dois primeiros anos da pandemia

---

<sup>65</sup> Algumas referências encontradas na sociologia brasileira e em língua portuguesa foram Oliveira (2015), Prickett e Angel (2012) e Duarte (2009).

de covid-19, me obrigaram a reduzir o número de métodos a serem aplicados. Foi, assim, portanto, que restringi minha escolha à aplicação de entrevistas narrativas biográficas e entrevistas narrativas temáticas, utilizando os resultados alcançados na análise dessas últimas no processo de reconstrução do caso. Mas, como se dá, especificamente, esse tipo de triangulação, que ocorre diretamente na reconstrução do caso?

Meu primeiro contato com a metodologia da triangulação ocorreu, portanto, através da leitura de trabalhos de Michaela Köttig (2004; 2005) sobre a triangulação de reconstruções de caso, fruto de seu estudo sobre o envolvimento de mulheres jovens em grupos de extrema direita na Alemanha. Nesse estudo, a autora aplica diferentes formas de triangulação, com destaque para a triangulação de entrevistas narrativas biográficas conduzidas com as jovens e observação participante em um grupo de jovens de extrema direita (mais detalhes cf. KÖTTIG, 2004). Para os fins que interessam a presente pesquisa, gostaria de destacar, primeiramente, alguns aspectos que encontramos, de modo geral, em discussões acerca da triangulação. Primeiro, é o fato de que faço referência à triangulação de métodos qualitativos de pesquisa e não a multimétodos ou métodos mistos, que é a combinação entre métodos quantitativos e qualitativos (mais detalhes sobre alguns conceitos cf. DUARTE, 2009). Em segundo, de que a triangulação não demonstra funcionar, na prática, como uma estratégia de validação de resultados a partir da combinação de métodos, assim como uma vez defendida por Denzin (1989), e sim como forma de ampliação gradativa e processual do conhecimento sobre um determinado fenômeno<sup>66</sup> (KÖTTIG, 2005). Antes, o que permite verificar a validade dos resultados é a consistência da reconstrução da estrutura do caso. A partir da noção de *reconstruções de caso* de Ulrich Oevermann (1981)<sup>67</sup>, Köttig (2005) argumenta,

---

<sup>66</sup> A ampliação e o aprofundamento da análise através da triangulação foi a crítica lançada por Fielding e Fielding (1986) às discussões pioneiras de Norman Denzin, ainda na década de 1970, sobre a validação de resultados como a principal vantagem da triangulação. Mais detalhes sobre a história do procedimento da triangulação cf. Duarte (2009) e Flick (2009).

<sup>67</sup> Oevermann (1981) diferencia entre reconstruções de caso e descrições de caso. Enquanto *descrições de caso* resultam da análise dos dados através de sua subsunção em categorias teóricas pré-estabelecidas, *reconstruções de caso* são realizadas considerando a estrutura formal do texto, ou seja, seguindo a cronologia de cada sequência até chegarmos na conclusão das regras – considerando a reprodução e transformação de ideias e práticas - que determinam essa estrutura. Dessa forma, reconstruções seriam capazes não somente de descrever fenômenos, mas também de explica-los com base nas regras de sua estruturação. Como mencionado na seção 2.2.3, é a sequencialidade, que permite que possamos reconstruir o processo de construção da interpretação do entrevistado, bem como acompanhar e controlar o processo de construção da interpretação do pesquisador, assegurando assim o critério de objetividade na análise. Mais detalhes sobre as contribuições da hermenêutica objetiva de Oevermann para a pesquisa social biográfica cf. Rosenthal (2014) e Köttig (2005).

que a determinação da estrutura do caso configura, por si só, a prova de validade, visto que, uma vez reconstruída essa estrutura com base em determinadas fontes de dados, ela precisa ser posteriormente reconhecida e confirmada em cada uma dessas fontes, como dados biográficos, entrevistas com terceiros, relatórios, entre outros. Dessa forma, o que permite a prova de validade é a própria reconstrução, cuja base, sim, é a triangulação. Desde o ponto de vista da triangulação de reconstruções de caso, a autora diferencia entre *triangulação na reconstrução de caso ou entre casos*<sup>68</sup>. Como o primeiro tipo de triangulação foi aquela aplicada neste estudo, é sobre ela que irei discorrer.

Triangulação na reconstrução de caso significa dizer, que diferentes fontes de dados serão utilizadas no processo de reconstrução do caso. Como anteriormente mencionado na *seção 3.2.3*, todas as minhas reconstruções de caso foram realizadas tomando diferentes fontes de dados, sejam elas documentos históricos e/ou entrevistas com profissionais da assistência social. Dessas fontes textuais podemos obter não apenas dados objetivos, como acontecimentos, mas também avaliações de terceiros sobre a vida de nossos entrevistados. Ao fazermos uso de informações, que carregam consigo julgamento e avaliação, se faz necessário uma análise mais detalhada deste material antes que possamos aplicá-lo na elaboração de hipóteses. Isso significa dizer, que cada material textual é reconstruído de forma independente, sem buscarmos paralelos com outras análises. Assim, somente depois que a análise estiver sido finalizada, é que utilizamos o seu resultado como forma de expandir a perspectiva sobre o caso. Como tive a possibilidade de conduzir uma entrevista narrativa temática com Agnes, a Técnica Social responsável pelo acompanhamento familiar de meu entrevistado Pedro Amaro, fiz uso tanto de dados objetivos de sua biografia obtidas com sua

---

<sup>68</sup> Além do uso de triangulação no próprio processo de reconstrução do caso, Köttig (2005) nos chama a atenção para a possibilidade de triangulação entre resultados de reconstruções através do *contraste entre casos*. Antes que se inicie a análise de qualquer caso, este precisa ser, primeiramente, definido, podendo ser ele uma pessoa, uma biografia, um grupo, uma organização, uma sociedade, uma trajetória, etc. Os casos a serem triangulados, não se caracterizam somente por serem levantados por diferentes métodos de pesquisa, mas também por poder apresentar diferentes domínios. Diferentes domínios podem ser combinados conquanto façam referência ao mesmo fenômeno. Após a definição do caso, cada qual é reconstruído de forma independente, sem que façamos, nem sequer, paralelos entre um e outro durante o processo de reconstrução. Somente depois que todos os casos foram reconstruídos, ou seja, que suas estruturas foram reconstruídas, uma independente da outra, é que elas são contrastadas e discutidas tendo o tema de pesquisa como pano de fundo. O contraste é, então, realizado considerando possíveis diferenças e semelhanças estruturais entre os dois casos desde a perspectiva do interesse de pesquisa. Dessa forma, muitos resultados que se apresentam desde um ponto de vista ou muitas vezes não podem ser devidamente compreendidos com base apenas nas reconstruções biográficas, ganham outra clareza quando vistos sob outra ótica e vice-versa, como destaca Köttig (2005).

ajuda, como utilizei o resultado da entrevista sobre o acompanhamento social para gerar hipóteses sobre a experiência do entrevistado com os serviços da assistência social. No caso da reconstrução de caso da biografada Lara Oliveira, utilizei também informações contidas na entrevista com a Técnica Social Amanda, responsável pelo seu acompanhamento na instituição. Mas diferentemente da entrevista com Agnes, não conduzi uma análise acurada da entrevista com Amanda, assim que apenas utilizei os dados objetivos compartilhados por ela, além de fazer comparativos com suas avaliações do caso, quando ofereciam respaldo para as minhas próprias hipóteses. Assim como destaca Köttig (2005), a maior vantagem deste tipo de triangulação reside na possibilidade de ampliar a perspectiva sobre o caso que está sendo reconstruído, à medida que aprofundamos a análise com informações novas, faltantes e perspectivas diferentes sobre um mesmo evento. A título de exemplo, gostaria de mencionar a importância da reconstrução da entrevista com Agnes para a compreensão do significado que os diferentes serviços socioassistenciais tiveram para o entrevistado. Mesmo antes de analisar a entrevista da Técnica Social, a importância que o grupo da terceira idade havia assumido para o entrevistado já havia ficado bastante clara, especialmente porque essa participação resultou em seu retorno ao mercado de trabalho. Entretanto, foi apenas depois da análise da entrevista com Agnes que comecei a dar atenção a outros detalhes sobre sua participação e perceber como o grupo havia sido apresentado, sobretudo, como um espaço, no qual ele poderia falar sobre si mesmo e suas dificuldades. Somado a isso, foi apenas depois de ter aproximado a apresentação da técnica sobre o acompanhamento – como “funcional e exitoso” – à reconstrução do caso que comecei a perceber como uma atmosfera de dúvida em relação à veracidade da sua condição social acabou por forjar situações, nas quais “provar sua precariedade” estava mais em jogo do que falar sobre suas dificuldades, tendo como consequência seu constrangimento em falar sobre si mesmo e suas necessidades nos atendimentos individuais. Sem a reconstrução da entrevista com Agnes, é possível que eu tivesse dado outro significado para a experiência do entrevistado com os atendimentos, restringindo sua vivência a uma ideia de controle social, sem perceber as consequências dessa vivência para o acompanhamento familiar como um todo. Dessa forma, podemos ver como essas duas perspectivas sobre o mesmo objeto – o acompanhamento familiar -, quando aproximadas, agregam uma à outra de tal forma que ampliam e aprofundam o significado que o mesmo demonstrou ter tido para o entrevistado.



Antes de finalizar o capítulo metodológico com alguns breves apontamentos a respeito da possibilidade de generalização teórica no caso particular e de que forma pretendo discutir os resultados obtidos nas análises, gostaria de falar ainda sobre a técnica de entrevistas temáticas e de que forma, a entrevista com Agnes foi analisada. Durante o processo de reconstrução da biografia de Pedro, enfrentei uma série de dificuldades em razão da falta de informações sobre determinados períodos de sua vida, como a infância e a juventude, bem como sobre suas relações familiares. Essa foi a razão, pela qual decidi retomar o contato com Agnes. Embora meu interesse com esse contato estivesse voltado inicialmente à coleta de alguns dados biográficos, decidi convidá-la para uma conversa, na qual pudesse me falar inicialmente de forma autônoma sobre a sua experiência com o acompanhamento de Pedro, para então, num segundo momento levantar, os dados faltantes, caso ela ainda não os tivesse mencionado. Nossa conversa foi realizada de forma remota com base nos princípios de uma *entrevista narrativa temática*, que é um tipo de entrevista aberta com vias a produção de narrativas, assim como o método de entrevistas narrativas biográficas, conquanto o foco não se encontre, aqui, na biografia e sim em um tema específico. Ambas têm a entrevista narrativa de Schütze (1983) como base, buscando “o registro de relatos mais longos, e de uma forma geral, formulados autonomamente sobre histórias de vida ou a respeito de determinada temática – como a história de um clube, da fusão de duas comunidades -; relatos que, a princípio, podem ser desenvolvidos sem maiores intervenções do entrevistador” (ROSENTHAL, 2014, p. 183). Portanto, assim como a entrevista narrativa biográfica, também a entrevista narrativa temática é dividida em três partes: relato inicial, fase de aprofundamento e uma terceira parte, voltada a temas ainda não mencionados. Já a análise da entrevista ocorreu mediante *análise de texto e campo temático*, que corresponde ao segundo passo do método de reconstrução biográfica de caso segundo Rosenthal (2014; mais detalhes cf. também a seção 3.2.3 deste capítulo). No caso da análise da entrevista temática, esse passo possibilitou a compreensão do significado que a Técnica Social deu para o acompanhamento, bem como para o acompanhado desde a perspectiva do presente da fala<sup>69</sup>. O objetivo aqui foi tentar reconstruir a estrutura dessa apresentação, que chamamos aqui de

---

<sup>69</sup> A análise de texto e campo temático de Rosenthal (2014) funciona, aqui, como um método de análise do discurso. Mais detalhes cf. capítulo 7.5 de Völter e Rosenthal em Rosenthal (2014, p.273).

campo temático ou ainda hipótese estrutural, utilizando seus resultados na reconstrução do caso do entrevistado Pedro Amaro.

### *3.2.4 Apresentação e discussão dos resultados através da comparação contrastante entre os casos*

A intenção com a presente seção é concluir o capítulo metodológico, esclarecendo brevemente de que forma conduzi a apresentação e a discussão dos resultados através do contraste entre as reconstruções buscando paralelos com a literatura vigente, a fim de desenvolver ao final algumas conclusões sobre o papel de políticas de transferência de renda na vida dos titulares. Devido à complexidade dos casos, a apresentação final foi realizada de forma resumida, buscando apresentar as experiências de vida que contribuíram para a explicação do caso, ou seja, especialmente, na análise do padrão de comportamento desenvolvido pelo entrevistado ao longo da biografia, sem que seja necessário a apresentação de cada um dos passos percorridos. Entretanto, assim como ocorre nas reconstruções de caso, também a apresentação dos resultados é *sempre* conduzida de forma sequencial e cronológica, a fim de evidenciar o processo que deu origem à construção biográfica em cada caso, além de garantir que o leitor possa acompanhar, compreender e em certa medida controlar o processo de análise percorrido, fazendo jus ao critério de objetividade. Todos os nomes dos entrevistados, de seus familiares, locais de nascimento e moradia, bem como o nome dos centros socioassistenciais e de seus respectivos profissionais foram modificados a fim de garantir sua anonimização.

Dessa forma, o leitor encontrará no *capítulo 4* deste trabalho, a apresentação de cada uma das reconstruções biográficas, bem como o tipo de resposta que cada uma delas ofereceu à pergunta da pesquisa. Em seguida, no *capítulo 5*, dou sequência à discussão dos resultados através da comparação entre os três diferentes tipos construídos com base nas reconstruções biográficas de caso em termos de suas semelhanças e diferenças em relação ao tema de pesquisa, à medida que passo a trazer outras referências teóricas que possam contribuir para a discussão.

## 4 RECONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS DE CASO E TIPOLOGIA

Para facilitar a leitura dos resultados diante da densidade de informações contidas em cada caso, o leitor encontrará as reconstruções de caso divididas em cinco partes: 1) contato com os entrevistados e situação de entrevista, 2) reconstrução da autoapresentação biográfica, 3) reconstrução da história de vida, 4) resumo da história de vida, destacando a hipótese estrutural, que explica o caso e 5) apresentação do tipo, construído com base na hipótese estrutural. As presentes reconstruções foram realizadas com base nas informações contidas no *memo* de cada entrevista, nas próprias entrevistas biográficas, nas duas entrevistas temáticas com as Técnicas Sociais, em anotações de campo durante minhas visitas ao Cras e em pesquisas bibliográficas em livros de história e artigos científicos. Na reconstrução da biografia de Pedro Amaro também fiz uso de documentos oficiais de uma das empresas para a qual ele trabalhou, disponibilizados na internet, tendo buscado por meio telefônico informações da instituição escolar frequentada por ele na infância. Por fim, vale lembrar que a apresentação das reconstruções foi realizada de forma cronológica, tanto a autoapresentação biográfica, como a reconstrução da história de vida, no intuito de garantir ao leitor uma maior compreensão da forma como cheguei aos resultados alcançados.

### 4.1 O caso de Pedro Amaro – Uma vida marcada pela constante mobilização de novos recursos

#### 4.1.1 *Primeiro contato e as situações de entrevista*

A primeira vez que ouvi falar de Pedro foi em maio de 2019, em minha primeira reunião no Cras com a coordenadora Marilda Costa e as Técnicas da instituição. Na ocasião, as profissionais passaram a me indicar alguns nomes para as entrevistas e foi nesse contexto, que Agnes, técnica responsável pelo acompanhamento de Pedro, me indicou o entrevistado. Ele foi descrito, segundo minhas anotações de campo, como negro, idoso e beneficiário do Bolsa Família, mas que estava prestes a sair do programa, pois havia conseguido um emprego de carteira assinada. Me interessei à época pelo seu perfil, pois seu caso me parecia atípico dentro do programa, especialmente por ser do sexo masculino, mas também por ter

encontrado um emprego, correspondendo possivelmente a um caso de sucesso. As próprias Técnicas se colocaram à disposição para fazer o primeiro contato com meus futuros entrevistados. Passados em torno de 40 dias dessa reunião, Agnes me comunicou ter conseguido que Pedro me concedesse uma entrevista. Ela me disse que ele viria para um dia de atendimento e que na sequência ele iria conversar comigo. Até o dia de nosso primeiro encontro, eu não o havia encontrado e falado pessoalmente com ele. Sendo assim, eu não sabia dizer quanta liberdade Pedro teve na sua escolha em me conceder ou não aquela entrevista. Considerando a forma sucinta e pouco detalhada como falou sobre sua história de vida, é possível que tenha me cedido esse primeiro encontro com o intuito de corresponder tão somente à expectativa da Assistente Social.

Antes de vir até mim, Pedro conversou com Agnes por cerca de 15 minutos em sua sala. Depois disso, Agnes o trouxe até a porta da sala de reuniões, onde eu estava a sua espera; ela nos apresentou e se retirou em seguida. Essa sala de reuniões estava localizada dentro do próprio Cras, perto da sala, onde trabalhavam as Técnicas e onde ocorriam, ao que tudo indica, os acompanhamentos. Ele me estendeu a mão e eu retribuí. Ele se sentou calado do outro lado da mesa de frente para mim; eu lhe ofereci água, ele aceitou. Agradei por ter aceitado ter aquela conversa comigo e lhe expliquei um pouco sobre meu interesse de pesquisa, falando que estava pesquisando os efeitos do PBF na vida dos beneficiários. Ele acenou com a cabeça, dando a entender que havia compreendido meu interesse. Também não fez perguntas. Eu perguntei, então, se poderia gravar a conversa, ele não se opôs.

Embora tenha se mostrado gentil, respondendo às minhas solicitações, sua fala se manteve bastante controlada durante toda a nossa conversa, que durou um pouco mais de uma hora. Em nenhum momento ele falou por iniciativa própria sobre a sua infância, sobre a família de origem ou sobre o recebimento do benefício do PBF. Quando comecei a fazer perguntas sobre esses temas, ele já demonstrava pouco interesse na entrevista, respondendo com frases curtas e de forma sucinta sobre esses assuntos. Sobre a infância, mencionou que havia nascido e crescido em Porto Alegre, ao passo que dizia que a mãe já estava bastante velha, que era doente e cadeirante, e que os pais haviam trabalhado na área de serviços gerais na sua infância. Já os parentes, ele disse não os procurava, visto que esses não lhe ajudavam em nada. Neste momento, dando sinais ainda mais contundentes de que queria encerrar a conversa, já que não falava mais comigo olhando nos olhos e sim para a tela do celular,

finalizei minhas últimas perguntas sobre o recebimento do benefício de forma rápida, nos despedindo em seguida.

Depois que nos separamos, fui até a sala de Agnes, com quem conversei sobre a entrevista. Eu acabei contando a ela, em tom de desabafo, que ele havia se mantido bastante controlado durante nossa conversa, trazendo poucos detalhes sobre sua vida. Agnes, por sua vez, se mostrou surpresa, verbalizando que ele era uma pessoa normalmente bastante comunicativa e falante, argumentando, que como não me conhecia, possivelmente preferiu se manter cauteloso. Além disso, a Assistente Social descreveu Pedro como uma pessoa bem conectada, que possuía muitas relações e que havia conseguido há poucos meses atrás um trabalho com a ajuda do Cras e que estava noivo e queria se casar. Fiquei surpresa com essa última informação, visto que ele não havia me falado nada a este respeito, dando até mesmo a entender que era solteiro.

Nesse sentido, nosso primeiro encontro foi marcado especialmente por uma série de temas, que foram visivelmente evitados ou omitidos e cuja a falta de informações passaram a dificultar muito a reconstrução da sua história de vida. Assim que, quando me deparei com essa dificuldade durante a análise da sua entrevista, decidi entrar novamente em contato com Agnes na esperança de conseguir algumas informações. Não era a primeira vez, que eu havia procurado Agnes para falar sobre essas informações que estavam faltando, mas como eu ainda não havia iniciado a análise de sua entrevista, não tinha muita clareza naquela ocasião sobre quais informações ainda necessitava. Na metade do ano de 2021, ou seja, exatamente dois anos depois, quando já havia iniciado as análises, retomei, então, o contato com Agnes, a qual me relatou, no entanto, não ter mais falado com Pedro desde fevereiro de 2020, um pouco antes do início do distanciamento social. Na ocasião, ela havia me contado ter conseguido algumas informações sobre a família de origem nesse último atendimento, já que eu havia levantado curiosidade a este respeito. Ela disse, entre outras coisas, que Pedro teria contado ter sido adotado pelos tios maternos e que seria filho único de sua mãe, a qual ele teria descrito como agressiva, fumante, diabética, mãe solteira e que havia sido expulsa do hospital, no qual esteve internada. Confesso que eu havia recebido aquelas informações com muita surpresa, visto que o entrevistado nem sequer havia sugerido, em nossa conversa, a possibilidade de ter sido adotado. A partir dali o tema “família de origem” havia se tornado para mim um verdadeiro enigma a ser compreendido e sem o qual a reconstrução da história

de vida não seria possível, limitando-se a hipóteses sem ou com pouco respaldo. A procura de Pedro por um novo encontro se fazia, portanto, inevitável.

Mesmo diante da crença de que ele me negaria um segundo encontro, entrei em contato com o entrevistado algumas semanas depois através de um número de telefone, que Agnes havia me passado. Buscando ser cautelosa nessa retomada de contato, lhe enviei uma mensagem por WhatsApp, lembrando quem eu era, como havíamos nos conhecido e verbalizando que gostaria de saber como ele estava após aqueles dois anos sem contato. Para a minha surpresa, três minutos depois ele me ligou e conversamos um pouco sobre a sua situação atual e como havia passado aqueles dois últimos anos após nosso encontro. Dentre os primeiros temas mencionados, chama a atenção que Pedro conta que sua mãe veio à óbito no período, concluindo que agora ele estaria sozinho no mundo. Ao final da conversa, eu disse, então, que estava analisando a sua entrevista e que como surgiram algumas perguntas, gostaria de saber se ele poderia me conceder um segundo encontro. Ele aceitou meu convite prontamente, assim que na semana seguinte nos encontramos em um parque, assim como sugerido por ele. Neste segundo encontro, Pedro demonstrou estar mais disposto a falar sobre a família de origem; no entanto, seu relato manteve-se ainda limitado a poucos detalhes e a uma apresentação predominantemente positiva, tanto da mãe biológica, como da avó materna. Eu pedi primeiramente, que ele me contasse um pouco o que havia acontecido com ele nesses dois últimos anos, sem interrompe-lo nesse primeiro momento, ao passo que busquei, num segundo momento, aprofundar os temas trazidos por ele naquele encontro, além de fazer perguntas a respeito de temas, que ainda não havíamos conversado, como por exemplo, suas experiências escolares.

De modo geral, o relato realizado neste encontro sobre as suas relações familiares na infância aponta para o fato de que Pedro havia nascido em Porto Alegre e que logo após o seu nascimento havia sido levado pela avó materna para viver com ela no interior do Estado, enquanto a mãe biológica havia ficado na capital. Ao que tudo indica, a mãe havia engravidado ainda solteira, ao passo que a identidade de seu pai tenha permanecido desconhecida. Além da avó, os tios maternos que viviam no interior e na capital também ganharam relevância no relato, o que poderia explicar a versão apresentada por Pedro à Assistente Social, de que havia sido adotado pelos tios maternos. Mas por que Pedro teria omitido a existência da avó materna, sua verdadeira cuidadora, para a Assistente Social?

Diante da informação trazida por ele neste mesmo encontro, de que havia herdado a casa da avó no interior após a morte da mãe biológica, é possível considerar que Pedro buscou omitir tanto a existência da avó, bem como a própria morte da mãe no intuito de evitar que a notícia da herança chegasse até a assistência social. Embora tenhamos falado bastante sobre sua infância, nossa conversa foi dominada pelo pedido de divórcio que sua então esposa havia feito alguns meses atrás. Dessa forma, tanto o tema “família de origem” como “minha nova companheira” foram definitivamente mais desenvolvidos no relato, conquanto Pedro tenha demonstrado não ter deixado em nenhum momento a fachada do palco de apresentação.

Depois desse segundo encontro, segui mantendo contato com o entrevistado por WhatsApp, às vezes nos comunicávamos por mensagem, às vezes por áudio. Sempre que surgia alguma pergunta pontual sobre sua biografia, eu o procurei pelo aplicativo de mensagens. Também ele tomou a iniciativa de entrar em contato algumas vezes, sempre me perguntando como estava. Certo dia, ele me convidou para visitarmos um novo espaço aberto na cidade, que ficava ao ar livre. Eu estranhei o convite, passando, então, a me questionar sobre os interesses de Pedro em relação a minha companhia. A partir daí, passei a mencionar com mais frequência a minha família em nossas conversas, destacando, por exemplo, que eu iria encontrá-lo para conhecermos o novo espaço, somente caso meu marido pudesse ficar com nosso filho pequeno e assim por diante. Antes de nos encontrarmos, contei a ele que eu estava fazendo uma revisão sobre os seus dados biográficos, tentando organizar de forma cronológica algumas datas, como período de sua escolarização, sua vinda a Porto Alegre, etc., questionando-o se não poderia me ajudar com essa tarefa. Ele aceitou a missão e nos encontramos, portanto, pela última vez pessoalmente numa tarde de domingo, no mês de novembro de 2021.

Nos encontramos perto do local, assim que fomos caminhando até lá enquanto conversávamos sobre diferentes temas: aposentadoria, as obras da cidade, seu estado de saúde, o dinheiro que perdeu num negócio recente, entre outros. Quando nos aproximamos de um banco, perguntei se poderíamos sentar e organizarmos juntos algumas datas de sua biografia. Assim fui perguntando sobre a data de alguns acontecimentos, começando pela sua escolarização. Nesse momento pedi autorização para ligar o gravador, ele aceitou. Neste dia, tanto ele quanto eu demonstravam estar mais à vontade. Ele já falava de forma bem menos controlada, trazendo mais detalhes da sua relação com a mãe e a avó, trazendo até mesmo

experiências negativas vivenciadas com ela. Já em relação à avó, Pedro demonstrou ainda economizar suas críticas ao passado, conquanto tenha conseguido trazer mais detalhes sobre momentos vivenciados junto a ela. Foi, portanto, somente em nosso terceiro encontro que Pedro conseguiu falar mais, trazendo mais detalhes sobre a infância e a adolescência, bem como sobre as relações familiares à época. Entretanto, temas como dependência química e violência doméstica tenham permanecido intocados, ao passo que suas experiências de vida com violência na infância e juventude tenham aparecido pela primeira vez.

Se considerarmos os resultados obtidos especialmente na reconstrução da vida vivenciada, e que serão detalhados mais adiante, veremos que essa forma como se deu o nosso primeiro contato e os encontros que se seguiram, pode ser compreendida desde a perspectiva da dinâmica desenvolvida pelo entrevistado, ao longo da trajetória biográfica, de mobilização de grupos e pessoas como forma de desenvolver independência, tanto econômica como afetiva, com destaque para a importância desse segundo elemento para o significado que ele, possivelmente, vinha creditando a nossa relação. Se por um lado Pedro demonstrou ao longo dos nossos encontros problematizar de forma manifesta as experiências realizadas junto à família de origem de escassez de recursos econômicos, por outro a experiência da falta de recursos emocionais e suas consequências se limitaram, na maior parte do tempo, a sua manifestação latente, não conseguindo ser expressas por palavras. Alternativas às formas evidenciadas ao longo da análise de lidar com as emoções através do silêncio, do distanciamento, do uso de substâncias, bem como da violência física não demonstram não ter surgido no percorrer da trajetória, assim que o que encontramos é uma constante reprodução desses métodos ao longo da história de vida.

No que tange à reconstrução da história de vida do entrevistado, essa foi realizada com base no texto transcrito das três entrevistas conduzidas com Pedro, a partir de informações objetivas coletadas junto à Assistente Social, responsável pelo seu acompanhamento, como período de entrada e serviços acessados no Cras, bem como diferentes pesquisas realizadas em material histórico. A essas pesquisas incluem-se a procura por informações sobre a região e a cidade de criação de Pedro, inclusive história e desenvolvimento socioeconômico, leitura de marcos legislativos na área da educação desde 1930, o estudo de diferentes ciclos econômicos no Brasil, em especial o período da ditadura militar, visto que o entrevistado inicia seu processo de escolarização a partir dos anos de 1964, tendo suas primeiras



experiências laborais no mercado formal a partir de 1975. Além disso, realizei leitura de material histórico e midiático das empresas que Pedro trabalhou na área do transporte público, no intuito de coletar informações que pudessem ajudar a compreender importantes eventos biográficos, como a sua demissão e sua completa desfiliação desse setor. Mas antes de discutir de forma detalhada e cronológica os eventos e experiências realizadas nas diferentes fases da vida, bem como seus desdobramentos no processo biográfico até o momento presente, gostaria de iniciar a reconstrução biográfica de Pedro a partir dos motivos que explicam, porque Pedro fala da sua biografia desde a perspectiva presente de uma ideia de recomeço através do trabalho e da moradia.

#### *4.1.2 Autoapresentação biográfica*

Depois de ter concordado com o meu pedido para gravar nossa conversa, solicitei a Pedro que ele me contasse a sua história de vida e de sua família, indicando, ainda, que poderia usar o tempo que quisesse, que eu não iria fazer perguntas num primeiro momento, somente fazer algumas anotações, as quais gostaria de aprofundar com ele num segundo momento. Sem fazer qualquer pergunta ou dúvida sobre a minha pergunta inicial, ele dá início a sua fala da seguinte maneira:

P.: eu fiquei 31 anos casado, me separei, ela que pediu a separação né \E.: o senhor esteve 31 anos **casado** \P.: é pediu a separação, aí eu fiquei na rua, aí eu fiquei na época, tive que morar no colégio [dos meus filhos], a diretora me levou para lá, me deu apoio, e aí para não deixar ela na rua com as crianças pequenas, eu deixei, abri [mão] da casa lá para ela as crianças, aí fomos pro juiz e aí o juiz determinou que a casa era minha até que eles quando ficassem maior, porque foi ela que pediu a separação né ela não tinha direito a nada, o juiz disse para ela [...] (2019/I, p.1, linhas 7-13)<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Em todas as passagens retiradas das entrevistas com os três biografados, optou-se, predominantemente, em corrigir supressões linguísticas, bem como em não usar os códigos de transcrição, com o objetivo de facilitar a leitura dos trechos. Os únicos códigos mantidos foram o efeito em negrito das palavras entoadas pelo falante, bem como o parêntese duplo, no qual constam comentários sobre a reação física do entrevistado ou entrevistador durante a entrevista, ex. ((risos)). A entrevistadora foi representada nos trechos através da letra E, enquanto os entrevistados levaram a letra inicial de seu nome; dessa forma P. significa Pedro, C. Celso e L. Lara.

Assim como podemos ver, Pedro começa a falar sobre a sua história de vida e em parte da história da sua família a partir do seu casamento, que durou 31 anos, com destaque para o tema do pedido de separação da esposa. Embora tenha iniciado o tema da separação falando de forma ativa que havia se separado, dá continuação a frase argumentando que foi a esposa, quem pediu a separação, apresentando como consequência, a perda da moradia. No entanto, ressalva que mesmo saindo da casa, o imóvel era de sua propriedade e não da esposa, trazendo a figura do Juiz como forma de reforçar e legitimar essa defesa. Além da tentativa de deslegitimar a esposa diante do pedido de separação, me parece importante destacar como Pedro inicia seu relato a partir do divórcio, bem como das consequências práticas dele na sua vida, dando primeiros indícios de uma autoapresentação vitimizadora, tanto de si mesmo, na sua condição de marido separado, como também da própria biografia, em face do peso dado às consequências negativas da separação para a sua vida. Considerando a forma como dá seguimento ao relato, podemos ver que essa estratégia de autoapresentação vitimizadora se mantém a mesma, à medida que ele passa, então, a trazer mais elementos, conquanto descritivos, que possam comprovar a situação de precariedade que se encontrava à época, assim como podemos acompanhar na passagem que segue:

[...] e aí dava pensão para as crianças e quem pagava a pensão para as crianças era a diretora do colégio, que pagava a pensão, que eu estava desempregado [...] estava encostado com problema de coluna, depois me desencostaram, o INSS me desencostou, aí não achei mais serviço, estava desempregado 5 anos desempregado, fiquei 5 anos desempregado [...] (2019/I, p.1, linhas 13-16).

A essa ideia de situação de precariedade Pedro acrescenta na sequência do texto a avaliação de que passou a “ser sustentado” à época pela assistência social através da entrega de cestas básicas. Dado o significado pejorativo que essa expressão normalmente possui, bem como a inclusão desse elemento a sua fala acerca da situação que se encontrava à época da separação, considero que ela funciona, aqui, como forma de reforçar e principalmente de legitimar a ideia de que sua situação era de grande precariedade. Visto desde a perspectiva da vitimização, isso significa dizer que Pedro parece estar trazendo elementos para ele suficientemente legítimos que possam confirmar a sua condição à época. Embora a menção da ajuda de terceiros como forma de lidar com as consequências da separação já se fazia

presente desde o início do relato, no texto que segue esse apoio ganha ainda mais força através da introdução do tema “a ajuda da assistência social”:

P.: aí quem me sustentava era a assistência social aqui do [Centro Comunitário] dava o rancho, uma coisa ou outra, me ajudava e o lá o, como é aquele negócio, centro de caridade, aquele negócio de caridade [...] negócio de caridade, as pessoas que são carentes, eles ajudam dão móveis, dão tudo [...] aí, tudo que eu tenho, eu ganhei, fogão, geladeira, televisão, tudo eu ganhei através do Cras (2019/I, p.1, linhas 16-22).

Se considerarmos os dados biográficos do entrevistado analisados na reconstrução da vida vivenciada, veremos na transição de temática entre a penúltima e a última passagem (situação de desemprego -> ajuda da assistência), que Pedro dá um pulo entre os anos que se seguiram após o pedido de separação em 2007 e a sua situação atual, mais precisamente após 2017, que é quando volta a morar em Porto Alegre e procura a assistência após um novo período de cerca de cinco anos fora do mercado de trabalho formal. No entanto, desde a perspectiva da vida narrada, Pedro não deixa claro no início da última passagem, se está se referindo à presença da assistência após a separação em 2007 ou nos tempos atuais. Ao darmos seguimento ao texto, veremos, entretanto, que o próximo tema mencionado faz referência a um encaminhamento para a aquisição de móveis e a ideia de que tudo que possui hoje, ele ganhou através do Cras, remetendo à sua relação com a instituição no presente. De modo geral, não existiam ainda as instalações dos Centros de Referência em 2007, período da separação. No entanto, já existia o Centro Comunitário, que ele menciona acima, assim que é possível inferir que ele já havia tido contato com os serviços da assistência disponíveis na época. Ao final da entrevista, quando pedi a ele que me falasse um pouco mais sobre essa ajuda financeira da assistência (sobre “ser sustentado”), ele fala claramente sobre os tempos atuais. Se nos atermos a forma como ele dá seguimento ao relato, a hipótese desse pulo de mais de 12 anos entre o passado e o presente se confirma, assim como podemos verificar na seguinte passagem, na qual ele fala, entre outras coisas, que está vivendo de aluguel:

[...] eu estou pagando aluguel né \E.: uhum \P.: vivo de aluguel, me inscrevi na minha casa minha vida, mas até agora eu não recebi [...] eu não participei de quatro reuniões, eles cancelaram meu [...] perdi o, perdi o apartamento [...] (2019/I, p.1, linhas 22-24).

A partir da inclusão do tema da “ajuda da assistência social” no processo pós separação, começa a surgir, sobretudo, uma nova perspectiva sob a sua autoapresentação, a saber: a do início de um processo de recuperação das consequências da separação e com isso da sua condição social precária. Essa ideia de *recuperação* ganha ainda mais força na passagem que segue:

[...] agora estou tendo que de novo começar tudo de novo e agora eu peguei esse serviço, agora em março, estava 5 anos sem assinar a carteira, peguei o serviço agora em março \E.: pegou agora em março carteira \P.: carteira assinada [...] e ai estou trabalhando um dia sim, um dia não, 12 por 36 [...] e tá muito bom o serviço \E.: é \P.: tá muito, já dá pra pagar o aluguel da casa [...] (2019/I, p.1, linhas 25-28).

Como podemos ver, essa ideia de recuperação passa a ser apresentada mais precisamente desde a perspectiva de um recomeço através, especialmente, do trabalho e da moradia, com destaque para o importante papel desempenhado pela ajuda de terceiros nesse processo. Aqui chama a atenção que não pessoas da família (nuclear e/ou extensa) são mencionadas nesse processo, mas sim grupos externos. Além do novo emprego formal, essa ideia de recuperação ganha força na passagem que segue através da menção de que também atua no mercado informal, da possibilidade de se aposentar em um futuro próximo, visto que possuía mais de 31 anos de carteira assinada, bem como da sua desobrigação legal diante das necessidades econômicas dos filhos, uma vez que esses já eram maiores de 18 anos. Ao passo que podemos identificar, portanto, a presença desse novo campo temático sobre a autoapresentação biográfica no sentido de recuperação, podemos acompanhar como o interesse de apresentação também muda, estando voltado agora mais fortemente a ideia de uma pessoa bem relacionada e um homem trabalhador. Pedro finaliza, assim, sua autoapresentação biográfica após cinco minutos de duração da seguinte forma:

P.: participo da reunião aqui do [Centro comunitário], reunião da terceira idade [...] faço parte do grupo [...] e quando aparece um servicinho de biscate, eu faço de dia [...] faço um servicinho de pintura ou cerâmica ou pedreiro, coisas pequenas, eu faço \E.: uhum \P.: e a aposentadoria, estou esperando pela aposentadoria, também não estou aposentado ainda \E.: aham \P.: 31 anos de carteira assinada e não estou aposentado ainda \E.: 31 anos de carteira assinada \P.: entrei o ano passado, estou esperando atrasou tudo lá no INSS [...] tá pra sair qualquer hora, eles falaram não faltou nada, tá tudo comprovado que eu trabalhei né 31 anos de carteira, tem

insalubridade, risco de vida e tudo onde eu trabalhava [...] mais nada e os meus filhos, vivem com a mãe deles e outros estão solteiros, tenho 4 filhos, tudo de maior, é só isso aí (2019/I, p.1-2, linhas 29-31; 1-8).

Se considerarmos a estrutura da apresentação inicial como um todo, ou seja, dos primeiros aos últimos temas trazidos, bem como a relação que esses temas demonstram apresentar entre si, sigo como hipótese estrutural para a vida narrada de que Pedro apresenta a sua biografia desde a perspectiva presente como “*um recomeço através da moradia e do trabalho*”. Este campo temático compreende, portanto, tanto a apresentação da sua vida após a separação como uma condição precária, como também o processo de recuperação dessa condição através do trabalho e da moradia, sinalizando que se encontra em um processo de recomeço. Em outras palavras, Pedro busca apresentar como ele chegou, através de perdas, a sua condição de vida atual, destacando, no entanto, que se encontra em pleno processo de recuperação dessa condição e de recomeço diante das perdas.

Detalhes sobre o que aconteceu antes e entre o ano de 2007 até os tempos atuais se mantem de fora do relato, com destaque para a relevância dada à assistência social ainda no relato inicial. Chama a atenção que faltam especialmente informações sobre a infância e juventude, bem como da família de origem. Durante a fase de aprofundamento da entrevista, Pedro tendeu a desenvolver os temas que faziam referência as suas experiências laborais, apresentando-as sempre desde uma perspectiva positiva, enquanto temas voltados à família de origem não foram mencionados de forma autônoma pelo entrevistado, e nem desenvolvidos quando perguntados. Assuntos referente às relações familiares foram abordados de modo geral de maneira sucinta e sempre desde uma perspectiva prática: idade, moradia, estado civil e emprego dos filhos. Apesar de não ter analisado as conversas que se seguiram desde a perspectiva da autoapresentação, especialmente a sua apresentação como uma pessoa bem relacionada e um homem trabalhador se mantiveram presentes, à medida que experiências biográficas negativas permaneceram sendo apresentadas desde a ótica vitimizadora. Mas que experiências podem explicar sua autoapresentação biográfica é o assunto sobre o qual irei discorrer na próxima seção.

### *4.1.3 A reconstrução da história de vida*

#### **4.1.3.1 Nascimento e infância junto à família materna: a prática da circulação de crianças e a experiência da rejeição**

Pedro Amaro nasceu em 1957 na cidade de Porto Alegre, em uma família de descendentes de negros escravizados por parte da sua avó materna, Ana. Nascida em torno de 1888 no interior da cidade de Campanha, localizada a 200 km de Porto Alegre, ao sul do Estado, a avó era descendente de negros escravizados, que possivelmente trabalharam na agricultura local como empregados após a abolição. Já o avô, Miguel, era de origem uruguaia, branco, também nascido ao final do século XIX. Ao que tudo indica, ele veio para o Brasil como soldado no início do século XX, estabelecendo-se na região de Campanha. A cidade, que contava no início do século XX com em torno de 20.000 habitantes, tornou-se uma localidade importante, que se desenvolveu com base nas atividades da pecuária e da agricultura, bem como na mão-de-obra familiar e escrava (escravos e homens livres). Seu povoamento se deu no contexto de práticas militares da colônia portuguesa, que visavam a garantia das terras ao sul do país, dando origem a “uma sociedade pecuarista e militarizada, orientada pelos valores guerreiros, baseado na violência do mando e no exercício irrestrito da autoridade” (PESAVENTO, 2014, p. 13). E é exatamente no contexto da passagem de uma sociedade estamental agrícola, escravista, de organização patriarcal, militarizada e católica para a sociedade que se iniciava capitalista (PESAVENTO, 2014), que os avós de Pedro foram socializados. Ao que tudo indica, os avós faziam parte do grupo de trabalhadores agrícolas pobres, que trabalhavam nas estâncias. Ambos eram de religião católica, vindo a ter em torno de 14 filhos. A mãe de Pedro, Maria Carolina, era uma das filhas do meio, tendo nascido em torno de 1929. Com as crescentes perdas na agricultura e o surgimento de novas oportunidades nos centros urbanos, considero que a família tenha migrado nos primeiros anos do século XX para a cidade, buscando diversificar suas fontes de renda.

Enquanto a avó obtinha a sua renda com o cultivo e a venda de verduras e frutas, os tios de Pedro, assim como a sua mãe biológica demonstram ter assumido postos no setor de serviços, privado e público, como na construção civil, limpeza doméstica, limpeza urbana, saneamento, entre outros, fazendo parte da classe trabalhadora. O relato de Pedro aponta para

o fato, de que a mãe teria começado a trabalhar bastante cedo como doméstica na casa de famílias. Não tenho informações sobre a ocupação do avô, conquanto seja possível considerar que trabalhava na pecuária e/ou agricultura, assim como muitos ex-soldados à época. Em relação à escolaridade, a avó era analfabeta. Já a mãe possuía os primeiros anos do ensino primário, embora apresentasse dificuldade em ler e escrever. Sobre o nível escolar do avô não há informações. O período exato e os motivos da migração de Maria Carolina para Porto Alegre não ficaram claros. Por volta dos anos de 1950, o avô vem à óbito, segundo o entrevistado, como vítima de homicídio. Em decorrência de sua morte, Ana, avó de Pedro, acaba ficando viúva aos 62 anos de idade, tendo que manter o restante da família por conta própria e com poucos recursos.

E mesmo diante deste contexto de escassez de recursos, Ana vai a Porto Alegre buscar o neto, de acordo com Pedro, poucos dias depois de seu nascimento e o leva para morar com ela e a família em Campanha. Sua mãe biológica tinha 28 anos à época de seu nascimento; era solteira e permaneceu trabalhando como doméstica na capital após seu nascimento. Já a origem e a identidade do pai biológico se mantiveram desconhecidas para o entrevistado. Pedro apresentou ao longo de nossos dois últimos encontros diferentes versões sobre os possíveis motivos que levaram a separação entre mãe e filho. Enquanto em nosso segundo encontro, ele contou que foi morar com a avó porque a mãe não tinha condições financeiras de criá-lo, em nosso terceiro encontro, ele diz que ela o deu para a avó, porque não lhe dava valor e não queria assumi-lo.

Assim como veremos ao longo da reconstrução da história de vida, é possível considerar que Pedro vai morar com a avó porque a mãe não tinha condições financeiras e nem emocionais de ficar com a criança. Especialmente esse último elemento poderia explicar porque a mãe demonstrou manter pouco contato com ele durante toda a infância e a juventude, mesmo depois das tentativas da avó e, em certa medida, de Pedro de manter contato com ela. Embora o entrevistado tenha falado pouco sobre a história da mãe, as informações prestadas por ele apontam para experiências negativas da mãe com o grupo familiar voltadas a uma gravidez precoce e fora de um matrimônio, envolvendo possivelmente alguma forma de violência física e/ou psicológica contra ela, com consequências negativas para os vínculos familiares e para a autocompreensão. Com base no relato, foi possível observar como a mãe biológica possuía um papel de desvio dentro da

família ao passo que Pedro a descrevia como mãe solteira, agressiva, diabética (doente) e fumante. Em nosso terceiro encontro, ele chegou a mencionar, ainda, que a mãe fazia um alto consumo de bebida alcoólica.

Os primeiros anos de vida do biografado se passaram, portanto, sob os cuidados da avó, que era aquela que cumpria o papel de cuidadora. Tal prática da *circulação de crianças* entre membros de uma mesma família ou entre famílias diferentes era à época – e segue possivelmente sendo - uma prática bastante comum no Brasil, ocorrendo por diversos motivos<sup>71</sup>. Além da avó, ele tinha ainda contato com tios, tias e primos, que viviam na mesma cidade, tendo crescido em torno de um grande número de pessoas. Até os seus dez anos de idade, Pedro contou predominantemente com os cuidados da avó, que era aquela que fornecia os recursos materiais (econômicos) e imateriais (de ordem cultural, emocional e afetiva). Nesse sentido, ela demonstra ter sido sua principal referência na infância. Como a avó ainda não havia conseguido se aposentar, Pedro cresce num contexto familiar de recursos econômicos bastante limitados. Pedro retrata seus primeiros anos de vida da seguinte forma:

E: e o que mais o senhor sabe sobre essa época do seu nascimento assim/  
 P: assim né foi terrível né aquela época das enchentes no tempo das enchentes, a minha avó passou trabalho comigo, por isso que eu dou valor para ela, passou trabalho, me criar, fralda de tecido, tinha ainda que lavar fralda isso e aquilo, remédio, uma coisa e outra e vacina aquela da coqueluche, da varíola, um monte de coisa, um monte de doença né tinha naquela época né e tudo isso aí toda as vacina eu fiz até a vacina aquela da eu tenho no braço/ E: essa aqui/ P.: essa aqui a varíola da escola que se fazia na época me arruinou o braço endureceu o braço eu tive que ir no médico, o médico fez e endureceu o braço daí eu tive que ir no médico aí o médico lá fez lá um monte de coisa, teve gente que rejeitou né assim oh o braço assim ó e eu fui um que rejeitou, embolou assim então foi assim [...] (2021/III, p.7-8, linhas 30-34; 1-8).

Ele fala do período apontando as adversidades vivenciadas com a avó à época, como enchentes e problemas de saúde, destacando também os cuidados da avó em relação a sua higiene e saúde, bem como a realização das vacinas necessárias. Todas essas adversidades se deram, entretanto, num contexto de muitas limitações econômicas, embora essa perspectiva

---

<sup>71</sup> O fenômeno da circulação de crianças é multifacetado, mas refere-se basicamente à prática da circulação de crianças dentro da própria família ou entre diferentes famílias. Essas famílias passam a assumir a tutela das crianças. A diferença em relação à prática da adoção reside precisamente no fato de que a identidade dos pais biológicos é conhecida, sendo que esses mantem ou não contato com seus filhos, podendo vir a viver em algum momento novamente com as crianças (FONSECA, 2002).



não ganhe relevância na passagem. De modo geral, é possível considerar que dentro daquilo que Pedro consegue recordar sobre os seus primeiros anos de vida, ele traz as práticas de cuidado da avó e as dificuldades enfrentadas com ela. Quando lhe pedi que me contasse mais sobre a sua relação com ela, ele conta:

E: e como é que era a sua relação com a sua avó/ P.: bem ela fazia tudo para mim, me levava pra mim tudo/ E: moravam numa casa/ P.: numa casinha simples de cinco peças de material terreno bem grande, cheio de verdura, plantava verdura, plantava limão, plantava um monte de coisa, o que ela colhia eu saía vender para ela, tinha uns fregueses certinho, que compravam as coisas, eu arrumava verdura, ela arrumava verdura para eu vender, levava no mercado onde a gente comprava [...] as pessoas nem sabem o que é sacrifício hoje em dia, nada cai do céu, tudo tem luta (2021/II, p.7-8, linhas 26-34; 1-5).

A descrição remete mais ou menos os seus 12 anos de idade, que é quando ele conta ter começado a ajudar a avó na venda de verduras e frutas como forma de ajudar no orçamento da casa. Chama a atenção que Pedro traz os mesmos dois temas anteriores: primeiro de que a avó prestava cuidados ao neto, exaltando-a como uma pessoa zelosa e segundo as dificuldades econômicas enfrentadas com ela, ao passo que começa a ajudá-la na venda de frutas para auxiliá-la no orçamento familiar. Nesse sentido, embora as duas falas sobre o passado foram feitas em encontros diferentes, as experiências que ele traz são as mesmas: os cuidados da avó em relação a ele e as adversidades enfrentadas de forma conjunta. Além das dificuldades financeiras, o convívio familiar na infância e na juventude demonstra ter sido marcado pelo trabalho e pela religião, com poucas oportunidades de lazer e diversão. A ausência de atividades recreativas no meio familiar parece um importante indicativo de que Pedro cresceu predominantemente na presença de pessoas adultas e não de crianças, apesar da existência de primos. A ausência de outras crianças que pudessem precisar dos cuidados da avó reforça a interpretação de que Pedro gozou de seus cuidados e com isso de sua atenção na infância. Por outro lado, isso parece também ter contribuído para uma infância conservadora, especialmente se nos atermos à grande diferença de idade e de gerações entre a avó e o neto. A essa vivência conservadora da infância incluem-se hábitos e práticas de motivação religiosa voltados a valores como abdicação, obrigação e obediência em relação à avó e às leis da igreja, bem como à aplicação de métodos conservadores de educação, como o uso da vara de marmelo no intuito de corrigir o comportamento do neto.

Em contrapartida, Pedro ressalta que os momentos voltados à diversão ficavam reservados à escola e aos campeonatos de futebol. Os passeios da escola e os piqueniques demonstram ter sido, de modo geral, as experiências mais positivas realizadas no meio escolar.

Suas experiências escolares iniciaram, entretanto, mais tarde, quando ele tinha dez anos de idade. Até então, sua institucionalização familiar apresentou pouca ou nenhuma concorrência. E é no contexto de sua escolarização e de uma possível piora das condições econômicas da avó, que ele conta ter descoberto, aos dez anos de idade, a verdadeira identidade da mãe biológica. No entanto, não fica claro o que ele sabia sobre a sua história de vida até aquele momento. Ele diz que como a avó lhe tratava como filho, acreditava ser ela a sua mãe. Nesse sentido, é possível considerar que o tema de seu nascimento tenha sido tratado pela família por um longo tempo como um segredo, um tabu por questões morais, visto que ele havia sido concebido fora de um matrimônio e de mãe solteira. Mas a partir do momento, em que a criação do neto começou a encarecer e a apresentar novas demandas no contexto escolar, a avó demonstra ter procurado a filha lhe solicitando ajuda. E é nesse contexto de dificuldades e do possível agravamento das condições financeiras familiares é que Pedro passa a tomar conhecimento, de que a pessoa que o estava criando, não era a mesma que o havia gerado. Quando pergunto o que a avó o havia contado sobre a mãe biológica, ele relata:

P.: a minha avó me contou que ela me ganhou e me largou e não queria me assumir, se não fosse a minha avó, eu teria morrido na rua/ E: e quando é que a sua avó lhe contou isso Sr. Pedro/ P.: eu já estava grandinho/ E: com quantos anos/ P.: estava com uns 10 anos, eu acho 10 anos/ E: até então o senhor achava que a sua avó era sua mãe/ P.: e era minha mãe, porque me pegou com 20 dias/ E: mas eu sei mas o senhor entende o que eu quis perguntar assim ahm ela o senhor sabia que o senhor tinha uma outra mãe/ P.: sabia/ E: o senhor sabia/ P.: sabia ela me falou/ E: e quando é que ela me falou/ P.: eu tinha uns 10 anos, com 10 anos ela me falou/ E: e antes disso o senhor não sabia da sua mãe aqui de porto alegre/ P.: não não/ E: não sabia/ P.: não não/ E: ok sim e como é que foi para o senhor na época o senhor se lembra/ P.: eu nem dei bola, nem dei bola, fiquei na minha depois ela começou a me procurar, a me ajudar a comprar o material para o colégio, alguma coisa às vezes ela mandava pra minha avó [...] (2021/III, p. 9, linhas 10-23).

Através da avó é possível observarmos como Pedro “descobre” no meio familiar tanto que possui outra mãe, mas também que foi abandonado e rejeitado por essa mãe. Concluo,

portanto, que à medida que Pedro vivenciava a rejeição da mãe, seja pela forma como os familiares falavam sobre o ocorrido ou pela própria atitude da mãe de se manter distante dele, também ele passou a se sentir rejeitado e até mesmo a rejeitá-la, especialmente emocionalmente. A descoberta da mãe biológica ocorre, de modo geral, num ambiente de conflitos familiares a despeito de disputas financeiras em torno da sua figura, com consequências para a autocompreensão, a qual se encontrava em pleno desenvolvimento na idade entre nove e onze anos (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). Nesse sentido, Pedro passa não somente a compreender a si mesmo como um filho rejeitado e abandonado pela mãe, mas também como aquele que gera custos e com isso “dá trabalho” para a avó diante das limitações financeiras da família.

#### **4.1.3.2 Passagem da infância para a adolescência: experiências escolares e laborais e suas consequências para a autocompreensão como “aquele que dá trabalho”**

Até os dez anos de idade, Pedro não havia, portanto, frequentado a escola, o que indica uma escolarização tardia. De maneira geral, a institucionalização da criança no ambiente escolar apresenta um papel importante para o seu processo de autonomização em relação à família, e isso cognitivamente, como emocionalmente (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006). O ingresso escolar permite, entre outros, que a criança amplie o seu estoque de conhecimento em relação à família, bem como desenvolva autoconfiança em novas relações sociais, como com professores e colegas. A inclusão da criança na escola em idade avançada era, no entanto, ainda uma prática frequente entre as classes populares à época, seja por motivos econômicos ou pela simples falta das instituições educacionais nas suas localidades (ROMANELLI, 1986). Esse último pode ser, no entanto, descartado no caso de Pedro, visto que a escola que ele passou a visitar em Campanha, havia sido fundada em 1910. Dada a situação econômica de escassez de recursos da família e os custos vinculados a sua escolarização (compra de uniforme, material escolar, passeios, entre outros), é possível considerar que essa possibilidade foi postergada pela avó até onde foi possível. E é nesse contexto da escolarização de Pedro, que a avó começa a exigir ajuda financeira da filha para o custeio dos estudos do neto, como podemos acompanhar na seguinte passagem:

P.: [...] depois ela [a mãe] começou a me procurar, a me ajudar a comprar o material para o colégio, alguma coisa, às vezes ela mandava pra minha avó naquela época o material era caro, o material era caro uniforme né tinha que usar uniforme, a calça azul-marinho, o guarda-pó branco, o sapato preto ou senão conga, o tempo da conga né/ E: mas quem é que organizava isso para o senhor/ P.: a minha avó/ E: a sua avó/ P.: o colégio cobrava mandava para ela o relatório, tal tá tem tantos dias para comprar isso, a minha avó telefonava para ela [a mãe] mandava para ela às vezes ela mandava ela dizia que não tinha, aí os meus tios me davam [...] (2021/III, p.9, linhas 22-29).

A passagem acima foi trazida no contexto da descoberta da existência da mãe biológica e da retomada de contato com o filho através de pedidos de ajuda financeira para o custeio dos estudos. Como se evidencia, Pedro continuou tendo, entretanto, pouco auxílio financeiro da mãe (“às vezes”) e pouco contato com ela durante o período escolar. A experiência de rejeição ganha, portanto, cada vez mais forma no passar dos primeiros anos após a descoberta, ao passo que as dificuldades econômicas e os conflitos familiares em torno das disputas financeiras persistiram, quando não se intensificaram no período. Mas mesmo diante das limitações financeiras, da experiência negativa da descoberta da existência da mãe biológica, bem como de seu suposto desinteresse em tê-lo criado, ele inicia o ensino primário, concluindo os primeiros quatro anos do ensino fundamental. Pedro fala, todavia, dos tempos de escola como tempos difíceis, visto que a escola e os professores são descritos por ele como autoritários e rígidos, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E: e como é que foi esse período quando o senhor entrou na escola /P.: castigo né, a professora castigava a gente, se não fizesse o ponto, se não fizesse a tabuada, se não soubesse a tabuada, ficava de castigo atrás da porta aquela época era rígido né/ E: uhum/ P.: batia as mãos da gente com a régua a professora, fazer a tabuada, todos os dias tomava a tabuada e depois tinha que estudar a lili do tempo da lili ((risos)) né da lili tu nem conheceu o da lili abcd tem que aprender né é um livro tinha que aprender, tinha que estudar aquele livro cada página, tinha que ver o que estava escrito no livro né [...] a lili o que ela era a lili era a dona galinha isso e aquilo coisa assim né ((risos)) tudo assim né ((risos))/ E: aham aham/ P.: bá eu sofri muito no colégio eu era medonho né/ E: ah éeee/ P.: judiava das gurias e coisas assim né [...] ai no colégio depois fui pro ginásio, ai no ginásio compartilhando o esporte lá jogava futebol, jogava campeonato, dois campeonato lá deu [...] (2021/III, p.1, linhas 2-15).

Se as crianças cometessem erros, elas eram punidas. Destacam-se na passagem experiências coletivas de práticas educacionais autoritárias com punição física e humilhação.

Com base nas situações descritas, é possível inferir que ele mesmo recebeu algum tipo de “correção” na presença de colegas, resultando em situações de humilhação no ambiente escolar. No caso de Pedro, podemos observar como o contexto escolar demonstra ter reforçado a educação rígida e conservadora recebida pela avó, mas possivelmente também a experiência de rejeição vinculada à mãe biológica, potencializando uma construção negativa de si mesmo. Experiências voltadas a práticas de violência aparecem na sua biografia também em outros contextos cotidianos, como por exemplo em uma situação, na qual ele conta ter presenciado como um homem é atacado pelas costas com uma faca, vindo a óbito. Ele tinha 14 anos à época. Dando continuidade ao tema do sofrimento no contexto escolar, lhe pedi, então, que me contasse uma situação específica. Para a minha surpresa, o entrevistado abre visivelmente um novo campo temático, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E: e seu Pedro o que o senhor pode me falar um pouquinho mais sobre essa questão que o senhor falou **eu sofri** o que o senhor tem uma situação assim/  
 P.: eu sobrevivi, deus tinha um plano na minha vida, porque eu passei trabalho, depois a minha avó ficou viúva do meu tio, eu te falei né meu avô foi matado numa guerra né/ E: uhum/ P.: então a minha avó ficou viúva né e ela me pegou pequeno me criou, eu com 13 14 anos **tinha** que trabalhar para fora para ajudar ela né [...] comecei a vender limão, vender verdura para ela trabalhei na [nome da empresa] com 14 anos cavando buraco na [nome da empresa] para não precisa faltar nada para ela, graças a deus né naquele tempo (não era aposentada) ela me ajudou, me criou, me deu educação, educação né isso foi uma coisa que ela me deu, educação né (2021/III, p. 1, linhas 15-24).

Experiências de sofrimento na escola não são apresentadas a partir dos métodos rígidos de educação, assim como esperado, mas desde a perspectiva da situação econômica da família, a qual por sua vez era limitada, fazendo com que Pedro começasse a trabalhar aos 13 anos de idade. Concluo, portanto, como o período escolar foi vivenciado por Pedro como um período de sofrimento vinculado de forma latente à educação rígida e autoritária recebida, com destaque para a presença de práticas corretivas envolvendo punições físicas e psicológicas. Já a passagem do ensino primário para o secundário se destaca pela experiência de sofrimento relacionada de forma manifesta à escassez de recursos econômicos da família, bem como de sua dificuldade em corresponder às demandas da escola. Experiências de discriminação na escola relacionadas à origem de classe ou de raça não são, no entanto,

mencionadas, com quanto possa-se trabalhar com tal hipótese, especialmente se considerarmos que Pedro demonstra ter reforçado no espaço escolar experiências de rejeição e uma autocompreensão negativa. Durante todo o período, o entrevistado não verbalizou e nem demonstrou ter recebido apoio emocional, seja de familiares ou de professores, para lidar com essas experiências de violência no ambiente escolar.

Considero, por fim, que especialmente tais experiências de sofrimento voltadas a escassez de recursos econômicos tenham ganhado força na passagem da educação primária para o ginásio, que é quando ele começa a trabalhar por intermédio da avó e do tio na abertura de foças. Esse fato pode estar indicando uma piora da situação econômica familiar no período e com isso a intensificação de conflitos, ao passo que a mãe continua sendo procurada para colaborar no custeio dos estudos do filho. As limitações econômicas da família como um todo, apresentam como consequência a tentativa da avó e do tio de estimular a inclusão de Pedro no mercado de trabalho, seja como forma de ampliar a renda familiar e com isso de co-responsabilizá-lo pela manutenção do grupo ou como forma de torná-lo mais autônomo em relação à família através do trabalho, estímulo esse ao qual ele, contudo, não responde de forma satisfatória, permanecendo somente uma semana no posto. Segundo o entrevistado, ele deixa a oportunidade devido ao esforço físico que a atividade demandava. Se por um lado, o entrevistado é estimulado pela família a iniciar-se no mercado de trabalho a fim de se tornar - como neto-homem - coprovedor familiar ou simplesmente mais autônomo em relação a ela, fica claro que ele recusa a tentativa; recusa essa, que é, ao que tudo indica, aceita pela família, em que pese a possibilidade dessa experiência ter reforçado uma ideia negativa de si mesmo como “aquele que dá trabalho”. Sua referência masculina demonstra ter sido à época o tio, irmão da mãe, que é apresentado pelo entrevistado como o intermediário da vaga de trabalho.

#### **4.1.3.3 Adolescência e a primeira tentativa de migração para a capital: frustrando expectativas**

Poucos meses depois dessa última experiência laboral, por volta do ano de 1972, o entrevistado conta ter acompanhado a avó a uma viagem a Porto Alegre no contexto da tentativa de homicídio da tia pelo companheiro. A tragédia familiar faz com que a avó tenha que ir a capital, mas como essa não possuía condições econômicas para financiar a viagem,

Pedro oferece o dinheiro com a condição de que ela o levasse junto. Se destaca no relato, a experiência de violência vivenciada na família materna envolvendo práticas de feminicídio, e em segundo o fato de que o entrevistado demonstra assumir visivelmente uma posição de superioridade em relação à avó e seus familiares, usando o dinheiro como moeda de troca. O fato de a avó aceitar a oferta do neto reforça a hipótese de seu interesse em transferir mais responsabilidades a ele.

Foi nesse contexto, portanto, que o entrevistado volta pela primeira vez a Porto Alegre após o seu nascimento. Não há informações sobre contato com a mãe biológica no período. Depois da alta hospitalar da tia, a avó volta para Campanha, enquanto Pedro permanece na cidade para ajudar com os cuidados da tia. Também aqui podemos identificar a intenção da avó de que o neto assumisse mais responsabilidades. Desde a perspectiva do entrevistado, esse ato da avó pode ter significado um aumento da confiança, reforçando uma compreensão positiva de si mesmo. Ele conta ter permanecido quase um ano morando com a tia em um bairro periférico, na região sul da cidade, há 20 km do centro da cidade. Foi também neste período, que ele demonstra evadir definitivamente a escola, já que não retorna para Campanha e nem se matricula em uma nova escola em seu novo bairro de moradia, o qual além de ser distante da região central da cidade, contava em pleno ano de 1970 com pouquíssima infraestrutura. Enquanto esteve em Porto Alegre não há informações sobre oportunidades escolares e nem de trabalho, sugerindo que o entrevistado tenha ficado recluso a esse ambiente periférico.

Quando a tia então conhece um novo parceiro, por volta de 1973, Pedro relata ter voltado para o interior para viver novamente com a avó. Chama a atenção, que o entrevistado não permanece na capital, onde poderia ter ido morar com outro familiar ou com a mãe biológica, voltando para próximo da avó, a qual representava à época proteção econômica e afetiva. Embora ele não fale abertamente sobre isso, considero que seu retorno ao interior estivesse igualmente relacionado a uma experiência negativa voltada a impossibilidade de realizações próprias, reforçando vulnerabilidades. Se a adolescência configura uma fase da vida marcada pelo estabelecimento de uma identidade social própria, original em certa medida em relação à família de origem, com a importante expansão dos grupos sociais de pertencimento, é possível considerar que o universo escolar e o mundo do trabalho não foram, na prática, um espaço de construção de uma autocompreensão positiva. Os espaços sociais

que aparentemente cumpriram essa função à época eram em certa medida a família, na figura da avó, mas também o futebol, que apresentou ser um espaço de realizações próprias, cuja importância já despontava na transição do ensino primário para o secundário, ganhando força em seu retorno para o interior em 1973, quando começa a jogar nos dois principais times da cidade.

De modo geral, o período que compreendeu os anos de 1972 e 1975 se destacou pela tentativa da avó de que Pedro assumisse mais responsabilidades, seja através do trabalho ou com a sua permanência em Porto Alegre para ajudar na recuperação da tia. Assim, expectativas sobre o entrevistado começaram a ganhar força no período, conquanto ele não as responde totalmente de forma satisfatória. O entrevistado, por sua vez, demonstrou ver na tragédia familiar a oportunidade de distanciar-se das amarras e determinações do grupo de origem, usando o dinheiro como instrumento de poder de realização diante da tentativa da avó de incluí-lo no mercado de trabalho mediante alguma atividade penosa, na qual, no entanto, não tinha interesse. Além da presença da tia, não há informações sobre apoio recebido de outros integrantes familiares no período. Sem ter conseguido aproveitar, portanto, a oportunidade de ir a capital em prol de interesses próprios e até mesmo reforçando uma ideia de como aquele “que dá trabalho”, ele volta para a casa da avó, permanecendo lá por quase dois anos antes de sua segunda tentativa de migrar para Porto Alegre.

#### **4.1.3.4 Nova tentativa de migração: expansão do capital social e a conciliação de expectativas, um primeiro *turning point***

De maneira geral, o entrevistado falou pouco sobre o período que esteve novamente vivendo junto da avó. Não há, por exemplo, informações sobre alguma ocupação laboral ou formação educacional mesmo depois de seu retorno para Campanha, somente o relato do seu envolvimento com o futebol. A dificuldade em acessar oportunidades educacionais e de trabalho, seja porque essas eram escassas na região ou porque ele não apresentava interesse pelas oportunidades à disposição, poderia explicar, porque ele volta a migrar em 1975 para Porto Alegre com quase 18 anos de idade com a finalidade de apresentar-se ao exército brasileiro, mas é dispensado devido ao excesso de contingente. Após a dispensa, ele conta ter começado a trabalhar em uma metalúrgica na área de serviços gerais por intermédio da



mãe biológica, que havia trabalhado para a dona da empresa. Pedro tem, assim, acesso ao seu primeiro posto formal de trabalho, com carteira assinada. Embora possamos aqui observar uma maior aproximação entre o entrevistado e a mãe biológica, Pedro não vai morar com ela e sim na casa de parentes.

A mãe biológica é mencionada por Pedro neste período sempre em contextos, nos quais ela está prestando algum tipo de ajuda a ele ou quando ela o procura, porque precisa de alguma coisa do filho, sinalizando a existência de uma relação baseada principalmente nas necessidades econômicas. Quando peço que me fale um pouco sobre o seu primeiro dia no emprego, Pedro destaca a proximidade que tinha com a dona da empresa e o significado “de filho” que ele tinha para ela. Diferente do que vinha acontecendo até então, o entrevistado permanece na vaga de emprego, ascendendo mais tarde do posto de varredor para o posto de soldador. O cargo de varredor demonstrava ser atraente para o entrevistado especialmente por ser menos dispendioso do que suas antigas experiências laborais. Dessa forma, foi possível identificar que mesmo cedendo às expectativas da família de origem para que começasse a trabalhar, Pedro consegue um emprego que não lhe exigia tanto esforço físico e que lhe possibilitava momentos de descanso.

Depois de ter morado com parentes da mãe em um bairro da zona norte, o entrevistado conta também ter vivido durante seis meses com uma namorada de origem estrangeira no centro da cidade. É também neste período que surge pela primeira vez no relato sua participação em festas. Além de ter morado com a namorada, ele conta ter vivido por um tempo na casa de uma tia, vindo mais tarde a morar sozinho em uma pensão, localizada na região central. Nessa mesma época, em torno de 1978, aos 21 anos de idade, ele relata ter saído da indústria devido aos efeitos da atividade de soldador sobre a sua saúde, migrando para o setor de prestação de serviços. Entre 1978 e 1980, ele muda em torno de três de vezes de emprego, passando por vagas no transporte de pessoas, limpezas gerais e no varejo, até estabelecer-se na área do transporte público. Na época, o Brasil havia recentemente passado pelo período do Milagre econômico, entrando numa fase de gradativa ressecção e enfraquecimento do poder do regime militar. Os dois anos que antecederam seu estabelecimento no setor dos transportes foram marcados por um lado pela frequente mudança de emprego, mas também pelo significado que as relações formais de trabalho

passaram a ter em seu dia-a-dia durante o governo militar, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

P.: pessoal nem sabe o que que é ditadura naquela época [...] deu aquele quebra-quebra em Porto Alegre, o exército tomou conta do centro, deu-lhe pau, veio o presidente dos Estados Unidos, veio Pinochet do Chile, veio o Gautier da Argentina, os três presidentes, os três militares, eles tinham encontro no Palácio Piratini com o Governador Jair Soares e aí o pessoal quiseram inventar de sair para rua para protestar contra o exército, botando faixa, xingando botando ofensa, o exército invadiu o centro e aí quebraram o pau [...] aí eu saí do serviço, o exército me atacou me perguntou, onde é que eu ia, eu digo, estou indo para casa, eles te dão assim não podia andar com 5-3 pessoa na rua, [...] aí foram inventar de fazer um panelaço em Porto Alegre naquela época, aí o exército tomou conta aí atacava, aí se te encontravam eles abriam a bolsa para ver se encontrava alguma panela achavam que tu fazia panelaço, aí tu mostrava, eu dizia não, tô saindo do serviço/ P.: aham/ E: era tudo assim cada canto que tu ia tinha 1 2 3 policial tudo armado/ E: que documento o senhor mostrava seu Pedro/ P.: a carteira profissional né de trabalho/ E: a carteira de trabalho aham/ P.: pessoal nem sabe o que que é ditadura militar, a ditadura militar é um regime assim é um regime que faz as coisas andar dentro da lei, mas é um regime muito duro, tu não tem direito a nada de reclamar nada, reclamar de nada [...] (2021/II, p.9, linhas 9-33).

Na passagem, ele chama a atenção para o dia que foi parado na rua por militares enquanto saía do trabalho no contexto de uma manifestação contra o governo. Como forma de provar que não fazia parte do grupo dos desordeiros, ele alega que estava no trabalho, apresentando a carteira de trabalho como forma de se identificar. Se por um lado se evidencia uma experiência prática em face da importância da carteira de trabalho para a proteção pessoal, por outro fica claro como o direito de ir e vir aparece atrelado à posse do status de trabalhador. Se considerarmos suas experiências da infância voltadas a práticas rígidas e autoritárias de educação, vemos como sua iniciação no mercado de trabalho ocorre num contexto histórico que acaba por reforçar e legitimar essas experiências.

De modo geral, foi possível evidenciar como a nova tentativa de migração para Porto Alegre pode ser vista como um primeiro *turning point* biográfico, visto que ela significou uma importante expansão do seu capital social e com isso da sua rede de apoio, tanto dentro como fora da família, possibilitando sua inclusão no mercado de trabalho formal, bem como a chance de assumir mais responsabilidades sobre si mesmo, desenvolvendo mais autonomia econômica e emocional em relação à família de origem. Durante esse período, ele morou,

entretanto, na maior parte do tempo na casa de parentes da família, conquanto apareçam primeiras tentativas de morar sozinho ou com pessoas fora do meio familiar. Não há relato de ajuda financeira do neto em relação à avó no período, a qual ainda não se encontrava aposentada à época. Ele também não menciona ter ajudado os tios financeiramente, com os quais viveu, afirmando somente que a mãe passou a lhe pedir dinheiro. Cabe, aqui, ainda destacar a relação afetiva, parental e de reconhecimento atribuída por Pedro à dona da empresa, demonstrando a expansão das relações de fidelidade e intimidade com pessoas fora do grupo familiar consanguíneo. Já suas estratégias no mercado de trabalho, essas ganharam força no sentido da busca e na realização de atividades que exigissem menos esforço físico. Por fim, considero, ainda, que o período se caracterizou pela possibilidade de uma melhora do status social dentro e fora da família, ao passo que consegue lograr a concretização de alguns de seus interesses.

#### **4.1.3.5 Estabelecendo-se como trabalhador e responsável familiar ao final da ditadura militar**

No mesmo período, no qual o entrevistado sai da indústria e encontra uma colocação na área dos transportes de pessoas, em torno de 1978, ele conhece a sua futura esposa, Alice: ela também era original de Campanha e morava e trabalhava como doméstica em Porto Alegre. Assim como ele, também ela era de origem popular e havia sido criada, segundo o entrevistado, pela família para a qual trabalhava na época. Ou seja, também ela havia crescido longe dos pais biológicos. Eles ficaram noivos em torno do ano de 1978, vindo a se casar dois anos depois, em 1980. Enquanto ainda eram noivos, Pedro morava sozinho, perto da casa da mãe biológica. E é no contexto de seu casamento, que ele conta adquirir os móveis para a casa do casal com a ajuda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ou seja, com dinheiro, fruto do trabalho. E foi também no contexto de seu casamento, que Pedro conta ter conseguido um novo emprego como cobrador de ônibus através da ajuda de um amigo em uma das mais importantes empresas de transporte público da cidade à época. Seu relato sobre a organização, aponta para experiências voltadas a longas jornadas de trabalho, com pouco tempo para o lazer e a vida em família, a uma estrutura organizacional bastante

rígida com pouco ou nenhum espaço para a expressão de necessidades próprias, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

[...] eu trabalhei na [empresa] em 80, eu pegava 4:30 da manhã na carreta, pegava 4:30 da manhã para largar às 9 horas da noite, era hora, fazia 14 horas [...] a minha guria só me via no fim de semana, a minha neguinha só me via no fim de semana, [nome da filha], domingo ou sábado estava em casa, ela não via, saía de manhã e voltava de noite né [...] P.: era 4 e meia de manhã, quando saía de casa, era o primeiro horário da [empresa] naquela época, tinha hora para pegar, mas não tinha hora para largar naquela época e quem mandava [na empresa] era tudo era militar né, era época da ditadura militar [...] eu chegava lá, se eu chegava lá com a camisa mal mal suja aqui não entrava, eles olhavam aqui a camisa, aí eu levantava a meia, se não estou com a meia preta, não entrava, se eu não estava com o sapato lustroso que nem um brilho e nem um espelho enxergando que nem um espelho sapato preto lustroso, não entrava com a barba mal feita também, cabelo mal feito também não, se eu não estava engravato de forma completinha não entrava, não entrava a segurança barrava [...] tudo, tudo era um quartel [...] (2021/II, p.8-11, linhas 11-24; 7-34 e 1-6).

Como podemos ver, a experiência realizada na instituição escolar na infância apresenta, em certa medida, muitos paralelos com essa experiência laboral ao passo que também lá encontramos a presença de regras rígidas de comportamento voltadas à vestimenta, à obediência aos professores e a punição em caso de descumprimento. Nesse sentido, fica claro como Pedro acaba por reforçar mais uma vez através do trabalho as experiências educacionais da infância.

Até o ano de 1983, ele conta ter vivido com a família numa casa alugada, localizada em uma vila periférica, na região centro-sul da cidade. Em 1984 eles vão, então, morar na casa de um parente, na qual assumem somente os gastos com luz e água, sem necessidade de pagar aluguel. No que tocante à distribuição dos papéis sociais entre ele e a esposa, foi difícil de reconstruí-la devido à escassez de informações a esse respeito. Com base no relato é possível, entretanto, considerar que a divisão do trabalho era tradicional: Pedro passava a maior parte do tempo no trabalho, enquanto a esposa era responsável pelos cuidados dos filhos e da casa. Pedro era aquele que possivelmente possuía a melhor renda e o melhor status ocupacional, enquanto ela demonstrava possuir a relação de trabalho mais estável – doméstica na casa da família, na qual cresceu. De maneira geral, a sua fala aponta para o fato de que ambos trabalharam fora de casa, dividindo os gastos da família. E à medida que o

casal vai construindo uma relação de apoio mútuo, o entrevistado passa a assumir gradativamente a responsabilidade pelo grupo. Desde a perspectiva econômica, a manutenção bem como a ascendência social demonstra ter sido possível somente através desse apoio mútuo entre os membros familiares, inclusive da família extensa.

No plano emocional, o período de seu casamento demonstra ter sido marcado também por conflitos e experiências de violência voltadas ao uso de bebida alcoólica e traições, conquanto essas tenham sido apresentadas sempre como experiências realizadas com terceiros e nunca em primeira pessoa, como podemos acompanhar na seguinte passagem:

[...] não essas festas, essas coisas de beberagem, festa de montoeira, nunca gostei [...] P.: muito difícil de eu ir, eu já nem ia festa de aniversário da [empresa de ônibus] né fazia cada festa, cada banquete com chopp, não participava da festa, amanhã depois eu venho, vou em casa mudar de roupa bah bah/ E: mas o que acontecia nessas festas/ P.: ah não/ E: ou o que acontecia nesses lugares/ P.: muitas vezes beberagem, falta de respeito, não respeitavam a família dos outros, hoje em dia é assim a pagar seria né e aí aquela época então confundia a amizade, essas coisa botava a família no meio, não gostava dessas coisas, então assim hoje em dia é assim bobajada/ E: o senhor tem alguma experiência uma lembrança assim/ P.: eu me lembro assim um colega meu, assim até eu estava em casa assim eu dizia para ele, essa coisa de amizade como aceitar trazer o ex-namorado da tua mulher na tua casa, eu dizia pra ele é mas ele é meu amigo passou, passou ele e a minha mulher, ele dizia, mas isso aí para mim já não cabe eu dizia para ele, ah não dá nada, aí um dia, eu estava em casa [...] olha vou trazer aqui um carvão aqui para comer um churrasco comer um churrasco com os morto, ele disse um saco de carvão de 5kg ele, aí chegou o cara que foi namorado da mulher dele aí chegou o cara para almoçar com ele que ele tinha convidado, aí o cara chegou aí o cara ia lá só sei que aí discutiram lá os dois e o cara matou ele na mesma hora nem meia hora [...] a bebida, a bebida não traz, não traz, não anda junto, não anda junto, sempre destruição a bebida traz destruição, destrói a família, destrói o lar então eu aprendi isso aí não adianta a palavra de deus, bebida destrói o lar destrói mesmo aí começa bebê e um já começa a conversar mais alto que o outro aí vem aquela besteira já a lenga-lenga (2021/II, p. 20-21; linhas 27-34; 1-22).

Chama a atenção na passagem como Pedro problematiza o abuso de bebida alcoólica entre colegas de trabalho e as consequências disso para as relações, tanto entre colegas, como entre colegas e a família. Ele segue a sua argumentação trazendo o exemplo do vizinho e colega de trabalho que convida o ex-namorado da esposa para um almoço, mas que é morto pelo rapaz após uma discussão. Embora não apareça detalhes sobre o uso de bebida alcoólica na situação descrita, ao final ele conclui, que o abuso de bebida alcoólica é o que provoca

essas tragédias, que levam, por fim, à destruição da família. Essa conclusão é apresentada desde a perspectiva presente com base em teorias religiosas, o que indica, que Pedro, assim como veremos mais tarde, passou a compreender essas experiências com ajuda da religião. Embora essas experiências sejam apresentadas como se elas tivessem sido vivenciadas de forma passiva, demais eventos biográficos, como sua futura desfiliação do setor dos transportes no ano 2000, sua entrada em torno de 2006 na igreja pentecostal, bem como a separação da esposa em 2007, são fortes indicativos de que Pedro está falando de si mesmo e de suas próprias experiências com o abuso de substâncias e suas consequências para as relações laborais e familiares. Desde a perspectiva presente, é notório que Pedro só consegue falar dessas experiências em terceira pessoa, possivelmente, porque ainda envolvem um alto grau de censura, constrangimento e culpa.

Após o nascimento da filha em 1980, nasce em 1987 a segunda criança do casal, um menino. Durante todo o período que se estendeu entre 1980 e 1988, Pedro permaneceu trabalhando como cobrador na empresa pública de transportes supracitada. Apesar de uma carga horária exaustiva, de regras rígidas de trabalho, bem como a aplicação de possíveis sanções em caso de descumprimento, Pedro permaneceu por cerca de oito anos na empresa até que é demitido por volta de 1988 no contexto de uma greve realizada pelos funcionários. Após a demissão, ele é admitido em duas outras empresas de transporte concorrentes, mediante teste de conhecimentos da área e nas quais sobe de cargo em relação à antiga posição, mantendo, entretanto, uma carga horária de 15 horas diárias de trabalho. Em ambas esteve atuando como fiscal de tráfico, prestando apoio no setor de recursos humanos, com expediente aos sábados em uma das empresas.

Dessa forma, também aqui identificamos uma carga horária exaustiva de trabalho, com pouco tempo para a vida em família e para o lazer, em que pese a possibilidade de ter alcançado uma melhora na renda. O significado positivo da vivência está especialmente voltado ao fato de que o entrevistado relata ter recebido relativa autonomia de seus empregadores para tomar decisões e desempenhar papéis de liderança. Também, aqui, Pedro exalta a sua relação com o dono da empresa, a qual é apresentada desde a perspectiva da confiança. Neste sentido, concluo que essa experiência laboral se destaca por um maior poder de realização e decisão para si e para o grupo, chegando ao auge da estratégia apresentada

até então no mercado de trabalho da busca por atividades que demandassem menos esforço físico, apresentando especialmente como resultado maior status social e poder.

Retomando as relações familiares, esse também foi o período, que ele e a esposa adquiriram a casa própria através de um programa habitacional do governo, por volta de 1992. Ao que tudo indica, o título de propriedade fica no nome da esposa; eles recebem um terreno e constroem uma casa com recurso próprio. Dois anos mais tarde, em 1994, a família passou a ganhar o apoio financeiro da filha mais velha, que começa a trabalhar aos 14 anos de idade na venda de jornais, reproduzindo a dinâmica familiar de envolvimento dos membros mais jovens no orçamento doméstico. Dois anos mais tarde, em 1996, Pedro começa a atuar no mercado informal como prestador de serviços de reparo em uma escola pública no seu bairro de moradia. E em 1998 nasce o casal de gêmeos, exercendo uma pressão ainda maior sobre o orçamento.

Conclu, por fim, como o período entre 1980 e 2000 se destacou especialmente pelo estabelecimento e fortalecimento do papel de trabalhador na área dos transportes, bem como de provedor familiar, lhe possibilitando gradativamente uma construção positiva de si mesmo como um homem trabalhador e pai de família. Dito de outra forma, o período significou de maneira prática e simbólica uma maior ascendência e poder tanto na família, quanto no mercado de trabalho. Também nesta fase da vida, a mobilização de pessoas e grupos dentro e fora do grupo familiar se fez igualmente presente como forma de compensar a escassez de recursos, alcançando maior autonomia, com destaque para o importante papel desempenhado pela família nuclear no provimento dos recursos econômicos e emocionais, sem a qual a ascensão social não teria sido possível.

#### **4.1.3.6 O segundo *turning point*: desligamento do setor de transportes e uma piora da condição social**

Após cerca de 20 anos de atuação no setor de transporte de pessoas, Pedro relata ter sido demitido por volta do ano 2000. Segundo o biografado, sua demissão se deu num contexto de redução de hierarquias ocupacionais a fim de eliminar o cargo de fiscal, integrando-o em outras funções. De maneira geral, os anos de 1990 podem ser considerados anos de novas e profundas transformações na sociedade brasileira. Além de um aumento do

desemprego, o período significou a perda da qualidade dos postos de trabalho devido à racionalização dos processos de trabalho, como a terceirização, a redução de hierarquias ocupacionais e dos programas de autocontrole da produção (gestão participativa, metas de produção e vendas), entre outros (HASENBALG, 2003; LIRA, 2012). Considerando a longa experiência adquirida na área, seria razoável considerar que o entrevistado iria tentar se manter no setor dos transportes. Ele conta, no entanto, que começou a trabalhar após a demissão como segurança em residências particulares, permanecendo no emprego mais ou menos até o ano 2002. Depois disso, não há registros de ocupação formal até 2003, quando começa a trabalhar com ajuda de um tio na construção civil.

De maneira geral, não há informações por parte do entrevistado sobre tentativas de permanência no setor de transportes. Neste sentido, chama a atenção, que apesar da longa experiência adquirida no setor, ele rompe totalmente com a área, migrando para um setor com piores condições de trabalho. Tal radicalidade pode estar indicando que sua demissão, assim como seu completo desligamento do setor não ocorreram somente no contexto de mudanças nas estruturas organizacionais e no mercado de trabalho, mas possivelmente também devido a sua própria condição. Uma pesquisa na internet com base em um material de propaganda publicado pela primeira empresa, para a qual o entrevistado trabalhou entre 1980 e 1988, aponta para o fato de que a organização passou a oferecer a partir de 2001 um programa de redução de danos para funcionários que apresentavam problemas com o abuso de substâncias, especialmente de bebida alcoólica. Como já acima mencionado no contexto de seu casamento, Pedro mesmo relata experiências envolvendo conflitos entre colegas de trabalho em festas organizadas pela empresa, nas quais se fazia presente um alto consumo de bebida alcoólica. Embora ele não fale abertamente a esse respeito, tanto o seu relato, como os acontecimentos ao longo da biografia indicam que ele mesmo pode ter sofrido com alguma forma de dependência química, com consequências negativas para as relações de trabalho e familiares. Tal experiência limite poderia explicar, portanto, porque ele se desliga completamente do setor dos transportes, migrando para a construção civil, sofrendo, assim, um processo de mobilidade descendente no mercado de trabalho.

Mesmo sem experiência na área, ele passa, portanto, a atuar na construção civil, primeiramente no mercado informal, passando em 2003 para o mercado formal, quando começa a trabalhar em uma construtora como pedreiro mediante contratos temporários. Em



relação às condições de trabalho no novo setor, evidenciou-se em geral uma piora com a queda da renda, uma carga horária ainda exaustiva, que passou a exigir mais esforço físico e oferecendo através de contratos temporários menos previsibilidade e segurança em relação ao presente e ao futuro. Além da entrada na construção civil, Pedro continua prestando pequenos serviços de reparo e jardinagem para a mesma escola que vinha trabalhando desde 1996. Sua nova situação no mercado de trabalho precisa, portanto, também ser compreendida a partir do aumento da sua participação no mercado de trabalho informal.

De modo geral, o período analisado que compreende os anos 2000 a 2003 demonstrou ter configurado um importante divisor de águas e nesse sentido um segundo *turning point* em sua biografia a partir do evento de sua demissão das empresas de transporte, a qual culminou no seu desligamento do setor e sua transição para a construção civil, com consequências para a condição social, que foi de mobilidade descendente. Essa radicalidade indica, sobretudo, que sua desfiliação ocorre no contexto de uma experiência limite envolvendo o abuso de substâncias químicas e suas consequências para as relações no trabalho. Com base nos eventos biográficos, vemos que Pedro logra essa transição com a ajuda de um tio, tendo permanecido em torno de um ano no mercado informal até ingressar em construtoras de grande porte.

#### **4.1.3.7 O terceiro *turning point*: problemas de saúde, dissolução do grupo familiar e piora da condição social**

Três anos depois de ter entrado na construção civil, em 2006, Pedro conta ter procurado a igreja pentecostal, a qual passa a desempenhar inicialmente um papel socio-terapêutico na sua vida, e mais tarde de empregadora. Diante da piora de sua condição social com a transição de setor, bem como do possível abuso de substâncias químicas e suas consequências para a sua saúde e suas relações, considero que o entrevistado buscou na instituição um novo sentido para as difíceis experiências em curso, conquanto ele fale abertamente somente sobre suas necessidades econômicas. Além da construção civil e da igreja, Pedro passa a intensificar suas relações com a instituição escolar, que chamo aqui de *a Escola*, para a qual ele vinha prestando serviços de jardinagem e pequenos reparos desde 1996. Essa aproximação começa a despontar a partir de 2005, quando seus filhos gêmeos

ingressam no ensino primário na instituição, e o próprio entrevistado dá seguimento a sua formação escolar, concluindo em 2006 o segundo ciclo do ensino fundamental na modalidade EJA. Além disso, o entrevistado se torna, também em 2006, presidente do Círculo de Pais e Mestres (CPM) do colégio, chegando a um cargo alto na instituição escolar. Segundo o estatuto do Círculo de Pais e Mestres, cabia ao presidente do CPM uma série de responsabilidades como mediador entre as famílias, a comunidade e a escola, recebendo igualmente poderes de interferir na administração da escola, bem como receber e gerir a aplicação de contribuições sociais e recursos financeiros oriundos do Poder Público como um todo, incluindo melhorias na estrutura física e a aquisição de bens (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

Além da notória união de interesses entre seu papel de presidente do CPM e de prestador de serviços da instituição, a qual podia ser revertida em renda, a sua relação com a Escola se destaca principalmente pela possibilidade de voltar a assumir um papel de maior ascendência e poder nas suas relações sociais. De modo geral, o período analisado evidenciou como o setor da construção civil é instrumentalizado pelo entrevistado no tocante à renda, enquanto a Escola se tornava gradativamente um importante espaço de realizações, confiança e reconhecimento. Também no âmbito privado, a Escola passou a exercer uma crescente relevância. Segundo o entrevistado, ainda em 2006, ele sofre um acidente de trabalho na construção civil, ficando incapacitado para o trabalho e recebendo com isso um benefício. Com o fim do benefício e tendo o seu pedido de prorrogação negado, o entrevistado perde essa fonte de renda fixa, ficando em situação de desemprego. Na passagem do ano de 2006 para 2007, sua situação de desemprego se agrava ainda mais com o pedido de separação da esposa. Com a separação, Pedro tem que deixar a casa da família, perdendo a moradia. Diante do ocorrido, era de se esperar que ele fosse acolhido pelos seus familiares, mas isso não acontece e o entrevistado recebe ajuda da diretora da Escola, indo morar por um período de seis meses em uma das salas da instituição, assim como ele relata:

P.:eu fiquei 31 ano casado, me separei ela que pediu a separação né \E.: o senhor esteve 31 anos casado? \P.: é pediu a separação, ai eu fiquei na rua, ai eu fiquei na época tive que morar no colégio [nome] a diretora me levou para lá me deu apoio, e ai para não deixar ela [ex-esposa] na rua com as crianças pequena, eu deixei abri da casa lá para ela as criança ai fomos pro juiz, e aí o juiz determinou que a casa era minha até que eles ficassem maior, porque foi ela que pediu a separação né ela não tinha direito a nada o juiz

disse para ela e ai dava pensão pras crianças e quem pagava a pensão pras crianças era a diretora do colégio que pagava a pensão, que eu estava desempregado [...] (2019/I, p. 7, linhas 7-14).

Na passagem podemos observar que o pedido de separação é levado até o juiz para que esse decidisse sobre o futuro da casa da família, mas também, ao que tudo indica, se o pedido de separação da esposa era legítimo ou não. Embora o entrevistado alegue que a casa pertencesse legalmente a ele, os acontecimentos em torno da aquisição da casa apontam para o fato de que o contrato de proprietário estava no nome da esposa. Na prática, Pedro é aquele que deixa a casa da família e é acolhido pela diretora da Escola, a qual também lhe auxilia no pagamento da pensão dos filhos gêmeos, que à época eram menores de idade. Não há indícios de que ele tenha pago pensão para a ex-esposa. Em nenhum momento da entrevista, Pedro fala abertamente sobre os motivos que levaram à separação, conquanto fique claro que ele não era de acordo com a separação e que não reconhecia o desejo da esposa em obter o divórcio. Em nosso primeiro encontro, ele sugere que a separação ocorreu no contexto de uma crise de ciúmes da esposa, trazendo a infidelidade conjugal como um dos fatores que podem ter motivado a separação. Se considerarmos ainda os eventos que antecedem este período, vemos que fatores como o abuso de substâncias químicas e até mesmo violência doméstica podem também ter motivado a iniciativa da esposa.

Uma vez desempregado, a perda da casa própria e da proteção social da família nuclear demonstraram ter deteriorado ainda mais a sua condição social, resultando em mais um importante *turning point* biográfico. Ainda em 2007, Pedro passa a receber o benefício do Programa Bolsa Família, que na época girava em torno de R\$ 57,00 por mês. Ao que tudo indica, essa foi a primeira vez que ele ingressou no programa. Além do benefício, não há informações de que tenha feito uso de outros serviços socioassistenciais, como o Paif ou benefícios eventuais, uma vez que esses vieram a ser introduzidos apenas a partir de 2011, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em Porto Alegre. Depois do acidente de trabalho e do pedido de divórcio, o entrevistado permaneceu três anos fora do mercado de trabalho formal – período mais longo até então – retornando em 2009 com ajuda da Escola. E é exatamente no período de sua separação, que o entrevistado passa a trazer, durante a entrevista, o tema da independência, defendendo que sempre foi uma pessoa independente da família, ao passo que independência ou autonomia demonstre

significar para o entrevistado a capacidade de prover por conta própria os recursos necessários para a própria sobrevivência, bem como a liberdade de escolha.

Durante esses três anos, o entrevistado conta ter prestado serviços tanto para a Escola, como para a igreja pentecostal. E é especialmente a Escola, na figura da diretora, que ganha relevância no período, à medida que é ela que o auxilia na reorganização prática do dia-a-dia, quando lhe concede uma sala na instituição para morar, disponibilizando móveis como cama e televisão, assim como a preparação de refeições através das cozinheiras do refeitório. Além da diretora, a Escola como um todo - funcionárias, pais e professores – formaram uma importante rede de apoio, com destaque ao duplo papel desempenhado pela diretora: por um lado como empregadora, por outro como mulher que zela pelo seu bem estar dentro de casa. Além de prestar serviços de obra para a escola, ele conta também ter trabalhado para alguns pais e professores. Dois anos depois, ele assume um segundo mandato como presidente do CPM. Esse se caracterizou por um aumento de poder dentro da instituição e mais uma vez pela clara união de seu papel como presidente com oportunidades de trabalho e renda. Dessarte, ele passa a trabalhar em 2009 para a construtora, que realizou a elevação de um novo prédio da escola, ao passo que realiza uma denúncia contra a diretora devido ao uso indevido de recursos junto ao Ministério Público, que levou ao afastamento temporário da mesma. Assim, a relação do entrevistado com a Escola apresentou até então diferentes fases: se inicialmente ela tinha como base uma troca de pequenos serviços e acesso à renda, num segundo momento ela se expande para uma gradativa cogestão dos processos de trabalho e funcionamento da instituição, à medida que num terceiro momento ele busca, então, expandir o poder adquirido na instituição sobre a própria diretora e professores na medida que também expande o acesso à renda. É através da Escola que Pedro demonstrou, portanto, ter dado continuidade a busca por ascensão e reconhecimento, assim como aquela vivenciada até então no mercado de trabalho formal. Para fins práticos, ao passo que os anos após o divórcio se caracterizaram por perdas (perda da casa, da proteção social e de poder dentro na família) e o aprofundamento de crises, eles também representaram a expansão de seu capital social e da sua rede de apoio fora do grupo familiar.

Assim, a retomada de oportunidades no mercado de trabalho formal se deu a partir de 2009 no contexto da sua atuação na escola, que é quando ele possivelmente para de receber o benefício do Programa Bolsa Família. Durante a elevação do novo prédio, ele é convidado

pela construtora para trabalhar como apontador-de-obra em um grande projeto, vivenciando a partir de 2010 uma pequena melhora das condições de trabalho. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), trata-se de um funcionário que faz o controle dos funcionários que se encontram no canteiro de obras: controle de chegada, permanência e saída de funcionários, controle do uso e devolução de equipamentos, recebimento de material, entre outros (BRASIL [2007?]). A posição se assemelha aos cargos exercidos como fiscal nas empresas de transporte, conquanto tenha ficado claro de que não havia recebido liberdade para tomar decisões de forma autônoma, tendo apenas que cumprir a cartilha de tarefas da empresa, apresentando uma maior insatisfação em relação ao cargo.

Ainda em 2011, ele relata ter visitado um curso profissionalizante de curta duração na área da construção civil. Nesse período, muitas coisas estavam acontecendo no Brasil, que acabaram por aquecer o setor da construção civil: em 2009 o governo federal dá início ao Programa “Minha Casa Minha Vida” e em 2011 se iniciaram as obras para a Copa do Mundo de 2014. No entanto, quando o projeto é finalizado em 2013, Pedro se desliga novamente da empresa. Ele conta que poderia ter continuado a trabalhar em outros projetos, mas isso implicaria numa mudança de cidade, decidindo, assim, encerrar a relação de trabalho. Apesar da argumentação de não querer deixar a cidade, Pedro sai de Porto Alegre e vai morar com uma nova companheira na região metropolitana a partir de 2014. Ele tinha 57 anos. Considero, que seu ato reflete, sobretudo, as dificuldades que vinha enfrentando em permanecer na área.

De forma sucinta, o período de 2005 a 2013 se destacou por um aprofundamento de crises que já vinham em curso, culminando no pedido de separação da esposa e com ele na perda da moradia e do apoio econômico e afetivo da família nuclear, configurando, assim, mais um importante *turning point* biográfico. Além da perda material, a separação acarretou também em perdas em nível simbólico: o reconhecimento social como pai e marido, apoio emocional, bem como o poder sobre as decisões da esposa. Durante o período que antecedeu e após a separação, também a família de origem não apareceu mais no relato como forma de apoio. Em seu lugar, é a ajuda de pessoas e grupos externos ao grupo familiar que ganha força, como a Escola, a igreja e a assistência social através do Programa Bolsa Família. Além da possibilidade de compensar a falta de renda e apoio emocional através desses grupos,

mantendo-se economicamente ativo e autônomo, Pedro demonstra ter encontrado na Escola, a possibilidade de reproduzir experiências de maior ascendência e poder nas suas relações.

#### **4.1.3.8 O quarto *turning point*: mudança para o interior, dificuldade de acesso à renda e o enfraquecimento das relações sociais**

Diante de uma nova situação de desemprego, em 2014, ele conta, portanto, ter saído de Porto Alegre e ido morar em uma cidade de 50 mil habitantes, na região metropolitana. Durante nossas primeiras duas entrevistas, ele não falou muito sobre essa experiência, dizendo que se tratava de uma amiga. Porém, em nosso terceiro encontro, quando o gravador já estava desligado, ele conta abertamente que a mulher era uma namorada e que ela o manteve financeiramente no período, argumentando, ainda, que ela não queria que ele trabalhasse fora de casa por motivos de ciúmes. Entretanto, Pedro conta não ter deixado de trabalhar totalmente, assumindo algumas oportunidades no mercado de trabalho informal. Mas apesar da possibilidade de fazer alguns “bicos”, esses eram insuficientes e fontes incertas de renda, assim que considero que ele tenha contado à época predominantemente com a ajuda financeira da parceira. Vale destacar que esse também foi o período, no qual o país começava a entrar em uma situação de recessão econômica, marcada pelo aumento do desemprego e pela queda na renda do trabalho e que viria se estender até 2018. Acredito, que esse fato ajuda a explicar a dificuldade enfrentada por Pedro à época para manter-se no mercado de trabalho formal.

Durante esse período, chama a atenção que Pedro demonstra não ter mantido contado com a família nuclear ou com a família de origem, somente com a igreja pentecostal, com a qual ele viaja em 2016 para São Paulo para visitar um encontro de fiéis. Dada a sua situação de desemprego e uma nova fase de fragilidade, considero que Pedro tenha saído de Porto Alegre não somente motivado pela nova relação, mas também devido as frustrações vivenciadas com a família em face das suas dificuldades econômicas. Em 2014, ano de sua saída, seus filhos gêmeos estavam com 16 anos e ainda dependiam economicamente de Pedro e isso legalmente. Entretanto, não há mais informações de que ele pagou pensão a eles no período. Essa nova situação de fragilidade também pode ser atestada através da informação de que o entrevistado volta a solicitar o benefício do Programa Bolsa Família em 2017, vindo

a recebe-lo apenas cerca de um ano depois, em 2018. Do mesmo modo que os efeitos da recessão econômica demonstraram afetar diretamente suas chances de acesso ao trabalho no período, também a falta de uma intervenção econômica e socioassistencial do governo federal<sup>72</sup>, capaz de evitar danos ainda maiores na perda da renda, assim como apontado por Barbosa, Souza e Soares (2020) e citado neste estudo, fez com que Pedro caísse mais claramente a partir de 2017 em uma nova situação de extrema pobreza.

Com o fim da relação, ele retorna em 2017, aos 60 anos de idade, para Porto Alegre apresentando, portanto, estar passando por um novo período de agravamento de vulnerabilidades. Já se faziam três anos que o entrevistado se mantinha fora do circuito formal de trabalho, apresentando também dificuldade em acessar oportunidades no mercado informal, o que reflete, em grande medida, os efeitos provocados pela crise econômica deflagrada à época. Neste sentido, sua saída da cidade, em 2014, pode ser vista como mais um *turning point* biográfico, visto que ela demarca o aprofundamento de vulnerabilidades: dificuldade de acesso ao emprego e à renda, tanto no mercado de trabalho formal como informal, enfraquecimento dos vínculos familiares e da rede social construída até então, bem como problemas de saúde, evidenciando a falta apoio do Estado através de políticas de transferência de renda, capazes de mitigar os efeitos da crise econômica.

#### **4.1.3.9 Retorno para Porto Alegre e a necessidade de recomeçar a vida: mobilização de serviços socioassistenciais e seu papel na vida do entrevistado**

Após seu retorno, ele vai morar na mesma casa que havia deixado em 2014. Segundo a descrição da Técnica Social responsável pelo acompanhamento de Pedro no Centro de Referência da Assistência Social (Cras), tratava-se de um imóvel pequeno, anexado a um porão de uma casa e por isso bastante úmido, no qual ele mantinha objetos pessoais e alguma pouca mobília. Ainda desempregado, ele conta ter ido em busca de vagas como porteiro, sinalizando seu desejo em retornar para o setor de serviços, no qual poderia encontrar vagas que exigiam menos esforço físico, mas isso sem sucesso. Após ter recebido a confirmação via carta de seu retorno ao Programa Bolsa Família, ele procura o Cras Horizontes e passa a

---

<sup>72</sup> Como por exemplo, o aumento da cobertura e dos valores dos benefícios do PBF. Mais detalhes cf. seção 2.6 neste trabalho.

receber o benefício em 2018. Desse modo, é no contexto da sua segunda inclusão no programa, que o entrevistado passa a ter contato com o Centro, acionando também outros tipos de serviços. Durante todos os nossos encontros, Pedro não falou em nenhum momento, por iniciativa própria, sobre sua participação no programa PBF. Ao final de nosso primeiro encontro, antes de finalizarmos a conversa, eu tentei fazer-lhe algumas perguntas a respeito da sua experiência com o programa. Demonstrando, entretanto, pouco interesse em falar sobre o assunto, suas respostas às minhas perguntas foram breves e sucintas, como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E: sim então depois o senhor veio aqui no Cras \P.: eu me inscrevi no Bolsa Família e depois de uns dias eu recebi \E: e como é que foi \P.: 90 pila 57 \D: e como é que foi a experiência \P.: e depois foi para 90 \E: e como possivelmente como a sua vida possivelmente mudou depois do Bolsa Família teve alguma mudança \P.: não nada mixaria (vou fazer o que) não dá para fazer dá nem pra mexer na casa \E: o senhor ganhava quanto \P.: 57 \E: 57 sim e o que que o senhor fazia com esse dinheiro \P.: comprava o gás alguma coisa [...] (2019/I, p. 18, linhas 1-9).

No que tange à forma como o entrevistado fala do PBF, chama a atenção que Pedro se refere exclusivamente ao valor do benefício, mais especificamente ao seu baixo valor e não ao programa como um todo. Buscando deslegitimar o benefício, o entrevistado julga desde a perspectiva presente, que o valor era insuficiente para a realização de desejos próprios, como fazer melhorias na casa. Apesar de uma condição de grande precariedade e vulnerabilidade, chama a atenção que o entrevistado lança luz sobre a possibilidade de fazer melhorias na casa, conquanto suas dificuldades à época passavam por necessidades muito mais básicas, como o acesso a alimentos ou ao gás de cozinha, as quais, entretanto, não demonstravam ser supridas pelo recebimento do benefício, assim que se fazia necessário a contínua mobilização de novos recursos.

E é, portanto, neste contexto que ele estreita a sua relação com o Cras Horizontes, passando a participar do grupo da terceira idade e a receber acompanhamento familiar no âmbito do Paif através da técnica Agnes. O acompanhamento lhe possibilitou, por sua vez, mesmo que de forma esporádica, o recebimento de cestas básicas e vale transporte, além do encaminhamento para a aquisição de eletrodomésticos como televisão, fogão e geladeira. Além de relacionar o acompanhamento familiar, especialmente, ao acesso a recursos



materiais, Pedro também fala dos atendimentos desde uma ideia de controle social e desconfiança, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E: e seu Pedro além do grupo de idosos que outros serviços o senhor acessa aqui [...] o senhor falou que tinha uma Assistente Social que lhe ajudava financeiramente \P: não aqui a assistência social aqui me ajudava aqui na alimentação na alimentação todo mês eles me davam um rancho \E: um rancho \P: perguntavam se estava bem, estava bem de comida se estava trabalhando fazendo biscate aí eu falava não não dá um rancho, elas iam lá me visitar as assistências sociais, elas vinham me visitar para ver como é que era \E: o senhor pode me contar de uma dessas visitas \P: foi Agnes e a supervisora aí, foram duas vezes lá em casa \E: uhum me conta a primeira vez me conta como é que foi \P: aí elas foram lá para ver como que era se era aquilo mesmo que eu tinha contado para elas da minha situação foram lá ver se eu pagava aluguel mesmo para ver como é que era eu diz pra elas que eu não tinha condição de comprar um botijão de gás [...] (2019/I, linhas 4-15).

Considerando a maneira como Agnes fala do acompanhamento, o qual é apresentado desde a perspectiva do *funcionamento exitoso de um plano formal e burocrático* alicerçado em categorias específicas da assistência social como trabalho, acesso à renda, saúde e vínculos familiares, vemos que esse demonstrou apresentar oportunidades para que o entrevistado trouxesse especialmente demandas e necessidades econômicas, bem como pudesse expor e ter como reconhecidas suas capacidades no mercado de trabalho e no gerenciamento da saúde. No entanto, fica igualmente claro, tanto na análise da entrevista com Agnes, como com Pedro, como essa chance em falar sobre suas necessidades também encontrava limitações diante da desconfiança da Técnica Social em relação à veracidade das informações trazidas por Pedro acerca de suas fontes de renda, colocando em dúvida quão reais eram essas necessidades, criando um distanciamento entre ambos, além de ter postergado a disponibilização de cestas básicas ao longo do acompanhamento, muito embora sua condição social à época fosse de insegurança alimentar, assim como vem evidenciando a presente análise. De modo geral, chama a atenção como esse modelo pré-estabelecido formal e burocrático do acompanhamento familiar, acabou por reforçar uma atmosfera de desconfiança, na qual a necessidade de se provar a pobreza se sobrepunha à possibilidade de compreensão do outro, restringindo também as chances para a autocompreensão.

Dentre todos os serviços acessados na instituição, é no grupo da terceira idade que ele conta ter encontrado lazer e um espaço para falar sobre si mesmo e suas necessidades, assim

que foi através do grupo que ele conseguiu uma nova oportunidade de emprego, como podemos acompanhar na seguinte passagem:

[...] durante o dia, a gente ia para praia tomar banho depois voltava almoçar ia caminhar, aí depois teve o baile de noite tinha a despedida ((risada)) não me chamou atenção ninguém [alguma namorada] \E.: sim mas foi um momento de diversão né \P.: sim diversão, amizade, tu vai conhecer as pessoas, vai se conhecendo, aí tu vai falando da tua situação, aí eles vão te indicando para o outro e foi indo né e assim vai né [...] e depois a dona [Claudia] veio falar comigo essa da Fasc \E.: aham \P.: a [Assistente Social] falou para ela da minha situação, assim assim um homem mora solito, desempregado aí assistência social ajudando ele, vamos ver se tu não pode arrumar um serviço para ele, aí me chamou lá aí a gente ficou conversando quase uma hora sentado na beira da praia conversando aí ela pegou os meus dados, foi novembro e aí em dezembro, janeiro, março me chamaram [...] (2019/I, p. 13-14, linhas 28-33; 1-4).

Embora o entrevistado verbalize ter conseguido uma vaga com a ajuda das Assistentes Sociais, é importante ressaltar, que o trabalho da assistência social voltado ao mercado de trabalho não se dá oficialmente através do encaminhamento dos usuários para postos concretos de trabalho, mas sim para o acesso a políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho, as quais são executadas por outros órgãos, assim como vimos na *seção 2.4* deste trabalho. Sendo assim, é possível observarmos como a disponibilização desse recurso, ou seja, do encaminhamento a um posto de trabalho concreto tenha se dado no caso de Pedro de forma espontânea e personalizada na relação com o mesmo. Ainda em 2018, ele conta ter entrado com um pedido de aposentadoria, mas esse foi negado, ao que tudo indica pela falta de comprovação de tempo de contribuição. Nesse sentido, o novo emprego se fazia ainda mais necessário. Na ocasião do nosso primeiro encontro, em meados de 2019, Pedro já havia assumido a vaga, a qual passou lhe oferecer uma renda fixa e constante, capaz de tirá-lo da situação de extrema pobreza. Tratava-se de uma vaga como segurança noturno em uma repartição pública, cumprindo jornadas de trabalho de 12 horas e descansando 36. A partir daquele momento, ele deixou de receber o benefício socioassistencial. Durante o dia, quando surgia a oportunidade, ele conta que realizava ainda alguns “bicos” na construção civil, indicando a necessidade de complemento da renda.

No tocante à moradia, ele seguia vivendo de aluguel, conquanto tenha indicado em várias passagens o interesse de voltar a ter a casa própria. Os eventos que ocorreram depois

desse nosso primeiro encontro, evidenciam, entretanto, que Pedro não seguia almejando somente um novo lar físico, mas também um lar simbólico, ou seja, a constituição de uma nova relação afetiva e familiar. Ainda em 2019, o entrevistado relata ter começado a se relacionar com uma mulher com idade próxima a sua, que havia conhecido na igreja e que exercia a profissão de costureira. Eles ficaram noivos ainda em 2019, vindo a se casar no civil em maio de 2020, durante os primeiros meses da pandemia de covid-19 em Porto Alegre. Esse demonstra ter sido o primeiro casamento legalmente oficializado depois do divórcio.

Alguns meses depois do casamento, a sua mãe biológica falece aos 92 anos de idade em decorrência de doenças que sofria à época. Segundo o entrevistado ela veio à óbito de madrugada, enquanto ele estava no trabalho. Foram vizinhos que prestaram socorro e informaram Pedro da sua morte. Ele conta que apesar da mãe ter diabetes, ser tabagista e cadeirante, ela seguia morando sozinha e realizando tarefas da casa. Com a morte da mãe, ele conta ter herdado uma casa em Campanha, que ao que tudo indica era a casa da avó materna. Como todos os irmãos da mãe morreram, Pedro se autodeclarou como o único “familiar da semente” ainda vivo. Diante da fala de que estava “lutando para adquirir o que é seu”, é possível considerar que o entrevistado se encontrava em alguma disputa com os demais familiares pela herança da avó.

Após o casamento, o biografado relata que os dois vão morar em uma casa alugada na região metropolitana, fora de Porto Alegre, embora ambos fossem da capital. Ele consegue a casa através de um contato da igreja. Uma vez na nova residência, eles renovam uma grande parte da mobília de forma conjunta, dividindo os gastos. Nesse processo, ele conta que a companheira havia feito uso dos valores recebidos pelo Auxílio Emergencial, sinalizando a utilização do benefício para o consumo de bens duráveis. A partir de 2020, durante o início da pandemia, a esposa deixa, portanto, de exercer sua profissão, dedicando-se exclusivamente às tarefas domésticas e ao marido. Em diferentes momentos da entrevista, ele verbaliza que não queria que a esposa trabalhasse, a exemplo da seguinte passagem:

[...] negócio de casamento, não tá tão fácil assim as mulheres hoje em dia quer ser mais independente, por um lado elas estão certas, então cada um vai seguindo seu rumo/ E: o que o senhor quer dizer com querer ser mais independente/ P: assim querer ter a sua casa, a sua liberdade, não quer ser assim presa, só presa dentro de casa, assim porque hoje em dia os homens

só querem prender as mulheres dentro de casa, eu não sou assim, prender a mulher que sabe fazer comida e lavar roupa e ficar dentro de casa e não sai com a mulher pra nada, não dá uma assistência nenhuma pra mulher não levam em instituto de beleza, não sai com a mulher numa coisa outra, eu penso assim né mas agora eu casei, casei fiquei dois anos casado, não deixei ela nem trabalhar e dava tudo e tudo e aí ela começou, fez amizade com as vizinha da frente, já começou a botar coisa na cabeça dela, já dizia para ela que eu tinha outra, que eu tinha outra e ela já botou na cabeça que eu tinha outra isso e aquilo e eu digo guria não tenho digo para ti bobagem vai atras é me disseram, que me disseram [...] (2021/II, p. 12, linhas 17-31).

Seu desejo de que a esposa não trabalhasse aparece vinculado a uma ideia de cuidar no sentido de “dar, colocar à disposição, fornecer tudo” o que ela precisasse. No entanto, Pedro demonstrou durante a entrevista ter uma leitura específica desse “tudo” de que a esposa necessitava: visitar a filha, ir ao salão de beleza, passear com ele, criticando abertamente seu desejo de trabalhar. Assim como a avó, sua ex-esposa e a diretora da Escola, também a nova cônjuge demonstrou desempenhar o papel da cuidadora, daquela que zela pelo seu bem-estar. Um ano depois da celebração do casamento, em torno de maio de 2021, a esposa pede a separação no contexto de uma denúncia contra o marido, realizada por ela na delegacia da mulher, alegando uso de drogas, violência e cárcere privado. Ele defende, entretanto, que a denúncia e o pedido de separação ocorreram num contexto de ciúmes da esposa em relação ao entrevistado e, nesse sentido, como forma de vingança.

Após essa tentativa frustrada de formação de vínculos afetivos, Pedro demonstra ter recorrido especialmente à assistência social e a sua filha mais velha. Ambos parecem ter sido mobilizados tanto economicamente, como no intuito de encontrar apoio emocional. Com a separação, ele volta a viver em Porto Alegre, onde aluga uma casa através do contato de um amigo. Diferente da experiência realizada tanto em seu primeiro divórcio em 2007 e da recente separação em 2017, o fim do atual casamento não o levou novamente a uma situação de insegurança econômica, visto que se mantinha no mercado de trabalho formal. Dessa forma, após a separação, ele conta que seguiu trabalhando, esperando por sua aposentadoria e visitando a igreja e os encontros da terceira idade. Em nossas últimas conversas por WhatsApp, ele mencionou situações de maior contato com os filhos gêmeos. Isso aparece como um indicativo de que tem buscado se aproximar mais dos filhos. Mesmo diante de uma situação econômica mais estável, ele continua correndo o risco de perder sua mais importante

fonte de renda, podendo retornar a uma nova condição de grande vulnerabilidade. Na idade, na qual se encontra, apenas a aposentadoria seria capaz de mudar isso.

#### *4.1.4 Resumo e hipótese estrutural: mobilizando pessoas e grupos como forma de lidar com a escassez de recursos e desenvolver autonomia*

O objetivo da presente seção é trazer brevemente um resumo da história de vida destacando o padrão de comportamento, através do qual sua biografia se estrutura. Assim como vimos, Pedro nasceu no ano de 1957, na cidade de Porto Alegre; logo após seu nascimento, ele vai morar com a avó materna na cidade de Campanha. A família materna se caracterizava especialmente por sua origem africana de negros escravizados, que trabalharam nas estâncias como agricultores e que mais tarde migraram para as cidades, compondo a classe trabalhadora. A avó assume o papel da tutora, a qual se dedicava aos cuidados e à educação do neto, com destaque para a educação rígida e conservadora praticada por ela, voltada a valores religiosos como a obediência e punição física em caso de desrespeito. Aos dez anos de idade o entrevistado descobre através da avó a identidade da mãe biológica no contexto de conflitos econômicos, envolvendo o custeio de seus estudos. A partir dessa descoberta, Pedro aprende gradativamente no meio familiar que foi rejeitado e abandonado pela mãe, desenvolvendo uma autocompreensão como aquele que “dá trabalho” para a avó. Essa compreensão negativa de si mesmo demonstra ter ganhado força ao longo do processo de escolarização através de experiências de sofrimento no ambiente escolar voltadas por um lado a métodos autoritários e rígidos de ensino e por outro às limitações econômicas da família em corresponder as demandas trazidas pela escola, como a compra de uniforme escolar. Durante todo esse período o entrevistado não demonstrou ter recebido apoio emocional, seja de familiares ou de professores, para lidar com tais experiências.

E é nesse contexto de necessidade de apoio por parte do entrevistado, que a família dá início às primeiras tentativas de responsabilizá-lo pela manutenção do grupo familiar, visto que ele começa a trabalhar aos 13 anos de idade na venda de legumes e frutas como forma de ajudar a avó no orçamento familiar. Na passagem do ensino primário para o secundário, aos 15 anos, a avó e o tio lhe conseguem um emprego na abertura manual de foças de água, mas devido ao esforço físico que a atividade exigia, ele conta ter permanecido

somente uma semana no emprego. Depois dessa última experiência laboral não há informações de outras atividades laborais até o entrevistado completar 18 anos de idade. Devido às dinâmicas familiares de apoio mútuo entre os seus membros em momentos de vulnerabilidade, era de se esperar que essa fosse a expectativa da família sobre o entrevistado, mas na prática ele não as corresponde. De maneira geral, a tentativa de incluí-lo no mercado de trabalho é, portanto, frustrada, tendo possivelmente reforçado ainda mais a ideia de si mesmo como “aquele que dá trabalho”. Nesse sentido, tanto a infância como a adolescência foram marcadas pela escassez de recursos materiais (econômicos) e imateriais (reconhecimento, apoio emocional), bem como pelo seu gradativo envolvimento no fornecimento desses recursos, em que pese suas próprias limitações para lidar com as demandas e as adversidades surgidas à época, com consequências para a autocompreensão. Durante uma primeira tentativa frustrada de migrar para Porto Alegre aos 15 anos de idade, onde vai viver com uma tia materna numa região periférica da cidade, distante de oportunidades educacionais e de trabalho, ele evade a escola, tendo concluído os primeiros quatro anos do ensino primário.

Um ano depois, ele volta para a casa da avó, onde permanece cerca de dois anos; durante esse período não há informações sobre novas experiências de trabalho ou educacionais, ao passo que seu envolvimento com o futebol ganha importância na época. Embora o entrevistado não fale abertamente sobre isso, seu relato indica a existência de experiências negativas relacionadas ao uso de bebida alcoólica ainda na juventude. Em 1975, com quase 18 anos de idade ele retorna a Porto Alegre, onde começa a trabalhar na indústria com a ajuda da mãe biológica. Durante os quase quatro anos que esteve trabalhando na empresa, ele morou na casa de diferentes familiares, até ir morar sozinho numa casa alugada próximo à casa da mãe. Portanto, essa nova tentativa de migração pode ser vista como um primeiro importante *turning point* biográfico, visto que ela possibilitou a expansão da sua rede de apoio através de pessoas de dentro, mas também de fora do grupo familiar, resultando em sua inclusão no mercado de trabalho formal e na possibilidade de tornar-se economicamente responsável por si mesmo, conquanto ele permanece na maior parte do tempo morando na casa de parentes. E mesmo compartilhando a residência com os membros familiares, chama a atenção que não há informações por parte do entrevistado de ter prestado apoio financeiro nem a eles e nem a avó, a qual, por sua vez, ainda não havia se aposentado.

Em 1978, ele fica noivo e se casa em 1980. No contexto de seu casamento, Pedro começa a trabalhar com ajuda de um amigo em uma empresa no setor dos transportes. Com a formação da família nuclear, ele logra não somente assumir a responsabilidade econômica por si mesmo, mas também pelo grupo através de uma relação de apoio mútuo entre ele, a esposa e os filhos, tanto afetiva, como econômica, iniciando também uma longa jornada de estabilidade no mercado de trabalho formal e uma gradativa melhora do status ocupacional. Tanto na família nuclear, como no setor de transportes, o entrevistado faz pela primeira vez a experiência de assumir uma posição de mais poder e ascendência. Em 1980 nasce a primeira filha do casal, em 1987 um segundo filho e em 1998 nascem seus filhos gêmeos. Portanto, ao mesmo tempo que as responsabilidades sobre a família aumentaram, elas também aumentaram no trabalho, onde havia angariado uma posição de mais prestígio.

Vinte anos mais tarde, a partir do ano 2000, o entrevistado é demitido, desfilando-se completamente do setor dos transportes e migrando para o setor da construção civil, vivenciando assim um segundo *turning point* biográfico. Esse redirecionamento ocorre com a ajuda de um tio. A partir daí, sua atuação profissional no mercado informal também ganha força, em que pese uma clara piora das condições de trabalho, também no mercado formal. O período se destaca, portanto, pela radicalidade vivenciada no mercado de trabalho, reforçando a existência de outros fatores, como o abuso de substâncias químicas, que podem ter levado a sua saída completa do setor de atuação e uma piora gradativa da condição social. Por volta do ano de 2005, ele também passa a frequentar a igreja evangélica pentecostal, a qual assume, inicialmente, uma função religiosa-terapêutica e mais tarde como empregadora. Sua filiação à igreja aparece como um importante indicativo das transformações negativas que se encontravam em curso.

Sua situação no mercado de trabalho se agrava ainda mais a partir de 2006, quando sofre um acidente de trabalho, ficando desempregado. E é neste contexto de desemprego e problemas de saúde, que a esposa pede a separação no ano de 2007. Chama a atenção que mesmo diante de tantas vulnerabilidades a esposa pede a separação, o que indica a existência de outros fatores, que podem ter corroborado para o fim do casamento, como abuso de substâncias químicas, adultério e violência doméstica. Como consequência da separação, ele perde o direito de continuar morando na casa da família. Com o fim do casamento, sem emprego formal e a proteção da família nuclear, Pedro vivencia mais um importante *turning*

*point* biográfico, perdendo a capacidade de prover por si mesmo e pelo grupo. Esse é o período que o tema da independência em relação à família começa a ganhar relevância no relato, à medida que ele defende, ter sido sempre uma pessoa independente, ou seja, capaz de prover por conta própria pela própria sobrevivência. Chama, ainda, a atenção, que não é a família extensa que aparece no relato como forma de apoio, mas sim a diretora da escola, na qual ele atuava à época como prestador de serviços e presidente do Conselho de Pais e Mestres (CPM). Assim, ele vai morar numa sala da escola por seis meses, além de receber a ajuda da diretora para o pagamento da pensão dos filhos. Durante esse período, o entrevistado conta ter recebido ofertas de trabalho da escola como um todo – diretora, professores e pais. Além da Escola, ele começa a receber a partir de 2007 o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Dessarte, à medida que a presença tanto da família nuclear como da família extensa parece perder força como forma de apoio, pessoas e grupos fora do grupo familiar passam a ganhar relevância.

Dois anos mais tarde, em 2009, Pedro volta a atuar no mercado de trabalho formal com a ajuda da Escola. A partir daí ele deixa de receber o benefício do PBF. Ele permanece trabalhando para a mesma construtora até final de 2013, na qual tem uma leve melhora das condições de trabalho, passando do posto de pedreiro para o de apontador-de-obra. Com o fim do contrato, ele sai em 2014 de Porto Alegre e vai morar na região metropolitana com uma nova companheira. Além de ter demonstrado distanciar-se da sua rede de apoio desenvolvida até então, o biografado conta que passou a trabalhar somente no mercado informal e a depender do apoio financeiro da companheira. Dessa forma, também sua saída da capital em 2014 pode ser vista como um importante *turning point* biográfico, que se destaca pelo enfraquecimento da rede de contatos estabelecida ao longo da vida e pelo seu distanciamento do mercado de trabalho formal, impulsionado, em grande medida, pela crise econômica deflagrada à época e cujas consequências não foram mitigadas através da ampliação dos programas de transferência de renda por parte do governo federal. Por essa razão, se torna compreensível porque o entrevistado retorna três anos depois, em 2017, aos 60 anos de idade, para Porto Alegre, demonstrando buscar *recomeçar a sua vida através do trabalho e da moradia*: ele volta a morar na mesma casa que diz ter deixado em 2013, procura a igreja – única instituição, com a qual manteve contato no período que esteve fora – passando, ainda, a receber, a partir de 2018, o benefício do Bolsa Família, bem como acionar



demais serviços da assistência social como forma de compensar o baixo valor do benefício, insuficiente para a aquisição de bens básicos. Com a ajuda da assistência social Pedro consegue, em 2019, um novo emprego formal como guarda noturno. Além da assistência social e da igreja, ele demonstra ter recebido ajuda da filha no período. Assim como evidenciado ao longo da biografia, podemos ver como também nesta fase da vida o entrevistado demonstrou mobilizar pessoas e grupos como forma de lidar e compensar a escassez de recursos, garantindo assim certa autonomia.

Na igreja ele conta ter conhecido sua nova companheira, com a qual ele se casa em 2020 durante o início da pandemia da covid-19. Apesar de todas as dificuldades do período, Pedro consegue se manter no emprego. Depois do casamento, eles vão morar em uma casa na região metropolitana, fazendo com que se distanciasse cada vez mais da família. Embora a esposa exercesse uma profissão, Pedro conta ter insistido para que parasse de trabalhar. Enquanto o entrevistado manteve seu emprego em Porto Alegre, a esposa ficou responsável pelos cuidados da casa e do marido. A tentativa de controlar as decisões da esposa é, no entanto, frustrada e ela pede a separação ainda em 2021 no contexto de uma denúncia contra ele na delegacia da mulher envolvendo abuso de drogas, cárcere privado e violência doméstica. Em situações limite é possível inferir, de modo geral, que experiências de frustração eram resolvidas através do silêncio, mas também do uso da força física, em especial contra suas parceiras, e através do abuso de substâncias químicas. Depois da separação, ele voltou a morar em Porto Alegre, mantendo contato com a igreja, com a assistência social e com sua filha.

No momento, o entrevistado se encontrava à espera da confirmação do seu pedido de aposentadoria, bem como da quantia a ser paga. Se considerarmos as informações fornecidas sobre a história da família de origem, que é de descendentes de negros escravizados, que migraram do campo para a cidade para compor à classe trabalhadora, bem como a dinâmica familiar de mobilização de apoio de seus membros em momentos de vulnerabilidade, em que pese o fato de que, na prática, esse apoio era bastante limitado, a reconstrução do caso evidenciou como o entrevistado acaba por reproduzir essa dinâmica apesar de todas as tentativas de individualização em relação à família de origem.

#### *4.1.5 O Programa de Transferência de Renda como parte de um somatório de recursos: reprodução da condição de escassez de recursos e falta de autonomia*

Se considerarmos os resultados obtidos na reconstrução de sua história de vida, vemos como também o benefício do Bolsa Família, bem como os demais serviços da assistência social passaram a fazer parte de um somatório de recursos necessários para a sobrevivência, ao passo que o baixo valor do benefício, bem como seu foco unilateral no consumo, ao menos em relação ao público adulto, fizeram com que novos meios de sobrevivência, sejam eles materiais (econômicos) ou imateriais (reconhecimento, apoio emocional), tivessem que ser continuamente mobilizados em outros espaços, reforçando e perpetuando ainda mais uma condição de escassez de recursos e falta de autonomia. Assim, vimos que mesmo após sua inclusão no programa de transferência de renda, a condição de extrema pobreza não foi superada. Essa foi apenas lograda após o seu retorno ao mercado de trabalho formal através da renda do trabalho.

Considerando sua condição social em ambos os períodos de sua entrada no programa de transferência de renda (2007 e 2017), essas se caracterizaram tanto pela forte fragilização dos vínculos na família, como também no mercado de trabalho, tendo como principal consequência a mobilidade social descendente chegando a níveis de pobreza envolvendo insegurança alimentar. A “capacidade” desenvolvida ao longo da biografia em mobilizar novas fontes de recursos e ampliá-las através de sua rede de apoio, composta também, a partir de 2018, pela assistência social, permitiu nos dois períodos, que o entrevistado lograsse retomar uma condição de maior segurança, com destaque para o papel fundamental exercido pelo mercado de trabalho para essa retomada. Se por um lado, o acesso ao PBF permitiu a sua aproximação aos demais serviços disponibilizados pelo Cras, incluindo o acompanhamento familiar, benefícios eventuais e a participação no grupo da terceira idade, por outro, foi apenas a interação com os profissionais da rede, que lhe permitiu acessar uma oportunidade de emprego à medida que encontrou junto ao grupo a possibilidade em falar sobre si mesmo e suas necessidades, bem como de tê-las reconhecidas.

## 4.2 O caso de Celso Menezes – Uma vida marcada pela dificuldade em construir e manter vínculos seguros

### 4.2.1 *O primeiro contato e as situações de entrevista*

Assim como ocorreu com todos os meus entrevistados e entrevistadas do Cras Horizontes, também meu primeiro contato com Celso se deu através da profissional que realizava o seu acompanhamento, que neste caso era Cornélia. O nome do beneficiário já havia sido mencionado em minha primeira reunião com a equipe. Na ocasião, ele havia sido apresentado como um senhor idoso, de 65 anos, que havia recentemente entrado com o pedido de recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo voltado para pessoas acima de 65 anos ou que possuem alguma deficiência, que lhe impeçam de trabalhar. À época, a técnica havia, ainda, destacado que ele não se encontrava em um acompanhamento familiar formal, no âmbito do Paif, mas que na prática já ocorriam sim encontros frequentes, a partir dos quais demandas eram trazidas e conjuntamente trabalhadas.

E assim como ocorreu com o beneficiário João, também conheci Celso minutos antes de iniciarmos nossa primeira entrevista. Assim, não tenho informações sobre a forma como lhe foi feito o convite em participar da pesquisa e nem de sua reação diante da proposta. No dia da entrevista, eu já lhe esperava na sala de reuniões, quando Cornélia adentrou a sala em sua companhia. Eu fui até a porta para lhe receber. A Técnica Social nos introduziu, verbalizando ser eu a estudante que estava fazendo uma pesquisa sobre o Bolsa Família. Nos cumprimentamos e ela se despediu, retirando-se da sala. Eu o convidei a se sentar, indicando a cadeira que ficava a minha frente.

Como era inverno, Celso usava um casaco e tinha uma postura encurvada para frente. Embora fosse comunicativo, me pareceu desde o início abatido. Tinha cabelos brancos, bastante curtos, um rosto magro, envelhecido da idade, mas sobretudo triste e sério. Dei continuidade a nossa conversa, perguntando como estava e agradecendo de antemão por ter aceitado o convite em participar da entrevista. Ele afirmou que as coisas estavam indo, e que Cornélia havia lhe comentado sobre a pesquisa, destacando que não se importava em colaborar. Retomei o tema da minha pesquisa, mencionando que gostaria de entender um

pouco mais sobre a experiência dos beneficiários com o programa Bolsa Família, mas que para tanto gostaria que ele me contasse primeiramente sobre sua vida, sobre sua biografia. Ele reage de forma positiva, verbalizando não ter nenhum problema em falar sobre sua vida. Pergunto, então, se posso gravar a entrevista para fins de uso privado, destacando que tudo que ele fosse me contar ficaria sob sigilo e que em caso de publicação das informações, sua identidade seria ocultada. Ele respondeu de forma afirmativa, sem fazer nenhum comentário. Após solicitar que me contasse a sua história de vida e de sua família, ele toma a palavra.

E assim como aconteceu em muitas outras entrevistas, os movimentos e o barulho ao nosso redor, dificultavam a compreensão acústica daquilo que era relatado. No caso de Celso, a voz baixa e a fala rápida também acabavam por dificultar nossa comunicação, assim que tive que interrompê-lo algumas vezes mesmo durante o relato inicial, perguntando se ele estava se referindo a determinado assunto ou pessoa. Além dessa particularidade na comunicação, Celso possuía uma pronúncia e expressões típicas de regiões agrícolas do estado, usando palavras como “tareco” ou “me provaleci”. Como já estava, entretanto, familiarizada com essa pronúncia e expressões, visto que meu pai havia nascido na mesma região de origem do entrevistado, bem como eu mesma havia passado toda a minha infância naquela região, elas não se apresentaram como um problema e sim como algo agradável, e que em certa medida me aproximava do entrevistado. Em muitos momentos, sua fala, tanto na forma como em conteúdo lembrava meu pai, assim que passei a sentir muita simpatia por sua pessoa.

Assim como veremos durante a análise de sua entrevista, poucos minutos após ter iniciado o relato, Celso se emociona e começa a chorar ao falar da mãe, que havia falecido quando tinha seis anos de idade e de sua situação após a sua morte, que era de miséria e solidão. Embora não tivéssemos nenhuma aproximação e intimidade, considerando especialmente que nos encontrávamos a poucos minutos após o início da entrevista, o entrevistado permitiu-se expressar toda a sua tristeza através do choro. Não se mostrava inconsolável, tanto que rapidamente retomou a fala, mas a dor da perda lhe era visível, assim que lhe peguei no braço, no intuito de confortá-lo. Ele não parecia constrangido, isso me deixava bastante à vontade também. Aquela não havia sido, entretanto, a única vez que Celso se emocionou ou chorou ao falar da infância, em outros momentos da entrevista ele voltou a ter a mesma reação. Embora me parecesse evidente que ele se encontrava bastante

fragilizado, o fato de dar continuidade ao relato e não querer interromper a entrevista, me deu segurança em segui-la. Após cerca de dez a 15 minutos, ele finalizou o relato inicial e eu pude passar, então, a aprofundar os temas trazidos por ele. Mesmo com pouca experiência na condução de entrevistas biográficas com pessoas que se encontram em algum tipo de crise emocional, meu conhecimento a este respeito à época de nossa entrevista me permitiu tomar algumas decisões, que acredito terem sido acertadas para aquele momento. Primeiro, de iniciar a fase de aprofundamento com uma lembrança positiva da infância no intuito de auxiliá-lo a buscar um lugar seguro diante da tendência de concentrar-se nas experiências dolorosas e possivelmente para ele corresponsáveis pelo sofrimento na situação presente, e em segundo, de permitir que falasse e expressasse seu sofrimento sem censura, deixando que ele mesmo determinasse quais seriam seus limites<sup>73</sup>. De modo geral, foi possível perceber em nosso primeiro encontro uma grande necessidade em falar principalmente sobre o passado, assim que quando lhe perguntei sobre suas possibilidades no presente em falar sobre essas experiências com outras pessoas, ele afirma que tem conversado com frequência com amigos e conhecidos sobre o assunto, ao passo que chama a atenção como a assistência social não havia, ainda, se apresentado como um espaço para essa troca.

Após um pouco mais de duas horas de entrevista e sem tê-la concluído, nos despedimos na promessa de realizarmos um segundo encontro nas próximas semanas. Como de praxe, lhe ofereci a possibilidade de realizarmos o segundo encontro em um lugar de sua preferência, seja no Cras ou até mesmo em sua casa. Deixando claro sentir vergonha de me receber em sua casa devido a sua condição social atual, combinamos de nos encontrarmos na próxima semana no Cras Horizontes. Como já possuía gratuidade no transporte público devido à idade, vir ao meu encontro não lhe gerava gastos extras. Como forma de mantermos contato, caso fosse necessário desmarcar a segunda entrevista, ele me passou o telefone de sua enteada, visto que não possuía telefone próprio. Um dia antes de nosso próximo encontro, mandei uma mensagem para Vanessa, confirmando minha presença. Ela me respondeu prontamente, informando que havia falado com ele no dia anterior e que ele havia confirmado que também compareceria.

---

<sup>73</sup> Essas e outras sugestões de como conduzir entrevistas narrativas biográficas com pessoas que se encontram em uma situação de crise emocional, cf. Rosenthal, 2002.

No dia seguinte, pelo turno da tarde, nos encontramos na mesma sala de reuniões do Cras Horizontes. Eu já me encontrava na sala a sua espera, quando adentrou o espaço. Guardava um semblante ainda mais abatido do que em nosso primeiro encontro, assim que quando lhe perguntei como estava, a resposta foi prontamente negativa, dizendo que as coisas estavam difíceis, visto que havia acordado por aquela manhã para ir ao velório de um amigo e que ao ter sofrido um acesso de tosse, acabou vomitando e com ele expelindo sangue. Visivelmente preocupado com sua saúde, ele diz que iria procurar ajuda médica durante a semana. Além de sua saúde, verbalizava estar especialmente incomodado com os conflitos que vinha enfrentando com a filha caçula, Lisa. Como Celso havia assumido recentemente a guarda do neto, visto que a filha era ainda menor de 16 anos, ele não queria que a filha retirasse a criança da casa de Beatriz, sua ex-parceira e mãe de Lisa. Dessa forma, a minha sensação desde o início do segundo encontro era de que ele demonstrava estar ainda mais fragilizado, apresentando com ainda mais clareza um quadro depressivo. Durante os dois encontros, ele demonstrou estar triste, visivelmente frustrado e muitas vezes sem vontade de falar sobre alguns temas, principalmente envolvendo a filha caçula. Embora o objetivo da presente análise não seja, nunca, fazer um diagnóstico sobre a saúde do entrevistado, me parece importante destacar como Celso demonstrou ao longo dos nossos dois encontros sinais de estar passando por um momento de depressão, apresentando choro frequente e grande tristeza diante das dificuldades do presente. O segundo encontro teve uma duração de um pouco mais de uma hora. Enquanto estivemos conversando, senti com frequência a necessidade de intervir com frases motivacionais, buscando lhe prestar algum tipo de apoio emocional. Algumas vezes, ele verbalizou, por exemplo, preferir prestar ajuda do que ser ajudado, demonstrando grande desconforto em estar precisando do apoio de terceiros para sobreviver. Nesses momentos, eu busquei lembra-lo da importância de ajudar, mas também de ser ajudado. Por fim, acredito que eu já estava tão envolvida com sua vulnerabilidade, que acabei lhe incentivando várias vezes e em especial ao final de nossa entrevista, que procurasse o apoio do Cras para aquilo que fosse necessário. Ao final do encontro, me coloquei a sua disposição sempre que quisesse conversar. Entretanto, ele nunca mais entrou em contato.

#### 4.2.2 Autoapresentação biográfica

Uma vez acomodados na sala, na qual iríamos ter nossa conversa, iniciamos nossa primeira entrevista com o gravador já ligado. Apesar de que não nos conhecíamos, me lembro de ter tido a sensação de que Celso estava à vontade em minha presença. Assim como normalmente vinha fazendo em todas as entrevistas, pedi, então, que ele me contasse a sua história de vida, a história de sua família, destacando que poderia usar o tempo que quisesse e que eu não iria lhe interromper num primeiro momento, mas que depois gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre o que havia mencionado. Com base em uma curta argumentação, Celso inicia seu relato biográfico da seguinte forma:

C.: (certo), é pra começar eu, eu sô de família pobre \E.: ahã \C.: e:: ((limpa garganta)), minha mãe me deixou cedo ((ruído de gente ao fundo)), quando eu tinha uns 7 anos de idade ainda, quando ela, tentou se matar, o motivo eu não sei ((limpa garganta)), e aí começou o tormento da minha vida, sem mãe, sem pai meio ((ruído de gente ao fundo)), (16) ((chora)) estava sozinho, miséria e fome, batiam muito em nós ((ruído de gente ao fundo)), (3)” (2019/I, p.1, linhas 6-10).

Assim como podemos acompanhar na passagem acima, Celso inicia a apresentação de sua biografia a partir da morte da mãe, ocorrida no ano de 1960, no período de sua infância. Apesar de sua disposição em falar sobre o assunto, fica claro através das recorrentes pausas e do choro que é bastante difícil para ele falar sobre o assunto. Entretanto, ele inicia o relato a partir deste evento, sinalizando ter sido ele um divisor de águas biográfico, assim como fica claro na argumentação de que a partir dali havia se dado início ao tormento de sua vida: solidão, miséria, fome e violência. Esta introdução suscita igualmente a hipótese de que Celso está querendo, desde o início, deixar claro de onde ele vem, qual é a sua origem, visto que essa poderia ajudar a explicar sua história de vida, incluindo sua situação atual. Além disso, é possível levantar a questão, em que medida essa forma como inicia a apresentação não reflete um momento atual de crise em torno de problemas, o qual exige a retomada do passado e experiências aparentemente chaves para a explicação do presente. De modo geral, a sua disposição em falar sobre essas experiências, ao que tudo indica traumatizantes, bem como a necessidade de ainda compreender os motivos, que levaram ao suicídio da mãe, sugerem igualmente o desejo de trabalhar e processar essa experiência do passado. No que

corresponde à relação com os pais, Celso demonstra compreender de forma latente que foi abandonado por ambos: pela mãe através do suicídio (cf. acima “minha mãe me deixou cedo”), mas também pelo pai (cf. acima “sem mãe e pai, meio pai”). Tomando este início como referência, é possível inferir que Celso está apresentando sua biografia desde a perspectiva da morte da mãe.

Se considerarmos a maneira como Celso dá seguimento ao relato, vemos que esse permanece cronológico, compreendendo acontecimentos que são apresentados como consequência da morte da mãe, confirmando, assim, o desejo de trazer impressões de sua história de vida mantendo a perda da mãe como referência. Assim como na passagem anterior, o relato se mantém sintético, com passagens argumentativas e descritivas e, por isso, distante da experiência, assim como podemos observar na seguinte passagem:

E.: seu Celso, quem? ã, quem? \C.: ele batia bastante nos filhos \E.: o pai? \C.: é, bah (4), mas eu não, eu fui chefe de família cedo, eu comecei a trabalhar com 8 pra 9 anos, eu comecei a trabalhar todo dia, pra sustentar mais 3 irmãos que tinha, mais novo, eu e a minha irmã mais velha criamos 4 homens, (3), e aí a gente se criou, eu trabalhei pra comecei a trabalha com 12 anos pra fora, por mês, meu pai pegava o dinheiro até os 17 quase 18 anos ele pegou meu salário, fui viver a minha vida (2019/I, p. 1, linhas 11-16).

Na passagem é possível perceber, que Celso tem a chance de entrar, após a minha intervenção, em mais detalhes sobre os atos violentos do pai e também de sua relação com o mesmo, mas isso não acontece. Após uma breve pausa, podemos ver como ele muda de tema, passando da temática “a violência sofrida pelo meu pai” para “como me tornei chefe de família”, trazendo a ideia de ter assumido, bastante cedo, o papel do pai, enquanto a irmã assumia o papel da mãe. A assunção do papel de provedor é apresentada, assim, como consequência da morte da mãe desde uma perspectiva de superação das dificuldades, à medida que Celso demonstra apresentar-se como aquele que cumpriu o papel de irmão mais velho ao garantir o sustento dos irmãos mais novos através do trabalho. Por fim, aos 18 anos, ele diz ter ido viver a sua vida, sugerindo igualmente a ideia de ter deixado e abandonado o pai e possivelmente os irmãos. Apesar de trazer mais informações sobre as relações familiares após a morte da mãe, essas contêm poucos detalhes, apresentando a sua interpretação sobre os fatos, sem abrir a possibilidade para outras interpretações. Esse



fechamento confirma mais uma vez a dificuldade de falar sobre determinadas experiências do passado, embora me pareça evidente, o desejo, quando não a necessidade em falar e refletir sobre o passado.

Essa necessidade de trabalhar suas experiências biográficas ganha força mais uma vez na passagem que segue, na qual mantém a apresentação cronológica da biografia a partir do evento de seu casamento, quando tinha 21 anos de idade. Embora a cronologia dê uma sensação de ordenamento e clareza, a falta de detalhes também se mantém, sugerindo o desejo de evitar a abordagem de determinados temas. Assim, Celso menciona brevemente a experiência de um casamento com fim prematuro, mas novamente a ideia de ter cumprido o seu papel, como podemos acompanhar na seguinte passagem:

[...] tentei me casar, com 21 anos me separei logo em seguida, comecei, meio **descuidado** às vezes quando estava bem, achava que tinha que abandonar, e até hoje estou sozinho agora, e não tenho, comprei dois terrenos, fiz duas casas, me separei dos dois casamentos, larguei e deixei as casas pras mulheres por causa dos filhos e ((limpa garganta)) (3) [...] (2019/I, p.1, linhas 16-19).

Com mais detalhes, ele traz na passagem acima a experiência do seu primeiro casamento aos 21 anos de idade. Se por um lado, ele demonstra fazer uma autocrítica em relação aos seus casamentos, por outro lado essa autocrítica é feita trazendo pouquíssimos detalhes, com destaque para o termo descuidado, que pode significar, considerando a indexicalidade do texto, algo como desatento ou distraído, funcionando, ainda, como um eufemismo para “aquele que não cuida”. E apesar do suposto erro em abandonar a família quando estava em uma situação boa, ou seja, economicamente boa, ele deixa claro que também tem acertos, cumprindo o seu papel como provedor ao construir e deixar duas casas para as ex-esposas e filhos. Dessa forma, mais uma vez Celso se apresenta como aquele que cumpre o seu papel social de provedor, à medida que o presente começa a ganhar peso em relação ao passado, como se evidencia na frase “*estou sozinho agora*”. Também no texto que segue, podemos ver como o presente se sobrepõe gradativamente ao passado:

[...] andei um pouco no Paraguai, Mato Grosso ((ruído de gente ao fundo)), eu tive um momento bem empregado aqui, não soube aproveitar, agora faz, desde 2015 eu estou desempregado, já corri bastante atrás, não consegui emprego, ainda de vez em quando saio ali pra mim a Cornélia fez uns

currículos pra mim, larguei ali, não me chamaram, às vezes perguntam a minha idade, se eu não estava aposentado, assim vai indo [...] (2019/I, p.1, linhas 19-23).

Nele, Celso dá, portanto, um salto no tempo, saindo dos anos de 1980 para 2015, repetindo que seu erro foi não saber aproveitar suas oportunidades econômicas, desta vez no mercado de trabalho, mas que segue cumprindo seu papel social ao buscar trabalho em uma condição persistente de desemprego. A necessidade de reforçar a ideia de que cumpre com seu papel social se faz presente até o final do relato inicial, se manifestando, portanto, também na próxima passagem do texto:

eu moro há 4 anos agora num local, e sempre paguei pontual, eu sou de ficar sem nada, mas pago o que devo, e agora faz (3), fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, 6 meses que eu não pago \E.: faz 6 meses que não paga o aluguel? \C.: atrasado, 6 meses, e aí eu, o Cras fez aqui um pedido de aposentadoria pra mim, não veio ainda nada, e dificuldade **grande**, é grande a dificuldade, eu pego o bolsa família, **graças** à deus é **pouquinho**\E.: uhum \C.: mas me **serve**, me ajuda muitas vezes, **muito**, a Cornélia me deu uma mão mês passado (5), só com comida um rancho e eu vou onde eu acho um serviço e eu vô trabalhando, se tem eu vou e tá difícil (2019/I, p.1, linhas 23-30).

Enquanto no início da passagem, a ideia de ser alguém que honra com sua palavra correspondendo à expectativa do homem correto e devedor honrado apareça de forma manifesta, a ideia de estar fazendo a sua parte apesar da grande dificuldade econômica aparece de forma latente à medida que o recebimento do benefício socioassistencial e a procura por emprego apareçam como prova dessa atitude. Ao se concentrar no presente, Celso começa a indicar os problemas práticos, que tem tornado a sua situação presente bastante difícil, a saber: o desemprego e a impossibilidade de pagar o aluguel. A defesa do cumprimento do papel social se revela mais uma vez na próxima passagem, quando argumenta de forma generalizante como sua situação de desemprego pode ser encontrada na experiência da população em geral:

C.: tá **muito difícil tá muito difícil**, aqui no bairro, era um lugar que tinha bastante serviço, hoje bah, tem que ter informação, senão não entra, e é em tudo que é lugar, eu vou em obras grandes que antigamente eu entrava correndo, agora não entro mais, não me dão mais serviço, e então a vida está pra **mim** tá difícil, tá difícil, tá difícil, se essa mulher inventa de me

chutar de lá, não sei onde eu vou ir, eu acho que vou pra debaixo da ponte porque não tem, quem é que vai me dá um aluguel se, ((limpa garganta)), então, não esperava dificuldade assim, não esperava dificuldade assim, mas ((limpa garganta)), nem tanto é por mim, o governo eu acho que relaxou um pouco, porque não é só eu que estou nessa vida, **milhões** aí que tão com 50 anos, desempregados e não tem mais serviço, um troço errado, o Lula foi ladrão, o Lula foi, tá preso por ladrão, mas no tempo do Lula tinha serviço, no mínimo isso tinha, o tempo do Lula muito pobre que nem eu e outros com um servicinho comprou um carrinho, e hoje não sei, acho que tá mais, tô vendo muita gente sobrando no serviço, hoje vi uma reportagem de uma guria nova, bonita, parece que se batendo em São Paulo e também não, 2 anos e pouco sem emprego, e aqui também tem muito, então ((limpa garganta)), **não é só** pra mim, acho que não é só pra mim é pra maioria, tá difícil (7) [...] (2019/I, p.1, linhas 30-43).

Prestes a concluir sua breve apresentação biográfica, Celso traz um terceiro problema, com o qual também vinha lidando: conflitos com sua filha caçula, Lisa, em torno da guarda no neto. Também, aqui, podemos encontrar a defesa do seu papel social como provedor familiar, à medida que destaca as frustrações vivenciadas na relação com a filha. Ele finaliza o relato inicial, reforçando mais uma vez a importância do cumprimento do papel social através do trabalho, mas também indicando que não é despejado da casa da mãe de Lisa, porque ele sempre honrou os repasses da pensão da filha. Uma versão simplificada do fim do relato segue abaixo:

C.: [...] eu tenho 6 filhos vivos, graças a deus tudo, 5 são casados são senhores de si, são donos de casa são, (3) e a minha mais nova, até é filha dessa senhora que eu alugo, \E.: uhum \C.: a gente teve um caso há 15, 16 anos atrás [...] saí fora, ajudei a criar até pouco tempo, ajudei criar, paguei pensão, aí ela se juntou com um maconherinho aí [...] engravidou desse, vagabundinho lá \E.: uhum \C.: e aí veio pra ganhar o nenê em Porto Alegre, ganhou, só que não ia sair do hospital porque o pai é traficante [...] aí nós fomos lá eu e a mãe dela pegamos a guarda do guri, e agora meu deus do céu, o que eu já me incomodei, eu já me incomodei com essa guria [...] é triste, é triste depois de grande depois de criado, podia ajudar, podia, **pelo menos** dá uma alegria pra gente não dá, é incomodação (toda hora) **seguidamente** \E.: sim \C.: então eu, pra mim foi difícil, está sendo e eu tenho **certeza** que se eu tivesse um emprego, um lugar pra mim trabalhar o troço era diferente, eu me ocupava mais [...] a mãe dela é uma pessoa boa, se não fosse uma pessoa boa não estava me aturando lá sem pagar \E.: sim \C.: eu falei pra ela eu sempre quando eu paguei (6) como é que é [...] /E.: a pensão? \C.: a pensão alimentícia, eu paguei a pensão até, até 1 ano e pouco 2 anos atrás \E.: ahã \C.: e muitas vezes eu não tinha dinheiro pra pagar, chegava pra ela não tenho hoje ela **não**, se tiver tu me paga, cansei de chegar e pagar 2, 3 meses juntos, assim às vezes adiantado [...] \C.: sempre fui um cara assim, então por isso, mas é a vida né \E.: sim, (3) sim

\C.: mas assim, se **leva** né, (a vida tá assim) se leva, com paciência, com calma [...] (2019/I, p. 2, linhas 1-40).

Concluo, portanto, que enquanto Celso demonstrou iniciar a apresentação de sua biografia de forma cronológica pelo período da infância a partir da morte da mãe e de suas consequências para a sua história de vida, incluindo acertos e erros cometidos no início da vida adulta, ao longo do relato o passado perde força em relação ao presente, ao passo que se torna mais evidente o interesse de apresentar-se como aquele que cumpre com seu papel social, seja como filho primogênito, como provedor familiar, como devedor honrado ou como desempregado, que busca trabalho. Embora Celso tenha demonstrado fazer, inicialmente, uma revisão do passado no intuito de apresentar os caminhos percorridos na trajetória, ao longo do relato as certezas do presente parecem se sobrepor aos acontecimentos do passado e isso de tal maneira que ele rompe com essa apresentação cronológica, focando no presente. Assim, mesmo que o entrevistado tenha demonstrado interesse e ao que tudo indica necessidade em falar e pensar sobre as experiências do passado, ele apresenta, ao final, uma visão geral de sua vida, resumida e sem detalhes, com destaque para aqueles elementos que ele entende como acertos, podendo ser sintetizada, portanto, a partir do seguinte campo temático: *minha vida é resultado de perdas, acertos e erros, mas o importante é que eu cumpri e cumpro o meu papel.*

#### 4.2.3 A história da família de Celso e sua relação com a dificuldade do entrevistado em construir vínculos seguros

A importância da história da família de origem para a sua biografia reside especialmente na forma como muitas práticas já existentes na vida de seus pais, se reproduziram na sua própria história de vida, influenciado a maneira como Celso constrói, se distancia e enfraquece seus vínculos familiares. Três práticas ganham destaque: a falta de vínculos afetivos do pai com os filhos, a assimetria de status social entre a mãe e o pai e por fim uma organização familiar matrilocal. Para compreendermos, entretanto, de que forma essas práticas ganham relevância em sua biografia, precisamos antes entender como se manifestaram na vida seus pais. Desde a perspectiva da história da família materna, os primeiros personagens de grande relevância foram seus avós, João Castro e Joana Linhares,

os quais possuíam origem indígena (bugres). Embora o entrevistado não fale a este respeito, se nos atermos aos seus sobrenomes – Castro e Linhares – é possível que fossem descendentes de grupos indígenas, que já não faziam parte dos povos nativos, tendo assumido costumes e sobrenomes de origem portuguesa e espanhola. Esses, por sua vez, fizeram parte dos primeiros moradores da localidade, que chamo aqui de Barra do Rio Uruguai, localizada ao noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina e o estado de Santa Catarina.

Assim como em muitas outras regiões espalhadas pelo território do estado do Rio Grande do Sul em meados do século XIX, foi fundada nesta localidade, a partir de 1850, uma Colônia militar pelo Governo Imperial, cuja função era principalmente a defesa de terras na fronteira, bem como o desenvolvimento da região através da abertura de estradas, da produção agrícola e da pecuária, que vinham sendo adaptadas aos moldes capitalistas. Os colonizadores em questão eram de diferentes origens étnicas, passando a expandir ainda mais a heterogeneidade cultural presente na região. Os grupos presentes à época eram compostos, portanto, por descendentes de indígenas, negros escravizados, caboclos, portugueses, espanhóis, alemães, italianos, entre outros. Em face desses novos acontecimentos, foi surgindo na região uma nova classe média rural, que tinha a agricultura familiar como base e da qual os avós maternos de Celso já faziam parte ou tinham como objetivo integrar.

Ao que tudo indica, os avós nasceram entre 1905 e 1915, trabalharam na agricultura de subsistência, bem como eram de religião católica. Seu avô materno morreu bem antes de seu nascimento, vítima de uma picada de cobra durante o trabalho. Depois que o avô faleceu, sua avó casou-se novamente; desta vez com um sargento do exército. A possibilidade de um segundo casamento indica que a avó era ainda jovem e que economicamente precisava da proteção de um novo marido. Não tenho informações sobre sua origem étnica, entretanto, é possível considerar que fosse brasileiro, argentino ou até mesmo paraguaio, visto que em torno da década de 1980, eles se mudam e vão morar na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. A avó é descrita por Celso como alcoólatra, passando por diversas sessões de tratamento, pagas pelo, então, esposo, que possuía, ao que tudo indica, uma situação financeira estável. Considerando a forma como o entrevistado fala da família da mãe de modo geral, vemos, que os avós tiveram vários filhos, sendo que sua mãe, Aparecida Linhares Castro, era uma das filhas mais velhas do casal, tendo nascido em torno do ano de 1932, também na localidade da Barra do Rio Uruguai.

Sobre os avós paternos há poucas informações, visto que Celso diz não os ter conhecido. Ele sabe, entretanto, que a avó se chamava Clara Menezes e que seu pai, Artur Menezes, era natural de Mato Verde, um vilarejo localizado a cerca de 150 km de Barra do Rio Uruguai. O ano de nascimento do pai é 1912. O entrevistado não soube afirmar com certeza a profissão dos avós, embora imaginasse que esses fossem também trabalhadores do campo, assim como seu pai, que além de agricultor, era apicultor. Como Celso possui poucas informações sobre os avós paternos, considero que o pai tinha pouco ou nenhum contato com sua família de origem e que falava pouco sobre ela, fato esse que indica a presença de vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Se nos atermos ao sobrenome do pai, vemos que ele também apresenta sobrenomes típicos portugueses, conquanto Celso não mencione existência de origem indígena.

Dada a diferença de idade entre Aparecida e Artur, que era de 20 anos, considero que o casamento foi arranjado por Artur e pelos pais de Aparecida, visto que ela podia ter entre 12 a 14 anos e ele 32 a 34 anos à época do casamento. Além disso, a idade mais avançada de Artur pode ser igualmente visto como um indicativo, de que ele já havia sido casado antes e que já tivesse até mesmo filhos ou ainda que havia enfrentado dificuldade em se casar, conquanto a primeira opção me pareça a mais provável. Não há, entretanto, informações a esse respeito e nem sobre como ocorreu sua união, conquanto me pareça importante atentar para o fato de que existia uma grande assimetria de status social entre o casal: primeiro pela diferença de idade e gênero, em segundo lugar pelo fato de que ela era analfabeta, enquanto ele sabia ler e escrever, e por último em razão da possível diferença étnica entre os dois – ela de origem indígena e ele europeia -, a qual colocava Artur, mais uma vez, em uma posição de superioridade em relação a Aparecida. Em virtude dessa diferença de status social entre os dois, é possível, que mesmo que estivesse de acordo com o casamento, ela teria que se submeter às vontades do marido, assim que haveria pouco espaço para o reconhecimento de desejos e escolhas próprias. Se nos atermos à situação social da família de Aparecida como um todo, que era possivelmente de busca por mobilidade e reconhecimento social, parto do pressuposto de que seu casamento representou à época a ponte necessária para tal ascensão, assim que Aparecida não encontraria em sua família o apoio necessário para evitar ou até mesmo para deixar seu casamento, se um dia necessário fosse.

Logo após o casamento, o casal vai viver próximo da família de Aparecida, o que indica uma organização familiar matrilocal, típico de muitas tribos indígenas localizadas originalmente no estado do Rio Grande do Sul, como os caingangues<sup>74</sup> (MOLITERNO *et al*, 2011). A organização familiar matrilocal se caracteriza, especialmente, pelo fato de que o casal vai viver próximo da família da mulher como forma de garantir a sobrevivência do grupo e isso por uma série de motivos, que passam, especialmente, por mudanças ocorridas no núcleo doméstico masculino (BATALHA, 1995). Essas mudanças podem ser impulsionadas por guerras, mas também por transformações ocorridas no campo econômico fazendo com que os homens tenham que se distanciar de suas famílias por um período longo de tempo. Dessa forma, a estruturação familiar ocorre na organização matrilocal em torno das mulheres através de um trabalho solidário e de cooperação entre mães, filhas e irmãs, típica de sociedades que vivem da horticultura (Ibidem). Se nos atermos aos pais de Celso, sobretudo a situação familiar de Artur, que, ao que tudo indica, era de enfraquecimento ou rompimento dos laços familiares, pode ter contribuído para a reprodução da organização familiar matrilocal, à medida que a família de Aparecida reconhecia igualmente um ganho ao ter o novo casal por perto. Assim, vale, aqui, destacar a importância para Artur de casar com uma mulher, cuja família pudesse lhe oferecer alguma forma de apoio mútuo, visto que, ao que tudo indica, já não podia mais contar com o seu próprio clã.

Quando Aparecida tinha 15 anos de idade, no ano de 1947, nasce a primeira filha do casal, Lídia. Entre 1948 e 1953, ou seja, num período de seis anos, Aparecida dá à luz a mais dois bebês; o primeiro vem à óbito sete dias depois do nascimento e o segundo morre, provavelmente ainda bebê, em decorrência de meningites. Ambas as perdas podem ser um indicativo da precariedade social da família à época, a qual vivia no campo, sem a infraestrutura necessária e com pouco acesso aos serviços estatais de saúde. Ao final da década de 1940, a localidade da Barra do Rio Uruguai era ainda bastante rural, apresentando, entretanto, os primeiros passos de sua urbanização: em 1946 é fundada a primeira escola da localidade. O acesso a serviços de saúde se dava à época, mais ou menos, a 30 km de

---

<sup>74</sup> Os povos indígenas que habitaram originalmente o estado do Rio Grande do Sul foram principalmente os guaranis, os charruas e os caingangues. Em razão de os índios caingangues ocuparem desde os séculos passados a região noroeste do Rio Grande do Sul, diferentemente dos índios charruas e guaranis, sigo a hipótese de que a origem indígena dos avós maternos de Celso possa ser caingangue, visto que esses também são originários desta mesma região.

distância, assim que fazendo uso de cavalo e carroça, a chegada até o hospital poderia durar algumas horas. Além da escassez de serviços básicos no meio rural e nos pequenos centros urbanos, a década de 1950 demarca a primeira onda de migração do campo para a cidade em decorrência das crescentes perdas na agricultura, assim que muitas famílias de agricultores, especialmente as pequenas e aquelas já pobres, se encontravam economicamente fragilizadas.

Além da situação econômica da família, também a saúde de Aparecida poderia ser fonte de preocupação, seja porque se encontrava debilitada devido ao trabalho, às gestações seguidas da morte dos bebês ou até mesmo em razão da relação com o marido. Embora não haja informações de que a mãe sofria algum tipo de violência doméstica, é possível considerar com base no relato que os conflitos entre o casal eram também resolvidos através da força física, o que à época era ainda encarado com certa normalidade, em especial no campo (MALUF; MOTT, 2021). Em razão da morte e da perda precoce de dois bebês num curto espaço de tempo, é possível considerar que a família e especialmente Aparecida, na sua condição de mãe, fosse responsabilizada por esses eventos trágicos, seja devido à condição social da família ou pela própria saúde de Aparecida. Se isso for verdade, então é de se supor que a pressão da comunidade, da família e do marido sobre ela para que desse à luz um filho saudável seria grande. Foi, portanto, possivelmente, neste contexto, que Celso vem ao mundo no ano de 1954.

#### *4.2.4 A reconstrução da história de vida*

##### **4.2.4.1 Nascimento e a formação de vínculos afetivos com a mãe: segurança emocional e material**

Ao final do verão do ano de 1954, nasce, portanto, Celso como a quarta criança e o primeiro filho homem de seus pais. À época de seu nascimento, sua irmã, Lídia, tinha cerca de sete anos de idade, assim que podemos imaginar, que ela tenha participado dos cuidados do irmão, o que poderia se reverter, mais tarde, em uma possível proximidade e menos uma rivalidade entre os dois. Como ele foi o primeiro filho homem a conseguir ultrapassar o primeiro ano de vida, seria de se esperar que houvesse uma grande expectativa e cuidados



em relação ao seu desenvolvimento. Não há, entretanto, informações por parte do entrevistado que pudessem confirmar algum tipo de tratamento especial em relação a ele na infância. Vale lembrar, que Celso revisita sua infância durante o relato inicial desde uma perspectiva integralmente negativa. Assim como vimos na análise de texto e campo temático de sua entrevista (cf. seção 4.2.2), essa tematização negativa da infância parece estar relacionada a uma situação de crise atual provocada de forma manifesta por uma condição econômica precária (desemprego e falta de renda), por conflitos envolvendo a filha mais nova, mas também em razão de seus sentimentos em relação à falta de proteção ao longo da biografia, representada especialmente pela ausência da mãe. Assim, diante do sofrimento em falar sobre a perda da mãe, busquei lhe prestar suporte pedindo que me falasse sobre alguma experiência positiva da infância. O resultado podemos acompanhar na seguinte passagem:

C.: tem lembrança boa de infância tem, o meu pai nunca trabalhou na roça ele era agricultor, tinha terra, era agricultor \E.: uhum \C.: mas nunca trabalhou na roça, ele trabalhou com **apicultura** com abelha \E.: a:: ok \C.: com abelha \E.: uhum \C.: então ele ia pro meio das abelhas principalmente pra melado, eu ia pro meio dos capim rastejando e ia lá pra pegar um favo de mel \E.: ahã \C.: até tenho lembrança da mãe, ai lembrança boa no meio da roça junto com elas, chorando as mazelas, correndo atrás delas, tem, tem coisas boas dos tempos de guri \E.: uhum \C.: onde eu brinquei com os amigos, onde brinquei com os irmãos, caçando peria nos fins de semana \E.: uhum \C.: não sei se tu conhece peria [...] é um bichinho pequeno assim no mato \E.: ahã \C.: tipo um ratãozinho, a gente caçava bastante às vezes 10, 15, 20 \E.: nossa \C.: num saco de pano e depois fritava pra comer [...] ele [o pai] trabalhava mais, mais em casa, era fazendo caixa de abelha \E.: ahã \C.: era fazendo transplante de tinha livro fazia, pegava quantia de abelha botava numa caixa e noutra e assim, então ele pagava pião na roça, pagava pra vim trabalha \E.: uhum \C.: a mãe que administrava, e eles ficavam em casa trabalhando em casa (2019/I, p. 3, linhas 3-20).

Essas primeiras lembranças remontam, ao que tudo indica, o período que Celso tinha entre quatro e seis anos de idade, ou seja, seus dois últimos anos com a mãe antes de ela vir a falecer. Nesta época, ele já não era mais o único filho homem de seus pais, visto que nos anos que se seguiram já haviam nascido Carlos e João, com quem, portanto, passou a dividir a atenção e os cuidados da mãe. Tendo em conta os temas que Celso aborda ao voltar-se às suas experiências positivas da infância, é possível reconhecemos o peso do tema “trabalho” envolvendo sua experiência com os pais, indicando como a família foi fortemente vivenciada como uma unidade econômica de trabalho. Considerando a forma como ele fala do pai na

infância, chama a atenção que ele sublinha, que ele nunca trabalhou na roça, ou seja, é possível considerar que Celso tenha vivenciado o pai como um ser superior aos demais, visto que ser agricultor e apicultor apresentava provavelmente um status social mais alto do que alguém que trabalhava na roça, como por exemplo, um peão. Já a lembrança sobre a mãe guarda uma marca forte do luto, de sua perda física, à medida que o entrevistado destaca exatamente a presença física e a companhia da mãe a partir da representação de estar junto com ela, ao seu lado ou ao seu redor durante o trabalho na roça, assim como de outras mulheres, possivelmente tias.

Enquanto o pai é colocado, portanto, numa posição social de superioridade como agricultor, a mãe ganha o espaço do trabalho mais simples, mais dispendioso, ou seja, a roça, que era também o lugar dos peões, que trabalhavam para o pai. Essas representações dos pais na infância ajudam a exemplificar como se dava na prática a relação de assimetria entre eles, apontada no início da análise. A possibilidade de ter funcionários aparece como um indicativo de que a situação econômica da família no período de sua infância era boa, ao passo que a mãe é apresentada também como a administradora desses funcionários, assegurando o funcionamento do trabalho no dia-a-dia. Trabalhar diretamente com os peões não me parece, entretanto, que fosse à época uma função típica de uma mulher, dona de casa, ao menos que seu marido não o que quisesse ou pudesse fazer. Com base neste quadro de funcionários – peões e a mãe -, vemos, portanto, se repetir a posição e o status de superioridade do pai no meio familiar. Por outro lado, a capacidade de gerenciamento da mãe, seu papel no trabalho e sua aproximação em relação aos filhos, lhe traziam benefícios, dos quais o pai não dispunha. Em outro momento da entrevista, atendendo ao meu pedido, Celso volta a falar sobre sua relação com a mãe, ao passo que o faz novamente trazendo o trabalho no dia-a-dia como pano de fundo, vejamos:

E.: [...] o senhor poderia me contar um pouquinho da vida de vocês antes dessa despedida, o senhor podia me contar de repente um pouco da sua relação com a sua mãe \C.: foi muito boa, muito boa muito bah uma mãe, sempre acompanhava na roça, ela sempre me levava, eu ia bah uma mãe muito boa pra mim deus o livre, o pouco que vivi foi bom meu deus \E.: o senhor pode me contar assim uma dessas situações boas com ela no trabalho como é que foi que aconteceu, onde é que vocês estavam \C.: é eu no trabalho até não é muito fácil porque a gente, ela plantava um pouco de cada coisa um pouco de arroz um pouco de batatinha, de hortaliça assim muita coisa sabe, e eu lembro que na ocasião, plantava assim uma bananeira

na terra, depois disso nós fomos colher cachos seguido, e eu colhi depois que ela faleceu cachos de banana, e teve vários, plantações de ervilha, bota as varinhas pras ervilhas crescer, e passear às vezes junto com ela, muito bom minha mãe foi excelente, excelente, claro e o pai depois [...] (2019/I, p. 7-8, linhas 41-43; 1-6).

Também nesta passagem, a situação social da família é descrita de forma positiva tendo a agricultura de subsistência como pano de fundo, apresentando certa fartura, mas também um grande volume de trabalho da mãe, que era responsável pelo cultivo dos hortifrutis. A rotina exaustiva da mãe reforça a hipótese de que havia pouco tempo para os filhos, assim que os mesmos acabavam sendo envolvidos nesta rotina de trabalho. Também nesta passagem vemos como tanto o pai, como a mãe se faziam presentes no dia-a-dia de sua infância, visto que ambos trabalhavam em casa, ao passo que ele descreve como fazia parte de sua rotina, que a mãe o levasse para o trabalho na roça. Chama, entretanto, a atenção que ele não fala sobre a presença dos irmãos, Carlos e João, nas saídas com a mãe, assim que podemos imaginar que a mãe tendia a leva-lo junto para o trabalho, visto que como filho mais velho, ele já era mais independente e podia ajudá-la, enquanto os irmãos, possivelmente, ficavam aos cuidados de sua irmã mais velha ou de tias. O ato da mãe de leva-lo para o trabalho, seja para que ela pudesse cuidar do filho ou para que ele pudesse ajudar a mãe no trabalho são importantes indícios da forma como seu deu, possivelmente, a construção de vínculos entre os dois.

A literatura científica sobre a construção e formação de vínculos é ampla, compreendendo tanto as áreas da saúde, como medicina e a psicologia, como também sociais como a sociologia e a antropologia. Seguindo as diferentes definições encontradas nessa ampla literatura, com forte influência da teoria do apego<sup>75</sup> (FRANCO, 2010; PAPALIA;

---

<sup>75</sup> A teoria do apego assim como formulada pelo psicólogo John Bowlby (2002) pressupõe que os seres humanos, assim como outros animais, possuem uma “inclinação natural para construir e manter vínculos com os outros” (GOMES, 2011, p. 6), os quais garantem a sua sobrevivência. Embora os pesquisadores pioneiros da teoria do apego, John Bowlby e Mary Ainsworth, tenham focado suas pesquisas na relação entre a mãe e o bebê e o valor do apego para a sobrevivência desse último, a teoria do apego vem sendo aplicada em diversos estudos envolvendo crianças, adolescentes e adultos, podendo ser ampliada a uma série de outros grupos sociais (GOMES, 2011). O que me parece interessante na teoria do apego para uma possível aplicação nas Ciências Sociais é o fato de que a construção de vínculos não se apresenta como um processo unilateral, antes pressupõe a possibilidade da construção de laços entre todas as pessoas envolvidas. Na área dos estudos etnológicos em desenvolvimento humano, apego significa uma “ligação recíproca e duradoura entre o bebê e o cuidador, cada um deles contribuindo [com seu comportamento] para a qualidade do relacionamento” (PAPALIA; OLDS; FELDMANN, 2006, p. 245). Assim, o apego ou ainda a construção de vínculos, que é o que me interessa aqui, é um fenômeno social passível de ser observado em pesquisas sociais a partir da análise

OLDS; FELDMANN, 2006), parto de um conceito de formação de vínculos como um processo, através do qual sujeitos, sejam eles bebês, crianças ou adultos se encontram em uma relação de reciprocidade, na qual buscam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas. Na medida em que essa relação de reciprocidade avança no tempo, aquilo que chamamos de confiança ou desconfiança ganha força, ou seja, a segurança ou a insegurança em contar com o atendimento das necessidades através do outro, envolvendo a prática do auxílio e do cuidado e da importância, que se tem para o outro através desse cuidado. Relações primárias que tendem a envolver laços de afeto e lealdade podem, por isso, ser tratadas como vínculos afetivos, enquanto relações secundárias tendem a envolver vínculos do tipo instrumental, ou seja, laços voltados a objetivos e interesses muito práticos (JOHNSON, 1997). E à medida que Celso precisava da mãe, também a mãe precisava de Celso e esse reconhecimento e atendimento mútuo de suas necessidades se evidencia no relato, nos dando uma ideia da formação de seus vínculos afetivos, muito embora essa proximidade com a mãe tenha sido rompida de forma precoce e repentina, com consequências importantes para o percurso biográfico.

Fazendo um esforço para resumir suas experiências nesses primeiros seis anos de vida, é possível dizer que sua infância foi marcada por uma divisão de gênero bastante tradicional entre os pais, mas sobretudo assimétrica, na qual a mãe assumia as tarefas de menor status social, como o cuidado com os filhos, da casa e do marido, assim como o cultivo da terra e a organização do trabalho dos peões. Para tanto, ela possivelmente contava com a ajuda da filha mais velha, Lídia, que à época tinha 12 anos de idade e da família de origem. Embora o papel da mãe parece ter sido vivenciado como socialmente menos relevante, no círculo familiar fica claro como o espaço que ela ocupava era mais abrangente do que do pai. Já esse pareceu ter sido vivenciado como algo superior, responsável por um trabalho mais técnico e de maior status social (“o agricultor”, “o apicultor”), à medida que também demonstrou ter estado presente no seu dia-a-dia. Como os cuidados diários dos filhos e o contato físico se

---

da interação, seja via observação participante, como também através da análise de narrativas biográficas. Na sociologia, as relações sociais e com elas suas formas de vínculos são diferenciadas principalmente entre relações *primárias* e *secundárias* (JOHNSON, 1997). Enquanto as relações primárias são conhecidas por configurarem laços duradouros de afeto e lealdade entre seus membros, com destaque para o grupo familiar, as relações secundárias tendem a apresentar vínculos passageiros, voltados a realização de objetivos e interesses práticos, como relações de negócio ou prestações de serviços (Ibidem). Tenho visto, portanto, como a teoria do apego tem me ajudado a entender empiricamente as particularidades de cada um desses tipos de relações sociais, bem como suas conexões.

dava pela mãe, essa presença do pai não parece ter significado a formação de vínculos do tipo afetivo entre os filhos, envolvendo cuidados práticos, mas antes uma relação abstrata baseada na certeza do papel do pai como provedor e chefe da família. A existência de alguns poucos empregados, a prática da apicultura, que exigia em certa medida técnicas mais distintas de trabalho, bem como a criação de animais, como vacas e porcos, aparecem como importantes indicativos de que a família gozava de uma boa condição social no campo, possivelmente de um status social positivo na comunidade, embora não haja indícios de que a casa da família contasse com infraestrutura básica, como eletricidade, água encanada e esgoto. Vale lembrar que essa situação se diferencia, entretanto, daquela identificada nos anos que antecederam seu nascimento, o que indica uma melhora na situação econômica da família, especialmente entre os anos de 1954 e 1960.

#### **4.2.4.2 A experiência do suicídio da mãe, um primeiro *turning point*: perda de vínculos familiares, a experiência do abandono e a perda da proteção social**

Se é verdade que a situação econômica da família havia melhorado desde o nascimento de Celso, essa ocorreu mesmo após o crescimento da família, pois entre 1965 e 1960, os pais tiveram mais três filhos: Carlos e João como supracitado, e Paulo, que veio ao mundo no ano de 1960. À época, Lídia tinha 13 anos, Celso seis, Carlos quatro e João dois. Além da filha mais velha, Aparecida podia contar, ainda, com a ajuda de irmãs e irmãos, o que possivelmente lhe tornava a vida um pouco mais fácil diante de tantas tarefas. Ao passo que a situação econômica da família melhorava, o trabalho e a pressão também aumentavam. Quando perguntei a Celso sobre a relação dos pais à época de sua infância, ele traz o exemplo de uma situação, na qual eles discutem e a mãe agride o pai fisicamente, vejamos:

E.: e como é que era a relação deles \C.: que que eu vou dizer pra ti eu era muito guri, muito piá, eu vi uma discussão deles uma vez, **por que** que começou não sei mas, eles estavam numa festa, não sei se era de igreja ou de escola não me lembro \E.: uhum \C.: e por lá começou a discussão, daí eles vieram pra casa discutindo, discutindo, e aí ela na altura do caminho pegou umas pedras pra dar umas pedrada nele ele, ele se atirou e voltou pra tal de festa e aí nós viemos embora com ela, eu me lembro que ela junto as coisa e guardo, e disse pra nós que hoje ele não entra aqui dentro de casa, se entro não sei \E.: ((risos)) \C.: não vi pelo menos [...] (2019/I, p. 8, linhas 1-13).

Como podemos ver, Celso traz exatamente uma situação de conflito, cuja origem não fica clara. Tendo em vista que a família se encontrava em uma festa de comunidade, a briga pode ter sido causada por abuso de bebida alcoólica ou pela existência de relações extraconjugais do pai, visto que é a mãe que agride o pai fisicamente, afirmando aos filhos, que esse não entraria em casa naquela noite. A passagem se destaca, portanto, por sugerir a existência de um conflito, que pudesse até mesmo levar ao fim do casamento, ou seja, a existência de uma outra mulher. Dando sequência a essa situação de divergência entre os pais, Celso passa a falar, então, do dia do suicídio da mãe:

[...] e o dia que ela, que ela tomou veneno que ela tomou **veneno**, única coisa que ele disse para ela, que ela foi visitar uma madrinha minha que vinha embora pra Passo Fundo \E.: uhum \C.: daí a tia, a irmã dela mando pedir um dinheiro pra que ela tinha feito um casaquinho aqueles casaquinhos de tricô \E.: uhum \C.: com a filha da minha madrinha, daí ela invento de pedir o dinheiro, a minha irmã mando pedir o dinheiro do casaquinho assim, assim, daí a minha madrinha, não ela não fez casaco pra mim, ela não tem dinheiro pra receber, não sei o que, não sei o que, daí de noite ela contou em casa né, vai o irmão **dela** mais velho estava lá em casa comigo, daí o pai disse pra ela bah Aparecida porque que tu foi passar vergonha por causa da tua irmã, não devia ter falado nada, só aquilo ali, ela ela fez café, boto café na mesa, janta, o irmão dela janta lá em casa comeu com nós e ela fazendo roupa na mão pro meu irmão mais novo, esse que mora aqui, daí ficou costurando ali, daí a irmã dela entrou pra dentro veio dormir, dormiu ali dentro, ela mora com **nós**, ela vem lá morar com nós com o pai, nós tinha que fazer uma casa pra eles ainda recém tinham se casado esse casal, daí tu vê a outra deito ali no, a vista assim ó, casa grande, ela tomo veneno e a outra não viu, aí quando ela, ela se sentiu mal quis ir pra cama levantar pra ir pra cama, ela falou pra outra ouvir olha cuida bem do meu nenê, levantou pra ir e caiu, a outra pulou da cama e chegou e agarrou ela e meu tio agarraram ela, botaram num banco sentada, deram leite pra ela, mas pior que ela tinha botado veneno no leite também \E.: bñh \C.: meu deus, e aí **não deu tempo** pra nada, pra nada \E.: uhum \C.: não deu 10 minutos se foi, aí (65) ((chora)) \E.: quando é que foi a última vez que que o senhor falou sobre isso pra alguém ou penso sobre a sua infância \C.: até falo seguido \E.: é? \C.: falo seguido, com certos conhecidos, amigos [...] na parte da mãe assim eu fui sofrido, muito sofrido, **pior** dia da vida pra mim era o dia das mães \E.: é? \C.: muito, agora ultimamente graças a deus não é tanto, comecei a pensar não adianta não volta mais, e às vezes até me penso em bobagem, sei lá, se ela quisesse ver os filho ela não tinha feito o que fez, e mas não sei né, me fez falta [...] (2019/I, p.8, linhas 13-35).

Na época da morte da mãe, Celso tinha entre seis e sete anos de idade, assim que a partir do relato, vemos que ele se recorda de alguns acontecimentos que antecederam sua morte, ao passo que todos eles envolviam a presença do pai, com exceção da situação, na qual Celso descreve e narra a sua morte. Dessa forma, mesmo que ele não fale abertamente dos possíveis conflitos existentes entre os pais à época dos fatos, fica claro a existência para Celso de uma relação entre o suicídio da mãe e a pessoa do pai, conquanto ele diga de forma manifesta em outra passagem, desconhecer os motivos que levaram a sua morte. Considerando a forte relação de assimetria identificada entre o casal e as supostas expectativas da família de Aparecida em relação ao seu casamento, parto do pressuposto de que os motivos que levaram ao seu suicídio estavam fortemente relacionados a uma ideia de não conseguir corresponder adequadamente ao seu papel social como esposa, como mãe, como dona de casa, como trabalhadora, como filha, e assim por diante. Os conflitos entre o pai e a mãe devido a uma suposta relação extraconjugal ou até mesmo a situação narrada acima, na qual o pai indica que a mãe se expôs a uma situação de vergonha por causa da irmã, reforçam a hipótese de que Aparecida vinha sofrendo com críticas e inseguranças em relação a sua pessoa.

Chama também a atenção, que Celso fala de uma suposta “tentativa de suicídio” e não de suicídio propriamente dito. Nesse sentido, podemos especular, que aquela não se tratava da primeira tentativa e que por isso a família, como um todo, poderia tratar o ocorrido como uma fatalidade. Se for verdade que aquela não era a primeira tentativa, então é possível que Aparecida vinha sofrendo há muitos anos, quando não uma vida inteira, de doenças psicológicas, como depressão ou de dependência química, assim como sua mãe. Não há, entretanto, nenhuma afirmação por parte do entrevistado, que confirmem essas hipóteses, conquanto a análise dos dados biográficos tenha indicado a presença de uma série de fatores de risco para a saúde física e mental de Aparecida após o casamento, como gestações em idade precoce, experiência do luto de dois filhos bebês, a pequena diferença de idade entre os últimos quatro filhos, uma carga de trabalho exaustiva, sem que possamos, ainda, descartar a presença de violência doméstica.

A representação da “tentativa de suicídio” se apresenta igualmente como uma estratégia desenvolvida pelo entrevistado à época do ocorrido e/ou ao longo da vida como forma de lidar e compreender o ato da mãe, que, ao que tudo indica, foi vivenciado pelo

entrevistado de diferentes formas, com destaque para a sua vivência traumática em razão da perda física e afetiva repentina da mãe, ou seja, do rompimento de vínculos, e de uma sensação de abandono. A ideia da tentativa de suicídio abre, portanto, espaço para a compreensão de que a morte não teria sido intencional, visto que lhe parece difícil de compreender até hoje como uma mãe iria querer deixar os seus filhos. Sendo assim, é possível inferir, com base no conteúdo da última passagem, que Celso culpou a mãe pelo ocorrido em muitos momentos de sua vida, incluindo o período de sua morte e o presente da entrevista.

Embora ele não fale abertamente sobre isso, seu relato sobre a morte da mãe indica que ele, além dos tios, estava presente no momento. Embora mortes repentinas e inesperadas configurem, por si só, uma experiência traumática<sup>76</sup> para os familiares envolvidos, visto que não há tempo para a elaboração da experiência da perda antes que a despedida aconteça (ANTON; FAVERO, 2011), o ato de assistir e não poder fazer nada para salvar a pessoa amada, potencializa um sentimento de onipotência e culpa diante do ocorrido, fragilizando ainda mais aquele que vivencia o trauma. O trauma provocado por perda abrupta, apresenta sobretudo consequências físicas e emocionais, como a sensação de ter sido abandonado, que acabam exigindo apoio emocional para a sua elaboração, especialmente o profissional, visto que também os familiares adultos se encontram muito fragilizados nestas situações. No caso do entrevistado, a experiência do abandono se manifesta desde o início da entrevista, quando ele apresenta a sua infância desde a perspectiva da perda da mãe, assim como apresentado na *seção 4.2.2*. Na passagem correspondente, o entrevistado afirma que foi “deixado”, ou seja, abandonado cedo pela mãe, ao passo que a partir dali passa a ter uma vida marcada pela solidão e pelo desamparo, sem mãe e sem pai. Se recorrermos a estudos que analisam as fantasias de crianças enlutadas, vemos que o desamparo é também para elas um dos sentimentos mais frequentes (FRANCO; MAZORRA, 2007 *apud* ANTON; FAVERO, 2011). O que chama, entretanto, a atenção no estudo, assim como no caso aqui analisado, é de que não se trata apenas de um desamparo em relação à perda daquele que se foi, mas também em relação àquele que ficou e que se encontra fragilizado e com isso transformado. Se considerarmos, ainda, a passagem acima, vemos que Celso não apenas vivencia a perda da mãe como uma experiência de abandono, mas também que ele nunca teve a chance de

---

<sup>76</sup> O trauma pode ser visto como resultado de uma experiência de forte impacto, à qual o sujeito não consegue responder de forma adequada, causando transtornos de ordem psicológica (LAPLANCHE; PONTALIS, 1986 *apud* ANTON; FAVERO, 2011).



rever essa interpretação, visto que segue reproduzindo, assim como vimos em outras passagens, a ideia de que ela foi embora, porque possivelmente não se importava com os filhos.

Dado ao contexto social e cultural que Celso cresce, vemos que um acompanhamento profissional através de um psicólogo ou algum outro profissional da saúde seria praticamente impossível, e que suas chances de apoio se encontravam especialmente na família e na comunidade, incluindo a escola, os amigos e a religião. Além de apoio emocional para a elaboração do luto, era de se esperar, que a perda física e afetiva da mãe, fizesse com que o entrevistado fosse buscar segurança física e emocional em outras pessoas, especialmente no pai. Como já mencionado na passagem acima, Celso, não demonstra, entretanto, ter encontrado no pai a segurança necessária. Como veremos, é o pai que passa a mobilizar o apoio dos filhos para lidar com a perda da esposa com consequências importantes para a sobrevivência econômica do núcleo familiar, bem como para a sua relação com os filhos.

Após a morte da mãe, o pai passa a recrutar novos funcionários para o trabalho na roça. É neste contexto, que Celso relata que o pai possuía uma doença degenerativa na mão, que dificultava o trabalho no campo. Nesse sentido, é possível que o pai sempre tenha tido o problema, mas que esse passou a piorar após a morte da mãe. Com isso, considero que essa “deficiência” na mão pode ter sido também o motivo pelo qual a mãe era responsável por todo o trabalho que ocorria na roça, tornando o pai muito dependente dela. Mesmo com a introdução dos trabalhadores, os negócios continuam indo mal e o pai passa a vender os bens da família. Com base no relato, foi possível evidenciar como o pai começa a se distanciar fisicamente dos filhos no período, deixando a casa da família por longos períodos de tempo, assim que Celso e os irmãos começam a gerir, com base nos recursos existentes, a sobrevivência da família. Nesse sentido, é possível considerar, que a impossibilidade do pai de cumprir o seu papel social como provedor e gestor econômico da família, especialmente diante da família da mãe, mas também da comunidade, faz com que ele se distancie cada vez mais dela à medida que passa a buscar aquilo que necessita em outro lugar, seja dinheiro ou afeto. Esse primeiro distanciamento físico em relação ao pai se dá cerca de dois anos após a morte da mãe, ou seja, a partir de 1962. Celso tinha oito anos à época, enquanto Lídia 15, Carlos seis, João quatro e Paulo dois. A partir daí vemos como sua experiência de abandono e desamparo passa a ganhar força.

Mesmo diante do fato de o pai ter deixado os filhos longos períodos desamparados, considero não ter sido essa uma tarefa fácil, visto que, no mínimo, aos olhos da comunidade ele precisaria justificar sua ausência. Além da necessidade de buscar o sustento da família como provedor, acredito que um fator que contribuiu para legitimar a sua falta foi principalmente a presença e com ela o papel assistencial da família materna, a qual seguia presente na vida de Celso na medida que ele passa a trabalhar, aos nove anos de idade, como peão para um tio como forma de trazer comida para a casa. Vemos, aqui, como a família materna garantia ainda alguma forma de proteção social. A partir de 1963, o entrevistado inicia seu processo de escolarização, ingressando aos nove anos de idade na primeira série. Apesar da necessidade de repetir a primeira série em 1964, os três primeiros anos escolares demonstram ter sido especialmente positivos, como mostra a seguinte passagem:

C.: daí, eu comecei no colégio, bah me lembro de pé no chão, frio pé no chão muitas vezes, e no meu primeiro colégio, me dei bem, rodei três anos, rodei, mas no segundo, tirei segundo lugar, no terceiro tirei primeiro lugar [...] (2019/I, p. 9, linhas 13-15).

A partir de 1966, a condição econômica da família apresenta mais uma piora quando o pai resolve vender as terras e eles se mudam de localidade. Embora não fique claro se essa mudança geográfica tenha sido grande, a necessidade de mudar de escola, indica que houve sim uma mudança significativa dos personagens, que compunham a sua realidade à época. Seis anos após a morte da mãe, Celso demonstra, mais uma vez, perder importantes referências, sejam aquelas que ele logrou manter ou aquelas conquistadas após a morte da mãe. Dessa forma, a mudança não representou apenas o agravamento da insegurança material, mas também e mais uma vez a fragilização e em alguns casos o rompimento de vínculos afetivos. Os resultados dessa nova mudança para a sua vida podem ser acompanhados nesta longa passagem:

[...] me mudei pra no final o pai vendeu uma terra ali comprou metade em outro lugar, e daí já não tinha quase nada mais de capital, as abelhas ele vendeu 300 caixas numa pegada [...] de tudo foi se terminando, aí, vendeu aquela terra comprou a metade em outro lugar, e dificuldade, nós trabalhava pra fora virava um pedacinho de terra em casa, bota uns pé de milho batata doce, as coisinhas pra comer e (5) uma **miséria** deus me perdoe eu fui pra outro colégio daí, professor origem alemã, fui uma pedrinha e **pobre** não tinha roupa pra trocar e ele ordenou que tinha que ir todo dia com uma roupa

limpa [...] aí foi indo foi indo, foi indo, ainda andou me dando uns laçoço por ai na rua, aí cheguei em casa e falei pai, me disse te vira tem que ir, aí o que que eu fiz eu **fugi do colégio** \E.: hm:: \C.: cuidava, ficava numa casa, duma tia e cuidava os outros, passava e pagava o caderno e colava o que eles fizeram [...] acho que uns 2 meses assim, aí um dia o professor mandou uma carta por um aluno e recebeu a carta que eu não ia no colégio não sei o que, bah me deu uma **tunda** de laço credo, amanhã tu vai no colégio, cheguei no colégio o professor me recebeu [...] e me chamou lá na mesa dele e botou 3 varas de marmelo assim em cima da mesa e começou a pergunta pros aluno quantos laçoço era pra dar, um gritava 20, outro gritava 50 outro- [...] dei uma largada e grudei a pasta e- \E.: fugiu \C.: largo a turma atrás, não pegava mais, eu entrei numa roça dum tio meu e escapei [...] vinha vindo o pai de cavalo, tranquilo lá vem vindo teu pai, daí larguei correndo, vim pra casa, aí cheguei em casa e não deu outra, os guris se queixaram, **bah** tiro o freio da égua dobro o freio e dava em mim, **nunca** tinha corrido, nunca corri do pai aquele dia eu tive que correr, aí de noite eu voltei pra casa com medo, aí disse pra ele o senhor pode, pode me **matar** não vou mais no colégio e não fui [...] (2019/I, p. 9-10, linhas 15-43; 1-5).

O período da mudança de localidade representou, sobretudo, a piora da condição econômica da família, que demonstra ter chegado aquilo que Celso chama de miséria, ou seja, a dificuldade de acesso ao que comer, mas também de ter o que vestir e da possibilidade de integrar-se socialmente. Além da perda das antigas referências e de proteção social, vemos que essa nova fase vem acompanhada da dificuldade de integração, ou seja, de sua exclusão pelo professor e pelos colegas tendo como consequência a decisão de distanciar-se da instituição escolar, bem como uma maior presença no relato de experiências envolvendo violência, tanto dentro de casa, como na escola e entre os novos colegas. Celso tinha 12 anos à época. Na relação com o pai se destaca, à época dos acontecimentos, a falta de proteção, cuidado e orientação em relação ao filho, além da presença de um alto grau de violência.

Dessa forma, não somente o evento do suicídio da mãe, mas também os seis anos que se seguiram após a sua morte, trouxeram rápidas e impactantes mudanças em sua vida, configurando o período um importante *turning point* biográfico. Com a morte da mãe, Celso vivencia tanto a perda de vínculos com ela, como também a gradativa fragilização dos vínculos com o pai, restando a família materna, a escola, bem como os irmãos como referências positivas. Mas, assim como vimos, muitas dessas novas e antigas referências perderam também presença nos anos que se seguiram, agravando ainda mais a falta de proteção. Assim como foi possível identificar na relação entre a mãe com o pai, também a relação entre o pai e os filhos passou a ser fortemente determinada pela necessidade de os

últimos trabalharemos para o primeiro, ou seja, também os filhos passaram a trabalhar para o pai, sem que necessariamente pudéssemos reconhecer uma cooperação mútua. A família como unidade laboral é um fenômeno conhecido, especialmente em sociedades pré-modernas. No caso da família do entrevistado, chama a atenção, que a esposa e os filhos se tornam funcionários do pai, ao passo que esse passa a depender cada vez mais de sua força de trabalho, sem que tivesse ocorrido, e isso em especial no caso de Celso, uma cooperação mútua, a partir da qual vínculos de afeto, lealdade ou até mesmo instrumentais pudessem ser construídos de forma segura. Portanto, a morte da mãe teve, de diversas maneiras, como consequência a gradativa desintegração social da família e com ela a perda de proteção, culminando a partir de 1966 no agravamento da insegurança material e emocional do entrevistado.

#### **4.2.4.3 Formação de vínculos no mercado de trabalho: o papel do provedor familiar e o trabalho como um lugar seguro**

Considerando o relato do entrevistado, é no período após a morte da mãe, que práticas de violência física e emocional do pai em relação a Celso aparecem, assim que ao passo que o entrevistado demonstra se distanciar do pai ao final da infância, os episódios de violência começam a diminuir. Cerca de um ano após a decisão de não voltar para a escola, Celso começa a trabalhar como peão para uma família de italianos. Mais ou menos no mesmo período o pai se muda para a Argentina, país vizinho e leva os três irmãos mais novos, enquanto Celso e Lídia não seguem o pai. Não há detalhes sobre os motivos que levaram o pai a ir embora e deixar Lídia e Celso no Brasil. Celso tinha 13 anos à época. Considerando que a relação entre o pai e os filhos mais velhos demonstrou ter sido muito mais instrumental do que afetiva, no sentido de que esses passaram a desempenhar, após a morte da mãe, o papel de cuidadores e provedores econômicos da família, é possível que sua permanência no Brasil fosse economicamente mais útil para o pai do que acompanhar a família na nova jornada. Se nos atermos ao fato de que os irmãos configuravam à época uma importante referência, assim como o pai desempenhava a figura do adulto ainda presente em sua vida, essa nova mudança pode ter representado mais uma perda a ser processada e mais uma situação, que lhe impunha uma reorganização da vida.

Celso não fala em nenhum momento da entrevista, que o pai tenha se casado novamente, conquanto possamos considerar que sua mudança para a Argentina poderia ter uma motivação matrimonial para além da econômica. De todas as formas, chama a atenção, que os dois filhos mais velhos não acompanham a família e que o movimento do pai de tê-los deixado no Brasil e seu distanciamento dos irmãos mais novos acabou por reforçar suas experiências de desamparo. Celso evita, entretanto, trazer detalhes sobre essa experiência à medida que foca o relato na experiência laboral, que é apresentada de forma positiva. Ao perder a proximidade com os irmãos, é na família de italianos, ou seja, no trabalho, que Celso demonstra ter encontrado amparo, cuidado, novas referências e reconhecimento social. É no contexto dessa relação laboral que a representação de ter desempenhado o papel do provedor familiar ganha força, à medida que ele conta ter repassado mais da metade de seu salário para o pai. Dessa forma, fica claro a troca de papéis sociais e com ela a dependência do pai em relação ao filho ou filhos: não é ele que aparece de forma manifesta no relato precisando do pai e sim o pai que precisa dele todas as vezes que volta para pedir dinheiro.

Em torno de 1969 o pai retorna com os irmãos para o Brasil. Mas apenas a partir de 1971, o entrevistado conta ter sessado os repasses financeiros para o pai. Ele tinha 17 anos à época. A partir daí, também Paulo, o filho caçula começa a trabalhar e é neste período que a relação de Celso com o irmão ganha destaque, reforçando a hipótese do papel desempenhado pelos irmãos em sua vida após a morte da mãe e a presença de vínculos entre eles à época. Com o fim dos repasses de Celso e a necessidade do irmão mais novo de trabalhar como empregado aos 11 anos de idade, evidencia mais uma vez a dificuldade do pai em desempenhar o papel do provedor, mas também da falta de cuidados e proteção do pai em relação aos filhos, assim que Celso assume aos seus 18 anos de idade a tutela do irmão caçula na justiça. Por volta de 1974, Celso para de trabalhar na família de italianos e coloca o irmão em seu lugar.

Os sete anos que se seguiram após a mudança de localidade e da sua saída da escola foram marcados, portanto, por novas experiências de desamparo, que exigiram de Celso, mais uma vez, uma nova reorganização da vida. Mas da mesma forma que o período representou o enfraquecimento dos vínculos familiares, ele também significou a expansão dos grupos de pertencimento e com isso de apoio e de proteção, essas, no entanto, no mercado de trabalho. Enquanto percebemos um maior distanciamento em relação ao pai, também

vimos como este contexto levou ao fortalecimento da sua relação com o irmão mais novo, Paulo.

#### 4.2.4.4 O primeiro casamento e a tentativa frustrada de receber proteção: o trabalho como uma fuga

Não fica claro, todavia, porque Celso deixa de trabalhar na casa da família de italianos e o que ele fez depois de sair de lá. Cerca de um ano depois, ele conta ter conhecido Olívia, com quem começa a namorar e se casa em torno de 1975. No período que conhece Olívia, ele indica que vivia uma fase de valorização do lazer e do divertimento, assim como podemos acompanhar na passagem abaixo:

E.: sim e seu Celso o senhor me conto aos 21 anos o senhor se **casou**? Né, o senhor poderia me conta como é que o senhor conheceu a sua esposa? Na época ((risos)) \C.: isso aí foi um **acaso** guria, eu nessa época eu caminhava bastante, andava daqui pra li jogava futebol, aí eu fui nuns conhecido meu que a **gente** até morou lá com o pai dessa guria lá onde fui, daí ela me disse pra mim que tinha que ir embora domingo de tarde, **não** vamos, vamos no seu Valério, tem jogo coisa e tal depois, aí tu vai, mas **era longe**, caminhando, aí eu **fui** inventei de ir lá e eu vô, cheguei lá e fico não sei se foi a minha **lábria** ou que que foi, mas bem arrumado, eu andava, isso é verdade **bem arrumado** \E.: é? \C.: aí eu estou lá embaixo, numa sombra lá junto com eles, tomando uma cerveja e tal, passo essa guria de bicicleta me ofereceu uma **carona**, e aí tomei uma cerveja, ela deu outra volta e encostou ali convidei com copo de cerveja tomei um copo de cerveja, ficamos **conversando**, aí cedo ou tarde eu tinha que ir embora porque era longe caminhando, eu com compromisso e tal, aí ela me **convidou** vai tal dia assim, assim tem baile em tal lugar, **rá** \E.: ((risos)) \C.: ((risos)), não vi ela toda semana \E.: sim \C.: aí fui no baile dancei com ela, aí **começou**, ia de vez em quando na casa, coisa e tal, o véio pai dela **muito**- bah foi um pai pra mim, aí meu pai chegou meio doente ((pessoas conversando alto ao fundo)) e aí o véio ainda começou a, eu tinha uma outra \E.: uhuh \C.: daí ele se fosse pra ti casar agora, não mas tem que casar porque eu tô véio doente, não sei o que preciso de ti [...] (2019/I, p.12, linhas 1-14).

No relato, Celso subentende que já conhecia Olívia desde sua infância, entretanto essa informação não fica clara. O que se evidencia com clareza é de que os dois passaram a se encontrar a partir daquele momento. Aos poucos, a relação avançou para um namoro, que ao que tudo indica, ocorreu sob pressão, principalmente, de seu pai, o qual queria garantir com o casamento do filho sua proteção econômica em idade avançada. Embora Celso siga o relato

verbalizando que possuía ressalvas em relação ao namoro com Olívia, ele cede ao desejo do pai e mais tarde do sogro e eles ficam noivos, vindo a se casar cerca de um ano depois. Dessa forma, vemos como a necessidade do entrevistado em corresponder às expectativas do pai era ainda grande, evidenciando a existência de vínculos com ele, mesmo que inseguros. Por outro lado, a forte presença e a proteção econômica da família da esposa podem ter sido encaradas por ele, à época, como importantes vantagens, contribuindo em sua escolha.

O casamento aconteceu, portanto, em torno de 1975; Celso tinha 21 anos à época. Logo após o casamento, eles vão morar nas terras do sogro, reproduzindo mais uma vez uma organização familiar matrilocal. Celso conta ter construído uma casa para o casal em uma parte dessas terras. A relação com o sogro era, ao que tudo indica, positiva, ao menos no início do casamento. Em 1976, ou seja, um ano depois, o primeiro filho do casal, Cristian, vem ao mundo. No que concerne ao trabalho, Celso permanecia trabalhando para terceiros de diferentes formas: tanto na lavoura, como prestando serviços variados, como fretes. No primeiro ano do casamento há informações de que ele também trabalhou com os sogros. Todavia, esse primeiro ano demonstra ter sido marcado por crises no casamento devido a problemas financeiros em torno da dificuldade de Celso de conseguir trabalho, bem como em razão do sentimento da esposa de que o marido não lhe era fiel. Segundo o entrevistado, os ciúmes da esposa teria sido o motivo, que levou a primeira separação do casal em torno de 1976 ou 1977. Na ocasião, Olívia vai morar na casa da família de origem, onde fica quase dois meses. Pressionada pelo pai para que retomasse o casamento, ela volta para a casa do casal.

A situação entre eles se pacifica durante cerca de três anos; no período nascem mais dois filhos: em 1977, Ciro e em 1978, Conrado. Dessa forma, num curto período de três anos, a pressão sobre o orçamento familiar, bem como sobre Celso, no tocante ao papel do provedor familiar, aumenta consideravelmente. Recorrentes situações de desemprego do entrevistado fazem com que Olívia tenha que garantir a renda familiar. Nestes períodos, ela conseguia trabalho junto aos irmãos. Chama a atenção que não era Celso que trabalhava com eles e sim Olívia. Esse fato pode ser um indicativo de que o entrevistado não possuía uma boa relação com os irmãos da esposa e de que seu papel como provedor familiar se encontrava frequentemente em risco. Quando estava trabalhando com a família, ela costumava morar na casa da irmã, passando períodos fora de casa. Esse distanciamento em relação ao entrevistado

pode ser visto como um indicativo de como os conflitos entre o casal persistiam, evidenciando a dificuldade de cada um dos dois em corresponder à expectativa do outro. Assim, o relato de Celso aponta igualmente para o fato de que ele vivenciou as estadias da esposa na casa dos irmãos como desamparo à medida que critica a esposa por não ter desempenhado o papel esperado na relação. Em um desses contextos de separação, Celso fica sabendo de uma oportunidade de trabalho em Foz do Iguaçu, na construção da Usina de Itaipú, e após ter conseguido um montante em dinheiro, ele decide seguir em 1978 para o Paraná. Ele tinha 24 anos à época.

Mesmo com os filhos muito pequenos, ele vai embora, deixando Olívia, ao que tudo indica, sem apoio financeiro. Essa contava especialmente com a ajuda da família de origem. Considerando a dimensão do projeto, no qual ele buscou se inserir, parto do pressuposto de que o entrevistado tenha saído em busca de oportunidades de trabalho com a promessa de ganhar o máximo de dinheiro no menor tempo possível. Entretanto, como ele mesmo destaca, seu projeto não deu certo e ele segue em direção ao Paraguai. No relato sobre essa primeira experiência de inserção no mercado formal, fica claro sua dificuldade em corresponder às regras que regem seu funcionamento devido à falta de conhecimento sobre o processo de seleção, assim que ele não consegue nenhuma vaga e acaba se descolando para o Paraguai, onde novamente não tem sucesso por mais uma vez não dispor do conhecimento necessário para integrar-se no novo contexto social.

Com a ajuda da avó que vivia na região, ele consegue dinheiro e vai atrás de novas oportunidades de trabalho em Santa Helena, cidade brasileira localizada na divisa entre o Brasil e o Paraguai. Chama a atenção que ele poderia ter voltado para casa, mas não o faz, insistindo na tentativa de integrar-se no circuito econômico daquela região, que possivelmente era vista, à época, como economicamente atraente devido ao seu desenvolvimento com a construção da barragem. Durante este período não há informações de que Celso tenha voltado ou tido contato com Olívia. Cerca de um ano depois de ter saído de sua cidade, em 1979, o entrevistado se encontrava na fronteira entre Brasil e Paraguai, perto do município brasileiro de Mundo Novo, onde começa a trabalhar em uma madeireira. Lá, Celso demonstra ter feito, finalmente, a experiência laboral esperada, envolvendo reconhecimento social material e simbólico, construindo até mesmo vínculos afetivos com o dono da empresa e permanecendo um período mais longo de tempo. Ele ficou cerca de um



ano na madeira até que chega uma carta da justiça brasileira pedindo a prisão do entrevistado por não pagar pensão alimentícia. Foi o seu chefe que paga, então, a fiança e ele sai da prisão. Embora tenha recebido a proposta do patrão para permanecer na empresa e buscar a família no Rio Grande do Sul, ele não aceita e decide voltar em 1980 para junto da família. Os motivos que o levaram a retornar parecem ter sido diversos, incluindo especialmente a vergonha de ter sido preso e o desejo de provar que havia alcançado sucesso. Dessarte, considero, portanto, que sua volta teve como importante motivação a recuperação de sua honra como pai de família e homem de conduta ilibada diante de familiares e da comunidade.

Ao levar consigo uma grande quantia em dinheiro, que provavelmente também tinha como função demonstrar o sucesso alcançado na experiência, Celso demonstra querer se redimir com a esposa pelos dois anos de ausência e abandono. Ela aceita reatar o casamento, mas Celso não fica muito tempo perto da família, seguindo três meses mais tarde para Porto Alegre, capital do estado, onde vai buscar emprego na área das telecomunicações. Essa decisão parece, entretanto, ter sido tomada com o apoio da esposa e de sua família, visto que o entrevistado passa a ter conhecimento sobre a oportunidade através de um cunhado. Não fica claro, no entanto, se havia alguma combinação entre os dois, de que primeiramente ele iria e que depois a família viria atrás. Durante a estadia de Celso, Olívia engravida do quarto filho do casal. O possível apoio da esposa para que ele migrasse novamente aparece como um importante indicativo de que a possibilidade de emprego e trabalho no campo havia piorado, assim que Celso demonstra mais uma vez fazer um movimento migratório em busca de oportunidades de trabalho em regiões em pleno desenvolvimento durante os anos do governo militar. Por volta de outubro de 1980, ele segue, portanto, para a capital, onde inicialmente vai morar na casa de sua irmã Lídia, a qual provavelmente já se encontrava há muitos anos na cidade.

Uma vez em Porto Alegre, ele consegue um emprego, seguindo em abril de 1981 para o interior do estado, onde vai trabalhar para a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) na instalação de redes telefônicas. Ao que tudo indica, essa foi a sua primeira oportunidade de trabalho no mercado formal aos seus 26 anos. Ele se estabelece na região da Serra Gaúcha, permanecendo em Garibaldi. Mesmo sem ter nenhum conhecimento na área, ele tem sucesso e acaba se profissionalizando no posto de trabalho.

Alguns meses depois de sua chegada, ele consegue construir uma casa e manda uma carta para Olívia, perguntando se ela gostaria de se unir a ele. A forma como ocorreu o contato indica que os conflitos em torno do cumprimento de seus papéis sociais se mantinham em disputa. É bastante provável que Olívia exigisse do marido que fosse mais presente na sua vida e dos filhos, mas isso não é mencionado em nenhum momento do relato. No período, o quarto filho do casal já havia nascido e apesar dos conflitos na relação, Olívia vende todos os bens da família e se muda em 1981 com os filhos para Garibaldi. Seus quatro filhos tinham sete, seis, cinco e um ano de idade.

Enquanto viveram juntos, Celso trabalhava durante a semana longe de casa, retornando todas as sextas-feiras. Dessa forma, o convívio familiar se reduzia aos fins de semana, permanecendo escasso. Em 1982, nasce o quarto filho do casal, Miguel. E assim como vimos até o presente momento, também nesse período de sua vida, se evidencia uma conduta de pai e marido como chefe de família, responsável, exclusivamente, pela sobrevivência econômica da mesma, em que pese todas as dificuldades envolvidas. Os anos entre 1981 e 1982 foram, ao que tudo indica, economicamente positivos para Celso, assim que ele consegue construir a casa da família e mantê-los financeiramente. Mas mesmo diante desse contexto economicamente positivo, ele volta a romper com a esposa, deixando a casa da família naquele mesmo ano, em 1982. Embora ele alegue que os motivos que levaram à separação estavam voltados à excessiva dedicação da esposa à igreja Assembleia de Deus e com isso a uma percepção de negligência por parte de Olívia em relação ao marido e à família, vemos que a vida doméstica exigia cada vez mais trabalho e envolvimento, o qual Celso não demonstrava estar disposto a oferecer.

Mesmo após a separação, ele permanece trabalhando na região. Entretanto, alguns meses depois, ele conta ter sido demitido, seguindo para Porto Alegre, onde vai morar novamente com a irmã e começa a trabalhar na construção civil. Não há informações de que ele forneceu apoio financeiro à esposa e aos filhos de forma sistemática à época, apenas a menção de que visitava os filhos para trazer dinheiro, conquanto não fique claro com qual frequência essas visitas ocorriam. Se considerarmos que essa ajuda não era sistemática, então Olívia precisou contar com a ajuda de terceiros para sobreviver e cuidar dos filhos, que ainda eram bastante pequenos. Além da família materna, que vivia agora bastante longe, Olívia teria que trabalhar e/ou contar com a ajuda da igreja.

De modo geral, a reconstrução do presente período, que compreendeu os anos de 1975 até 1982, demonstrou a dificuldade do entrevistado em formar vínculos de confiança e lealdade com a esposa e os filhos, com destaque para uma autocompreensão do “chefe de família” como aquele que é exclusivamente responsável pela sobrevivência financeira do grupo familiar, muito embora fique claro as limitações enfrentadas em corresponder esse papel. Assim, em razão de recorrentes situações de desemprego, da impossibilidade de corresponder ao papel de provedor familiar e do sentimento de ser abandonado pela esposa, ele deixa a família em 1978 em busca de novas oportunidades de trabalho. Durante um período de mais ou menos dois anos, Celso demonstrou ter encontrado apenas ao final de sua experiência reconhecimento pessoal no trabalho, retornando em 1980 junto à família após sua prisão, com o objetivo de recuperar sua honra. Dois anos depois, em 1982, também essa tentativa fracassa, na medida em que a dinâmica de desamparo mútuo persiste e Celso deixa mais uma vez a casa da família. Tanto as relações familiares, como as laborais não apresentaram no período continuidade e nem longevidade, passando por constantes mudanças.

#### **4.2.4.5 O fim do primeiro casamento e o início do segundo: apoio mútuo e a formação de vínculos**

Novamente em Porto Alegre, o entrevistado conta que começou a se relacionar com Ângela, que assim como ele, era natural de Barra do Rio Uruguai. Ele havia conhecido ela ainda na juventude e a reencontrado em seu retorno para Porto Alegre em 1982. Essa aproximação com migrantes oriundos da sua região de nascimento indica que Celso vivia em uma espécie de comunidade, composta por pessoas culturalmente conhecidas, a qual lhe passava sobretudo confiança. Além de Ângela e de seus familiares, ele conta que se relacionava com muitas pessoas de sua região de origem. Na ocasião, ele volta a morar com a irmã. Depois que conheceu Ângela, ele intercala as duas moradias, até que ela engravida e eles vão morar na casa do pai da nova esposa. Também, aqui, vemos se reproduzir num contexto de maior vulnerabilidade do homem, a reprodução da organização familiar matrilocal. Este é o período, que o entrevistado começa a trabalhar na construção civil através de contratos formais e informais. Ele consegue um emprego ainda em 1982 como servente

de pedreiro, onde permaneceu durante oito meses. Embora o Brasil não se encontrasse mais em pleno período do milagre econômico, seus efeitos eram ainda perceptíveis, mantendo especialmente a área da construção civil aquecida. Como a esposa também trabalhava, eles conseguiam dividir os gastos domésticos, vindo a construir uma casa na região sudeste da cidade. No ano seguinte, em 1983, a primeira filha do casal, Luíza, nasce. Apesar das grandes dificuldades, o entrevistado conta que os dois conseguiram superá-las juntos, assim que algum depois eles vendem a casa e conseguem construir uma nova, de melhor estrutura, na mesma região. Apesar desse apoio mútuo, Celso conta que o abuso de bebida alcoólica passou a prejudicar a relação e após um período de brigas recorrentes, ele vai mais uma vez embora, assim como podemos acompanhar na passagem abaixo:

[...] comecei a fazer a casa foi indo, foi indo, foi indo, fiz, botei um assoalho bom de ipê, assoalho, e uma casinha boa, daí nos começamos a encrencar porque eu bebia bastante na época \E.: é? \C.: esse é um dos meu mal que eu não posso negar, não foi só as mulheres que foram ruins ((risos)), também bebia bastante fedida, o bêbado tem aquela que nunca tá errado, que tá fedendo a cachaça e querendo amor ((risos)) \E.: ((risos)) \C.: e:: nós brigava sempre por causa disso, e aí eu roncava pra dormir, ela me dava cotovelo na costela, cansei de levantar e ir no sofá dormir, aí foi indo foi indo, bom dá um jeito nisso aqui que não tá certo, a tu que sabe tu quer ir, vai, não deu, quero mesmo, e não sei que águas me deu nas guampa e eu saí sem nada só com a roupa do corpo, quando eu voltei pra pegar, diz que ela tinha queimado tudo (5) [...] (2019/I, p. 18, linhas 34-41).

Considerando outros momentos da entrevista, não fica claro se essa briga em questão ocorreu no início da relação ou ao final. Entretanto, fica claro como o abuso de bebida alcoólica e suas consequências marcaram sua relação com Ângela, assim que essas situações de separação e conciliação se repetiram algumas vezes durante o relacionamento. A novidade que encontro no relato acima é de que a narrativa que se faz presente traz pela primeira vez, com mais clareza, uma ideia de rejeição. Por mais banal que a situação narrada acima possa parecer, é possível considerar que os excessos do marido passam a distanciar o casal de tal forma que a esposa não apenas não o procura sexualmente e afetivamente, como passa a evitá-lo e recusá-lo. Diante da insistência de Celso em situações envolvendo sexo e alcoolismo, é possível considerar que Ângela foi exposta a uma série de situações, nas quais não consentia com o ato. Mais ou menos no mesmo período dessa suposta primeira

separação, em torno de 1984, a primeira esposa oficializa o divórcio e Celso perde, em certa medida, a segurança de ter para onde ir caso seu novo casamento não funcionasse.

Embora me pareça bastante evidente que a cooperação e o apoio mútuo entre Celso e Ângela em um contexto social mais plural como Porto Alegre, onde uma nova divisão do trabalho entre os gêneros vinha se formando, permitiram que o entrevistado pudesse relativizar o seu papel como provedor familiar, diminuindo a pressão sobre ele, é possível que o pedido de divórcio de Olívia e com ele, o medo de ficar sozinho, possa ter lhe feito repensar algumas certezas sobre a forma que vinha lidando com suas esposas e até mesmo com seus filhos. Essa hipótese ganha força especialmente se considerarmos que Celso logra construir com Ângela vínculos que perduraram em torno de 20 anos (1982-2002) e do qual resultou, em 1991, o nascimento da segunda filha do casal, Mirian. E diferente da sua relação com os filhos do primeiro casamento, ele demonstra ter estado mais presente e participado da vida das filhas, construindo uma relação de maior proximidade especialmente com a filha mais velha. Da mesma forma que o entrevistado demonstra ter conseguido construir vínculos duradouros com a esposa e as filhas, a análise do período também deixa claro, que muitas das dificuldades do primeiro casamento persistiram, como a dinâmica do abandono em contextos de conflito, embora o tempo das ausências tivesse encurtado, assim como outras questões, como o abuso de bebida alcoólica, ganharam força.

Sobre a sua situação no mercado de trabalho durante o período que esteve casado com Ângela há poucas informações. De modo geral foi possível perceber que ele intercalava oportunidades tanto no mercado formal, como informal, tendo trabalhado em empresas da construção civil, mas também para clientes particulares, passando, possivelmente, por períodos de desemprego. Embora o período demonstre ter sido economicamente e emocionalmente mais estável, tanto na vida pessoal, como no mercado de trabalho, o entrevistado traz poucos detalhes sobre esta fase da vida. Há poucas informações, por exemplo, sobre a sua relação com os filhos do primeiro casamento e se mantinha pagando pensão a eles e à esposa. Dessa forma, pressuponho que especialmente experiências negativas envolvendo o seu papel como marido e pai de família foram evitadas devido a sua dificuldade em falar sobre elas. O presente período configurou, por um lado, uma fase de maior constância nas suas relações, especialmente privadas, devido à possibilidade de construir uma relação de apoio mútuo com a esposa, e, por outro, a persistência e a piora de problemas

antigos, como a conduta de abandono do núcleo familiar em períodos de conflitos e o abuso de bebida alcoólica. Já no mercado de trabalho, a novidade é que não há registros de novos movimentos de migração, apenas algumas saídas de curta duração. Dessa forma, tanto a família, como a cidade demonstram ter se tornado, no período, importantes referências.

#### **4.2.4.6 O fim do segundo casamento e a tentativa frustrada de um terceiro: o abandono como solução para os problemas**

Em 2002, o biografado conta ter começado a se relacionar com Beatriz, cuja relação havia sido, ao que tudo indica, inicialmente tratada por Celso como um caso extraconjugal sem promessa de futuro, mas que acabou evoluindo para uma gravidez indesejada, ao menos para o entrevistado. A partir do relato vemos que Beatriz vivia no mesmo bairro de moradia do entrevistado, assim que é possível que esse contato tenha ocorrido no convívio comunitário. Ela tinha à época uma filha pequena. Embora essa relação extraconjugal possa ser vista como o motivo que levou ao fim do seu casamento com Ângela, considero que outros elementos, como desemprego e os conflitos do casal em torno do abuso de bebida alcoólica, possam também ter contribuído. À época suas filhas tinham 19 e onze anos de idade. Não fica claro, entretanto, o que aconteceu após a descoberta da gravidez de Beatriz. Como o entrevistado não fala sobre o dia ou o período que a esposa pede a separação ou que ele vai embora, é possível que ele tenha mantido as duas relações durante um bom tempo e que provavelmente nunca havia morado oficialmente com Beatriz. Quando já não morava mais com Ângela e as filhas, ele menciona ter morado durante um tempo na casa de um de seus irmãos e mais tarde alugado alguns cômodos na casa de um senhor, onde ficou até 2015. Não fica claro se os dois chegaram a viver juntos, embora o entrevistado fale sobre situações de convívio familiar com ela e a filha, assim como podemos acompanhar nas seguintes passagens:

[...] outra coisa que eu, eu me refiro, que **essa**, aí que eu tô morando \E.: uhum \C.: **antes** de existir essa guria que nós **temos**, ela tinha uma pirralhinha lá, não sei qual é o pai, e eu cansei de botar o rango na mesa, a pirralhinha comendo o que eu estava botando e me olhando o que que tu qué tu não é meu pai, o tchê, não assim [...] (2019/I, p. 16, linhas 13-17).

[...] e a minha mais nova, até é filha dessa senhora que que eu alugo, \E.: uhum \C.: a gente teve um caso a 15, 16 anos atrás, 16 anos agora até semana passada \E.: uhum \C.: que ela fez 16 anos agora, e aí não gostei das ideia da mulher, me mentiu, me converso, larguei \E.: uhum \C.: saí fora, ajudei a criar até pouco tempo, ajudei criar, paguei pensão [...] (2019/I, p. 2, linhas 2-6)

C.: eu fui casado segunda vez e tive dois filhos, duas meninas [...] e depois aconteceu essa aqui da ((risos)) passo um cachorro me mentiu e ficou grávida, e aí quando eu vi que eu estava indo num aterro, eu larguei, me retirei deixei e acho que uma retirada às vezes são um ganho porque hoje eu me dou, estou morando em um terreno dela [...] (2019/I, p. 7, linhas 28-32).

Embora Celso demonstre ter tratado a relação à época como algo passageiro, por outro lado vemos na primeira passagem como o convívio entre os dois, antes da chegada de Lisa, indica a existência de um relacionamento sério. Se por um lado, o entrevistado possa ter iniciado a relação como algo efêmero, ao passo que ela avançava, é possível considerar que Celso possa ter acreditado em seu sucesso até que Beatriz engravida e as coisas começam a fugir do controle. Diferente de seu casamento com Ângela, Beatriz dependia, ao que tudo indica, de sua renda, assim que essa dependência pode ter resultado numa maior pressão sobre o entrevistado, que em situações de desemprego, possivelmente não podia contar com o respaldo de mais ninguém. Se nos atermos especialmente ao conteúdo da última passagem, vemos como ele parece apresentar sua relação com Beatriz como algo que afunda, que perde o controle, assim que ele vai embora. Além de uma piora econômica, é possível pressupor que assim como Celso, também Beatriz sofria com o abuso de alguma substância, especialmente álcool, e que sua união passava invariavelmente por um consumo conjunto, que acabou interferindo no dia-a-dia na relação do casal.

Dessa forma, embora ele não fale abertamente sobre isso, é possível considerar que ele não dá seguimento a relação porque ela o acabou prejudicando, tanto economicamente, como emocionalmente e fisicamente. Um importante indicativo de que sua saúde como um todo vinha sendo comprometida, podemos encontrar no ano de 2007, quando ele foi diagnosticado, aos 53 anos, com tuberculose. A tuberculose é uma doença que apresenta até os tempos atuais uma grande incidência nas classes sociais mais pobres, visto que sua disseminação está fortemente relacionada a condições precárias de moradia, higiene, alimentação e à baixa renda (JACOBS; PINTO JUNIOR, 2019). Após um tratamento de seis

meses, ele conta ter se recuperado da doença. Em relação ao mercado de trabalho, embora o entrevistado afirme que o período tenha significado um momento de oportunidades, vemos através dos exemplos trazidos, que essas faziam referência apenas ao mercado de trabalho informal. As consequências das relações informais no dia-a-dia podem ser identificadas em um trecho, no qual argumenta sobre a dificuldade de guardar o dinheiro que recebia, visto que à medida que ele entrava, também era gasto, gerando uma constante insegurança econômica.

De modo geral, o que chama a atenção na relação com Beatriz é de que é difícil de mensurar a partir do relato, por quanto tempo eles podem ter vivido como um casal. Todavia, sabemos através da entrevista que ele manteve contato com Beatriz e a filha mesmo após o fim da relação, embora não tenhamos muitos detalhes de como se deu esse contato. Mesmo após o fim de seu segundo casamento, Celso permanece vivendo no mesmo bairro de moradia, no qual também Beatriz mantinha a sua residência. Assim, mesmo não vivendo com a filha, Celso permanecia geograficamente perto dela. Em uma das passagens acima ele menciona que ajudou a criar a filha até pouco tempo, indicando o pagamento de pensão. Se considerarmos a forma que ele vinha até então desempenhando seu papel de pai de família, é possível inferir que “criar” significa para o entrevistado especialmente pagar, financiar, mas não necessariamente cuidar num sentido mais amplo. Dessa forma, tendo em conta essa compreensão de paternidade, considero que a participação de Celso na vida de Lisa tenha sido especialmente em forma de retornos financeiros, ao passo que esses nem sempre apresentaram constância devido a sua condição de incerteza no mercado de trabalho.

Desde a perspectiva dessa representação de paternidade centrada na provisão dos recursos econômicos, parto do pressuposto de que os cuidados da filha recaíram exclusivamente sobre Beatriz, ou seja, ela era a responsável por atender as necessidades físicas e emocionais da filha. De modo geral, vimos como o período após o início da sua relação com Beatriz significou na vida privada uma queda na qualidade de vida, seja pela presença de uma nova inconstância nas relações pessoais, bem como pela queda na renda. Diante dos novos desafios, a decisão de Celso foi, então, deixar a relação. O relato aponta, todavia, para o fato de que ele manteve contato com a filha através da transferência exclusivamente de recursos financeiros, conquanto esses também não demonstraram ter sido



constantes, assim que Beatriz, além dos cuidados gerais da filha, também tinha que arcar de alguma forma com a falta desses recursos no dia-a-dia.

#### **4.2.4.7 O acolhimento institucional da filha caçula: apoio mútuo e o início de formação de vínculos**

Após um longo tempo sem mencionar sua participação no mercado formal, ele menciona durante a entrevista ter encontrado um emprego em uma empresa de terceirização de serviços. Com isso, não está dito que ele não tenha tido outras oportunidades formais de trabalho no período, mas antes que a experiência realizada em 2014 foi especialmente importante. Sua relevância se explica, sobretudo, pelo fato de que ela foi a sua última oportunidade no mercado formal até 2019. Tratava-se de um posto como vigilante diurno, cujas funções Celso dividia com outros colegas de trabalho. Em razão de conflitos envolvendo um colega, ele conta ter pedido para que fosse transferido para outro posto. Como a transferência não ocorreu e os conflitos persistiram, ele conta ter pedido demissão do cargo três meses após sua entrada.

Apesar da importância da vaga à época, especialmente pelo fato de que o entrevistado já se encontrava com 60 anos de idade e com menos saúde física para continuar assumindo postos na construção civil, ele pede demissão diante de conflitos com o colega. A sua fala indica que apesar da tentativa de buscar solucionar o problema com a ajuda de seus superiores, uma vez não solucionada a questão, ele decide pedir demissão. Se considerarmos o contexto socioeconômico do país à época, a perspectiva de emprego e de crescimento econômico era inicialmente positiva após a reeleição da, então, presidenta Dilma Rousseff, assim que Celso provavelmente considerava que não teria dificuldade em empregar-se novamente. Entretanto, como a crise econômica, iniciada ao final de 2014, ganha força em 2015, levando ao aumento do desemprego e à queda na renda do trabalho, também Celso, assim como Pedro Amaro, se mantém desempregado no período, apresentando também dificuldade em encontrar oportunidades no mercado de trabalho informal. No início de 2015, após um ano de desemprego, ele conta ter parado de beber e fumar.

A depender das suas próprias condições de trabalho e diante das incertezas financeiras de Celso, resta saber, quais foram os desafios enfrentados por Beatriz ao assumir os cuidados

da filha sem o seu apoio. Com base no relato, vemos que Lisa começa a apresentar, a partir de seus nove anos de idade, conflitos na escola. Três anos depois, com 12 anos de idade, no ano de 2015, o Conselho Tutelar pede seu acolhimento institucional e ela deixa a casa da mãe. Quando solicitado a contar um pouco mais sobre o dia de seu acolhimento, Celso o faz demonstrando estar visivelmente desconfortável. Embora o entrevistado não fale sobre o assunto, chama a atenção que ele usa o plural ao referir-se a Lisa, assim que suponho que não apenas Lisa havia sido acolhida, mas também a filha mais velha de Beatriz, Vanessa, que até então não havia completado 18 anos. Os detalhes do relato encontramos abaixo:

E.: sim, e eu estou quase acabando [a entrevista] seu Celso tem só algumas perguntas que o senhor já me falo um pouquinho, mas eu só queria entender um pouquinho mais por exemplo, o senhor me falou que a sua filha Lisa teve a época que ela foi **acolhida** né o senhor podia me conta sobre esse dia que aconteceu o acolhimento dela? C.: ai meu anjo \E.: eu sei que são temas bem difíceis né, me fala aquilo que o senhor conseguir falar \C.: ela foi recolhida através do [...] conselho \E.: Conselho Tutelar? \C.: Conselho Tutelar \E.: uhum \C.: através do conselho, eu não sei porque motivo foi que ela foi, ela **sumiu** uma vez, quando ela, ela foi lá pra foi lá pra Canoas, daí vieram e me disseram pra mim que era pra mim ir no conselho que eles me indicaram, eu fui, daí começaram a me especular lá tal e tal, incomodação de colégio, não foi [...] e daí ela ficou bem na subida aqui (6) [diz o nome da instituição] [...] ficou acho que quase um ano ali, as duas, daí através dali, aí deram uma ideia pra ela [a mãe de Lisa] ir pra ela ir lá tirar as meninas, ela foi e tiro, aí foi que, foi pra lá [...] mas tenho que ir lá visitar, as visitas são importantes lá, daí ela é ((risos)) acho que é importante quando uma pessoa, tudo é importante pra pessoa, se a pessoa se **ajuda**, está, tu tá sendo uma pessoa ajudada, tu tem que tem que enxergar o que é **bom** pra ti o que tão fazendo de bem pra ti, e procurar ir por ali \E.: sim \C.: isso aí não procura, isso aí é danada mesmo [...] (2019/II, p. 8-9, linhas 35-49; 1-8).

Ao relatar o processo de acolhimento da filha, o entrevistado afirma, primeiramente, desconhecer seus motivos, conquanto se recorde, num segundo momento, de que o acolhimento pode ter estado relacionado a uma fuga de casa. A não lembrança sobre os motivos que levaram ao acolhimento chama atenção especialmente em razão do impacto que esse tipo de acontecimento tem, normalmente, sobre os familiares. Dessa forma, é possível que Celso não se lembrasse ou não soubesse o que estava acontecendo à época na vida da filha ou ainda que não quisesse falar a este respeito devido ao seu envolvimento com os fatores que levaram ao acolhimento. Em todas as possibilidades citadas, podemos encontrar,

entretanto, uma mesma motivação: a tentativa de evitar o problema, quando não de fugir dele. Por qual razão ele preferiu não mencionar abertamente que também a filha mais velha de Beatriz havia sido acolhida, não fica claro. Entretanto, posso imaginar que ele estivesse querendo proteger as duas figuras, à medida que a intenção fosse principalmente responsabilizar Lisa pelo que ocorreu à época, especialmente como uma reação ao fato de não ter prestado o apoio necessário, nem antes e nem à época do acolhimento.

Mas se não quisesse se confrontar com o problema à época, porque ele e não a mãe foi até o Conselho Tutelar prestar informações sobre a filha? Minha hipótese é de que como Lisa vivia com a mãe, os problemas envolvendo seu comportamento na escola eram relacionados pelas instituições, especialmente, à condição da mãe de cuidar da criança. O mesmo raciocínio vale para a irmã. Caso Caroline apresentasse alguma doença envolvendo saúde mental, como depressão ou mesmo dependência química, é possível que o Conselho Tutelar tenha procurado o entrevistado no intuito de mobilizar o familiar que estava em maiores condições de intervir no caso. Assim, é possível que Celso fosse, à época, um dos únicos familiares, com quem Beatriz pudesse contar.

Mesmo que o entrevistado tenha sido envolvido no processo de acolhimento, isso não impediu o afastamento de Lisa do meio familiar. Uma vez no abrigo, esses jovens e crianças são compreendidos como indivíduos que perderam ou tiveram seus vínculos familiares fragilizados<sup>77</sup>, ou seja, que perderam o contato com os adultos responsáveis pelos seus cuidados ou que esses se encontram, temporariamente, impossibilitados de fazê-lo. Durante o período, no qual a filha esteve abrigada, Celso demonstra ter tido dificuldade em compreender a importância das visitas e da presença dos pais para que Lisa pudesse voltar para casa, assim como se evidencia na última passagem. Dessarte, a experiência do processo de acolhimento da filha não demonstra ter significado uma chance para compreender a existência de uma relação entre os vínculos familiares e os atos de desvio envolvendo a filha, o que explica também porque ele segue essencializando seu comportamento, sem colocá-lo, ao menos de forma manifesta, em dúvida.

---

<sup>77</sup> Essa descrição foi encontrada no site da instituição. Devido à anonimização dos dados do entrevistado e de sua família, decidi não mencionar o nome original da organização, conquanto essas informações possam ser encontradas em qualquer documento que trate do funcionamento dos abrigos socioassistenciais na cidade. Mais detalhes cf. [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_secao=140](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=140). Acesso em: 29 jun. 2022.

No mesmo ano da institucionalização estatal da filha, Celso passa a alugar uma casa de Beatriz, ou seja, ele vai morar na casa ao lado a seu convite. Este ato reforça a hipótese de que Celso era uma das poucas pessoas com quem ela podia contar apesar de todas as dificuldades na relação com o entrevistado. Ao apresentar a sua relação atual com Beatriz como de um inquilino com seu locatário, ele deixa claro que não se tratava de uma reconciliação amorosa e sim de uma tentativa de apoio mútuo em momentos difíceis, assim como ele explica na seguinte passagem:

C.: e aí me separei do meu segundo casamento, e fiquei morando lá, morei com um cidadão lá, daí aluguei umas peças dele, aí saí de casa pra trabalhar em Santa Catarina [...] aí cheguei aqui ele já me espremendo querendo, querendo aluguel, bah pegou o aluguel [...] não sei que águas correu que eu fui lá na casa dessa senhora, que eu estou morando lá agora \E.: uhum \C.: e daí ela disse pra mim não tu tá, ele estava te apertando lá e eu tenho uma casa se o senhor quiser aí, faço baratinho se quiser, daí eu fui lá olhar a casa baita casarão, duas, três, quatro, cinco, seis peças só que tem uma parte que chove coisa e tal né, daí aluguei dela fui mora lá, lá faz 4 anos que estou morando [...] (2019/II, p. 3, linhas 19-31).

Considerando que o convite ocorre após o acolhimento de Lisa, parto do pressuposto de que essa aproximação não estava apenas relacionada a um ganho econômico de Beatriz e sim à possibilidade de ter o apoio de Celso para que as filhas voltassem para casa. Ela não era, no entanto, a única que apresentava necessidade de ajuda. Este é o período, no qual Celso já começa a apresentar dificuldade em honrar com o pagamento do aluguel, assim que se precisasse atrasar o pagamento, poderia contar com a compreensão da nova locatária. Embora o acolhimento de Lisa tenha resultado em uma maior aproximação dos pais, ele não demonstra ter significado uma mudança de comportamento do biografado em relação às dinâmicas familiares, mas antes a formação de um ambiente de solidariedade com interesses concretos de ambas as partes.

#### **4.2.4.8 Perda de oportunidades no mercado informal e a possibilidade de construção de vínculos na assistência social**

Além de Beatriz, especialmente o irmão caçula, Paulo, aparece no relato por volta do ano de 2017 como uma pessoa bastante presente em sua vida. A relação com seus outros

irmãos, Carlos e João, demonstrava ser mais conflitante; entretanto, eles também mantinham contato. E é exatamente neste período de dificuldade econômica, que ele relata como um dos irmãos o contrata para construir um galpão no meio rural, podendo contar com seu apoio financeiro através da contratação de serviços. Todas as falas do entrevistado sobre os irmãos em tempos atuais indicam que esses se encontravam em uma situação econômica e pessoal melhor do que a sua, visto que conseguiram se aposentar e estavam em um casamento. Além dos irmãos, Celso demonstrou manter contato à época especialmente com seus filhos primogênitos, de ambos os casamentos. Com os demais filhos, a relação apresentou ser mais distante, ao passo que a relação com os dois filhos mais novos do primeiro casamento era conflitante, visto que esses apresentavam, assim como Lisa, papel de desviante para o pai, devido ao seu envolvimento com o abuso de substâncias químicas.

Já no mercado de trabalho informal, vemos como as chances de trabalho também passam a diminuir no período, assim que uma grande parte dos serviços que conseguia à época na área da construção civil vinha de familiares e amigos. E esse é exatamente o período, no qual ele entra com o pedido do benefício do Bolsa Família, vindo a recebê-lo a partir de 2017. Este primeiro contato com o programa se deu da seguinte forma:

C.: sim aí eu, ela [Beatriz] recebia daí um dia não sei que é que me disse pra mim vai no bolsa família lá, vê se tu consegue pra ti, eu fico meio que **desanimado** com vergonha \E.: uhum \C.: aí cheguei aqui [Cras] fui muito bem atendido, fizeram pra mim aí e tal, e aí recebi um mês ou dois não me lembro, deu uma falta aí, vim aqui de novo, aí eles ajeitaram e **tá até agora** graças a deus \E.: que bom \C.: e aí- agora amanhã ou depois não sei vô te que vim aqui pra renovar porque esse mês que veio **esse mês** ainda acho que vem, mas mês que vem não vem mais, se eu não renovar não vem mais \E.: e quando é que o senhor fez o primeiro pedido quando é que o senhor começou a receber? O ano o senhor se lembra? [...] C.: se não faz tá perto de 2 anos \E.: uhum sim \C.: é era 80 e 80 reais 80 era 80 reais e agora o governo deu um aumentozinho foi pra 91 \E.: sim, o senhor falou então que o bolsa família ajuda um pouco ou melhor o senhor falou que é um pouco mas ajuda muito né seu Celso o senhor falou que o quando o senhor ficou sabendo o senhor veio aqui pra se inscrever, o senhor foi cadastrado e que o senhor sentiu um pouco de vergonha, o senhor podia me falar um pouco mais sobre isso? \C.: aquela vida né aquele, né como te dizer, eu fui criado aquela época os homens tinham vergonha \E.: uhum \C.: eu vivo sozinho não tenho condições de te mulher porque não tem, então pra **mim** sujeito que vive com a mulher, com a companheira, ele tem que ter condições de bancar a maioria pelo menos [...] (2019/II, p. 5, linhas 16-29).

Como podemos ver, ele conhece o programa através de Beatriz, que o encoraja a solicitar o benefício. Se a procura pelo programa tivesse dependido apenas do entrevistado é possível que esse tivesse postergado ainda mais o pedido em razão do constrangimento que seu recebimento significou para ele à época. Esse constrangimento é apresentado desde a perspectiva da condição masculina do provedor familiar como aquele que assume a provisão dos recursos financeiros quase que de forma exclusiva ou no mínimo majoritária. Ou seja, na condição de beneficiário, Celso não é aquele que fornece, que ajuda e sim aquele que recebe, que precisa da ajuda. Existe, portanto, uma vulnerabilidade que se quer, aqui, evitar porque ela é desmoralizante. Em outras passagens da entrevista, Celso reforça essa percepção de ser ajudado como desconfortante, seja pelos irmãos ou por Beatriz ou ainda em face do recebimento desse e de outros benefícios da assistência social. Mesmo diante desse desconforto, o entrevistado passa, portanto, a receber o benefício, o qual é utilizado inicialmente na compra de gás de cozinha, como podemos acompanhar abaixo:

E.: o senhor pode me conta de repente um pouquinho do primeiro mês que o senhor recebeu o bolsa? O que ou como é que o que como é que foi a sua vida digamos assim o primeiro mês com o bolsa \C.: (7) não me lembro bem, não sei se foi o primeiro ou o segundo que um dos dois foi, eu estava sem gás em casa [...] e aí, chegou, comprei o gás, então é aquilo que eu te digo, não é que dá pra fazer um rancho, mas tem, chega uma hora que ajuda [...] (2019/II, p.7, linhas 26-36).

Na passagem se evidencia que o valor do benefício era baixo, o que dificultava a compra de alimentos em maior quantidade (ele usa o termo “rancho”, que significa “cesta básica”), assim que ele acabava sendo usado também para a compra de outros produtos essenciais, como o gás de cozinha. Como a escolha recaía por vezes sobre a aquisição de outros produtos que não de alimentos, é possível que esses eram mobilizados de outra forma, como através do trabalho, de familiares e amigos. A assistência social poderia ter funcionado, igualmente, à época como uma fonte alternativa de recursos, especialmente através da entrega de cestas básicas. Não há, entretanto, informações a esse respeito e nem de que ele tenha tido acesso ao acompanhamento familiar. É possível que ele não tivesse conhecimento sobre esses outros serviços ou que não tivesse interesse em construir vínculos com a instituição, visto que atribuía um status negativo a essa filiação. Como o mercado informal de trabalho ainda desempenhava um papel importante como fonte de renda, considero que o

entrevistado compreendia não ser necessário ampliar suas filiações ou mudar estratégias. A partir de 2018, ele conta ter conseguido algumas oportunidades na construção civil, tanto dentro como fora de Porto Alegre. Fora de Porto Alegre, ele recebe uma oferta para trabalhar na construção de um imóvel de uma mulher, com a qual começa a se relacionar. Nos trechos, fica claro a dificuldade do entrevistado em manter-se em relacionamentos amorosos no período devido à falta de renda e à impossibilidade de contribuir com o orçamento doméstico, assim que ele acabava se distanciando de parceiras em potencial.

Se por um lado, esses relacionamentos não conseguiam avançar, por outro vemos como sua relação com Beatriz ganhava força. Por volta de 2018, o entrevistado conta ter prestado ajuda a Beatriz, conseguindo que Lisa voltasse para casa três anos depois de seu acolhimento. Entretanto, a filha não permanece por muito tempo na casa da mãe, seguindo para a região metropolitana, onde passa a morar com um namorado. Ela engravida na sequência e um ano depois, em 2019, nasce a criança. Entre o período de sua gravidez e o nascimento do bebê, o entrevistado demonstra ter vivenciado mais uma queda na condição social em decorrência da gradativa falta de emprego e acesso à renda. Ao final de 2018, início de 2019, o entrevistado já relata não encontrar mais nem pequenos bicos, que o remuneravam diariamente ou semanalmente, assim que a partir de janeiro daquele ano passou a não conseguir mais pagar o aluguel e apresentar sinais de insegurança alimentar, como mostra o trecho apresentado mais adiante. Mesmo não conseguindo honrar com os pagamentos, Beatriz permite que ele permaneça na casa. Mas por que motivos ela pode ter aberto mão dos valores? Teria sido por lealmente ou interesses diversos mirando determinadas finalidades? Em certa medida as duas opções parecem possíveis. Primeiro, porque Beatriz sabia que ele possivelmente poderia reverter aquela situação com uma aposentadoria, visto que estava alcançando a idade exigida. Segundo, porque Celso era, ao que tudo indica, uma das poucas pessoas, com as quais ela ainda podia contar, assim que sua presença se fazia essencial. E por fim, porque ele vinha desempenhando desde 2015 um papel importante na sua relação com a filha, corroborando para a sua saída do abrigo, bem como na condução dos eventos que sucederam seu retorno para casa. E é assim, portanto, que ele passa a assumir junto com Beatriz a guarda do neto a partir de 2019, visto que Lisa ainda era menor de 16 anos e apresentava, segundo o

entrevistado, alguma dependência química<sup>78</sup>. Chama a atenção novamente, que assim como na ocasião do pedido de saída de Lisa do abrigo, Celso parece ter sido, mais uma vez, envolvido nas questões referentes à filha, sem que quisesse realmente fazê-lo. Esse apoio demonstra, portanto, ocorrer em um contexto de apoio mútuo entre ele e Beatriz, ao passo que ele precisava de seu suporte para garantir a moradia e com isso sua sobrevivência e ela em razão de algum possível impedimento em assumir a guarda da filha de forma autônoma.

A assunção da guarda do neto, significou, sobretudo, um agravamento de situações envolvendo stress e tensões no dia-a-dia, embora o entrevistado não mencione ter uma preocupação em relação à sobrevivência financeira do neto e sim uma preocupação em relação aos cuidados de Lisa com a criança. Dessarte, também a situação do neto passa a compor um rol já extenso de adversidades, como desemprego, dificuldade de acesso à renda e suas consequências, voltadas principalmente à insegurança alimentar e habitacional, que juntas dão a dimensão da crise que Celso demonstrou estar passando à época de nosso encontro. Diante de tal situação, foi o Cras Horizontes, que ele volta a acionar, aproximadamente a partir de março de 2019.

Segundo o entrevistado, ele procurou o Cras no intuito de entrar com o pedido de Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC é um benefício socioassistencial voltado para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas com deficiência, que comprovem ter uma renda inferior a ¼ do salário mínimo (BRASIL, 2022). Pessoas em idade de se aposentar, mas que não tenham anos suficientes de contribuição previdenciária, tem o BPC como forma de garantir uma renda em idade mais avançada. Como este era o caso de Celso, ele fez a solicitação do benefício com a ajuda da Técnica Social Cornélia. É a partir daí que ele começa a estreitar relações com a instituição. Embora ele não estivesse formalmente em acompanhando familiar, Cornélia havia me dito à época que na prática já estava ocorrendo um acompanhamento em face da frequência dos encontros, bem como da dimensão das demandas do entrevistado. A partir dessa aproximação com o Cras, o entrevistado passa, então, a receber apoio através do recebimento de cestas básicas e roupas para o neto. Sobre o acesso a outros serviços, como a participação no serviço de fortalecimento de vínculos para

---

<sup>78</sup> Segundo consta na Lei Nr. 10.406 de 2002 menores de 16 anos são considerados como absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, assim como maiores de 16 anos e viciados em tóxico são tidos como relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer, mais detalhes cf. BRASIL, 2002.



idosos ou o recebimento de benefícios eventuais, não há informações, nem por parte do entrevistado e nem da Técnica Social. Neste período, o entrevistado conta que continuava usando o benefício do Bolsa Família para a compra do gás de cozinha e para a aquisição de alguns poucos alimentos, assim que se fazia necessário a mobilização de recursos alternativos, tal como podemos acompanhar na seguinte passagem:

C.: [...] guria não, não é que foi uma **mudança** assim (9), mas claro que graças a deus chega aquele dia ali, eu vou lá pego esse dinheiro e dá pra comprar alguma coisa \E.: sim \C.: (4) agora mesmo eu, estou pensando em pegar amanhã ou depois e comprar uns pedacinhos de carne porque a geladeira estava batendo sozinha, então é aquilo ali né, como eu disse é pouco vem bem e ajuda bastante, e pior se eu não tivesse, pior se eu não tivesse, mas [...] eu estava sem gás em casa (4), é a segunda vez que eu esse mês passado também eu peguei gás, e daí, bah, fazendo fogo fora pra fazer comida, e aí, chegou comprei o gás, então é aquilo que eu te digo, não é que dá pra fazer um rancho mas tem, chega uma hora que ajuda [...] /E.: e além do bolsa o senhor ã:, o senhor me falou de algumas ajudas esporádicas aqui do Cras ã, o senhor poderia me fala um pouquinho mais sobre essas ajudas? \C.: [...] até vim pedir de novo pra ela \E.: tem que vir tem que \C.: ela disse que era pra mim vir quando precisasse era pra mim vim, ela me, ela me **perguntou**, assim, assim e tal, como é que o senhor tá passando **não estou nada bem**, ela disse pra mim eu te levo um sacolão, tá, ajuda, (5), me ajuda muito \E.: sim \C.: tá ajudando ainda, tem alguma coisinha, arroz, arroz é o que vem mais, feijão também [...] (2019/II, p.7-8, linhas 26-44; 1-3).

Embora a quantia presente relevância devido a um contexto de poucas fontes de renda, o entrevistado deixa claro que o valor é insuficiente para garantir a aquisição de alimentos, assim que se faz necessário a mobilização de outros recursos na ausência do mercado de trabalho. No caso de Celso, a família não apresentou ser a sua mais importante fonte alternativa de renda ou de acesso aos alimentos. Assim como vimos, a família oferecia esporadicamente acesso à renda em forma de trabalho, mas não há uma constância nesta prática. Também não há indicações de que recebia dinheiro de familiares para a compra de alimentos, menciona apenas que o irmão caçula, Paulo, o convidava com frequência para fazer as refeições em sua casa, mas que isso o constrangia. Além da dificuldade de acesso à renda e aos alimentos, o entrevistado conta também não possuir mobília básica, como guarda roupa ou televisão. De modo geral, o período analisado deixa claro, que em situações da ausência do mercado de trabalho, Celso passou a recorrer principalmente à assistência social, ao passo que esses recursos demonstraram não ter sido suficientes para a superação da

insegurança alimentar. Assim como apontado no caso de Pedro Amaro, também a condição social de Celso demonstra ter sido prejudicada pela não ampliação pelo governo federal – nem em valores e nem em cobertura – das políticas de transferência de renda no período. Esta nova situação de extrema pobreza demonstrou, mais uma vez, ter exigido do entrevistado a construção de novos vínculos que pudessem auxiliá-lo na garantia da sobrevivência.

#### **4.2.4.9 O constante enfraquecimento de vínculos e a tendência de isolamento na terceira idade**

Além da insuficiência de recursos materiais, como renda, alimentos, móveis, entre outros, e da escassez de fontes alternativas para a mobilização desses recursos, também a saúde do entrevistado começa a apresentar piora. Em meados de 2019, ele conta que voltou a expelir sangue na tosse, o que pode significar um retorno do quadro de tuberculose ou alguma outra piora da sua condição respiratória e da saúde como um todo.

Apesar da saúde precária, ele demonstrou continuar procurando emprego, verbalizando ter deixado seu currículo em empresas da construção civil. Até o momento da entrevista, ele ainda não havia recebido a confirmação do pedido de BPC. Embora mencione manter uma boa relação com seus filhos mais velhos de ambos os casamentos e especialmente com seu irmão mais novo, essas relações não demonstraram oferecer, na prática, um apoio capaz de lhe garantir proteção social. As únicas pessoas e grupos que parecem ter contribuído nesse sentido foram Beatriz, que lhe permitiu permanecer na casa sem o pagamento do aluguel, bem como a assistência social através do benefício do PBF, que lhe garantia um valor mensal para a aquisição de alguns poucos alimentos ou gás de cozinha, bem como através dos repasses de cestas básicas. Embora uma relação conjugal com uma parceira economicamente autossuficiente pudesse representar um apoio importante nesta fase da vida, suas experiências mais recentes demonstraram como essa assimetria financeira é reiteradamente vivenciada como algo desmoralizante, dificultando a construção de vínculos seguros. Quando lhe perguntei ao final da entrevista sobre suas perspectivas de futuro, sua resposta evidencia, mais uma vez, a reprodução da dinâmica identificada ao longo de sua biografia, a saber: da

constante fragilização dos vínculos familiares e da instrumentalização do trabalho como forma de compensar vínculos inseguros. Vejamos:

E.: sim e quais são as perspectivas pro futuro seu Celso? C.: (5), se **deus** me ajudar que ele **vai** me ajudar sim, do céu me manda a aposentadoria, eu quero pegar esse dinheiro (3), quero pagar as contas que eu tenho lá, arrumar umas muda de roupa na minha mala e quero ir a Canavieiras [...] diz que é um lugar que tem muito emprego \E.: a::: ok \C.: muito serviço \E.: uhum \C.: e eu tenho também escrito em ((pessoas rindo ao fundo)) como é o nome daquele programa domingo campo e lavoura \E.: uhum \C.: eu vi no campo e lavoura, isso eu acho que foi lá por 2016 por aí, lá em Caxambu no- \E.: Ca- Caxambu? \C.: Caxambu \E.: em Minas Gerais? \C.: Santa Catarina \E.: Santa Catarina uhum \C.: um agricultor posto no campo e lavora \E.: ahã \C.: ele planta melancia, quando chega o tempo de melancia não tem ninguém pra colher, não acha ninguém pra colher, ninguém quer trabalhar \E.: ok \C.: bah eu fiquei doente aquele dia pra ter dinheiro pra \E.: ((riso)) sim [...] então isso aí é coisa que me chama atenção de (4) eu fico, fico assim que nem cachorro acordo louco pra ir [...] (2019/II, p.9, linhas 8-30).

É especialmente interessante observar como ele verbaliza estar esperando o recebimento do BPC para que sua situação econômica se estabilize e ele volte a deixar a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho e isso mesmo diante das dificuldades com a filha caçula e da possibilidade de perder as relações construídas nos últimos anos e meses. Dessa forma, vemos, como também aqui, se reproduz, mais uma vez, a dificuldade de estabelecer e cultivar vínculos seguros e duradouros, que possam lhe oferecer proteção, especialmente os afetivos, ao passo que o trabalho é sempre posto como um lugar seguro e desejado diante dos problemas familiares, muito embora fique claro as limitações dessa relação.

#### *4.2.5 Resumo e hipótese estrutural: a constante fragilização dos vínculos familiares e o trabalho como forma de compensar vínculos inseguros*

Muito antes de seu nascimento no ano de 1954, vimos como muitos elementos, que vieram mais tarde exercer influência sobre o padrão de comportamento desenvolvido pelo entrevistado ao longo da biografia, já se faziam presentes no meio familiar de seus pais, a saber: a falta de vínculos afetivos do pai com os filhos, a assimetria de status social entre a mãe e o pai, ao passo que o pai assumia uma posição de superioridade em relação à mãe e

aos filhos e por fim uma organização familiar matrilocal, que por um lado tendia a estabilizar e reproduzir o status de superioridade do pai, mas, por outro, guardava expectativas em relação à capacidade do homem em assumir o papel de provedor familiar.

Entretanto, tais modelos de comportamento não se perpetuaram da mesma forma como parecem ter sido vivenciados pelos pais, assumindo no caso de Celso peculiaridades na sua relação com as experiências realizadas ao longo da biografia, com destaque para a perda abrupta da mãe ainda na infância e para os acontecimentos que ocorreram após a sua morte, tendo como maior consequência a dificuldade de construir vínculos duradouros e estáveis. Após o suicídio da mãe no ano de 1960, Celso vivencia, aos quase sete anos de idade, a perda gradativa dos seus laços de confiança e amparo no meio familiar; à época a família nuclear era composta pelo pai, Artur, e pela irmã mais velha Lídia e os três irmãos mais novos, Carlos, João e Paulo. O enfraquecimento dos vínculos familiares, que iniciou com a morte da mãe, vai ganhando força nos anos que se seguiram. Primeiramente pela perda do amparo do pai, que havia se fragilizado, vindo a vender os bens da família cerca de seis anos após o seu falecimento. A perda da capacidade do pai de cumprir com o seu papel de provedor familiar teve como consequência tanto o empobrecimento da família, como a iniciação de Celso, aos nove anos de idade, no mercado de trabalho. Dessa forma, vemos como a fragilização dos vínculos familiares é acompanhada por uma gradativa perda da proteção social. Em segundo, o enfraquecimento dos vínculos é novamente impulsionado pela mudança de localidade após a venda das terras da família pelo pai, na qual Celso perde mais uma vez a proximidade com importantes referências, como a família da mãe e sua primeira escola. O período representou, mais uma vez, a piora da condição econômica e social da família. É nessa fase de transição, que Celso abandona a escola aos 12 anos de idade, sem ter concluído a terceira série do ensino primário. E em terceiro, a sua separação da família em 1967, quando o pai decidiu mudar-se para a Argentina, deixando Lídia e Celso no Brasil. Dessa forma, embora ele demonstre ter construído vínculos familiares até os seus sete anos de idade, esses foram sendo gradativamente enfraquecidos à medida que também a condição socioeconômica da família piorava, culminando em uma situação de miséria. Além da impossibilidade do pai de apoiar os filhos economicamente e emocionalmente, também outras importantes referências foram perdendo força num curto período de tempo, como a

família materna e a escola. É neste contexto de gradativa perda dos vínculos familiares e com eles de segurança e proteção social, que Celso passa sua infância e o início da juventude.

Aos 14 anos de idade, o entrevistado começa a trabalhar como peão na casa de uma família de italianos, repassando uma parte do seu salário para o pai. Essa ajuda financeira é um importante indicativo da existência de laços de lealdade do entrevistado em relação à família de origem. À medida que o entrevistado assumia o papel de coprovedor familiar, é no mercado de trabalho que ele encontra segurança econômica, reconhecimento social e com isso afeto e amparo. Cerca de um ano depois ele volta a retomar o contato com os irmãos, ao passo que os vínculos com o pai se mantem fragilizados. Assim, com 17 anos de idade, ele sessa os repasses financeiros para o pai.

Por volta do ano de 1974, Celso conhece Olívia, com quem vem se casar sob pressão do pai em 1975. Aqui é possível reconhecer a necessidade do entrevistado de corresponder à expectativa do pai e da família de origem. Ao que tudo indica, a proposta do casamento tinha como principal finalidade o estabelecimento de Celso como agricultor, marido e pai de família, garantindo também a proteção do pai em idade avançada. Logo após o casamento, eles vão morar nas terras do pai de Olívia, reproduzindo a organização familiar matrilocal. Esse projeto não tem, entretanto, sucesso e após três anos de união, recorrentes períodos de desemprego, a impossibilidade de cumprir o papel do provedor, o distanciamento da esposa em relação ao marido, bem como o nascimento dos três primeiros filhos, Celso deixa a família no ano de 1978 rumo ao Paraná, onde planejava trabalhar na construção da barragem de Itapuã. A partir desse momento, um padrão de comportamento envolvendo o constante enfraquecimento dos vínculos familiares, a falta de vínculos afetivos e a instrumentalização do trabalho como forma de lidar com essa falta de vínculos se estabelece, vindo a se perpetuar ao longo de toda a trajetória. Ele permaneceu dois anos na região sem voltar para casa, mantendo nenhum ou pouco contato com a família, além de não ter realizado nenhum repasse financeiro. Sua atitude parece estar relacionada à falta de vínculos afetivos e com eles de lealdade em relação aos filhos e esposa. Quando recebe uma intimação da justiça indicando que estava sendo processado por não pagar pensão, ele é preso. Na ocasião, seu chefe paga a fiança e ele é solto. Um mês depois, ele volta para casa, levando um montante em dinheiro no intuito de reatar o seu casamento. A esposa aceita o pedido de desculpas e eles retomam a relação. Celso permanece, entretanto, apenas três meses junto à família seguindo para Porto

Alegre com a ajuda de um familiar para trabalhar em uma empresa na instalação de aparelhos telefônicos. Ao que tudo indica, essa foi a sua primeira oportunidade formal de trabalho.

De Porto Alegre ele segue novamente para o interior do estado, vindo a se estabelecer em Garibaldi. Alguns meses depois, ele constrói uma casa e Olívia e os filhos vêm morar com ele. Além dos três filhos mais velhos, nasce naquele ano, em 1982, o seu quarto filho. Durante o período que estiveram vivendo juntos, o casal demonstrou não conseguir construir proximidade e uma relação de apoio mútuo e confiança – ele como provedor familiar e ela como a esposa zelosa -, assim que o entrevistado volta a deixar a família em 1982, seguindo em direção a Porto Alegre. Lá ele conhece a sua segunda esposa, Ângela, com quem estabelece uma relação de apoio econômico, visto que ambos trabalhavam fora de casa, dividindo os gastos e os investimentos familiares. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no novo casamento relacionadas ao abuso de bebida alcoólica, possíveis agressões físicas e emocionais em relação à esposa e tensões que resultavam em fugas de curta duração, este ambiente de apoio mútuo entre o casal parece ter contribuído para que o entrevistado construísse vínculos duradouros, permanecendo casado com Ângela por mais de 20 anos. Deste casamento resultaram mais duas filhas.

Por volta do ano de 2002, Celso começa a se relacionar com Beatriz e apesar de demonstrar ter tratado a relação à época como algo inicialmente passageiro, o relacionamento avança e Beatriz fica grávida. Não fica claro, entretanto, se a gravidez significou de imediato o fim de seu casamento ou se esse veio acabar apenas alguns anos depois. De todas as formas, Celso demonstra ter deixado a relação algum tempo depois no contexto de piora da sua condição econômica e social. Apesar da separação, ele permanece em Porto Alegre, onde intercala oportunidades tanto no mercado de trabalho formal como informal. Embora o entrevistado mencione ter pago pensão para a filha caçula, não fica claro com que frequência ele conseguia honrar com os pagamentos. Chama também a atenção como ajudar a “criar” significava, sobretudo, pagar pensão, ou seja, cumprir o papel de provedor, ao passo que Beatriz ficava responsável pelos cuidados gerais da filha.

Os primeiros indícios da dificuldade de Beatriz em assumir esses cuidados começam a aparecer a partir de 2012, quando a filha passa a apresentar conflitos na escola, que culminaram em 2015 em seu acolhimento institucional. Desde 2014 desempregado e com dificuldades de pagar o aluguel, Celso recebe uma proposta de Beatriz para alugar uma de

suas casas, indo morar, assim, em uma casa ao lado da sua. Chama a atenção que apesar de todas as dificuldades enfrentadas na sua relação com Celso, bem como de sua ausência em relação aos cuidados da filha, Beatriz busca aproximar-se do entrevistado. Essa reaproximação pode ser vista como um indício de que o entrevistado era uma das únicas pessoas com quem Beatriz podia contar à época, especialmente no que correspondia à volta da filha caçula para casa. Durante a crise econômica enfrentada pelo país entre 2015 e 2019, que levou ao aumento do desemprego e à queda na renda do trabalho, Celso não consegue mais retornar ao mercado de trabalho formal e nem encontrar mais oportunidades suficientes no mercado informal, caindo em uma condição de extrema pobreza. Foi neste contexto, que ele passa a receber a partir de 2017 o benefício do Programa Bolsa Família.

Em 2018, Beatriz consegue, com a participação de Celso, que a filha volte para a casa, onde permanece, entretanto, por pouco tempo. Neste mesmo ano a filha engravida e em 2019 nasce o bebê. Como forma de ajudar Beatriz, o entrevistado assume a guarda da criança, visto que a filha era menor de 16 anos, não podendo assumir a guarda por completo. Tendo se esgotado suas oportunidades no mercado formal e informal de trabalho, Celso volta a procurar a assistência social, cujos técnicos passam a lhe ajudar com o pedido de um novo benefício social, que na impossibilidade de se aposentar, pudesse lhe ofertar uma renda maior e duradoura, o BPC. Além da solicitação do pedido de BPC, essa reaproximação com a assistência social lhe permitiu também o recebimento de cestas básicas, que passaram a compor e ampliar suas fontes alternativas de recursos, muito embora não tenham sido capazes de tirá-lo de uma situação de insegurança alimentar. Além da assistência social, apenas Beatriz contribuía de forma prática com recursos que lhe garantissem alguma proteção social. Diante da impossibilidade de cumprir com o papel de provedor familiar, Celso demonstrou ter dificuldade em estabelecer novas relações conjugais, permanecendo sozinho. Assim como se evidenciou ao longo da reconstrução da sua história de vida vimos, portanto, como uma condição de desamparo e falta de proteção familiar na infância é reproduzida a partir da vida adulta através de um comportamento marcado pela constante fragilização dos vínculos familiares diante de conflitos envolvendo especialmente a sua capacidade em assumir o papel de provedor familiar, mas também diante da impossibilidade de suas companheiras em corresponder sua expectativa em relação aos seus papéis como esposas zelosas. Nesses momentos, especialmente o mercado de trabalho demonstrou ser instrumentalizado como

forma de compensar essa falta de vínculos, ou seja, como forma de ter algumas de suas necessidades como amparo, reconhecimento e segurança garantidas, muito embora essas também fossem limitadas. Em idade avançada, essa condição de desamparo, vínculos inseguros e falta de proteção familiar ganha uma dimensão muito maior, à medida que o entrevistado perde a capacidade de estabelecer novos vínculos no mercado de trabalho, tendo como consequência a necessidade de construir novas filiações e vínculos com outros grupos e pessoas, a exemplo da assistência social, como forma de garantir a sobrevivência.

Se considerarmos, ainda, a forma como Celso fala sobre a sua biografia no momento da entrevista, vemos que ele busca inicialmente dar um enfoque geral e cronológico sobre ela, ao passo que especialmente o período entre o fim do primeiro e o início do último casamento é pouco tematizado, possivelmente devido aos problemas de lealdade, que se apresentaram no período. Dessa forma, ele demonstrou evitar trazer detalhes exatamente sobre as experiências que envolviam o não cumprimento de seus papéis sociais como marido, pai, trabalhador, homem honrado, entre outros. Embora mencione ter cometido erros em relação às decisões tomadas na família e no mercado de trabalho, dando também a impressão de que estaria passando no momento por uma revisão do passado, é a defesa do cumprimento de seus papéis sociais que ganha força na autoapresentação biográfica, assim que ele fala, por fim, de sua biografia como o resultado de perdas, acertos e erros, muito embora defenda ter cumprido com o seu papel social. Se compararmos essa maneira de falar sobre sua biografia com o resultado alcançado na reconstrução da vida vivenciada, vemos como a crise manifestada no presente demonstra estar fortemente relacionada à impossibilidade de cumprir o papel de provedor, seja desde a perspectiva prática (acesso ao trabalho e à renda), como simbólica (a garantia de reconhecimento e uma posição de poder como homem e marido), com destaque para as tensões, frustrações, angústias e humilhações vivenciadas com a insegurança alimentar e os conflitos familiares. Embora o objetivo da presente análise não seja prestar um diagnóstico de saúde do entrevistado, é importante destacar que Celso demonstrou grande fragilidade diante de sua condição atual, apresentando sinais de depressão.



**Figura 1 – Genograma familiar de Celso Menezes**

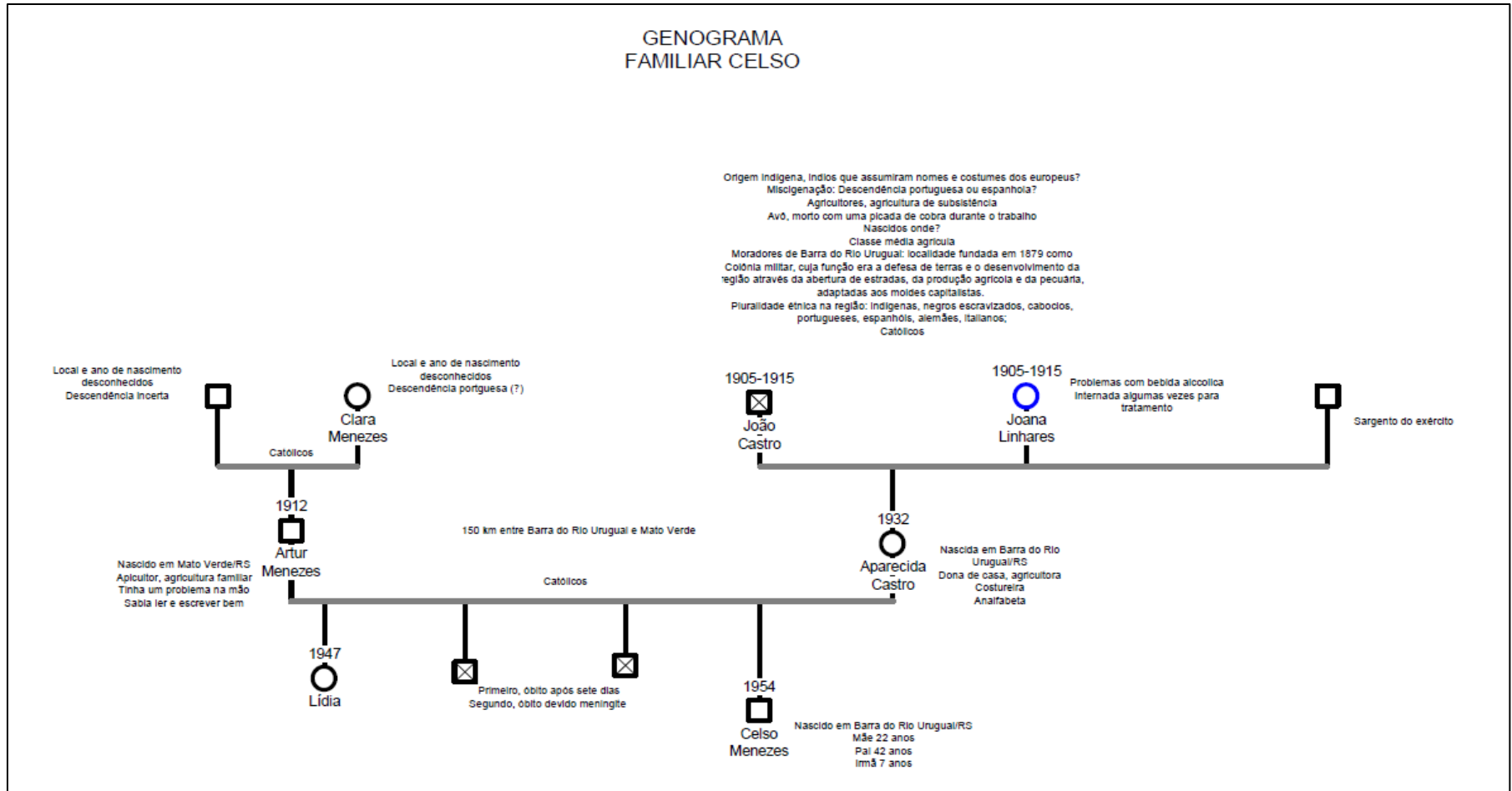


Ilustração da autora.

Legenda:

□ membro do sexo masculino

○ membro do sexo feminino; ○ membro que sofre de alcoolismo

x membro falecido.

#### *4.2.6 O Programa de Transferência de Renda como forma de compensar vínculos inseguros: reprodução da falta de proteção social*

Se por um lado fica claro o papel fundamental do benefício de transferência de renda e também da assistência social como forma de compensar vínculos inseguros tanto na família como no mercado de trabalho, por outro lado também se evidencia como o programa não conseguiu oferecer recursos suficientes ao ponto de garantir proteção social, assim que sua condição socioeconômica manteve forte tendência de piora mesmo dois anos após o início do recebimento do benefício. Dessa forma, a manutenção da cobertura e dos baixos valores disponibilizados no âmbito do PBF durante a crise econômica ocorrida entre 2015 e 2018, demonstrou ter contribuído para a reprodução da condição social existente, que era de insegurança alimentar e habitacional.

Um dos fatores mais positivos encontrados na experiência do entrevistado com o programa foi a certeza e com isso a confiança de que em determinado dia do mês, ele poderia contar com aquele valor, mesmo sendo ele baixo. Aspecto frequentemente encontrado em estudos qualitativos sobre os efeitos do PBF na condição de vida dos beneficiários, tal como apontado no capítulo 2 do presente trabalho. No caso de Celso, vimos também como o acesso ao benefício não se traduziu automaticamente em uma maior aproximação do entrevistado aos demais serviços da assistência social e nem à construção de vínculos duradouros com a instituição. A não clareza, se havia ou não um acompanhamento familiar sendo iniciado, bem como a manutenção desse status, seguiria, a meu ver, impedindo que possíveis vínculos pudessem ser construídos, sobretudo, se nos atermos ao fato de que Celso apresentou ao longo de toda a sua trajetória de vida dificuldade em construir laços nas suas relações, tenham sido elas primárias ou secundárias. Embora o entrevistado estivesse passando claramente por um momento de crise emocional, apresentando sinais de depressão, me chamou a atenção que a Técnica Social não fez comentários a esse respeito. Sendo assim, nem o recebimento do PBF e nem os demais serviços acessados no âmbito do Suas foram capazes de agir de forma preventiva, evitando sua entrada na extrema pobreza, ou de permitir a superação desse estado de crise, no qual se encontrava à época de nosso encontro.

### 4.3 O caso de Lara Oliveira – Uma vida marcada pela busca por cuidado e apoio

#### 4.3.1 *O primeiro contato e as situações de entrevista*

Depois de ter voltado a visitar o espaço do Cras Horizontes em setembro de 2022, a técnica Amanda fez contato com Lara, a qual concordou em me ceder uma entrevista. De acordo com a entrevistada, Amanda havia lhe dito que eu estava fazendo uma pesquisa no Cras e que teria interesse em conhecer a história de vida das pessoas. Foi, portanto, a partir dessa informação, que a biografada concordou participar da entrevista. Eu também não possuía muitas informações sobre o caso, apenas de que Lara era acompanhada pelo Cras há bastante tempo, que possuía filhas, as quais já haviam sido abrigadas num contexto de violência doméstica, mas que as coisas estavam mais tranquilas agora.

Após a sinalização positiva da usuária, Amanda me passou seu nome e telefone para que eu entrasse em contato para marcar a entrevista. Nesse mesmo dia eu mandei uma mensagem para ela, a qual me confirmou na sequência que poderia participar, verbalizando ter disponibilidade às tardes, sempre depois das 17 horas. Perguntei, então, se poderia ser no dia seguinte e ela confirmou, me passando o seu endereço. Com base nas informações, verifiquei que ela morava em uma das principais vilas, situadas na região da pesquisa, a qual é muito conhecida pela presença do tráfico de drogas e por diversos eventos violentos promovidos por facções criminosas e pela polícia, que acabam levando também à morte de moradores da comunidade de fora do tráfico. Sabendo dessas informações foi, então, que enviei uma mensagem a ela no dia seguinte, pela tarde, dizendo que chegaria em torno das 17 horas, sinalizando que seria bastante pontual. Como eu sabia que nossa entrevista poderia durar mais de duas horas, a depender de sua disponibilidade, e de que, sendo assim, eu acabaria saindo bastante tarde de sua casa, correndo o risco de ter dificuldade de sair da vila por não conseguir um motorista por aplicativo, preferi ser pontual, mesmo imaginando que ela retornaria do trabalho para casa e que precisaria de alguns minutos antes de me receber. Para o meu “azar ou sorte”, ela respondeu que poderia se atrasar um pouco, mas que mais tardar às 17h15 estaria em casa. A minha entrevista com Lara havia sido a segunda realizada nesta segunda rodada de novas entrevistas, assim que eu estava bastante ansiosa para que tudo desse certo e eu conseguisse realizar uma boa entrevista, a qual pudesse ser reconstruída.

Com uma mescla de sentimentos, os quais variavam entre o medo de ser atingida por uma bala perdida (especialmente quando se tem um filho de quatro anos de idade) e o desejo de ter tempo suficiente para realizar uma boa entrevista, parti em direção ao seu endereço em torno das 16:30. Sem enfrentar quase nenhum trânsito e apesar de precisar subir ruas bastante íngremes e passar por ladeiras por vezes bastante estreitas, o motorista solicitado por aplicativo chegou em torno de 15 minutos em frente a sua residência, situada num dos pontos mais altos da vila. Para o meu “azar ou sorte”, cheguei claramente cedo demais, uma vez que em torno das 16:45 eu já me encontrava em frente ao seu portão. Sua casa pequena de tijolos estava situada na parte da frente de um terreno, no qual havia ainda outras casas, localizadas aos fundos. Como fazia sol, apesar de um vento frio mais intenso, decidi me sentar em uma pedra, que ficava ao lado do portão da casa da entrevistada. Aproveitei a situação para observar um pouco mais o lugar, evitando, todavia, chamar muita a atenção.

A primeira coisa que me chamou a atenção foi a vista exuberante para a cidade, que se tinha lá de cima. Além de casas, se via também um céu azul e muitas árvores. As casas construídas ao longo da rua, sem calçamento, se encontravam praticamente coladas uma na outra, divididas por vezes por um muro ou cerca. Havia casas de construção bastante modestas, pequenas em tamanho e por vezes com estrutura inacabada, enquanto algumas poucas eram de dois pisos e bem pintadas. Os fios de eletricidade saíam dos postes até as casas, indicando que os moradores contavam com serviço de energia. Algumas pessoas passavam pela rua, jovens com seus celulares, crianças trazendo pão da padaria, um idoso bem vestido e moradores voltando para as suas casas visivelmente após o dia de trabalho. Apenas o idoso me cumprimentou, os demais passavam em silêncio. Em algum momento tive a sensação de escutar tiros ou foguetes, não tinha certeza. Como não havia nenhuma evidência de que se tratava de algo parecido, voltei observar os acontecimentos daquele ambiente, em certa medida, interiorano, o qual me remetia a minha própria infância no interior do estado. Em torno das 17 horas, enviei uma mensagem para ela dizendo que já havia chegado, mas que ela não precisava se apressar. Ela respondeu prontamente, dizendo que já estava saindo do posto de saúde.

Fiquei esperando em torno de uns 30 minutos sentada na pedra até que avistei uma mulher jovem, de cabelos escuros e mochila nas costas, subindo a rua, a qual acreditava ser Lara. Quando a mulher olhou na minha direção sem mudar a rota e nem a expressão do rosto,

me levantei e a cumprimentei, perguntando se ela era Lara. Ela me respondeu alguma coisa que acusticamente não compreendi. Eu interpretei como um cumprimento. Ela caminhava rápido e respirava um pouco ofegante, tirando uma chave de dentro da mochila. Eu me desculpei por ter chegado tão cedo, dizendo-lhe que com medo de me atrasar, acabei saindo muito cedo de casa. Ela me deu razão, dizendo, que subir aquela ladeira era muito duro. Enquanto ela abria o cadeado que trancava o portão, era possível avistar na frente de sua porta um cachorro grande e dois gatos, que eu já havia avistado pela rua. Abriu o portão e me convidou para subir uma escada desnivelada, feita de pedra de construção, para subir até a sua porta. A expressão de seu rosto pouco se alterava, apenas quando dava um breve sorriso.

Abriu a porta e me convidou para sentar no sofá. Todos os cômodos da casa eram pequenos e desembocavam um no outro. Ao total parecia ter quatro peças: sala de estar, área de limpeza, quarto de dormir e cozinha, todos devidamente equipados e mobiliados. As paredes eram pintadas e o teto da cozinha parecia inacabado. Ela entrou em seu quarto para deixar a mochila preta que carregava e eu disse para que se sentisse à vontade para fazer suas coisas, que eu poderia esperar. Ela agradeceu e foi até o quarto tirar o tênis *Al star* preto que vestia. Alimentou os animais e voltou para o quarto. Ela vestia uma calça jeans, camiseta preta e os cabelos eram tingidos, caindo pelos lados do rosto, cobrindo as orelhas, e presos atrás por um rabo de cavalo. Tinha um estilo jovem e moderno de se vestir. Ela tinha os olhos maquiados, mantendo uma expressão neutra, sem muita emoção. Na parede da sala tinha um conjunto de quadros com fotos de Lara com adolescentes, que ao que tudo indica, eram seus filhos e uma foto de um bebê, que provavelmente era sua neta. No meio do quadro era possível encontrar uma foto da entrevistada abraçada com um rapaz, aparentemente mais jovem que ela, no qual constava escrito *crush*, assim que concluí que poderia ser seu companheiro. Fiquei olhando as fotos de longe, sem fazer perguntas a respeito.

Enquanto eu esperava, ela escutava áudios no celular, pareciam mensagens com vozes femininas jovens. Ela ficou em torno de uns cinco minutos respondendo as mensagens, até que se sentou ao meu lado em um sofá de dois lugares, me oferecendo um copo de água. Eu agradei e disse que tinha água comigo. Agradei por ela estar me recebendo e perguntei o que ela sabia sobre a minha pesquisa. Ela disse, então, que Amanda havia comentado que eu gostaria de saber sobre sua vida. Acrescentei, que pesquisava programas de transferência de renda como o Bolsa Família, mas que minhas entrevistas eram de fato sobre a vida das

peessoas. Ela comentou que havia recebido o Auxílio Emergencial, mas que atualmente não recebia mais nenhum benefício. Expliquei, então que isso não era um problema, uma vez que me interessava também pelo período, no qual recebeu os valores. Antes de iniciarmos, perguntei ainda se poderia gravar a entrevista, visto que não conseguiria me recordar de todos os detalhes, assegurando-a de que todas as informações se manteriam em sigilo. Ela aceitou sem fazer perguntas ou comentários. Coloquei, então, meu celular entre nós duas, fazendo minha tradicional pergunta inicial, solicitando que me contasse sua história de vida e de sua família. Com os olhos arregalados e puxando o ar, como se estivesse assumindo um grande desafio, ele começou a falar, levando em torno de uns 15 minutos para o relato inicial. Me pareceu uma apresentação relativamente longa em comparação às entrevistas anteriores, nas quais os participantes levaram, em geral, em torno de dez minutos para a autoapresentação. Enquanto ela falava, eu seguia anotando e olhando para ela. Chama a atenção que ela falou com bastante autonomia e desenvoltura, sem precisar de estímulos. Aquela havia sido também a primeira entrevista no âmbito do doutorado, que eu havia me sentido mais à vontade em não interferir. Quando ela me deu, então, a impressão de ter finalizado, passei a lhe fazer perguntas.

Enquanto abordávamos os primeiros temas, percebi que me sentia novamente ansiosa, com medo de estar incomodando a entrevistada, ao mesmo tempo que eu temia não conseguir concluir a entrevista caso ela precisasse ou quisesse encerra-la antes. Só me senti mais segura quando lhe perguntei mais a frente se ela estava com tempo para continuarmos a entrevista. Ela respondeu prontamente que estava com bastante tempo, me dando segurança para continuarmos. Depois disso, passei a me sentir muito bem e a entrevista correu de forma muito agradável apesar dos temas terem sido, em grande medida, bastante tristes. Mesmo diante de experiências bastante difíceis, envolvendo violência contra ela e a mãe ainda na infância, abuso de substâncias pelos parceiros e filhas, a fragilização dos vínculos familiares e também rompimentos, me chamou a atenção que a entrevistada manteve na maior parte do tempo uma expressão neutra, sem demonstrar qualquer tipo de emoção. Em alguns momentos, apenas a mudança na voz foi capaz de transparecer tristeza ou felicidade. Embora diversos temas, como o próprio uso de substâncias, ficaram de fora do relato, a entrevistada demonstrou fazer uma série de reflexões sobre a sua vida, sobre a vida das filhas e a relação que possui com elas, dando a sensação de que já passou por algum acompanhamento

terapêutico. Ela não chorou e nem se emocionou ao longo de toda a entrevista. Apenas ao final, quando já estávamos concluindo, ao perguntar como ela estava se sentindo depois de falar sobre sua vida, ela respondeu com os olhos cheios de lágrimas “*um pouco bem aliviada né, com a situação toda, as coisas que a gente passa, consegui sobreviver a tudo isso*” (2022/I, p. 26, linhas 40-43). Embora a análise da autoapresentação biográfica, a qual discuto na próxima seção, tenha sido reconstruída sem considerar toda a entrevista, me parece impressionante, que Lara tenha finalizado a entrevista verbalizando sentir-se “aliviada”, ou seja, “ter se libertado, mesmo que possivelmente em parte, de um peso” ao olhar para trás e ver que apesar de todas as dificuldades, ela conseguiu sobreviver, trazendo de forma explícita a hipótese estrutural identificada para a vida narrada. De que “peso” ela possivelmente estava se referindo e como ele se relaciona com a sua interpretação sobre a própria história de vida, é o tema sobre o qual irei tratar agora.

#### 4.3.2 Autoapresentação biográfica

Depois de ter ligado o gravador no meu celular, coloquei o aparelho entre nós duas e introduzi minha pergunta inicial, pedindo que ela me contasse a sua história de vida e de sua família, destacando que eu não iria interromper-na naquele primeiro momento, apenas que realizaria algumas perguntas ao final do seu relato com base naquilo que ela havia me contado. Além de não ter a obrigação de me responder as perguntas que eu viesse a fazer, também afirmei que ela poderia encerrar a entrevista quando quisesse. Com a expressão de quem estava assumindo um grande desafio, ela inicia a autoapresentação biográfica a partir do seu primeiro casamento, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

L.: bom, eu comecei bem nova casei bem nova com 15 a gente foi num show que tinha aqui em Porto Alegre, show da Xuxa acho que era naquele tempo, não eu acho que eu tinha menos, eu devia ter uns 14. Daí com 15 eu já estava juntada e eu tive o meu primeiro filho, com 16 eu tive o meu filho, o Pablo, fui morar com esse rapaz, aí tive a Morgana, aí tive um casal (2022/I, p.1, linhas 9-14).

Nela podemos acompanhar como a entrevistada fala do seu primeiro casamento com base em uma argumentação, destacando a sua idade à época, a forma como se conheceram,

a rápida união e o nascimento do casal de filhos. Mesmo de forma implícita, é possível observar como ela inicia a apresentação biográfica a partir de uma experiência aparentemente difícil de sua vida, utilizando expressões como “comecei bem jovem” e “com 15 já estava juntada”, além de mencionar a presença do casal de filhos. A compreensão de que o primeiro casamento foi uma experiência negativa fica ainda mais claro no texto que segue:

L.: só que, ele era bem mais velho do que eu, eu com 15 anos, mas eu naquela época quando me separei dele já tinha 16 indo pra 17, como ele era **bem mais velho que eu bem ciumento** bem possessivo [...] como eu vi aquela, bá eu era muito nova pra está passando por tudo aquilo, eu lembro que cuidava da vó dele, a tia dele que era doente, eu como eu já tinha um casal, na primeira briga eu na primeira briga eu me vim embora com a minha filha [...] (2022/I, p.1, linhas 14-20).

Vemos, portanto, como ela traz mais elementos, que comprovam o contexto de dificuldade que vivia: companheiro mais velho, ciumento, o trabalho para cuidar dos familiares do parceiro e dos dois filhos, assim que após uma briga, ela conta ter ido embora, levando a filha caçula. Ao mesmo tempo que ela fala de sua vida à época destacando as dificuldades enfrentadas, ela traz também outros aspectos que demonstram agência e iniciativa ao deixar o marido diante de tanta insatisfação. Chama igualmente a atenção de que não apenas a relação com o marido é problematizada, mas também a necessidade de cuidar de seus familiares e dos filhos. Considerando esses primeiros trechos, sigo a hipótese de que Lara começa falando de sua biografia desde uma perspectiva de sofrimento e/ou das dificuldades enfrentadas à época, ao passo que também menciona, mesmo que em menor frequência, situações que indicam superação. De diferentes formas e relacionados a diferentes temas, esses dois aspectos seguem ganhando força na estrutura do relato, tanto na forma como ela fala de si mesma, como de sua biografia, assim como podemos verificar no texto que dá sequência ao relato inicial:

[...] eu trouxe a minha filha pra morar comigo aqui na minha mãe, só que na minha mãe também era pequeno a minha mãe também ficou grávida na mesma época que eu, tem um filho da mesma idade que eu [...] e a minha irmã também, então a casa da minha mãe era só três peças pra todo mundo mora e mais neto né \L.: sim \L.: **e nunca teve aquele afeto** de mãe, pra mora tudo junto né [...] (2022/I, p.1, linhas 20-24).



Agora não mais a relação com o primeiro companheiro é problematizada desde a perspectiva das dificuldades e sim da relação com a mãe e seu contexto de moradia. Essa problematização, por sua vez, chama a atenção por não apresentar detalhes, embora fique claro a importância que dá a informação de que considera que nunca teve uma relação de afeto com a mãe, além de trazer uma ideia latente de concorrência entre ela, a mãe e a irmã, as quais haviam dado à luz no mesmo período. Durante o relato inicial, Lara não cita mais a mãe e nem fala da sua relação com ela. No trecho, a agência aparece brevemente através da informação de que trouxe a filha para morar com ela, podendo estar sinalizando que havia assumido a responsabilidade por ela, ao mesmo tempo que não havia mencionado ainda de que não havia trazido o filho, o qual havia ficado à época aos cuidados do pai. Considerando que tradicionalmente o cuidado dos filhos é relegado às mulheres na sociedade, falar sobre o assunto pode ter lhe causado desconforto e constrangimento, assim que pode ter preferido não o mencionar. A entrevistada segue o relato trazendo mais elementos que comprovam as dificuldades enfrentadas na vida quando era, portanto, bastante jovem, assim como demonstra a seguinte passagem:

[...] me juntei com outro rapaz, aí tive a Miriam, com 20 anos eu tive a Miriam, aí do nada me apareceu uma gravidez eu já estava com três meses, foi meu pavor, porque eu estava com- já tinha dois um estava com o pai, a Morgana estava comigo, eu já tinha a Miriam de um aninho e logo eu sabia que ia vir outra (2022/I, p.24-28).

Assim como na apresentação do primeiro relacionamento, também na ilustração do segundo ela traz temas voltados à maternidade. Nesse caso, os temas abordados foram a gravidez não planejada e de forma latente ao trabalho que dá ter quatro filhos. A experiência da quarta gravidez é retratada desde a perspectiva do pavor e do medo, ao passo que Lara não fala sobre o fato de que ela e o parceiro não conseguiram evitar mais uma gestação em um curto período de tempo, sinalizando dificuldade em falar sobre determinados temas relacionados à maternidade. Embora ela não fale claramente porque a quarta gestação lhe causou pavor, diante do campo temático “o trabalho que é ter tantos filhos”, podemos considerar que o medo se encontra relacionado, aqui, à insegurança de que não iria dar conta de cuidar de quatro crianças. A hipótese de que Lara tem dificuldade de falar sobre determinados assuntos voltados à maternidade pode ser mais uma vez confirmada na seguinte

passagem, na qual ela relata num trecho mais longo, com mais detalhes, os motivos que podem ter levado à quarta gravidez, argumentando na sequência de que descobriu quase por acidente a nova gestação:

L.: aí como eu troquei, meu posto era lá embaixo, e eu subia toda lomba daqui, pra fazer a injeção lá embaixo, descia com ela no colo subia com ela no colo, tudo bem, ah quer saber eu quero trocar de posto ela é muito pesada ela nasceu grandona né, vô troca de posto pra mim pode tomar injeção que ela é pesada dá muito trabalho subir e descer com ela, tá mas antes a gente vai aceitar que tu já vem tomando a muito tempo então vamos aceitar que tu continue tomando mas vai fazer o teste, eu estava grávida sem saber \L.: uhuh \L.: três meses, e eu entrei em **pânico** né, aí elas me acompanharam um bom tempo pra mim não tirar ela, ela sabe até dessa história hoje em dia ((risos)) (2022/I, p. 1, linhas 28-37).

Embora ela não fale claramente que possuía o desejo de fazer um aborto, fica implícito na passagem que havia um risco na época de interromper a gestação, mas que isso não ocorreu em razão do acompanhamento prestado pelo posto de saúde. Da mesma forma que a entrevistada demonstra ter dificuldade em falar de atos do passado que resultaram em gestações não planejadas, também o tema “aborto” aparece na fala como um tabu, muito embora fique evidente a necessidade em falar sobre ele, seja porque essa experiência faz parte de sua vida ou porque gostaria de falar mais sobre isso, mas não encontra espaço para tanto. Sem a possibilidade de falar abertamente sobre as dificuldades enfrentadas com a maternidade, Lara demonstra ilustrar seu sofrimento à época através de uma apresentação vitimizadora através de ideias como “a filha era muito pesada, então precisou trocar de posto”, o que acabou levando à interrupção do tratamento contraceptivo e conseqüentemente à gravidez. Também o uso repetido de palavras como pavor e pânico relacionadas às gestações parece ter a função de ilustrar seu sofrimento à época. Aqui podemos encontrar, portanto, uma série de nexos morais, que vão desde uma ideia de culpa pelas gestações, como também a impossibilidade de desejar interrompe-las, que parecem fazer com que ela tenha dificuldade em falar abertamente sobre os problemas enfrentados à época.

Ainda que seu passado demonstre guardar diversos temas com potencial de censura como ser uma mulher com um grande número de filhos, separada e que queria ter feito um aborto, Lara começa a apresentar as suas estratégias de como abordar esses temas sensíveis sem prejuízos ao seu papel social de mãe. Um deles é relacionar a maternidade à necessidade

de prover o sustento das filhas através do trabalho, assim como se evidencia no próximo trecho:

L.: eu tive ela, mas eu não cheguei a criar **bem**, porque eu tive que trabalhar né \L.: uhum \L.: aí vendo toda aquela situação, o pai delas mal trabalhava uma semana se chovia ele não ia se fazia sol então era muito sol se não estava chovendo ele não ia (2022/I, p.1, linhas 37-41).

Como podemos ver, mais um tema sensível relacionado à maternidade é trazido pela entrevistada, ou seja, a “impossibilidade de cuidar da filha bebê”, a qual ela justifica através da ideia de que precisava trabalhar. A perspectiva da vitimização como forma de ilustrar as dificuldades enfrentadas à época é reforçada nesse trecho através da ideia de que o companheiro não trabalhava. Chama também a atenção de que um período, ao que tudo indica, tão difícil de sua vida é então abordado desde o campo temático “superação”, ou seja, ela conta ter a bebê e na sequência já menciona a decisão de ir trabalhar, deixando a filha com a vizinha. Considerando, portanto, a forma como ela fala do seu primeiro casamento, do período da separação, do segundo casamento e do período após o nascimento da quarta filha, vemos como sofrimento e superação continuam ganhando força no relato, ao passo que sua apresentação como uma *mãe provedora dos recursos econômicos* começa a aparecer em sua fala, mantendo-se presente até o final do relato principal.

A partir deste momento temas como “a ajuda de terceiros” também começam a compor o campo temático superação diante das dificuldades da maternidade, quando ela conta que passou a viver em uma casa emprestada por um morador do bairro em razão das dificuldades enfrentadas à época relacionadas ao sustento das três filhas. Dessa forma, a superação aparece em sua fala relacionada tanto a sua agência e determinação diante dos desafios, como também aos atos realizados por terceiros de apoio a sua pessoa. A importância que essas experiências de superação têm para a entrevista se evidencia, sobretudo, nos trechos que seguem, nos quais ela relata em detalhes, desde uma perspectiva mística, como conseguiu o seu primeiro emprego de carteira assinada ou como foi possível adquirir a casa própria, vejamos:

[...] eu ganhava doação de rancho, vamos lá pegar um racho lá na nossa casa, **tá a gente foi**, achei cinco pila na frente da igreja [...] ah mãe já que não veio açúcar no rancho eu vô passar ali no mercado, vô comprar um açúcar e já vô perguntar se tem vaga, foi meu primeiro emprego de carteira

assinada \L.: ahã \L.: e dali eu comecei a trabalhar e não parei mais, a Mônica tinha três mezezinhas \L.: uhum \L.: larguei com a vizinha aqui do lado, tanto é que a Mônica parece com a vizinha, chamou até a mulher de mãe um bom tempo, até né ela ter consciência porque eu mais trabalhava do que ficava em casa né eu trabalhava das duas as nove, e fim de semana eu pegava muito cedo e soltava as nove né, no caso sábado aí era trocado a gente trabalhava das sete da manhã até as nove \L.: uhum \L.: então praticamente fim de semana eu só pegava ela domingo de tarde eu não ia acordar a gurria de manhã cedo ou pegar ela nove horas da noite ainda mais que era inverno né \L.: uhum \L.: então como eu já trabalhava e aí eu resolvi vim pra cá pro terreno da mãe porque eu não tinha condições de pagar aluguel né \L.: uhum \L.: aí entrei pra cá, ele [o vizinho] entrou com a mão de obra e eu o meu padrinho foi me ajudando a montar, montamos duas peças \L.: uhum \L.: e aí tinha o bolsa também né, a gente foi montando as duas peças, entremos pra cá sem banheiro sem nada, aí o vizinho até me ajudou a botar o telhado, ele até faleceu, ele me ajudou muito né \L.: uhum \L.: olha que sabia, tu quer tua casinha eu vou te, tem as tuas filhas, estar passando trabalho com esse cara aí que mal trabalha, então tá se o senhor me ajudar eu vou pra minha casinha, e parece que já estava até sentindo que ele ia falecer né, que ele antes de morrer ele disse não tu vai ter tua casinha \L.: é? \L.: **eu vô te ajuda**, olha não deu, acho que um mês depois que nós entramos pra cá ele faleceu, ele vinha até aqui dentro [...] (2022/I, p.1-2, linhas 41-47; 1-9).

Seguindo a hipótese de que a entrevistada fala da dificuldade enfrentada em cuidar das filhas desde a perspectiva da necessidade de trabalhar e prover o seu sustento, chama a atenção como ela não problematiza o fato de a filha ter permanecido mais na casa da vizinha do que na casa da família, pelo contrário Lara ressalta exatamente os aspectos românticos ou até engraçados dessa experiência, como o fato de a filha se assemelhar fisicamente com a vizinha ou de chama-la por um tempo de mãe. Também aqui, o trabalho aparece em sua fala de forma latente como meio para explicar a relação que possuía com as filhas à época.

Enquanto o sofrimento e as dificuldades foram os elementos mais presentes até a experiência da quarta gestação, a partir do nascimento da filha caçula, vemos, portanto, como Lara passa a destacar as experiências de sucesso. Isso se repete novamente na passagem que segue, ao passo que as dificuldades na relação com o marido e com as filhas também são retomadas:

[...] e daí eu comecei a trabalhar, trabalhar, **não parei mais**, comecei a sustentar minhas filhas e daí quando eu vi que ele estava se arriando demais, já tinha minha casa pronta aqui, ele começou a se arria demais porque ele sabia que eu estava trabalhando, que eu não ia deixar minhas filha passar fome né \L.: uhum \L.: que a gente, e aí as gurria começaram também a

crescer, a se dá conta também que ele era um né, não queira nada com nada, só queria fica escorado, o que elas fizeram, começaram a fazer birra né, ah ele tá batendo em mim, ah ele tá não sei o que judiando, claro, ele realmente não deixava elas saí pra rua, elas não conheciam a rua (2022/I, p. 2, linhas 21-29).

Tanto a autoapresentação como a mãe provedora, bem como os campos temáticos “sofrimento, dificuldades e superação” se manifestam novamente, especialmente através dos temas “trabalho”, “problemas causados pelo pai das filhas à época”, bem como pelo “comportamento das filhas diante das supostas agressões do pai”, o qual Lara classificou como “birra”, ou seja, teimosia, insistência ou capricho das filhas, dando sinais de que está tentando atenuar o ato do ex-marido, embora deixa claro no texto que segue, assim como veremos adiante, que acabou decidindo se separar do parceiro.

Se considerarmos os elementos que a entrevistada caracterizou até aqui como dificuldades, se incluem a eles a relação com a mãe, a relação com os companheiros, a falta de recursos econômicos, o trabalho de cuidar dos filhos e a relação com as filhas. Já a superação está voltada ao uso de contraceptivo, ao ato de se desfazer de relações indesejáveis, ao trabalho formal, à possibilidade de garantir o sustento das filhas e a construção da casa própria. Na fala que segue, Lara demonstra estar se encaminhando temporalmente cada vez mais para o presente, na medida em que passa a focar na relação com o ex-marido, com as filhas e com o atual namorado. Enquanto menciona brevemente a separação, classificando-a como o “início do inferno da sua vida”, traz uma longa argumentação sobre a situação atual das filhas, assim como podemos acompanhar abaixo:

L.: e aí no fim eu me separei dele \L.: uhum \L.: pra que né? Aí começo o inferno da minha vida, me separei dele ele começo a incomoda, eu sai do serviço, aí elas começaram a se envolver com coisa que não prestava, então até hoje, elas se envolveram com uns guris que não prestam, uma tá casada hoje em dia e tá grávida do guri né \L.: uhum \L.: a outra também, se envolveu, mas hoje em dia que nem eu disse pra ela a Mônica, a escolha foi tua, tu escolheu tá com esse rapaz, eu não vô te acolher aqui dentro de casa, que daqui um pouco tu vai tá com ele aqui dentro da minha casa e não é isso que eu quero, se eu hoje em dia não fiquei com teu pai que era vagabundo só de trabalha, ainda mais hoje em dia que é perigoso mesmo né realmente a gente tá aceitando esse tipo de gente né \L.: uhum \L.: elas me botaram em cada uma cada uma eu disse meu deus, e a outra agora que tem a minha netinha \L.: uhum \L.: a recém, diz ela que paro de se drogar né mas estava bem feia, bem feia mesmo na droga \L.: uhum \L.: porque ela trabalhava, eles trabalhavam com isso e além de trabalhar, consumiam

\L.: uhum \L.: então, ela estava no último, não via nem mais a luz do dia, aí quem criou quem estava criando praticamente a minha neta era a minha filha que tá grávida hoje em dia, tanto é que ela chama a minha filha, do meio chama de mãe e o marido chama de pai \L.: uhum \L.: é bem complicado de lidar com essa história, a situação delas assim porque às vezes eu digo **gente** que que eu errei, que que eu fiz, **não** foi escolha delas né, agora eu- **agora** hoje em dia eu me conscientizo não não fui eu que errei, eu não mostrei esse caminho pra elas, elas que foram por escolha própria delas né, mas é bem difícil de vê [...] (2022/I, p. 2-3, linhas 29-47; 1-5).

A breve menção sobre a separação aparece aqui como um indicativo de que não deseja falar muito sobre o tema. Tanto que ele não é mais retomado até a conclusão do relato inicial. No trecho supracitado, a entrevista aborda, sobretudo, a situação das filhas, criticando a escolha feita por elas nos últimos anos, justificando, por exemplo, porque decidiu não acolher a filha em sua casa. Esta é a primeira vez, que ela introduz uma reflexão colocando em dúvida a sua conduta em relação às filhas, verbalizando se questionar se cometeu algum erro com elas. A resposta dada a essa pergunta foi a de culpar as filhas por sua condição atual e pela relação que possuem, trazendo aspectos típicos do discurso religioso sobre acertos e erros diante da realização de escolhas e dos caminhos seguidos, do bem e do mal. Após finalizar essa fala sobre as filhas, ela faz uma comparação entre elas e filho mais velho, argumentando que o filho é diferente delas, pois ele não quer dar trabalho para a mãe. Sendo assim, poderíamos acrescentar que Lara não apenas está explicando como as filhas chegaram em sua condição atual e como isso tem afetado a relação entre elas, mas também reforça a ideia de que a atitude das filhas lhe parece deliberada, como se as filhas quisessem afetá-la de forma intencional. Lara dá, então, seguimento a sua reflexão, trazendo uma teoria sobre a reprodução das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relação aos filhos em sua família, vejamos:

L.: e foi, e **até hoje** até hoje em dia é complicado de lidar com elas né, eu não sei que que realmente se passa pelas cabeças delas, se elas acham que isso é estilo de vida, parece que é uma sina de família né porque a mãe passou trabalho pra criar a gente e agora eu passo trabalho pra criar elas, e assim vai, não é [...] um estilo de vida que a gente diz assim ah eu não passei trabalho, ah a minha vida foi confortável e as minhas filhas também não passaram, não, parece que vai de mãe pra filho, de filho pra-, vai passando, \L.: uhum \L.: e é praticamente isso, bem assim mesmo, que a gente, eu acho que nem diz o dedo podre pra homem, mas aí as filhas também tem que ter o mesmo dedo? ((risos)) \L.: ((risos)) \L.: o mesmo dedo [...] (2022/I, p. 3, linhas 20-29).

O tema “passar trabalho com os filhos” é colocado pela entrevistada em contraposição a “uma vida confortável”, alegando que nem a sua mãe teve essa vida, nem ela e nem que as filhas a terão. Embora tenha sido possível identificar como a entrevistada traz inúmeros elementos, ao longo de toda a autoapresentação biográfica, que fundamentam a argumentação acima de que passou por diversas dificuldades (passou trabalho) em sua vida, ela se volta ao presente destacando as dificuldades enfrentadas com as filhas, sinalizando a importância desse tema para o presente momento. Como Lara demonstrou estar concluindo a sua fala, eu lhe perguntei se ela já havia finalizado. Na sequência, ela traz, então, uma síntese daquilo que possivelmente considera ter sido sua vida, na qual a autoapresentação como “a mãe provedora, dedicada ao sustento das filhas” aparece mais uma vez:

E.: uhum é isso Lara? \L.: uhum, é **bem resumindo** é tipo isso, não tem muito o que relata né, das gurias foi praticamente minha vida, foi praticamente vive pra elas né, foi indo e até hoje é e eu acho que daqui a pouco vai sê delas, vai passa pros netos e se hoje em dia, qualquer dia, eu não vô tá criando os netos em vez de criar filhos né, porque daí quando veio a Mônica eu fiz o ligamento né [...] eu fiz, fiquei tão apavorada que disse não quero mais filho não quero passar trabalho, eu não quero que elas passem trabalho né e a gente se põe um pouco na situação delas, mas hoje em dia eu tenho outro relacionamento, não moro com ele né tenho muito medo de me relacionar e morar com uma pessoa, mas ele também é novo e eu não posso dar outro filho, não posso dar filho pra ele né, porque já fiz o ligamento de tanto **pavor que eu tive** dos outros relacionamentos né \E.: sim \L.: acho que tudo fica uma marca na nossa vida né [...] E.: sim, e vocês não moram juntos? \L.: não, não moramos junto, ele visita aqui em casa, a gente sai juntos, e nisso a gente já faz 5 anos que tá, e nesses cinco anos a gente nunca teve uma briga pesada assim nunca, nunca, ele nunca me ofendeu, nunca brigamos, e se demo bem, bem diferente do que eu tive antes né, bem, bem diferente [...] é praticamente isso (2022/I, p. 3, linhas 30-42).

Como dificuldades enfrentadas, ela menciona mais uma vez o tema “passar trabalho com os filhos”, mas também “a impossibilidade de dar um filho ao novo parceiro” são as dificuldades elencadas no trecho, ao passo que “fazer ligamento”, “não querer passar trabalho” e o “novo relacionamento” são os elementos discursivos, que sinalizam também, aqui, o campo temático “superação”. Sendo assim, a hipótese estrutural que considero ter se confirmado ao longo de todo o relato inicial é de que Lara fala de sua biografia desde a perspectiva da *“superação apesar do sofrimento vivido ou diante das dificuldades da vida”*

com destaque para os problemas enfrentados com a maternidade, presentes ao longo de todo o relato, e que parecem estar se manifestando com bastante força no momento presente em razão dos problemas enfrentados na relação com as filhas. Se nos atermos à conclusão levantada por ela ao final da entrevista de que estava se sentindo “aliviada”, ou seja, “libertada, mesmo que possivelmente em parte, de um peso” após ter tido a chance de olhar para toda a sua vida e ver que havia sobrevivido às dificuldades, vemos se confirmar mais uma vez a hipótese estrutural supracitada, ao passo que fica ainda mais claro a importância do tema “maternidade” e com ele um possível sentimento de culpa em relação às filhas, mas sobre o qual ela demonstrou grande dificuldade em falar abertamente. Dessa forma, também esse sentimento de culpa em relação às filhas pode explicar, mesmo que em parte, porque a entrevistada acabou recorrendo, frequentemente, a uma apresentação vitimizadora ao falar das filhas e da relação com o ex-marido, sem mencionar abertamente as dificuldades enfrentadas com o seu cuidado para além das questões financeiras. A origem desse sentimento de culpa, bem como de outras vivências, associadas ao desenvolvimento de um padrão de comportamento ao longo de todo o processo de socialização, são alguns aspectos sobre os quais irei me debruçar a seguir.

#### *4.3.3 A reconstrução da história de vida*

##### **4.3.3.1 Nascimento e infância em um ambiente de risco: insegurança alimentar, violência doméstica, alcoolismo e a dificuldade dos pais em cuidar de si mesmos e dos filhos**

Lara Oliveira nasceu em 1984, na cidade de Porto Alegre. Os pais moravam à época de seu nascimento em um bairro periférico, localizado na região centro-sul da cidade. O bairro foi fundado na década de 1960 e foi se desenvolvendo a partir das chamadas “ocupações irregulares”, realizadas por pessoas oriundas de outros bairros da cidade, bem como do interior do estado do Rio Grande do Sul (DORNELLES, 2004). Essas ocupações irregulares se caracterizam até os tempos atuais por configurarem a construção em áreas públicas ou privadas, tanto de unidades de moradia, como vilas inteiras, através de mão-de-obra com pouca ou nenhuma especialização na construção civil, apresentando irregularidade



fundiária e problemas de infraestrutura urbana e de serviços públicos (SUSIN, 2019). Dessa forma, as casas que ali foram construídas contavam com uma estrutura precária, sem dispor dos meios necessários para a garantia da higiene básica, como água potável e rede de esgoto. Assim como uma parcela significativa dos habitantes que passaram a habitar a cidade de Porto Alegre a partir da década de 1950, também o pai da entrevistada, Jorge Oliveira, era natural do interior do estado. Já a mãe, Lourdes Marques, era natural de Porto Alegre. Não fica, entretanto, claro, se a família da mãe também era do interior ou se seus descendentes sempre viveram na região. A fisionomia da biografada remete a traços físicos típicos do povo indígena (pele dourada e olhos puxados). Essa tese ganha força, se nos atermos que seu pai vem de uma cidade localizada na Campanha gaúcha, habitada historicamente pelo povo indígena charrua.

A entrevistada demonstrou saber pouco sobre a história dos pais. Quando perguntei sobre o seu ano de nascimento e suas profissões, ela soube apenas responder, que a mãe havia nascido em torno de 1962 e que acreditava – sem certeza – de que o pai havia nascido no mesmo período. Embora a data de nascimento do pai seja incerta, podemos considerar que eles não possuíam uma grande diferença de idade, uma vez que a entrevistada sugere que eles possuem atualmente idades semelhantes. Em relação à profissão dos pais à época de seu nascimento, ela me respondeu que Jorge era pedreiro e Lourdes dona de casa e diarista. Como o trabalho de pedreiro e de diarista eram e são ainda hoje atividades laborais, que exigem pouco ou nenhum conhecimento especializado, considero que ambos possuíam baixa escolaridade.

Com base em dados históricos sobre a cidade do pai, disponibilizados na internet, foi possível descobrir que sua cidade de origem também era conhecida por ter se tornado um polo de extração de minério entre as décadas de 1940 e 1990. Além do minério, a economia da cidade havia se desenvolvido também com base na agricultura e pecuária. Considerando as informações levantadas até aqui sobre o pai – nascimento na década de 1960, origem indígena e agrícola, bem como a baixa escolaridade – parto do pressuposto de que ele migrou para Porto Alegre bastante jovem, em torno de 1975, possivelmente em busca de emprego, onde começou a trabalhar na construção civil e conheceu sua mãe, com quem vem a se unir mais tardar em 1978, visto que a primeira criança do casal nasce em 1979, quando a mãe tinha 17 anos de idade. Também a mãe demonstra possuir uma origem bastante pobre,

contando, entretanto, com a presença e apoio da família de origem. Essa última hipótese se justifica em razão da informação compartilhada pela entrevistada de que os pais viviam à época de seu nascimento em uma casa de madeira de duas a três peças, sem banheiro, situada no terreno do avô materno. Como supracitado, o filho primogênito do casal nasceu em 1979, ao passo que a segunda filha nasceu quatro anos mais tarde, em 1983. Como a diferença entre o primeiro e a segunda filha é de quatro anos e a chance de controle da natalidade era e é estaticamente menor entre as famílias das classes populares, parto do pressuposto de que a mãe pode ter sofrido algum tipo de aborto no período, o que poderia explicar essa diferença. Informações compartilhadas ao longo da entrevista a respeito da figura do pai em sua infância indicam que ele praticava agressões físicas e psicológicas contra os filhos e a mãe. Se essa postura violenta em relação à esposa esteve presente desde o início do casamento, é possível que os supostos abortos pudessem também estar relacionados com essas agressões. Menos de 12 meses após o nascimento da irmã mais velha, Lara vem ao mundo no ano de 1984, como a terceira filha de seus pais. Quando perguntada sobre o seu nascimento, ela apenas afirmou que lhe contaram, que nasceu tão pequena, que cabia em uma caixa de sapato. Embora tenha alegado não saber o motivo de ter nascido tão pequena, sigo a hipótese de que ela pode ter sido um bebê prematuro e/ou sua gestação pode ter sido de risco, com ausência de pré-natal e uma alimentação adequada. Nos anos após seu nascimento, não há, todavia, informações de que pode ter sido um bebê doente. O período de seu nascimento chama exatamente a atenção por Lara verbalizar não saber quase nada sobre ele, assim como podemos acompanhar na seguinte passagem:

E.: [...] o que tu te lembra do teu nascimento, tu não te lembra mas o que que te contaram do teu nascimento assim \L.: que eu cabia numa caixa de sapato, só isso que eu sei até hoje \E.: que tu cabia numa caixinha de sapato \L.: uhum ah tu cabia numa caixinha de sapato, não tem uma história assim sabe de dizer, ah não nasci, eu aqui, não nem sei, não tem muito sabe aquele contato de dizer, a tu cabia numa caixinha de sapato, era um ratinho, tá tá bom ((risos)), não tem muita história [...] (2022/I, p. 25, linhas 17-27).

Em razão da pouca diferença de idade entre ela e a irmã, me parece forte a hipótese de que Lara não foi uma criança planejada e de que sua gestação se deu de forma acidental. A falta de informações a respeito de seu nascimento pode ser compreendida, assim, como reflexo de um possível distanciamento afetivo - quando não de rejeição - dos pais em relação

à entrevistada à época de seu nascimento, bem como nos anos que se seguiram. Com três filhos ainda bastante pequenos, com pouca diferença de idade, parto do pressuposto de que a mãe se dedicava, à época, exclusivamente ao cuidado dos filhos, assim que não tinha a possibilidade de trabalhar fora e melhorar a renda da família, que ficava, então, a cargo do pai. Diante de uma remuneração, ao que tudo indica, baixa e irregular de Jorge, a situação da família era de grande escassez de recursos, assim que precisavam contar com a ajuda de familiares, vizinhos, do poder público e/ou da igreja. Como vivam no mesmo terreno do avô materno, considero que recebiam ajuda, tanto financeira, como com o cuidado das crianças dos familiares.

A situação dos pais parecia ser muito precária à época, mas também ao longo de toda a infância da entrevistada. Como a divisão do trabalho entre o casal demonstrava ser bastante tradicional - a mãe era responsável pelo cuidado dos filhos, enquanto o pai demonstrava cumprir o papel de provedor – a condição da mãe era de grande dependência econômica do marido e da família de origem, dispondo de poucos recursos para cuidar de si mesma e dos filhos. Além de uma condição socioeconômica precária, a pouca diferença de idade entre Lara e sua irmã sugere uma piora da condição social (econômica e emocional) da família e em especial da mãe, visto que era ela que possivelmente tinha que atender as necessidades imediatas das crianças. Nesse sentido, além da escassez de recursos materiais, também a falta de tempo e a piora da condição emocional dos adultos pode ter colocado barreiras ao atendimento das necessidades fisiológicas e emocionais das crianças. Essa condição social demonstra ter piorado ainda mais com o nascimento da quarta criança da família, em 1985, menos de 12 meses após o nascimento de Lara. Em sete anos de casamento, os pais da entrevistada já contavam com quatro filhos e condições econômicas e emocionais muito precárias para que todos se desenvolvessem. Com pouca chance de ter suas necessidades atendidas, os primeiros anos de vida da entrevistada foram marcados pela dificuldade da mãe em cuidar e dar atenção a seis crianças, pela falta de estrutura habitacional adequada, pela violência doméstica, pela insegurança alimentar, pela ausência de serviços de saúde e políticas socioassistenciais capazes de oferecer suporte econômico e emocional aos pais e cuidado às crianças. Todos esses fatores demonstram ter tido como consequência a construção de vínculos inseguros entre a entrevistada e os pais. Alguns desses aspectos foram indicados pela entrevistada na seguinte passagem:

E.: e tu nasceu aonde? \L.: bah eu não me lembro se a mãe chegou a falar isso, eu não me lembro \E.: foi aqui em porto alegre? \L.: uhum \E.: todos teus irmãos nasceram em porto alegre? \L.: todos \E.: os teus pais são \L.: o pai é de [nome da cidade do interior] a mãe é daqui acho \E.: tu sabe como é que eles se conheceram? \L.: não tenho nem ideia, nem sei \E.: e como é que era a relação deles no dia a dia? \L.: ele passava no bar bebendo enchendo a cara enquanto trabalhava, botava fora com a bebida, fim de semana domingo ele fazia churrasco, era tradição dele fazer churrasco, mas durante a semana passava fome, aí a minha mãe ia pra minha vó pra dar comida pra gente, isso que eu me lembro do dia a dia assim, quando ele conseguia, ele subia essa escada, quando não conseguia, ele ficava ali, até o outro dia até ele levanta e ir pra casa, era bem comum, era conturbado até porque a nossa cama era aqui, de solteiro, eu e a minha irmã dormia na cama de solteiro que a gente conseguia ver as festas lá da rua, que era aqui, daí a gente via a rua todo mundo brincando na rua e a gente dentro de casa, e a mãe com a cama de casal do lado da nossa, então a gente via tudo [...] então foi bem conturbado \E.: sim \L.: então, não tem muito o que lembrar mesmo né da gente criança \E.: sim, sim, e quais são as lembranças boas? \L.: não lembro ((risos)) não lembro, pior que eu não lembro mesmo, bah, parando pra pensar, eu acho que nem tem, eu acho que só quando a gente ia pra rua pra brincar mesmo que era um monte de criança né tudo, tudo junto, numa casinha de madeira né, não tinha muito o que [...] (2022/I, p.25-26, linhas 32-47, 1-7).

Do mesmo modo que Lara verbalizou anteriormente não saber quase nada sobre seu nascimento, ela também afirmou não saber como os pais se conheceram, além da incerteza sobre a origem da mãe. A falta de informações sobre o próprio nascimento, bem como sobre o passado dos pais, aparece aqui como um Indicativo de que os pais não compartilhavam essas informações com a filha e possivelmente também com os outros filhos, o que impedia que pudessem se aproximar um do outro, sugerindo um certo distanciamento entre os membros. Na passagem acima se destaca, ainda, a experiência negativa realizada com o pai na infância, a qual é classificada pela entrevistada como “conturbada”, ou seja, uma infância que não foi tranquila em razão do comportamento do pai, envolvendo o abuso de bebida alcoólica, a falta de cuidado consigo mesmo e as agressões em relação à mãe. Tudo isso, Lara conta ter presenciado de forma direta. Além da violência doméstica, a entrevistada menciona ainda o mau uso do dinheiro da família pelo pai, a necessidade da mãe de garantir a alimentação dos filhos com a ajuda dos avós maternos, bem como uma educação ao que tudo indica bastante rígida, que restringia o acesso dos filhos à rua. A situação descrita “a gente conseguia ver as festas lá da rua, que era aqui, daí a gente via a rua todo mundo brincando na

rua e a gente dentro de casa” é apresentada desde uma perspectiva de injustiça ao contrapor os elementos “festa”, “todo mundo brincando” e “a gente dentro de casa”. Sendo assim, considero que a educação dos pais demonstra ter sido vivenciada por Lara, entre outras formas, como demasiadamente proibitiva.

Do ponto de vista da condição social do pai, a dificuldade de corresponder às expectativas de familiares e amigos em relação ao papel de provedor pode ter contribuído para a fragilização das relações familiares, as quais podem ser reconhecidas através do distanciamento do pai em relação à família, o abuso de bebida alcoólica e as agressões praticadas contra a mãe e possivelmente aos filhos no período. O curto espaço de tempo entre os nascimentos dos filhos reforça, ainda, a hipótese de que a mãe não dispunha à época de ferramentas adequadas para garantir o seu próprio cuidado, como o uso de métodos contraceptivos, que já existiam no Brasil, mas que possivelmente não haviam sido ainda popularizados entre os membros da classe popular, a possibilidade de interromper com segurança uma gravidez indesejada, bem como de alcançar independência financeira em relação à família através do trabalho, que lhe possibilitasse escolhas mais autônomas. Eu incluiria, ainda, a essa dificuldade de cuidar de si mesma a impossibilidade de conter as agressões físicas e psicológicas praticadas pelo marido, que em caso de estupro poderiam ter provocado essa série de gestações, dificultando o controle de natalidade por parte da mãe. Essa teoria ganha força, se nos atermos ao fato de que menos de 12 meses após o nascimento da quarta criança do casal, a mãe dá à luz a quinta criança em 1986 e menos de 12 meses mais tarde a sexta, em 1987. Entre 1983 e 1987, os pais tiveram cinco filhos, todos com menos de 12 meses de diferença. As chances de Lara ter recebido os cuidados necessários para o seu desenvolvimento nos primeiros quatro anos de vida eram, portanto, extremamente limitadas. Em 1987, ano de nascimento do irmão mais novo do casamento de seus pais, Lara tinha três anos de idade.

Sobre demais eventos biográficos ocorridos entre os anos de 1987 e 1991, período que ingressa na escola, não tenho informações. Se considerarmos que a entrevistada afirma na passagem acima não possuir muitas lembranças da infância, tendo até mesmo dificuldade em reportar experiências positivas do período, me parece que ela trata essa fase da vida como um período que foi apagado da memória. Embora a afirmação de que “ não tem muito o que lembrar mesmo né da gente criança”, possa ser interpretada como a sinalização de que a

infância é uma passagem de sua vida, da qual não vale a pena falar, sigo também a hipótese de que as constantes situações de estresse, às quais esteve exposta no período, em decorrência das agressões praticadas pelo pai, levaram ao apagamento de lembranças do passado como forma de lidar com essas experiências traumáticas, ou seja, experiências, cujo impacto foi tão grande que Lara não conseguiu responder de forma adequada, sofrendo danos. Meu objetivo não foi, entretanto, realizar um diagnóstico de saúde da entrevistada – para tanto não teria a competência – mas sim levantar algumas hipóteses que pudessem me ajudar a entender como ela aprendeu a lidar à época com a violência sofrida dentro da família e quais consequências podemos identificar para o estabelecimento de novas relações.

Diante do exposto, considero que a frequente exposição à violência sofrida pela mãe, mas também por ela e pelos irmãos na relação com o pai, pode ter levado ao apagamento de lembranças da infância, especialmente as violentas, ao passo que as experiências de sofrimento se sobrepõem no relato às possíveis experiências positivas. Tendo em conta as próprias experiências da entrevistada com violência dentro da família, trabalho com um conceito de violência bastante básico, que caracteriza a violência como agressão física e psicológica, seguida ou não do medo de morte (REIF, 2020). A única lembrança feliz da infância acima mencionada foi exatamente aquilo que viveu na rua, fora de casa, juntamente com outras crianças e não com os pais. Não há também muitas informações a respeito de sua relação com a mãe à época; essas, por sua vez, começam a aparecer no relato apenas a partir da juventude, quando já não mais vivia com a mãe. Em relação à infância, podemos relacionar apenas a afirmação dada pela entrevistada de que “nunca teve aquele afeto de mãe para morar tudo junto né” (2022/I, p. 1, linha 24). Ela não anula, todavia, a possibilidade de ter tido afeto da mãe, mas o limita à expressão “aquele afeto”, ou seja, teve afeto, mas não foi aquele afeto desejado ou socialmente esperado. Aqui se confirma mais uma vez a hipótese anteriormente mencionada de que afetivamente o vínculo com a mãe era inseguro, ao passo que as necessidades dos filhos, como a alimentação, eram garantidas pela mãe e seus familiares, mesmo que de forma limitada. A partir do ano de 1991 são dois os eventos aparentemente mais importantes: 1) a sua escolarização e 2) a sua mudança para a casa dos padrinhos, sinalizando a necessidade dos pais de receber ajuda dos familiares para cuidar dos filhos. A experiência escolar é retratada por Lara nas seguintes palavras:

[...] mas aquela época que era com a mãe e com o pai eu rodei muito bá, eu acho que eu ficava 3 anos na mesma série, 2 anos na mesma série, sei lá eu rodava muito, muito, muito \E.: tu poderia me contar do teu primeiro dia de aula na primeira série? Ou tu te lembra da tua entrada na escola? \L.: a gente como era tudo junto, eu e meus irmão, eu acho que até era divertido né porque a gente pensava a nós estamos protegidos, não tem muito né, a gente era mais era da bagunça, né então a gente se juntava, eu e a minha irmã, porque a gente estava sempre na mesma série, e a gente, não lembro muito bem, eu sei a gente era bem bagunceira, bá a mãe vinha no colégio, até apanhei por causa disso ((risos)) por causa da bagunça mesmo [...] (2022/I, p. 5, linhas 19-29).

Primeiramente, chama a atenção de que ela fala que repetiu várias vezes de série na infância, enquanto esteve morando com os pais. Além da dificuldade de passar de ano, ela salienta ainda que a escola era um lugar de diversão com as outras crianças, com destaque para os seus irmãos, lembrando a referência feita acima sobre a lembrança feliz de sua infância, na qual brincava com outras crianças na rua. De modo geral, a iniciação escolar vem acompanhada, normalmente, de novas oportunidades para o desenvolvimento, como a melhora na qualidade da alimentação através da merenda escolar, bem como o acesso a um lugar seguro e de identificação com professores e colegas. No caso de Lara, vemos, mais uma vez, que a sociabilidade positiva ocorria exatamente fora de casa, na presença de outras crianças, possivelmente onde possuíam também mais liberdade, com destaque para a relação protetiva entre ela e os irmãos, assim como acima indicado. Além do ambiente escolar, outra possibilidade de manter distância do ambiente familiar conturbado aparece em sua biografia neste mesmo período, quando vai morar na casa de seus padrinhos. Embora os motivos que levaram Lara a viver com os familiares não estejam claros, a ideia de que a própria situação econômica e de violência da família pode ter contribuído ou levado a essa decisão dos pais, aparece de forma indireta no trecho, visto que ela demonstra estar relacionando o comportamento do pai e a falta de comida em casa com esse evento. Ela tinha em torno de sete a nove anos de idade na época. Essa experiência parece ter possibilitado à entrevistada a construção de vínculos afetivos com os tios, os quais passaram, então, a compor a sua rede pessoal de apoio, assim como veremos mais claramente na fase adulta. Esse movimento de sair da casa dos pais para viver na casa dos tios pode igualmente ser interpretado como um indicativo de que Lara não assumia um papel estratégico de apoio para os pais em relação aos irmãos – possivelmente esse era o papel dos irmãos mais velhos. Antes ela era possivelmente vista mais como aquela que demandava do que aquela que realmente podia

ajudar. A idade muito próxima entre ela e os irmãos também demonstra ter impossibilitado a assunção do papel clássico de cuidadora dentro da família. Na ausência de um maior cuidado por parte dos genitores, Lara parece ter crescido em um contexto, no qual teve que aprender, sobretudo, a cuidar cedo de si mesma e prestar apoio aos irmãos de idade semelhante, especialmente em momentos de “perigo”. Apesar de não ter obtido a informação de quando ela retornou a viver junto à família de origem, em 1992 ela conta ter vivenciado uma situação, na qual o pai quebrou o seu braço na tentativa de repreende-la, dando uma ideia do grau de violência praticado pelo pai em relação à entrevistada e possivelmente aos outros integrantes familiares. Vejamos:

[...] como a gente jogava bola, acho que eu acertei uma bolada na cabeça duma guria, aí eu cheguei em casa, ah mãe tem um bilhete aqui, que eu acertei uma bolada na guria, aí meu pai me deu em mim né, aí torceu meu braço tanto que a mãe já brigo com ele \E.: quebrou o braço? ((acena positivamente com a cabeça)) \L.: e foi uma função, aí a minha irmã também, eu me pegava muito com ela, nossa, ela me jogou uma pedra na cabeça e eu que apanhei, eu tenho marca até hoje ((risos)), tenho a marca até hoje da cinta, a gente era bem arteira, nossa juntava todo mundo junto, aí pegava os outros a pau na rua, acho que por isso as gurias puxaram um pouco brigona né, porque as gurias também brigam bastante (2022/I, p.5, linhas 29-38).

A passagem acima me parece revelar, sobretudo, aspectos importantes sobre a educação de Lara pelos pais e a maneira como ela possivelmente aprendeu a lidar com seus métodos pedagógicos. Primeiramente, gostaria de destacar a forma como o pai a repreende diante de seu comportamento, aparentemente, errático na escola através de agressões físicas capazes de causar fraturas físicas. A mãe aparece na situação como alguém que saiu em sua defesa diante do ato do pai, embora ela não tenha conseguido evitar a agressão. Esse pode ter sido também o motivo, porque ela consegue falar sobre o evento, mesmo tendo sido ele claramente traumático. A maneira fleumática como Lara fala sobre o ocorrido também surpreende se considerarmos quanto sofrimento físico e emocional, pode ser identificado na situação descrita acima. Pessoalmente, me lembro bem dessa situação da entrevista, visto que ela falou sobre o evento sem apresentar quase nenhuma emoção; quando a manifestou, essa não foi de tristeza e sim de espanto diante da atitude do pai, possivelmente porque já antecipava a minha reação. Essa fala se destacou, ainda, pelo fato de que ela não verbaliza,



por conta própria, que o pai quebrou o seu braço, acenando apenas de forma positiva com a cabeça quando provocada por mim.

Na pesquisa biográfica interpretativa, diversos autores já se debruçaram sobre a tarefa de compreender como experiências traumáticas e suas consequências podem ser reconhecidas em entrevistas narrativas (LOCH, 2008; ROSENTHAL, 2021). Ulrich Loch (2008) fala, por exemplo, de um fenômeno conhecido na psicologia como “dissociação” e que está relacionado diretamente a experiências traumáticas, podendo ser identificado nos relatos através de inconsistências semelhantes a essas que encontramos no trecho analisado acima, no qual Lara nos reporta uma experiência altamente violenta com claro distanciamento emocional. A dissociação pode ser compreendida como um mecanismo de reparação da consciência acionado em situações de perigo, que possibilita que o sujeito se distancie do sofrimento através do apagamento (amnésia) da experiência vivenciada (LOCH, 2008; MARALDI, 2014). O que resta são normalmente fragmentos, mas não mais a experiência tal como vivenciada. Dessa forma, parto do pressuposto de que a dissociação foi, aqui, o mecanismo acionado à época para lidar com esse evento traumático, incluindo a impossibilidade da mãe de tê-la protegido do ocorrido, tendo como importante consequência, ao menos em certa medida, a naturalização dessa experiência, a qual podemos reconhecer no relato exatamente pela ausência de emoções próprias sobre o ocorrido. Entendo a naturalização de experiências como um movimento de adaptação, definido na sociologia como “mudanças que ocorrem com o objetivo de manter os vários aspectos de uma cultura ou suas estruturas ou, em casos extremos, de contribuir para sua sobrevivência, em qualquer que seja a forma” (JOHNSON, 1997, p.4), assim que conferir ao ocorrido certo grau de normalidade foi o movimento de adaptação necessário diante do alto impacto das experiências de violência.

Essa hipótese ganha força se considerarmos a situação, que segue sendo descrita na passagem acima, na qual ela contar ter brigado com a irmã e cujo comportamento foi corrigido por um dos pais através de cintadas, que acabaram deixando marcas em seu corpo. Sendo assim, podemos ver como as agressões físicas faziam parte de um repertório mais amplo no meio familiar, não configurando apenas aquilo que chamamos de violência doméstica contra a mulher, mas também como método pedagógico com os filhos diante do erro, praticado provavelmente por ambos os pais. Assim como identificado na trajetória

biográfica tanto de Pedro, como de Celso, a violência aparece aqui como uma resposta à frustração e a divergência, que no caso de Lara se manifesta em razão da frustração dos pais diante do comportamento da filha, aplicando-lhe métodos de correção que envolveram novamente um alto grau de agressão física. Especialmente este segundo evento é apresentado pela entrevistada como “justificável”, visto que ela demonstra relacionar o evento à compreensão de que ela e os irmãos eram “arteiros”, apresentando mais uma vez ter naturalizado, ao menos em certa medida, as experiências familiares violentas, mesmo que tenham envolvido um alto grau de sofrimento à época. A literatura acadêmica sobre violência se difere, por vezes, daquilo que os sujeitos compreendem ser violência na vida cotidiana (SANTOS, 2016). No caso aqui analisado, considero que a entrevistada faça uma diferenciação entre agressões mais aceitas e menos aceitas em seu meio social de acordo com o nível de prejuízo à integridade física, ao passo que a morte seria o limite, assim como veremos ao longo da análise.

Como podemos também identificar na passagem acima, as agressões físicas não se limitavam à relação dos pais com os filhos, se expandindo também para a relação entre os próprios irmãos, ilustrada por ela aqui como conflitiva, apesar de em outros momentos ter sido apresentada como protetora e solidária. Além da relação entre os irmãos, Lara também destaca que divergências com outras crianças também eram resolvidas através de agressões, assim que fica evidente, mais uma vez, o uso da violência como método para a solução de problemas e conflitos, ao passo que a proteção mútua entre os irmãos parece estar relacionada exatamente com as situações de conflito estabelecidas com indivíduos de fora do grupo familiar, como na escola. Agredir, ser agredido e se defender demonstram ter sido práticas recorrentes, presentes ao longo de toda a infância, seja dentro do grupo familiar, como também fora dele.

#### **4.3.3.2 Processo de separação dos pais e a entrada na juventude: a busca por afeto e segurança em um casamento precoce**

Que a violência era uma prática e uma condição bastante presente em sua infância se evidencia, mais uma vez, no processo de separação dos pais, iniciada em 1996. Na ocasião, a mãe e os filhos precisaram ser acolhidos em um abrigo localizado na zona norte da cidade,

o que denota mais uma vez a violência e o risco de vida vivenciado junto à figura do pai ao longo de todo o período. O acolhimento institucional de crianças é uma medida protetiva assegurada no Brasil a partir de 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em caso de fragilização ou perda dos vínculos familiares, bem como da violação de direitos (BRASIL, 1990). Lara tinha 12 anos à época. Como a mãe passou a ser ameaçada pelo pai no contexto da separação, ela teve que ser afastada juntamente com os filhos do convívio com o esposo. Dois anos antes, em 1994, a mãe havia dado à luz a mais uma criança. Ela, a mãe e os irmãos ficaram em torno de dois anos no abrigo. Não fica, entretanto, claro se ela e todos os seis irmãos (duas meninas e quatro meninos) acompanharam a mãe nesse processo ou se apenas as filhas mulheres, ao passo que os filhos homens podem ter ficado sob os cuidados dos demais familiares. Enquanto estiveram lá, Lara conta ter frequentado uma escola e atividades de lazer no Centro de Comunidade da região, enquanto a mãe economizou o dinheiro que recebia de auxílios sociais. Ela não chegou a dizer de qual auxílio se tratava, mas poderia ser, por exemplo, o próprio Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) que teve início em 1996. Com o dinheiro economizado, a entrevistada relata que a mãe construiu uma casa nova de madeira no terreno dos avós maternos. Segundo ela, foi a avó que mandou retirar a casa antiga. De modo geral, o período demonstra ter configurado, por um lado, a chance da entrevistada de se aproximar da mãe e dos irmãos, diminuindo o sentimento de medo da violência sofrida e da insegurança financeira, mas por outro não mudou o fato de que a mãe dispunha de poucas possibilidades de dar a atenção e prestar os cuidados, que os filhos possivelmente precisavam. Durante a entrevista, Lara não soube dizer se todos os filhos haviam acompanhado a mãe ou se apenas as filhas. Tendo em conta todos os desafios que uma mudança de moradia pode trazer consigo, acredito que sobretudo a necessidade de se adaptar a um novo ambiente doméstico e escolar seria a experiência mais importante, entretanto ela fala não sobre o assunto. Pelo contrário, a experiência que ganha destaque no período foi a possibilidade de se divertir com as outras crianças nas piscinas do Centro Comunitário. Mais uma vez a diversão e as brincadeiras são as esferas positivas da realidade presentes na infância em contraponto ao convívio familiar. Mesmo não tendo levado todos os sete filhos para o abrigo, é difícil imaginar que a mãe tenha conseguido desempenhar um papel materno amoroso diante da constante tarefa de alimentar os filhos e educa-los para a vida. Dessa forma, considero que a relação de Lara com a mãe consistia à

época, especialmente, na possibilidade de estar em um lugar seguro, longe das ameaças do pai, ao mesmo tempo que a mãe conseguia assegurar o acesso a recursos materiais, em detrimento de um vínculo afetivo construído com base no carinho e na afeição. É certo que os esforços da mãe em garantir a sobrevivência podem ter sido vivenciados pela entrevistada como uma demonstração de afeto, entretanto, elas não substituem o reconhecimento direto do outro como alguém dotado de qualidades dignas de carinho.

Que o período de acolhimento foi positivo para o grupo familiar, pode ser reconhecido através do fato de que eles voltam, portanto, dois anos mais tarde a viver no terreno dos avós maternos, onde a mãe consegue construir uma nova casa para ela e para os filhos com a ajuda da família. Ela tinha 14 anos na época. A construção da nova moradia aparece na biografia de Lara como um símbolo da nova fase que se inaugurava naquele período para ela e especialmente para a mãe. O processo de separação dos pais não parece ter se consolidado, entretanto, nesses dois anos. A biografada dá a entender que mesmo após o retorno da família, a mãe mantinha contato com o pai, ao passo que a separação ainda se encontrava em elaboração e que em razão dos maus-tratos praticados ainda pelo pai, os filhos eram levados para a casa de outras pessoas, possivelmente, parentes. E é nesse contexto, que a entrevistada conta ter evadido a escola com 14 anos de idade, sem concluir a sexta série.

De modo geral, o período da infância se destaca pela dificuldade dos pais em corresponder às necessidades básicas imediatas dos filhos, referente à alimentação, vestuário, moradia, mas também à segurança emocional. Especialmente as agressões físicas praticadas pelo pai à mãe, mas também à própria entrevistada demonstraram ter tornado o ambiente familiar um lugar inseguro e de risco, no qual uma série de experiências traumáticas foram realizadas. Ambos aspectos, associados ainda a uma educação aparentemente punitiva e restritiva demonstram ter contribuído para que a entrevistada visse em sua primeira relação conjugal, aos 14 anos de idade, a possibilidade de se tornar independente da família de origem, assim como podemos acompanhar no seguinte trecho:

E.: e como é que vocês se conheceram mesmo? \L.: a gente foi num show da Xuxa na época, só que a gente não entro né a gente era tudo novo, ia tudo novo aqui na rua, dizia a vamos lá que era passe livre e tudo e fomos lá e acabamos nos conhecendo, e naquela época né a tá vamos na casa dos guris, vamos conhecer, só que trataram a gente super bem, né e voltamos, não teve nada, a gente foi a segunda vez, primeira vez, terceira vez, e foi e

foi até que a gente foi ficando e aí eu tive o Pablo naquela época (2022/I, p. 4, linhas 20-27).

Cerca de um ano depois do retorno da mãe do abrigo, em torno de 1999, Lara conta ter conhecido o seu primeiro companheiro. Ela tinha 15 anos e ele 25 anos de idade. Após um período de aproximação entre os dois, ela conta ter engravidado do primeiro filho. A dificuldade dos pais em prestar os cuidados necessários são mencionados pela entrevistada de forma manifesta na seguinte passagem, na qual ela faz um paralelo entre o que possivelmente havia sido o seu motivo de sair de casa à época e o que fez com que as filhas passassem a se estabelecer relações amorosas com “pessoas erradas” durante o seu próprio processo de separação, vejamos:

L.: na época, assim eu me casei, eu acho que foi tipo antes de sair de casa né, tipo isso né, vou sair de casa, não vô passar trabalho, que a mãe estava naquela fase de separação dela também, o pai maltratava ela e a gente ia pra casa de alguém, fomos um tempo, e aí como a Miriam, como a gente também foi, meu pensamento, é que passa de mãe pra filho, as minhas filhas como quando eu me separei, elas se envolveram também com esse tipo de gente perigosa, envolvidas com tráfico, elas também tiveram que ir pro abrigo pro acolhimento, então, eu acho que por isso um pouco liga né, e aí (como a mãe) passo muito trabalho, quando ela se separou, ela quis curti também né, e a gente estava aqui também sozinha, eu e meus irmãos, eu e minha irmã, eu acho é, eu e a minha irmã, que até a gente conheceu o mesmo, eram irmãos os dois guris, era irmão e nós duas era irmã também, aí eu fiquei acho que uns cinco anos com ele, morando na casa dele, depois quando [teve] a primeira briga mesmo, que deu, eu vim embora e não voltei mais, ah eu vô passar o natal com a minha mãe e nunca mais voltei \E.: uhuh \L.: eu peguei e disse, não pra mim não dá isso, esse tipo de coisa e me vim embora e não voltei mais (p. 4, linhas 4-20).

Embora encontremos diversos dados importantes nesse trecho, por vezes confusos, envolvendo passado e presente, gostaria de destacar, aqui, aqueles que fazem referência à sua experiência com a mãe à época. Ao que tudo indica, Lara diz que a mãe vivia no período os efeitos da separação dos pais e que esses faziam com que ela e os irmãos tivessem que deixar a casa da família por um tempo. Esse argumento é acompanhado da tese de que após a separação dos pais, a mãe passou a ter novas relações, fazendo com que ela e os irmãos permanecessem em casa sozinhos, possivelmente sem a presença de um adulto. E é nesse contexto, portanto, de ausência dessa referência, que ela conta ter conhecido o companheiro. Todos esses elementos juntos – a separação dos pais, associada à violência e a solidão –

parecem ser usados pela entrevistada para explicar os motivos que a levaram a entrar cedo em uma relação amorosa desde a perspectiva de que não queria “passar trabalho”. Essa reflexão da entrevistada comprova, mais uma vez, a hipótese levantada até aqui de que os vínculos com os pais, que vinham sendo construídos desde a infância eram bastante inseguros, seja desde a perspectiva material, como também imaterial.

Se considerarmos que o processo de autonomização em relação à família de origem se dá comumente na juventude ou na vida adulta através da educação ou do mercado de trabalho (HASENBALG, 2003), vemos que no caso de Lara essa autonomização se deu inicialmente a partir de uma relação de dependência econômica, mas também emocional com o companheiro e sua família, como se evidencia com clareza na seguinte passagem:

E.: [...] tu também me contou que tu cuidava da tua sogra, que aquilo ali começo a te cansar aquela situação né \L.: eu cuidava da avó dele e da tia dele [...] uma já era doente, tinha diabetes e não enxergava, e a outra eu não lembro, o que ela tinha, mas ela faleceu logo em seguida que o Pablo nasceu, ela faleceu, mas daí a situação era muito, bem humilde bem humilde mesmo, tanto é que ela fazia cocô no penico, daí eu que tinha que limpar, eu que tinha que levar, lavar, arrumar uma água pra ela, ãh trocar, dar banho, essas coisas assim e eu era bem nova pra passar por toda aquela situação né, claro mas eu consegui graças a deus eu consegui passar por tudo isso [...] E.: e como é que se dava assim essa combinação quase ãh Lara, era uma coisa que era falada assim me ajuda cuidar da minha mãe, como é que se dava isso assim \L.: ele já morava, já cuidava, acho que delas né \E.: a: \L.: ele dependia do dinheiro delas, ele cuidava delas, então, eu acho que eu fui pra ali sabendo e ajudando com a situação, ajudando cuidando assim e foi acostumando e gente ficava, como era o salário dela, e eu não me lembro acho que ele não trabalhava naquela época, eu acho que ele não trabalhava e ele dependia do salário dela, como ele cuidava então ele fazia o que queria com o dinheiro né, mas ele comprava comida, as coisa assim e bebia né eu também bebia junto, aquele tempo a gente consumia bastante vinho, eu acho que cachaça, não me lembro, acho que era isso, e a gente acostumo com aquela vida né, eu não trabalhava também, eu era nova, com ele eu nunca trabalhei, nunca sai pra trabalhar, eu não passava fome, mas eu aprendi a comer de tudo desde moela ou fígado, de pé de galinha a coraçãozinho, essas coisas assim sabe tudo, hoje em dia as gurias dizem a que nojo mãe, ai que nojo, não eu aprendi a comer tudo tanto é que eu não passava trabalho, não passava fome, mas eu aprendi a comer mais simples ao (luxo) que a gente diz [...] Morgana e o Pablo não usavam fralda descartável, tinha que usar sacola e sacola de mercado, rasgava, botava o paninho em um, tinha que tirar a sacola plástica de um e bota no outro, ou se não tira a calça plástica que tem a calça plástica né de botãozinho aquelas [...] não tinha fralda, não tinha nem condições, imagina, comprar fralda descartável, então a gente foi- eu fui aprendendo a conviver (2022/ p.10, linhas 4-45).

Se nos atermos ainda à passagem acima, na qual ela diz ter sido bem tratada pelo namorado e pelo irmão, tendo passado a frequentar a casa da família, considero que Lara viu na nova relação a oportunidade de encontrar novas referências, sobretudo mais seguras do que as suas. A nova relação exigia, entretanto, contrapartidas, como o cuidado dos familiares do namorado, responsáveis pelo sustento da casa. Dessa forma, ela não dependia financeiramente apenas do companheiro, mas também de sua família, prestando serviços de cuidado. Esse padrão vem a se repetir em uma nova relação, firmada quatro anos mais tarde, assim como acima mencionado. Diante do exposto, avalio que se o período da infância foi marcado por uma relação insegura de cuidado e proteção com a família de origem, envolvendo uma série de situações de risco à integridade, a juventude se iniciou com a busca por afeto e segurança, tanto econômica, como emocional, através de pessoas e grupos fora do âmbito familiar e até mesmo local, visto que o namorado e a família viviam em outro bairro. Inúmeras vezes durante a entrevista, Lara usa o termo “passar trabalho”, o qual aparece sempre relacionado tanto com a ausência de recursos materiais, como dinheiro e comida, mas também com o sentimento de insegurança causado pelas situações de violência vivenciadas até então. Dessa forma, além de o namorado e sua família significar uma maior segurança econômica, o fato de que ele não era agressivo e violento com ela, parece ter contribuído para que ela entrasse e se mantivesse na relação.

No ano 2000, nasce seu primeiro filho, um menino. Poucos meses depois, ela volta a engravidar, o que pode ter sido vivenciado como um choque, especialmente por duas razões: 1) pela falta de condição econômica e 2) pelo medo de estar reproduzindo a história da mãe. Ela não realiza, todavia, um aborto, mantendo a criança. Entre os anos 2000 e 2001, a entrevistada esteve diante da dupla tarefa de aprender a cuidar do filho bebê, ao passo que já precisava se preparar para mais nove meses de gestação. Emocionalmente, a condição era de vulnerabilidade e um maior potencial de conflito e insatisfação entre o casal. Nos trechos trazidos até aqui, ela menciona especialmente os desafios com a falta de recursos para o cuidado dos filhos, e a difícil tarefa que foi cuidar dos filhos e das familiares do companheiro. Dessa forma, o tema “cuidado” é que ganha relevância na forma como ela fala do período e em especial as dificuldades enfrentadas nesta prática. Meses antes do nascimento do segundo filho, Lara conta ter presenciado uma cena de traição do companheiro com uma pessoa de

sua família; esse fato não levou, entretanto, ao fim imediato do relacionamento, o qual se manteve meses após o nascimento da segunda filha, em 2001. A falta de um lugar seguro para se proteger com duas crianças muito pequenas poderia ajudar a explicar porque o relacionamento não acabou imediatamente, assim que a decisão havia sido por segurança em detrimento da confiança. Quando essa segurança parece ter sido colocada em risco, ela vai, então, embora levando a filha caçula e deixando o filho mais novo sob os cuidados do pai. Esse é o evento biográfico sobre o qual a entrevistada mais traz informações. Em uma das muitas passagens, podemos ver como ela fala sobre o ocorrido. Vejamos:

L.: ele não era ciúmes assim de bater, de violência, era ciúmes de ficar brabo que se outro cara me olhasse \E.: uhum \L.: outra pessoa não podia me olhar, se me olhasse ele já ficava, ele já se emburrava, não falava nada não me ofendia nem nada mas, eu disse tá mas que culpa eu tenho se os caras me olham né, não tão tirando pedaço nem nada né, aí eu disse hmm essa relação vai ficar meio pesada, meio estranha né, mas não dava bola né, no começo a gente nunca da bola, aí foi que um dia, eu estava jogando carta, ele dormiu bêbado assim no sofá da mãe dele, ele acordou, eu acho que no pensamento dele, ele achou que o cara estava do meu lado, um amigo dele, jogando baralho carta, aí que ele queria, aí que ele veio pra cima de mim, acho que ele estava bêbado, pegou uma garrafa, quebro, queria me matar né, aí tive que pular a janela da casa da mãe dele pra casa do vizinho e me esconder, porque ele queria me matar, achando que eu estava com o guri, só que eu não estava com o cara, estava eu a mãe dele e o cara sentado na mesa jogando baralho, e ele acho que o cara estava dando em cima de mim, aí eu disse não bem capaz que eu vô morrer na mão desse cara, assim louco, doente, depois que ele cair em si ele já ia te me matado né, daí eu disse não, nunca mais voltei, larguei e fui em casa \E.: uhum \L.: e foi a última vez, única, a primeira e última vez eu disse não em mim tu não vai encostar nunca mais \E.: e aí tu já tinha a Morgana? \L.: aí eu já tinha a Morgana e o Pablo \E.: uhum \L.: aí disse não nunca mais voltei [...] (2022/I, p.7, linhas 24-45).

O que chama a atenção na passagem acima é de que o fator “violência contra mim” demonstra ter sido muito importante para o estabelecimento de novas relações, assim que ela conta ter decidido se separar do companheiro exatamente após uma situação de agressão. Essa fala se repetiu em todas as outras passagens. Apesar da experiência junto à família do companheiro ter sido bastante difícil em diversos aspectos, a possibilidade de contar com o apoio econômico e afetivo de um grupo, parece ter proporcionado à entrevistada a experiência de que a vida poderia ser melhor do que aquela que havia conhecido junto à família de origem, assim que a partir dessa vivência, Lara demonstrou assumir cada vez mais



protagonismo em sua vida. Esse aspecto se evidenciará cada vez mais a partir dos eventos que seguiram.

#### **4.3.3.3 Violência doméstica e a primeira separação: o difícil retorno para a casa da mãe e o início de um novo casamento**

Após a situação de agressão do companheiro, ela conta, portanto, ter ido embora, buscando abrigo na casa da mãe. Esse movimento da entrevistada se diferencia bastante daquele que conhecemos ao longo do casamento da própria mãe, a qual se manteve durante anos em um casamento bastante violento, sem conseguir livrar-se da relação. A má experiência realizada neste retorno é mencionada diversas vezes a exemplo das seguintes passagens:

E.: tu poderia me contar desse dia que tu decidiu te separa \L.: como já tinha acontecido essa história [o adultério] foi um pouco antes do natal né, e já tinha acontecido outra situação de ciúmes, de brigas feias por causa de ciúmes né, ãh eu disse a vô lá vê minha mãe, vô visitar minha mãe e vim só com a Morgana né como eu sabia que aqui a gente ia passar trabalho, não é a mesma coisa né, tu bota duas crianças, a mãe já tinha as dela pequena, duas criança dentro de casa, não tu fica com um e eu levo a outra [...] (2022/I, p.7, linhas 10-19).

E.: tu falou um pouquinho da tua mãe também, tu poderia me contar um pouco da tua relação com ela? \L.: bem difícil, a mãe, eu acho que tudo que eu faço pelas gurias hoje, a gente não teve da parte dela, que nem te disse a vô apoiar minhas filhas até o fim, eu sei que elas tão erradas, mas eu vô apoia [...] então não tive essa parte dela, então eu acho que com as gurias, eu tento suprir um pouco essa parte que eu não tive, ah to passando trabalho aqui com, ué eu não mandei tu ir [embora], te vira, então tá então eu me virava, ah a minha filha não tem leite, não tem, te vira, não mandei tu fazer, eu acho que a mãe dela fazia com ela e ela foi fazendo com a gente né, mas com as dela agora mais nova é diferente, tudo ela apoia, é diferente com o que foi com nós né, acho que é por isso que a relação não [é boa], eu aprendi a me virar sozinha, porque não teve a mãe, nem o pai, eu aprendi tudo sozinha a me virar nessa parte, não eu vô trabalhar, eu vô conquistar minhas coisa, tanto é que é só eu aqui em casa, se a Mônica vim ah mãe tem isso? Tem, eu odeio vê minhas coisas vazias, porque eu acho que eu passei muito trabalho com as gurias né, dizer ah não tive ninguém que me apoiasse assim não toma, não tu não vai passa trabalho, toma [...] (2022/I, p.24-25, linhas 32-47, 1-3).

Diferentemente do que seria esperado do papel materno, Lara deixa o filho sob os cuidados do companheiro e de sua família, seguindo para a casa da mãe com a filha caçula. Embora num primeiro momento essa decisão possa causar um pouco de estranhamento, se considerarmos que ao que tudo indica isso também ocorreu na relação da mãe com seus irmãos do sexo masculino, parto do pressuposto de que essa era uma prática não apenas conhecida no meio familiar, como também tolerada. Embora a limitação econômica enfrentada à época demonstre claramente ter sido uma importante razão, porque ela deixa o filho com o pai, sigo a hipótese de que a entrevistada se encontrava tão sobrecarregada com a experiência de ter tido dois filhos num período tão curto de tempo, que se distanciar do filho mais velho foi a maneira encontrada de lidar com a situação. Sobre a relação da biografada com o filho mais velho nos primeiros anos que sucederam a separação, não há informações de que ela manteve contato com ele no período. Isso reforça a hipótese da busca por distância naquele momento.

Uma vez na casa da mãe, a experiência parece ter sido de rejeição, falta de apoio, punição psicológica e precariedade diante da recorrente dificuldade da mãe (e também do pai) de prestar apoio emocional e econômico, assim que ela argumenta ter sido necessário ir em busca de uma vida melhor de forma autônoma. Enquanto esteve morando com a mãe, ela conta ter dividido a casa com ela, as filhas pequenas, sua irmã mais velha e sua sobrinha. Lara tinha 17 anos à época. E é nesse contexto de grande dificuldade enfrentada junto à família de origem, que Lara conta ter iniciado uma nova relação já em 2002, dois meses após o seu retorno para casa, manifestando mais uma vez a busca por apoio e segurança através de um parceiro e sua família. Nesse sentido, minha hipótese é de que ela seguiu reproduzindo um comportamento de busca por um companheiro, que lhe pudesse proporcionar segurança e cuidado, terceirizando a provisão da renda e a segurança emocional. O desejo de ter alguém que fosse capaz de cuidá-la e protegê-la é verbalizado de forma manifesta em diversos momentos da entrevista, a exemplo da última passagem. Mas assim como ocorreu no primeiro casamento, ela acabou tendo que contar com o apoio financeiro da mãe do companheiro, visto que ele também tinha dificuldade de se manter no mercado de trabalho. Embora minha hipótese recaia na busca por proteção através de um parceiro, vemos que na prática, ela encontra esse apoio sempre na mãe do companheiro. A falta de uma renda regular pode ter sido o motivo, porque eles não foram morar imediatamente juntos, levando cerca de

dois anos até que isso acontecesse. Durante o período de namoro, a entrevistada conta que já em 2002 ela havia engravidado, mas que teve um aborto espontâneo. A gravidez pode ter ocorrido tanto de forma intencional, quanto acidental. Essa última hipótese é mais forte, visto que ela passa a tomar anticoncepcional oral após essa experiência, manifestando claramente o desejo de não engravidar. Além da tentativa de se distanciar de relacionamentos violentos, a manutenção do uso do contraceptivo aparece como mais uma manifestação da assunção de práticas que passaram a permitir uma maior autocuidado. Um ano depois, em 2004, ela informa ter interrompido o uso do remédio, vindo a engravidar neste mesmo ano. O relato sobre o período deixa claro que a interrupção ocorreu pelo desejo de “dar” um filho ao novo parceiro.

Diferentemente da primeira relação, o novo companheiro vivia na mesma vila. Segundo a entrevistada, ela não trabalhava à época e o parceiro tinha inserções esporádicas no mercado de trabalho, bem como fazia uso de cocaína. Embora não tenha mencionado ter feito uso dessa substância, é provável que em razão do contato com um usuário, também ela tenha feito uso em algum momento. Em razão da grande precariedade à época, incluindo insegurança alimentar, ela conta que após a descoberta da nova gestação, a mãe do companheiro alugou uma casa para o casal, além de ajudar com a compra de alimentos. Se o objetivo de Lara era sair da casa da mãe, vemos aqui que ela conseguiu alcançá-lo, embora a situação econômica continuasse precária e a condição emocional cada vez mais fragilizada. Ela resumiu o período da seguinte forma:

E.: [...] tu já me contou né desse momento que você decidiu se separar e vir morar com a tua mãe, né, ãh como é que foi esse retorno pra casa? \L.: bem ruim, ((risos)) bem ruim, porque, ela nunca aceitou, eu acho né o filho voltar, o neto voltar tanto é que ela correu a minha irmã quando a minha irmã veio com a minha sobrinha, aí eu putz vô te que voltar pra casa dela não tem pra onde ir, vou ter que voltar, aí eu acho que isso me obrigou a me ajuntar mais rápido com outra pessoa ter outro que me apoiasse, acho que sempre em busca de que alguém que te apoia né \E.: uhum \L.: foi aí que daí esse o pai das gurias que eu me ajuntei, a mãe dele começou a me ajudar, aí eu engravidei da Miriam e ela começou a trazer rancho pra minha casa, que eu morava com a mãe, eu ia pra casa dela pra comer daí \E.: na casa dessa senhora? \L.: uhum, aí ela que começou a me ajudar, e aí foi, tipo um apoio né, ah tô passando trabalho com a minha filha, vô arrumar uma outra pessoa duma vez que me apoie, e aí deu, não deu acho que eu engravidei da Miriam, um pouco antes de ganhar, ela pagou o aluguel, ela botou o nome dela numa casa, não a minha neta não vai passar trabalho, a minha neta vai ir pra uma casa, e eu vou dá três mês, ela foi lá, ela sozinha

e pagou, trabalhava em casa de família, pagou a casa três mês e disse pra ele óh depois de três meses eu quero tu empregado e sustentando a minha nora e a minha neta, [...] eu acho que essa época eu não me lembro se eu já recebia o bolsa \E.: que ano que era? \L.: a Miriam é de, agora só olhando, de cabeça assim eu não me lembro [...] e aí ah ela disse não ela não vai passar trabalho [...] e eu começava a fazer faxina na minha dinda, meu dindo e minha dinda me ajudavam muito muito mesmo, aí eu ia pra lá fazia a faxina ou dava até comida pra Morgana [...] e eu comia e depois vinha pra casa, eu limpava lá a casa deles eles me ajudaram bah sempre me ajudaram muito (2022/I, p.11, linhas 4-29).

Assim como em outras passagens, ela destaca mais uma vez a dificuldade de sua mãe em apoiar as filhas financeiramente, mas também em dar suporte diante de seus dilemas de vida, bem como a chance de ter recebido o apoio e a ajuda da sogra, o que possibilitou que aquele momento de crise aguda fosse amenizado. Assim como em outras passagens citadas acima, vemos como os posicionamentos da mãe em relação às filhas pareciam ser sempre muito enérgicos e psicologicamente punitivos, produzindo e reforçando sentimento de culpa em relação às escolhas tomadas, ou seja, culpa por ter saído de casa, culpa por ter engravidado, culpa por ter se relacionado com a “pessoa errada”, etc. Além do apoio da sogra, vemos que o período de sua nova união e do nascimento da filha se caracterizou pelo recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF), além de poder trabalhar informalmente na casa dos padrinhos. Apesar de ter relacionado esses dois últimos eventos ao nascimento da filha Miriam, veremos mais adiante que ela começou a receber o PBF e a trabalhar apenas após a descoberta da quarta gestação, que viria ocorrer de forma acidental três meses após o nascimento de Miriam, em 2005.

#### **4.3.3.4 Da terceirização do cuidado em direção ao autocuidado: a descoberta da quarta gestação e o primeiro grande *turning point* biográfico**

Se por um lado, Lara demonstrou ter visto também na gestação de Miriam a chance de fortalecer os vínculos com o namorado e sua família, melhorando de vida, por outro vemos que o comportamento do namorado demonstra não ter correspondido às suas expectativas de cuidado e apoio em um casamento em razão de sua situação de desemprego, de sua dependência econômica da mãe e do consumo de cocaína, assim que sigo a hipótese de que ela pode ter começado a encarar essa gestação com certo arrependimento, embora não fale

abertamente sobre isso. Essa hipótese ganha força se considerarmos os eventos que ocorreram depois de 2005. Após o nascimento de Miriam, a entrevistada conta ter começado a fazer uso de contraceptivo, demonstrando querer evitar uma nova gravidez. Entretanto, durante uma primeira mudança do remédio, ela descobre que estava grávida do quarto filho, três meses após o nascimento de Miriam. Embora exista uma diferença de quatro anos entre a segunda e a terceira gestação, chama a atenção como a entrevistada vivencia a mesma situação duas vezes ao engravidar poucos meses depois da última gestação, demonstrando reproduzir, em certa medida, a história de vida da mãe. Semelhante ao período da infância, chama também a atenção de que Lara não soube trazer informações importantes desse período, como o ano de nascimento dos filhos, mesmo tentando buscar essas informações da memória.

Como vimos na análise da autoapresentação biográfica (cf. seção 4.3.3), a descoberta da gravidez é apresentada desde a perspectiva do “choque”, ou seja, de um grande impacto. No caso de Lara, a reação imediata foi de querer fazer um aborto. Quando a equipe de saúde da atenção básica percebeu que isso poderia acontecer, ela conta que começou a ser acompanhada e receber atendimento psicológico. Ela não traz detalhes sobre o acompanhamento psicológico, mas como uma série de mudanças em direção a um maior autocuidado começam a ganhar força neste período, sigo a hipótese de que as sessões podem ter colaborado para que Lara começasse a empreender ações para a melhoria da sua qualidade de vida. Mesmo diante do desejo de realizar o aborto, ele não ocorre e entrevistada dá seguimento à gestação. Foi também neste período, portanto, que ela começou a trabalhar de forma informal na casa de sua madrinha, além de ser encaminhada para atendimento socioassistencial no Centro de assistência social existente à época. Não foi possível, todavia, encontrar informações que confirmassem que ela começou a ser acompanhada pelo Centro e como ocorreu o acompanhamento, apenas de que ela se inscreveu no CadÚnico em 2006, tendo provavelmente começado a receber o benefício do PBF naquele ano ou no ano seguinte. Essa informação coincide com o relato da entrevistada.

A situação de Lara era ainda de grande precariedade à época, sofrendo de insegurança alimentar em plena gestação e com duas filhas pequenas. Morgana tinha cinco anos e Miriam menos de 12 meses. A partir da descoberta da quarta gestação, é que conseguimos perceber como Lara começa a realizar uma série de movimentos - o trabalho junto aos familiares e sua

inscrição no CadÚnico - que aumentam suas chances de prover pela sua alimentação e das filhas. Além dela, também a filha mais velha, começou a acessar serviços na rede socioassistencial. Como o Sistema Único de Assistência Social não havia sido ainda implementando, a rede contava, sobretudo, com atividades de lazer e socioeducativas desenvolvidas no âmbito dos Centros de Comunidade. Essa foi a primeira vez após a sua primeira gestação, que vemos a entrevistada acessar os serviços de saúde e da assistência social. De que a descoberta da quarta gravidez viria colocar em marcha uma mudança radical em sua vida, pode ser reconhecido pelo fato de que após o nascimento de Mônica, sua quarta filha, Lara conta ter a deixado aos cuidados de uma vizinha para trabalhar como auxiliar de limpeza em um mercado do bairro.

Como a entrevistada não soube dizer exatamente o ano, que começou a receber o Bolsa Família, não ficou claro se ela já recebia o benefício quando começou a trabalhar no mercado do bairro ou se ela começou a trabalhar e daí passou a contar com o auxílio monetário. Considerando as informações recebidas pelo Cras de que ela se inscreveu no CadÚnico em 2006, bem como as informações prestadas pela entrevistada de que começou a trabalhar também em 2006, três meses depois do nascimento da filha, me parece mais provável que ela tenha começado a trabalhar primeiro e que depois passou receber o benefício, visto que a renda familiar se encontrava provavelmente ainda abaixo das linhas de elegibilidade. E, por fim, um dos fatos mais marcantes desse período foi também a decisão de Lara em realizar uma laqueadura de trompas, evitando a gravidez de forma irreversível.

De modo geral, todos esses eventos, tanto o recebimento do PBF, como o trabalho e a realização da laqueadura aparecem no período como as mudanças mais importantes ocorridas, reforçando um movimento que já se encontrava em andamento em busca de maior autocuidado. Em outras palavras isso significa dizer, que Lara passou a assumir de forma ativa um maior cuidado consigo mesma, ao passo que já não transferia mais a sua sobrevivência financeira e de suas filhas a terceiros, assumindo essa tarefa para si. Dado todas essas mudanças de práticas que puderam ser mais claramente evidenciadas após a descoberta da gestação de sua quarta filha, considero que esse evento somado à condição de insegurança alimentar e de extrema pobreza vivenciada pela entrevistada, pode ser visto como um importante *turning point* biográfico, a partir do qual ela passou a assumir novas práticas, ao passo que outras continuaram a se reproduzir, ganhando força ao longo do tempo,

assim como veremos daqui pela frente. É certo que o PBF configura uma fonte de renda que se difere daquela adquirida através do trabalho. Entretanto, como ele é conferido à mulher, sendo ela seu titular, recebe-lo traz consigo um efeito psicológico de merecimento, assim como inúmeros estudos sobre os efeitos do PBF na vida de mulheres têm evidenciado (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2014). Com base na presente reconstrução, eu acrescentaria ainda, que esse sentimento de merecimento se assemelha muito àquele que vivenciamos com a renda advinda do trabalho, visto que o recebimento de ambos está diretamente atrelado aos esforços realizados pela pessoa que os recebe.

Se nos atermos ao padrão de comportamento apresentado até aqui de busca por apoio financeiro e emocional através do casamento, vemos que ele começa a mudar em direção ao desenvolvimento de autonomia financeira em relação ao grupo familiar na medida em que ela vai se tornando gradativamente a provedora familiar e seu companheiro o responsável pelo cuidado da casa e das filhas. Ao longo da trajetória biográfica da entrevistada foi possível, todavia, reconhecer que ela supera a situação de insegurança alimentar, claramente, apenas após a sua inserção no mercado de trabalho e não através do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. Antes, o benefício aparece em sua biografia como um recurso complementar à renda do trabalho, que ela conta ter lhe ajudado especialmente no processo de construção da casa própria em 2012. Vejamos:

E.: [...] tu falo também do bolsa família né que vocês construíram, você veio pro terreno da sua mãe [...] vocês construíram essa casa com a ajuda desse senhor né \L.: uhum \E.: e daí na sequência você também falou do bolsa família, tu pode me contar de repente um pouquinho sobre a tua experiência com o bolsa família desde o início assim \L.: não daí quando eu conheci a Amanda ali, eu não me lembro se em seguida a gente já, já recebia o bolsa, porque as gurias já frequentavam lá [o Cras] né daí eu me inscrevi no bolsa e elas começaram a recebe o bolsa, aí eu pagava os material com esse dinheiro, meu dindo tirava pra mim e eu ia pagando \E.: uhum \L.: e ele pagava a prestação, então praticamente era morto [o valor do benefício] pra pagar aquilo ali né já deixava [...] pra construir a casa, tanto é que a gente, ah faltou isso dindo, tá mas teu dinheiro já tá quase acabando, eu deixava o cartão com ele pra ele pode pagar a prestação das coisa \E.: uhum \L.: já tá quase acabando, eu não me lembro se aquele tempo era 180, mas eu fazia rende aqueles 180, ah faz em 10 vezes, não sei, não me interessa, faz em 10 vezes, e eu já sabia que aquele dinheiro eu não ia ver a cor né, e aí foi o que fui construindo, e aí até as guria começar a falta o colégio ((risos)), mas eu aproveitei bastante [...] (2022/I, p.19, linhas 7-26).

Durante esse período, o valor do benefício não foi utilizado para a compra de alimentos, como parece ser normalmente comum entre os beneficiários e sim para o custeio do material para a construção da casa, reforçando a função complementar à renda do trabalho para a melhora das condições de vida. Com a construção da casa própria, Lara demonstra ter dado força ao projeto de cuidar da própria vida, garantindo também o sustento e bem-estar das filhas. Durante todo o período entre 2006 e 2018, antes da separação do casal, Lara esteve no mercado de trabalho, enquanto seu companheiro demonstrou ter assumido o cuidado das filhas. Em 2008 a filha mais velha, Morgana, havia sido escolarizada, ao passo que Miriam e Mônica passaram a permanecer a partir de 2011 durante o dia no Centro de Comunidade anexado ao Cras Horizontes, participando de atividades socioeducacionais. A partir de 2012, elas acabaram ficando apenas durante o contraturno escolar. No período que permaneciam em casa, ficavam aos cuidados do companheiro. Ele foi apresentado por Lara como alguém que não gostava de trabalhar, mas que garantia o cuidado das filhas e a limpeza da casa, assim como podemos acompanhar abaixo:

E.: e como é que foi então [...] o que que levo a separação? \L.: um poco mais foi as gurias né que incomodavam, eu até aceitava do jeito dele né [...] porque eu saia pra trabalhar, eu chegava em casa, a casa estava limpa, elas estavam cuidadas, só que elas começaram muito no meu ouvido, ai ele fez isso, ai ele não sei o que, só que já pra mim o relacionamento já estava incomodando sabe, só que eu tinha segurança que as minhas filha estavam bem, a minha casa estava limpa, se eu trouxesse a comida ele fazia, eu não chegava em casa, eu não fazia nada, só trabalhava na rua, em casa não fazia nada, ele cuidava super bem delas \E.: ele trabalha fora também? \L.: trabalhava quando ele queria né \E.: tá \L.: uma semana, um mês, ah tá muito frio, eu não vô, tá muito sol eu não vô, entendeu, mas trabalhava, só que ele era muito assim a vô pega dinheiro e hoje é festa, vô banca todo mundo, e no outro dia não tinha nada naquele dia, tinha botado fora, ele levava a gente pra sair, ele levava a gente nos barzinho, levava as gurias pra comer cachorro quente, ele era bem, bem, com qualquer coisa com as guria ele parava, quem tivesse na rua e saia correndo e socorria, nunca deixou elas, nunca deixo elas mal, agora que ele largou de mão, agora que elas são casadas, se juntaram que ele largou de mão, mas enquanto estava comigo, ele era bem, bem presente (2022/I, p.12, linhas 8-24).

Enquanto ele era o responsável pelo cuidado diário das filhas, Lara era aquela que garantia a sobrevivência econômica da família. Ele permaneceu trabalhando no mercado do bairro entre 2006 e 2009. Após um ano de interrupção, ela volta a trabalhar no estabelecimento, permanecendo por mais três anos, entre 2010 e 2013. Após pedir demissão,



ela vai trabalhar para uma empresa, que terceirizava serviços para um hospital localizado em sua região de moradia. Ela permaneceu no emprego por pouco tempo. Enquanto esteve lá, tentou alcançar uma melhora na posição ocupacional, buscando passar de auxiliar de limpeza para recepcionista. Como não conseguiu a promoção, ela pediu demissão e foi trabalhar, ainda em 2013, como doméstica em uma casa de família. Segundo a entrevistada, a relação de trabalho era formal, permanecendo no emprego até 2016, quando pede demissão e volta trabalhar para a empresa terceirizada, que prestava serviços de limpeza em um condomínio. Pouco mais de um ano depois, em 2017, ela e a irmã são demitidas por justa causa e ela volta a trabalhar no mercado do bairro, onde permaneceu até 2019. Ela conta que a demissão ocorreu porque ela e a irmã não foram trabalhar em razão da suspeita dos funcionários de que a empresa atrasaria os salários, dando um pouco da dimensão da precariedade vivenciada juntos às empresas de terceirização de serviços. No que corresponde às experiências no mercado de trabalho, o período entre 2006 e 2019 se destacou, especialmente, pela capacidade de Lara de construir uma rede de proteção sólida junto a alguns empregadores, a exemplo do mercado do bairro, bem como o seu visível desejo de melhorar o status ocupacional e com ele provavelmente também a renda. Mesmo durante o período da crise econômica iniciada ao final de 2014, cujos efeitos, como a queda na renda do trabalho e o aumento do desemprego, prejudicaram especialmente as famílias de baixa renda, vemos que Lara manteve sua atuação no mercado de trabalho com a ajuda de sua rede de apoio.

Enquanto esteve casada, ela conta que o trabalho acabou impedindo que pudesse passar mais tempo com as filhas, assim que essas ficavam, sobretudo, aos cuidados do pai ou de pessoas de fora da família, como vizinhos e os educadores dos centros de convivência e da escola. Embora fique bastante claro como as condições de trabalho vivenciadas junto aos empregadores impunham uma carga horária exaustiva, que compreendia o turno da noite e os fins de semana, parto do pressuposto de que seu distanciamento do ambiente familiar também pode ser explicado pela dificuldade da entrevistada em se envolver no cuidado diário das filhas. Assim como ocorreu com o filho mais velho, que ficou aos cuidados do pai, também as filhas acabaram ficando aos cuidados do pai, com a diferença de que Lara conta não ter mantido quase nenhum contato com o filho até ele completar 12 anos de idade. Na ocasião, o ex-companheiro entrou, em 2012, na justiça, pedindo a guarda compartilhada dos filhos. Até então, ele estava responsável pelos cuidados do menino e Lara da menina, mas a

guarda não havia sido ainda legalmente regularizada. A partir daquele ano, tanto a entrevistada como seu primeiro marido passaram a ter o direito legal de ver os filhos aos finais de semana. Foi apenas a partir daí, após a iniciativa do ex-marido, que Lara conta ter retomado, portanto, o contato com o filho. Como o filho apresentou dificuldade em conviver com a mãe e as irmãs, ela conta que ele parou de visitar a família. Esse contato foi retomado novamente apenas a partir de 2019, quando ele tinha 19 anos de idade. Ela fala sobre o período de reaproximação do filho da seguinte forma:

E.: [...] como é que foi o teu reencontro com o Pablo? O dia que vocês se reencontraram, podia me falar um pouquinho desse dia? \L.: quando ele veio, quando ele, o pai dele tentava fazer contato com a Morgana né, nesse tempo ainda, só que o pai das gurias era bem ciumento também né, a não tu não vai ver ela porque agora ela tá comigo, tu tem que respeitar que ela é minha mulher, não sei o que, não mas a filha é dele ele tem direito de ver né, aí ele foi, a gente foi pra justiça, daí nós dois, aí o juiz determino que ele tinha direito de ficar com uma com um e ele já estava com o Pablo e eu com a Morgana, mas ele podia ver e eu também poderia vê o Pablo, aí foi determinado pelo juiz, aí que eles aceitaram um visita o outro, aí ele podia pegar a Morgana e vê mas eu acho que aquele tempo a Morgana já tinha 11 anos, acho que já tinha 11 anos daí a Morgana ia pra lá, aí o Pablo vinha pra cá, ficava o fim de semana aqui, aí eu deixava os dois aqui fim de semana ou no outro eles iam pra lá [...] aí sempre tinha o ciúmes aí sempre dava uma briga quando ele vinha a Morgana ou vinha pega o Pablo sempre dava uma briga, mas eu deixava a Morgana ir normal, mas o Pablo era bem, acho que ele já vinha instruído incomodar perturbar, porque ele vinha e metia o terror né, enquanto ele não ia embora ((risos)) a gente não tinha paz ((risos)), porque ele brigava com todo mundo na rua, a gente morava lá no fundão, até aí ele brigava com todo mundo, ele não respeitava, o pai das guria ele não respeitava, nunca respeitou [...] sempre tinha briga, aí tentava né daí fazer, só que como eu não parava em casa, como é que eu ia contornar a situação \E.: uhum \L.: não tinha nem como, eu chegava só nove horas quando eu chegava nove hora já estavam cansados de incomodar, já tinham ((risos)) perturbado a tarde toda né, tinha as duas pequenas e mais ele, então eles passavam mais assim mas foi bem conturbado [...] (2022/I, p.8-9, linhas 23-47, 1-4).

Se nos atermos ao comportamento da entrevistada em relação aos filhos, vemos que a tendência continuou sendo de distanciamento em relação ao atendimento imediato das necessidades dos mesmos, especialmente àquelas que envolviam às emoções, ou seja, sentimentos evocados em situações de conflito como raiva, tristeza, humilhação, desprezo, entre outros. Chama a atenção como ela destaca que ela só tinha a dimensão do que acontecia em casa quando tudo já havia passado, assim que considerava que já não havia mais nada o

que poderia fazer para melhorar a situação. Embora a passagem acima possa ser compreendida muito mais como uma tentativa de justificar que os conflitos envolvendo os filhos e o companheiro eram algo que fugiam do seu alcance, considero que essa fala evidencia de forma latente a dificuldade da entrevistada em prestar apoio e suporte emocional aos filhos em momentos de dificuldade; situações essas, que a entrevistada demonstrou sentir-se frequentemente sobrecarregada, não logrando uma atitude condizente com a situação, fazendo com que se distanciasse dessas situações ou assumisse uma atitude de permissividade e omissão.

Embora ela tenha apresentado o companheiro, à época, como um pai presente, em outros momentos da entrevista, ela fala que ele era um pai bastante rígido, que limitava a saída das filhas de casa. Essa forma de educar as filhas lembra bastante a forma como também Lara demonstra ter sido educada pelos pais através de métodos proibitivos e punitivos, envolvendo um alto grau de agressividade. Se por um lado, a experiência da violência no meio familiar demonstrou ter provocado diversos traumas, causando até mesmo um comportamento apático diante dessas situações, ela também aparece em sua biografia como um importante método pedagógico, tendo conduzido à naturalização por parte da entrevistada das agressões físicas e psicológicas praticadas pelo companheiro às filhas, especialmente à filha mais velha, Morgana, da qual ele não era o pai. De que as agressões físicas sofridas pelas filhas lhe pareciam toleráveis como método pedagógico se evidencia, por exemplo, quando ela argumenta que se o companheiro quisesse bater nas filhas, ele só teria o direito de fazê-lo nas filhas biológicas, mas não na enteada, já que ele não era o seu pai. Vale destacar, que Lara não se referia apenas a formas mais brandas de agressão física, mas sim práticas que envolviam um alto grau de violência. Vejamos:

E.: tu falo né que ãh naquela situação que as meninas foram pro Conselho Tutelar, tu falo que ele bateu nela, que que aconteceu? \L.: eu não me lembro, eu não lembro o que ele tinha feito pra Mônica, com a Mônica ou com a Miriam, mas acho que foi a Mônica, eu acho que ele tinha dado, eu acho que ele estava drogado e deu um soco nela no rosto dela acho, e aí ficou marcado a Mônica era muito branca né brancona, brancona, eu acho que ela é assim praticamente da tua cor, e ficou realmente a marca, bá elas fizeram um fiasco né, elas já queriam, já não gostavam dele pela situação que ele já chegava em casa cansado, ele incomodava, drogado, claro né, mas fora isso ele era uma pessoa ótima né, mas mesmo assim quando estava naquele dia ou ele queria usar ou ele incomodava porque estava com a

droga né \E.: uhum \L.: e aí as gurias foram, procuraram a [conselheira tutelar] e conseguiram que gente se separasse (2022/I, p.23, linhas 1-11).

Eu gostaria de chamar a atenção na recente passagem para três importantes aspectos: primeiro para o alto grau de violência contra a filha, segundo para a compreensão de que a reação das filhas foi exagerada diante do ocorrido e terceiro de que o abuso de substâncias químicas por parte do companheiro era uma prática tolerada por Lara. Todos esses elementos evidenciam as situações de risco, às quais as filhas estavam frequentemente expostas, visto que Lara traz outras situações semelhantes, que só foram interrompidas quando as próprias filhas levaram o ocorrido até o Conselho Tutelar da região, o qual passa, então, a interceder pelas jovens. O evento acima se destaca, portanto, pela apatia e omissão de Lara diante da violência sofrida pela filha e pela naturalização do ocorrido pela entrevistada. Houveram sem dúvidas situações, nas quais ela demonstrou ter saído em defesa das filhas, mas cujas as consequências não foram suficientes para que ela se separasse do companheiro.

Embora tenham vivido em condições sociais bastante modestas, a análise dos dados biográficos deixa claro que após a sua inclusão no mercado de trabalho, a família nunca mais esteve exposta à situação de extrema pobreza, ao passo que a condição econômica geral – alimentação, vestuário, habitação, lazer, entre outros – melhorou. Já as condições emocionais, essas podem ter melhorado para a entrevistada à medida que o companheiro ficou responsável pelos cuidados das filhas, economizando-a da tarefa. Com o passar do tempo, ao passo que as filhas foram crescendo, a educação proibitiva, punitiva e por vezes altamente violenta do pai em relação às filhas, associada ao distanciamento físico e emocional de Lara em relação a elas, deixa claro, como os vínculos inseguros construídos por ambos os pais com as filhas começaram a se fragilizar rapidamente a partir do momento que essas começaram a tomar decisões para a vida por conta própria.

O próprio processo, que culminou no fim do segundo casamento foi também um importante exemplo de que forma situações de conflito sobrecarregavam a entrevistada ao ponto de interferir na tomada de decisão. Primeiro, chama a atenção que ela conta que ainda em 2017, ela conheceu aquele que veio a ser seu novo namorado. Não fica claro, entretanto, de que forma ela conduziu a relação, mas essa, por sua vez, não a levou pedir a separação. Em segundo lugar, como já mencionado, as frequentes agressões contra as filhas também não aparecem como o motivo que levou à separação. Entre 2016 e 2017, a filha mais velha,

Morgana, evade a escola, aos 15 anos de idade, não concluindo o primeiro ano do ensino médio. A partir da saída de Morgana da escola, uma série de acontecimentos envolvendo a assunção de comportamentos de risco pelas filhas começaram a ganhar força, os quais foram se agravando ao longo do tempo, mantendo-se até os tempos atuais.

No ano seguinte, em 2017, com 16 anos, ela e Miriam, com apenas 12 anos de idade, saem de casa e vão morar na casa dos namorados. Reproduzindo a experiência familiar, Morgana se envolve com um rapaz que fazia uso e comercializava entorpecentes. Logo na sequência, também a vida financeira sofre um revés, e o Bolsa Família é bloqueado em razão da baixa frequência escolar de Miriam e Mônica, que à época tinham 12 e 11 anos, respectivamente. Como forma de remediar a situação, a entrevistada conta ter mudado as filhas de escola com a ajuda do Cras e atualizado o cadastro. A partir daí, o benefício foi retomado. Somente após a agressão sofrida pela filha caçula é que o caso vai parar no Conselho Tutelar por iniciativa das filhas, cujos conselheiros procuraram, então, ambos os pais, verbalizando que elas não voltariam para casa, enquanto o pai estivesse morando lá. Aparentemente pressionada pela situação, mas também contando com o apoio dos Conselheiros Tutelares e das filhas foi que Lara pede, então, a separação em 2018. Em nenhum momento da entrevista ela verbalizou ter tido outras tentativas de separação. Essa, por sua vez, ocorreu de forma bastante conturbada, envolvendo agressões do ex-marido, que colocaram a sua integridade em risco, bem como um pedido judicial de afastamento da ex-esposa e policiamento em torno da residência para ele não se aproximasse da entrevistada. Como as agressões continuaram acontecendo, prejudicando seu comparecimento no trabalho, ela conta que pediu demissão do emprego em 2019. As agressões só acabaram, quando Lara conta ter recebido ajuda do namorado de Morgana, que ameaçou o ex-marido da entrevistada de morte com a ajuda de companheiros do tráfico, caso ele não parasse de segui-la.

Seguindo a hipótese de que a entrevistada buscou em ambos os seus casamentos tanto apoio emocional, quanto econômico e que na ausência do econômico, o presente companheiro desempenhou o papel do cuidador das filhas, considero que o mais importante motivo que a fez manter-se no casamento foi o entendimento de que o ex-marido desempenhava, de modo geral, um bom papel paterno – diferente de seu próprio pai – tendo sido um pai presente, atento, ao restringir o contato das filhas com outras pessoas da vila e, por vezes, necessariamente rígido, fazendo uso de métodos pedagógicos tidos em parte como

necessários, mas que na prática, eram altamente violentos, causando danos físicos e psicológicos às filhas.

#### **4.3.3.5 A difícil função de cuidar e prestar apoio emocional aos filhos: impotência e a mobilização da rede de apoio**

Após a saída do ex-marido da casa da família, Lara demonstrou realizar um movimento de reaproximação em relação aos filhos. Entre 2018 e 2019, ela conta que todos os quatro passaram a frequentar a sua casa aos finais de semana, aproveitando o momento para fazer as refeições e passeios juntos. Mas aparentemente esse período de harmonia familiar não dura muito tempo e as filhas começam a se colocar em novas situações de risco e insegurança. Miriam, por sua vez, começa a se envolver com um rapaz casado, que atuava no tráfico e cuja esposa a jurou de morte em razão do adultério. Diante do perigo eminente, a forma que Lara encontrou de proteger a filha foi procurar o Conselho Tutelar, que juntamente com o Cras sugeriu que Miriam e Mônica, a qual também já se encontrava ameaçada pela mesma pessoa, fossem acolhidas em um abrigo para crianças e adolescentes. Esse fato atesta a relevância que o Conselho Tutelar passou a representar em sua vida e a confiança que ela acabou desenvolvendo pelos profissionais da instituição. De acordo com Técnica Social do Cras Horizontes, Amanda, responsável pelo acompanhamento familiar no âmbito do Paif, desde a inclusão das filhas no abrigo, os Conselheiros Tutelares acabaram se tornando importantes mentores para a entrevistada em momentos de busca por soluções para os problemas familiares, confirmando mais uma vez o recente argumento. As filhas permaneceram seis meses na instituição. Durante esse período, a entrevistada realizou uma série de visitas ao abrigo com o acompanhamento da Técnica Social. Após a saída do abrigo, as duas filhas deixaram a escola sem concluir a sexta série.

Em uma conversa com Amanda sobre sua experiência com o acompanhamento de Lara e sua família, ela traz uma série de informações que confirmam a dificuldade da entrevistada em prestar apoio às filhas, seja em relação aos seus projetos de futuro, como também aos problemas enfrentados dentro de casa, na relação com o pai. De acordo com sua avaliação, Lara e as filhas apresentam dificuldade em entender qual é o papel social de cada uma, ou seja, de que Lara tem dificuldade em assumir o papel da responsável familiar e as filhas de

respeitá-la como tal, alegando que o trabalho realizado por ela com a entrevistada no período esteve voltado, principalmente, para o fortalecimento de seu papel como cuidadora. A fala da Técnica chama também a atenção por mencionar diversas vezes a necessidade da entrevistada em se posicionar diante das filhas, reforçando, igualmente a hipótese, de que a entrevistada se encontra com frequência sobrecarregada diante da tarefa de educar as filhas. Além desse sentimento de sobrecarga, Amanda ilustra também a sensação de impotência de Lara diante do comportamento de risco das filhas ao trazer para os acompanhamentos a avaliação de que acredita ter feito tudo que poderia fazer para que as elas não se colocassem em risco, mas isso sem sucesso. Tanto a fala de Lara sobre as filhas durante nossa entrevista, bem como a própria avaliação de Amanda convergem no sentido de ilustrar muito bem esse sentimento de sobrecarga e impotência da entrevistada diante do desafio de cuidar das filhas. Como a educação de crianças pequenas e de jovens guarda, em geral, um grande potencial de conflito, visto que implica o controle e a administração contínua de emoções, impulsos e ações dos “recém chegados”, vemos que a decisão tomada pela entrevistada tendeu a ser de distanciamento e omissão. É certo que ao longo dos anos, esse desafio ganhou proporções muito maiores diante do comportamento de risco apresentado pelas filhas e da atitude do ex-companheiro em não se responsabilizar mais pelo seu cuidado. Essa informação foi compartilhada tanto pela própria entrevistada, como também pela Técnica Social. Entretanto, essa dificuldade em prestar apoio emocional aos filhos, se manifestou, de acordo com a reconstrução, de diferentes formas, ao longo de toda a sua trajetória como mãe.

Embora a Técnica Social tenha destacado esse importante trabalho de fortalecimento do seu papel social como referência das filhas, é importante destacar que a profissional afirma que Lara raramente procurou o atendimento da instituição por conta própria ao longo de todo o seu acompanhamento. Antes, ela diz que Lara sempre foi muito disciplinada ao realizar todas as combinações firmadas por elas, mas que a entrevistada, possivelmente, não reconhece no acompanhamento familiar a possibilidade de contar com o apoio do qual necessita. Segundo Amanda, essa seria a diferença entre os vínculos construídos entre Lara e os profissionais do Conselho Tutelar e os profissionais do Cras. Considerando a forma como a Técnica Social fala do acompanhamento, mas também a forma como a própria entrevistada descreve a sua relação com o Cras, a instituição se destacou por proporcionar os meios de acesso aos programas de transferência de renda através do CadÚnico, pelo

recebimento do benefício do PBF e mais tarde do Auxílio Emergencial, pelo acompanhamento familiar, o qual lhe auxiliou com o cumprimento das condicionalidades do programa e com o acesso das filhas a espaços de proteção como atividades socioeducativas e de lazer. O acompanhamento familiar realizado pela Técnica Amanda também demonstra ter significado para a entrevistada um espaço de escuta, no qual podia falar sobre si mesma, suas dificuldades e potencialidades. Alguns desses aspectos podem ser claramente identificados na seguinte passagem:

E.: no que [a Assistente Social] te ajudava assim, tu podia me contar um pouquinho da relação de vocês? \L.: eu acho que era mais, era a companhia das gurias [filhas], e como a assistência da, foi me ajudar com elas também né quando teve todos esses problemas com as gurias, aí elas me ouviam bastante eu ia ali conversava com elas sempre deu um jeito de me ajudar, não sei se foi a Amanda, acho que foi a [conselheira tutelar] que conseguiu, deram abrigo para as gurias, mas aí eles são tudo, acho que junto né, uma conversa com a outra e me ajudavam bastante, mas não me lembro realmente bem o que eu fazia ali, não me lembro muito bem o que eu fazia, mas eu acho que eu ia só porque eu largava as gurias ali mesmo, ficavam o dia todo \E.: e as situações de conversa com as meninas assim tu pode me contar alguma situação que tu levou e elas te ajudaram a resolver? \L.: dos cursos que a Mônica fez também do pão agora a Mônica estava realmente fazendo [...] oficina do pão \E.: uhum \L.: aí é uma padaria que ela fazia, padaria e informática que ela estava fazendo, aprendendo a fazer pão [...] a Amanda chamou a Mônica, conversou bastante com a Mônica, colégio também elas me auxiliaram bastante quando não consigo vale para as gurias, daí a Amanda, peraí que a gente vai fala com a [conselheira], elas conseguiam colocar as gurias num curso, em alguma coisa, a Morgana também conseguiu fazer curso de informática, a Miriam eu acho que não a Miriam não chego a fazer, mas a Mônica até pouco tempo estava bem interessada, ela fazia [...] (2022/I, p.20-21, linhas 36-47, 1-20).

Como Lara já estava separada quando iniciou o acompanhamento familiar com a Técnica Social, Amanda diz que não conheceu o ex-companheiro pessoalmente e que ele também nunca procurou o Cras durante a permanência das filhas no abrigo, mas que também nem o Cras o procurou. Quem possuía, aparentemente, contato com ele, à época de nossa entrevista, era o próprio abrigo, além do Conselho Tutelar. A Técnica Social o descreve, entretanto, com base nas informações compartilhadas pelo Conselho Tutelar, por Lara e as filhas como um pai e marido excessivamente controlador, rígido, mas também mais organizado do que a mãe e por isso tido pelas filhas como mais confiável diante da organização do dia-a-dia. Mesmo antes da separação não constavam, entretanto, informações



nos prontuários da instituição sobre o papel e o envolvimento do pai nos cuidados das filhas, indicando os limites do Cras em reconhecê-lo também como responsável pela educação e proteção das mesmas. Esse fato causa ainda mais admiração se considerarmos que ele era o principal responsável pelos cuidados diários das filhas e que apresentou diversos problemas envolvendo abuso de substâncias e violência contra as filhas. O não envolvimento do ex-companheiro nos atendimentos familiares por parte do Cras permitiu que as agressões em relação às filhas seguissem acontecendo, reforçando a ideia de que Lara, como mãe, seria a principal, quando não a única, responsável pelos cuidados das filhas, mantendo o ex-companheiro distante dos espaços institucionais do Cras e também reforçando a representação de que esses espaços não são “feitos” para os homens, assim como sugerem outros estudos sobre o PBF associados aos papéis de gênero (cf. BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2018). Embora muito importante, esse trabalho realizado pelo Cras para o fortalecimento dos vínculos entre Lara e as filhas pode também ter contribuído para reforçar a sobrecarga da entrevistada em relação aos cuidados das filhas, além de alimentar seu sentimento de culpa por sua situação atual. O fato de não procurar o Cras por conta própria para lidar com as dificuldades familiares pode ser visto como um indício desse efeito negativo provocado pelo trabalho familiar realizado de forma unilateral com a entrevistada e as filhas.

Após a separação, Lara dá continuidade ou retoma seu novo relacionamento. Nesta nova relação, chama a atenção que eles não vão morar juntos e que os encontros aconteciam, especialmente, aos fins de semana e em datas comemorativas, nas quais os filhos também estavam presentes. Em alguns momentos da entrevista, Lara relaciona o comportamento das filhas ao fato de que após a separação dos pais, elas acabaram ganhando uma liberdade que não conheciam antes, visto que a entrevistada se encontrava pouco em casa e o companheiro havia se afastado das mesmas. Em outros momentos, ela associa o comportamento das filhas ao consumo de entorpecentes do pai e ao suposto “hábito” das mulheres de sua família em fazer escolhas conjugais erradas. Mesmo diante da ameaça de morte vivenciada, Miriam e Mônica voltaram a se relacionar com meninos que trabalhavam para o tráfico, se expondo mais uma vez aos riscos inerentes à participação nesses grupos. Elas tinham 14 e 13 anos à época. Nesse mesmo período, em torno de 2019, Lara conta ter voltado a estudar, o que indica

como o projeto de cuidar de si mesma e de se fortalecer esteve presente durante todo o período após sua entrada no mercado de trabalho.

Com o início da pandemia de covid-19, a entrevista, que se encontrava fora do mercado de trabalho formal, começou a receber o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 1.200,00 mensais. Com o valor do benefício, ela conta ter adquirido eletrodomésticos novos, apresentando mais vez o papel complementar à renda dos benefícios de transferência de renda em sua biografia para o consumo de bens duráveis. Morgana, que havia voltado a morar com a mãe, dá à luz aos 19 anos de idade a uma menina. Ela conta que o benefício também foi usado para ajudar a filha com o bebê. Um ano depois, em 2021, Lara conta que ela e os filhos comemoraram o aniversário de Morgana na casa do pai, o que demonstra a sua tentativa recorrente de se aproximar dos filhos, assim como de aproximá-los entre si. Como Morgana vinha sofrendo com o abuso de substâncias e a dificuldade de parar com o uso, a comemoração do seu aniversário na casa do pai pode ser vista igualmente como uma tentativa de Lara de fortalecer a filha. Nesse mesmo ano, a entrevistada começou a trabalhar no posto de saúde do seu bairro como auxiliar de limpeza. A partir desse ano, ela não teve mais direito de receber o Bolsa Família e nem mais tarde o Auxílio Brasil. Isso ocorreu possivelmente porque as filhas já não eram mais suas dependentes, fazendo com que sua renda superasse as linhas de elegibilidade. Em 2022, Lara conta ter parado de estudar, sem ter concluído a oitava série. Ela justifica essa interrupção em razão dos problemas enfrentados à época com as filhas, vejamos:

E.: nesse período então tu comentou da escola \L.: uhum \E.: tu poderia me contar como é que foi o teu período escolar [...] L.: bah eu rodei muito \E.: é? \L.: muito, tanto é que eu tô tentando terminar agora né \E.: tu tá em que ano \L.: agora eu parei na oitava \E.: oitava \L.: porque assim quando eu, agora vai ficar tudo bem, eu voltei pra terminar meus estudo, vai ficar tudo normal, elas começam tudo a me infernizar então, eu não consigo associar tudo ao mesmo tempo daí começa a me dar um pânico, porque daí acontece tudo ao mesmo tempo, aí até o ano passado eu estava estudando, eu consegui passar, fui direitinho, do sexto até o oitavo \E.: uhum \L.: aí elas começaram a me incomodar e aí eu ah meu deus é muita coisa pra minha cabeça, aí são coisas que vão me desanimando e eu vô desistindo, aí eu disse esse ano eu não vô, mas ano que vem eu quero ir né, retomar de novo e quero seguir em frente até eu terminar, eu vô conseguir terminar (2022/I, p.5, linhas 7-19).

Mais uma vez se evidencia também nessa passagem a argumentação de sentir-se “sobrecarregada” através das expressões “não consigo associar”, “me dá um pânico” ou “é muita coisa para a minha cabeça” ao ponto de precisar interromper os estudos, destacando o sofrimento que essas situações de conflito e risco com as filhas causam à entrevistada. Mas de que situações a entrevistada estava possivelmente se referindo? Primeiro, possivelmente pelo fato de que a filha caçula também começou a se envolver no período com um rapaz que também atuava no tráfico. Além dos perigos associados ao envolvimento do rapaz no tráfico, ela sofria também agressões físicas dele. Após inúmeras tentativas de se separar do rapaz, Lara e a Técnica Social contam que Mônica começou a fazer um curso de padaria com a ajuda do Cras, mas que apresentava muita dificuldade em dar seguimento à qualificação. Segundo a entrevistada, a filha acabou encontrando refúgio na casa de uma pastora e não em sua casa, visto que ela tinha medo do que poderia acontecer com ela e com o namorado, caso a filha trouxesse o rapaz para dentro de sua casa. Essa decisão pode também ser explicada pelo fato de que ao tentar defender a filha das agressões do namorado, esse lhe aferiu ameaças, fazendo com que Lara assumisse um comportamento de autoproteção, buscando distanciar-se da relação da filha.

Já Miriam, que havia assumido os cuidados da filha de Morgana, Sofia, acabou também conseguindo engravidar após diversas tentativas. Na época de nossa entrevista, Lara conta que a filha permanecia casada com o rapaz que também atuava no tráfico, sofrendo igualmente uma série de agressões físicas e até mesmo risco de morte. Segundo a Técnica Social Amanda, ela e Lara consideravam que os abortos da filha poderiam estar ocorrendo em razão das agressões do companheiro. Embora Morgana não sofresse aparentemente agressões físicas do namorado, a dependência química parecia estar impedindo-a de cuidar da filha. Ela se encontrava em tratamento à época de nosso encontro. A entrevistada relata, ainda, que todas as três filhas haviam começado a frequentar a igreja pentecostal, o que destaca a necessidade das filhas em receber respostas sobre as experiências e dilemas recentes. Tanto Morgana, como Miriam e Mônica já haviam entrado com o pedido de recebimento do Auxílio Brasil. Em razão da idade, o benefício havia sido aparentemente negado para Mônica. Dentre as filhas, Mônica foi a única que demonstrou manter contato com a assistência social para além da solicitação dos benefícios socioassistenciais monetários. Ela tem hoje 16 anos, Miriam 17, Morgana 21 e Pablo 22. Já Lara completou 38

anos recentemente. Ela conta, ainda, que já está há cinco anos com o novo namorado, com o qual segue não vivendo junto e cuja relação ela apresenta como harmoniosa e sem a presença de violência, demonstrando proteger-se de novas relações abusivas. Embora verbalize compreender os motivos pelos quais decidiu no passado fazer a laqueadura de trompas, ela fala com pesar sobre a impossibilidade de “dar um filho” ao novo companheiro, apresentando medo, de que ele deixe a relação em razão de um possível desejo de se tornar pai.

#### *4.3.4 Resumo e hipótese estrutural: o desenvolvimento do autocuidado e de uma rede de apoio ao longo da socialização*

Assim como foi possível evidenciar ao longo da reconstrução de sua história de vida, vimos que a trajetória biográfica de Lara foi marcada por uma infância vivenciada em um ambiente bastante vulnerável e de riscos, causados pela insegurança alimentar, pelo abuso de bebida alcoólica do pai, pela violência doméstica, por métodos pedagógicos violentos, bem como pela dificuldade dos genitores em cuidar de si mesmos e consequentemente dos filhos, os quais levaram invariavelmente a uma série de experiências traumáticas, as quais se manifestaram ao longo da entrevista através de lacunas na memória e inconsistências no relato. A relação com os pais se caracterizava, por um lado, por um distanciamento emocional e por outro, pela punição física e psicológica. Já a juventude demonstra ter sido vivenciada pela contínua dificuldade dos genitores em cuidar e prestar apoio à filha diante de seu projeto de futuro e dos dilemas que foram se apresentando ao longo do período, assim que a estratégia apresentada pela entrevistada a partir daí foi de buscar aos 14 anos de idade o afeto e a segurança pouco presentes em suas relações familiares em sua primeira relação amorosa. Desse casamento resultou o nascimento de seus dois primeiros filhos, com uma diferença de idade de menos de 12 meses, demonstrando reproduzir em certa medida a experiência materna da própria mãe. Essa primeira filiação chama a atenção pelo fato de que não é o companheiro que garante o sustento da família e sim uma tia e a avó.

Em torno de quatro anos após essa união, Lara conta ter voltado a morar na casa da mãe após a tentativa do namorado de agredi-la fisicamente, demonstrando claramente colocar limites à reprodução da violência vivenciada no meio familiar. Nesse processo de volta para casa ela leva consigo a filha caçula, enquanto o filho mais velho fica sob os cuidados do pai,

reproduzindo a experiência da mãe no meio familiar. Além das dificuldades econômicas e de saber que não poderia contar com a ajuda da mãe da forma como precisaria, considero que essa decisão resulta também da dificuldade emocional de Lara à época em cuidar de duas crianças pequenas, assim que se distanciar do filho mais velho foi a maneira encontrada de lidar com a situação. Mesmo nos meses e anos que se seguiram após a separação, não há informações de que ela tenha mantido contato com o filho, reforçando a hipótese da busca por distância naquele momento. Dois meses depois de sua chegada na casa da mãe, ela conta ter começado a se relacionar com um rapaz da localidade; eles não vão, entretanto, morar juntos, tendo namorado em torno de uns dois anos até que ela engravida e sai da casa da mãe para ir viver com ele e a filha em uma casa alugada à época pela mãe do novo companheiro. Também nessa relação e com esse companheiro, Lara demonstra, portanto, buscar o apoio e a segurança que não conseguia receber no meio familiar, reproduzindo o comportamento acima evidenciado de busca por um companheiro ao qual pudesse terceirizar a provisão da renda e com ela uma maior segurança emocional. Se por um lado, Lara demonstrou ter visto também na nova gestação a chance de fortalecer os vínculos com o namorado e sua família, melhorando de vida, por outro avalio que a incapacidade do companheiro em desempenhar o papel do protetor frustra suas expectativas sobre o casamento, assim que ambas as gestações que ocorreram após esse período, acabaram se tornando eventos indesejados, especialmente pelo fato de que a quarta gestação demonstra ter ocorrido de forma acidental, três meses após o nascimento da terceira filha. Em um contexto de muita vulnerabilidade econômica, marcada pela insegurança alimentar e emocional, Lara decide interromper a gestação, mas acabou sendo convencida em desistir pelo serviço de saúde da localidade, no qual recebeu acompanhamento terapêutico. Este foi o período que Lara começou a acessar tanto os serviços de saúde como socioassistenciais existentes à época, inscrevendo-se no CadÚnico, além de começar a trabalhar como diarista na casa de familiares, buscando fortalecer sua rede de apoio e proteção. As mudanças mais importantes em sua biografia começaram a aparecer também após o nascimento da filha caçula, Mônica: Lara realiza uma laqueadura de trompas, começa a trabalhar em um mercado da localidade, deixa a filha recém nascida aos cuidados de uma vizinha, ao passo que o companheiro passa a assumir gradativamente os cuidados das filhas. Tendo em conta todas essas mudanças, considero que o período em torno do nascimento da quarta filha pode ser visto como um importante *turning point* biográfico, ou

seja, foi a partir daí que Lara demonstra não terceirizar mais a sua sobrevivência econômica a um companheiro ou a sua família, assumindo para si a tarefa do provedor familiar, enquanto o companheiro foi aquele que passou a assumir gradativamente a responsabilidade pelo cuidado e a educação das filhas. Esse movimento veio claramente acompanhado por práticas, que passaram a garantir um maior autocuidado, como a laqueadura, a assunção do papel do cuidador pelo marido, a garantia de acesso à alimentação, a construção da casa própria, bem como a construção de uma rede de apoio e proteção mais ampla composta pelo posto de saúde, pela assistência social, pelo benefício do PBF, pelos empregadores, pelo esposo, pelo vizinho, e por alguns familiares, cujo principal efeito foi a estabilização do papel da provedora familiar ao longo dos anos.

O desenvolvimento do papel de cuidadora como provedora familiar demonstra não ter ocorrido, entretanto, no mesmo ritmo do que o papel da cuidadora educadora, ou seja, daquela que participa do cuidado das necessidades imediatas dos filhos, bem como do seu apoio emocional diante das dificuldades do dia-a-dia e do conflito. Foi exatamente nessas situações que Lara demonstrou sentir-se sobrecarregada, transferindo quase que o pleno cuidado dos filhos a terceiros como os companheiros, a vizinha, aos educadores da escola e dos centros de convivência. Se por um lado, foi possível identificar que ela consegue suprir, mesmo que de forma modesta a necessidade das filhas em relação à alimentação, moradia e vestuário, por outro lado, seu frequente distanciamento do ambiente doméstico e das necessidades emocionais das filhas, levou a construção de vínculos bastante inseguros e, sobretudo, ambivalentes com as filhas e vice-versa, os quais ficam mais evidentes a partir da adolescência das mesmas.

Foi a partir da adolescência, portanto, que as filhas começaram a realizar escolhas de vida próprias, como a interrupção dos estudos e a saída da casa dos pais, além de apresentar comportamentos de risco como o uso precoce de substâncias químicas e o envolvimento com rapazes que atuavam no tráfico de drogas. Especialmente a saída das filhas de casa aparece em sua biografia em um período, no qual o comportamento agressivo do pai em relação às filhas começa a aparecer através de denúncias feitas pelas próprias filhas ao Conselho Tutelar local. O comportamento de Lara no período demonstrou ter sido, sobretudo, de naturalização das agressões do companheiro em relação às filhas dentro de uma ideia de que ele era um pai presente e atencioso, apesar do uso de métodos pedagógicos altamente proibitivos e

punitivos. De modo geral, sigo a tese de que Lara reproduziu, em certa medida, com os filhos a maneira como os próprios pais a ensinaram a lidar com as emoções, ou seja, por um lado com distanciamento físico e emocional e por outro através da punição violenta. Diante da denúncia das filhas, Lara demonstrou sentir-se pressionada, mas também apoiada pelos Conselheiros Tutelares, que acabaram desempenhando um papel de mentores familiares, levando-a a pedir a separação.

Após um processo longo de separação, envolvendo um alto grau de violência e novas experiências traumáticas, Lara consegue retomar a vida junto dos filhos. Entretanto, um ambiente inicialmente harmonioso é sobreposto por um envolvimento mais intenso das filhas com o consumo de entorpecentes e com pessoas do tráfico, colocando suas próprias vidas e a da mãe em risco. Com dificuldade em lidar com a situação e sem dispor da ajuda do ex-companheiro, Lara recorre, especialmente, ao Conselho Tutelar como forma de proteger a si mesma e as filhas no período. Já o Cras Horizontes demonstrou desempenhar nesta mesma época, mas também ao longo de sua biografia, um papel mais secundário na relação entre Lara e as filhas, auxiliando-a no cumprimento das condicionalidades do PBF e na oferta de espaços de proteção, atividades socioeducativas e de qualificação para as filhas para que ela pudesse trabalhar. Especialmente a partir de 2011, ano no qual ocorre a implementação do Sistema Único de Assistência Social em Porto Alegre, Lara começa a ter acesso a um rol maior de oportunidades de lazer e educação para as filhas, ao passo que o centro se torna também um espaço de escuta e de fala sobre si mesma e suas dificuldades, sobretudo, no período do acolhimento das filhas. Esse espaço de escuta esteve, entretanto, limitado em atuar sobre a relação de Lara com as filhas, deixando o ex-companheiro, o qual era o responsável pelos cuidados diários das filhas, de fora dos atendimentos. Diferente do Conselho Tutelar, o Cras demonstrou oferecer menos soluções efetivas para as necessidades da família.

Durante nossa conversa, Lara demonstrou estar passando por um momento de crise na relação com as filhas, apresentando grande impotência diante das escolhas e dos riscos, aos quais as filhas se mantinham expostas, ao passo que permanecia apresentando visivelmente uma atitude de autoproteção e busca por segurança. Essa avaliação converge com a forma como a entrevistada fala de sua própria biografia desde a perspectiva da superação, apesar do sofrimento vivido ou diante das dificuldades da vida (mais detalhes cf. subcap. 4.3.2), com destaque para as frequentes experiências envolvendo um alto grau de

violência e riscos à integridade física, vivenciadas nas diferentes fases da vida, tanto dentro da família, como na localidade de moradia. Certo fleugmatismo não foi apenas constatado diante dos desafios da maternidade ao longo da biografia, mas sim ao longo de toda nossa entrevista, assim como registrado no memo da entrevista e apontado no *subcapítulo 4.3.1*. Com base na presente reconstrução, sigo, portanto, a hipótese estrutural de que sua história de vida aparece marcada pela tentativa de receber cuidado emocional e econômico através do estabelecimento das primeiras relações conjugais. Quando ela percebe que essas tentativas não deram certo e possivelmente com a ajuda da terapeuta, que a acompanhou durante a tentativa de aborto, ela passa, então, a assumir uma série de práticas, que puderam lhe garantir um maior cuidado consigo mesma, bem como a sobrevivência econômica do núcleo familiar, ao passo que a rede de proteção desenvolvida por ela ao longo da socialização demonstra ter lhe auxiliado na garantia das condições para que pudesse aprimorar e estabilizar o papel de provedora familiar - um papel do qual sente muito orgulho. Seus esforços no presente demonstraram estar fortemente voltados à autoproteção contra a violência, os quais podem ser reconhecidos, por exemplo, em sua escolha em não mais dividir a moradia com um companheiro, bem como pelo desejo de que as filhas não vivam com ela, enquanto estiverem envolvidas com rapazes, que atuam no tráfico.

#### *4.3.5 O Programa de Transferência de Renda como parte de uma ampla rede de proteção e fomento para o desenvolvimento e a estabilização do papel de provedora familiar*

Se considerarmos que o desenvolvimento do autocuidado e de uma rede de apoio é o padrão de comportamento que Lara assume, especialmente após a descoberta da quarta gestação e do nascimento da filha, os benefícios recebidos tanto através do Programa Bolsa Família, bem como do Auxílio Emergencial aparecem em sua biografia como fontes de renda complementares à renda do trabalho, utilizadas pela entrevistada como forma de melhorar a condição de vida como um todo e não em primeira mão para o acesso aos alimentos, que era, sobretudo, garantido através da renda do trabalho. Dessa forma, assim como anteriormente mencionado, o uso dos benefícios se destacou por sua aplicação na construção da casa própria e mais tarde na compra de novos eletrodomésticos, garantindo lhe, assim como outros serviços, pessoas e instituições de sua rede de proteção social, as condições necessárias para



que pudesse aprimorar e estabilizar, ao longo do tempo, o papel de provedora familiar. A essa ampla rede se incluem, portanto, tanto os serviços socioassistenciais disponibilizados pelo Cras Horizontes, como também pelo Conselho Tutelar. Desde a perspectiva da construção de uma rede ampla de apoio e de sua função na trajetória biográfica, o caso de Lara pode ser considerado um subtipo do caso de Pedro.

Em relação ao Cras, os serviços que se destacaram foram: os meios de acesso aos programas de transferência de renda, como o CadÚnico, o próprio Programa Bolsa Família, o Auxílio Emergencial e o acompanhamento familiar no tocante à manutenção do benefício do programa através do acompanhamento das condicionalidades e à garantia de um espaço de proteção e desenvolvimento no contraturno escolar para as filhas, ofertando atividades socioeducativas, de lazer e de qualificação. Além disso, o acompanhamento familiar se destacou por ter representado, especialmente no período do acolhimento das filhas, um espaço de fala e escuta, em que pese suas limitações em conhecer e reconhecer a divisão dos papéis sociais entre ela e o ex-companheiro, colaborando no fortalecimento dos vínculos familiares. Apesar do ex-companheiro ter apresentado também a necessidade de ser acompanhado pela instituição, não há indícios de que o Cras o tenha envolvido no acompanhamento familiar, nem antes e nem depois da separação. Como consequência, o acompanhamento acabou por reforçar a divisão tradicional dos papéis sociais entre Lara e o ex-companheiro, a qual, na prática, nem sequer existia. Considero, ainda, que esse trabalho de fortalecer os vínculos apenas de Lara com as filhas, sem incluir o ex-companheiro, possa também ter contribuído para sobrecarregar ainda mais a entrevistada diante dos desafios de cuidar das filhas, além de reforçar seu sentimento de culpa em relação ao destino social das mesmas. Essa pode ser também uma das razões, porque Lara não procurava o Cras por conta própria para lidar com os problemas familiares.

O curto período de tempo, em que estive em contato frequente com a Técnica Social também não demonstrou ter sido suficiente para que mudanças efetivas na relação com as filhas pudessem ocorrer. Segundo a Técnica Social, a entrevistada não pôde mais comparecer aos atendimentos em razão do trabalho, embora me pareça que tivesse sido fundamental a construção de meios para que o trabalho de fortalecimento da relação entre ela e as filhas tivesse tido continuidade. A possibilidade de falar sobre si mesma e de fazer uma revisão sobre as experiências de sofrimento vivenciadas no passado poderia significar um primeiro

passo para que a reprodução do sofrimento e da violência no meio familiar pudesse ser interrompida. Especialmente os Conselheiros Tutelares demonstraram ter desempenhado um papel de referência ao garantir sua segurança e das filhas em um momento de grande risco de violência e até mesmo de morte na localidade de moradia.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ter outro que me apoiasse, acho que sempre em busca de alguém que te apoia né [...] (Lara Oliveira, Porto Alegre, set. de 2022)

Após a reconstrução de um caso, frases que antes apareciam soltas no diálogo, sem um sentido muito diferente do já conhecido, ganham outra importância. Este foi o caso da passagem acima, na qual Lara conta sobre o início do seu segundo casamento, apresentando como pano de fundo os motivos que podem ter levado à união: a busca por apoio, ou a busca pelo atendimento de suas necessidades. Assim como veremos ao longo do presente capítulo, essa frase de Lara pode ser considerada como representativa para os resultados alcançados neste estudo e que poderão ser acompanhados a seguir. Como a pesquisa científica nas Ciências Sociais envolve um grande número de variáveis, seja na pesquisa quantitativa ou na qualitativa, o exercício de compreender a relação entre as variáveis se revela sempre um desafio. A necessidade de fazermos uso de métodos que nos ajudam a ordenar o material levantado e definir a forma como ele será analisado, incluindo técnicas de “contraprova”, é também imprescindível na pesquisa qualitativa. Isso é particularmente importante quando trabalhamos com um número grande de dados, como é o caso da pesquisa biográfica. Refutar ou confirmar a relação entre variáveis ao longo da reconstrução do caso ocorre no método de análise aqui utilizado (cf. subcap. 3.2.3) através da confirmação ou refutação de hipóteses (procedimento abduutivo). Essas ganham mais ou menos força ao longo da análise, cujo resultado reconstrói a estrutura do caso, a qual precisa ser evidenciada em cada trecho da entrevista (essa seria uma das contraprovas), bem como em cada fase da vida do indivíduo ou na maior parte delas (OEVERMANN, 1981). Embora eu já tenha falado sobre o procedimento abduutivo em um capítulo anterior (cf. subcap. 3.2.3), é importante destacar a forma como correlações foram confirmadas ao longo das minhas análises, visto, que como veremos ao longo deste capítulo, a compreensão da forma como as experiências de vida foram influenciando uma à outra, em especial a tomada de decisão, seja no período que antecedeu a entrada dos entrevistados no programa, ou no período posterior, foram decisivos para compreender a forma como a política configurou suas vidas. Desde a perspectiva da socialização, uma das questões centrais evidenciadas ao longo das análises esteve relacionada à mudança e/ou à reprodução de padrões de comportamento após a entrada do beneficiário

no programa. Sendo assim, compreender a relação entre variáveis, ou seja, entre as experiências biográficas ao longo das reconstruções de caso foi essencial para compreender e explicar as diferentes formas como o programa configurou suas biografias e histórias de vida, bem como seus cursos de ação, trazendo aspectos relevantes sobre o tema.

Neste capítulo, contraste os resultados dos três tipos desenvolvidos com base nas reconstruções biográficas de caso, tendo em conta 1) o papel desempenhado pelo Programa Bolsa Família (PBF) na vida de cada um dos entrevistados e 2) as semelhanças e diferenças entre os casos no que tange esse papel. Discuto os resultados considerando os estudos e teorias apresentados nos *capítulos 2 e 4*, além de novas perspectivas teóricas, especialmente do campo da sociologia.

### 5.1 Comparação contrastiva entre os tipos e generalização teórica

De modo geral, os três casos reconstruídos apresentam *diferenças estruturais* marcantes, embora o tipo representado pelo caso de Lara Oliveira (cf. subcap. 4.3.5) possa ser visto como um subtipo do tipo representado por Pedro Amaro (cf. subcap. 4.1.5). Isso significa, que a experiência com o programa apresentou diferenças bastante evidentes entre os casos: enquanto Pedro vivenciou o recebimento do benefício como parte de um somatório de recursos, Celso Menezes viu no Bolsa Família uma forma de compensar vínculos inseguros, tanto no mercado de trabalho quanto na família. O caso de Lara, em contraste com o caso de Pedro, evidencia como o programa também fez parte de um somatório de recursos, que juntos foram capazes de formar uma ampla rede de apoio e fomento, e que diferente do caso de Pedro, possibilitaram também o desenvolvimento de novas capacidades. A partir dessas diferenças, discuto em detalhes ao longo deste capítulo os papéis e as funções do programa na vida de meus entrevistados, na medida em que também passo a explorar as *semelhanças estruturais* entre os casos como forma de deslindar novas perspectivas sobre essas diferenças. O objetivo desse contraste é formular, ao final, pressupostos teóricos gerais sobre o papel e função do programa no curso de vida de beneficiários a exemplo dos casos aqui analisados.

### *5.1.1 O papel de complementar a renda familiar: o benefício como parte de um somatório de recursos financeiros*

Assim como vimos ao longo do *capítulo 2*, as políticas de transferência de renda mínima se caracterizam por seu papel de complementar a renda familiar, ou seja, o valor do benefício é definido de acordo com a renda familiar total com o objetivo de complementar o valor faltante para a condução da vida (LAVINAS, 1998; COBO, 2010). No caso do Bolsa Família, um dos objetivos do programa ao longo do tempo foi complementar o valor faltante na renda para que famílias com crianças pequenas pudessem sair da extrema pobreza. O Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) foi criado entre 2012 e 2013 após a avaliação de que muitas famílias se mantinham ainda na condição de extrema pobreza mesmo depois de sua entrada no programa. De acordo com Osório, Soares e Souza (2011), os baixos valores transferidos, bem como a volatilidade de renda entre os beneficiários, dificultavam a superação desta condição. Embora tenha sido possível identificar em 2014 uma redução significativa da extrema pobreza à níveis residuais, esse cenário acabou sendo revertido a partir de 2015, quando o país entra em uma nova crise econômica (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). Ao não fazer uso dos programas de transferência de renda como forma de minimizar os impactos da crise na vida da população economicamente vulnerável, o Estado deixa centenas de famílias desprotegidas, provocando um aumento da extrema pobreza de quase 60% entre 2015 e 2018, levando os indicadores a patamares iguais ou piores àqueles encontrados no início da década de 2010 (Ibidem).

Essa função de complementar a renda existente se evidenciou também nos três casos, aqui, analisados. A alta volatilidade da renda familiar, provocada pelas incertezas do mercado de trabalho informal, aliada aos baixos valores transferidos pelo programa fez com que meus entrevistados não lograssem sair da extrema pobreza, identificada neste estudo, em especial, pela situação de insegurança alimentar. Esse resultado se distingue bastante daqueles encontrados entre as pesquisas qualitativas sobre os efeitos do programa (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2014, RAMIRES, 2018, entre outros), os quais, embora apontem para a perpetuação da situação de pobreza, não fazem referência à persistência da insegurança alimentar. De acordo com a revisão bibliográfica, essa foi uma

questão problematizada apenas pelos estudos quantitativos (OSÓRIO; SOARES; SOUZA, 2011; SOARES, 2009).

Nos casos de Pedro e Lara, a renda capaz de superar a condição de extrema pobreza foi a renda proveniente do trabalho. Apenas após sua inclusão ou retorno ao mercado de trabalho formal é que os entrevistados puderam superar a insegurança no acesso aos alimentos, bem como voltar a adquirir bens duráveis, como eletrodomésticos. Durante o período, em que Pedro esteve atuando apenas no mercado informal, o acesso à alimentação se mostrou inseguro, apresentando períodos de piora em contextos de fragilização dos vínculos familiares e de crise econômica conjuntural. A falta de recursos financeiros nesses períodos fez com que o entrevistado vivenciasse uma piora da condição social, marcada pela falta de alimentos, mobília e infraestrutura habitacional básica, além do agravamento de doenças. Essa condição se manteve entre 2017 e 2019, quando ele retorna ao mercado de trabalho formal. Essa interpretação pode ser considerada parcialmente válida para o caso de Celso, o qual vivenciou à época de nossa entrevista, em 2019, um momento de crise econômica e emocional, com claras consequências para sua saúde. Diferentemente de Pedro, ele ainda não havia encontrado um novo posto de trabalho formalizado, ao passo que seguia aguardando a confirmação do pedido de recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sendo assim, o caso de Celso evidencia também os limites do principal programa de combate à pobreza do Brasil em atingir seu objetivo principal e primordial: aliviar os efeitos da pobreza e superar a extrema pobreza.

#### **5.1.1.1 A garantia de proteção social desde a perspectiva do programa**

Do ponto de vista da proteção social, vimos também como a inclusão de Pedro e Celso no programa não foi capaz de evitar que suas condições sociais seguissem deteriorando. Pelo contrário, no caso de Celso, que entrou no programa em 2017, foi possível identificar como sua condição social foi piorando à medida que não conseguia mais encontrar oportunidades de trabalho, tanto no mercado formal como informal. Esse contexto contribuiu para que, a partir de 2019, ele não conseguisse mais pagar o aluguel da casa, além de apresentar claros indícios de insegurança alimentar moderada até grave (cf. p. 254). Até 2019, o entrevistado não havia acessado outros serviços ou benefícios junto à assistência social. A partir desse

ano, ele passa a receber cestas básicas esporadicamente, em que pese o fato de que também essas não foram capazes de permitir a superação da insegurança alimentar.

Pedro, que recebeu o benefício pela segunda vez em 2018, demonstrou ter reconhecido não apenas no benefício um meio de lidar com a escassez de recursos, mas também na própria rede socioassistencial, na qual começa acessar outros serviços, como o acompanhamento familiar, benefícios eventuais e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para a terceira idade. Mesmo de forma conjunta, esses recursos não foram suficientes para a superação da extrema pobreza. Foi apenas depois de sua entrada no grupo da terceira idade que o biografado viu sua vida melhorar efetivamente, voltando a atuar no mercado de trabalho formal com a ajuda das Técnicas Sociais, que acompanhavam o grupo. Além do encaminhamento para uma vaga de trabalho, o grupo também desempenhou um papel importante como espaço de fala e escuta, se tornando, com isso, um lugar para lidar com frustrações e o medo através do diálogo. Assim como discuto em detalhes no *subcapítulo 5.1.3*, não apenas o grupo cumpriu a sua função de rede de fomento de capacidades e ampliação do capital social, mas também que o uso da rede como forma de acessar melhores oportunidades já era uma capacidade (SEN, 2018) apresentada por Pedro, ou seja, uma prática interiorizada e por isso tornada *habitus* incorporado (BOURDIEU, 2007), assim que vincular-se ao grupo e reconhecer o seu potencial de apoio não demonstrou ter sido tarefa difícil para o entrevistado, pelo contrário.

Diferentemente de Celso, mas apresentando semelhanças com Pedro, Lara passou a acessar os serviços socioassistenciais a partir de 2005, com destaque para o PBF e os serviços de convivência para as filhas. Ao longo do tempo, a entrevistada intensificou sua relação com a rede socioassistencial através do acompanhamento familiar do Cras e do Conselho Tutelar, bem como pelos serviços de educação e lazer para as filhas. Esses, por sua vez, apresentaram cumprir no período uma função protetiva ao oferecer espaços de fala e escuta para que a entrevistada pudesse lidar com dificuldades familiares, além de prestar apoio no acompanhamento das condicionalidades do PBF. No caso das filhas, foi possível verificar a oferta de espaços e ações de cuidado e proteção na ausência dos pais durante o período da infância, ao passo que durante a juventude tanto o Cras, quanto o Conselho Tutelar funcionaram como apoio na redução de riscos relacionados à violência sofrida na localidade de moradia. Nesse processo, o trabalho dos Conselheiros Tutelares provou ter sido essencial

para que situações de violência, normalizadas no meio familiar, tivessem sido problematizadas. Com ajuda do Conselho Tutelar, Lara pede a separação em 2018. Vale destacar que essas ações estiveram voltadas menos à prevenção de situações de risco e mais a sua contenção, embora a entrevistada estivesse em situação de acompanhamento familiar desde 2011.

Com base no contraste entre os três casos, foi possível concluir, do ponto de vista da proteção social, que o programa não foi capaz de atender satisfatoriamente as necessidades econômicas dos entrevistados, funcionando apenas como meio para tornar a proteção efetiva. Enquanto meio, sua eficácia dependeu, em grande medida, das próprias capacidades dos entrevistados, mas também do potencial dos demais serviços socioassistenciais em reconhecer e atender às necessidades dos usuários. Quando os demais serviços disponibilizados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) foram acionados pelos entrevistados como forma de suprir necessidades econômicas, também esses apresentaram, em parte, ter funcionado apenas como meio para a proteção social, a exemplo dos benefícios eventuais. Os serviços com maior potencial protetivo foram o acompanhamento familiar e os serviços de convivência, ao ofertar espaços de escuta, nos quais necessidades puderam ser re-conhecidas e atendidas. Dessa forma, enquanto o programa não foi capaz de atender satisfatoriamente as necessidades dos entrevistados, oferecendo proteção social, os demais serviços prestados pela rede socioassistencial apresentaram mais sucesso. Dada essa diferenciação entre recursos, que possibilitaram o atendimento efetivo de necessidades e aqueles, que funcionaram apenas como meio para tanto, passo a utilizar o termo *políticas-fim* para designar a primeira alternativa e *políticas-meio* para a segunda<sup>79</sup>. A seguir, discutirei em mais detalhes as razões para tal diferença.

---

<sup>79</sup> No campo das políticas públicas existem diversas abordagens, que discutem e realizam a avaliação de políticas públicas, com destaque para indicadores sociais de avaliação e resultado (JANNUZZI, 2006). Como meu objetivo neste estudo não foi realizar uma avaliação do PBF a partir de indicadores e sim conduzir uma pesquisa de base a partir do universo empírico, não me pareceu oportuno realizar uma discussão abrangente de meus achados com a literatura existente sobre a avaliação de políticas públicas, embora tivesse sido bastante interessante. Para tanto, seria necessário um domínio satisfatório do tema, o qual não possuo. Sendo assim, preferi limitar minhas reflexões à descrição das especificidades encontradas em minhas análises, conquanto acredito existir grande similaridade entre esses achados e as noções de indicadores-insumo, indicadores-produto e indicadores-processo/fluxo ou ainda indicadores de esforço e indicadores de resultado (mais detalhes cf. *Ibidem*, p. 23), a qual poderá ser explorada em trabalhos futuros.



### *5.1.2 O papel de compensar vínculos sociais inseguros: a busca por reconhecimento e o atendimento de necessidades individuais*

Embora o papel do PBF em compensar vínculos inseguros tenha sido proeminente na reconstrução biográfica do caso de Celso (cf. subcap. 4.2), esse aspecto também esteve presente nos três casos, evidenciando sua importância para os resultados aqui alcançados. Desde a perspectiva da teoria do apego (BOWLBY, 2002), utilizei em minhas análises a compreensão de *construção de vínculos* como um processo através do qual sujeitos estabelecem uma relação de reciprocidade e buscam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, sejam elas físicas ou emocionais, e isso independentemente da fase da vida na qual se encontram (mais detalhes cf. p. 225-226). A reciprocidade é um elemento central nesse conceito, visto que a construção de vínculos se dá sempre entre dois ou mais sujeitos envolvidos em uma relação. Ou seja, não é apenas a criança que se vincula ao seu cuidador, mas também o cuidador que se vincula à criança, assim como não é apenas o usuário do Suas que se vincula ao técnico social, mas também o profissional que se vincula ao usuário, e assim por diante. A forma como as necessidades de ambas as partes é correspondida na relação diária determina, portanto, o tipo de vínculo: se ele é seguro ou inseguro e ainda se se trata de um vínculo afetivo ou instrumental. Sociólogos como Robert Castel (2008) e Serge Paugam (2006) procuraram compreender a formação dos vínculos sociais e seu significado na sociedade moderna. Embora o conceito de “vínculos” não seja exclusivo à Sociologia, esse é um tema clássico de nossa área, visto que se articula com fenômenos centrais como a reciprocidade social, discutida por autores clássicos das Ciências Sociais, como Marcel Mauss (1950) e Georg Simmel (1986), bem como as noções de coesão social a exemplo dos conceitos de solidariedade mecânica e orgânica de Émile Durkheim (2010), e os tipos de relações que daí resultam. À grosso modo, podemos dizer que relações primárias, como as familiares, pressupõem no meio social a construção de vínculos afetivos, uma vez que tendem a envolver laços de afeto e lealdade, enquanto as relações secundárias, a exemplo da relação entre o usuário e o Técnico Social, tendem a envolver vínculos do tipo instrumental, ou seja, laços voltados a objetivos e interesses práticos (JOHNSON, 1997). Na medida em que essa relação de reciprocidade avança no tempo, aquilo que chamamos de confiança ou desconfiança ganha força, ou seja, a segurança ou a insegurança em contar com o

atendimento das necessidades através do outro, envolvendo a prática do auxílio e do cuidado, bem como do significado que se tem para o outro através desse cuidado, ou seja, através do reconhecimento.

A tese de que a proteção social e o reconhecimento<sup>80</sup> são as duas principais dimensões sob as quais os vínculos sociais se constituem e se mantêm, foi discutida pelo sociólogo francês Serge Paugam (2006; 2012) em seus estudos sobre a “desqualificação social”. Enquanto proteção social significa para o autor (2012, p.2, tradução nossa): “o conjunto de suportes que um indivíduo pode mobilizar diante dos desafios da vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais...)”, o reconhecimento faz referência à “interação social, que estimula o indivíduo, fornecendo-lhe provas de sua existência e valor através do olhar do(s) outro(s)”. Sem proteção social ou sem reconhecimento, ou ainda sem os dois, a formação e manutenção de vínculos sociais é prejudicada, com consequências para a coesão social, e com isso para a solidariedade entre os indivíduos e as redes das quais fazem parte.

Para Durkheim (2010), a solidariedade orgânica, identificada como o sistema social vigente em sociedades modernas, era aquela que possibilitava o reconhecimento das necessidades individuais dos sujeitos, visto que o que rege as relações sociais nesse sistema é exatamente a impossibilidade de cada um em produzir os recursos necessários para o atendimento das necessidades básicas, como comer, vestir ou morar. Isso se diferenciava, portanto, da solidariedade mecânica, a qual prevalecia em sociedades tradicionais e nas quais a distinção entre os indivíduos era mínima. Se, por um lado, as chances de os sujeitos terem suas demandas reconhecidas nas sociedades modernas são maiores, por outro as possibilidades de proteção se tornaram mais complexas e generalizadas, conquanto também, em teoria, maiores do que em sociedades tradicionais (PAUGAM, 2012). Na ausência da família, o mercado de trabalho ou o Estado seriam, portanto, os responsáveis por garantir a provisão dos recursos necessários para a sobrevivência. Em última instância, na ausência de proteção social e reconhecimento, a consequência inevitável seria a fragilização ou ruptura dos vínculos do indivíduo com a sociedade, a qual Paugam chama, portanto, de um processo de desqualificação social: “[o] ser humano socialmente desqualificado é tanto vulnerável

---

<sup>80</sup> Vale destacar que as análises dos dados da pesquisa foram realizadas de forma independente da teoria dos vínculos sociais de Paugam, da qual eu não tinha conhecimento à época.

perante o futuro, quanto esmagado pelo peso do olhar negativo projetado sobre ele pelos outros” (Ibidem, p. 18, tradução nossa).

Assim como apontado na reconstrução da história de vida de Celso (cf. subcap. 4.2.4 e 4.2.5), a fragilização constante dos vínculos construídos no meio familiar em razão de diferentes experiências de desamparo e insegurança vivenciadas ao longo do percurso biográfico, foi sempre compensada no mercado de trabalho. Quando também esses vínculos se fragilizaram no contexto da crise econômica de 2015, e em decorrência de problemas de inclusão em razão da idade, Celso buscou a partir de 2017, formas de compensar essas perdas através do PBF. Ao perceber, entretanto, que o recebimento do benefício não seria suficiente para reverter a situação de insegurança alimentar e habitacional, ele recorre aos demais serviços da assistência social, como cestas básicas. E mesmo combinando o recebimento do benefício ao de cestas básicas, a sua condição social seguiu deteriorando. Se considerarmos que a construção e o fortalecimento de vínculos pressupõem, de acordo com o conceito apresentado acima, que necessidades sejam reconhecidas e atendidas, isso pode explicar porque Celso apresentou dificuldade em reconhecer no programa e no acompanhamento familiar uma forma de lidar com as adversidades do presente. Especialmente o acompanhamento familiar, se tivesse realmente se efetivado, poderia ter se tornado um espaço de escuta e de amparo, a partir do qual novos vínculos poderiam ser construídos e novas capacidades desenvolvidas. Isso ganha especial relevância quando consideramos o fato de que confiar em suas relações e manter vínculos duradouros foi a maior dificuldade apresentada pelo entrevistado ao longo de toda trajetória biográfica. No que tange à experiência do entrevistado com o programa, vale ainda destacar a importância atrelada por ele ao fato de que o benefício, embora apresentasse um valor baixo, era sua única renda adquirida de forma segura no período, avaliação expressa por muitos beneficiários e indicada em diversos estudos (SUAREZ; LIBARDONI, 2007; ÁVILA, 2013; REGO; PINZANI, 2014, entre outros). Em outras palavras, poderíamos dizer que naquele momento esse era o vínculo social mais seguro em meio a uma rede de proteção social fragilizada.

Isso muda, em certa medida, nos casos de Pedro e Lara, uma vez que esses puderam contar não apenas ao longo da história de vida, mas também no momento de nossa entrevista, com uma rede de apoio ampla e com relações mais seguras, apesar das fragilidades encontradas no meio familiar, no mercado de trabalho e na relação com as instituições do

Estado. Essa diferença entre os casos poderia ser explicada também pelo fato de que Celso nasce e cresce em área rural, onde a agricultura passava por uma crise econômica e de oportunidades no período. Além disso, a probabilidade de encontrar serviços públicos de qualidade na zona rural era menor do que no perímetro urbano, permanecendo mais dependente da família e de seu sistema de valores.

A segurança ou a insegurança em contar com uma rede de apoio mais ampla ao longo da vida demonstrou, portanto, ter influenciado o comportamento dos próprios entrevistados ao buscar se aproximar e explorar essa rede ou se distanciar dela, evidenciando os etnométodos<sup>81</sup> de cada um, desenvolvidos ao longo da socialização. De modo geral, a mobilização dessa rede se deu no caso dos homens a partir da família, seguida do mercado de trabalho e, mais tarde, da assistência social. No caso de Lara, nossa única representante do sexo feminino, a ordem foi a família, a assistência social, o mercado de trabalho e novamente a assistência social. Especialmente Lara e Pedro apresentaram contar com uma rede mais diversificada ao longo da trajetória de vida, que compreendeu no caso de Pedro, sobretudo, familiares, amigos e empregadores, e no caso de Lara familiares, amigos, empregadores e a assistência social, cuja primeira experiência havia sido feita ainda na infância.

Um importante aspecto envolvendo questões de gênero foi a forma como o acompanhamento familiar foi realizado pelo Cras nos três casos. Enquanto as Técnicas Sociais, responsáveis pelo acompanhamento familiar de Pedro e Celso, apresentaram uma compreensão genérica da condição de vida dos entrevistados, como a presença ou a falta de trabalho e/ou vínculos familiares, ao passo que demonstraram saber poucas particularidades de suas histórias de vida, ofertando um acompanhamento menos atento, a profissional que acompanhou Lara já possuía informações mais detalhadas, apresentando propostas de intervenção mais próximas às suas experiências de vida. Por que os atendimentos conduzidos com Lara demonstraram ter sido mais atentos e mais voltados às suas necessidades me parece menos uma capacidade subjetiva da Técnica Social, responsável pelo seu caso, e muito mais uma questão de formação e cultura institucional, assim como problematizado por autores como Bartholo, Passos e Fontoura (2018), que argumentam como as políticas

---

<sup>81</sup> O conceito de etnométodos foi desenvolvido pelo sociólogo Harold Garfinkel no âmbito da sociologia interpretativa como os métodos aplicados pelos membros da sociedade em seus contextos de prática (KELLER, [202-])

socioassistenciais continuam reconhecendo nas mulheres suas principais interlocutoras entre a família e os serviços socioassistenciais, tendo como maior consequência o distanciamento dos homens de seus espaços. O próprio Bolsa Família é tido por muitos autores como o maior meio de reprodução dessa representação do feminino nas políticas socioassistenciais (Ibidem). Por outro lado, esse programa pode ser também considerado como um dos maiores responsáveis pelos avanços conquistados nos últimos anos, no Brasil, ao reconhecer a vulnerabilidade econômica e emocional das mulheres em relação aos homens. Do ponto de vista das diferenças de gênero, me parece que uma mudança importante e necessária estaria exatamente voltada a um maior envolvimento dos homens nos serviços socioassistenciais, a exemplo do acompanhamento familiar. Um exemplo da importância dessa mudança pode ser visto no próprio caso de Lara, visto que em todos os anos que esteve em acompanhamento familiar a partir de 2011, o companheiro não demonstrou ter participado e nem ter sido envolvido pelo Cras na busca por soluções para os problemas familiares, com destaque para a relação dos pais com as filhas. Esse distanciamento do cônjuge do trabalho com a assistência social acabou resultando no desconhecimento, por parte da rede, das agressões praticadas pelo companheiro às filhas e na reprodução de um sofrimento que levou mais tarde ao rompimento dos vínculos entre Lara e o companheiro, bem como à fragilização dos vínculos dos pais com as filhas. Nesse processo, tanto o companheiro e as filhas foram os membros mais desassistidos, enquanto Lara apresentou estar constantemente sobrecarregada (mais detalhes cf. seção 4.3.3).

Essa diferença na forma como os acompanhamentos familiares foram conduzidos, ou seja, o fato de que em um as necessidades individuais foram em parte atendidas, enquanto nas outras não foram devidamente reconhecidas, poderia explicar porque alguns serviços apresentaram potencial protetivo e outros não. Enquanto no caso de Lara os serviços que apresentaram esse potencial foram o acompanhamento familiar, incluindo o acompanhamento das condicionalidades do PBF e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para as filhas, no caso de Pedro apenas o grupo do idoso foi efetivo no atendimento de suas necessidades. Já Celso demonstrou não ter tido nenhuma de suas necessidades efetivamente atendidas pelos poucos serviços que acessou. Respondendo, portanto, à questão levantada ao final da *seção 5.1.1*, considero que esses serviços apresentaram maior chance de garantir proteção social em comparação aos demais serviços,

como também em relação ao próprio Programa Bolsa Família, exatamente por terem reconhecido e atendido algumas das necessidades trazidas pelos meus entrevistados, ou seja, pelo fato de esses serviços terem logrado compreender e reconhecer aspectos de suas individualidades.

Diante de vínculos familiares inseguros, tanto emocionais quanto econômicos, os entrevistados demonstraram recorrer a diferentes pessoas e grupos como forma de lidar com a escassez de recursos ao longo de toda a trajetória de vida. Com poucas chances de conduzir uma vida autônoma, a busca por cuidado e apoio fora da família começou nos três casos ainda na passagem entre a infância e a juventude, em que pese o fato de que nenhum dos recursos e instâncias mobilizadas ao longo de toda trajetória foram capazes de superar a condição de pobreza. O acesso ao Suas se deu de modo geral de forma distinta. Enquanto Pedro e Celso acederam a rede socioassistencial em idade adulta através do PBF, Lara o fez primeiramente através da família, ainda na infância, e mais tarde, já em idade adulta, através do sistema de saúde, o que prova a importância da intersetorialidade no âmbito da Seguridade Social.

Com base nos resultados alcançados, vimos, portanto, como o PBF não foi capaz de atender às necessidades financeiras de meus entrevistados, enquanto os demais serviços disponibilizados pela assistência social, quando se tornaram um espaço de expressão e reconhecimento de suas necessidades, foram capazes de oferecer apoio efetivo. Isso se deu no caso de Pedro, mediante o encaminhamento para uma vaga de trabalho, ao passo que no caso de Lara, esse apoio pôde ser identificado através da oferta de atividades protetivas para as filhas no contraturno escolar, envolvendo lazer e educação e através do acompanhamento das condicionalidades do PBF. Já o não reconhecimento das necessidades dos entrevistados levou invariavelmente ao seu distanciamento dos serviços, além da tentativa de se desvincular do recebimento do PBF e de alguns serviços socioassistenciais, como o próprio acompanhamento familiar, assim como se evidenciou claramente nos casos de Pedro e Celso. Embora Lara não tenha demonstrado querer se distanciar da instituição socioassistencial, vale destacar que ela verbalizou raramente procurar o serviço por conta própria. Essa atitude se diferenciou bastante daquela encontrada na sua relação com o Conselho Tutelar, visto que demonstrou recorrer com frequência à instituição para tratar de temas envolvendo as filhas e o ex-companheiro, apresentando um outro tipo de vínculo. De modo geral, as chances de

construção de vínculos com a instituição da assistência social se confirmaram exatamente naqueles espaços nos quais os entrevistados tiveram suas necessidades efetivamente atendidas, tenham sido elas econômicas ou emocionais.

Dito isso, uma importante conclusão retirada da relação entre os entrevistados com os serviços socioassistenciais foi a importância do reconhecimento de suas individualidades para o atendimento efetivo de suas necessidades, ou seja, na prática, o atendimento de necessidades exigiu, primeiro, o seu reconhecimento. Se Pedro não tivesse encontrado no grupo da terceira um espaço para falar sobre si mesmo, dar visibilidade a suas particularidades como indivíduo, incluindo carências e competências, provavelmente ele não teria sido indicado pelas Técnicas Sociais ao posto de segurança noturno. Na medida em que ele se aproximou do grupo, o Pedro usuário da rede, desempregado, idoso se tornava cada vez mais o Pedro trabalhador, pai de família, responsável, comunicativo, extrovertido, mas também vulnerável. Com isso, ele demonstrou, por um lado, ter se tornado menos genérico, apresentando sua individualidade e particularidades, ao passo que as categorias que o identificavam puderam também ser complementadas por outras, quando não substituídas. A possibilidade de ter as suas necessidades e capacidades reconhecidas não apenas se reverteu em uma vaga de trabalho e em uma renda capaz de superar a extrema pobreza, mas também em sua valorização como um indivíduo dotado de estima, lhe proporcionando aquilo que Honneth (2003) caracterizou como autorespeito (*Selbstachtung*) em sua minuciosa discussão sobre a luta por reconhecimento de indivíduos e grupos na sociedade moderna. Além das esferas do amor e do direito, compõe ainda a sua tipologia do reconhecimento, uma terceira esfera: a da solidariedade ou, ainda, da comunidade de valores. Na teoria de Honneth, essa é a esfera do reconhecimento, no qual os sujeitos podem fazer valer a sua concepção de vida boa, influenciando a vida pública e o sistema de valores de uma sociedade (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008). Essa possibilidade se inaugura, entretanto, para o autor com a transição da sociedade tradicional para a moderna, na qual vimos a tradição hierárquica de valorização social dar espaço às formas individuais de desempenho (Ibidem). Nesta nova ordem social, “a pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada somente quando as suas capacidades individuais não são mais avaliadas de forma coletivista” (Ibidem, p. 13), ou seja, quando a sua estima social (o seu status) pode ser desenvolvida com relativa independência em relação ao coletivo imediato. Se trouxermos essas reflexões de Honneth para pensarmos

os casos, aqui, analisados, poderíamos dizer que tanto Pedro quanto Lara encontraram nesses espaços a chance de externalizar as particularidades, que dão sentido a sua vida, sua história, sua condição, suas decisões, seus desejos e dificuldades, os diferenciando de qualquer outro generalizado, em busca daquilo que Honneth (2003) denomina *autorrealização* (*Selbstverwirklichung*).

A busca pelo reconhecimento da individualidade e pela autorrealização não ocorre, entretanto, livre de tensões e sofrimento. Até que um indivíduo, a exemplo de Pedro, consiga fazer valer as suas interpretações sobre a vida, sobre suas necessidades e competências, ele terá que superar muitos medos, situações de desrespeito e de dúvida sobre sua pessoa. A condição de relações sociais simétricas de estima (envolvendo a concretização de direitos, respeito, interesse e estima pela história de vida do outro, entre outros) entre indivíduos, ou seja, a chance de os indivíduos vivenciarem o reconhecimento de suas *capacidades* e *necessidades* em uma sociedade não-coletivista (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008) é o que abre, portanto, caminho para que esse processo seja bem menos sofrido. As transformações ocorridas nos vínculos sociais com a transição da sociedade tradicional para a moderna acabaram por promover o desenvolvimento de um sistema de proteção generalizado (PAUGAM, 2012), primeiramente contributivo e mais recentemente não contributivo, mas que apresenta até os tempos atuais grande dificuldade, a exemplo do que ocorre no Brasil, em garantir essa condição de simetria de estima entre os indivíduos. A partir dos casos aqui analisados foi possível identificar que especialmente as capacidades foram facilmente reconhecidas nos espaços socioassistenciais, enquanto as dificuldades passaram, muitas vezes, despercebidas pelas profissionais, com consequências para o desenvolvimento de novas capacidades e, com isso, para a melhoria da condição de vida dos entrevistados, tema esse, ao qual me dediquei na próxima seção.

### *5.1.3 O papel de fomentar capacidades e desenvolver funcionalidades*

Enquanto o papel do programa em complementar a renda e compensar vínculos sociais inseguros pôde ser encontrado nas três histórias de vida analisadas, a função de fomentar capacidades foi encontrada principalmente para Pedro e Lara, ao passo que desenvolver funcionalidades foi constatado apenas na reconstrução biográfica de Lara. Antes de



adentrarmos os detalhes de tal conclusão, gostaria de recapitular os conceitos de funcionalidades e capacidades desenvolvidas por Amartya Sen (2018) e apresentados ao longo do *capítulo 2*. Nele, busquei não apenas discutir o significado de cada um desses conceitos, mas também a relevância que sua abordagem sobre “capacidades” tem apresentado para os estudos sobre políticas de transferência de renda condicionada no Brasil. Embora a sua abordagem tenha sido introduzida na América Latina, por volta do final da década de 1990, através de instituições como o Banco Mundial, ficando conhecida por reforçar a lógica de Estado mínimo, na qual o papel dos indivíduos na melhoria de sua condição de vida ganha força (o próprio termo “capacidades” evoca, em parte, esse sentido), se sobrepondo, entretanto, ao papel do Estado (ALVARENGA, 2012), ela é retomada no Brasil, ao final do ano 2000, pelos sociólogos Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2014) em estudos sobre o PBF sob uma nova ótica, a qual acredito fazer jus à complexidade de sua obra. Sendo assim, recorri, especialmente, às discussões desses autores sobre o desenvolvimento de capacidades internas e externas a partir dos escritos de Sen, mas também de Simmel, em seu estudo intitulado “Vozes do Bolsa Família”.

Primeiramente, é importante destacar que embora os conceitos de funcionalidade e capacidade sejam usados, por vezes, como sinônimos em sua teoria, sua diferença parece residir para Sen (2018) no fato de que *funcionalidades* fazem referência não apenas àquilo que o indivíduo consegue colocar em prática, ou seja, às suas *capacidades*, mas também àquilo que ele acredita ser importante ou bom para a sua vida. Dessa forma, capacidades são sempre funcionalidades, mas não ao contrário, visto que nem tudo o que almejamos alcançar em nossa vida, conseguimos realmente traduzir em prática. Uma alimentação variada, suficiente e saudável em termos da qualidade do alimento é para muitos mais uma funcionalidade do que uma capacidade. Em razão de sua natureza prática, a capacidade é um tipo de liberdade; a liberdade de escolher e agir de determinada forma, alcançando determinadas realizações, sejam elas quais forem. Para que possamos alcançar um determinado nível de bem-estar social em uma determinada sociedade, certas capacidades são, portanto, necessárias, como o acesso à alimentação, moradia, serviços de saúde, educação, ao trabalho, entre outros. Sendo assim, o conceito de capacidades compreende tanto o uso de recursos externos como também internos, apresentando tanto uma dimensão individual como social. Com base nas reflexões de Sen e outros teóricos, Rego e Pinzani

(2014) salientam que a liberdade de escolha não é limitada apenas por fatores externos, mas também por habilidades e capacidades propriamente ditas. Em estudos sobre pobreza, principalmente fatores externos tendem a ganhar relevância. Se nos atermos, entretanto, ao fato de que mesmo diante da provisão de alimentos suficientes para a condução da vida ou mesmo diante do acesso à educação, os obstáculos internos (habilidades e capacidades) para o aproveitamento desses recursos não estariam resolvidos. Sendo assim, a condução de uma vida boa, independentemente de como ela apareça para cada um de nós, dependeria sempre de capacidades externas e internas, bem como de sua combinação, não podendo ser pensadas nunca de forma isolada (REGO; PINZANI, 2014).

A partir dos resultados apontados até aqui, vimos que enquanto os entrevistados não tiveram capacidades, como o acesso a uma alimentação suficiente, promovidas pelo recebimento do benefício PBF, os serviços socioassistenciais, a exemplo dos serviços socioeducativos e do acompanhamento familiar, foram no caso de Lara aqueles que permitiram que capacidades fossem fortalecidas. E mesmo que Pedro tenha tido algumas de suas capacidades reconhecidas pelos profissionais da instituição, logrando, assim, o retorno ao mercado de trabalho formal, o acesso a uma renda mais alta, embora modesta, não foi suficiente para que ele pudesse manter vínculos afetivos duradouros com sua nova esposa<sup>82</sup>. A possibilidade de conduzir o seu ideal de vida boa, com destaque para a importância atribuída por ele às dimensões econômica e afetiva, não demonstrou ter sido barrada, ao menos naquele momento, pela falta de renda, mas sim pela dificuldade em compreender e respeitar as necessidades da companheira, bem como sua liberdade de escolha (mais detalhes cf. p. 201). Especialmente o acompanhamento familiar me parece que poderia ter tido um papel fundamental no reconhecimento dessa dificuldade e no seu acompanhamento como forma de abrir novas possibilidades de pensar e agir, ou seja, novas capacidades. Mais uma vez, vemos como os serviços socioassistenciais foram efetivos em reconhecer e fortalecer capacidades, mas não em impulsionar o desenvolvimento de funcionalidades. De modo geral, acredito ser impossível pensarmos a melhoria da condição social e a superação da pobreza, sem vínculos afetivos seguros e duradouros. Isso vale para todos os casos, aqui, analisados.

---

<sup>82</sup> Essa demonstrou ter sido especialmente a expectativa de Celso, o qual apresentou relacionar as suas dificuldades em construir laços afetivos com mulheres à falta de renda.

Na reconstrução da história de vida de Celso, se evidenciou, por exemplo, como a falta de um acompanhamento familiar próximo e atento dificultou até mesmo o reconhecimento de suas capacidades por parte da instituição socioassistencial. Como um trabalhador de origem agrícola e com grande proximidade com o campo, Celso demonstrou encontrar satisfação exatamente em atividades envolvendo o contato com a natureza e o cultivo de frutas, legumes e animais. Mesmo em idade avançada, seu desejo em manter-se ativo demonstrou ir muito além da obtenção da renda, embora ela fosse essencial e necessária. A partir de sua entrevista fica claro a intenção do entrevistado em voltar a trabalhar com atividades agrícolas, a qual poderia ter sido introduzida e fomentada no acompanhamento familiar (mais detalhes cf. p. 256).

Dentre todos os percursos biográficos analisados, a reconstrução do caso de Lara foi aquela que evidenciou com mais clareza como políticas socioassistenciais, incluindo o próprio PBF, podem possibilitar o fomento tanto de capacidades como de funcionalidades. Se, por um lado, foi constatado, no *subcapítulo 5.1.1*, que o benefício não foi capaz de trazer mudanças efetivas na superação da extrema pobreza como política-fim, mas antes como política-meio, vimos essa função se repetir no caso de Lara no que tange suas chances de desenvolver emancipação financeira em relação à família. Embora o programa não tenha sido o motor da mudança de novos padrões de comportamento, ele foi, sem dúvida, o auxílio necessário para que essas mudanças em direção a um maior autocuidado fossem desenvolvidas e estabilizadas, permitindo que a entrevistada assumisse, ao longo do tempo, o papel de provedora familiar (mais detalhes cf. seção 4.3.5). Além do benefício, também a família, o Cras e o mercado de trabalho foram essenciais para que a biografada lograsse tal mudança, evidenciando a importância da existência de uma rede ampla para que transformações dessa magnitude pudessem ocorrer. Desde a perspectiva do conceito teórico de capacidades de Amartya Sen (2018), podemos dizer que Lara já apresentava a importante capacidade de cuidar de si mesma apesar de todas as limitações impostas pela sua realidade social. Em um contexto minimamente favorável, no qual pôde contar com o suporte externo da família e do próprio ex-marido, do sistema de saúde, do mercado de trabalho e mais tarde do próprio PBF, Lara demonstrou ter superado um momento dramático de sua vida ao aprimorar essa capacidade com novas funcionalidades. Esse potencial impulsionador de mudanças do programa na vida de beneficiárias mulheres foi um importante achado de

estudos como o de Suarez e Libardoni (2007) e Rego e Pinzani (2014), ao passo que acredito que me foi possível explorar em detalhes de que forma esse potencial do benefício pode se manifestar nos meandros da relação entre o usuário e o sistema socioassistencial. No caso de Lara, esse potencial se manteve restrito em fomentar funcionalidades em curso, mas não em impulsionar seu desenvolvimento. Mesmo que o benefício não tenha sido a causa da mudança, ele fez parte de um conjunto de recursos externos necessários para que mudanças internas fossem colocadas em marcha e mais tarde efetivadas, atestando a complexa combinação entre capacidades e funcionalidades externas e internas para a superação da extrema pobreza, mas também para o desenvolvimento daquilo que chamamos na sociologia de *dependência ou independência relativa*<sup>83</sup>. Uma vez desenvolvida a capacidade de diferenciar-se do seu meio imediato, o indivíduo aprimora, ao longo da socialização, essa capacidade, conquanto não o faça nunca sozinho, necessitando dos estímulos e recursos externos necessários para desenvolver autonomia em relação a esse meio.

Assim como apontado nos casos de Pedro e de Lara, as capacidades foram mais facilmente identificadas pelos serviços socioassistenciais do que seus limites e dificuldades em desenvolver determinadas funcionalidades, como por exemplo, a proteção das filhas em relação às agressões do pai ou seu acompanhamento diante dos dilemas da vida. Considero que isso se deu, em primeiro lugar, em razão da própria capacidade dos entrevistados em reconhecer em si mesmos o seu valor e expressá-lo, além de demonstrarem ser intérpretes ativos de sua história de vida, buscando através da própria biografia a sua integração na sociedade no sentido auferido por Fischer (2018) e discutido no *capítulo 3* deste trabalho (mais detalhes cf. Excurso). Embora o acompanhamento familiar tenha sido efetivo em prestar apoio no enfrentamento de algumas das dificuldades familiares, acredito que uma análise mais detalhada sobre a história de vida e familiar da entrevistada, durante um período mais longo de tempo, poderia ter impulsionado mudanças importantes na relação entre ela e as filhas. Por fim, também aqui foi possível identificar, que para que necessidades fossem efetivamente atendidas, elas precisaram ser antes reconhecidas. O potencial de reconhecimento das políticas sociais, tanto do PBF, como dos demais serviços se tornou, a

---

<sup>83</sup> O conceito de dependência relativa de Winnicott foi empregada, por exemplo, por Honneth (2003) no desenvolvimento de sua teoria sobre a luta por reconhecimento.

meu ver, uma importante contribuição deste estudo, sobre a qual discorro na próximo e última seção deste capítulo.

## 5.2 Contribuições para o aprimoramento dos programas de transferência de renda condicionada no âmbito do Suas

Eu sinto muita falta [da mãe], na verdade eu sentia, hoje eu não sou sozinha, então tenho muita gente na minha volta, tenho muito carinho de muitas pessoas, como eu tive o teu, então agora eu não preciso atenção nenhuma. Tem pessoas que dizem assim: a tua visita é um carinho, é uma atenção que tu está me dando, então é um pouco de carinho [...] (Fabiana Duarte, Porto Alegre, out. de 2022)

Considerando as discussões realizadas até aqui, poderíamos dizer que o potencial impulsionador de mudanças de uma política pública está diretamente relacionado a sua possibilidade de reconhecer e atender as necessidades de seus usuários. Se ela não apresenta meios de conhecer e reconhecer essas necessidades, dificilmente causará impactos positivos. Enquanto a esfera do direito é para Honneth um tipo de reconhecimento voltado às propriedades gerais do ser humano, a esfera da solidariedade, como um sistema de valores, compreende espaços do fazer prático, que possibilitam a valorização das necessidades e com isso da individualidade de cada um (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008). É certo que especialmente necessidades tidas como básicas – o afeto, a fome, a sede, o frio, entre outros – são compartilhadas por todos os indivíduos, muito embora a sua vivência se diferencie de uma história de vida para a outra. Como forma de ilustrar esse argumento recorri acima à fala de Fernanda Duarte, uma das oito mulheres entrevistadas para esta pesquisa, cujo caso não pude, entretanto, reconstruir, mas que traz a ideia de que ela enxerga na atenção do outro uma forma de carinho e com isso uma maneira de lidar com a solidão e a ausência de afetos na relação com a mãe. Embora suas necessidades estivessem também voltadas à falta de renda, ela demonstrou sofrer as consequências de uma vida marcada pelo desamparo emocional, as quais lhe impõem, até hoje, barreiras para a realização do seu projeto de vida boa. Em que medida ela pôde ter sido efetivamente protegida ou usando suas próprias palavras, “acarinhada”, pelos serviços socioassistenciais, bem como pelo PBF, não foi possível descobrir.

Tendo em conta os três casos analisados, vimos, todavia, que o PBF e alguns dos serviços complementares disponibilizados na rede socioassistencial apresentaram problemas em atender aquilo que os usuários verbalizaram ou apresentaram precisar. De modo geral, o programa apresentou impactar na vida dos entrevistados como política-meio e não como política-fim, assim como discutido ao longo da *seção 5.1.1*, ao passo que em apenas dois dos três casos analisados, os demais serviços socioassistenciais foram capazes de atender algumas das necessidades apresentadas pelos entrevistados. Como política-fim, o programa não possibilitou, portanto, a superação da insegurança alimentar, mas como política-meio ele impulsionou o acesso a outros serviços da rede, abrindo caminho para que capacidades e funcionalidades (novas capacidades) pudessem ser fomentadas. Para o programa funcionar como política-meio, provocando mudanças, foi necessário, entretanto, que os usuários já apresentassem certas capacidades externas e internas, indicando a limitação das políticas socioassistenciais em funcionar, nos casos analisados, como ferramentas capazes de impulsionar transformações e não apenas fomentá-las, quando já estavam em curso.

Diante do exposto, é inevitável a constatação de que ainda encontramos um problema elementar de reconhecimento dos indivíduos no campo das políticas socioassistenciais no Brasil. O atendimento efetivo das necessidades dos entrevistados exigiu que essas fossem primeiro reconhecidas pela instituição tanto quanto direito, como também um sistema de valores, no qual as necessidades do outro e com ela, sua individualidade fosse valorizada. Enquanto “direito”, o programa permanece apresentando limitações, não apenas porque nem todos aqueles que dele necessitam, podem recebê-lo (SOARES; SÁTYRO, 2009), mas também porque os baixos valores transferidos não garantem a muitos daqueles, que já o recebem, segurança no acesso à alimentação, ao vestuário e à moradia.

Desde a perspectiva de um sistema de valores, os resultados alcançados apontam para uma distância ainda significativa entre a instituição pública socioassistencial e seu público-alvo. Nas teorias interpretativas, re-conhecer compreende dois importantes atos: primeiro o de *conhecer* para então *reconhecer*. É certo que re-conhecer pressupõe sempre um sistema de conhecimento socialmente compartilhado; entretanto, quanto mais nos aproximamos do outro na interação diária, menos generalizado e mais específico ele se torna (BERGER; LUCKMANN, 2014). Recorrendo às reflexões trazidas no *capítulo 3* (cf. Excurso), podemos dizer que às instituições carece entender “o que o usuário viveu” para conhecer “quem ele é”

e “do que ele precisa”. Nessa interação, não apenas dois diferentes indivíduos se encontram, mas dois diferentes mundos: de um lado, o profissional público e do outro, o usuário, cada qual com sua própria história de vida, interesses e motivações (SCHÜTZE, 1994). Mesmo que a ação do primeiro esteja, ao menos em teoria, orientada pelas necessidades do segundo, vimos com base nos resultados alcançados que não apenas o direito ao atendimento das necessidades da população pobre ainda não foi efetivado, mas que ao Estado falta aprimorar os meios necessários para conhecer essas necessidades.

No caso das políticas socioassistenciais, o CadÚnico foi um importante instrumento desenvolvido para que o Estado passasse a conhecer e alcançar essa população, fisicamente reclusas em áreas periféricas. Embora esse tenha se tornado uma ferramenta importante, no qual podemos encontrar informações das famílias referente a sua condição social, a impossibilidade de fazer valer as especificidades dos indivíduos, os mantêm desconhecidos para o Estado. Os mais importantes instrumentos existentes, hoje, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, capazes de se aproximar da realidade social dos usuários são, a meu ver, os serviços ofertados no âmbito da Proteção e Atenção Integral à Família (Paif), a exemplo do acompanhamento familiar, bem como os espaços de sociabilidade ofertados pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Foi especialmente através desses serviços que a barreira que dividia o mundo entre meus entrevistados e o Cras pôde ser rompida, fazendo com que necessidades pudessem ser, mesmo que em parte, compreendidas e reconhecidas. No campo da assistência social, o Sociólogo alemão Fritz Schütze (1994) destaca como as diferenças que dividem os sujeitos são especialmente grandes, uma vez que seu público aprendeu a lidar com os estigmas a eles associados pela sociedade – desemprego, pobreza, alcoolismo, negligência, violência – através de seu distanciamento dos espaços públicos, levando à construção de perspectivas de vida estabelecidas à margem da sociedade, a exemplo das subculturas, como o trabalho informal, a construção de habitações irregulares, o tráfico de drogas, entre outros, e que por isso acabam se mantendo altamente desconhecidas.

Diante dessas barreiras, próprias das relações sociais, mas que ganham outra proporção entre grupos sociais culturalmente diferentes, pesquisadores alemães da sociologia interpretativa e do serviço social reconstrutivo vêm desenvolvendo, desde a década de 1980, abordagens teóricas e instrumentos de trabalho para o campo da assistência social, capazes

de oferecer respostas não à diferença, mas, sobretudo, ao descompasso que daí resulta. Dentre os muitos pesquisadores<sup>84</sup>, que contribuíram para o desenvolvimento do tema, gostaria de destacar a concepção de Fritz Schütze (1994) sobre a *atitude e competência etnográfica* na prática de trabalho dos profissionais da assistência social, bem como a abordagem do *trabalho biográfico dialógico*, desenvolvido por Michaela Köttig e Regina Rätz (2005; 2017).

Com sua concepção de atitude ou competência etnográfica (*etnographische Grundhaltung und Kompetenz*), Schütze buscou enfatizar ainda na década de 1990 o fato de que embora as pessoas, os problemas e os temas do campo do serviço social pareçam familiares aos profissionais da área, na prática, sua lógica e características específicas não os são realmente conhecidas (VÖLTER, 2017). Como forma de reverter essa situação, o autor sugere (SCHÜTZE, 1994), então, que os profissionais se confrontem com os problemas de sua área assumindo em suas práticas – atendimentos, acompanhamentos, redação de prontuários, discussão de caso, análise de caso, trabalho em grupo ou individual, entre outros – uma atitude de estranhamento, típica da pesquisa etnográfica. Com essa concepção, o autor buscou traduzir para a prática profissional de Assistentes Sociais os métodos, até então, aplicados apenas de forma científica para o levantamento e análise de dados. Se os usuários que esses profissionais encontram em sua rotina de trabalho não os são realmente conhecidos como muitas vezes supõem, seja em razão dos limites do próprio senso comum ou do conhecimento especializado adquirido em seu campo de atuação, Schütze argumenta a importância do desenvolvimento de uma *competência etnográfica* por esses profissionais, a qual resulta da combinação entre uma *a*) postura de estranhamento em relação ao mundo social, *b*) uma postura de pesquisa (ou ainda curiosidade) em relação a esse mundo, *c*) conhecimento metodológico (ou seja, o domínio de métodos e técnicas que possibilitem a compreensão do outro), bem como *d*) uma conduta autorreflexiva sobre a prática profissional no campo.

---

<sup>84</sup> A concepção do serviço social que aborda os temas pertinentes a esse campo desde a perspectiva interpretativa na Alemanha é o denominado Serviço Social Reconstutivo (*Rekonstruktive Soziale Arbeit* (RSA)). Dentre seus pesquisadores pioneiros se incluem Fritz Schütze, Gerhard Riemann e Ulrich Oevermann. Já dentre os autores contemporâneos se destacam os trabalhos de Ute Reichmann, Ingrid Miethe, Michaela Köttig, Regina Rätz, Andreas Hanses, Peter Alheit, Bettina Völter, entre outros.



Dentre os métodos de trabalho voltados à prática profissional de Assistentes Sociais já desenvolvidos desde a perspectiva da tradição reconstrutiva do serviço social na Alemanha e da qual Schütze faz parte como um de seus fundadores, especialmente aquelas abordagens que focam em um trabalho conjunto com os usuários, ao contrário das abordagens que visam o estabelecimento de um diagnóstico por parte do profissional, reforçando a relação assimétrica e com isso o distanciamento entre o profissional e o usuário, tem recebido ressonância entre os profissionais e pesquisadores. Dentre eles, se destaca, portanto, o método de *trabalho biográfico dialógico* (*Dialogische Biografiearbeit*) desenvolvido por Michaela Köttig e Regina Rätz (2005; 2017) e que busca no trabalho conjunto entre o profissional e o usuário os meios necessários para que esse último se torne conhecido em sua singularidade através de processos reflexivos que estimulem a *compreensão do outro* (*Selbstverstehen*), mas também para a *autocompreensão* (*Fremdverstehen*). Para tanto, o método combina elementos da condução de entrevistas narrativas biográficas com aspectos da reconstrução biográfica de caso (KÖTTIG; RÄTZ, 2017). Sendo assim, tanto os atendimentos individuais como coletivos teriam como foco um processo dialógico aberto, no qual o usuário tem a chance de falar de forma autônoma sobre os motivos que o levaram até aos espaços da assistência social, seus desejos e dificuldades, ao passo que o profissional busca explorar, junto com o usuário, elementos da história de vida com o objetivo de identificar as estruturas, que dão forma às dificuldades, mas também possibilidades apresentadas no presente. Ao longo do meu próprio processo de pesquisa foi importante perceber como meus entrevistados já vinham em um intenso processo de reflexão sobre as suas experiências de vida, cujas teorias haviam sido desenvolvidas, principalmente, com a ajuda de amigos e instituições religiosas, ao passo que a assistência social e os serviços de saúde, a exemplo de terapias psicológicas e atendimentos médicos, apresentaram um papel bastante secundário, sinalizando a baixa relevância apresentada pelo conhecimento científico na vida dos usuários. Além de demonstrarem estar buscando respostas para as difíceis experiências de vida do passado e em curso, os entrevistados também defenderam de forma clara aqueles aspectos que reforçavam sua integração social, dando destaque as suas identidades como trabalhadores, chefes de família, pai e mãe, e isso apesar das dúvidas em relação ao desempenho desses papéis.

Portanto, a utilização do trabalho biográfico no campo socioassistencial permite exatamente que esses processos reflexivos sejam impulsionados, tanto para o acompanhado, como para o profissional da assistência. Nele, capacidades têm a chance de ser identificadas, mas também funcionalidades, tanto por aquele que escuta, como por aquele que fala. Uma vez que necessidades se tornam conhecidas, elas poderão ser atendidas a depender dos recursos materiais (renda, benefícios eventuais, etc.) e imateriais (cursos de qualificação, creches, escolas, etc.) colocados à disposição pela instituição, do conhecimento especializado dos profissionais e também das capacidades internas do usuário em introduzir e estabilizar mudanças. Se o atendimento de uma necessidade depende de uma capacidade interna que se faz ausente, os recursos materiais e imateriais colocados à disposição pelo Estado precisam ser capazes de auxiliar no desenvolvimento dessa capacidade. O tempo, a construção de vínculos e confiança comprovaram ser essenciais nesse processo.

Se a autoreflexão, o autoconhecimento e o desenvolvimento da individualidade têm demonstrado ser igualmente importantes para o desenvolvimento da autonomia, privar a população empobrecida também desses meios de autorrealização para além da renda é uma maneira de impedi-los de participar dos avanços sociais e humanos da modernidade. É nesse sentido que entendo que os resultados alcançados neste estudo indicam não apenas a necessidade de se elevar os valores monetários transferidos pelo programa de transferência de renda condicionada a fim de que as famílias possam superar a condição de extrema pobreza, mas também a necessidade de se aprimorar os instrumentos de trabalho já existentes e que orientam os serviços ofertados no âmbito do Suas, com destaque para os Serviços de Proteção e Atenção Integral à família (Paif) e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV), como forma de alcançarmos políticas socioassistenciais que possibilitem que capacidades externas aliadas a capacidades internas possam ser desenvolvidas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidi que faria do Programa Bolsa Família (PBF) meu objeto de estudo durante o doutorado, me perguntei se a ciência já não havia dito tudo sobre aquilo que deveríamos saber sobre seus efeitos, especialmente em razão do grande volume de trabalhos realizados, até então, sobre o tema. Já sabíamos, por exemplo, sobre a importância de os valores transferidos pelo programa serem elevados, mas também sobre o seu potencial transformador em alguns casos, sem esquecer da relevância da combinação do benefício com os demais serviços ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para a melhora das condições de vida dos beneficiários. Especialmente a relação entre o PBF e os programas complementares, ofertados no âmbito do Suas e fora dele, sempre foi caracterizada como precária, muito embora, sobretudo, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), criado em 2011, visava corrigir também essas lacunas. Dito isso, busquei finalizar este trabalho me permitindo responder a exatamente essa pergunta: se foi possível descobrir algo de novo sobre o PBF, ou ainda, sobre programas de transferência de renda condicionada, o que foi exatamente que descobri e posso compartilhar com o leitor?

Primeiramente, é importante frisar que meu interesse principal esteve voltado ao longo da pesquisa em compreender as experiências biográficas de meus entrevistados com o programa, buscando identificar o papel desempenhado por ele em suas vidas. Tanto do ponto de vista teórico, quanto prático, é impossível falarmos em transferência de renda condicionada sem tratarmos dos demais programas e serviços ofertados, especialmente, no âmbito da proteção social não-distributiva. Sendo assim, embora o PBF tenha sido meu objeto de estudo e meio de acesso ao campo, minha atenção também esteve voltada a sua relação com os demais serviços acessados por meus entrevistados no Sistema Único de Assistência Social – o Suas.

Ao longo do segundo capítulo do trabalho, discuti de forma diacrônica a trajetória e o papel do programa no âmbito do sistema brasileiro de proteção social no intuito de destacar os eventos mais importantes dessa trajetória, além de me permitir alguns novos *insights* sobre a relevância do programa para a proteção social e o enfrentamento da pobreza. Os anos que antecederam a criação do PBF, em 2003, se caracterizaram pela existência de uma rede de proteção social não-contributiva totalmente incipiente, marcada por uma série de programas

e benefícios distribuídos pelo território nacional de forma desigual, além da falta de comunicação entre programas e instâncias governamentais, com destaque para as esferas federal, estadual e municipal e seus respectivos órgãos e burocratas. Distribuição de benefícios, vantagens e privilégios e não a garantia igualitária de direitos continuavam definindo a relação entre o Estado e a população ainda na virada do milênio. Embora essa tendência continue apresentando resistência à mudança, diferentes marcos legais contribuíram para que a população em situação de maior vulnerabilidade social fosse gradativamente incorporada no sistema de Seguridade Social. Novos avanços foram introduzidos, primeiramente, no campo da proteção social contributiva com a criação do Funrural em 1971, o qual passa a reconhecer o direito à aposentadoria dos trabalhadores do campo independentemente de contribuição previdenciária. Mais tarde, em 1993, a proteção social não-contributiva passou a contar com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário mínimo a pessoas com mais de 65 anos ou com deficiências severas e renda familiar *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

Dez anos depois, em 2003, o Programa Bolsa Família surgiu como o maior programa de transferência de renda do Brasil, incorporando à Seguridade Social a população mais pobre entre os pobres: homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, especialmente em situação de extrema pobreza. Entre 2004 e 2014, o programa dobrou o número de famílias atendidas, passando de cerca de 7,2 milhões para 13,8 milhões de famílias, chegando principalmente às famílias mais pobres. Esse potencial inclusivo acabou impulsionando uma *mudança de paradigma* na Seguridade Social brasileira, a qual se mantém em pleno desenvolvimento. Apesar das críticas que políticas focalizadas de transferência de renda atraem, especialmente de adeptos de políticas sociais universais, é preciso destacar sua importância para a redistribuição de renda no país. Embora a focalização tenha sido a estratégia inicial adotada para que o programa chegasse primeiro às famílias mais pobres, ao longo do tempo acreditou-se que a expansão da cobertura resultaria inevitavelmente em sua universalização. Entretanto, tal aspiração (ainda) não se efetivou.

Enquanto o programa começou a operar, em 2004, tendo como principais objetivos 1) o alívio imediato da pobreza no curto prazo, 2) o aperfeiçoamento dos serviços públicos nos setores da saúde, educação e assistência através de uma rede eficiente e 3) a quebra geracional da pobreza no longo prazo, a partir de 2009, as preocupações dos formuladores estiveram

voltadas, sobretudo, à superação da extrema pobreza; primeiro entre os beneficiários do programa com crianças pequenas, para mais tarde erradicá-la entre a população a partir do aumento da cobertura. Além da erradicação da extrema pobreza, também a articulação entre o programa e os setores da saúde, educação e assistencial social continuou sendo aprimorada, com destaque para a implementação do Sistema Único de Assistência Social em 2010, quando ocorre o reordenamento da rede socioassistencial nos municípios em proteção básica e especial de média e alta complexidade. Se, por um lado, estudos puderam identificar as contribuições do programa para o aprimoramento da rede socioassistencial, a exemplo do CadÚnico, por outro, diversas pesquisas atentaram, também, para a dificuldade de beneficiários do programa em fazer uso de outros serviços da rede, evidenciando os limites dessa articulação.

Nos dez primeiros anos, entre 2004 e 2014, estudos haviam registrado diversos efeitos do programa sobre a vida dos beneficiários: melhora no desempenho escolar de crianças e jovens, queda dos indicadores de desnutrição infantil, melhora quantitativa e qualitativa no consumo de alimentos das famílias, seguido de produtos de higiene, beleza, material escolar, móveis e eletrodomésticos. Desde a perspectiva simbólica, se destacaram aqueles achados referentes ao potencial do programa em impulsionar mudanças, mesmo que incipientes, nas relações familiares e comunitárias de mulheres beneficiárias, logrando um maior reconhecimento e poder de escolha, além da reconfiguração de projetos de vida. No caso de homens beneficiários, vimos como o PBF significou alívio ao diminuir a pressão social sobre eles em cumprir o papel de provedor familiar. Isso não significou, entretanto, uma mudança nos papéis sociais tradicionais.

Dentre os estudos qualitativos consultados para este trabalho, não foi possível encontrar resultados referentes aos limites do programa em promover a superação da extrema pobreza. Esse foi um achado apresentado, a partir de 2009, apenas por estudos quantitativos, que atribuíam esse problema aos baixos valores transferidos e à grande volatilidade de renda entre os beneficiários (OSÓRIO; SOARES; SOUZA, 2011; SOARES, 2009). Em especial, as ações promovidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria visaram corrigir essas lacunas com a criação, em 2012, do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSE) voltado às famílias com crianças pequenas e mais tarde expandido para aquelas com jovens até 16 anos. Além do aumento dos valores transferidos pelo programa a fim de que as famílias saíssem

efetivamente da condição de extrema pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria passou também a investir fortemente nas “portas de saída” do programa, buscando uma maior articulação com a rede socioassistencial, bem como a oferta de cursos de qualificação através do Programa Pronatec Brasil Sem Miséria. O curto período de implementação dessas ações não permitiu, entretanto, que pudéssemos avaliar seus efeitos no longo prazo. Os impactos do estreitamento entre o PBF e os demais serviços socioassistenciais, ofertados no âmbito do Suas, mantiveram-se, segundo diversos estudos, bastante limitados, uma vez que a relação entre os beneficiários e os Centros de Referência demonstrava não ir muito além do acompanhamento das condicionalidades. De modo geral, podemos dizer que o período entre 2004 e 2014 apresentou momentos de grandes avanços, sobretudo nos primeiros anos; momentos de manutenção e um novo período de maiores investimentos, que tiveram, entretanto, vida curta, uma vez que a Emenda de corte de gastos públicos que entrou em vigor em 2016, acabou por reduzir de forma significativa os investimentos em políticas sociais, levando ao desfinanciamento do programa e de toda rede socioassistencial.

Quando a pandemia de covid-19 se instalou também no Brasil, poderíamos esperar que a população pobre estaria mais protegida, especialmente se compararmos esse período com aquele que antecedeu a criação do PBF em 2003 e a implementação do Suas em 2010. Entretanto, a omissão do Governo Federal em implementar ações que pudessem ter mitigado os efeitos provocados pela queda na renda do trabalho, impulsionados a partir de 2015 no contexto da crise econômica, acabou por reverter por completo os avanços sociais alcançados até então. Sem o reajuste dos valores transferidos e a expansão da cobertura do PBF, a pandemia encontrou, aqui, uma população pobre mais vulnerável: a extrema pobreza havia aumentado quase 60% entre 2015 e 2018, com tendência de estabilidade em 2019 (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020), período no qual iniciei minhas entrevistas com beneficiários do programa com ajuda dos profissionais do Cras Horizontes.

Muito daquilo que foi identificado como efeitos do programa na vida dos beneficiários, também pôde ser confirmado na presente pesquisa, conquanto acredito ter logrado evidenciar e explorar importantes aspectos da relação entre a entrada dos beneficiários no programa, o recebimento do benefício e a sua condição de vida. Acredito que a possibilidade de adentrar os detalhes dessa dinâmica foi possível pelo uso de uma abordagem consequentemente aberta de pesquisa. Sendo assim, o primeiro importante achado esteve voltado ao papel do programa

em *complementar a renda familiar*, a qual era obtida, nos três casos analisados, no mercado de trabalho informal. Como parte de um somatório de recursos, o recebimento do benefício não permitiu, em nenhum dos três casos, a superação da insegurança alimentar, a qual só foi alcançada nos casos de Pedro Amaro e Lara Oliveira depois de sua colocação no mercado de trabalho formal. Em razão da grande volatilidade de renda e dos baixos valores repassados pelo programa, não o benefício permitiu o enfrentamento dos efeitos da extrema pobreza e sim a renda do trabalho formal. Diante da impossibilidade de ter suas necessidades alimentares atendidas pelo programa, os entrevistados passaram a acionar outros serviços da rede socioassistencial, a exemplo de cestas básicas, as quais, por sua vez, também não foram capazes de interromper a insegurança alimentar.

Como forma de diferenciar os recursos, que possibilitaram o atendimento efetivo de necessidades, daqueles que funcionaram apenas como meio para tanto, criei os termos *políticas-fim* e *políticas-meio*. Se, como política-fim, o programa não foi capaz de proteger meus entrevistados da situação de insegurança alimentar, como política-meio, ele foi mais efetivo, funcionando como canal de aproximação dos entrevistados à rede socioassistencial, bem como de fomento e desenvolvimento de capacidades. Ao acessarem a rede socioassistencial, foi possível constatar como os três entrevistados provaram buscar no programa e na rede socioassistencial formas de *compensar vínculos sociais inseguros*. Na ausência de apoio econômico e emocional na família, no mercado de trabalho e no próprio programa, os entrevistados passaram a buscar nos demais serviços socioassistenciais formas de lidar com a insegurança alimentar e habitacional, de buscar emprego e de lidar com suas relações familiares. Sendo assim, embora o papel do PBF em compensar vínculos inseguros tenha sido proeminente na reconstrução biográfica do caso de Celso Menezes, esse aspecto também esteve presente nos três casos, evidenciando sua importância para os resultados aqui alcançados.

Desde a perspectiva da teoria do apego (BOWLBY, 2002), trabalho com uma compreensão de *construção de vínculos* como um processo através do qual sujeitos estabelecem uma relação de reciprocidade, buscando ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, sejam elas físicas ou emocionais, e isso independentemente da fase da vida na qual se encontram. A reciprocidade é um elemento central nesse conceito, visto que a construção de vínculos se dá sempre entre dois ou mais sujeitos envolvidos em uma relação. No caso de

Celso, os vínculos constantemente fragilizados no meio familiar foram sempre compensados no mercado de trabalho. Quando também esses vínculos se fragilizaram, ele buscou formas de compensar essas perdas através do PBF. Ao perceber que o recebimento do benefício não seria suficiente para reverter a situação de insegurança alimentar e habitacional, ele recorreu aos demais serviços da assistência social. Sem sucesso, a sua condição social seguiu deteriorando. Mesmo o acompanhamento familiar apresentou dificuldades em reconhecer e atender as necessidades trazidas pelo entrevistado. Dessa forma, especialmente na trajetória de Celso, vemos como seus vínculos sociais inseguros continuaram sendo reproduzidos no meio socioassistencial, tanto através do PBF, como dos demais serviços socioassistenciais.

Diante de sentimentos como medo, impotência e baixa autoestima, especialmente, meus entrevistados do sexo masculino demonstraram encontrar pouco respaldo nos serviços socioassistenciais, a exemplo do acompanhamento familiar. De modo geral, a interpretação das Técnicas Sociais sobre os casos de Pedro e Celso se apresentou mais generalizada e menos comprometida com as particularidades de suas histórias de vida e com as necessidades trazidas por eles, mantendo um maior distanciamento e estranhamento entre as profissionais e os dois usuários. Esse achado vem em direção a muitos estudos (cf. BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2018), que discutem a relação entre o programa e a reprodução dos papéis tradicionais de gênero, apontando para os limites das políticas socioassistenciais como um todo, e não apenas do BF, em reconhecer nos homens um papel de interlocutores entre a instituição socioassistencial e a família, e não apenas nas mulheres. A exemplo da relação entre a entrevistada Lara e o Cras, na qual seu ex-companheiro não foi envolvido pela instituição, em nenhum momento, durante o acompanhamento familiar, vimos como essa limitação não apenas contribuiu para a reprodução do papel da mulher como a principal responsável pelos cuidados dos filhos, sobrecarregando-a dessa tarefa e evocando, no caso de Lara, sentimento de culpa em relação à educação das filhas, mas também impediu que o ex-parceiro pudesse receber a atenção e o apoio de que necessitava.

Apesar dessas limitações, o acompanhamento familiar se apresentou no caso de Lara como um importante espaço, no qual a entrevista podia falar sobre suas necessidades, enquanto no caso de Pedro foi o grupo da terceira idade que cumpriu essa função. Comparando a forma como se deu a relação dos três entrevistados com os serviços socioassistenciais, considero que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



(SCFV) para idosos no caso de Pedro e os serviços socioeducativos para as filhas, bem como o acompanhamento familiar no Cras e no Conselho Tutelar apresentaram maior chance de garantir proteção social em comparação aos demais serviços, como também em relação ao próprio programa de transferência de renda, exatamente por terem reconhecido e atendido algumas das necessidades trazidas pelos entrevistados, ou seja, pelo fato de esses serviços terem logrado compreender e reconhecer aspectos de suas individualidades.

O reconhecimento de necessidades demonstrou ter sido o primeiro passo para que essas pudessem ser atendidas. O ato de re-conhecer passa invariavelmente pela prática de conhecer. Foi apenas depois de ter se tornado conhecido em suas especificidades entre as Técnicas Sociais, incluindo capacidades e vulnerabilidades, é que Pedro conseguiu um encaminhamento para uma nova vaga de trabalho. Para falar um pouco sobre reconhecimento no campo socioassistencial, uso as discussões de Axel Honneth (2003) sobre as diferentes esferas sociais do reconhecimento social. A oferta de espaços socioassistenciais abertos para realidades sociais diversas e a incorporação de atitudes por parte dos profissionais da área, que permitiram uma maior abertura em relação ao outro e a compreensão de quem é esse outro, possibilitou que Pedro e Lara pudessem fazer valer, ao menos em certa medida, a sua concepção de vida boa. Dito isso, uma importante conclusão retirada da relação entre os entrevistados com os serviços socioassistenciais foi a importância do re-conhecimento para o atendimento efetivo de suas necessidades, ou seja, na prática, o atendimento de necessidades exigiu, primeiro, o seu conhecimento e o reconhecimento das diversas individualidades.

Enquanto as capacidades dos entrevistados puderam ser mais facilmente reconhecidas pelas profissionais da rede, sobretudo suas dificuldades e limitações passaram muitas vezes despercebidas. Considero que isso se deu, em primeiro lugar, em razão da própria capacidade dos entrevistados em reconhecer em si mesmos o seu valor e expressá-lo, além de demonstrarem ser intérpretes ativos de sua história de vida, e em segundo lugar, pela falta dos meios necessários para que as Técnicas Sociais pudessem conhecer efetivamente as necessidades dos entrevistados. Como política-meio, além dos demais serviços socioassistenciais, também o PBF cumpriu a função de *fomentar capacidades e funcionalidades*. Enquanto o papel do programa em complementar a renda e compensar vínculos sociais inseguros pôde ser encontrado nas três histórias de vida, a função de

fomentar capacidades foi encontrada principalmente para Pedro e Lara, ao passo que desenvolver funcionalidades, ou seja, novas capacidades, foi constatado apenas na reconstrução biográfica de Lara. Para a discussão do programa como instrumento de fomento e desenvolvimento de capacidades recorro à diferenciação de Amartya Sen (2018) sobre capacidades e funcionalidades. Enquanto o conceito de funcionalidades faz referência ao plano dos desejos, sonhos, mas também das normas e com elas do fazer ideal, as capacidades são aquilo que os indivíduos conseguem colocar em prática. A partir dos resultados apontados até aqui, vimos que enquanto os entrevistados não tiveram funcionalidades, como o acesso a uma alimentação suficiente no longo prazo, promovidas pelo recebimento do benefício do PBF, os serviços socioassistenciais à exemplo dos serviços de convivência e do acompanhamento familiar foram no caso de Lara e Pedro aqueles, que permitiram que necessidades fossem atendidas e capacidades fossem fortalecidas.

Se, por um lado, o benefício não foi capaz de trazer mudanças efetivas na superação da extrema pobreza, como política-meio, seu recebimento, aliado as demais instâncias de cuidado, bem como suas próprias práticas em direção a um maior autocuidado foi o que permitiu, no caso de Lara, que a entrevistada não apenas desenvolvesse independência financeira em relação à família, mas também assumisse e pudesse estabilizar o papel de provedora familiar. O atendimento de suas necessidades através do benefício, mas também da família, do Cras e do mercado de trabalho foram essenciais para que a biografada lograsse tal mudança, evidenciando a importância da existência de uma rede ampla e, sobretudo, eficiente para que transformações biográficas dessa magnitude pudessem ocorrer. Esse potencial impulsionador de mudanças do programa na vida de beneficiárias mulheres foi um importante achado de outros estudos como o de Suarez e Libardoni (2007) e Rego e Pinzani (2014), ao passo que acredito que me foi possível explorar com mais detalhes de que forma esse potencial transformador se manifesta nos meandros da relação entre meus entrevistados e o sistema socioassistencial. Portanto, mesmo que o benefício não tenha sido a causa da mudança, ele fez parte de um conjunto de recursos externos necessários para que mudanças internas fossem colocadas em marcha e mais tarde efetivadas, atestando a complexa combinação entre capacidades e funcionalidades externas e internas para a superação da extrema pobreza e da pobreza. No caso de Lara, as análises permitiram evidenciar como novas funcionalidades internas (a assunção do papel de provedora) puderam ser apenas

desenvolvidas, quando determinadas necessidades haviam sido atendidas através de recursos externos (um emprego de qualidade e um lugar, no qual as filhas recebiam cuidado), ao passo que determinadas capacidades internas (práticas que permitiam o autocuidado, como autoproteção em relação à violência doméstica, a laqueadura e a busca por um trabalho) já se encontravam em curso.

Gostaria de sintetizar, por fim, apenas alguns aspectos que me pareceram ser bastante importantes. Primeiro, a diferenciação entre recursos/políticas, que permitiram o atendimento efetivo de necessidades (políticas-fim) e aquelas, que se apresentaram como meio para que necessidades pudessem ser atendidas (políticas-meio). Essa diferenciação me parece, especialmente, interessante, porque toca numa discussão recorrente encontrada na literatura, que trata exatamente dos objetivos do PBF, bem como das expectativas sobre ele (a exemplo de SOARES; SÁTYRO, 2009; BICHIR, 2011). O Programa Bolsa Família é um recurso capaz de permitir a superação da extrema pobreza e da pobreza no curto, mas também no longo prazo? O que podemos esperar de um Programa de Transferência de Renda Condicionada? Se seu impacto vai muito além da transferência de renda, o que ele pode fazer e como ele faz isso? Acredito que o presente estudo pôde nos ajudar a compreender um pouco desses aspectos, com destaque para a importante relação entre o conhecimento e o reconhecimento das individualidades, atendimento de necessidades e fomento e desenvolvimento de capacidades para a superação da extrema pobreza, ou seja, se o atendimento de necessidades dependeu que essas fossem primeiro conhecidas e reconhecidas como tais, vimos também que para que capacidades fossem fomentadas e desenvolvidas, necessidades tiveram que ser efetivamente atendidas.

Como o Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda, que visa, em primeiro lugar, o alívio da pobreza através do consumo, vimos que os baixos valores transferidos não foram capazes de trazer segurança alimentar nos casos analisados, assim que seu efeito como política-fim não foi alcançado; no entanto, ele desempenhou uma importante função como política-meio, contribuindo para que meus entrevistados, a exemplo de Lara e Pedro, colocassem em prática, com a ajuda de sua rede, suas próprias capacidades (recursos) até atingir esse objetivo. Como as políticas socioassistenciais, incluindo o PBF, podem, entretanto, não apenas fomentar capacidades, mas também impulsionar funcionalidades? Uma possível resposta a essa pergunta pode estar, portanto, no reconhecimento das

necessidades individuais dos usuários e seu atendimento através das políticas públicas. Essa possibilidade existe e pode ser potencializada através do reajuste dos valores de tal forma que todos os beneficiários tenham condições de ter acesso a uma alimentação segura, além de ter outras necessidades atendidas como morar, vestir e transportar. No que tange à relação do programa com os demais serviços socioassistenciais, vimos a importância do programa como porta de entrada para o Suas, aspecto esse apontado amplamente pela literatura sobre o tema (SOARES; SÁTYRO, 2009; COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010; BICHIR, 2011; ÁVILA, 2013, entre outros), mas também o grande potencial dos demais serviços em reconhecer e atender as necessidades dos usuários, mesmo considerando todas as limitações encontradas nesse processo. Dessarte, existe um espaço em formação de serviços socioassistenciais cada vez mais humanizados e que podem ser fortalecidos, tanto financeiramente, como com conhecimento científico, com destaque para o acompanhamento familiar, que configura, hoje, segundo o presente estudo, o mais importante serviço voltado ao atendimento de necessidades dos responsáveis familiares, possibilitando que suas individualidades possam ser conhecidas e desenvolvidas, sem as quais também não existem “portas de saída” do programa.

## REFERÊNCIAS

- ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. **Arbeitsleben**: eine qualitative Untersuchung von Arbeiterlebensgeschichten. Frankfurt/Main; New York: Campus Verlag, 1985.
- ALVARENGA, M. S. **Risco e vulnerabilidade**: razões e implicações do uso na política nacional de assistência social. 2012, 133 f. Dissertação. (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- ANDRADE, R. E. S. **O aumento da vulnerabilidade social durante a pandemia da covid-19 no Brasil**: uma análise do perfil dos beneficiários do auxílio emergencial entre 2020 e 2021. 2022, 59f. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.
- ANTON, M. C.; FAVERO, E. Morte Repentina de Genitores e Luto Infantil: uma revisão da literatura em periódicos científicos brasileiros. **Interação Psicológica**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 101-110, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/16992>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- AVELAR, M. R.; MALFITANO, A. P. S. Entre o suporte e o controle: a articulação intersetorial de redes de serviços. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 23, n. 10, 3201-3210, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RLsQvdqDGXdmJF5KtgDMJm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ÁVILA, M. P. **O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: detalhes que fazem a diferença**. 2013, 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BATALHA, L. **Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1995.
- BARBOSA, R.; PRATES, I. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do emprego e da renda (MP nº936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **Nota Técnica**, Mercado de Trabalho, nº 69, Brasília, DF/ Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- BARBOSA, R.; SOUZA, P.H.G.F.; SOARES, S. Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza. **Texto para discussão**. Brasília, DF/Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *In*: SILVA, T. F. (org.). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018. p. 371-406.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones**, [s. l.], v. 29, p. 1-23, mar. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/ras/article/view/29458>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BICHIR, R. M. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais**: o caso do Programa Bolsa Família. 2011, 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BICHIR, R. M. Novas agendas, novos desafios. Reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos Estudos**, [s. l.], v. 104, p. 111-136, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/M5XFdvfntQWHTHFZk7FKwwJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOVOLENTA, G. A. Os benefícios eventuais junto à política de assistência social: algumas considerações. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 273-286, jul. 2013.

BOWLBY, J. **Apego: a natureza do vínculo**. v. 1, Trilogia Apego e Perda. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 set. 2004b.

BRASIL. Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.982, que estabelece medidas de proteção social. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 jan. 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, DF: MT, [2007?]. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Pnas2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Pnas2004.pdf) Acesso em: dia.mes.ano.7. Acesso em: 02 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de programas e ações. Brasil. Auxílio Brasil**. Brasília, DF: MDS, 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?aM=0.&codigo=0&aM=0>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Benefício de Prestação Continuada**. Brasília, DF: MDS. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CAMARGO, J. A.; AZEVEDO, C. A.; MAGALHÃES, C. D. Política de assistência social e pandemia: desafios à atuação profissional do/da Assistente Social no Cras. **O Social em Questão**, [s. l.], n. 54, p.351-372, set.- dez. 2022.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELLO; T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p.15-24.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CASTRO, J. A. *et al.* Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005. **Texto para Discussão**, Brasília, DF, n. 1324, 2008.

CÉ SANGALLI, L.; RINALDI, D. Pesquisa social interpretativa alemã: os métodos de entrevista narrativa biográfica e de reconstrução biográfica de caso. **Em Tese**, Florianópolis. v. 15, n. 2, p.107-136, 01 jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n2p107>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CERQUEIRA, P. S. **Programa Bolsa Família no debate midiático: a perspectiva do jornal O Estado de S. Paulo (2003-2014)**. 2020, 117f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

COBO, B. S. **Sistemas focalizados de transferência de renda: contextos e desafios ao bem-estar**. 2010, 267 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COLIN, D. R. A.; GONELLI, V. M. M.; MORENO, A. H. V. S. M. O Plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da Política de Assistência social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas. *In*: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (org.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014, p. 349-364.

COLIN, D. R. A.; PEREIRA, J. M. F.; GONELLI, Valéria M. M. Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p.47-63.

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ. Programa Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família. **Nota conjunta**. Curitiba. Novembro de 2022. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2022.

COSTA, P. V.; MAFRA, R. D.; BACHTOLD, I. V. O eixo de acesso a serviços e a Ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil Sem Miséria. *In*: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (org.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014, p. 261-289.

COUTO, B. R. C.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In*: COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; SILVA, M. O. S.; RAICHELIS, R. (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010, p.32-65.

D'ALBUQUERQUE, R. W. **A demanda por serviços socioassistenciais e a burocracia da Assistência social dos municípios brasileiros**. 2017, 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

DENZIN, N. **The Research Act**, Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall, 1989.

DIETZ, B.; FREVEL, B.; TOENS, K. **Geschichte und Entwicklungsbedingungen der Sozialpolitik in Deutschland**. Wiesbaden: VS Verlag, 2015.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **CIES e-WORKING PAPER**, n. 60, 2009.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DORNELLES, B. **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. Porto Alegre: EDIPUC, 2004.

FONSECA, A.; MONTALI, L. O Programa de Renda Mínima de Campinas: uma estratégia de combate à pobreza urbana. **GT: Estudos Urbanos XX Encontro Anual da ANPOCS Caxambu**, 22-26 out. 1996.



- FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p.11-43, ja.-jun. 2006.
- FONSECA, C. A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar. **BB** Rio de Janeiro, n. 27, p. 51-73, 1989.
- FIELDING, N., e J. FIELDING. **Linking Data**, Londres, Sage, 1986.
- FISCHER, W. Struktur und Funktion erzählter Lebensgeschichte. *In*: KOHLI, M. (org.). **Soziologie des Lebenslaufs**. Darmstadt/Neuwied: Luchterhand, 1978. p. 311-336.
- FISCHER, W. Diesseits von Mikro und Makro. Phänomenologische Soziologie im Vorfeld einer forschungspolitischen Differenz. **Österreichische Zeitschrift für Soziologie**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 21-34, 1990.
- FISCHER, W. Theorien der Moderne und Biographieforschung. *In*: Lutz, H.; Schiebel, M.; Tuider, E. **Handbuch Biographieforschung**. Wiesbaden: Springer, 2018, p. 94 -112.
- FISCHER-ROSENTHAL, W. Biographical work and biographical structuring in present-day societies. *In*: GOODWIN, J. (org.). **Biographical research: Starting points, debates and approaches**. Sage Biographical Research. Londres: Sage Publications Ltd, 2003, p. 109–125.
- FISCHER-ROSENTHAL, W. Schweigen – Rechtfertigen – Umschreiben. Biographische Arbeit im Umgang mit deutschen Vergangenheiten. *In*: Alheit, P. (org.). **Biographien in Deutschland**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1995, p. 43-86.
- FISCHER, W.; KOHLI, M. Biographieforschung. *In*: Voges, W. (org.): **Methoden der Biographie- und Lebenslaufforschung**. Opladen: Leske + Budrich, 1987, p. 25-49.
- FISCHER-ROSENTHAL, W.; ROSENTHAL, G. Warum Biographieanalyse und wie man sie macht. **Zeitschrift für Sozialisationsforschung und Erziehungssoziologie**, Göttingen, 17 Jh. H. 4, p. 405-427, 1997.
- FLEURY, S. Dilemas da coesão social. **Nueva Sociedad**, especial em português. Buenos Aires, p.4-23, out. 2007.
- FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, M. H. P. **Formação e rompimento de vínculos**. O dilema das perdas na atualidade. São Paulo: Summus Editorial, 2010.
- GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- GEERTZ, C. **Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura**. *In*: Geertz, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-41, 1978.

- GLASER, B.; STRAUSS, A. L. **The Discovery of Grounded theory**. Strategies for qualitative research. Aldine Transaction: New Brunswick and London, 2006.
- GOFFMAN, E. **Quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GOMES, A. A. **A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea**. 2011, 286 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual de São Paulo, Bauru, 2011.
- HABERMAS, J. **Die Moderne – Ein unvollendetes Projekt**. Philosophisch-politische Aufsätze 1977-1990. Leipzig: Reclam, 1990.
- HABERMAS, J. **O Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- HASENBALG, C. Pobreza no Brasil no final do século XX. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (org.). **Origens e destinos**. Desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, P. 457-480.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JACOBS, MG; PINTO JUNIOR, V. Perfil dos municípios brasileiros, a presença de tuberculose e sua forma drogaresistente. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 24, n. 7, p. 2379-2386, 2019.
- JACCOUD, L.; HADJAB, P.; CHAIBUB, J. Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). *In*: Ipea. **Políticas sociais: acompanhamento e análise — Vinte anos da Constituição Federal**, v. 1, n. 17, 2009.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2006.
- JANUZZI; P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família I. *In*: CAMPELLO; T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 179-192.
- KELLER, R. **O paradigma interpretativo: uma introdução**. Tradução Débora Rinaldi. Revisão Técnica Hermílio Santos. Porto Alegre: EDIPUC, [202-].

KOHLI, M. **Soziologie des Lebenslaufs**. Darmstadt/Neuwied: Luchterhand, 1978.

KÖTTIG, M. **Lebensgeschichte rechtsextrem orientierter Mädchen und junger Frauen**. Biographische Verläufe im Kontext der Familien- und Gruppendynamik. Giessen: Psychosozial Verlag, 2004.

KÖTTIG, M. Triangulation von Fallrekonstruktionen: Biographie und Interaktionsanalyse. *In*: DAUSIEN, B.; LUTZ, H.; ROSENTHAL, G., VÖLTER, B. (org.). **Biographieforschung im Diskurs**. Theoretische und methodische Verknüpfungen. Opladen: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005, p. 65-83.

KÖTTIG, M. Biografieorientierung und Fallverstehen im beruflichen Handeln. **Sozialmagazin**. Soziale Arbeit als Beruf, [s. l.], p.61-65, 2020.

KÖTTIG, M.; RÄTZ-HEINISCH, R. Potenziale unterstützen, Selbstverstehen fördern. Dialogische Biografiearbeit in der Kinder- und Jugendhilfe. **Sozial Extra**, [s. l.], 29. Jg., H 11, p. 16-20, 2005.

KÖTTIG, M.; RÄTZ, R. Rekonstruktive Fallbearbeitung in der Kinder- und Jugendhilfe. Dialogische Biografiearbeit in institutionellen Kontexten. *In*: VÖLTER, B.; REICHMANN, U. (org.). **Rekonstruktiv denken und handeln, Rekonstruktive Soziale Arbeit als professionelle Praxis**. Opladen/Berlin/Toronto: Barbara Budrich. 2017, p. 95-109.

LAHIRE, B. Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, [s. l.], n. 49, p. 11-42, 2005.

LAUTIER, B. O Consenso sobre as políticas sociais na América Latina, negação da democracia? **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-368, ma./ago. 2010.

LAVINAS L. Transferências de Renda: o quase tudo do sistema de proteção social brasileiro. *In*: SICSÚ, J. (org.). **Arrecadação, de onde vem? E Gastos Públicos, para onde vão?** São Paulo: Boi Tempo Editoria e Instituto Rosa Luxemburgo, 2007.

LEITE, C. K.; FONSECA, F.C.P.; HOLANDA, B.M. Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise da retórica da grande imprensa. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro, v. 53, n.5, p. 879-898, set. - out. 2019.

LEITE, C. K.; PERES, U. D. Origem e disseminação do Programa Bolsa Família: aproximações analíticas com o caso mexicano. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF., v. 64, n. 3, p. 351-376, jul./set. 2013.

LIMA, M. J. G. Ônus municipal, bônus federal: a crise das finanças públicas, cultura e direito da assistência social em Porto Alegre/RS. **MOUSEION**, Canoas, n. 33, p. 77-91, ago. 2019.

- LIRA, C.D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. *In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (org.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 169-208.
- LOCH, U. Spuren von Traumatisierungen in narrativen Interviews. **FQS - Forum: qualitative sozialforschung/social research**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1-13, jan. 2008. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/fqs/>. Acesso em: nov. 2022.
- LUCCA-SILVEIRA, M. P.; BARBOSA, R. J. O futuro das transferências de renda no Brasil: dilemas empíricos e normativos para um programa pós-pandemia e pós-Auxílio Emergencial. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v.11. especial, p. 67-92, ago. 2021.
- MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. *In: NOVAIS, F.; SEVCENKO, N. História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Campanha de Bolso, 2021.
- MARALDI, O. E. **Dissociação, crença e identidade**: uma perspectiva psicossocial. 2014, 629 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MARINS, M. T. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 2, ma./ago. 2021.
- MARTINS, B. B. **Presenças e ausências do Estado na fronteira**: um estudo a partir das trajetórias das usuárias do Programa Bolsa Família em Porto Velho, Rondônia. 2020, 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Editora 70, 1950.
- MENA, F. 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil atualmente, aponta pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-atualmente-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: 23 set. 2022.
- MOLINA, R. M. K. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade na cidade de Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 11-37, ma./ago. 2004.
- MOLITERNO, *et al.* Dinâmica social e familiar: uma descrição etnográfica de Famílias de idosos kaingang. **Ciência Cuidado e Saúde**, [s. l.] v.10, n. 4, p. 836-844, 2011.
- MORTON, G. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 38, p. 43-67, 2013.

NERI, M. A escalada da desigualdade – Qual foi o impacto da crise sobre a Distribuição de renda e a pobreza? **FGV Social**. Rio de Janeiro, RJ. 34 p., 2019.

NERI, M.; HECKSHER, M. **A Montanha-Russa da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun./2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/PobrezaMensal>. Acesso em: 04 out. 2022.

NIETZSCHE, F. **Werke in drei Bänden**. Band 1, München, 1954. Disponível em: <http://www.zeno.org/nid/20009243143>. Acesso em: 10 set. 2022.

OBSERVA POA. **Cidade de Porto Alegre**. Indicadores - Assistência Social. Porto Alegre, 2022d. Disponível em: [http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=1\\_13\\_646](http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=1_13_646). Acesso em: 13 set. 2022.

OEVERMANN, U. *et al.* Die Methodologie einer objektiven Hermeneutik und ihre allgemeine Forschungslogische Bedeutung in den Sozialwissenschaften. *In*: SOEFFNER, H. **Interpretative Verfahren in den Sozial-und Textwissenschaften**. Stuttgart: Metzler, 1979. p. 352-434.

OEVERMANN, U. **Fallrekonstruktionen und Strukturgeneralisierung als Beitrag der objektiven Hermeneutik zur soziologisch-strukturtheoretischen Analyse**. 1981. Disponível em: <http://publikationen.ub.uni-frankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/4955>. Acesso em: 04 set. 2022.

OLIVEIRA, F. L. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 51, n. 2, p. 133-143, mai/ago 2015.

OSÓRIO, R. G., SOARES, S.; SOUZA, P. F. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. **Texto para Discussão**, n° 1619. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

PAIVA, A.B. *et al.* O novo regime fiscal e suas implicações para a Política de Assistência social no Brasil. **Nota Técnica N° 27**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília, DF: Ipea, 2016.

PAIVA, A.B.; PINHEIRO, M.B. BPC em disputa: como alterações regulatórias recentes se refletem no acesso ao benefício. **Texto para discussão**, n° 2703. Brasília, DF/Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

PAIVA, L.H.S.; BARTHOLO, L.; SOUSA, M. F. Quão efetivo é um benefício de cobertura de hiato da pobreza? O caso do Bolsa Família. **Revista do Serviço Público (RSP)**, Brasília, v. 72, n. 3, p. 529-553, jul./set. 2021.

PAIVA, L.H.S *et al.* Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1097-1110, jul. - ago. 2020.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMANN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PAPE, E. Der biographische Ansatz in Frankreich – Historischer Verlauf und aktuelle Entwicklungen. In: LUTZ, H.; SCHIEBEL, M.; TUIDER, E. (org.). **Handbuch Biographieforschung**. Wiesbaden: Springer, 2018, p. 94 -112.

PAPI, L.P.; JONER, W. Descoordenação federativa e desfinanciamento da política de Assistência social sob o governo Bolsonaro: uma análise nos municípios do Rio Grande do sul. GT 11 Federalismo, regulação e gestão de políticas sociais no Brasil. **VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública**, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em ago. 2022.

PAPI, L.P.; ROSA, T.B.; HAMERSKI, B. O planejamento como ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas: os casos da Saúde e Assistência social em Porto Alegre. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, v. 2, n. 2, 2017.

PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora, 2006.

PAUGAM, S. Protección y reconocimiento. Por una sociología de los vínculos sociales. **Papeles del CEIC**, 82, set. 2012. Disponível em: <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/82.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

PEREIRA, M.; RIBEIRO, F. No Areal das mulheres: um benefício em família. **Revista Política e trabalho**, João Pessoa, v. 38, p. 87-104, 2013.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, Editora, 2014.

PINTO, I. V. **Percepções das titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida**. Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ. 2010, 128 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

PIRAN, Nedio. Contribuição à caracterização do Alto Uruguai (RS): breve releitura e novos desafios. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 39, Especial 40 Anos, p. 53-64, set. 2015.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 130-161, 2012.

PRICKETTI, K. C.; ANGEL, J. L. Métodos Empíricos em Pesquisa do Envelhecimento entre Minorias: um caso para triangulação sociológica. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 31, p. 146-165, set./dez. 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL/PUCRS. **Cartilha de perguntas e respostas sobre a Política Nacional de Assistência Social.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. **Decreto Nº 20.688, de 17 de agosto de 2020.** Regulamenta o Programa Municipal Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), criado pela Lei Complementar nº 887, de 24 de julho de 2020. Porto Alegre, 2020a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2068/20688/decreto-n-20688-2020-regulamenta-o-programa-municipal-temporario-de-transferencia-de-renda-aos-cidadaos-atingidos-social-e-economicamente-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-covid-19-criado-pela-lei-complementar-n-887-de-24-de-julho-de-2020>. Acesso em: 23 set. 2022.

PORTO ALEGRE. Câmara de Vereadores. **Decreto Nº 20.814, de 27 de novembro de 2020.** Regulamenta a concessão dos Benefícios Eventuais da Política Municipal da Assistência Social de Porto Alegre. Porto Alegre, 2020b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2082/20814/decreto-n-20814-2020-regulamenta-a-concessao-dos-beneficios-eventuais-da-politica-municipal-da-assistencia-social-de-porto-alegre>. Acesso em: 12 set. 2022.

PORTO ALEGRE. Centro Comunitário Vila Elisabeth. **Relatório do Serviço de Assistência Jurídica do Cecove.** Porto Alegre, 15 de abril de 1998.

PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Assistência Social. **Cmas, conselho, história.** Porto Alegre, [2019b?]. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cmas/default.php?p\\_secao=60](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cmas/default.php?p_secao=60). Acesso em: 05 de agosto de 2022. [2019a?]. Acesso em: 15 ago. 2019.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Benefícios eventuais.** [2022a?]. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/projetos/beneficios-eventuais>. Acesso em: 12 set.2022.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Cartão Mais Proteção beneficia cerca de 5 mil famílias em Porto Alegre.** Porto Alegre, 28 jul. 2022b. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/noticias/cartao-mais-protecao-beneficia-cerca-de-5-mil-familias-em-porto-alegre>. Acesso em: 12 set. 2022.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Fasc, apresentação e histórias.** Porto Alegre, [2019a?]. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_secao=56](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56). Acesso em: 03 set. 2019.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Proteção Social Básica.** Porto Alegre, [2019c?]. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_secao=115](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=115). Acesso em: 15 ago. 2019.

PORTO ALEGRE. **Lei nº 7414, de 14 de abril de 1994.** Câmara de Vereadores, Porto Alegre, 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1994/742/7414/lei-ordinaria-n-7414-1994-da-nova-redacao-a-dispositivos-da-lei-n-4308-de-13-de-julho-de-1977-que-autorizou-o-municipio-a-instituir-a-fundacao-de-educacao-social-e-comunitaria-fesc-altera-denominacao-e-atribuicoes-da-secretaria-municipal-de-saude-e-servico-social-smsss-instituida-pela-lei-n-2662-de-18-de-dezembro-de-1963-e-da-outras-providencias?q=7414>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PORTO ALEGRE. Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Alegre. **Despesas totais por órgão.** Porto Alegre, 2022c. Disponível em: <https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/despesas/totais-grupo/orgao>. Acesso em: 19 set. 2022.

PORTO ALEGRE. Secretária Municipal de Saúde. **Saúde Mental.** Coordenação de Atenção à Saúde Mental (CASM) – SMS Serviços de Saúde Mental. Porto Alegre, [2015?]. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p\\_secao=686](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=686). Acesso em: 21 set. 2022.

RAMIRES, S.M.P. **Trajetórias de vida na Amazônia:** um estudo sobre as condições de sobrevivência das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. 2018, 198 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil:** relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

REGO, W. L.; PINZANNI, A. **Vozes do Bolsa Família** – Autonomia, dinheiro e cidadania. Campinas: Editora da UNESP, 2014.

REIF, S. K. **Interpretações de mulheres sobre a prisão:** narrativas biográficas de presas e de egressas. 2020, 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RINALDI, D. **A interpretação da catação pelos catadores:** um estudo biográfico. 2018, 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto Nº 42.411, de 29 de agosto de 2003.** Aprova Estatuto Padrão para os Círculos de Pais e Mestres de escolas estaduais e dá outras providências. Sistema LEGIS - Texto da Norma, 29 de agosto de 2003. Disponível em:



[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=46611&hTexto=&Hid\\_IDNorma=46611](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=46611&hTexto=&Hid_IDNorma=46611). Acesso em: 03 fev. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária da Fazenda. **O que é o Devolve ICMS?** Porto Alegre, [2021?]. Disponível em: <https://www.devolveicms.rs.gov.br/o-que-e-o-devolve-icms>. Acesso em: 23 set. 2022.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930/1970)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSA, H. Kritik der Zeitverhältnisse. Beschleunigung und Entfremdung als Schlüsselbegriffe der Sozialkritik. In: JAEGGI, R.; WESCHE, T. (org.). **Was ist Kritik?** Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2009, p. 23-54.

ROSENTHAL, G. **Erlebte und Erzählte Lebensgeschichte**. Gestalt und Struktur biographischer Selbstbeschreibungen. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1995.

ROSENTHAL, G. Biographisch-narrative Gesprächsführung: zu den Bedingungen heilsamen Erzählens im Forschungs- und Beratungskontext. **Psychotherapie und Sozialwissenschaft**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 204-227, 2002.

ROSENTHAL, G. The healing effects of storytelling. **Qualitative Inquiry**, [s. l.], v. 9, n. 6, p. 915-933, 2003.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ROSENTHAL, G. **Interpretative Sozialforschung: eine Einführung**. 5. ed. Weinheim: Juventa, 2015.

ROSENTHAL, G. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**. Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

ROSENTHAL, G. *et. al.* **Biographisch-narrative Gespräche mit Jugendlichen**. Chancen für das Selbst- und Fremdverstehen. Opladen: Barbara Budrich, 2006.

ROSENTHAL, G.; KÖTTIG, M. Biographische Fallrekonstruktionen. In: BOCK, K.; MIETHE, I. (org.): **Handbuch Qualitative Methoden in der Sozialen Arbeit**. Opladen: Barbara Budrich, 2010, p. 232-239.

ROSENTHAL, G. Erleben – Erinnern – Sprechen über die Vergangenheit. Zu den Anzeichen von Traumatisierungen in autobiographischen Texten. In: PELLNER, I.; SOEFFNER, H.; STANISAVLJEVIC, M. (org.). **Filmfragmente und Zeitzeugenberichte**. Mythos, Historiographie und Soziologie des Ghettos und Durchgangslagers Theresienstadt. Heidelberg: Springer, 2021, p. 267–285.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metr p les**. Porto Alegre/RS, n. 02, 2020. Disponível em <https://www.observatoriodasmetroplites.net.br/>. Acesso em: 23 de setembro de 2022. Acesso em: 15 set. 2022.

SANTOS, A. T. A Política Pública de Assistência Social e sua essencialidade no combate às vulnerabilidades sociais agravadas pela pandemia da covid-19. **Revista Orbis Latina**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.90-105, jun. 2022.

SANTOS, G. **Bolsa Família**: o problema da “porta de saída” em Porto Alegre. 2014, 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Gradua o em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, G. M. N. C., **G nero, desenvolvimento e Programa Bolsa Família**: direitos reprodutivos, trabalho e projetos de vida de mulheres do Coque. 2014, 277 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Gradua o em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS, C.R.B; MAGALHÃES, R. Pobreza e Política Social: a implementa o de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 1215-1224, 2012.

SANTOS, H.; OLIVEIRA, P.; SUSIN, P. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 359-382, 2014.

SANTOS, H. Mulheres como autoras de violência. Evidências e agenda de pesquisa. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, jan.-mar. 2016.

SAAVEDRA, G. A.; SOBOTTKA, E. A. Introdu o à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan.-abr, p. 9-18, 2008.

SÁTYRO, N. G. D.; CUNHA, E. M. S. Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 2, ma.-ago., p. 401-432, 2019.

SCHMIDT, J.A.C; SILVA, M.M. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. **Revista Kat l.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2015.

SCHR OER, N. **Interpretative Sozialforschung**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994.

SCHÜTZ, A. **Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt**: Eine Einleitung in die verstehende Soziologie. Konstanz: UVK, 2004.

SCH TZ, A. **A constru o significativa do mundo social**. Uma introdu o   sociologia compreensiva. Petr polis: Vozes, 2018.

SCHÜTZE, F. Was ist „kommunikativer Sozialforschung?“. In: GAERTNER, A.; HERING, S. (org.). **Modellversuch „Soziale Studiengänge“ an der GhK**. Regionale Sozialforschung. Kassel: Gesamthochschulebibliothek, 117131, 1978.

SCHÜTZE, F. Biographieforschung und narratives Interview. **Neue Praxis. Kritische Zeitschrift für Sozialarbeit und Sozialpädagogik**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 283-293, 1983.

SCHÜTZE, F. Die Fallanalyse. Zur wissenschaftlichen Fundierung einer klassischen Methode der Sozialen Arbeit. In: RAUSCHENBACH, T.; ORTMANN, F.; KARSTEN, M. (org.): **Der sozialpädagogische Blick**. Lebensweltorientierte Methoden in der Sozialen Arbeit; Weinheim/München: Juventa, 1993, p. 191-221.

SCHÜTZE, F. Ethnographie und sozialwissenschaftliche Methoden der Feldforschung: eine mögliche methodische Orientierung in der Ausbildung und Praxis der Sozialen Arbeit? In: GRODDECK, N.; SCHUMANN, M. (org.). **Modernisierung sozialer Arbeit durch Methodenentwicklung und -reflexion**. Freiburg im Breisgau: Lambertus-Verl., 1994, p. 189-297. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-49375>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2018.

SERAPIÃO, M. D. **O Bolsa Família no cotidiano: conexões e desconexões em um território vulnerável**. 2018, 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-graduação em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

SIMMEL, G. **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza, 1986.

SILVA, M. O. Os Programas de Transferência de Renda na Política Social Brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2004.

SILVA, M. O. S.; YASBEK, M.C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**. A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, S. Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família. **Texto para Discussão**, n° 1459. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Texto para Discussão**, n° 1424. Brasília: Ipea, 2009.

SOBOTKA, E. A. Desrespeito e luta por reconhecimento. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 686-702, 2015.

SOTO, F. S.; LIMA, V. F. S. A.; TRIPIANA, J. D. Transformações do sistema de proteção social no contexto latino-americano e antecedentes políticos e institucionais dos programas de transferência de renda condicionada (PTRC). *In: SILVA, M. O. S. O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 47-90.

SOUZA, P. H.G.F.; OSÓRIO, R.G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. *In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília, DF: Ipea, 2013.

SOUZA, *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. *In: Silva, T. F. (org.). Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: Enap, 2018.

SPOSATI, A. **Carta-tema: a Assistência social no Brasil, 1983-1990**. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, A. **A meninas Loas: um processo de construção da Assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

STRAUSS, A. *et. al. Social Organization of Medical Work*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1985.

SUAREZ, M.; LIBARDONI, M. O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. *In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (org.). Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados. Volume II: Bolsa Família e assistência social*. Brasília, DF.: MDS, 2007.

SUSIN, Q. P. **Mulheres e habitação em Porto Alegre: a luta por moradia urbana sob enfoque interpretativo e biográfico**. 2019, 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

THOMAS, W. I. & THOMAS, D. S. **The child in America**. New York, 1928.

TOMAZINI, C. G. A evolução dos programas de transferências condicionadas de renda e a coalizão de causa “capital humano”: um olhar sobre os casos do Brasil e do México. **37º Encontro Anual da ANPOCS**. ST01 Desenvolvimento: debate contemporâneo, experiências e projetos, 2013a.

TOMAZINI, C. G. Disputas em torno das políticas de transferência de renda no Brasil e México: coalizões de causa e a consolidação do paradigma “capital humano”. *In: LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C.G. As ideias também importam: abordagem cognitiva e políticas públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2013b, p.115-144.

TEBET, M. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. Dilemas. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s. l.], v. 5, p. 295-334, 2012.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Interdisciplinar nos Cras: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 286-297, ago.-dez. 2010.

VELHO, A. J. Z. **Acolhida social coletiva**: garantia de Proteção Social no Cras. 2018, 132 ff. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VIANA, I.A.V; KAWAUCHI, M. A produção científica sobre o Programa Bolsa Família no Brasil entre 2005 e 2016. *In*: SILVA, T. F. (org.). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018, p. 11-32.

VÖLTER, B. Verstehende Soziale Arbeit. Zum Nutzen qualitativer Methoden für professionelle Praxis, Reflexion und Forschung [58 Absätze]. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, [s.l.], v. 9, n. 1, Art. 56, 2008.

VÖLTER, B. Das Konzept der Rekonstruktiven Sozialen Arbeit in der beruflichen Praxis. *In*: VÖLTER, B.; REICHMANN, U. (org.). **Rekonstruktiv denken und handeln, Rekonstruktive Soziale Arbeit als professionelle Praxis**. Opladen/Berlin/Toronto: Barbara Budrich. 2017, p. 19-40.